ANTROPOLÍTICA

57.3

3° QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



ANTROPOLÍTICA

V. 57, N. 3 - 3° quadrimestre 2025

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	v. 57, n. 3	3. quadri. 2025

© 2025 Revista Antropolítica - Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFF

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítca – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - https://periodicos.uff.br/antropolitica/index - E-mail: antropoliticau-ff@gmail.com.

Projeto Gráfico: Fabricio Trindade Ferreira
Diagramação: Mayra Laurindo Rabello
Revisão: Tikinet

Catalogação-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2025.

ISSN: 2179-7331
v. 57, n. 3 - 2025
Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor
Antonio Claudio da Nóbrega

Vice-Reitor
Fabio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação
Monica Maria Guimarães Savedra

Comissão Editorial da Antropolítica
Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)
Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)
Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)
Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)
Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

Assistente Editorial
Mayra Laurindo Rabello

Fotos das capas
Thiago Facina e Ana Paula Mendes de Miranda

Conselho Editorial
Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)
Arno Vogel (UENF)
Charles Freitas Pessanha (UFRJ)
Clara Saraiva (ULisboa)
Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)
Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)
Jane Felipe Beltrão (UFPA)
João Baptista Borges Pereira (USP)
Lana Lage de Gama Lima (UENF)
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Laura Nader (Berkeley University)
Marc Breviglieri (EHESS)
Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)
Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)
Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Sofia Tiscórnia (UBA)

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CAPES

SUMÁRIO 57.3

NOTA DOS EDITORES

DOSSIÊ CONDOMÍNIOS E CIDADES: DIMENSÕES SOCIAIS DO HABITAR

APRESENTAÇÃO: POR UMA ANTROPOLOGIA DA VIDA CONDOMINIAL: TRAMAS SOCIAIS DO HABITAR CONTEMPORÂNEO
Caroline Martins de Melo Bottino, Wellington da Silva Conceição, Frank Andrew Davies, Mariana Cavalcanti

O CONDOMÍNIO FECHADO COMO PERSONAGEM EM OS OUTROS: UMA ENTREVISTA COM LUCAS PARAIZO
Bianca Freire-Medeiros, Alexandre Magalhães, Lorena Mochel

OLHANDO A CIDADE PELOS MUROS: DAS GATED COMMUNITIES AOS CONDOMÍNIOS-CIDADE CARIOCAS
Rodrigo Agueda

A MORADIA POPULAR NAS FAVELAS: O REGIME DE ORDENS AJUSTADAS EM UM "CONDOMÍNIO DO PAC" NO RIO DE JANEIRO
Bruno Coutinho de Souza Oliveira

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA AINDA EM DESCOMPASSO COM O "DIREITO À CIDADE": UM ESTUDO NO PARQUE DOS BÚFALOS DA CIDADE DE SÃO PAULO
Diego Borges Cordeiro

VIDA ALÉM DO PLANO: UM CONDOMÍNIO DE QUITINETES NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA
Alice Roberte de Oliveira

MELHORAR DE VIDA EM MEIO À RUÍNAS: ETNOGRAFIAS DE UM CONDOMÍNIO NO LESTE FLUMINENSE E OS LEGADOS DO COMPERJ
Stefany Ciolfi de Souza

DOSSIÊ ETNOGRAFIAS DOS ATIVISMOS, MILITÂNCIAS E BUROCRACIAS NO CAMPO DOS DIREITOS: INTERVENÇÕES E DEFESA DE DIREITOS

APRESENTAÇÃO:ATIVISMOS, MILITÂNCIAS E BUROCRACIAS ESTATAIS: DINÂMICAS RELACIONAIS E CONFLITIVAS
Ana Paula Mendes de Miranda, María Victoria Pita

ETNOGRAFIA DE UM PROCESSO: A LUTA DA MILITÂNCIA TRANS E TRAVESTI PELO DIREITO À RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Gladston Oliveira dos Passos, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, Marcos Ribeiro de Melo

LITÍGIOS E CONFLITOS COM O ESTADO: ESTRATÉGIAS QUILOMBOLAS, DIREITO À VIDA E PANDEMIA
Ozaias da Silva Rodrigues

UM ESTUDO SOBRE AS CONEXÕES DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL: NOVAS BASES SOCIAIS E HETEROGENEIDADE ESTATAL
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, Vinícius Corrêa

A FABRICAÇÃO DO INEVITÁVEL: RETÓRICA E PERFORMANCE NOS RITOS BUROCRÁTICOS DE UM CONSELHO TUTELAR NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Thiago Pereira Rabelo, Nayara Alves de Aleluia

“SOMOS MILITANTES DE LA REFORMA”: ACTIVISMO JURÍDICO POR UN NUEVO PROCESO PENAL EN LA ARGENTINA
Julieta Mira

ARTIGOS

ESTATÍSTICAS PARCIAIS: VISIBILIDADES SELETIVAS E ILEGIBILIDADES NOS CENSOS DO SÉCULO XIX
Barbara Moraes

RETORNO AO FUTURO: UTOPIAS, RETROTOPIAS E HETEROTOPIAS NOS PROJETOS DE REGENERAÇÃO DO BAIRRO DE MARVILA
Chiara Pussetti

DOCES SEXUALIZADOS E NARRATIVAS DO SELF CONSUMIDOR: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE CONSUMO NA LOJA LA PUTARIA/LA CENSURA
Candice Vidal e Souza, Marina Fernandes Araújo de Alvarenga, Yuri Araújo

XUKURU CONTRA O ESTADO? APORTES ANTROPOLÓGICOS ACERCA DOS TENTÁCULOS DO ESTADO NA VIDA COTIDIANA
Cristhyan Kaline Soares Mineiro

A POLÍCIA E A MORTE NO AMAPÁ: MORALIDADES E SENSOS DE JUSTIÇA ENTRE SEGUIDORES DE PÁGINAS POLICIAIS NA INTERNET
Marcus Cardoso, Carolina Barreto Lemos, Juliana Rocha, Jade Figueiredo, Vinícius Barriga

UM ENCLAVE NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL: A INVENÇÃO DO MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ E A ATUALIZAÇÃO DO COLONIALISMO
Gabriel Tardelli

NARRATIVAS POLÍTICAS SOBRE A SOLIDARIEDADE EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-191
Felipe Pinheiro Martins de Paiva

“POR QUE ELES NÃO OLHAM PARA SI MESMOS?”: AS RAÍZES VIOLENTAS DA MODERNIDADE SOB A PERSPECTIVA DAS CONTRA-MODERNIDADES INDÍGENAS
Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

MARINA DE VASCONCELLOS, PIONEIRA DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA
Amurabi Oliveira

A EDUCAÇÃO SUPERIOR DA MULHER, DO LIVRO A VOICE FROM THE SOUTH: BY A BLACK WOMAN OF THE SOUTH (1982) DE ANNA JULIA COOPER
Anna Julia Cooper, Ingrid de Aquino Godinho, Juliana Vinuto

RESENHA

MEMÓRIAS CONFLITIVAS E ESPAÇO PÚBLICO: O QUE CONTAM AS ESTÁTUAS?
Laurine Sézérat

CONTENTS 57.3

EDITOR'S NOTE

DOSSIER CONDOMINIUMS AND CITIES: SOCIAL DIMENSIONS OF LIVING

PRESENTATION: TOWARD AN ANTHROPOLOGY OF CONDOMINIUM LIFE: SOCIAL FABRICS OF CONTEMPORARY DWELLING
Caroline Martins de Melo Bottino, Wellington da Silva Conceição, Frank Andrew Davies, Mariana Cavalcanti

THE GATED COMMUNITY AS A CHARACTER IN THE OTHERS: AN INTERVIEW WITH LUCAS PARAIZO
Bianca Freire-Medeiros, Alexandre Magalhães, Lorena Mochel

LOOKING AT THE CITY THROUGH WALLS: FROM GATED COMMUNITIES TO RIO'S CITY-CONDOMINIUMS
Rodrigo Agueda

SOCIAL HOUSING IN THE FAVELAS: THE REGIME OF ADJUSTED ORDERS IN A 'PAC CONDOMINIUM' IN RIO DE JANEIRO
Bruno Coutinho de Souza Oliveira

THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM IS STILL OUT OF STEP WITH THE "RIGHT TO THE CITY": A STUDY IN PARQUE DOS BÚFALOS IN THE CITY OF SÃO PAULO
Diego Borges Cordeiro

LIFE BEYOND THE PLAN: A 'QUITINETE' FLAT BLOCK IN BRASÍLIA'S PILOT PLAN
Alice Roberte de Oliveira

IMPROVING LIFE AMID RUINS: ETHNOGRAPHIES OF A GATED COMMUNITY IN THE LESTE FLUMINENSE AND THE LEGACIES OF COMPERJ
Stefany Ciolfi de Souza

DOSSIER ETHNOGRAPHIES OF ACTIVISM, MILITANCIAS AND BUREAUCRACIES IN THE FIELD OF RIGHTS: INTERVENTIONS AND INCIDENCE

PRESENTATION: ACTIVISMS, POLITICAL ENGAGEMENTS, AND STATE BUREAUCRACIES: RELATIONAL AND CONFLICTIVE DYNAMICS
Ana Paula Mendes de Miranda, María Victoria Pita

ETHNOGRAPHY OF A PROCESS: THE STRUGGLE OF TRANS AND TRAVESTI ACTIVISTS FOR THE RIGHT TO CIVIL REGISTRATION RECTIFICATION
Gladston Oliveira dos Passos, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, Marcos Ribeiro de Melo

DISPUTES AND CONFLICTS WITH THE STATE: QUILOMBOLA STRATEGIES, THE RIGHT TO LIFE AND THE PANDEMIC
Ozaias da Silva Rodrigues

A STUDY ON MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS' CONECTIONS DURING THE RIO GRANDE DO SUL FLOODS: NEW SOCIAL BASES AND STATE HETEROGENEITY
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, Vinícius Corrêa

THE FABRICATION OF THE INEVITABLE: RHETORIC AND PERFORMANCE IN THE BUREAUCRATIC RITES OF A CHILD PROTECTION COUNCIL IN RIO DE JANEIRO (BRAZIL)
Thiago Pereira Rabelo, Nayara Alves de Aleluia

"WE ARE REFORM CAMPAIGNERS": LEGAL ACTIVISM FOR A NEW CRIMINAL PROCEEDING IN ARGENTINA
Julieta Mira

ARTICLES

PARTIAL STATISTICS: SELECTIVES AND ILLEGIBILITIES IN 19TH-CENTURY CENSUSES
Barbara Moraes

RETURNING TO THE FUTURE: UTOPIAS, RETROTOPIAS AND HETEROTOPIAS IN THE REGENERATION PROJECTS OF THE MARVILA NEIGHBORHOOD
Chiara Pussetti

SEXUALIZED SWEETS AND CONSUMER SELF-NARRATIVES: A STUDY ON CONSUMPTION PRACTICES AT LA PUTARIA/LA CENSURA
Candice Vidal e Souza, Marina Fernandes Araújo de Alvarenga, Yuri Araújo

XUKURU AGAINST THE STATE? ANTHROPOLOGICAL CONTRIBUTIONS ABOUT THE TENTACLES OF THE STATE IN EVERYDAY LIFE
Cristhyan Kaline Soares Mineiro

THE POLICE AND DEATH IN AMAPÁ: MORALITIES AND SENSES OF JUSTICE AMONG FOLLOWERS OF POLICE PAGES ON THE INTERNET
Marcus Cardoso, Carolina Barreto Lemos, Juliana Rocha, Jade Figueiredo, Vinícius Barriga

AN ENCLAVE IN THE RAPOSA SERRA DO SOL INDIGENOUS LAND: THE INVENTION OF THE MUNICIPALITY OF UIRAMUTÃ AND THE UPDATE OF COLONIALISM
Gabriel Tardelli

POLITICAL NARRATIVES ON SOLIDARITY DURING THE COVID-19 PANDEMIC
Felipe Pinheiro Martins de Paiva

“WHY DON’T THEY LOOK AT THEMSELVES?”: THE VIOLENT ROOTS OF MODERNITY FROM THE PERSPECTIVE OF INDIGENOUS COUNTER-MODERNITIES
Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha

TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES

MARINA DE VASCONCELLOS, PIONEER OF BRAZILIAN ANTHROPOLOGY
Amurabi Oliveira

THE HIGHER EDUCATION OF WOMAN, OF THE BOOK A VOICE FROM THE SOUTH: BY A BLACK WOMAN OF THE SOUTH (1982) BY ANNA JULIA COOPER
Anna Julia Cooper, Ingrid de Aquino Godinho, Juliana Vinuto

REVIEWS

CONFLICTING MEMORIES AND PUBLIC SPACE: WHAT DO STATUES TELL US?
Laurine Sézérat

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 57.3, neste terceiro quadrimestre de 2025.

Nesta edição, publicamos dois dossiês, oito artigos de temática livre, dois artigos na seção Trajetórias e Perspectivas e uma resenha.

O primeiro dossiê tem como título "Condomínios e cidades: dimensões sociais do habitar" e foi proposto e organizado pelos professores Wellington da Silva Conceição (UFMA/Brasil), Caroline Martins de Melo Bottino (UERJ/Brasil), Frank Andrew Davies (UERJ/Brasil) e Mariana Cavalcanti (UERJ/Brasil). Composto da apresentação e de seis artigos, o dossiê propõe discutir sobre a relevância crescente dos condomínios como forma de habitar e como fenômeno urbano contemporâneo. Nessa linha, o objetivo central do dossiê é compreender como diferentes configurações condominiais, em diversas cidades do país, expressam múltiplos sentidos do habitar contemporâneo, a partir do exame de práticas cotidianas, relações de vizinhança, disputas simbólicas e do papel das redes digitais na construção dessas experiências.

O segundo dossiê tem como título "Etnografias dos ativismos, militâncias e burocracias no campo dos direitos: intervenções e incidências" e foi proposto e organizado pelas professoras María Victoria Pita (CONICET/ICA-UBA/Argentina) e Ana Paula Mendes de Miranda (UFF/Brasil). O dossiê reúne, além da apresentação, cinco artigos de caráter etnográfico que analisam as formas de entrelaçamento entre os ativismos e as militâncias com os modos de formulação ou gestão de políticas públicas, mediadas por burocracias estatais, no campo da justiça e da segurança. Nessa linha, a partir de diferentes campos empíricos, os artigos permitem discutir diferentes formas de atuação política de grupos sociais, os modos locais de "estatalidade" e as concepções sobre direitos que podem ensejar diversas controvérsias entre demandas por direitos e as formas institucionai de administração de conflitos.

A seção de **Artigos** é composta por oito artigos e inicia com o trabalho "Estatísticas parciais: visibilidades seletivas e ilegibilidades nos censos do século XIX", de Barbara Moraes (MN/UFRJ). A partir de uma etnografia com documentos e arquivos em torno dos censos imperiais de 1872 a 1920, realizada a partir de consultas aos acervos do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Senado Federal, o artigo analisa como a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem uma modalidade de gestão dos dados, fazendo parte da própria formulação de modelos estatísticos. Ao deslocar o olhar para as zonas de ilegibilidade e suas condições materiais de produção, o artigo propõe uma reflexão

CC BY

sobre as formas com que o Estado vê e deixa de ver sua população ao fazer uso de dados estatísticos muitas vezes equivocados.

O artigo a seguir, intitulado "Retorno ao futuro: utopias, retrotopias e heterotopias nos projetos de regeneração do bairro de Marvila", de Chiara Pussetti, da Universidade de Lisboa, apresenta uma etnografia do bairro de Marvila (Lisboa, Portugal) como parte do projeto H2020 ROCK, e analisa as áreas de intervenção do projeto, a partir do que identifica como seus imaginários distópicos, utópicos e retrotópicos. Nessa linha, a autora analisa como os diferentes tipos de utopia orientam a imaginação de futuros que não foram, mas poderiam ter sido, examina como o passado é mobilizado — ora como memória traumática a ser apagada, ora como retrotopia idealizada — e como certos projetos urbanísticos funcionam como mecanismos de esquecimento ou reconfiguração da história local.

Em seguida, o artigo "Doces sexualizados e narrativas do self consumidor: estudo sobre as práticas de consumo na loja La Putaria/La Censura", de coautoria de Candice Vidal e Souza, Marina Fernandes Araújo de Alvarenga e Yuri Araújo, todos da PUC-Minas Gerais, apresenta as conexões entre representações materializadas dos órgãos genitais e substâncias comestíveis em um contexto urbano contemporâneo a partir da loja La Putaria, inaugurada em 2022 em Belo Horizonte. A partir de pesquisa qualitativa na loja, o artigo propõe que o comércio de alimentos erotizados aciona moralidades urbanas e oferece um cenário para expressões identitárias apoiadas na sexualidade e nas formas de enunciação das escolhas de consumo, englobadas pelo ambiente de incertezas e instabilidades que marca as paisagens das cidades contemporâneas.

O artigo seguinte intitula-se "Xukuru contra o Estado? Aportes antropológicos acerca dos tentáculos do estado na vida cotidiana" e é de autoria de Cristhyan Kaline Soares Mineiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Considerando os aportes da Antropologia do Estado, o artigo apresenta a etnografia da atuação política do povo Xukuru de Ororubá, no município de Pesqueira no estado de Pernambuco, a partir da etnografia de uma assembleia indígena, organizada "com" e "contra" o estado. Analisando esse evento, que é realizado anualmente, o artigo explora o modo como os Xukuru visualizam e negociam com o estado brasileiro dentro de sua mobilização política e como é tecida uma relação colaborativa e crítica com o estado.

Em sequência, o artigo "A polícia e a morte no Amapá: moralidades e sensos de justiça entre seguidores de páginas policiais na internet", de Marcus Cardoso, da Universidade Federal do Amapá, Carolina Barreto Lemos, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de Brasília, Juliana Rocha e Jade Figueiredo, também da Universidade Federal do Amapá, e Vinícius Barriga, da Universidade de Lisboa, analisa o conteúdo das interações estabelecidas entre os seguidores de três perfis presentes nas redes sociais que publicizam as operações policiais no estado do Amapá, em espcial em casos que resultam na morte de

indivíduos acusados de se envolverem em confrontos armados com policiais ou nos quais estes são flagrados fazendo uso desproporcional da força. Os autores exploram os usos e sentidos de determinadas categorias êmicas que recorrentemente aparecem nas intervenções dos seguidores e analisam como as mesmas se ancoram em cosmovisões e moralidades que expressam sensos de justiça e de direitos.

O sexto artigo desta seção, de autoria de Gabriel Tardelli, da Universidade Federal Fluminense, tem como título "An enclave in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land: the invention of the municipality of Uiramutã and the update of colonialism", na sua versão em inglês, e "Um enclave na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: a invenção do município de Uiramutã e a atualização do colonialismo" na sua versão em português. Por meio da análise das atas das comissões de criação do município de Uiramutã, em Roraima, bem como de documentos produzidos por organizações indigenistas, o artigo descreve e analisa as táticas e estratégias adotadas pelas elites políticas e econômicas para ocupar e liberar terras indígenas para a exploração econômica. Nessa linha, o autor busca discutir como o Estado é "feito" através da criação de estruturas burocráticas, que fomentando exclusões e relações assimétricas, produto de um colonialismo que não deve ser compreendido como uma reminiscência de um passado longínquo, mas enquanto um campo de poder que ainda estrutura desigualdades.

A seguir o artigo "Narrativas políticas sobre a solidariedade em meio à pandemia da covid-19", de Felipe Pinheiro Martins de Paiva, da PUC de Minas Gerais, analisa as narrativas e práticas solidárias de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos em uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte, durante a pandemia da covid-19. A partir das reflexões de estudos de antropologia urbana e da antropologia da política, o autor explora etnograficamente as visões de mundo sobre a política – pensada e vivida nos processos de luta e nas ações de solidariedade do movimento social pesquisado. Nessa análise, a "solidariedade" ganha protagonismo como uma estratégia comunitária de sobrevivência material em meio à crise, mas também como parte de um repertório de práticas políticas e a um certo projeto político defendido pela coordenação do movimento.

Por fim, o artigo " 'Por que eles não olham para si mesmos?': as raízes violentas da modernidade sob a perspectiva das contra-modernidades indígenas", de Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha, da Universidade de Coimbra, reflete sobre os processos de violência da modernidade, que, segundo propõe a autora, desumanizaram de diferentes maneiras as populações nativas das Américas, por meio das ciências, do imaginário mítico religioso e das ordens jurídico-políticas em cada contexto, contribuindo à consolidação de um regime político racial, cuja hegemonia segue naturalizada nas sociedades ocidentais. De forma mais específica, o artigo destaca a relevância da retomada indígena como um movimento abrangente de resgate existencial, por meio da qual reivindicam novos pactos sociais, que incluam tanto as populações

desumanizadas quanto as múltiplas agências não humanas.

A seção seguinte, **Trajetórias e Perspectivas**, tem como objetivo publicar artigos e ensaios que produzam reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos/as brasileiros/as e estrangeiros/as, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países. Neste número, publicamos dois ensaios. O primeiro, "Marina de Vasconcellos, pioneira da antropologia brasileira, de Amurabi Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina, explora a trajetória de Marina de Vasconcellos, considerada a primeira antropóloga profissional do Brasil, a partir de dois aspectos principais: sua formação acadêmica estrita na área de Antropologia; e sua atuação como docente de Antropologia no ensino superior. O artigo destaca ainda sua estreita colaboração com Arthur Ramos, e seu papel na institucionalização da Antropologia no Brasil.

Como segundo artigo da seção publicamos a tradução do capítulo "A educação superior da mulher", do livro *A Voice from the South: By a Black Woman of the South* (1982) de Anna Julia Cooper, da Frelinghuysen University, Estados Unidos. A tradução foi realizada por Ingrid de Aquino Godinho e por Juliana Vinuto, ambas da Universidade Federal Fluminense. O texto apresenta uma defesa contundente da importância do acesso das mulheres, especialmente mulheres negras, ao ensino superior, a partir de uma análise crítica das limitações históricas impostas às mulheres na educação. A autora contesta discursos patriarcais e racistas que legitimaram a exclusão feminina da vida intelectual e denuncia a desigualdade de oportunidades vivida por mulheres negras nas instituições de ensino, conclamando à ação efetiva para ampliar o acesso e permanência dessas mulheres nas universidades.

Por fim, publicamos a **resenha** "Memórias conflitivas e espaço público: o que contam as estátuas?" de Laurine Sézérat, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o livro "La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter" de historiador francês Bertrand Tillier, publicado pela Editora francesa Payot, em 2022. O livro resenhado analisa o fenômeno da "estatuoclastia" a partir de diversos exemplos históricos e transnacionais, evidenciando o significado político e simbólico das ações descritas, bem como os conflitos de memória e imagens que elas suscitam.

Em relação às capas deste número, elas ilustram os dois dossiês publicados. Em relação ao Dossiê "Condomínios e cidades: dimensões sociais do habitar", a imagem tem como título "Estou aqui" e é de autoria de Thiago Facina. Na imagem, vemos um edifício grande, inacabado, parcialmente coberto por telas fachadeiras. Também vemos no primeiro plano, logo abaixo do edifício, o que é hoje um muro decadente, mas que, provavelmente, já foi uma bela fachada em um tempo que parece "antigamente". Abandonado, o muro recebeu uma arte de rua em que podemos ler "estou aqui". São as tais telas fachadeiras e a presença de guindastes que nos induzem a pensar que se trata de uma construção e não de um local abandonado. O cinza da

construção, das telas e do céu nublado formam uma paisagem distante das imagens límpidas, realistic renders, usadas nos anúncios que oferecem as futuras unidades habitacionais do local. More no centro do Rio. O prédio em construção é mais um dos que se enfileiram na zona portuária do Rio de Janeiro. São anunciados em parcelas populares que cabem no bolso de quem pode pegar o devido crédito - o preço final nunca é mostrado. Em palavras do Thiago Facina:

> Quando pensei em fotografar o fenômeno - de uma dezena ou mais de prédios subindo quase simultaneamente no mesmo local - queria estabelecer um diálogo com a claustrofóbica série do Michael Wolf chamada Arquitetura da Densidade. Com a lente certa e no local exato, eu poderia fazer com que vários prédios fossem justapostos dando a ideia de aglomerado, de adensamento. Mas, passando pela rua, pude observar o muro grafitado "estou aqui". Caiu a ficha de que eu não estava na China fotografada por Michael Wolf, mas aqui, na zona portuária do Rio de Janeiro, com Milton Santos sussurrando: o espaço é a acumulação desigual de tempos. Convido o espectador a olhar para a paisagem com esta frase a tiracolo.

A segunda capa refere ao Dossiê "Etnografias dos ativismos, militâncias e burocracias no campo dos direitos: intervenções e incidências" e é de autoria de uma das suas organizadoras, a professora Ana Paula Mendes de Miranda. A foto foi tirada por ela, com o celular, durante a passeata do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2019, na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro. A concentração teve início à tarde, na Candelária, e seguiu em marcha até a Cinelândia. Foi a primeira manifestação realizada após o assassinato da vereadora Marielle Franco, cuja memória esteve presente em diversas faixas e palavras de ordem, clamando por justiça. Entre as pautas destacadas pelas manifestantes estavam o fim da violência contra as mulheres, o direito ao planejamento do parto, o acesso a creches e à educação, bem como o direito ao aborto. Também houve protestos contra a Reforma da Previdência e contra o então presidente Jair Bolsonaro.

Para finalizar, lembramos a nossos/as leitores/as que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site https://periodicos.uff.br/antropolitica, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram (@antropoliticauff) e no Twitter (@ RAntropolitica).

Boa leitura!

DOSSIÊ TEMÁTICO

Por uma antropologia da vida condominial: tramas sociais do habitar contemporâneo

Toward an anthropology of condominium life: social fabrics of contemporary dwelling

Caroline Martins de Melo Bottino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Wellington da Silva Conceição
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil

Frank Andrew Davies
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Mariana Cavalcanti
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo discute a relevância crescente dos condomínios como forma de habitar e fenômeno urbano contemporâneo. A expansão deste formato de empreendimento habitacional, promovido tanto pelo mercado privado quanto pelas políticas habitacionais, revela dinâmicas complexas que articulam fragmentação socioespacial, disciplinarização da pobreza e rearranjo das formas de sociabilidade. O objetivo central do dossiê apresentado por este artigo é compreender como diferentes configurações condominiais — que vão da Barra da Tijuca a Itaboraí, no Rio de Janeiro, passando por Brasília, São Paulo e também em produções audiovisuais de plataformas de streaming — expressam múltiplos sentidos do habitar contemporâneo. A metodologia de trabalho é predominantemente qualitativa e etnográfica, reunindo estudos de caso, análises de políticas públicas, observações de campo e análises de produções culturais. Os artigos articulam abordagens empíricas e teóricas a fim de examinar práticas cotidianas, relações de vizinhança, disputas simbólicas e o papel das redes digitais na construção dessas experiências. Os resultados investigativos evidenciam que os condomínios operam como microcosmos urbanos onde se entrelaçam regimes de autoridade, circuitos de reciprocidade, estratégias de resistência e projetos de distinção. Mais do que enclaves segregados, configuram espaços híbridos das cidades que revelam tensões entre fechamento e convivência, controle e autonomia, exclusão e pertencimento. Conclui-se que compreender o habitar contemporâneo nos exige olhar para as tramas sociais tecidas entre muros, telas e vizinhanças, reconhecendo o condomínio como um dispositivo privilegiado de análise sobre as transformações urbanas, os modos de vida emergentes e os desafios de viver nas cidades.

CC BY

Palavras-chave: Condomínio, Habitação, Cidades, Urbanização, Vida Cotidiana.

ABSTRACT

This article discusses the growing relevance of condominiums as a form of dwelling and a contemporary urban phenomenon. The expansion of this type of housing development, promoted both by the private market and by public housing policies, reveals complex dynamics that articulate socio-spatial fragmentation, the disciplining of poverty, and the reconfiguration of forms of sociability. The main objective of the dossier presented in this article is to understand how different condominium configurations—ranging from Barra da Tijuca to Itaboraí, in the state of Rio de Janeiro, including Brasília, São Paulo, and also audiovisual productions on streaming platforms—express multiple meanings of contemporary dwelling. The methodological approach is predominantly qualitative and ethnographic, combining case studies, analyses of public policies, field observations, and examinations of cultural productions. The articles articulate empirical and theoretical perspectives in order to examine everyday practices, neighborhood relations, symbolic disputes, and the role of digital networks in shaping these experiences. The findings show that condominiums operate as urban microcosms in which regimes of authority, circuits of reciprocity, strategies of resistance, and projects of distinction intertwine. More than segregated enclaves, they constitute hybrid urban spaces that reveal tensions between enclosure and sociability, control and autonomy, exclusion and belonging. The article concludes that understanding contemporary dwelling requires attention to the social threads woven between walls, screens, and neighborly interactions, recognizing the condominium as a privileged analytical device for examining urban transformations, emerging ways of life, and the challenges of living in contemporary cities.

Keywords: Condominium, Housing, Cities, Urbanization, Everyday Life.

"*Lazer, segurança e comodidade para toda a sua família. Antecipe-se ao lançamento!*" Você provavelmente já ouviu esse tipo de chamada em anúncios de televisão, viu postagens nas redes sociais ou leu em panfletos distribuídos nas ruas por pessoas uniformizadas, muitas vezes segurando bandeiras para atrair a atenção. Assim se apresentam os condomínios residenciais, de médio e grande porte, que vêm se multiplicando nas cidades brasileiras.

Em sua maioria verticais, esses empreendimentos buscam otimizar o número de unidades autônomas. A proposta se ancora em uma lógica de composição, em que as unidades são projetadas em formatos padronizados, com cozinhas compactas e ambientes otimizados, enquanto os diferenciais se concentram nas áreas comuns. É nelas que se investe em facilidades e lazer, com a construção de espaços como salão de beleza, lavanderia, academia, sala de

cinema, bar e até área para lavagem de carros. Alguns projetos chegam a ser pensados para reduzir a necessidade de recorrer à cidade e aos seus serviços.

Ferreira dos Santos (1981) e Caldeira (2000) afirmam que nas duas maiores cidades brasileiras — São Paulo e Rio de Janeiro —, os condomínios se firmaram como forma de habitar a partir da década de 1970. Inicialmente, o modelo condomínio estabelecia formas de distinção na metrópole. O público-alvo dos condomínios exclusivos era a classe média, "as camadas da população desejosas de marcar o seus *status* por novos níveis de consumo e consequentes estilos de vida, já capazes de pagar por isto" (Ferreira dos Santos, 1981, p. 21, grifo do autor). Por outro lado, naquele momento, as políticas públicas destinavam moradias aos mais pobres por meio dos conjuntos habitacionais construídos em todo o país. Os novos condomínios exclusivos da classe média e os conjuntos habitacionais tinham em comum o amparo na tese da funcionalidade racionalista. Tanto os condomínios de classe média quanto os conjuntos habitacionais destinados às classes populares podem ser considerados racionalistas, segundo Ferreira dos Santos (1981), por defenderem soluções universalizantes, que partem de totalizações homogêneas de seus usuários. Entretanto, a vida cotidiana nesses espaços, bem como o sentido dos muros e da vida coletiva, foi se diversificando. Essa diversidade aponta para o fato de que cada configuração dessa forma de habitar estar relacionada à localidade em que foi construída, à incorporadora que a projetou e ao fato de estar ou não inserida em programas habitacionais com participação do Estado. Mais do que um modelo estrito de moradia, a categoria condomínio se converte em um termo "guarda-chuva", a fim de designar múltiplas experiências de habitação. Como afirmou Ferreira dos Santos (1981, p. 22), torna-se uma "fórmula de vida urbana".

Ainda que os condomínios sejam um fenômeno presente em todo o país, uma análise da produção recente sobre o tema — inclusive dos textos submetidos para publicação neste dossiê — revela duas caracteristicas marcantes. A primeira é a concentração das pesquisas sobre condomínios em algumas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Salvador. Recebemos, para este dossiê, treze artigos, além da entrevista aqui publicada. Desses treze artigos, seis versavam sobre o Rio de Janeiro. Essa super-representação se reflete na composição final do dossiê em que três textos e a entrevista se debruçam sobre os condomínios da região metropolitana do Rio, como elaboramos adiante. Além dos textos aqui publicados, recebemos mais dois sobre a cidade do Rio, um sobre Fortaleza, um sobre Porto Alegre, um sobre Vitória, um sobre Salvador e um último sobre condomínios rurais.

Uma busca rápida na Scielo, filtrando revistas de sociologia e antropologia sobre o tema, apresentou um resultado muito parecido, valendo o registro da grande incidência também de pesquisas em Salvador e Curitiba (cf. Bem, 2024 por exemplo). Entretanto, muitos dos trabalhos parecem buscar nos condomínios uma base empírica de questões urbanas mais amplas, como

padrões de segregação e acesso a infraestruturas e serviços urbanos. Em suma, há muitas pesquisas realizadas *em* condomínios (e não de condomínios, reproduzindo, assim, o debate sobre antropologia da cidade ou na cidade). Nossa intenção aqui é pensar melhor sobre o que acontece se nos debruçamos em pesquisas etnográficas *sobre* condomínios, visando pensar a produtividade analítica dessa forma urbana, e não *em* condomínios, que seriam uma ilustração de questões sociológicas já consolidadas.

A concentração de pesquisas etnográficas sobre condomínios em São Paulo, Brasilia e Rio de Janeiro pode pode ser atribuída ao fato das pesquisas seminais sobre o tema no Brasil serem localizadas nessas cidades — e deixam marcas sobre a produção posterior sobre o tema. Seguindo o trabalho já clássico de Teresa Caldeira (2000), muitos estudos tendem a seguir a chave dos enclaves fortificados. Nessa vertente, os condomínios são lidos à luz de processos urbanos mais amplos de fragmentação do espaço e de redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Flusty (1987) denominou como "arquitetura do medo" a concepção de espaços que, embora aparentem ser públicos, funcionam como ambientes de acesso restrito, com forte controle sobre quem pode ou não circular por eles. No caso de São Paulo, Caldeira (1997, 2000) observou a transformação da cidade em um conjunto de enclaves fortificados, nos quais a ênfase recai sobre a propriedade privada e o controle de acesso. Esses enclaves incluem não apenas residências, mas também shoppings, escritórios, escolas e centros de lazer que compartilham características como a demarcação física por muros e grades, o direcionamento interno das construções e a presença constante de vigilância armada. São espaços projetados para funcionar de forma autônoma, rejeitando a lógica da vida pública nas ruas e operando como microterritórios isolados dentro das cidades, inclusive nas cidades médias do interior do estado de São Paulo, como Piracicaba (Bezerra, 2014).

A diversidade de modos de habitar em condomínios tem se revelado um tema profícuo para o campo dos estudos urbanos, especialmente quando extrapolam a representação dos enclaves fortificados e *gated communities*. Como demonstra Patriota de Moura (2010, 2012), é fundamental distinguir as categorias utilizadas para nomear esses espaços, pois elas não apenas descrevem realidades distintas, mas também produzem efeitos concretos sobre a forma como os sujeitos vivem e se relacionam. O trabalho da autora evidencia, por exemplo, a semelhança entre o processo histórico de consolidação das favelas cariocas e as estratégias de moradia da classe média em áreas periféricas de Brasília, o que aponta para novas composições urbanas que articulam escalas, práticas e agentes diversos.

No contexto do Rio de Janeiro, por sua vez, transformações estruturais ocorridas desde os anos 1990, como a desindustrialização dos subúrbios e a precarização das formas de trabalho, vêm reconfigurando profundamente as relações entre moradia e cidade. Esses processos se intensificaram com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os projetos

urbanos ligados aos megaeventos da década de 2010. A construção de condomínios em antigos terrenos fabris, muitas vezes no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), ilustra essas mudanças. Diversos estudos etnográficos sobre os chamados condomínios populares mostram como esses espaços se tornaram arenas de disputas materiais e simbólicas, em que o apartamento pode ser visto como mercadoria, moeda política ou direito a ser reivindicado (Cavalcanti, 2013; Conceição, 2018, 2019; Cunha, 2014; Gifalli, 2015; Oliveira, 2020; Petti, 2020; Trindade, 2012; Velazco, 2017).

Sobre os condomínios que surgiram a partir de programas governamentais de moradia nas últimas décadas, como o MCMV e outras ações em âmbito estadual e municipal, é importante ressaltar o papel central das construtoras no desenho desses empreendimentos. Por meio da gestão dos recursos empenhados, tais empresas tiveram como meta prioritária a redução dos seus custos (e que não necessariamente foi repassado ao consumidor final). Analistas do PMCMV (Cardoso; Mello; Jaenisch, 2015) apontam que os agentes privados do ramo da construção civil tiveram protagonismo na tomada de decisões sobre tal programa, desde os primeiros passos. Coube a esses agentes, por exemplo, escolher o local, formato e material de construção utilizado nesses empreendimentos, não importando se esses seriam direcionados à venda comercial ou à forma de reassentamento.

Nesse contexto, segundo Conceição (2018, 2019), a opção pela construção de condomínios verticais para os mais pobres fez parte da gestão de construtoras visando oportunidades maximização dos lucros. Os prédios diminuem os gastos da construtora pois concentram em um mesmo espaço um número maior de unidades habitacionais. E, por conta dos equipamentos coletivos e uma série de normas próprias do campo da construção civil, a opção por condomínios pode baratear o processo em até 50% — caso as mesmas unidades habitacionais fossem dispostas em prédios isolados de um conjunto habitacional. Esse modelo trouxe uma série de consequências, especialmente para o público da faixa 1 do PMCMV, que no Rio de Janeiro — em boa parte dos casos — receberam o apartamento como medida compensatória. A consequência mais destacada, até mesmo pela imprensa, foi o impacto dos custos de manutenção do apartamento e suas taxas, especialmente a taxa condominial (inexistente nos orçamentos domésticos até então), que muitas vezes leva os moradores a optarem pela inadimplência, que gera outros problemas na administração do condomínio.

A partir disso, o modelo condominial se insere em um projeto de disciplinarização da pobreza, seguindo um modelo adotado pelas principais políticas de habitações voltadas para os oriundos de favelas e periferias[1]. Diferentemente do que ocorre nos condomínios reservados às

1 Não é novidade na história do Rio de Janeiro, especialmente nesse pouco mais de um século de existência das favelas, o uso de políticas de habitação como dispositivos disciplinares. Como aponta Valladares (1991), os pobres urbanos presentes nas favelas e cortiços no início do século passado eram percebidos como "classes perigosas".

classes média e alta, nestes casos os agentes governamentais assumem centralidade na mediação dessas experiências de morar. Em muitos casos, a chegada a esses novos condomínios implicou adaptações por parte dos moradores, inclusive com o retorno de discursos pedagógicos sobre como "aprender a morar" em condomínio (Conceição, 2018).

Apesar desse projeto de disciplinarização e controle vindo do estado, Conceição (2018) compreende que os moradores desses condomínios desenvolveram, reformulando seus cotidianos, pequenas e grandes práticas de resistência ao projeto estatal. Muitas vezes, as formas de resistir nascem das brechas ou de uma leitura personalizada do mesmo projeto. Uma das principais práticas de resistência está na utilização do condomínio como dispositivo para projetos de *limpeza moral* (Leite; Machado da Silva, 2008). Ou seja, uma conduta específica em meio a essa mudança de moradia, como parte da construção da identidade, adotada pelos moradores dos condomínios populares (relacionada principalmente às memórias dos preconceitos que sofreram quando ainda moravam em favela) para limpar sua imagem dos efeitos do estigma de favelado. No estudo de caso apresentado por Conceição (2018), o principal dispositivo desse projeto era a morfologia do condomínio, devido à sua representação na hierarquia das habitações.

Como indicam os estudos reunidos neste Dossiê, é na articulação entre política habitacional, disputa por direitos e experiências cotidianas de vizinhança que se desenham os sentidos contemporâneos do habitar em condomínio. Ao mesmo tempo, compreender esses sentidos requer considerar que eles não são produzidos apenas na interface com o Estado ou com a cidade, mas também no interior dos próprios empreendimentos. É nesse ponto que o trabalho de Conceição (2018) encontra o de Bottino (2025), quando o condomínio é tomado como *locus* de uma análise centrada nos indivíduos que nele habitam, deslocando o olhar da dicotomia dentro *versus* fora que permeou grande parte dos estudos anteriores. A etnografia sobre vizinhança online, conduzida em um condomínio clube no subúrbio do Rio de Janeiro, mostra como a vida condominial se constitui em múltiplas escalas: no plano da política nacional de habitação e de seus desdobramentos locais, mas também nas disputas internas por cargos na administração, nos embates sobre regras e convenções e na negociação cotidiana de normas de convivência.

O digital, nesse contexto, não aparece como um adendo, mas enquanto espaço de

Era preciso criar maneiras de controlá-los e, ao mesmo tempo, colocá-los a favor do plano desenvolvimentista de nação como mão de obra barata. Os projetos voltados para a habitação pareciam ser privilegiados para dar conta de tal problema: eles tanto podiam afastar os pobres das regiões mais valorizadas como poderiam — quando acompanhado de estratégias "educativas" — ser úteis para transformar os pobres perigosos em "corpos dóceis" (Foucault, 2008). Exemplos disso podem ser vistos nos acontecimentos da década de 1940 com os parques proletários (Carvalho, 2003), da década de 1950 na Cruzada São Sebastião e também entre 1960 e 1970 nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM (Brum, 2012; Valladares, 1980).

sociabilidade em que se produzem debates, alianças, conflitos e decisões que reverberam no espaço físico desses empreendimentos habitacionais. Ao mesmo tempo, esses ambientes revelam práticas de solidariedade e trocas simbólicas que remetem ao princípio maussiano do "dar, receber e retribuir" (Mauss, 2017, p. 193 [1950]), mostrando que a vida condominial é atravessada por circuitos de reciprocidade que não se reduzem ao mercado imobiliário ou à lógica da segregação. Nesse sentido, Bottino (2025) evidencia que os condomínios podem ser entendidos como microcosmos políticos e sociais, espaços de invenção e reinvenção de modos de viver juntos, nos quais se entrelaçam regimes de autoridade, estratégias de participação e práticas de sociabilidade que complexifica os sentidos contemporâneos do habitar urbano.

A vida em condomínio, cada vez mais presente no cotidiano urbano brasileiro, extrapola os limites físicos da moradia e se projeta nas redes sociais como um fenômeno cultural e comunicacional de grande alcance. Se antes as tensões, fofocas e solidariedades permaneciam restritas ao espaço dos corredores e assembleias, hoje encontram no ambiente digital um campo ampliado de circulação. Grupos de vizinhos em WhatsApp e Facebook, naturalizados como parte da experiência condominial, produzem um intenso engajamento em torno de disputas cotidianas, pequenas querelas e formas de convivência que rapidamente se transformam em narrativas compartilhadas.

Essa dimensão é evidenciada, por exemplo, no perfil *Condomicos*[2], no Instagram, que alcançou milhares de seguidores ao postar diálogos, vídeos e fotografias enviados de todas as regiões do país, convertendo a vida condominial em espetáculo humorístico e em objeto de comentário público. Ao mesmo tempo em que diverte, esse tipo de exposição confere visibilidade a conflitos e negociações que, embora locais, adquirem ressonância nacional, transformando vizinhos anônimos em personagens coletivos. Revelam, ainda, o quanto o condomínio se tornou um tema capaz de mobilizar atenção, afetos e debates. Esse entrelaçamento entre cotidiano, redes digitais e representações sociais prepara o terreno para compreender como o espaço condominial também se converte em matéria-prima de produções culturais mais complexas.

Desse modo, abrimos o dossiê com *O condomínio fechado como personagem em Os Outros: uma entrevista com Lucas Paraizo*. Na entrevista, o roteirista, conhecido por trazer às telas temas ligados às desigualdades, tensões sociais e disputas de poder no Brasil, comenta os processos criativos que deram forma à série *Os Outros* (Globoplay, 2023–2025). Na interlocução, o espaço condominial aparece não apenas como pano de fundo da trama, mas como verdadeiro personagem, capaz de concentrar e expressar os dilemas, contradições e fragilidades da vida coletiva.

Paraizo descreve como, ao longo dos episódios, o condomínio se transforma em

2 Disponível em: https://www.instagram.com/condomicos?igsh=dmtoZTFhdWprY3F3. Acesso em: 20 out. 2025.

metáfora expandida das fronteiras nas cidades brasileiras: sua materialidade de muros, câmeras e aparatos de segurança opera enquanto dispositivo de exclusão, mas também como terreno de conflitos atravessados por disputas de autoridade, crenças religiosas e relações de vizinhança. A entrevista destaca o modo como o roteiro combina camadas de violência — física, simbólica e psicológica — a fim de revelar a permeabilidade desses enclaves, questionando a ilusão de ordem e estabilidade que este modelo habitacional promete nos seus materiais de divulgação.

Ao integrar o dossiê, a conversa de Paraizo com Bianca Freire-Medeiros, Alexandre Magalhães e Lorena Mochel amplia o diálogo entre urbanismo, cultura visual e crítica social, revelando como a dramaturgia pode iluminar modos particulares de convivência urbana. *Os Outros* emerge, assim, com uma proposta de reflexão sobre a fragmentação socioespacial e a complexidade das interações cotidianas em contextos marcados por fortes assimetrias.

Em seguida, em *Olhando a cidade pelos muros: das gated communities aos condomínios-cidade cariocas*, Rodrigo Cerqueira Agueda propõe uma reflexão sobre o condomínio como forma urbana contemporânea de grande impacto tanto na produção do espaço quanto na organização da vida comum. O artigo resgata a genealogia desse modelo, desde as experiências estadunidenses de *gated communities* até sua difusão no Brasil, destacando como a adaptação ao contexto local produziu formatos próprios, especialmente visíveis na paisagem da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Agueda argumenta que, embora façam parte de um fenômeno global, os condomínios merecem ser vistos em sua diversidade e heterogeneidade, uma vez que articulam agências, instituições e práticas que variam conforme cada território. Assim, ao invés de enxergá-los apenas enquanto enclaves ou repetições de padrões internacionais, o autor propõe tratá-los como campo fértil de investigação, em que múltiplas dimensões se entrecruzam. Nesse sentido, o papel desses empreendimentos no desenvolvimento urbano, sua constituição enquanto experiências de fechamento, e a importância das associações e instâncias intermediárias que regulam as relações internas são alguns dos temas que emergem desse espaço investigativo.

Ao discutir as especificidades da "vida de condomínio" carioca, o artigo oferece uma agenda de pesquisa capaz de repensar o lugar dos condomínios no urbanismo contemporâneo. Para a coletânea, sua contribuição é particularmente relevante por problematizar o alcance desse modelo habitacional no Brasil, indicando os muros não apenas como barreiras físicas, mas como dispositivos que reconfiguram formas de morar, organizar e imaginar a cidade.

No artigo *A moradia popular nas favelas: o regime de ordens ajustadas em um "condomínio do PAC" no Rio de Janeiro*, Bruno Coutinho de Souza Oliveira analisa, a partir do Complexo do Alemão, as tensões que marcaram a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Favelas) entre 2008 e 2012. O estudo, realizado a partir de trabalho etnográfico e em diálogo com a tradição da sociologia urbana, toma como ponto de partida

os conflitos cotidianos entre moradores de um conjunto habitacional recém-construído e a população da favela vizinha, desvelando disputas simbólicas e materiais que emergem do encontro entre modelos distintos de morar.

A investigação demonstra como esses empreendimentos se tornaram laboratórios de negociação de sentidos em torno da habitação popular, revelando a coexistência e o embate entre uma "ordem condominial", inspirada nos formatos de moradia de classe média, e uma "ordem comunitária", ancorada em práticas enraizadas nas sociabilidades da favela. O resultado é uma dinâmica marcada pela oscilação permanente dos moradores entre regras desejadas e modos efetivamente praticados de uso dos espaços comuns, ambiguidade que traduz as contradições do processo.

Ao trazer narrativas e trajetórias pessoais de residentes, o artigo revela a complexidade de formas de pertença e convivência em questão. Mais do que um estudo de caso, o texto problematiza as consequências de políticas públicas que, concebidas externamente às dinâmicas locais, tendem a desconsiderar suas necessidades concretas, servindo como imposição urbanística hierarquizada e fragmentada. Na coletânea, este trabalho contribui para evidenciar a construção da cidade através das disputas de sentido, em que habitar significa também negociar ordens, expectativas e formas de viver.

Já em *O Programa Minha Casa Minha Vida ainda em descompasso com o "direito à cidade": um estudo no Parque dos Búfalos da cidade de São Paulo*, Diego Borges Cordeiro examina os efeitos de um dos maiores programas habitacionais do país, situando-o a partir dos debates sobre planejamento urbano e justiça social. O artigo toma como referência empírica o Condomínio Residencial Espanha, localizado no Jardim Apurá, zona sul de São Paulo, empreendimento que integra as realizações do Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A pesquisa se apoia em bibliografia especializada, relatórios do Ministério Público paulista, entrevistas extensivas com moradores-beneficiários e trabalho de campo contínuo entre os anos de 2017 e 2023. Esse conjunto de métodos permitiu ao autor demonstrar de que forma a lógica do setor imobiliário, principal beneficiário do Programa, se sobrepõe às demandas locais, produzindo contradições ambientais, territoriais e sociais. Ao invés de efetivar o "direito à cidade" — entendido como acesso plural e inclusivo ao espaço urbano — o caso estudado revela como o PMCMV pode reproduzir desigualdades e, em certas circunstâncias, configurar verdadeiros problemas públicos.

O artigo ressalta que, embora pensado para ampliar o acesso à moradia, o Programa se encontra em desajuste quanto aos ideais de inclusão urbana, resultando na produção de cidades marcadas por fragmentação e vulnerabilidade. Ao destacar a experiência do Parque dos Búfalos, Cordeiro oferece uma contribuição fundamental para compreender as tensões entre políticas habitacionais de larga escala e as realidades sociais e ambientais concretas que

moldam o cotidiano vivido em condomínios.

Em diálogo com as contradições entre o urbanismo modernista e as múltiplas formas de habitar, o artigo *Vida além do plano: um condomínio de quitinetes no Plano Piloto de Brasília*, de Alice Roberte de Oliveira, oferece uma perspectiva singular sobre a vida cotidiana em espaços pouco explorados pelas ciências sociais. A autora, que conduz sua pesquisa também a partir da imersão como moradora e etnógrafa, investiga os significados do morar em condomínios de quitinetes no coração da Capital Federal, articulando trabalho de campo, registros fotográficos, entrevistas e participação em redes digitais de sociabilidade.

O estudo contrasta esse universo residencial com a concepção original das superquadras idealizadas por Lucio Costa, projetadas enquanto espaços abertos de convívio coletivo, sem cercas ou muros. Face a esse ideal modernista, o condomínio de quitinetes aparece como experiência habitacional distinta, marcada por enclausuramento, práticas de vizinhança próprias e estratégias de acesso à cidade e a seus recursos. Tal contraste não apenas ilumina demandas atuais de mobilidade, moradia e bem-estar social das camadas médias, como também revela os efeitos de processos de urbanização e especulação que têm reconfigurado o Plano Piloto e suas formas de vida.

Nesse sentido, o texto de Oliveira reposiciona o debate sobre Brasília para além do traçado tombado, mostrando como a criação de novas modalidades de morar atualiza, tensiona e, em certa medida, desloca os sentidos atribuídos ao projeto de cidade. O condomínio estudado emerge, assim, como testemunho de uma urbanidade em movimento, capaz de propor alternativas não previstas pelo desenho modernista, mas centrais para compreensão das condições da capital federal na atualidade.

Por fim, em *Melhorar de vida em meio às ruínas: etnografias em condomínios e o legado do Comperj*, Stefany Ciolfi de Souza investiga, a partir de uma etnografia de longa duração, as repercussões sociais e urbanas do colapso do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) na cidade de Itaboraí. O artigo acompanha a trajetória de uma rede familiar, com destaque para três mulheres, Quitéria, Fabiana e Débora, explorando como suas práticas cotidianas, arranjos domésticos e redes de apoio se converteram em estratégias de ascensão e reorganização da vida em meio ao esvaziamento econômico local.

A pesquisa revela um paradoxo instigante: enquanto a interrupção do Comperj significou frustração das expectativas de desenvolvimento regional, também abriu brechas inesperadas no mercado imobiliário, permitindo a famílias de renda média o acesso a condomínios antes restritos a segmentos mais privilegiados. Nesse sentido, o artigo ilumina como deslocamentos urbanos e transformações estruturais podem ser reinterpretados a partir das micropolíticas do cotidiano, sobretudo das ações femininas que sustentam projetos familiares em cenários de incerteza.

Ao tomar a casa como eixo analítico e espaço decisório central, Souza propõe enxergar o "melhorar de vida" não como simples narrativa de ascensão econômica, mas como processo marcado por criatividade, negociação e ressignificação diante da instabilidade. Desse modo, o artigo explora como ruínas de promessas de desenvolvimento se transformam em terreno fértil para novas formas de habitar e reinventar possíveis futuros urbanos.

Ao final e não menos importante, nossa imagem de capa é de Thiago Facina, fotógrafo do Rio de Janeiro, e foi registrada em setembro de 2025 na região portuária da cidade. Seu autor nos descreve e apresenta a imagem em palavras certeiras:

Vemos um edifício grande, inacabado, parcialmente coberto por telas fachadeiras — nome que descubro enquanto escrevo. Também vemos no primeiro plano, logo abaixo do edifício, o que é hoje um muro decadente, mas que, provavelmente, já foi uma bela fachada em um tempo que parece "antigamente". Abandonado, o muro recebeu uma arte de rua em que podemos ler "estou aqui".

São as tais telas fachadeiras e a presença de guindastes que nos induzem a pensar que se trata de uma construção e não de um local abandonado. O cinza da construção, das telas e do céu nublado formam uma paisagem distante das imagens límpidas, realistic renders, usadas nos anúncios que oferecem as futuras unidades habitacionais do local. More no centro do Rio.

O prédio em construção é mais um dos que se enfileiram na zona portuária do Rio de Janeiro. São anunciados em parcelas populares que cabem no bolso de quem pode pegar o devido crédito - o preço final nunca é mostrado. Quando pensei em fotografar o fenômeno - de uma dezena ou mais de prédios subindo quase simultaneamente no mesmo local - queria estabelecer um diálogo com a claustrofóbica série do Michael Wolf chamada Arquitetura da Densidade. Com a lente certa e no local exato, eu poderia fazer com que vários prédios fossem justapostos dando a ideia de aglomerado, de adensamento. Mas, passando pela rua, pude observar o muro grafitado "estou aqui". Caiu a ficha de que eu não estava na China fotografada por Michael Wolf, mas aqui, na zona portuária do Rio de Janeiro, com Milton Santos sussurrando: o espaço é a acumulação desigual de tempos. Convido o espectador a olhar para a paisagem com esta frase a tiracolo.

REFERÊNCIAS

1. BEM, Cleide Perito de. **Casas, casebres e condomínios**: segregação espacial e relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, um bairro de Curitiba. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

2. BEZERRA, Tainá Ometto. **Estilo de vida e expansão urbana**: um estudo sobre os condomínios horizontais de Piracicaba. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

3. BOTTINO, Caroline Martins de Melo. **"A vizinhança tá on"**: sociabilidade em um condomínio clube nos subúrbios cariocas. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2025.

4. BRUM, Mario. **Cidade Alta**: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. São Paulo: Ponteio Edições, 2012.

5. CALDEIRA, Teresa. Fortified enclaves: the new urban segregation. **Public Culture**, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 303–328, 1997.

6. CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EdUSP, 2000.

7. CARDOSO, Adauto Lucio; MELLO, Irene De Queiroz e; JAENISCH, Samuel Thomas. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. *In*: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcio Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 73-102.

8. CARVALHO, Monique Batista. **Questão habitacional e controle social**: A experiência dos parques proletários e a ideologia "higienista-civilizatória do Estado Novo". 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

9. CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da "PACificação". **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, abr./jun. 2013. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7424. Acesso em: 10 out. 2025.

10. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **"Sossega, moleque, agora você mora em condomínio"**: segregação, gestão e resistência nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2018.

11. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. As políticas de moradia do PAC/PMCMV e os condomínios como dispositivos de controle e "pacificação". *In*: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. p. 129-141.

12. CUNHA, Juliana. **Nossa casaca é dupla-face**: dinâmica socioespacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

13. FERREREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 160, 1981.

14. FLUSTY, Steven. **Building paranoia**: the proliferation of interdictory space and the erosion of spatial justice. Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning, 1987.

15. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

16. GIFALLI, Samantha. **A produção do espaço entre os muros da Colônia Juliano Moreira**: a construção de um bairro na Baixada de Jacarepaguá. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

17. LEITE, Márcia Pereira; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.). **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 47-76.

18. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ubu, 2017 [1950]. p. 191-308.

19. OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. **Não tem essa de separação, aqui é tudo Complexo do Alemão!** Uma etnografia dos espaços urbanos em um conjunto residencial no Rio de Janeiro. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

20. PATRIOTA DE MOURA, Cristina Patriota de. Condomínios e gated communities: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 209-233, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.970. Acesso em: 10 out. 2025.

21. PATRIOTA DE MOURA, Cristina Patriota de. **Condomínios no Brasil Central**: expansão urbana e antropologia. Brasília: Letras Livres: Editora UnB, 2012.

22. PETTI, Daniela Ramos. **Perdi minha casa, agora tenho outra vida**: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa, Minha Vida. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

23. TRINDADE, Claudia Peçanha da. **"Não se faz omelete sem quebrar os ovos"**: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

24. VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

25. VALLADARES, Licia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOSCHI, Renato Raul (org.). **Corporativismo e desigualdade**: A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo: IUPERJ, 1991. p. 81-112.

26. VELAZCO, Dafne. **A trama das casas**: mulheres e cotidiano na Cidade de Deus. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Caroline Martins de Melo Bottino
Professora adjunta II da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0419-9777. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: caroline_bmelo@yahoo.com.br

Wellington da Silva Conceição
Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9172-6189. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: Wellington.sc@ufma.br

Frank Andrew Davies
Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7340-627X. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: daviesfr@gmail.com

Mariana Cavalcanti
Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia pela University of Chicago, Estados Unidos. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9633-9513. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: marianacavalcanti@iesp.uerj,br

O condomínio fechado como personagem em *Os Outros*: uma entrevista com Lucas Paraizo

The gated community as a character in *The Others*: an interview with Lucas Paraizo

Bianca Freire-Medeiros
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Alexandre Magalhães
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Lorena Mochel
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A entrevista com o roteirista Lucas Paraizo, celebrado por sua autoria em projetos audiovisuais que tensionam iniquidades e relações de poder estruturantes da sociedade brasileira, tem como foco a série *Os Outros* (Globoplay, 2023–2025). Conversamos sobre as estratégias utilizadas por Paraizo e sua equipe para construir um enredo dramático em que o espaço condominial assume protagonismo narrativo, funcionando como metáfora de contradições sociais e subjetivas. Ao mesmo tempo infraestrutura material e simbólica, na série, os condomínios assentam-se em valores, crenças e discursos que sustentam e moldam uma organização social baseada no medo da alteridade. Ele nos conta sobre os processos reflexivos que levaram a desenhar, ao longo de 24 episódios, um enredo no qual os conflitos entre vizinhos articulam diferentes formas de violência — física, simbólica, psicológica — e, ao extrapolarem o espaço doméstico, refletem disputas mais amplas sobre religião, autoridade e pertencimento. Assistindo ao desenrolar da trama, percebe-se como muros, câmeras e dispositivos de segurança privada possibilitam a esses enclaves urbanos produzirem fronteiras que, embora densas, revelam-se porosas e atravessadas por tensões internas e externas que colocam em xeque o ideal de controle e harmonia. Argumentamos que *Os Outros* oferece uma plataforma para se pensar criticamente sobre as formas contemporâneas de convivência urbana no enlace entre fragmentação socioespacial e intersubjetividades em conflito.

Palavras-chave: Dramaturgia, Audiovisual, Conflito urbano.

Recebido em 20 de maio de 2024.
Aceito em 25 de junho de 2025.

CC BY

ABSTRACT

The interview with screenwriter Lucas Paraizo, acclaimed for his authorship of audiovisual projects that explore inequities and the power relations structuring Brazilian society, focuses on the series *Os Outros* (*The Others*, Globoplay, 2023–2025). We discussed the strategies employed by Paraizo and his team to craft a dramatic plot in which the gated communities take on a central narrative role, functioning as a metaphor for social and subjective contradictions. At once a material and symbolic infrastructure, in the series, fortress suburbs are founded on values, beliefs, and discourses that sustain and shape a social organization based on the fear of otherness. He shares with us the reflective processes that guided the creation, over the course of 24 episodes, of a storyline in which conflicts between neighbors intertwine various forms of violence—physical, symbolic, and psychological—and, as they exceed the domestic sphere, reflect broader disputes over religion, authority, and belonging. As the plot unfolds, one observes how walls, surveillance cameras, and private security systems enable these urban enclaves to produce boundaries that, though dense, prove porous—crossed by internal and external tensions that challenge the ideal of control and harmony. We argue that *The Others* offers a platform for critical reflection on contemporary forms of urban coexistence, where sociospatial fragmentation and intersubjective conflict are closely intertwined.

Keywords: Dramaturgy, Audiovisual, Urban conflict.

INTRODUÇÃO

Lucas Paraizo formou-se em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e lá atuou como professor de roteiro, ofício que aprimorou na tradicional Escuela Internacional de Cine y Televisión (EICTV) de Cuba. Seu percurso formativo seguiu na movimentação entre o arquipélago caribenho e Barcelona, onde cursou pós-graduação na Escola de Cinema da Catalunha e mestrado em Artes Cênicas pela Universidad de Barcelona (UB). Essas mobilidades transnacionais, sempre ancoradas no Rio de Janeiro, sua cidade natal, produziram não só uma apreensão diferenciada da gramática da televisão e do cinema, mas uma sensibilidade particular diante daquilo que se convencionou chamar de realidade social.

No meio audiovisual, diz-se com frequência que Paraizo é um dos maiores nomes da "nova geração", mas já se vão quase duas décadas desde que ele debutou como roteirista no curta-metragem *Passeig nocturn* (2007). A carreira como roteirista de cinema se consolidou em obras documentais e ficcionais tão diversas quanto *Divinas Divas* (2016), *Gabriel e a Montanha* (2017), *Aos Teus Olhos* (2017) e *Divino amor* (2019). Na televisão aberta, sua atuação como roteirista ganhou destaque na série *Justiça* (2016), criada por Manuela Dias e exibida pela TV

Globo. A produção trouxe uma proposta narrativa inovadora, com quatro histórias interligadas a partir de um mesmo dia na cidade do Recife, enredando o público em diferentes pontos de vista sobre justiça e vingança.

Em *Sob Pressão* (2017–2023), Lucas Paraizo assumiu pela primeira vez o papel de criador de série (ao lado de Jorge Furtado, Renato Fagundes e Andrucha Waddington), além de atuar como redator final durante toda a trajetória da série, que nasceu da adaptação de um filme homônimo de 2016. Ao longo das cinco temporadas, a produção se consolidou como uma das mais aclamadas da televisão brasileira. O hospital fictício, localizado na capital fluminense, funciona como uma metáfora, por assim dizer, da cidade em colapso numa trama ao mesmo tempo visceral e delicada. A crítica foi unânime ao reconhecer que Paraizo imprimiu à série um tom ético e socialmente engajado na abordagem sobre a precariedade do sistema de saúde pública, as desigualdades estruturais e os dilemas enfrentados pelos profissionais de saúde, sempre esgarçados entre a vocação e a exaustão.

Mas a consagração definitiva de Lucas Paraizo como um roteirista particularmente sensível às temáticas urbanas veio com *Os Outros*, série lançada pelo Globoplay, em 2023, e motivação maior desta entrevista. Foi uma conversa longa, gravada de maneira remota em fevereiro de 2025, que pretendeu cobrir diversos matizes sobre os temas centrais da série — violência, medo e segregação urbana —, além da presença de novos agentes políticos nessas dinâmicas: do crescimento evangélico à pervasividade das tecnologias digitais. A série apresenta os condomínios fechados como personagens centrais, principalmente aqueles de classe média e alta; a partir desse protagonismo, trata de questões complexas, como a intolerância e a busca por segurança.

A análise de certas formas urbanas no Brasil, especialmente a de condomínios fechados — ou *enclaves fortificados*, na arguta expressão de Teresa Caldeira (2000) —, é essencial para entender os desafios políticos e sociais que emergem desses espaços. O fenômeno dos projetos habitacionais exclusivos, sejam os de luxo ou os populares, tem ganhado as telas, sendo tematizados em obras como *O Invasor* (2001) e *O Som ao Redor* (2012), que dramatizam como o desejo de autossegregação reforça dinâmicas de desigualdade e a intensificação de um medo coletivo. A entrevista com Lucas Paraizo dialoga diretamente tanto com o que certas obras audiovisuais encenam quanto com as linhagens dos estudos urbanos brasileiros que abordam a segregação socioespacial e a fragmentação da cidade.

Em *Os Outros*, os condomínios expressam a tentativa de criação de uma "cidade dentro da cidade" — ilhas urbanas supostamente protegidas da violência e das hierarquias raciais que atravessam as metrópoles brasileiras. Apresentados como microcosmos de uma cidade idealizada, esses empreendimentos prometem bem-estar, ordem e exclusividade. Ao promover o distanciamento em relação aos riscos e tensões da convivência com a alteridade, reforçam

o desejo de isolamento e, ao mesmo tempo, preservam e aprofundam as estruturas que sustentam os privilégios historicamente vinculados às desigualdades socioespaciais. Longe de oferecer uma solução, essa infraestrutura material e simbólica atualiza e reconfigura dinâmicas de pertencimento e identidade, instaurando novas fronteiras excludentes. Tais fronteiras, alimentadas por um medo difuso e multifacetado, contribuem para a consolidação de uma lógica de controle que opera tanto nas relações externas quanto internas do condomínio. A série explicita essas clivagens ao revelar hierarquias internas marcadas por dinheiro e prestígio, visíveis na metragem das unidades habitacionais e na disposição espacial de cada edificação.

Ao isolar os residentes por meio de barreiras físicas e *checkpoints* — muros, câmeras de vigilância, controle rigoroso nas portarias —, os condomínios criam regimes de mobilidade que buscam estabelecer demarcações nítidas entre "nós" e "eles". Tal regime não apenas consolida a sensação de estabilidade interna, mas também cria um contínuo entre outros espaços associados a classes socioeconômicas mais favorecidas: a escola particular que se assemelha a um clube, o shopping center bem iluminado, a luxuosa academia de ginástica. Entretanto, como é próprio aos regimes de mobilidade, e a série tão bem demonstra, não há como eliminar por completo as fricções e as linhas demarcatórias podem ser borradas (cf. Freire-Medeiros e Lages, 2020). A promessa com a qual essas zonas de acesso restrito acenam estará, por consequência, fadada à irrealização.

Evidencia-se de que forma os condomínios, embora se apresentem como espaços bem circunscritos e alheios aos inúmeros conflitos que constituem a trama urbana, são por eles atravessados. *Os Outros* demonstra de forma contundente que os limites desses empreendimentos não são estanques — ao contrário, revelam-se permeáveis e percorridos por múltiplas conexões, à semelhança de outras fronteiras urbanas descritas por Gabriel Feltran (2011). A imagem de espaços autocontidos, protegidos e isolados não passa, portanto, de uma construção idealizada — tantas vezes sustentada por lógicas de mercado — que desconsidera as trocas contínuas que os delineiam. Parafraseando Rafael Godoi (2015), são inúmeros os vasos comunicantes que articulam o condomínio ao restante da cidade, fazendo circular pessoas, bens, imagens e formas de violência que o constituem e desestabilizam qualquer pretensão de equilíbrio.

Em suas duas temporadas, a série sugere uma crítica ao fato de que, em localidades nas quais proliferam "comunidades planejadas", como a Barra da Tijuca (mas não apenas), violência e corrupção não desaparecem, mas se reorganizam, adaptando-se à nova configuração. Lucas Paraizo lembra que o ideal de segurança e homogeneidade, representado pelas câmeras, grades e agentes de proteção patrimonial privada, emerge como uma resposta ao medo, mas também como um reflexo da vulnerabilidade desses mesmos espaços. Ele reconhece que, se as pessoas buscam os condomínios para estar protegidas da violência, elas próprias alimentam uma realidade de medo e opressões cujos efeitos indesejados incluem a intensificação da barbárie e

a fragmentação urbana.

Em *Os Outros*, a violência é retratada, portanto, de forma multifacetada: desde o abuso psicológico e emocional até as tensões geradas pela desigualdade social e desencontros entre papeis de gênero e geracionais. A opção por trabalhar com personagens complexos que trazem temas como crime, milícias, maternidade, gravidez na adolescência, masculinidades, crescimento evangélico, entre outros, evidencia a pluralidade dos conflitos urbanos, que não se restringem apenas à violência "externa", mas também se alimentam de disputas internas de poder e controle.

Na série, acompanhamos essas disputas por meio de dramas familiares tão estranhos quanto prosaicos. Ao representar a fragmentação da cidade em "castas econômicas", como Paraizo nomeia na entrevista, o condomínio se torna, antes de tudo, cenário sagrado para garantia da proteção do núcleo familiar. A busca incessante pela segurança individual nas grandes cidades dilui fronteiras percebidas à primeira vista como rígidas, expondo constantes negociações de limites morais que remetem às clássicas noções de risco e contágio propostas por Mary Douglas (2014).

Lucas Paraizo nos contou sobre as transformações adotadas para a segunda temporada, quando se propôs a refletir mais amplamente sobre o imaginário de família idealizado pela ascensão social aos condomínios. Nesse novo momento, *Os Outros* adensou em questões relativas aos valores religiosos que compõem essas dinâmicas urbanas econômicas, adicionando camadas que dialogam com estudos socioantropológicos sobre o tema. Desde os anos 1980, diferentes perspectivas das Ciências Sociais já apontavam para as transformações causadas pelos "cinturões pentecostais" (Mafra, 2011, p. 1)[1] nas periferias brasileiras, além da forte influência do liberalismo norte-americano nas missões protestantes que chegaram ao Brasil.

Em paralelo às análises políticas que reduzem evangélicos ao campo conservador, iniciativas de inclusão e diversidade no campo do audiovisual vem deslocando esses grupos (sobretudo os de denominações pentecostais) do lugar de alteridade e exotificação em que foram colocados nos debates públicos. Lucas Paraizo se soma a estas iniciativas. Ao mesmo tempo em que busca fugir dos frequentes estereótipos de fanatismo, alienação e manipulação mental que assola esta parcela da população, aposta em representações relacionadas à sexualidade da mulher cristã, uso de drogas ilícitas e vivência da fé fora dos templos. Na série, acompanhamos personagens evangélicos que habitam a classe média alta, cuja vida religiosa não segue formatos institucionalizados, mas adota a fluidez dos "círculos de oração" e reproduz o clássico formato da igreja em células nas dinâmicas dos condomínios.

1 Vale ressaltar que o termo entre aspas foi referenciado por Mafra, no mesmo artigo citado, como menção feita por Paul Freston durante uma mesa em que a autora também participou.

Paraizo indicou, ainda, como esses valores de virtude e pureza que aderem os estilos de vida dos condomínios de alto padrão projetam fantasias de segurança que invadem relações de afeto em diferentes níveis. "O Outro", também nome do jogo de simulação virtual em que dois vizinhos se relacionam amorosamente na temporada mais recente, brinca com a falta de limites entre real e imaginação, em que *online* e *offline* são domínios que não são sentidos separadamente — como já apontado por estudos sobre a vida social na internet (Miller; Horst, 2012; Gomes; Leitão, 2017; Hine, 2020). O Outro Ideal é representado em suas dimensões urbanas, que cruzam espaço público e doméstico. Agora ampliado pelas tecnologias digitais, seus parâmetros inalcançáveis transformam arranjos familiares e aperfeiçoam desigualdades sociais por meio de novas técnicas de vigilância na cidade.

A entrevista com Lucas Paraizo expõe como a imaginação ficcional nos permite refletir sobre os processos que tornaram os condomínios fechados em uma expressão das contradições urbanas do Brasil. Com as personagens plenas de ambivalências, podemos questionar os mecanismos de controle que atravessam esses espaços e como eles são alimentados pelo medo, pela violência e pela busca incessante por segurança, ao custo da convivência e da solidariedade. A análise desse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro, e em outros contextos urbanos brasileiros, contribui para uma compreensão mais significativa da transformação das formas de habitar e da construção da cidade contemporânea.

A ENTREVISTA

1) A série explora a ideia de 'O Outro' e como ela alimenta o medo e a desconfiança, transmutando pequenos conflitos em tensões coletivas que escalam os limites e escapam de qualquer controle. O que motivou a ideia de fazer do conflito entre vizinhos em condomínios fechados o fio narrativo nas duas temporadas da série?

Lucas Paraizo: Uma coisa inicial, sobre a qual eu pouco falo: eu tento, na medida do possível, fazer trabalhos com propósito. É muito difícil, e eu não estou dizendo que as pessoas que não fazem isso não tenham propósito. Falo do meu propósito. A universidade me ensinou a ter propósito ou a buscar propósitos. Eu tenho uma trajetória de vida, fui morar em Cuba, fiquei três anos lá. Ter morado em Cuba mudou muito o meu olhar sobre as coisas. Não estou falando que eu sou comunista, ou a favor, mas ampliou o meu olhar sobre a complexidade do ser humano. Junto com isso, veio *Sob Pressão*, que durante sete anos me levou para os hospitais públicos aqui do Rio de Janeiro e trouxe a discussão sobre a saúde pública de uma maneira muito visceral, muito realista. Acho que a soma desses fatores foi me fazendo ser uma pessoa muito crítica no meu trabalho, a dar propósito ao que eu faço. E acho que *Os Outros* nasceu

dessa vontade.

Os Outros talvez tenha começado como uma série muito cerebral, com a ideia de fazer uma reflexão social sobre a intolerância, sobre a família. Minha cabeça trabalha num método muito industrial — eu faço televisão para a massa, para o povo, para as pessoas, para uma quantidade de gente muito grande. Então eu tenho que, em algum lugar, negociar com muitas perspectivas, senão não tem graça. *Os Outros* veio desse desejo de falar sobre essas coisas e veio a partir de uma demanda industrial do meu trabalho, depois de *Sob Pressão*, de que fizéssemos uma série sobre a família brasileira.

Diziam para mim: "vamos fazer um *This Is Us*, você que foi tão bom com a emoção no *Sob Pressão"*. E aquilo ficou na minha cabeça. Fui ver o *This Is Us*, fui ver várias séries de dramas familiares. Do mesmo jeito que eu fui para casa quando encomendaram o *Sob P ressão* e fui ver séries médicas americanas — *E.R.*, *Grey's Anatomy*. Falei: isso não é o Brasil! Esses hospitais não existem no Brasil!

Eu comecei a ter a ideia em 2019, em 2020, foi por ali mais ou menos que eu escrevi *Os Outros* que Bolsonaro estava no poder. A gente estava vivendo um momento em que os dramas familiares estavam muito voltados para uma polarização da sociedade brasileira. Quando fui ver *This Is Us* para entender o que eles queriam, também falei: gente, isso não é o Brasil! *Os Outros* vêm de uma combinação entre entender de certa maneira o contexto que a gente estava e o lugar que a gente vive e adicionar algumas referências.

Eu dou muito valor à academia também, minha formação vem primeiro do jornalismo. Depois, fui tendo muita referência, fui vendo muita peça de teatro, lendo muito livro, vendo muito filme. Isso me abastecia. Eu não sabia nem o que eu ia fazer com isso. E aí uma hora você começa a entender que aquilo tudo que você foi juntando e colecionando, talvez sabendo ou sem saber, chega. *Relatos Selvagens*, filme argentino de que eu gosto muito, coloca as pessoas em um estado de reação, que eu também estava vendo na gente. Fui entender no *Parasita* a mistura de gêneros, que é um negócio muito importante para a dramaturgia.

De tudo isso junto, mais a premissa de falar sobre a família brasileira, nasceu *Os Outros*. *Sob Pressão* me deu o know-how de assistir a muito telejornal. O RJTV [telejornal local da TV Globo no Rio de Janeiro] pautava muito o *Sob Pressão* por conta da saúde ser o que é, infelizmente, na nossa cidade, no nosso país. Apesar de eu ser um defensor ferrenho do SUS. Aconteceu disso, nos *Outros*, de eu ficar muito ligado nas coisas que aconteciam. Matérias no Fantástico, como uma história que aconteceu em Brasília, de uma mãe que bateu no garoto, porque o garoto bateu no filho dela, segurou o garoto e mandou o filho dela bater. Ou do cara que atirou da janela contra os cachorros na varanda do vizinho do condomínio. Enfim, exemplos pontuais desses *zeitgeists* que estavam circulando na minha cabeça, cheia de referências. E aí veio o *Deus da Carnificina*, uma referência muito direta de briga de filho como ponto de partida.

Na época eu conversei com a Fernanda Torres, que é autora junto comigo do argumento. A Nanda trouxe a ideia da cena da briga, e essa briga escalava e chegava nos pais, muito parecido com o começo do *Deus da Carnificina*. Inclusive, em algum momento a gente pensou em comprar os direitos, eu falei: "não, Nanda, não vamos comprar direito de nada, isso é só um ponto de partida". Algumas pessoas falam: "mas está imitando"... Gente, olha o tamanho de *Os Outros*, olha o tamanho do *Deus da Carnificina*! Acho que é uma discussão infértil.

A partir daí eu comecei a pensar numa estrutura, porque eu acho que série é um formato que o público pede alguma cara, alguma marca. A nossa foi começar por uma cena e terminar por aquela mesma cena. Só que você a vê depois de 50 minutos com uma outra perspectiva. Acho que isso é o famoso "conseguir mudar a perspectiva das pessoas". Isso é o que *Os Outros*, com esse propósito que eu tenho, tenta fazer. É essa combinação de tema, contexto, referência — e uma dose de não sei! Por mais otimista que eu fosse com essa série, eu não imaginei que fosse ter tanta repercussão. Veio um psicanalista falar comigo, levamos muito assunto para divãs! Que bom, porque eu acho que é muito mais sobre isso do que sobre mim. A graça é essa, do trabalho que a gente faz.

2) As mudanças refletidas no último Censo religioso sobre o crescimento evangélico têm protagonismo em alguns de seus trabalhos como roteirista, a exemplo do filme *Divino Amor* (Globofilmes, 2019), sendo também destacadas na segunda temporada de *Os Outros*. Há leituras, filmes e outras obras que inspiraram essa preparação para a série?

Lucas Paraizo: Existe o que você falou: o Censo brasileiro está trazendo o protagonismo evangélico por si, é autoexplicativo. Então, quando esse fenômeno está acontecendo, o meu desejo enquanto autor é dialogar com o fenômeno. Eu me interesso pelas pessoas, pelos contextos. Isso sem querer ser muito conclusivo, eu não sou um cara que me considero um autor conclusivo, eu gosto mais de abrir espaço para discussão. Claro que eu me posiciono, obviamente, mas eu acho que falar dos evangélicos era meio inevitável se eu fosse coerente com o que eu estou fazendo. Eu tento, nem sempre eu consigo, mas eu tento.

Então, eu acho que é primeiro isso; e segundo porque eu acho que a comunidade evangélica foi sempre retratada de uma maneira muito *flat*, muito unilateral, de um único jeito. Eu sou um homem católico, fui criado católico, não sou um católico praticante, mas tenho visto uma aproximação que eu nunca tinha visto. Mas a representação disso no audiovisual não condizia com o que eu estava vendo perto de mim. E aí eu acho que o desejo de falar da religião evangélica vem disso, vem sim muito do *Divino Amor*, que foi um filme importante enquanto referência do fanatismo. Mas eu ainda acho que no *Divino Amor* a gente explorou poucas camadas. Tinha a camada da maternidade, que ela se assemelha bastante, mas eu achava que ainda era uma crítica de fora. Apesar de todo orgulho que eu tenho de ter feito esse filme,

eu acho que ele foi um degrau na construção da minha visão sobre a comunidade evangélica.

Os Outros foi uma oportunidade de juntar uma experiência prévia, que eu achava que estava incompleta, com um assunto que eu achava que precisava ser discutido. Primeiro, tirar o evangélico do centro da igreja, não ter pastor, não ter nada disso, porque circunscreve demais a representação dos evangélicos. Resolvi falar da mulher cristã — as personagens femininas me interessam muito, talvez porque não as precise entender completamente. Eu gosto da complexidade e acho que as mulheres são muito mais complexas que os homens e interessantes por causa disso (com todo respeito aos homens!). Então, para mim, foi juntando isso que nasceu a Raquel, que é essa mulher cristã. A gente fez uma pesquisa extensa na Barra. Aliás, o departamento de pesquisa dos Estúdios Globo, o Dimas Novais e a Paula Freitas, foi essencial nesse processo, trouxe um material sobre a mulher cristã muito completo. Isso é fundamental para um autor que pretende lidar com a realidade: mesmo distorcendo a realidade, ter um ponto de partida na realidade.

A gente foi atrás dessa mulher cristã, que é essa mulher que, sim, ela pode, eventualmente, ter relações sexuais para além do casamento. Não infiéis, mas como ser sexual na vida, assim como eles podem beber num desvio, num lapso, assim como eles, por mais que não digam, pensam sobre a questão do aborto. O bem e o mal brincando com tudo isso. Eu lembro, por exemplo, que fiquei com muito medo da cena da maconha, no oitavo episódio, fiquei preocupado com o quanto aquilo poderia ser mal interpretado. E não foi. Fiquei muito feliz, porque eu queria parar com a hipocrisia. Eu achava divertido que eles pudessem também e que a gente pudesse rir junto com eles. Isso era bom. "Eles", eu falo, porque eu tenho milhões de pessoas evangélicas ao meu redor. Quase "nós", porque fazemos parte da mesma sociedade. A gente não é separado por religião — em alguma instância sim, em outra não. Poder cruzar essas fronteiras e brincar com eles, como eu posso brincar com o meu irmão, como posso brincar com o meu vizinho, eu não queria que eles ficassem de fora dessa discussão da intolerância.

Foi esse o nosso desejo de falar, de tentar trazer essa Raquel humana. Como é que se faz isso? Você tem que amar essa personagem, você tem que sofrer com ela, você tem que acreditar nela. E eu acho que a Letícia Colin faz isso muito bem. Só que passa também por ter um vizinho miliciano, por quem ela tem desejo. Por que a gente não pode falar desse desejo? De onde que o evangélico não tem inconsciente? Eu acho que se colocar ele numa única camada, numa única leitura, não está trazendo para o debate, só está afastando. Eu acho que, para mim, o desejo de falar sobre a comunidade evangélica vem dessa mistura de coisas.

3) Como você já adiantou, o formato escolhido para destacar a presença evangélica não corresponde ao imaginário mais popular deste público no audiovisual. Isto vale tanto para as representações de espaços de fé por meio do formato de células, o que se diferencia da ideia mais frequente de práticas religiosas nos templos, quanto pela escolha por

personagens evangélicos de classe social mais alta. Como essas escolhas que destacam mudanças religiosas recentes no Brasil dialogam com os novos conflitos da segunda temporada?

Lucas Paraizo: Apesar de não ter tido a repercussão que teve a primeira temporada, sou muito orgulhoso porque eu acho que a gente realmente conseguiu falar com pessoas que não falam que viram a série, mas que acabaram confessando que viram e se sentiram representadas. É engraçado, as pessoas são tímidas em reconhecer isso. Por isso que eu acho que não causou o mesmo estardalhaço que a primeira, o que foi realmente inesperado. Mas eu acho que vem de tirar o evangélico do lugar de uma comunidade socioeconômica menos favorecida e colocar num contexto que você não está acostumado a ver, nesse novo espaço, que não é um espaço da periferia. A gente também fala de uma classe que está ascendendo e que tem crenças diferentes da que estava como *status quo*, que era a religião católica. Os evangélicos têm dinheiro, os evangélicos têm poder, os evangélicos têm influência e os evangélicos são sempre tratados como personagens.

A questão do protestantismo, a questão da relação com o dinheiro, o *self-made man*, esse evangélico tem referência nos Estados Unidos, muito ligado ao olhar americano, ao empreendedorismo e à vida nos condomínios da Barra. Fazemos uma nova classe que também ajuda dentro do formato da série, porque a série é uma espécie de antologia: na primeira temporada, se tem um espaço, na segunda, outro espaço, na terceira, outro espaço e os personagens tentam se adequar a algum dos espaços. Eles não se adequam na primeira temporada, que tem um condomínio de classe média muito claustrofóbico, depois passa para uma classe alta também muito ambiciosa. Nessa ideia do procedural, vem o novo condomínio mais rico e, na terceira temporada, eles escapam mais uma vez para outro espaço: o campo. O campo como esse lugar idílico em que a natureza vai trazer a paz que você precisa, só que você não respeita a natureza. A natureza são os vizinhos também. Tem a briga do vizinho, da fronteira das casas, mas a natureza é um vizinho muito importante na terceira temporada.

4) Feitas essas considerações sobre a presença evangélica na série, queremos entrar na discussão sobre os condomínios fechados que aparecem na primeira e na segunda temporadas, e que são, digamos assim, um dos personagens mais importantes. Nos estudos urbanos, os condomínios fechados são frequentemente analisados como espaços que reforçariam a segregação sócio-espacial e, muitas vezes, podem ser tidos como ícones de um fenômeno mais amplo de fragmentação da cidade: os condomínios fechados vistos como uma tentativa de criar "uma cidade dentro da cidade". Separados da cidade mais ampla, da urbe mais ampla. Tendo em vista essa configuração de fragmentação e segregação sócio-espacial, em que medida a série nos ajuda a pensar essa dupla segregação-fragmentação

na cidade, numa cidade como o Rio de Janeiro, sobretudo?

Lucas Paraizo: Eu acho que tudo está muito interligado, as coisas não têm uma resposta única, até porque estou te dando um olhar como autor de uma série que usa algo que está aí para tentar falar e discutir coisas. Eu não sou sociólogo, vou falar do lugar de um criador que nem sempre tem certeza de tudo, graças a Deus. Mas eu acho que, em primeira instância, tudo deriva da desigualdade social, inclusive a intolerância. A desigualdade social é realmente inerente ao ser humano, infelizmente, mas eu acho que ela é o ovo ou a galinha. A questão da diferença social faz com que a segregação, a intolerância, a polarização, tudo isso ganhe combustível para que as pessoas pensem mais em si do que no coletivo.

Christian Dunker [psicanalista, professor da USP] foi um cara que ajudou muito a gente a pensar essa lógica do condomínio teoricamente. Na prática, o que a gente vê, a gente que mora no Rio de Janeiro, é uma violência urbana cada vez mais crescente. Eu acho que a gente vive numa cidade, num país, onde as pessoas precisam proteger suas vidas. Isso é um bem, é um valor. Você não deveria ter a sua vida ameaçada na comunidade. Todo mundo tem o direito de viver livre. Mas como a gente não está tendo, e cada vez menos, acho que a segregação, junto com a violência urbana, junto com a questão da segurança, se tornou muito vital. E isso cria castas econômicas. Quem vai viver é quem tem mais segurança. É uma equação muito lógica para o nosso radar. E aí nascem os condomínios, e aí nascem as grades, e aí nascem as câmeras de segurança, e aí nasce o medo. Eu acho que é sobre o medo.

Só que a gente está falando aqui na teoria, nós somos pessoas que têm oportunidade de estudar, de discutir esses assuntos. Na prática, que são 80% da população, não tem muito essa opção. É que a gente não fala, mas a gente vive numa guerra urbana. A nossa guerra era uma guerra muito silenciosa. Todo dia você lê um jornal, aqui no Rio de Janeiro, a bala perdida que matou uma pessoa inocente. Todos os dias, todos os dias. Às vezes duas vezes por dia, às vezes três pessoas. E a gente naturalizou essas coisas. Eu fui acusado de botar uma arma na mão de uma pessoa, botar numa tela grande. Mas por que essa arma está sendo mostrada? Eu tenho que mostrar para as pessoas que arma é um negócio perigoso, eu não posso fazer de maneira didática, como o RJTV faz, a arma é ruim, explicar a consequência. Mas a arte tem um fator de transformação, de consciência, que ela não trabalha na leitura racional. Então, eu preciso entrar em um outro espaço que vai precisar da emoção, vai precisar da tragédia, porque a gente já está tão anestesiado.

Estou falando muito mais de violência, mas tudo para chegar na questão dos condomínios. O condomínio é o fruto desse medo social coletivo alimentado por essa ideia de que o que vai me proteger é uma arma. Ou uma câmera, ou uma grade, ou um vizinho miliciano amigo meu. Então, acho que a gente foi criando ilhas dentro das ilhas. Primeiro é o bairro, depois

o condomínio, depois o seu bloco, depois o seu andar, depois a sua família. E assim você se protege desse Outro que, na verdade, nem é um outro, é uma terceira coisa. Por que as pessoas adoram o Wando, personagem do Milhem Cortaz? O Flávio Araújo, que é um cara que trabalha comigo, no primeiro capítulo ele me disse que as pessoas precisavam gostar do Wando. Para além do carisma e d o desenvolvimento do personagem, tem a apresentação do personagem, que é muito importante numa série — é a primeira marca que o público vai ter dele. Wando foi demitido na primeira cena da série. E isso não estava no roteiro das primeiras versões, e o Flávio trouxe essa ideia. Eu falei: bingo! Ele é um homem super machista, super violento, mas ele foi demitido, e ele ama o filho dele, e isso foi uma coisa que o Milhem Cortaz trouxe para a série.

5) Vamos voltar, então, nessa ideia das escalas. A série sugere, nas duas temporadas que, apesar dessas barreiras físicas e simbólicas que o condomínio impõe, os conflitos atravessam um jogo de escalas muito interessante. Tem esse espaço doméstico, como você falou, mas também tem a quadra, as áreas comuns pelas quais as pessoas passam, as grandes avenidas vistas de cima que, apesar de inóspitas, interligam os espaços. E os carros, em várias cenas, também reproduzem um espaço doméstico em movimento. Como foi construir essa transição narrativa, que não é simples, entre o micro e o macro? Não seria exagero dizer que vocês fazem isso muito melhor que *This Is Us*, que enfatiza a dimensão micro. Houve uma intenção, propriamente dita, de conectar essa dinâmica do condomínio a esses temas mais amplos, como a guinada conservadora ou o próprio problema da corrupção policial? Essas outras escalas, como é que vocês foram operando do ponto de vista da construção narrativa?

Lucas Paraizo: Cada vez que se fala do micro, quando você fala bem do micro, você fala do macro, não? Quanto mais você fala de você, mais você fala do outro, num certo sentido. Porque, em algum lugar, as emoções são as mesmas. Elas podem ter formas diferentes, podem ter nomes diferentes, mas quando a gente está falando de amor, de dor, vingança, é quase universal. Então, a gente começa de um espaço, de uma situação muito local, que é um menino que briga numa quadra de um condomínio na Barra da Tijuca e vai ampliando e ganhando uma fratura. Esse micro, para chegar no macro, ele precisa ter uma fratura mesmo, algo que se quebrou. Pensando imageticamente, é essa fratura que permite com que, no caso dessa história, a milícia, a corrupção, operem.

Essa fratura eu chamo também de medo. Na cena quando Sérgio olha para Cibele e diz: "eu, se fosse você, me defendia". Ela pergunta no primeiro episódio, no finalzinho, "você acha que ele vai ficar preso?". Sérgio fala: "no Brasil? Eu, se fosse você, eu me defendia". E não fala mais nada. Eles operam nessas fraturas sociais, identificam isso de maneira muito orgânica. A

gente faz isso de forma muito leve, a gente vai plantando assim. Tanto que o Sérgio, você vai descobrir que ele é o vilão no quarto episódio, quando tem o abuso e ele faz a chantagem com Cibele. Eu acho que quando você começa do micro, você consegue falar melhor com o macro, porque você costura a identificação com o público. A função do roteirista, de alguma maneira, é fazer você se colocar no lugar da outra pessoa.

A nossa função como autores é fazer o público acreditar e marcar a sua história. Para isso, a gente precisa usar elementos de identificação muito radicais. Uma mãe, o filho apanha, ela deixa a criança no corredor e vai comprar uma arma, depois de levá-lo para escola. Tem um limite que foi cruzado. Só que a gente cruza na cena dois! Vamos do micro para o macro porque falamos de sentimentos universais, uma mãe defendendo o filho.

6) Seguindo nessa ideia, cabe voltar à discussão sobre violência, que na verdade é um fio que conecta toda a história e assume diferentes formatos: violência física, violência simbólica, psicológica, o tempo inteiro estão ali martelando as personagens de uma forma impressionante. E aí aparece a segurança privada como uma pretensa solução. Como é que você enxerga a relação entre o medo e o desejo de controle nesses espaços? Como essa tensão entre segurança e vulnerabilidade foi construída a partir dos diálogos e jogos de câmera?

Lucas Paraizo: Talvez eu esteja psicologizando um pouco, mas é uma interpretação — novamente, não é psicanalítica, é minha enquanto paciente de psicanálise: eu acho que esse medo, que a gente coloca muito do lado de fora, e que existe realmente no nosso contexto, ele também traz esse medo para dentro de casa. A sociedade brasileira da classe média, principalmente, eu acho que está vivendo uma opressão social e econômica tão grande que, de alguma maneira, as pessoas estão sem recursos para lidar com o tanto que elas precisam produzir. A massa está muito pouco atendida na sua estrutura psíquica, as pessoas são muito precárias para lidar com as suas emoções. Eu acho que elas tão precisando de ajuda e não é mais apenas do tipo "vamos ganhar dinheiro". Dá pra gente voltar para a distribuição de renda, igualdade e tal, mas não é sobre isso. Voltando para sua pergunta anterior, Bianca, também do coletivo para o individual, do particular para o universal: o medo que as pessoas estão vivendo dentro de casa, elas estão também vivendo do lado de fora. Então vira uma panela de pressão porque as famílias estão absolutamente — não absolutamente, não gosto de ser generalista —, mas estão muito desestruturadas e precárias. Oprimidas por um sistema que não contempla o bem-estar, que não contempla qualquer tipo de entendimento de que a ambição econômica não é a única coisa que existe na vida. Enfim, são pensamentos meus que a gente tenta colocar dentro de uma narrativa.

Quando você tem medo, o que você quer é ter controle para não correr o risco de perder

aquilo que você conquistou, que você deseja conquistar ou que você está quase conquistando. E a família, que é o pilar do capitalismo e da sociedade, numa lógica reprodutiva e capitalista, é o que te dá segurança. Você vai fazer qualquer coisa para manter o controle e para que aquilo não seja afetado, porque seu plano não pode ser outro. A câmera, a grade, são sintomas da vulnerabilidade. Quanto mais precisando estar protegidas e controladas elas estão, mais vulneráveis elas estão. É uma relação, eu acho, inversamente proporcional.

Sobre a maneira como se mostra essa violência e essa vulnerabilidade: a Luisa [Lima, diretora de *Os Outros*], apesar de ela entender, pela dramaturgia, que a gente precisava tocar na violência, optamos por não mostrar a violência de uma maneira banal. Então a gente foi falando da violência psicológica, é uma violência ali que o Wando faz, antes de bater na Mila, ele faz uma violência psicológica. A que ele faz com o filho, a que a própria Cibele faz com Marcinho, são violências psicológicas. Não dá para dizer que a Cibele é a vítima e o Wando um homem violento. Ambos são, em algum lugar, nas suas guardadas proporções, donos das suas próprias violências. E a Lui sa sempre quis mostrar essa violência, quando ela precisava ser um pouco mais enfática, fora do campo da câmera. Em *Os Outros* você não vê tudo. E aí você, o público, precisa completar. Também é um convite para que as pessoas se coloquem nesse caminho.

7) A gente queria saber mais sobre as mudanças para a segunda temporada. O que a série ampliou, no que resolveu focar mais? Uma coisa que notamos é que "O Outro" também é o nome de um jogo de realidade virtual utilizado por personagens que se envolvem em um encontro amoroso, levantando debates sobre as tensões que as novas tecnologias despertam nas intimidades e afetos. Os limites entre *online* e *offline* são postos à prova no desdobramento da história dos personagens, assim como a presença tecnológica pervasiva na vida urbana contemporânea. Como esse impacto dos usos das tecnologias foi trabalhado para construção da ideia de Outro na série?

Lucas Paraizo: Como sempre, essa investigação do Outro é a linha central da série. Então é a gente desdobrar isso: quem é esse Outro evangélico, quem é esse Outro miliciano, quem é esse Outro virtual? Esse Outro como o ponto de partida.

Tem a diferença entre o impacto da segunda e da primeira temporada. Por um lado, muitas pessoas que não viram a primeira temporada, como os evangélicos, passaram a gostar e talvez tivessem se vendo pela primeira vez de um jeito diferente; por outro, pessoas que gostaram mais da primeira e dizem: "a segunda é muito louca!". Eu acho, sim, que a gente alargou fronteiras. Eu quis realmente fazer uma ruptura. Sobre isso eu estou totalmente seguro e vou fazer de novo na terceira. Mas eu acho que se as pessoas sentiram falta da primeira com relação à segunda é que tem um negócio que é o "poderia ser eu". Poderia ser eu, poderia ser o meu vizinho, poderia ser a pessoa que está aqui na minha casa... E eu acho que a segunda tem uma classe mais alta,

tem a coisa do gênero (eu acho que a segunda temporada é muito do gênero), tem um suspense, um terror. Então eu acho que ela frustrou quem estava naquele realismo absurdo. Não sei se vai se frustrar — espero que não — , mas vai pelo menos se surpreender, de novo, na terceira, quando a gente cai um pouco mais para um drama existencialista. A natureza traz essa ideia do existencialismo, tem uma crítica.

O mundo virtual é esse desejo de falar sobre esse Outro ideal, esse Outro mascarado. E eu até acho que a trilha — a trilha é a história da temporada que a gente conta — foi mais bem sucedida. Teve uma questão de orçamento, não fizemos a coisa virtual como a gente queria. Mas tinha essa ideia, exatamente como você falou, de tratar o Outro desse lugar do ideal. Não o ideal que está na sua frente, mas o ideal que você pode construir no mundo virtual. É muito legal no primeiro episódio quando ele molda quem ele vai ser, como é que vai ter a cara, o cabelo, o corpo e como isso pode, de alguma maneira, trazer a ideia do Outro ideal e do Outro real. Eu adoro uma cena entre Raquel e Paulo: "não, Raquel, é um sentimento que foi de mentira". E ela fala: "de mentira? E o que eu estou sentindo aqui? É o quê?". Como dizer que é de mentira se eu estou vivendo uma coisa que é real? Para mim isso resume um pouco essa trilha, nessa fala dela, que para mim é um pouco o que a gente vive em nossas redes sociais e aplicativos. O que a gente está procurando? Às vezes a gente fica procurando tanto e não consegue resolver o que tem, eu acho que isso é o mais difícil. Resolver também é uma palavra horrível, mas tentar encontrar os acordos, porque relacionamento é sobre acordo e afeto. Mas o acordo vem de um afeto, de uma vontade de estar junto.

8) Você já adiantou várias coisas sobre a terceira temporada, sabemos que o público vai ser deslocado do contexto urbano rumo ao campo. Pensando em certa transição espacial, as duas primeiras são variações de um mesmo tema, do condomínio, do urbano e dessas formas de habitar que contemplam uma certa classe média, média alta. Retomando o que você falou da série como antologia — ou trilogia —, o que então seria específico do condomínio fechado, na sua forma de montar essa narrativa, e o que é mais amplo da sociabilidade brasileira ou até desses dramas mais universais a que você se referiu? Até que ponto é possível contar essa história começando naquele condomínio da Barra da Tijuca, que também se conecta com o subúrbio (a família de Cibele deixa o subúrbio violento), e manter a coerência narrativa com esse deslocamento para o campo?

Lucas Paraizo: Eu acho que é essa busca do lugar nenhum, desse lugar que você nunca vai encontrar. A gente volta para a ideia do medo, essa ideia de vazio, de uma certa precariedade. Essa falta é o que nos move. Isso é o que me faz acreditar que ir para o campo é mais uma tentativa de uma nova vida ideal, que vem do subúrbio, que passa para o condomínio de classe média, que passa para o condomínio de classe alta. A Cibele vem de todos esses espaços. Ela é

quem atravessa todos esses espaços, até chegar no campo. A segunda temporada termina com ela fugindo. Então, se vocês fossem roteiristas dessa série, o que vocês fariam? Ela tem que ter uma nova vida, uma nova identidade. Ela chega em outro lugar. Isso é o que eu posso contar. Ela chega em outro lugar, fugindo, com aquela mala de dinheiro, sendo outra pessoa. É daí que a gente começa a terceira temporada. Ela vai cruzar nesse caminho com um personagem novo. Essa também é uma característica da série, dessa ideia de antologia: em toda temporada, a gente tem um novo vizinho, uma nova história, alguém que vem somar a esse grande arco de Cibele e do Marcinho. Acho que, no final da terceira, tem uma resposta direta à cena da compra da arma, que abre a série. O que acontece no final da terceira é uma resposta a isso. Vocês vão ver. Tem um arco que perpassa isso.

Ao mesmo tempo, como é que a gente consegue também mudar espaços? Porque acho que a temática principal é a mesma, a ideia da intolerância. Cibele fala na terceira temporada: "nossa, vizinho ruim tem em qualquer lugar, né?". Todo mundo tem uma história de vizinho para contar, e isso é uma coisa bastante universal. As pessoas precisam viver em sociedade, têm que ter vizinho. Então, essa é outra coisa que traz também uma certa familiaridade. Todo mundo tem vizinho, e vizinho não é fácil, porque conviver não é fácil. Vizinho não tem o vínculo do amor. Seu filho, seu marido, seus pais, por mais neurotizada que sejam as nossas relações, têm amor, ou deveriam ter, pelo menos. Com o vizinho você tem um contrato, você divide um latifúndio com ele.

9) Mas, ao mesmo tempo em que tem a intolerância, como você acabou de dizer, também tem a busca da convivência ideal. Assim como o condomínio, que pretende oferecer segurança e bem-estar, a natureza também seria essa possibilidade idílica?

Lucas Paraizo: Tem uma personagem, que faz fronteira com esse novo outro personagem que chega na cidade, ela é uma espécie de defensora da natureza, do espaço dos animais. Não posso falar muito, mas tem toda uma relação dos animais com os homens, que é uma coisa bem nova para a série. Acho que a intolerância vem desse lugar também. Mas, ao mesmo tempo, fiquei pensando, enquanto você me perguntava, eu falo sempre de coisas muito conflitivas: a intolerância, a violência.

Aqui, defendendo *Os Outros*, acho que também é uma série que, apesar da crítica, apesar dessa intensidade que ela tem, ela evoca a necessidade de a gente conversar, ela mostra certas coisas para que a gente possa colocar em discussão, entender o absurdo que a gente está vivendo. Eu acredito nisso. É uma série de amor sobre mãe e filho. Talvez um amor exagerado, talvez um amor, muitas vezes, desmedido. Mas eu também tento trazer sentimentos bons, penso muito nisso. Tanto que a terceira temporada fecha de uma maneira muito mais, talvez, afetiva

do que as temporadas anteriores, porque tem o lugar de alguma esperança, um arrependimento, um perdão. A gente falou muito de perdão por meio dos evangélicos também. Eu acho que o perdão virou uma coisa muito da boca para fora. Enfim, o que é realmente perdoar, e se perdoar? Perdoar o outro por te amar demais.

REFERÊNCIAS

1. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: EDUSP, 2000.

2. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaios sobre a noção de poluição e tabu. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2014.

3. DUNKER, Christian. A lógica do condomínio. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, p. 102-109, 2017. Disponível em: https://piseagrama.org/artigos/a-logica-do-condominio/. Acesso em: 25 set. 2025.

4. FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

5. FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 123, p. 121-142, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/11193. Acesso em: 20 abr. 2025.

6. GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. **Revista de Antropologia Vivências**, Natal, v. 1, n. 46, p. 131-142, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8777. Acesso em: 15 abr. 2025.

7. GOMES, Laura Graziela Figueiredo Fernandes; LEITÃO, Débora Krischke. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 42, p. 41-65, 2017. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884. Acesso em: 22 abr. 2025.

8. HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-42, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370. Acesso em: 27 set. 2025.

9. MAFRA, Clara. O problema da formação do "cinturão pentecostal" em uma metrópole da América do Sul. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 136-152, jun. 2011. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/

view/4609. Acesso em: 22 abr. 2025.

10. MILLER, Daniel; HORST, Heather (org.). **Digital Anthropology**. Londres: Berg, 2012.

Bianca Freire-Medeiros
Professora Associada II do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Turismo, ambos da Universidade de São Paulo. Doutora em História e Teoria da Arte e da Arquitetura pela Binghamton University. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3121-7897. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Montagem do roteiro de perguntas, Análise de dados e Redação. E-mail: bfreiremedeiros@usp.br

Alexandre Magalhães
Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0002-9005-1244. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Montagem do roteiro de perguntas, Análise de dados e Redação. E-mail: alexandre.magalhaes@ufrgs.br

Lorena Mochel
Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0248-0322. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Montagem do roteiro de perguntas, Análise de dados e Redação. E-mail: lorimochel@gmail.com

Olhando a cidade pelos muros: das gated communities aos condomínios-cidade cariocas[1]

Looking at the city through walls: from gated communities to Rio's city-condominiums

Rodrigo Agueda
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A forma urbana condomínio tem sido o principal modelo de desenvolvimento urbano ultimamente nas grandes cidades, sendo também o modelo de moradia que mais tem recebido atenção pública desde os anos 90. Como um modelo global, mas fortemente marcado por agentes e forças locais, os condomínios têm se desenvolvido de maneiras que ainda carecem de uma atenção analítica que lance luz sobre as especificidades locais de cada caso. Nesse artigo, percorro o caminho que o conceito tomou, desde sua origem nas *gated communities* estadunidenses até os "condomínios fechados" brasileiros, na tentativa de propor uma agenda de pesquisa que pense esse objeto tanto como um fenômeno global, quanto como um campo heterogêneo. Trazendo como caso empírico a cidade do Rio de Janeiro e os condomínios da Barra da Tijuca, foco nas possibilidades analíticas que ganhamos ao levar a sério os condomínios enquanto objeto de pesquisa. Argumento que, fazendo esse esforço dual de comparação e individualização, conseguimos focar em diferentes características e heterogêneas especificidades da "vida de condomínio" gerada no interior desses espaços. A partir disso, proponho três dimensões de estudos desse campo: a do desenvolvimento urbano; de pensá-los enquanto "experiências de fechamento"; e de um foco nas associações e instituições intermediárias.

Palavras-chave: Condomínios, *Gated communities*, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Associações.

1 Pesquisa financiada pela agência de financiamento CAPEX no âmbito do programa PROEX.

Recebido em 20 de março de 2025.
Avaliador A: 10 de maio de 2025.
Avaliador B: 13 de maio de 2025.
Aceito em 25 de julho de 2025.

CC BY

ABSTRACT

The urban form of condominiums has been the main model of urban development in large cities lately, and it is also the housing model that has received the most public attention since the 1990s. As a global model, but strongly marked by local agents and forces, condominiums have developed in ways that still lack analytical attention that sheds light on the local specificities of each case. In this article, I trace the path that the concept has taken, from its origins in American gated communities to Brazilian "gated condominiums", in an attempt to propose a research agenda that considers this object both as a global phenomenon and as a heterogeneous field. Using the city of Rio de Janeiro and the condominiums of Barra da Tijuca as an empirical case, I focus on the analytical possibilities that we gain by taking condominiums seriously as an object of research. I argue that by making this dual effort of comparison and individualization, we are able to focus on different characteristics and heterogeneous specificities of "condominium life" generated within these spaces. From this, I propose three dimensions of studies in this field: urban development; thinking of them as "closure experiences"; and a focus on intermediary associations and institutions.

Keywords: Condominiums, Gated communities, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Associations.

CONDOMÍNIO ENQUANTO CONCEITO: DAS GATED COMMUNITIES AOS BAIRROS PLANEJADOS

> Como considerar este enclave, tendendo a uma autonomia e autossuficiência que, no fim e ao cabo, são insustentáveis? Os moradores dos Condomínios, por sua posição social, podem exercer pressão e reivindicar privilégios. Colocam, portanto, em xeque o poder local, obrigando-o a assumir posições parciais e antipáticas e a aparecer como responsável por processos que, em verdade, o carregam e sobre os quais não tem o menor comando (Santos, 1981, p. 216).

O que se entende por "condomínio" no senso comum brasileiro é muito diferente dos vários sentidos que pode apresentar em outros contextos; ou é um outro nome para uma mesma coisa conhecida por outros termos mundo afora. O termo adquiriu vários significados ao longo das últimas quatro ou cinco décadas, conforme empreendimentos imobiliários de grande porte começaram a aparecer nas grandes cidades brasileiras. Para além do que visualmente representa esse condomínio — que de maneira alguma é unânime ou singular — o termo engloba uma série de noções acerca de um tipo de vida, um cotidiano específico e de um morador específico. Além disso, se anexou ao termo também noções de status, julgamentos de caráter, marcadores sociais e temporais e maneiras de sociabilidade. De fato, tal palavra por vezes é trazida como termo

nativo, como um senso comum. Por outras vezes, o termo vem como denominador comum das discussões da literatura especializada, que parecem transitar entre uma hiper diversificação de um mesmo fenômeno — cada autor com um termo para chamar de seu – e uma generalização de um conceito para tratar de objetos muito diferentes, cujas particularidades acabam por ser esvaziadas.

Não à toa, os condomínios vêm ganhando espaço no Brasil, não só no mercado imobiliário, para diferentes classes sociais, mas também nas mídias, seja nos noticiários ou em filmes e séries. A vida em condomínio, para muito além do seu espaço material em si, se tornou em um grande foco das vidas urbanas; suas entranhas, conflitos e reflexos da vida na cidade como um todo. Portanto, ao falarmos de condomínios, precisamos ter esse cuidado: falar de condomínios no Brasil não é simplesmente como falar das *gated communities* dos Estados Unidos, nem é estritamente um tópico pertinente ao urbanismo. Condomínio é, quando levado a sério, muito mais do que um tópico, mas uma agenda, um guarda-chuva de fenômenos sociais com singularidades locais e reflexos globais. Condomínio engloba forma urbana física, em seus muros, grades, câmeras e playgrounds; mas engloba também as reuniões, os barracos e as fofocas; engloba disputa por serviços, contrastes nem sempre claros entre o público e o privado; engloba disputas pela cidade, movimentos de capital nacional e internacional e diretrizes urbanísticas; engloba, antes de tudo, formas específicas de vida, cotidianos e relações sociais que se tornam específicas por se criarem nesses espaços.

Tal desafio, o de levar o condomínio a sério enquanto, não apenas, um objeto, mas também como uma agenda de pesquisa multifacetada e interdisciplinar, é o que move esse artigo, assim como meus interesses de pesquisa da última década. Já muito comum entre pesquisas acadêmicas, há a necessidade de pensar de forma mais ampla sobre esse conceito e seus desdobramentos. Portanto, busco aqui apresentar alguns *insights* e sugestões de como avançar no debate e abrir novos caminhos para as pesquisas sobre condomínios nas ciências humanas como um todo. Ao mesmo tempo que defendo o estabelecimento de um campo de pesquisa em comum a esses objetos de nomenclatura diversa, sigo o esforço de Kostenwein (2021, p. 13), de "contribuir para o processo com perspectiva útil para futuras pesquisas e formulação de políticas, desagregando o conceito das gated communities e criando uma tipologia, mostrando que diferentes tipos se inter-relacionam com as ruas circundantes de maneiras muito diferentes".

Nesse intuito, começo por realizar uma breve revisão de literatura percorrendo o caminho que o conceito foi tomando até chegar nas pautas de pesquisas brasileiras. Sem necessariamente seguir uma ordem cronológica, a ideia não é de simplesmente refazer mais uma de tantas revisões que já foram escritas sobre o tópico, mas sim buscar entender os pontos de convergência e divergência que o conceito mais geral tem com o que proponho levarmos em frente enquanto agenda de pesquisa. Esta revisão e discussão tomaram forma a partir do caso empírico da Barra da Tijuca, que baseia a segunda parte do

artigo.

GATED COMMUNITIES E A FORMA ESTADUNIDENSE

Pelo menos desde a década de 1980, os grandes condomínios residenciais, em suas mais variadas formas, passaram a representar uma importante mudança nas grandes cidades (Blakely; Snyder, 1997). Nas palavras de Vesselinov e Le Goix, "em um contexto de crescente diversidade e falta de meios de controlar as significativas mudanças populacionais, alguns grupos acharam mais uma forma de assegurar uma homogeneidade de bairro: viver em *gated communities*" (2012, p. 2, tradução nossa). O fenômeno das *gated communities*, que emergiu nos Estados Unidos, criou uma nova forma de exclusão e de exacerbação de clivagens sociais já existentes (Low, 2001). Tal termo — *gated communities* — emerge como o principal conceito aglutinador dos fenômenos que giram em torno do que aqui chamamos de "condomínios"; uma primeira forma de nomear, a partir da experiência estadunidense, um conjunto de empreendimentos e formas que se mostrou muito diversa. Todavia, se faz necessário um retorno às origens do conceito, a fim de mapear as discussões em torno do fenômeno.

A discussão acerca da segregação residencial nos Estados Unidos se intensificou no pós-Segunda Guerra Mundial com uma intensificação do processo de urbanização, que gerou comunidades majoritariamente brancas e de classes altas afastadas da cidade, enquanto os bairros centrais ficaram economicamente desfavorecidos e com uma concentração de minorias (Vesselinov; Le Goix, 2012). Esses subúrbios se diferenciavam das áreas centrais da cidade principalmente por uma menor densidade ocupacional, maior percentual de proprietários, maior distância em relação ao local de trabalho e uma distinção quanto à status, classe e raça (Jackson, 1985). Essa "fuga branca" das cidades heterogêneas e densas refletia um crescente sentimento "anti-urbano" associado ao medo da violência e do crime, assim como a uma busca por homogeneidade, status e segurança, fazendo dos subúrbios "enclaves de exclusão" (Low, 2001). Essa divisão cidade-subúrbio, que passou a ser o foco dos cientistas sociais para estudar as cidades, porém, deixou de ser suficiente para se pensar a segregação residencial nos Estados Unidos e talvez nunca tenha sido suficiente para se tratar da América Latina e do Brasil.

A crescente diversificação dos subúrbios americanos, a partir da década de 1970 (Logan; Schneider, 1984), fez com que as elites buscassem novas formas de viver em homogeneidade, recorrendo às *gated communities* como uma "nova camada de suburbanização". Esse novo modelo residencial, portanto, nasce de uma tentativa de fuga, tanto dos centros urbanos quanto da diversidade e seus reflexos ao redor do mundo aparentam seguir a mesma lógica (Atkinson;

Blandy, 2016; Caldeira, 2000; Roitman, 2010).

Na primeira grande obra sobre as *gated communities*, *Fortress America* (1997), Blakely e Snyder oferecem uma definição do que seria esse novo modelo de moradia:

> Gated Communities são áreas residenciais com acesso restrito nas quais normalmente os espaços públicos são privatizados. São empreendimentos de segurança com perímetros designados, geralmente muros ou cercas, e entradas controladas que visam impedir a penetração de não residentes. Incluem novos empreendimentos e áreas antigas reformadas com portões e cercas, e são encontrados desde os centros urbanos até os subúrbios e dos bairros mais ricos até os mais pobres (Blakely; Snyder, 1997, p. 2).

Até pelo que o título da obra sugere, a definição dos autores se baseia em uma ideia de fortificação, que viria a ser uma das principais linhas na literatura especializada. Contudo, esta segue sendo uma definição ampla, que não trata apenas de empreendimentos fechados, mas engloba também áreas mais amplas como bairros. Apesar de a maioria dos autores ter seguido o caminho de estreitar as definições, seja para se tratar apenas de empreendimentos residenciais ou para tratar especificamente de um fenômeno das camadas altas, tal abrangência se mostra interessante para pensar o fenômeno nas cidades do Sul Global atualmente.

Enquanto o conceito se espalhava e tomava novas cores por autores mundo afora, uma das principais contribuições para o debate surgiu em São Paulo, a partir da obra de Teresa Caldeira, *Cidade de Muros (2000).* Pensando a partir dos desdobramentos do fenômeno das *gated communities* no Brasil, Caldeira propõe o conceito de "enclaves fortificados" como uma forma de ampliar ainda mais a ideia trazida pelos estadunidenses. A autora os define enquanto "espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo", complementando ainda que "Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais" (Caldeira, 2000, p. 11-12). Portanto, aqui o conceito se expande para além da moradia, uma forma de tratar para a característica mais geral que as grandes cidades estavam tomando.

Atkinson e Blandy se referem a um termo mais amplo de "enclavismo", inspirado no conceito de Caldeira. A partir desse prisma, os autores trazem a sua definição de *gated communities* como "empreendimentos residenciais murados ou cercados, em que o acesso público é restrito, caracterizado por acordos legais que vinculam os residentes a um código de conduta comum e (geralmente) responsabilidade coletiva pela gestão." (Atkinson; Blandy, 2005, p. 178). Tal definição acrescenta à discussão a ideia de uma gestão ou conduta coletiva, o que me parece ser um componente incontornável, o qual voltaremos mais adiante. Todavia, essas noções trazidas seguem se baseando em um modelo como as *common-interest developments* (CID) estadunidenses, no qual vários proprietários compartilham a propriedade de uma área comum, o que viria a ser o caso da maior parte dos condomínios mundo afora.

Sonia Roitman, em uma sucinta e objetiva revisão do conceito (Roitman, 2010), estabelece algumas das principais definições estabelecidas por autores para o fenômeno das *gated communities*. Sem necessariamente separar o conceito do que outros autores trazem enquanto "condomínios", a autora trabalha o fenômeno de forma mais ampla, identificando na literatura as principais vertentes sobre causa e consequência do fenômeno, salientando as características que cada autor procura destacar em suas análises. Blandy (2013), em uma revisão de um livro importante nessa discussão, resumiu esses diferentes olhares em três principais correntes: a sociológica/antropológica/sócio-legal, cujas "preocupações tendem a concentrar-se nas relações dentro de tais desenvolvimentos e nas suas implicações para o tecido mais amplo da sociedade"; a econômica neoclássica, que "procura explicar a ascensão de tais desenvolvimentos em termos da provisão privada de bens até então públicos"; e a dos arquitetos, designers e planejadores, que "enfatizam as implicações para o tecido físico da vida urbana" (Blandy, 2013, p. 2). Roitman acaba por identificar que, apesar do esforço para se encontrar uma melhor definição para o conceito, com cada vertente destacando aquilo que lhe interessa no fenômeno, houve uma grande diversificação das *gated communities* em objetos de estudo específicos, diferentes para cada contexto geográfico. A autora, porém, também acaba por elencar elementos que são comuns à maioria das definições ao redor do conceito, como:

> [...] muros e grades que circundam as áreas residenciais, barreiras ou guardas de segurança que restringe o acesso e controlam o acesso de moradores, trabalhadores e não-moradores [...] Há um código de construção e um código de convivência que regem a vida diária e são implementados pela associação de moradores que atua como órgão regulador do bairro. Em muitos casos, há também a figura do administrador do empreendimento, que é responsável pelas responsabilidades de um prefeito com jurisdição sobre um território relativamente pequeno. Os moradores devem pagar uma taxa de manutenção mensal ou anual que inclui segurança, jardinagem e manutenção das áreas comuns (Roitman, 2010, p. 24).

Assim como Blakely e Snyder, em 1997, destacaram os três principais tipos dentro do contexto norte-americano (comunidades de estilo de vida; comunidades de prestígio; e comunidades de zona de segurança), Svampa e Roitman tentaram fazer o mesmo para o caso argentino. E é precisamente algo nesse sentido que proponho neste artigo, para o caso brasileiro. Os tipos argentinos (como os 'clubes de campo', '*gardentowers*' ou '*mega-projects*') têm algumas semelhanças e diferenças que não nos permitem simplesmente adotá-los aqui, até porque geraria dificuldades de classificação. Como a própria Roitman (2010, p.4) nota, os "condominiums" argentinos não teriam o mesmo sentido que os casos brasileiros. O que seriam, então, os condomínios brasileiros?

CONDOMÍNIOS FECHADOS E O CASO BRASILEIRO

A literatura das *gated communities* nos oferece um bom panorama para pensar formas de moradia "fechadas" em diferentes contextos. Já bastante estabelecida, ela destaca diversas características desses modelos que vemos ao nosso redor, assim como conceitos e categorizações que nos ajudam a delinear melhor um objeto de pesquisa. Contudo, as conceituações genéricas trazidas a partir de casos internacionais podem acabar por ocultar determinadas dinâmicas e singularidades locais, as quais acredito ter grande potencial analítico. Sendo os condomínios e seus tipos de vida extremamente relevantes para a vida urbana, nas grandes cidades brasileiras, atualmente, muito se perde se nos contentamos em usar conceitos não estruturados a partir dos casos locais. Em cada pequena diferença do que estamos analisando com o conceito mais amplo, diversas dinâmicas, subjetividades e significados podem se perder. É necessário levar a sério os condomínios enquanto objetos incontornáveis para compreender a vida urbana. E para levá-los a sério, temos que tratar o conceito de uma forma que abra caminhos de análise e não nos converta a um mesmo denominador comum.

No Brasil, quando falamos em "condomínio" geralmente é no sentido do senso comum. Fora de contexto, ninguém dirá que significa a posse ou o direito simultâneo, por duas ou mais pessoas, sobre um mesmo objeto, como indica a definição do termo, geralmente associado ao direito ou ao entendimento norte americano. A própria etimologia da palavra sugere o mesmo, já que a palavra original do latim significa "copropriedade". Ninguém também olhará para uma casa ou um prédio em um logradouro público e dizer que se trata de um condomínio, por mais que o termo em inglês, *condominium*, se refira não necessariamente ao local e sim ao regime de propriedade.

Segundo a Lei nº 4951/64, condomínios residenciais seriam "edificações ou conjunto de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais" (Sánchez, 2009, p. X), o que também não condiz com o senso comum. Eu argumentaria que, no senso comum brasileiro, "condomínios são mais bem compreendidos enquanto empreendimentos residenciais com duas ou mais habitações unifamiliares, que compartilham de espaços e serviços comuns, fechados do restante da cidade" (Agueda, 2021, p. 165). A meu ver, o brasileiro considera um condomínio quando mais de uma família compartilha de espaços comuns relevantes e "fechados", sejam eles ruas, praças, quadras poliesportivas, salões de festas, mercados e até colégios. Quando de prédios, seriam necessárias mais de uma torre para entrar nesse entendimento. Tratando de casas, não sei ao certo se duas casas já formariam um condomínio, já que nunca vi um assim. O importante é que, para o brasileiro comum, não se trata necessariamente do tamanho, contanto que compartilhem

espaços e/ou serviços comuns fechados do restante da cidade. Partindo desse ponto, podemos pensar caminhos a percorrer.

A empreitada de "levar condomínios a sério" não é nova e já ocupou o interesse de grandes autores dos estudos urbanos brasileiros. A mais conhecida no campo, Teresa Caldeira, ao mesmo tempo em que contribuía para o entendimento mais amplo ao redor do campo das *gated communities*, fez o esforço de categorizar um conceito mais próximo para a realidade brasileira. Dentro da sua ideia mais ampla de "enclaves fortificados", Caldeira (2000, p. 243) define a sua versão residencial, os "condomínios fechados", como "[...] um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo o tipo de instalações para o uso coletivo".

A definição de Caldeira e a ideia dos "condomínios fechados" aproximaram o debate do fenômeno que vemos no Brasil e em outras partes do mundo, que não são necessariamente aqueles *cookie cutters-cul-des-sacs-gated communities* dos subúrbios americanos. O próprio afastamento de uma imagem de casas e moradias unifamiliares, comum ao imaginário do american dream, aproxima o conceito da nossa realidade, na qual condomínios mistos ou até só de prédios são mais comuns do que aqueles exclusivamente de casas.

Outra autora importante no campo, Cristina Patriota de Moura, foca nos condomínios de casas, mas os diferenciando dos outros. Tratando-os enquanto "condomínios horizontais", Moura (2012) explora como um fenômeno parecido com o das *gated communities* se instalou no Brasil, criando espaços de moradia horizontais, unifamiliares, fechados e com espaços comuns privatizados, aos arredores das grandes cidades. A proposta de identificar, contudo, que são um dos tipos de condomínio, e não uma generalização de um mesmo fenômeno, é uma das principais contribuições da autora para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa sobre condomínios no Brasil. Não só a autora reforça a ideia de ir além dos espaços físicos e "pensar os processos de constituição dos condomínios [...] para além dos espaços residenciais circunscritos por muros perimetrais" (Moura, 2012, p. 17), como ela reivindica a necessidade de "problematizar a utilização de conceitos e modelos construídos a partir de casos específicos para compreender outros processos também específicos" (Moura, 2010, p. 209).

Nesse sentido, outros autores brasileiros também fizeram o esforço de pensar em termos próprios que melhor definissem seus objetos locais. Rafael Arantes, por exemplo, tratou dos condomínios de Salvador enquanto "minicidades", de forma a evidenciar o seu caráter de "agregar as funções de moradia, trabalho, lazer e consumo" (Arantes, 2011, p. 3). O conceito faz mais sentido para o autor do que enquadrar seus objetos em termos como *gated communities* ou simplesmente enquanto condomínios, termo que se perde entre senso comum, termo jurídico ou propaganda midiática. Enquanto "minicidades", Arantes consegue trabalhar um objeto que

traz para dentro de si os serviços de um centro urbano, sem se desconectar da cidade. Não se enquadram na ideia de "condomínios horizontais", nem são simplesmente um retrato dos "enclaves fortificados" por serem focados em moradia. Enquanto "condomínios fechados", talvez a ênfase no fechamento encobriria os vários serviços oferecidos, caráter não comum a todos os empreendimentos compreendidos pelo conceito. Enquanto "minicidades", eles lançam luz para aquelas características que melhor ilustram as dinâmicas daqueles locais, que são "alvo de urbanização planejada, que tem como proposta buscar a autossuficiência" (Toledo, 2003 *apud* Arantes, 2011).

Assim como estes, inúmeros outros autores estudam tal objeto, que é amplo e heterogêneo, por vezes buscando individualizá-los, correndo o risco de perder aspectos de generalização, e por vezes buscando os enquadrar em outros termos, sob o risco de deixar escapar as dinâmicas únicas daqueles espaços. Alguns buscam tratar de todos os diferentes tipos de condomínios sob um mesmo termo, mas de forma a evidenciar aquilo que há de comum entre eles e que mais interessa ao autor. Entre vários possíveis exemplos, talvez o que mais valha à pena trazer seja o do Carlos Nelson Ferreira dos Santos, urbanista e arquiteto que foi provavelmente um dos primeiros a tratar de tal objeto no Brasil. Santos utiliza o conceito de "condomínios exclusivos", termo que foca em um dos principais fatores desses empreendimentos, que é a exclusividade e a homogeneidade. De acordo com o autor, nesses espaços, "o que é público (ruas, praças, parques) é privado, porque exclui e separa", onde "junto ao espaço, é vendida uma fórmula de vida urbana" (Santos, 1981, p. 210). Ainda de acordo com Santos, esses espaços criam uma "microutopia individualista e mesquinha", que existe em função — é produzido e sustentado — do sistema urbano em que está inserido, mesmo que tente anular a tensão inerente ao urbano e que se sustente sobre uma promessa de fuga e ele (Santos, 1981, p. 212). Como é possível identificar, o interesse do autor está no caráter desigual desses empreendimentos e na relação nociva que estabelecem com a cidade.

No Brasil, temos ainda outros fatores locais a considerar. Aqui, os condomínios deixaram de ser exclusivamente um modelo de moradia das classes altas. Modelo bem-sucedido comercialmente, os condomínios passaram também a se voltar para as camadas mais baixas, especialmente em função de programas governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV), que têm adotado tal modelo como suas principais estruturas de moradia popular. Nesse sentido, o Brasil acumula ainda mais camadas de fenômenos sobre a "vida em condomínio" que merecem uma atenção sociológica. Seja pelos conflitos e adaptações de tais camadas aos parâmetros e costumes de tal vida, seja pela introdução de uma sociabilidade mais específica sobre famílias de outros contextos econômicos, ou pela transformação que esses condomínios geram em locais menos valorizados da cidade. Aqui, condomínios passaram a representar modelos de vida ainda mais distintos

e heterogêneos; passaram a criar pontos comuns de cotidiano entre classes sociais distintas, assim como passaram a delinear diferentes tipos de "vida de condomínio". Por essas e outras, é necessário pensar tais espaços sob lentes locais. De todas essas formas, a que se torna o maior exemplo é a que teve como principal locus de desenvolvimento o bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

CONSTRUÇÕES LOCAIS: ADAPTANDO O CONCEITO

Seguindo esses autores, busco aqui traçar uma agenda de pesquisa sobre condomínios em que os objetos de estudos sejam diversos e seus devidos conceitos moldados para suas singularidades e/ou interesses analíticos. Nessa tarefa, talvez aparentemente contraditória, algumas considerações devem ser feitas sobre esse grande fenômeno de moradias "fechadas", de modo a estabelecer uma agenda comum para objetos heterogêneos. Antes de trazer o caso empírico do qual utilizo para a forma com a qual busquei tratar tais espaços em minhas pesquisas, cabe enumerar o que considero como os principais aspectos a serem considerados quando pensando em conceitualizar esses vários tipos de "condomínios".

Uma das grandes questões que devemos ter em mente ao pensarmos em condomínios é a sua relação com a cidade. Caldeira (2000, p. 267) já traz tal relação dos "condomínios fechados" quando diz que "além de serem distantes, segregados e seguros, supõe-se que os condomínios fechados sejam universos autocontidos" e que os moradores devem ter tudo para "evitar a vida pública da cidade". Essa reclusão e autocontenção são um dos principais fatores das "*gated communities" e seus* desdobramentos, principalmente porque, no caso estadunidense, elas emergem a partir de uma distância física da cidade. Característica tida como óbvia, ela acaba sendo uma armadilha, levando autores a pensar esses espaços enquanto "anticidades" (Sánchez, 2009). De acordo com essa ideia, os condomínios seriam "megaestruturas descontextualizadas da cidade, avessas à continuidade e criadoras deliberadas de "fossos feudais'". Segundo Sánchez (2009), os condomínios seriam como "ilhas isoladas da cidade tradicional", quase que uma antítese dela. De fato, muitos autores concordam que a fuga dos grandes centros urbanos seria sim um dos principais fatores da busca por esses espaços, e muitos condomínios se vendem enquanto uma opção em meio à natureza, à tranquilidade e ao isolamento. Contudo, enquanto produto da cidade, e pensando enquanto uma proposta de vida urbana, a separação deles das cidades não é possível, nem materialmente, nem analiticamente.

Amin e Graham (1999) advogam contra essa separação, já que nenhum desses espaços — nem mesmo prisões — conseguem ser completamente isolados de seus arredores. Roitman

(2010), apesar de usar o conceito de "*islas urbanas"* — que também consideram equipamentos e empreendimentos que não são apenas de moradia —, salienta que, apesar de fazerem as cidades parecerem desmembradas, elas são parte inerente da expansão da área urbana e do crescimento das cidades, especialmente as latino-americanas. Svampa (2001) vai no mesmo sentido de afirmar que esses espaços estabelecem configurações de segmentação social, criando fronteiras sociais dentro do espaço urbano. O cuidado de separar o que aparece como imaginário por trás desses empreendimentos daquelas relações que, de fato, estabelecem é essencial para trazer os condomínios como objeto central para a compreensão sobre as cidades.

A ideia de uma autocontenção é também importante para colocar em pauta. De fato, os diversos tipos de condomínios brasileiros têm como foco a oferta de grande quantidade de serviços em seus interiores. A possibilidade de manter os seus cotidianos dentro desses espaços é um dos grandes atrativos, seja pela aversão ao caos urbano, pelo problema de locomoção das cidades, ou simplesmente pela garantia de estar entre semelhantes, essa "*search for semeness*" que Low (2003) chamou a atenção para. Contudo, é problemático fazer disso uma das categorias gerais para os "condomínios" brasileiros, já que são muitos os casos daqueles que possuem apenas alguns poucos serviços e a necessidade de sair de seus perímetros para realizar atividades do cotidiano é constante. Como tratar sob uma mesma égide de autocontenção ou autossegregação pequenos condomínios no meio da cidade e condomínios imensos, longe dos centros urbanos e com todo tipo de serviço em seu interior? O conceito de "minicidades" (Arantes, 2011) é um exemplo de como conceituar um condomínio cuja autocontenção é parte integrante do empreendimento. Condomínios como os horizontais, analisados por Moura (2012), muitas vezes não possuem diversos serviços, como é o caso de muitas *gated communities* estadunidenses também. Muitos condomínios se intitulam enquanto "bairros planejados" ou "condomínios-clube", no sentido de dar destaque ao grau de autossuficiência que possibilitam. Esses casos, mais do que apenas diferenças de magnitude, representam experiências de vida e cotidianos totalmente diferentes, e enquadrá-los sob uma mesma lógica achata essas particularidades.

Outra questão a levar em consideração quando pensamos em nossos condomínios específicos é em relação aos seus imaginários. Aquilo que é trazido pelas propagandas do empreendimento não necessariamente condiz com a experiência vivida por seus moradores que, por sua vez, pode também não condizer com o imaginário social que "os de fora" têm sobre o condomínio e seus moradores. Todos estes, porém, são de importância quando pensamos sobre o objeto em questão. Como trarei em seguida, a partir de um caso empírico do Rio de Janeiro, o papel que cada empreendimento ocupa no imaginário urbano da cidade, ou seja, de seus moradores, muito interfere — ou deveria interferir — em nossa abordagem analítica sobre o mesmo. Caldeira traz alguns exemplos de propagandas como "Aqui todo dia é domingo [...] Playground, quadras, centro médico. Passeio ao ar livre a qualquer hora do dia e da noite…"

(2000, p. 266), que exaltam os imaginários que as construtoras buscam vender. Nesse caso, as ideias se ligam ao medo do crime, aliado com uma fuga do cotidiano das metrópoles simmelianas. Exemplos do Rio de Janeiro comparam os "nobres apartamentos" às "casas-grandes de antigamente" (Agueda, 2021), na tentativa de invocar um ar aristocrático, uma questão de status acima da questão da segurança, por exemplo. Alguns empreendimentos trazem imaginários de natureza, enquanto outros focam em proximidade e infraestruturas urbanas. Alguns tentam conciliar ambos. O importante é saber que tais elementos são constitutivos do que são esses condomínios. E, mais uma vez, são aspectos que não podem ser esvaziados por uma tentativa de enquadramento em conceitos mais amplos.

Como os cidadãos veem os condomínios, qual o papel deles no planejamento urbanístico e no mercado imobiliário e quais os seus papéis na "cartografia simbólica da cidade" (O'Donnell, 2013) são todos aspectos constitutivos desses empreendimentos. Condomínios representam interesses de classe, mas também hábitos de consumo e tendências urbanísticas. O caso brasileiro, tendo em vista o período histórico do "milagre econômico" e a grande oferta de crédito imobiliário, que ocorreram junto com a ênfase na arquitetura modernista e na primeira grande onda de condomínios residenciais, criou um contexto em que o morar em condomínio é muito associado à ascensão de classe. Em muitas cidades, não sendo exclusivas das classes altas, mas atingindo muito as classes médias, eles podem ser associados aos tidos "novos ricos", já que condomínios costumam aparecer em áreas que não eram onde as famílias tradicionalmente ricas moravam. O próprio papel da vida de condomínio, ou uma "condominialização da vida", com sua "hipertrofia das regulamentações" (Dunker, 2013), cria no imaginário social um novo cotidiano e uma nova representação social. Microcosmos de política administrativa, a fofoca e a intriga, as brigas e os conflitos da convivência fechada, são todos fatores que constituem esses espaços para além da sua construção material. Esse contexto não se repete em outras regiões do mundo, fazendo com que condomínios fisicamente muito similares talvez não representem os mesmos fenômenos sociais.

Levar o conceito de condomínio a sério é pensá-los em sua totalidade: sua construção material, sua construção simbólica, seu papel urbanístico e social e os imaginários que os constituem e que ele molda. Além de pensar cada condomínio como singular por suas próprias características, é preciso entendê-los enquanto seus vários elementos combinados. Nesse sentido, interessa-me pensar "condomínios" a partir de um conceito mais geral, mas compreendendo-os enquanto "composições multiescalares" (Moura, 2010), uma combinação de elementos heterogêneos que atuam em diferentes escalas e dimensões, influenciados por contextos globais e locais, centrados em modelos "de fora" e, ao mesmo tempo, processos únicos e específicos. Pensar os condomínios por escalas nos permite investigar cada uma delas, desde uma mais geral, pensando uma lógica de urbanização e o que Dunker (2015) chama

de “condominialização da vida”, até escalas mais micro, como as formas de sociabilidade, o cotidiano, os imaginários e as perspectivas nativas que formam esses espaços.

O RIO DE JANEIRO E AS POSSIBILIDADES DE UMA AGENDA DE PESQUISA

A expansão ao Oeste e o bairro de condomínios

A cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu em etapas, circulando e subindo as montanhas e beirando a baía e o mar, ao mesmo tempo em que repetiu ciclos, usando táticas antigas para criar espaços novos. Entre projetos e reformas, remoções e deslocamentos, aterramentos e demolições, a expansão urbana da cidade se deu de forma complexa e desigual. Nesta seção, percorro o caso empírico da Barra da Tijuca e seu lugar na expansão da cidade, conectando relatos de campo e trechos de entrevistas com aspectos teóricos das construções analíticas que venho propondo.

Para além da abertura de largas avenidas, estruturas de saneamento básico e a derrubada dos cortiços do Centro, a reforma do “Bota-Abaixo” acelerou e consolidou um padrão de segregação socioespacial. Atrelado a essas mudanças, o imaginário social de aversão ao centro também se expandia entre as elites, cuja “ideologia da higiene” e a mudança de passar a ver as “classes pobres” como “classes perigosas” criava a demanda por uma “profunda e urgente remodelação da cidade” (O’Donnell, 2013, p. 20). É nesse cenário que começa o processo de intensa ocupação do bairro de Copacabana. A partir da abertura do Túnel Real Grandeza, em 1892, a expansão urbana das classes altas no Rio de Janeiro se deu em direção ao mar e, depois, seguindo a sua orla em direção ao Oeste. Com essa expansão, um ethos específico da Zona Sul carioca foi se desenvolvendo, em contraponto às zonas norte e central, das classes mais baixas. Contudo, junto com essa ocupação das camadas altas, a demanda por trabalhadores trouxe também camadas mais baixas, que se estabeleceram principalmente nos morros que circundam os bairros ricos da Zona Sul, criando as favelas da região.

A Zona Sul passou a ser o lar das classes altas cariocas. A falta de planejamento, contudo, levou alguns bairros a experimentarem um crescimento desenfreado, que chegou a inclusive intitular Copacabana enquanto um “caos urbano” (Velho, 1973). Assim como ocorreu nos Estados Unidos, essas regiões passaram a experimentar uma certa heterogeneidade, e a mesma “*search for sameness*” (Low, 2001) fez surgir entre os ricos uma certa demanda por alternativas. Para além de algumas favelas que foram removidas para criar espaços para o mercado imobiliário, as alternativas a partir da década de 1960 foram buscar novos territórios.

A expansão da cidade, então, seguiu a orla do mar no sentido da Zona Oeste, para onde ainda havia terrenos abundantes para as construtoras. A Barra da Tijuca, então, acabou sendo o principal destino dessa expansão.

Entre os bairros de classes médias e altas da Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), a Barra da Tijuca emerge na segunda metade do século XX como protagonista do crescimento urbano da cidade. Acompanhado de promessas e expectativas, o projeto modernista de Lúcio Costa para a região, até então conhecida como o "sertão carioca", resultou em um bairro com muitas peculiaridades, um subúrbio global (Herzog, 2013) no meio de um território de milícias, uma região de grandes condomínios, shopping centers e largas avenidas onde o elitismo tradicional se confronta com um *ethos* emergente (Lima, 2003). Pensado em grande medida em oposição aos bairros tradicionalmente de elite da Zona Sul carioca, a Barra da Tijuca e sua configuração espacial surgem acompanhadas de um estilo de vida específico, resultante de uma amálgama de tendências urbanísticas e econômicas mundiais, contextos políticos nacionais e práticas e relações locais. O estilo de vida "barrense" está, em grande medida, associado aos grandes condomínios do bairro, que concentram os mais variados serviços e possibilidades em seu interior, em uma tentativa de se contrapor ao cotidiano nas ruas heterogêneas das grandes metrópoles. Com essa nova forma de urbanização baseada nesses grandes condomínios, uma nova vida emerge, novos cotidianos, novas relações com a cidade, novos modos de sociabilidade e novas formas de articulação política e de se disputar o espaço público que se espreme por entre os espaços privados do bairro.

Em um terreno amplo, um período de oferta de crédito imobiliário e de busca por novas opções de moradia que oferecem certo status, os condomínios da Barra da Tijuca se estabeleceram de uma maneira única. Intitulados enquanto "bairros planejados", esses grandes condomínios buscavam oferecer todos os serviços necessários em seus interiores. O fato de terem se originado a partir de um grande plano urbanístico do maior nome do urbanismo da época, financiado pelo Estado, abriu caminho para que esses empreendimentos tomassem proporções muito grandes, mas características muito específicas. Originalmente pensados enquanto "núcleos urbanizados", a maior parte desses condomínios tem, para além de moradias dos mais variados preços — desde apartamentos de 2 quartos a mansões com elevadores e quadras de futebol —, escolas, clubes esportivos completos, shopping centers e diversas praças. Se estabelecem em um limbo entre o público e o privado, restringindo e controlando o acesso aos seus interiores, mesmo sendo constituídos de logradouros públicos e oferecendo serviços públicos. Prometem tranquilidade, natureza e fechamento, ao mesmo tempo em que apenas se mantêm sob uma ideia de proximidade com o restante da cidade. Tais condomínios, apesar de não serem bairros, são simbolicamente construídos sob imaginários contraditórios, de natureza e cidade; de afastado e próximo, de status e heterogêneo, de autossuficientes e conectados, de

passado(s) e futuro(s).

O caso da Barra da Tijuca é único. Apesar de, em muitos aspectos, lembrar cenários dos subúrbios norte-americanos, ele se apresenta como seu oposto. É um bairro de condomínios, mas que representa um grande centro urbano. É um bairro que, ao mesmo tempo em que foi alvo de uma proposta oficial de independência do resto da cidade e de protestos contra a sua inclusão no percurso das linhas de metrô, continua crescendo em termos de serviços e empreendimentos, se conectando cada vez mais com o restante da cidade. Pensar os condomínios da Barra apenas enquanto *gated communities* ou enquanto condomínios fechados, mascara toda a construção simbólica e material do bairro e de seus condomínios desde os anos 1970, achata a relação que o bairro e seus condomínios têm com o resto da cidade; os conflitos de status entre "emergentes" e os ricos tradicionais escondem o papel que esses espaços têm para se compreender a vida urbana do Rio de Janeiro.

Por isso, proponho pensar nesses grandes condomínios residenciais da Barra da Tijuca em termos de sua abordagem da ideia de cidade, e não o contrário. Em vez de "anticidade", proponho que os pensemos como uma "condomínio-cidade", de modo a enquadrá-los dentro da categoria mais ampla de condomínio, como esses enclaves habitacionais, mas diferenciando-os como um fenômeno específico, que incorpora outros serviços e infraestruturas, criando a ideia de exclusividade. Categorizando-os assim, podemos elevá-los de um caso único a um modelo de forma urbana, que alavancou a expansão imobiliária no restante da região. Esse conjunto de condomínios que começou a surgir nas décadas de 1970 e 1980, e que se tornou o modelo de expansão do mercado imobiliário até os dias atuais, é um modelo que surge na Barra da Tijuca, a partir da ideia de "centros urbanizados" presente no plano de Lúcio Costa, porém, fortemente moldados pelos interesses do mercado imobiliário. São enclaves autossegregados que se apresentam como autossuficientes, originalmente voltados para as classes média-alta e alta, mas que também se voltariam para grupos de menor poder aquisitivo. São necessariamente condomínios "mistos" — destinados à construção de edifícios unifamiliares e multifamiliares (Sánchez, 2009) — englobando possibilidades de moradia, lazer, trabalho e consumo, além de apresentarem simultaneamente espaços públicos e privados. Possuem necessariamente escalas de fechamento e uma delimitação clara entre um "fora" e um "dentro", pautados em limites materiais e simbólicos, além de serem amplos. A relação dialética que esse tipo de condomínio estabelece com a cidade — tanto em seu sentido abstrato quanto em relação à cidade do Rio de Janeiro —, onde é constituído por sentimentos "antiurbanos", de fechamento e oposição à experiência negativa das "cidades modernas" simmelianas, ao mesmo tempo em que são parte constitutiva da cidade, motores de sua produção e possibilitados justamente pela oferta de um espaço "cidade" em seu interior — onde seria possível ter uma vida plena —, teriam como síntese a produção de um novo modo de vida.

Condomínios enquanto experiência de fechamento

> Você já entrou na Península? Quem vive melhor do que viver ali? O Novo Leblon (…). Espetacular, camarada! Você tá ali, vai lá na academia, no clube porra, joga futebol, ai sai, faz caminhada (…). Tudo isso ali dentro! (Ademir, presidente de uma associação da Barra da Tijuca).

Ao pensar nos grandes condomínios da Barra da Tijuca sob uma ótica específica a eles — no caso, sob a proposta do conceito de "condomínios-cidade" — abrimos diversas possibilidades analíticas. No caso do Rio de Janeiro, olhar para os condomínios da Barra muito nos diz sobre o processo de expansão urbana da cidade e da sociabilidade das camadas médias urbanas. As propagandas, as assembléias, a história e as opiniões sobre os condomínios, aliados às suas características físicas, apontam para um antes e um depois do empreendimento, assim como para um interior e um exterior de seus muros. A partir do material empírico sobre um condomínio específico, pude investigar o processo de produção desses empreendimentos dentro da lógica urbana da cidade.

A pesquisa em acervos de jornais pelo nome de um condomínio específico da Barra da Tijuca, o Novo Leblon, me levou a notícias anteriores sobre o condomínio pensar em existir. Na realidade, o primeiro empreendimento que se intitulou "Novo Leblon" foi um conjunto de prédios no meio do próprio bairro do Leblon, um dos mais caros bairros da cidade. No local onde existia a favela Praia do Pinto, que acabou destruída por um incêndio misterioso, foi anunciado, em 1970, um conjunto de 40 novos prédios, rodeando uma praça e adjacentes a um novo centro comercial. Depois conhecido como Selva de Pedra, o então Parque Residencial Novo Leblon foi uma das primeiras oportunidades do mercado imobiliário de abrir novas possibilidades de moradia, dentro do próprio bairro. Já com as demandas de certas camadas da população de uma busca por certa homogeneidade e espaços de convivência fechados do resto da cidade, esse empreendimento conseguiu oferecer algo nesse sentido. Os prédios todos são voltados para o interior, onde uma praça é um espaço de convívio interno. Apesar de ser pública e apesar de não ter grades ao redor do empreendimento, ele já representava uma tentativa de apresentar um dos aspectos que os condomínios passariam a ter, um "fechamento" de outras classes, a garantia de convívio entre iguais. O fechamento aqui não é físico, mas oferece uma camada de reclusão e de garantia de uma certa convivência específica.

Partindo desse exemplo, pude identificar que a construção material e simbólica dos que viriam a ser os "condomínios-cidade" da Barra da Tijuca se deu por um processo amplo. O que Balthazar (2020) chamou de uma "ordem temporal de sucessivas repetições", pela qual o Estado reproduz os mesmos mecanismos em ciclos para viabilizar a expansão urbana, fez com que as mesmas promessas que antes foram feitas para a Zona Sul carioca, especialmente Copacabana, se repetissem em direção ao Oeste, no bairro de São Conrado, e depois, na Barra

da Tijuca. A promessa de fuga do caos da cidade, de proximidade com a natureza e de status, agora se materializa em empreendimentos residenciais que poderiam oferecer tais atributos em uma cidade já tomada por uma urbanização densa e pela heterogeneidade que a acompanha. Esse mesmo mecanismo, então, se mostra muito mais uma acumulação progressiva do que uma repetição. Apesar de se utilizar de uma volta a um passado para construir uma promessa de futuro, o passado utilizado na ocupação de Copacabana — um a-histórico, de uma volta a um estado de natureza rousseauniano (Balthazar, 2020) — não é o mesmo utilizado em São Conrado e na Barra, que focam mais em experiências históricas para evocar memórias no público-alvo. Nesses últimos, tanto um passado recente de urbanização caótica da Zona Sul quanto um passado anterior, nostálgico e idealizado, de uma cidade tranquila e organizada, pré-ocupação densa, ganha destaque, acumulando as experiências de Copacabana, do Leblon e de São Conrado, progressivamente. A partir de continuidades e rupturas, assim como ligada aos "ciclos do capital" (Fernandes, 2008) na cidade e a contextos específicos, o processo de transformações urbanas no Rio de Janeiro apresenta uma repetição de mecanismos de produção de promessas e demandas, mas que produz formas diferentes.

O que se repete sucessivamente, então, é a constante manipulação de temporalidades pela mídia, mas que progressivamente acumula novos valores, experiências e demandas. A trajetória, no espaço e no tempo, das experiências de fechamento nos mostra como as transformações urbanas de Copacabana à Barra se caracterizam, na realidade, por uma "ordem processual de sucessivas acumulações", tanto materiais quanto simbólicas, que são também dependentes dos contextos políticos e sociais que as acompanham. Nesse processo, as formas urbanas de moradia vão se construindo a partir da acumulação de camadas de fechamento, imaginários e desenvolvimentos urbanísticos, desenvolvendo alternativas cada vez mais moldadas aos interesses do mercado imobiliário, do Estado e de camadas da população.

Os condomínios que se estabeleceram em São Conrado, bairro seguinte do Leblon em direção ao Oeste, acumularam outras camadas de fechamento. Nele, a imagem aristocrática e as grades já fizeram dos condomínios maiores e mais luxuosos. Contudo, continuavam sem poder ofertar todos os serviços em seus interiores e continuavam vizinhos de uma grande favela. Os espaços de convívio já passaram a ser privados e a vigilância se tornou um fator importante. Enquanto essa "composição multiescalar", tais condomínios já estabeleciam camadas de fechamento suficientes para serem considerados, pelo menos pelo senso comum, enquanto condomínios. Mas ainda assim eram muito diferentes daqueles que estavam surgindo no bairro recémconstruído.

Detentora de um grande projeto urbanístico, a Barra da Tijuca pôde acumular em seus condomínios ainda mais camadas de fechamento. Lá, como os anúncios de muitos empreendimentos faziam questão de trazer, o planejamento era importante. Era ele que evitaria

o adensamento, o caos, os problemas que antes tomavam conta de outros bairros. Tidos como "bairro planejados", esses condomínios passaram a oferecer em seus interiores todos os tipos de serviços, alguns deles possuindo até três escolas diferentes dentro de seus muros. Shopping centers completos, clubes poliesportivos, fazendas e parques, fazem parte do ambiente que pôde se erguer naquela parte da cidade. Aos fechamentos das grades, da segurança e da homogeneidade do convívio, se acumularam também o fechamento do cotidiano e da autossuficiência. Isso tudo, porém, em condomínios cujas ruas e praças são públicas. São logradouros de — teoricamente — acesso irrestrito, cercados por muros e com entradas controladas. São o exemplo mais ilustrativo de uma "gestão privada dos espaços públicos" (Firmino, 2017), com interesses privados, dentro de uma lógica de vida comunitária.

Nesses novos espaços, a relação com a cidade era outra: neles, é como se toda uma cidade existisse em seu interior, não só pelos serviços, mas por algumas das suas dinâmicas. Assembléias e manifestações de centenas de pessoas, eventos de grande porte, convívio de alunos de escola pública e de escolas particulares de elite, trânsito e inadimplência, carreiras políticas e conflitos de grupos de interesse. Aqui, o sentimento "anti-urbano" se mistura com uma busca por equipamentos urbanos e proximidade com a cidade. A relação com o meio urbano e com o que isso representa no imaginário social é diferente de outros condomínios ou enclaves residenciais.

Os condomínios e seus muros se formam nessa tensão entre um dentro e um fora que se choca com as delimitações legais entre o que é público e o que é privado. De fato, a questão do acesso exclusivo é central, mas a exclusividade se dá mesmo quando o acesso não pode ser totalmente limitado. Essas tentativas de criar espaços fechados e exclusivos em meios públicos são feitas a partir de uma sobreposição de camadas de fechamentos tanto materiais quanto simbólicos. O processo histórico de expansão urbana para a Barra da Tijuca nos anos 1960 e 1970 nos ajuda a compreender tal construção. Quando a linha é tênue entre o que é público e o que é privado, o que é considerado um condomínio e o que não é, cabe pensar nesses espaços em termos dos elementos que os constituem. Olhando para essa história específica do surgimento dos grandes condomínios residenciais da Barra, acabei por, analiticamente, entendê-los, e entendi também os seus predecessores enquanto "experiências de fechamento" (Agueda, 2021).

As *gated communities* e outras formas de enclaves habitacionais são, além de construções materiais, formas urbanísticas e um produto imobiliário, acúmulos de projetos de vida e imaginários urbanos. Como todas as infraestruturas, são compostas por uma componente física e uma componente metafísica (Larkin, 2013), e as ideias, promessas e imaginários que as rodeiam são tão importantes como os materiais que as constroem e sustentam. São construídas antes de serem implementadas, pelos desejos dos moradores, pelos motivos dos atores privados e estatais e pelas propagandas que criam uma ideia específica de vida.

Os grandes condomínios residenciais da Barra vão muito além de um "novo conceito de habitação" (Caldeira, 2000) e devem ser pensados em função da complexidade que os envolve. Procuro compreender o seu espaço como um "conjunto inseparável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único em que a história se desenrola", como uma materialidade e também "a vida que o anima" (Santos, 2012, p. 62-63). Nesse sentido, as matérias dos jornais, a propaganda e os desejos das classes altas são ainda mais cruciais para a construção dos condomínios da Barra da Tijuca do que o concreto e os tijolos que os construíram fisicamente, produzindo escalas de fechamento para além daquelas visíveis.

O que diferencia essas formas de habitação segregada de qualquer outro tipo de habitação é o seu fechamento, que é mais uma experiência do que um conjunto de muros e barreiras. Os condomínios da Barra desafiam a noção de fechamento, pois geralmente são compostos por vias públicas, onde — oficialmente — a entrada seria permitida a todos. No entanto, eles são tão fechados para estranhos quanto qualquer outro condomínio legalmente fechado. O fechamento, então, mostrou-se mais uma experiência, uma forma de perceber uma separação, do que uma barreira física propriamente dita. A forma de compreender essas experiências de fechamento é mergulhar nos discursos dos moradores e das próprias imobiliárias. Ao fazer isso, percebemos que, ao longo da ocupação da Zona Sul da cidade, diferentes fechamentos foram sendo exigidos e prometidos, acumulando-se à medida que se materializavam em condomínios rumo à expansão para o oeste.

As associações e as instituições intermediárias

> Nós somos voluntários, não recebemos nada, nenhum apoio, nem para me contar o café da manhã, tá? É uma coisa que a gente faz porque a gente acha que é necessário, porque é um local onde a gente pode trocar, falar direto com os gestores de segurança pública [...] Na verdade a gente mantém nós mesmos da comunidade, né? Que mantemos ele em pé, né? Porque se a gente não quiser, não tiver mais uma diretoria, o conselho acaba, entendeu? (Solange, presidente de uma associação de moradores da Barra).

O viver em condomínio é muito mais do que compartilhar espaços de convivência no interior de muros e um perímetro protegido. As propostas de pensar essa agenda de pesquisa enquanto "composições multiescalares" e "experiências de fechamento" abrem espaço para uma investigação da vida nesses condomínios, uma escala inerente às suas formações e que produz experiências diversas em cada um dos exemplares dessas formas urbanas fechadas. Mais importante do que aquilo que criam enquanto opções de moradia é o cotidiano que produzem, uma específica e complexa vida de condomínio. O relato de Solange — uma de minhas interlocutoras de pesquisa na Barra da Tijuca — ilustra o papel que certas associações

têm enquanto escala do cotidiano desses espaços.

Dentro desse amplo espectro que compõe o que seria uma "vida de condomínio", algumas entradas se mostram particularmente relevantes nos estudos sobre vidas urbanas. Por um lado, as associações e a política interna dos moradores é objeto antigo nos estudos urbanos, provavelmente antecedendo os próprios estudos sobre condomínios, já que vêm sendo estudados desde a formação dos subúrbios norte-americanos. Por outro lado, a maneira particular de busca por uma vida comunitária nesses espaços se mostra um campo muito inexplorado, pelo menos se tratando do Brasil. Parte pela dificuldade de acessar etnograficamente esses espaços (Khan, 2012; Low, 2001), mas parte também pelo atraso no interesse em pensar sociabilidades urbanas específicas das camadas médias e altas.

M.P. Baumgartner mostrou em sua obra *The Moral Order of a Suburb* (1988) como a vida nos subúrbios americanos se sustenta enquanto uma narrativa e um imaginário de tranquilidade por meio de uma ordem moral específica. A autora argumenta que a vida dentro desses espaços — que são inspiração dos grandes condomínios residenciais da Barra — se cria sob um "minimalismo moral", uma constante evitação de conflito e de enfraquecimento dos laços comunitários. Esse tipo de organização urbana, que "se assemelha a cidades em alguns aspectos e a comunidades menores e mais tradicionais em outros, mas no geral não é exatamente como nenhum" (Baumgartner, 1988, p. 9), geraria um "padrão distinto de relações interpessoais baseado em uma "fluidez das relações, falta de integração social e relativa indiferença entre as pessoas" (Baumgartner, 1988, p. 3). A tese da autora é que, em um lugar com menos densidade social, existiria menos controle social, sendo a fuga da cidade para esses espaços um meio de criar ambientes de evitação de conflito e controle. Talvez por se tratar de um estudo que data o início da proliferação desse modelo de moradia, muito do que é descrito pela autora não se reflete em condomínios e subúrbios de hoje. Ao contrário, a ordem moral desses espaços, pelo que a pesquisa me mostra, se dá por uma sociabilidade forte, demanda de participação e até uma valorização dos conflitos. "Todo o meu grupo de amigas é daqui do condomínio [...] criei amizades pra vida toda, fazemos tudo juntas", me conta Neide, em um banco de uma das muitas praças arborizadas do condomínio onde mora. Aspectos como o ethos praiano das classes altas cariocas, o fenômeno das classes médias emergentes, o fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro, ou da "fala do crime", a partir dos anos 1970 e 1980, são elementos constitutivos da criação de uma vida comunitária "barrense", que não condiz com o contexto estadunidense.

Eric Charmes, por outro lado, aponta para uma sociabilidade forte dentro desse tipo de espaço. De acordo com o autor, cujo estudo se baseia na França, nesses espaços existe um processo de "clubização", ou um "efeito clube", uma sociabilidade forte gerada por uma busca por semelhantes (Charmes, 2009), parecido com o que Setha Low (2001) identificou em *gated communities* nos Estados Unidos. O francês identificou que esses espaços fechados de moradia

acabam por se tornar grandes clubes residenciais, onde o morar passa a se tornar uma entrada em um clube social distinto, e que essa tendência tem se expandido para espaços não fechados de moradia, como bairros. Nos grandes condomínios da Barra, a compra de um imóvel significa também a certeza de pertencimento e vivência junto a um determinado grupo, e apenas ele, assim como a certeza de uma vivência específica para os filhos, cuja escola, lazer e clube estão todos dentro daquele espaço fechado. Fazer parte do grupo da pelada aos sábados, do chopp no restaurante do clube de final de tarde ou da aula de hidroginástica pela manhã. Morar em um desses condomínios significa adquirir um laço mais estreito com aquela comunidade, o que certas classes parecem sentir dificuldade em meio ao espaço heterogêneo da cidade.

Esse exemplo, que de forma alguma se mostrou ser uma exceção, ilustrou um pouco do caráter dessa vida em condomínio, dessa "ordem moral" produzida por esses espaços e como os moradores vivem seus cotidianos dentro daqueles muros. As relações de vizinhança e proximidade se misturam com uma ativa e enfática participação na vida pública do condomínio. As diversas dinâmicas políticas, discussões acaloradas e formação de grupos de amizade íntimos ilustra como a sociabilidade é tudo menos rasa naquele ambiente. Uma "materialização da atenção" (Patrício, 2016) que tem uma eficácia simbólica já que, de acordo com uma interlocutora de pesquisa, "as pessoas vão lá pra serem ouvidas, brigar… pra se sentir importantes!". A sociabilidade forte, atrelada a uma tendência de participação ativa, faz com que a vida nesses condomínios e em suas instâncias deliberativas seja mais uma acentuação das dinâmicas da vida urbana do que um oposto dela, por mais que sejam geográfica e socialmente delimitados.

Nesses grandes condomínios, o que se forma são espécies de "simulacros urbanos", tendo em vista que eles "promovem a criação de ambientes urbanos que filtram e simplificam a realidade da cidade" (Silva, 2013, p. 16). Neles, as relações, articulações e serviços da cidade são oferecidos, em uma menor e controlada escala, dentro de um espaço autossegregado do resto da cidade. Christian Dunker (2015) identifica que isso possibilita a criação de um espaço hiper-regulamentado, o que é exatamente o que as classes altas buscam. Um cotidiano com extensiva vigilância, regras de conduta e administração minuciosa é aquilo que separa a vida de condomínio — ou a "condominialização da vida" — da vida urbana da cidade, por mais que a primeira recrie uma variação da segunda. Nesses simulacros da vida urbana, o distanciamento com os de fora se dá simultaneamente a uma aproximação com os de dentro, em uma intensificação das articulações e conflitos. Não à toa, a vida em condomínio tem sido objeto de séries de tv, que focam nas fofocas e brigas internas desses espaços. Fábio, um dos meus interlocutores e chefe de uma grande empresa de vigilância, ao me contar sobre a infraestrutura de vigilância que estava colocando em um desses grandes condomínios, disse que "ela ajuda a socializar as pessoas", já que eles podem viver seu dia a dia sem se preocupar, já que está tudo

sob controle.

Assim como para Charmes, acredito que esse modelo de cotidiano dos condomínios tem perpassado os muros dos condomínios e se estendido, em grande parte, ao bairro em si. É o que Petrella (2021) vem chamando de um processo de "condominialização da cidade", uma extensão da lógica desses condomínios para espaço além de seus muros. O caso da Barra representa bem isso, um "bairro de condomínios", cada um se autointitulando "bairros planejados", onde a lógica de urbanização e de cotidiano segue a dos subúrbios estadunidenses, como grandes *gated communities* em meio ao espaço público. Não à toa, moradores têm separado o bairro em blocos, cada qual se organizando enquanto condomínios em si, como o Jardim Oceânico, o Bosque Marapendi e o Parque das Rosas. A mesma vigilância privada ostensiva se mantém sobre as ruas públicas, os espaços de convívio sendo majoritariamente ambientes privados, o fechamento de ruas por cancelas e uma constante delimitação social diante de outros grupos faz da Barra da Tijuca um bairro com uma lógica de condomínio. Como aponta Charmes, "[...] a privatização não dá conta de explicar as mudanças nas questões relativas às modalidades de territorialização residencial nos subúrbios" (2009, p. 203) e os moradores passam a enxergar o seu bairro quase como um grande condomínio.

Um espaço urbano geográfica e socialmente delimitado, cercado por grades, muros e outras barreiras simbólicas, que tenta manter — ou vender — uma certa homogeneidade e vida comunitária tranquila, acaba por produzir uma lógica interna de funcionamento e uma ordem moral própria. Isso descreve tanto os condomínios fechados, sejam os com ruas privadas ou aqueles onde as ruas são públicas, mas também bairros e regiões que seguem sua lógica de urbanização. Essas formas urbanas unem ideais de fortaleza e proteção com imaginários e narrativas de tranquilidade e sossego, a fim de criar promessas de uma nova maneira de viver para as camadas médias. Para entendermos a vida comunitária e as articulações que se dão nesses espaços, é necessário se atentar para todas essas instâncias ou camadas: as narrativas nativas, os entendimentos analíticos da literatura, a conexão com o contexto local e a representação de um fenômeno global.

REFERÊNCIAS

1. AGUEDA, Rodrigo. **Do Leblon ao Novo Leblon**: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca (RJ). 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

2. AMIN, Ash; GRAHAM, Stephen. Cities of Connection and Disconnection. *In*: ALLEN,

John; MASSEY, Doreen (ed.). **City Worlds**. London: Routledge, 1999. p. 7-54.

3. ARANTES, Rafael de Aguiar. **Fugindo dos "males" da cidade**: os condomínios fechados na grande Salvador. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

4. ATKINSON, Roland; BLANDY, Sarah. Introduction: International Perspectives on The New Enclavism and the Rise of Gated Communities. **Housing Studies**, [*s. l.*], v. 20, n. 2, p. 177-186, 2005.

5. ATKINSON, Roland; BLANDY, Sarah. **Domestic Fortress**: Fear and the New Home Front. Manchester: Manchester University Press, 2016.

6. BALTHAZAR, Ana Carolina. O tempo da Barra da Tijuca: Concepções de passado, presente e futuro na narrativa midiática sobre o bairro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 77-94, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/25419. Acesso em: 18 mar. 2025.

7. BAUMGARTNER, Mary Patricia. **The Moral Order of a Suburb**. New York: Oxford University Press, 1988.

8. BLAKELY, Edward.; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America**: Gated Communities in the United States. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1997.

9. BLANDY, Sarah. Beyond Privatopia: Rethinking Private Residential Government. **Housing Studies**, [*s. l.*], v. 28, n. 3, p. 520-522, 2013. Disponível em:10.1080/0267303 7.2011.644104. Acesso em: 18 mar. 2025.

10. CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

11. CHARMES, Eric. On the Residential 'Clubbisation' of French Periurban Municipalities. **Urban Studies**, [*s. l.*], v. 46, n. 1, p. 189–212, 2009. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/43198466. Acesso em: 20 mar. 2025.

12. DUNKER, Christian. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

13. FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 23–35, 2017.Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/134313. Acesso em: 27 mar. 2025.

14. HERZOG, Laurence. The Political Economy of a Global Suburb in Rio de Janeiro, Brazil. **Latin American Perspectives**, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 118-134, 2013. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23466026. Acesso em: 19 mar. 2025.

15. JACKSON, Kenneth. **Crabgrass Frontier**: The Suburbanization of the United States. New York: Oxford University Press, 1985.

16. KHAN, Shamus. The Sociology of Elites. Annual Review of Sociology. 2012. 38:361–77, 2012.

17. KOSTENWEIN, David. Between Walls and Fences: How Different Types of Gated Communities Shape the Streets Around Them. **Urban Studies**, [*s. l.*], v. 58, n. 16, p. 3230-3246, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0042098020984320. Acesso em: 10 abr. 2025.

18. LARKIN, Brian. The Politics and Poetics of Infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, [*s. l.*], v. 42, p. 327-343, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155522. Acesso em: 18 mar. 2025.

19. LOGAN, John; SCHNEIDER, Mark. Racial Segregation and Racial Change in American Suburbs, 1970-1980. **American Journal of Sociology**, [*s. l.*], v. 89, n. 4, p. 874-888, 1984.

20. LOW, Setha. The Edge and the Center: Gated Communities and the Discourse of Urban Fear. **American Anthropologist**, [*s. l.*], v. 103, n. 1, p. 45-58, 2001.

21. LOW, Setha. **Behind the gates**: Life, Security, and the Pursuit of Happiness in Fortress America. New York: Routledge, 2003.

22. MOURA, Cristina Patriota de. Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 209-233, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.970. Acesso em: 20 dez. 2024.

23. MOURA, Cristina Patriota de. **Condomínios no Brasil Central**: Expansão urbana e antropologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

24. O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

25. PATERMAN, Rachel. Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em expansão. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 362-387, dez. 2020. Disponível em: 10.12957/irei.2020.56788. Acesso em: 20 mar. 2025.

26. PETRELLA, Guilherme Moreira. Renda Imobiliária e propriedade: Estrutura da renovação urbana. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1777–1804, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49986. Acesso em: 18 mar. 2025.

27. ROITMAN, Sonia. Gated Communities: Definitions, Causes and Consequences. **Urban Studies**, [*s. l.*], v. 47, n. 2, p. 403-425, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0042098009349272. Acesso em: 18 mar. 2025.

28. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Sementes Urbanas 1**. Niterói: EdUFF, 2017 [1981].

29. SILVA, Leonardo Fireman de Castro. **Sobre os simulacros urbanos e a percepção da**

cidade: um estudo de caso. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

30. SVAMPA, Maristella. **Los que Ganaron**: La Vida en los Countries y Barrios Privados. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2001.

31. VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

32. VESSELINOV, Elena; LE GOIX, Renaud. From Picket Fences to Iron Gates: Suburbanization and Gated Communities in Phoenix, Las Vegas and Seattle. **GeoJournal**, [*s. l.*], v. 77, n. 2, p. 203-222, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1007/s10708-009-9325-2. Acesso em: 25 set. 2025.

Rodrigo Agueda
Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID https://orcid.org/0000-0002-0614-5927. E-mail: rodrigoagueda@iesp.uerj.br

A moradia popular nas favelas: o regime de ordens ajustadas em um “condomínio do PAC” no Rio de Janeiro

Social housing in the favelas: the regime of adjusted orders in a ‘PAC condominium’ in Rio de Janeiro

Bruno Coutinho de Souza Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Da observação de um conflito entre moradores de um conjunto residencial recém-construído e moradores da favela vizinha localizada no bairro do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, este artigo analisa desdobramentos cotidianos decorrentes da implementação de um programa do governo federal voltado para a urbanização de favelas na localidade, no período 2008-2012. Sob a perspectiva etnográfica, em diálogo com os estudos da sociologia urbana sobre moradia popular e a vida social nas favelas, a pesquisa revelou uma tendência macroestrutural de permanente conflito prático-narrativo sobre significados do “morar na favela”. Tal disputa decorre do desejo de consolidação, ora de uma “ordem condominial” baseada em um padrão de moradia idealizado nos “condomínios fechados” de classe média, ora de uma “ordem comunitária” entendida pela permanência de práticas da/na favela que se materializam na organização e nos usos diferenciados dos espaços de uso comum no conjunto residencial. A partir das trajetórias pessoais e das narrativas de alguns moradores, observam-se ambiguidades inerentes à própria experiência dos sujeitos no cotidiano da nova moradia, fazendo com que estes transitem permanentemente entre as duas ordens, a desejada e a praticada. Por fim, o artigo aponta para a necessidade de se pensarem as consequências das políticas públicas de integração urbana, destinadas às favelas, que atuam sob padrões urbanísticos historicamente formulados “de fora para dentro” e materializados por meio de políticas governamentais fragmentadas e fortemente hierarquizadas que não atendem às reais necessidades dos moradores de favela.

Palavras-chave: Condomínio, Moradia, Favela, Ordem, Complexo do Alemão.

Recebido em 2 de março de 2025.
Avaliador A: 2 de maio de 2025.
Avaliador B: 12 de maio de 2025.
Aceito em 8 de agosto de 2025.

CC BY

ABSTRACT

Based on the observation of a conflict between residents of a newly-built housing complex and residents of the neighboring favela located in the Complexo do Alemão neighborhood in Rio de Janeiro, this article analyzes daily developments resulting from the implementation of a federal government program aimed at the urbanization of favelas in the area, in the period 2008-2012. From an ethnographic perspective in dialogue with urban sociology studies on popular housing and social life in the favelas, the research revealed a macro-structural trend of permanent practical-narrative conflict over the meanings of "living in the favela". This dispute stems from the desire to consolidate either a "condominium order" based on an idealized housing pattern in middle-class "gated communities", or a "community order" understood as the permanence of practices from/in the favela that materialize in the organization and different uses of common spaces in the residential complex. Based on the personal trajectories and narratives of some of the residents, there are ambiguities inherent in the subjects' own experience in the day-to-day life of their new home, causing them to permanently move between the two orders, the desired one and the actual one. Finally, the article points to the need to think about the consequences of public policies for urban integration aimed at favelas, which operate under urban standards that have historically been formulated "from the outside in" and materialized through fragmented and strongly hierarchical government policies that do not meet the real needs of favela residents.

Keywords: Condominium, Housing, Favela, Order, Complexo do Alemão.

INTRODUÇÃO

Em uma manhã chuvosa de trabalho no bairro do Complexo do Alemão, observei um conflito entre vizinhos que me despertaria para uma série de questões relacionadas ao programa de urbanização e habitação popular denominado "PAC-Favelas". Entre 2008 e 2011, o programa havia realizado obras de infraestrutura e alterado significativamente as rotinas dos moradores daquele extenso e heterogêneo bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Eu havia trabalhado como gestor de território do PAC-Favelas e nos últimos meses realizava o acompanhamento assistencial das famílias realocadas para os novos "condomínios do PAC".

No começo da ocupação de um desses conjuntos residenciais — o Relicário[1] (local que defini como campo de pesquisa para a minha pesquisa de doutorado) —, moradores

1 Nome fictício.

contemplados com as chaves dos novos apartamentos passaram a marcar uma forte distinção entre eles e os "de fora". Na cena do conflito que observei, a disputa era pela manutenção ou o fechamento de uma passagem que ligava o "condomínio do PAC" à favela vizinha: os "de dentro" queriam fechar a passagem para os "favelados" não passarem por dentro; os "de fora" reivindicavam a passagem, pois para eles "todos eram iguais, era tudo Complexo do Alemão".

Muitos desses moradores "de dentro" — os que naquele momento passavam a residir em uma estrutura predial — assumiram e reproduziram a fala governamental difundida sobre os "condomínios de classe média". Morar em um "condomínio" tornou-se a representação de ascensão econômica e reconhecimento da cidadania, contribuindo por outro lado para a aceitação e a consolidação das políticas de habitação popular na região. Esse discurso foi reproduzido ao longo do tempo nos espaços de atendimento à população no programa governamental[2]. Técnicos, gestores, engenheiros, todos referiam-se aos conjuntos residenciais do PAC como "condomínios", ou seja, reiteravam aspectos físicos e simbólicos que remetiam a uma outra maneira de morar em oposição à representação historicamente negativa da vida na favela (Zaluar; Alvito, 2006). Traziam no bojo o histórico discurso da necessidade de remoção de casas nos altos dos morros (Valladares, 1978; 1981) para uma nova vida em conjuntos habitacionais, agora chamados de "condomínios populares" (Conceição, 2016). Ao todo, em todo o período de implementação do programa federal (entre 2008 e 2012), foram erguidos nove conjuntos residenciais, totalizando cerca de 1750 novas unidades de habitação popular no bairro.

Com o passar do tempo, essa representação baseada na possibilidade de uma "nova vida", um "novo tempo", o "recomeço", a "realização de um sonho", entre outras expressões que denotavam as expectativas de melhora nas condições de vida, se esvaiu. O crescimento da sensação de violência no território, a descontinuidade das políticas de urbanização, a deterioração das estruturas físicas do conjunto residencial e, principalmente, a permanência de grupos armados locais no ordenamento do Relicário, com jovens armados circulando pelo interior do "condomínio" em uma performance beligerante, geraram grande desilusão. Ao mesmo tempo, mesmo entre os mais críticos, sete anos após a inauguração do Relicário, a "conquista do sonho" da casa própria e certo distanciamento físico da favela (que gerava uma sensação parcial de segurança) permaneceu em algumas falas como algo positivo. Morar nos "predinhos" também remetia a uma ideia de estabilidade da moradia.

Para problematizar e aprofundar, teórica e empiricamente, essas primeiras percepções

2 Discurso do então presidente Lula na inauguração de um dos conjuntos residenciais construído com os recursos do PAC/MCMV. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semestre/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas/view. Acesso em: 29 jan. 2014.

sobre esse campo de possibilidades interpretativas, utilizei-me dessa experiência como campo etnográfico para a pesquisa de doutorado que realizei entre os anos de 2013 e 2018. A ideia era entender como esses moradores estabeleceram suas novas ordens do morar, por meio das suas próprias representações sociais sobre o espaço vivido. Essa pesquisa tornou-se um desdobramento da primeira entrada no Complexo do Alemão em 2010 para o estudo sobre a participação popular na implementação do PAC-Favelas (Oliveira, 2011). Na primeira entrada, o trabalho orientava-se numa perspectiva avaliativa da política pública. No doutorado, busquei me desconstruir do que significava a "boa moradia".

Nesse sentido, não haveria "a verdade" a ser encontrada, mas uma certa realidade socialmente construída, como já indicaram Berger e Luckmann (1985). Metodologicamente, sob a perspectiva de uma "etnografia narrativa" (Clifford, 2002a; 2022b; Geertz, 1989) e multissituada (Marcus, 1991, 1995) — na qual as experiências locais dialogam com processos e dinâmicas do capital globalizado — a pesquisa buscou compreender as ordens internas daquele novo espaço de moradia, por meio da observação participante de "entrevistas compreensivas" (Kaufmann, 1996) e, principalmente, das conversas e encontros casuais que possibilitaram estabelecer os vínculos necessários para as relações de confiança entre pesquisador e pesquisados.

Desse modo, considerando diferentes possibilidades de escutas, pude entrar e permanecer para apreender as práticas cotidianas de moradores e não moradores do Relicário: as dinâmicas de diferentes grupos em torno do ordenamento interno do Relicário; as disputas e os tipos de usos dos espaços no interior do terreno; as narrativas a respeito das expectativas e frustrações sobre a vida naquele conjunto de blocos de apartamentos. Todo esse quadro normativo e operativo da moradia daquele "Condomínio do PAC" mostrou que a ideia de "bagunça" (valor atribuído pelos moradores ao ordenamento da favela) e as regras do "condomínio" (a ordem burocrática e impessoal da gestão do morar associado às classes médias) tornaram-se perspectivas morais operacionalizadas discursivamente de forma ambígua no cotidiano da vida praticada. Ao longo do tempo, configurou-se entre os atores locais uma forma do morar baseada em um permanente processo de *ajustamento de ordens,* tornando as rotinas entre a forma de organização condominial e o modo de vida da favela ordenamentos sobrepostos e negociados.

Para iniciar a discussão, apresento brevemente o bairro do Complexo do Alemão (local onde se encontra o "condomínio do PAC"), sua representação social na cidade do Rio de Janeiro e os princípios que orientaram a implementação do programa de urbanização voltado para as favelas da localidade. Em seguida, desenvolvo a reflexão sobre as práticas cotidianas dos moradores, utilizando-me dos dados qualitativos gerados na pesquisa de doutorado. Esse texto apresenta breves narrativas que expõem as interpretações dos moradores sobre a vida dentro do Relicário, bem como as formas de organização interna e as práticas que recriam as rotinas da moradia popular na favela. Por meio dessas narrativas, pode-se perceber que as

expectativas se constroem de maneira ambígua e o ajustamento de ordens díspares compõe o processo de adaptação à nova condição de vida. A "bagunça" e o "condomínio" estão cada vez mais sobrepostos como moralidades complementares do viver dos moradores de favela na cidade.

"O COMPLEXO DO ALEMÃO VAI MUDAR!": O PAC-FAVELAS

Atualmente, circundando os bairros suburbanos da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma, o bairro do Complexo do Alemão é formado por dezenas de favelas[3]. Seu tecido urbano é formado por uma diversidade de órgãos e de equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde), de instituições privadas e de caráter comunitários (como organizações não governamentais, institutos de pesquisa, associações de moradores), e de comércio variado — supermercados, bancos, lojas diversas — em uma densa composição urbana. A região hoje é considerada uma das mais povoadas do município, com mais de 100 mil habitantes[4] com características demográficas, econômicas, sociais e culturais atuais que nos remetem a uma típica cidade brasileira de médio porte[5].

As origens históricas que retratam a emergência da moradia popular no Complexo do Alemão, localizado no Subúrbio da Leopoldina[6], datam do final do século XIX[7]. Com a virada do século, as ocupações na região ocorreram sob forte influência das sucessivas reformas urbanas

3 Atualmente, a definição de quantas favelas e áreas internas compõem o Complexo do Alemão varia de acordo com a fonte pesquisada. Representações locais nomeiam 31 "lugares" (Grota; Areal; Sabino; Chuveirinho; Cava; Canitar; Te Contei; São José; Mineiros; Pedra do Sapo; Central; Alemão; Relicário; Matinha; Coqueiro; Rua 2; Alvorada; Sem saída; Praça do samba; Largo da Vivi; Praça do Cruzeiro; Fazendinha; Zona do Medo; Casinhas; Nova Brasilia; Loteamento; Aterro; Reservatório de Ramos; Morrão; Inferno Verde; Área 5).

4 O número total de habitantes do Complexo do Alemão é controverso. O Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 60.583 pessoas distribuídas em 18.442 domicílios. Algumas instituições locais afirmam que há cerca de 200.000 pessoas morando na localidade. Em 2008, o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio) realizou o Censo das Favelas indicando 90 mil habitantes distribuídos em 28.000 domicílios somente para a área objeto da intervenção do PAC. Porém, tal área não é totalmente coincidente com o território do bairro Complexo do Alemão. Sobre os dados do EGP-Rio estes estão em: http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Apresentacao-Censo.pdf.

5 Segundo o IBGE, as cidades de médio porte têm entre 100 001 e 500 000 habitantes.

6 Essa região da Zona Norte do Rio de Janeiro passa a ser conhecida como "subúrbio da Leopoldina" com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina em 1858, com trechos que passavam por dentro da malha urbana no seu trajeto de escoamento da produção de café e interligação com estado de Minas Gerais (El-Kareh, 2010).

7 Miyasaka (2011) afirma que freguesia rural de São Thiago de Inhaúma, criada em 1743, hoje o bairro limítrofe do Complexo do Alemão e chamado somente de Inhaúma, em 1890, já possuía uma população de 17.448 habitantes. Em 1906, já passava de 67.478 residentes (Miyasaka, 2011, p. 15).

no centro da cidade que marcaram o início do século XX, amplamente debatido em trabalhos de Lícia Valladares (2005), Alba Zaluar (2006), Marcelo Burgos (2006), Rafael Gonçalves (2009; 2013) entre outros pesquisadores[8], e pelo intenso processo de urbanização e industrialização dos subúrbios, que se desenvolveu por toda a primeira metade desse mesmo século.

A primeira fase de ocupação do Complexo do Alemão, bem como dos subúrbios cariocas, anteriormente caracterizados pelo ar bucólico das grandes fazendas e chácaras, pode ser entendida, em grande medida, como o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e ideológicos ligados ao processo de modernização e industrialização do Brasil (Abreu, 1987; Fernandes, 2011; Silva, 2010). Com o crescimento exponencial das construções informais resultante da lógica espoliativa e mercantil de formação das cidades (Kowarick, 1979, 2000), as sucessivas crises econômicas a partir dos anos de 1970 e a crescente militarização no conflito entre operadores do comércio varejista de drogas e policiais, que marcaram fortemente o cotidiano do Complexo do Alemão no início dos anos 1990, a região passou a ser lida quase que, exclusivamente, como lugar do crime e da violência. A representação simbólica de todo o Complexo do Alemão foi impregnada nos/pelos meios de comunicação com os sentidos do chamado "mundo do crime".

Em grande medida, parte dessa leitura esteve associada aos desdobramentos dessa conjuntura visível. O conjunto de ruínas e espaços vazios que as fábricas fechadas se tornaram, as explosões demográficas de décadas de desenvolvimento industrial e urbanização, os altos índices de desemprego, de analfabetismo e doenças na região, entre outros indicadores, passaram a ser o material substantivo para a reiteração de estigmas e preconceitos. Na trajetória secular interpretativa sobre os espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro, aquele antigo bairro outrora visto como o *habitat* do novo proletariado (Lefebvre, 2008, 2006;, 1999) passou a ser construído no imaginário social e veiculado, sistematicamente, na imprensa como o lugar da criminalidade, da pobreza, da falta e da negação de vida.

Assim, sob a leitura da precariedade e da violência, o governo federal, em abril de 2008, com o apoio dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, anuncia o "PAC-Favelas". Essa modalidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltada para as áreas com baixos índices de desenvolvimento humano, foi implementada em quatro conjuntos de favelas[9]. Sua proposta, elaborada pelo Ministério das Cidades e gestores da Caixa Econômica

8 Há consolidado um conjunto de obras sobre as causas complementares que originaram a ocupação dos morros do centro e da zona sul do Rio de Janeiro. Além das medidas do governo municipal e federal voltadas para a demolição dos cortiços com fins à higienização do centro da cidade, há também como mito de formação das favelas o retorno de soldados de seus fronts de batalha (como o "mito" da Guerra de Canudos [1896-1897] e a ocupação do Morro da Favella, e a Guerra do Paraguai [1865-1870]) já amplamente difundido pelos trabalhos de Lícia Valladares (2005), Alba Zaluar (2006), Burgos (2006), Gonçalves (2013) entre outros pesquisadores.

9 Além do Complexo do Alemão, o governo do estado gerenciou o PAC em mais quatro territórios no município

Federal, tinha como objetivo "integrar" as favelas ao conjunto da cidade por meio de obras de infraestrutura e projetos sociais.

Desde o início de sua implementação, o PAC-Favelas prometera transformar a vida dessas pessoas por meio de um conjunto de projetos e ações que possibilitariam o desenvolvimento econômico e social do bairro, bem como o acesso aos variados equipamentos e serviços públicos disponibilizados pelo programa, incluindo, nesse pacote urbanístico, o recebimento de novas residências formalizadas e regularizadas. Todo esse aparato de técnicas urbanísticas, permeado pelo valor da "participação popular", ficou conhecido como "urbanismo social". Esse modelo tinha como proposta o desenvolvimento socioterritorial de espaços segregados da cidade associado à ideia de "inclusão social participativa" de moradores e "regularização da situação fundiária" das moradias.[10]

No mesmo período, ocorreu no Complexo do Alemão uma ocupação militar pelas forças armadas e o Batalhão de Operações Especiais da Polí cia Militar (BOPE), cujo objetivo era a "retomada de território" do domínio dos grupos armados. O projeto de segurança pública com vistas à ocupação e à permanência de policiais militares nas favelas do Complexo do Alemão pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) colocava-se como a possibilidade de se estabelecer outro tipo de relação entre os moradores das favelas e policiais. Cavalcanti (2013) afirma que o PAC-Favelas e a UPP foram dispostos a "reconquistar" não só os territórios, mas corações e mentes de quem espera há décadas algum tipo de transformação em suas vidas, o que ela chamou de "PACficação".

Com todos esses movimentos, o "novo começo para moradores do Complexo do Alemão" foi um mantra repetido como promessa messiânica, reiterado sistematicamente em discursos governamentais, nos encontros pessoais, nas falas dos técnicos, nos eventos de inauguração de equipamentos públicos (colégio, creches, unidades de atendimento de saúde) construídos no bairro. Um sistema de transporte suspenso, o "teleférico do Alemão", com dimensões faraônicas nos topos dos quatro morros do bairro, revelava a força operativa e o poder político-financeiro daquele conjunto de obras para uma população que se sentia esquecida e abandonada. A relação entre representantes governamentais e a população local consolidou o programa discursivamente

do Rio de Janeiro: Pavão-Pavãozinho, Preventório, Complexo de Manguinhos e Rocinha. Há uma série de estudos sobre os impactos das políticas do PAC nessas localidades, com destaque para a tese de doutorado de Cláudia Trindade (2012) intitulada *Não se faz omelete sem quebrar os ovos: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro*.

10 A antropóloga colombiana Suly Roldán Quinchía (2011) sugere que o conceito "urbanismo social" começa a circular como prática discursiva no período do governo do Prefeito de Medellín Sergio Fajardo (2004-2007), para se referir a um conjunto de ações que vão desde intervenções físicas no espaço a ações de desenvolvimento social. Em sua pesquisa sobre as práticas de urbanização de favelas dessa cidade colombiana, a autora chama a atenção para rápida difusão que os ideários do urbanismo social adquiriram, dando força institucional às ações implementadas pela prefeitura.

como o meio para a inclusão social da favela à cidade formal. A perspectiva subjetiva da "nova vida" foi colocada como saída para os tempos de dificuldade na favela, gerando a esperança de reconhecimento social em seu caráter ético — certa busca por reconstrução identitária — aliado ao ideal moral de "justiça", como o direito à moradia garantido via política de redistribuição dos bens materiais (Fraser, 2007).

Com a mudança das pessoas para os novos conjuntos residenciais construídos pelo PAC e a rotinização da vida dentro desses novos espaços de moradia, as leituras sobre o cotidiano passaram a mobilizar ordens de grandeza que interpretavam o antes e o depois, o antigo e o novo, o esperado e o vivido. Dentro do conjunto residencial Relicário, as críticas sobre as formas de organização interna tornaram-se constantes nas representações sobre o espaço vivido. No entanto, de acordo com as necessidades e as ordens vigentes, tornaram-se ambíguas nos discursos sobre o cotidiano.

CONDOMÍNIO DE CLASSE MÉDIA: A ORDEM DESEJADA DOS "ENCLAVES FORTIFICADOS"

Durante a pesquisa, minha leitura inicial sobre a disputa em torno da passagem do muro foi ganhando outros contornos, à medida que eu conversava com diferentes moradores e observava suas rotinas no interior do Relicário. Com o tempo, a interpretação sobre a vontade de se separar do entorno foi se revelando como algo que estava além de um "elemento purificador" (Conceição, 2016) — uma limpeza moral em relação à favela ou uma supressão do estigma do ser favelado — e de um elemento meritocrático — um entendimento centrado no esforço individual como a causa para o sucesso ou fracasso na sociedade.

Não que tais elementos não existissem nas falas dos moradores, mas esses, como mecanismos únicos de segregação (como eu havia imaginado), pareciam não se sustentar. Mesmo com as críticas ao outro lado do muro, havia também o "orgulho" de ser do Complexo do Alemão. Um grupo de homens nascidos no Complexo do Alemão que se autodenominavam "relíquias", por exemplo, eram moradores do conjunto Relicário, mas se orgulhavam de serem "cria da favela". Sempre referenciavam o bairro de forma positiva. Ser favelado, em muitas ocasiões, foi mobilizado por eles como identidade de luta e de resistência, diante das dificuldades da vida. As mesmas pessoas que, no momento da disputa pela passagem do muro queriam o seu fechamento, em outras ocasiões, batiam no peito e repetiam: "Aqui só tem guerreiro, é na favela que a gente aprende o que é a vida". Desse modo, mais que um elemento de "limpeza", o que começava a surgir nas falas dos moradores era a *necessidade de ordem*. Aqui, em seu

sentido moral e operativo.

Diferentemente dos "condomínios populares" (Conceição, 2016), formatados dentro do padrão construtivo do Programa Minha Casa, Minha Vida[11] (PMCMV), os "condomínios do PAC" não tinham os equipamentos necessários para consolidar uma lógica de *condomínio fechado*. A configuração do Relicário é aberta, ou seja, as vias internas são logradouros públicos e o terreno como um todo constitui-se como um espaço público. Assim, a disputa da passagem pelo muro demonstrou-se como uma primeira tentativa de materializar uma outra institucionalidade — a condominial — como mecanismo de reconfiguração das relações no cotidiano do bairro. A crítica começava a se construir em torno do tipo de rotina vivida internamente. Era o ordenamento interno do Relicário que começava a surgir como questão para os moradores, principalmente para os síndicos, as pessoas "formadas" pelo PAC-Social para gerir o espaço condominial. Uma frase emblemática de Seu Moisés, síndico do Bloco K, exemplifica bem a questão: "Aqui não tem essa de separação, aqui é tudo favelado, tudo Complexo do Alemão. O que a gente não quer aqui dentro é essa bagunça aí de fora".

A ideia de "bagunça" surge aqui como um princípio operativo de ordenamento que remete à vida não regulada pelos padrões ideais da vida condominial. Moradores como Mateus incorporaram os valores dessa nova instituição (o "condomínio") e acreditaram que podiam "fazer diferente" a partir daquele aprendizado. Assumiram de imediato o papel de síndico como forma de implementar a ideia de "condomínio fechado". Alguns moradores vislumbraram a possibilidade de poder "fechar" o Relicário com grades e portões. Chegaram a sugerir a construção de uma guarita para controlar a entrada e a saída de pessoas. A forma como os blocos de apartamentos foram dispostos no terreno, lado a lado, em um espaço fisicamente delimitado, contribuiu para engendrar a perspectiva de um todo condominial.

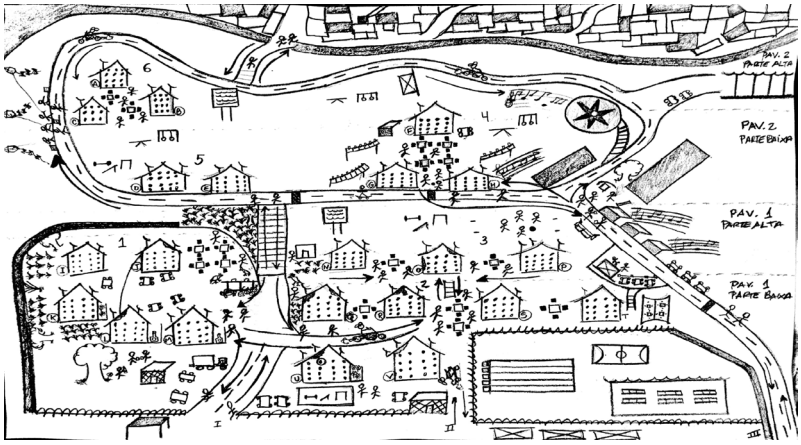
Todo esse arcabouço valorativo ("condomínio fechado") e instrumental-legal (burocracia condominial) posto pela política de urbanização do PAC esteve ancorado nos princípios da "moradia de classe média", próximo ao que Teresa Caldeira (2003, p. 265) definiu como "enclaves fortificados". A autora afirma que esse tipo de moradia coletiva remete a um processo

11 Lançado em 2009 pelo então presidente Lula, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tornou-se o maior programa de acesso à casa própria já criado no país. Direcionadas à aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até R$ 6.500,00, todas as concessões de benefícios pelo MCMV são feitas por faixa de renda: Faixa 1 – até R$ 1.800,00 de renda familiar mensal. Possibilita até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R$ 270,00, sem juros; Faixa 1,5 - até R$ 2.350,00 de renda familiar mensal. Até R$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano; Faixa 2 – até R$ 3.600,00. Até R$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano; e Faixa 3 – até R$ 6.500,00, com 8,16% de juros ao ano. Todos esses estão incluídos na modalidade "Minha Casa, Minha Vida Urbano". O programa ainda tem mais quatro modalidades: empresas, entidades, FGTS, Municípios com até 50 mil habitantes e rural. Cada modalidade atende a um público específico. Os recursos do MCMV são do orçamento do Ministério das Cidades repassados para a Caixa Econômica Federal. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv. Acesso em: 06 mar. 2018.

contínuo de autossegregação, que está associado a um padrão de moradia e de estilo de vida vivenciados pelas classes média e alta. Por meio desse padrão, constrói-se um tipo de relação e convivência específicos entre os moradores dos "enclaves" e o restante da cidade. Trata-se de um padrão marcado fortemente pelos discursos da segurança privada e da individualidade/privacidade, em que tudo aquilo que está fora da circunscrição condominial é representado como perigo, desordem ou o lugar do "crime violento". Nas palavras de Caldeira (2003, p. 211):

> Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produziu as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados. Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelos ricos.

Figura 1. Conjunto Relicário



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Nas cidades, os "enclaves fortificados" de classe média alta materializam-se como uma forma de autossegregação socioespacial em relação ao outro social, cultural e economicamente distante. A autossegregação dos ricos ocorre sob o signo do medo da pobreza, do desconhecido, da diferença e do estranho a eles. Assim, o outro é entendido como perigo iminente para as suas integridades físicas e as suas garantias patrimoniais. No caso dos moradores do Conjunto Relicário, a busca era por uma moradia que proporcionasse a sensação de paz, de tranquilidade e de prosperidade econômica, elementos que, para eles, não constituem a vida dentro da favela. Logo, autossegregar-se em relação a um outro próximo, isto é, aquele que é conhecido, que convive lado a lado e que mora na mesma favela em condições socioeconômicas semelhantes,

foi entendido como a possibilidade de reordenamento do espaço e das relações de forças com novos atores sociais. Se na favela havia a ordem do "dono do morro", no condomínio haveria a possibilidade de uma ordem legitimada pelas regras de convívio condominial.

Desse modo, além da busca por certa "limpeza moral" — que não se deve descartar —, revelava-se naquele espaço um aspecto importante na movimentação dos atores locais em torno do fechamento do "condomínio": *a busca por segurança na moradia*. Esse elemento ontológico "segurança", constitutivo da sociabilidade da modernidade (Giddens, 1991), configura-se como a possibilidade para se organizarem as relações sociais de maneira rotinizada em um mundo marcado por medo, fragmentação das individualidades e desencaixe das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em extensões indefinidas no tempo-espaço (Giddens, 1991, p. 31). Em outras palavras, aqui, a representação do condomínio fechado realça a busca das pessoas por um ambiente em que as relações de confiança possam se estabelecer como princípio gerador de segurança em um ambiente de riscos, um lugar de proteção contra os perigos. No entanto, essa busca, para Giddens, é mais "uma forma de 'fé' na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva" (Giddens, 1991, p. 37), ou seja, a segurança almejada sempre implicará um cálculo dos atores com relação aos riscos e aos perigos a que qualquer um está sujeito em diferentes e relacionadas dimensões da vida social.

No caso do Relicário, a busca por segurança estava condicionada pela necessidade de sua garantia em três dimensões complementares: 1) a "segurança jurídica" da propriedade privada, almejada por pessoas que, ao longo de suas vidas, moraram em casas no morro em condições de informalidade (sem qualquer tipo de título de propriedade ou posse) ou somente com reconhecimento local (com as declarações de propriedade concedidas por associações de moradores, muitas vezes, questionadas até mesmo em disputas locais); 2) a "segurança da construção", quando comparadas com casas que desabaram ou estavam em risco iminente de deslizarem dos morros na primeira chuva forte; e 3) a "segurança da localização", por estarem mais distantes das áreas de confrontos e tiroteios entre policiais e operadores do mercado de drogas. Além disso, a ideia de condomínios levou as pessoas a vislumbrarem a possibilidade de instaurar um sistema de proteção contra crimes (invasão de propriedade privada, roubos, entre outras violações), que envolve um aparato composto por equipamentos e uma tecnologia que permita proteger a vida interna do mundo externo: muros, grades, guaritas, seguranças privados, câmeras etc. foram vislumbrados por muitos moradores logo que chegaram ao Relicário. Com relação a esse último ponto, há uma clara intenção, principalmente por parte dos síndicos, de se estabelecer algum grau de ruptura com uma ordem social fortemente marcada por uma "sociabilidade violenta" (Machado da Silva, 2004a, 2004b, 2008, 2016 [1976]), na qual a insegurança e as imprevisibilidades estruturam o cotidiano.

Machado da Silva defende que a "violência urbana" se configura como uma representação social, ou seja,

> uma categoria que destaca e recorta aspectos das relações que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nas situações consideradas. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, um dimensão prático-normativa institucionalizada, ainda que informalmente, que não pode ser desconhecida (Machado da Silva, 2008, p. 37).

Para o autor, "violência urbana" institui-se como categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas no qual a força é um princípio de coordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Nessa representação, os "traficantes de drogas" seriam, em última instância, aqueles que são significados como "portadores" dessa violência, "porque sua atividade, mais estável e duradoura do que as outras modalidades de crime" (Machado da Silva, 2008, p. 37) exerceria sobre a violência urbana uma força centrípeta.

Sendo essa "violência" sentida por todos na sociedade, para Machado da Silva, é na favela e nos espaços periféricos da cidade que ela existiria de maneira mais dramática. Nesses espaços, as pessoas vivenciariam, cotidianamente, uma ordem baseada quase que exclusivamente na força, não havendo qualquer possibilidade de insubordinação das pessoas. A "sociabilidade violenta" expressa "uma ordem social mais do que um conjunto de comportamentos intersticiais, isolados uns dos outros e sem continuidade no tempo" (p. 41). Essa sociabilidade "provém de um complexo orgânico de práticas e não de ações individuais" (Machado da Silva, 2008, p. 37).

Em sua dimensão prática, a expectativa de formação de um condomínio fechado no Complexo do Alemão foi subsidiada pela representação da violência urbana, tal qual colocada por Machado da Silva. Ademais, tal expectativa esteve diretamente relacionada com a força operativa dos grupos armados que controlam a venda no varejo das drogas na localidade. A forma como esses grupos estruturam suas dinâmicas de mercado e de poder no Complexo do Alemão impõe aos seus habitantes uma série de regulações que visam tanto o pleno funcionamento do negócio quanto o controle das relações entre as pessoas e suas práticas cotidianas. Demarcação de espaços livres no morro — autorizando quem pode ocupar e construir —, interferência em processos eleitorais, a definição de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, a interlocução com atores públicos na definição de critérios para a implementação de políticas públicas, escolha de quais partidos e candidatos estão autorizados a fazer campanhas eleitorais nos morros, são todos exemplos sobre o tipo de controle exercido por essa organização.

Paralelamente, ao longo das últimas décadas, com o crescimento e o fortalecimento econômico e armamentista desses grupos armados, os espaços das favelas tornaram-se altamente militarizados. Os confrontos crescentes entre os grupos armados e policiais militares e civis acabaram por tipificar e materializar esses espaços como "territórios da violência na cidade" (Leite, 2014, p. 627). As representações das favelas como o espaço dos tiroteios, das invasões policiais, dos confrontos armados entre facções inimigas em disputas pelo controle territorial e do comércio de drogas, e como espaço das mortes violentas e precoces ampliaram o desejo dos moradores de isolar o Relicário do restante do Complexo do Alemão. Recomeçar a vida, também, significou distanciar-se da "violência urbana" da favela (Machado da Silva, 2008) e de suas consequências na vida prática cotidiana.

Assim, a tentativa de fazer deste "condomínio" do PAC um tipo de enclave popular esteve orientada pela busca por distanciamento da ordem territorial da favela. A lógica condominial apresentou-se como a possibilidade de estabelecer um outro ordenamento interno, a partir do protagonismo de novos atores e grupos sociais locais, como por exemplo, os síndicos. Mas, ao circular e ouvir os moradores no interior do Relicário, ficou evidente que tal expectativa não se concretizou. Uma série de práticas, arranjos políticos locais e necessidades que caracterizam, em parte, a vida na favela se impôs sobre o modelo condominial almejado por alguns moradores.

A INFORMALIDADE DOS SÍNDICOS: A ORDEM CONDOMINIAL POSSÍVEL

Sob a perspectiva da ordem condominial, os síndicos, ainda existentes no período da pesquisa, organizavam, minimamente, os espaços internos dos prédios, mas, de maneira informal, como "lideranças prediais". Suas funções giravam basicamente em torno das ações de mobilização de moradores para a arrecadação de dinheiro, quando necessitavam realizar algum reparo nas estruturas internas dos prédios. Muitas vezes, assumiam os custos e "tiravam do próprio bolso", pois nem sempre havia o interesse, o envolvimento e a participação dos outros condôminos nos problemas, que diziam respeito a um interesse de caráter mais coletivo.

Dos vinte e dois blocos, constatei que somente seis abrigavam um morador reconhecido pelos demais como síndico — blocos K (Moisés), L (Amós), U (Tomé), N (Madalena), H (Mateus) e A (Josimar, Presidente da Associação de Moradores do Relicário). Quatro dos seis síndicos permaneciam desde a primeira eleição realizada no período de formação das "comissões gestoras", feita pelos técnicos do Trabalho Social do PAC. Dois deles saíram do cargo e foram substituídos por outros moradores: Madalena, que teve seu mandato encurtado devido a um

conflito com um morador; e Tomé, que desistiu da tarefa por achar que estava sozinho à frente das questões do prédio. Alegou falta de colaboração e participação dos demais condôminos.

Desses seis síndicos, somente Madalena disse ter, na época em que estava como síndica, uma estrutura de gestão interna com conselheiros que faziam a fiscalização das ordens de pagamento e do livro do condomínio. No restante dos dezesseis blocos, as pessoas organizavam-se para resolver problemas pontuais, como, por exemplo, a troca de uma lâmpada ou vazamento nas tubulações internas. Porém, segundo muitos moradores, por diversas vezes, nada era feito, até que uma pessoa se prontificasse, individualmente, a resolver a questão. Ao longo da pesquisa, em todas as conversas que tive com síndicos, não identifiquei qualquer ata de reunião ou documento que formalizasse algum encontro ou decisão de cunho coletivo.

A gestão desses blocos foi permeada por conflitos e desconfianças mútuas, entre "condôminos" e "síndicos". Essa foi uma questão que surgiu em todas as conversas que tive com os síndicos. Tomé, Madalena e Mateus disseram-me que sempre havia uma acusação direta ou implícita sobre a idoneidade de suas condutas à frente dos prédios. Acusações de desvios e apropriação indevida dos recursos arrecadados eram frequentes. Machado-Martins (2016) apontou situação parecida em uma experiência de moradia popular, onde os síndicos se tornaram figuras polêmicas e sempre pairava a suspeita de desvio e/ou má gestão condominial. Os críticos sempre argumentavam que "o valor pago não era revertido em benefício [dos demais], mas incorporado pelo síndico" (Machado-Martins, 2016, p. 207). A percepção mais geral deles e de outros moradores no Relicário era a de que "essa coisa de síndico não deu certo", frase comum em todas as falas. Quando perguntei sobre o porquê desse "fracasso", eles apontaram cinco "problemas", que listo a seguir:

1. A falta de interesse dos demais moradores, deixando os síndicos sobrecarregados — aqui, não só relacionada ao interesse sobre os assuntos, mas no próprio compromisso com a contribuição mensal da taxa condominial. Tomé contou que, no seu período de gestão, a taxa chegou a ser de R$ 10,00, e mesmo assim ninguém contribuía;
2. A alta expectativa dos moradores sobre a atuação individual dos síndicos, em uma espécie de presidencialismo condominial;
3. As dificuldades de conciliação entre as rotinas domésticas e as obrigações da vida privada com as responsabilidades e tarefas do condomínio;
4. A dificuldade de comunicação entre os síndicos, conselhos fiscais e os demais moradores;
5. A interferência das ordens do "tráfico" nos assuntos do condomínio.

No entanto, mesmo com todas essas questões, as pessoas que se imbuíram da prática e da responsabilidade de gerir os problemas públicos dos blocos, e permaneceram à frente da organização dos prédios, em uma perspectiva mais coletiva da moradia, procuraram adequar

suas condutas às condições impostas pelo contexto. Atuaram no limiar da lógica da ordem condominial e da lógica da ordem histórica da favela. Ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer contatos com vereadores e agentes públicos para solucionar problemas internos (como o vazamento de tubulações de esgoto na área de uso comum do terreno), foram orientados por lideranças políticas locais a uma aproximação com o Presidente da Associação Moradores vizinha ao Relicário. Ao mesmo tempo em que demandavam por serviços públicos no local, como o da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e pela Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RIOLUZ), acatavam a presença permanente dos "meninos da marcação"[12], mediando (autorizando ou não) a entrada de qualquer pessoa, grupo ou empresa no Relicário. Na conciliação entre ordenamentos distintos, procuraram aproximar suas ações de síndico ao papel da associação de moradores. Quatro deles — Amós, Tomé, Moisés e Mateus — atuaram nas duas instâncias de representação local, ajustando suas condutas à dinâmica política e social da favela, mas mantendo como princípio norteador a lógica do condomínio como ordenador do espaço.

Desse modo, as condições materiais e simbólicas dos moradores, os arranjos políticos, as práticas sobre espaços que observei no interior do Relicário inscrevem aquele conjunto de prédios na mesma dinâmica de seu espaço externo, ou melhor, no mesmo ordenamento da vida cotidiana do Complexo do Alemão. Alguns desdobramentos da vida no Relicário se expressaram na forma como seus moradores se utilizam dos espaços privados e de uso coletivo, a forma como se relacionam entre si, estabelecem uma relação direta entre os dois lados do muro, entre os espaços internos e externos ao Relicário.

Porém, além da presença dos "meninos da marcação", havia também uma série de outros aspectos que pareciam dissolver os muros simbólicos que separavam o Relicário do restante da favela. Construções de barracos no interior do terreno, as crianças nas disputas de pipas no céu, o futebol descalço no asfalto, a intensa circulação e permanência de familiares, amigos e pessoas "de fora" no interior, a música alta nas biroscas etc. formavam um conjunto de "práticas espaciais" que impunham de forma categórica as rotinas de vivência da favela dentro do Relicário.

Todavia, entre todas as práticas e mudanças que pude constatar, o que, de fato, mais me chamou a atenção foi o processo contínuo de ocupação privada dos espaços livres[13] dentro do

12 Entendia-se no local por "marcação" a ação de jovens que atuavam basicamente como "olheiros" dentro do Relicário. Os olheiros são aqueles dentro da estrutura organizacional dos grupos armados que controlam os territórios das favelas, responsáveis pela observação de quem entra e sai das comunidades e/ou de seus espaços internos, como um conjunto habitacional.

13 O termo "espaço livre" foi recorrentemente utilizado pelos meus interlocutores durante o processo de pesquisa para representar um local "ocioso", ou seja, sem utilização no momento da observação, mas carregado de significados passados, presentes e desejos futuros. O termo utilizado no Relicário aproxima-se do que Meneguello

Relicário. No entanto, percebi que essa não era uma prática restrita àquele espaço "condominial": em diversas partes das favelas do Complexo do Alemão o processo de ocupação e construção em pequenos pedaços de terra inutilizados, ou até mesmo de locais com uso definido (como parquinhos infantis), é prática permanente. Desse modo, tal prática dentro do Relicário o inseria no mesmo ordenamento espacial do Complexo do Alemão. A questão evidenciava que as transformações no interior dos "predinhos" estavam fora da regulação dos síndicos/associação de moradores do Relicário. Quem define quem, onde e quando pode se construir na favela é o "tráfico". O Relicário era o Complexo do Alemão.

OCUPAÇÕES DOS ESPAÇOS E O DESMANCHE DEFINITIVO DO "CONDOMÍNIO"

O conjunto Relicário foi construído sobre um terreno de grande extensão, onde os vinte e dois blocos de apartamentos estão conjugados com grandes áreas livres, sejam elas construídas (no caso dos galpões) ou não construídas (os espaços livres), mantidas no projeto arquitetônico como espaços de uso comum sem definição clara sobre suas destinações (com exceção dos parquinhos infantis e da academia/espaços de ginástica). Ao longo da pesquisa, ouvi diversas vezes de meus interlocutores que um espaço sem uso não poderia "ficar parado". Era sempre preciso "fazer alguma coisa com ele". Paulo mesmo, toda vez que parávamos para conversar sobre alguma possibilidade de trabalho e geração de renda (ao longo da pesquisa, Paulo esteve desempregado ou sem trabalho definido inúmeras vezes), dizia que gostaria de pegar um galpão vazio e "montar um negócio" ou "fazer um projetinho para o pessoal mais carente". Tal perspectiva sobre os espaços livres tornou-se uma questão central nos processos relacionais que formam o cotidiano do Relicário, pois passaram a expor expectativas e representações muito dissonantes entre os atores residentes desse conjunto residencial sobre os mesmos locais. Consequentemente, sobre seus usos e fins.

Em um contínuo processo de desmanche sobre as expectativas de formação de um enclave, com o passar do tempo, diversas partes desse terreno passaram a ser ocupadas e utilizadas de maneira privada, com construções e instalações comerciais, gerando uma série de efeitos nas relações entre os moradores e sobre os arranjos internos dentro do Relicário. Os espaços livres

(2009) denominou como "vazios urbanos": prédios abandonados, ruínas de antigas construções industriais, terras abandonadas etc. que carregam significados compartilhados por uma certa memória urbana construída socialmente ao longo do tempo.

passaram a ser objeto de disputas não só pelo seu valor de uso, mas também como meio de ordenação e representação da vida social do lugar. Um galpão vazio utilizado pela Associação de Moradores representava para seus membros a possibilidade de gerar recursos próprios em nome de uma organização coletiva e compartilhada do espaço entre todos os moradores. Esse mesmo galpão, quando utilizado para fins privados por uma pastora evangélica, representava a apropriação indevida do espaço coletivo, a permanência da "bagunça" e da interferência do tráfico sobre a organização interna. Ter barracos construídos no interior do terreno, acreditavam alguns moradores, desvalorizaria seus imóveis. Amós, morador e síndico do Bloco L, disse-me em uma ocasião: "rapaz, esse negócio aí desses barracos não tá fácil não. Daqui a pouco esse lugar aqui não tá valendo nada! Meu apartamento, se um dia eu quiser sair daqui, não vou conseguir nada nele." Por outro lado, como afirmou Seu Pedro, um "barzinho" era a possibilidade de fazer uma "putada boa" (festa), evidenciando a busca por momentos de lazer e diversão.

Esses espaços vazios de uso comum têm um caráter público, pois, como mencionei anteriormente, as vias internas do terreno caracterizam-se como logradouros públicos. Assim, ao mesmo tempo em que se configuram como um lugar de interação e das relações, e que, em última instância, possibilitam o desenvolvimento e a consolidação de uma certa ideia de vida comunitária — aqui, no sentido da construção, de apropriação e de compartilhamento de valores e crenças comuns que tornam indivíduos pertencentes a um determinado grupo social —, são também um lugar das disputas, de embates, de acordos, "da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política" (Serpa, 2007, p. 9). Desse modo, esses espaços são tanto objeto de desejo quanto uma esfera de atuação de atores que conflitam a todo instante entre a dimensão pública e a dimensão privada de suas necessidades e interesses sobre eles. Assim, os espaços livres de uso comum, eminentemente públicos, também podem ser entendidos como uma espécie de "arena pública" (Cefaï, 2002) na medida em que se formam como esfera de atuação dinâmica dos atores, um "lugar de combates e cena de realizações (performances) dos atores empiricamente fundado" (Cefaï, 2002, p. 3).

A maneira pela qual os espaços livres de uso comum passaram a organizar-se no Relicário tornou-se central na pesquisa: as ocupações e construções improvisadas mostravam-se, em parte, como reflexos das práticas espaciais de um grupo social. Além disso, essas organizações expunham um "modo de vida" ou uma "maneira de agir" relacionados diretamente com os meios disponíveis de produção e reprodução dos cotidianos dos moradores do Complexo do Alemão, marcados, historicamente, pelas condições impostas pelas desigualdades nos acessos aos bens e aos serviços que estruturam a vida na cidade; desigualdades sociais e econômicas, características de sociedades de capitalismo tardio. Em *A Ideologia Alemã* (1996), Marx apresenta sua perspectiva sobre o que entende sobre "modo de vida" e que, em grande medida,

ajuda na reflexão que me proponho a fazer:

> [...] o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado *modo de vida* dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx, 1996, p. 27-28, grifo do autor).

Considerando os processos de ocupação sob uma perspectiva histórica, podemos identificar que esse "modo de vida" carrega as marcas das condições materiais e simbólicas de um determinado grupo social que sobrevive à lógica excludente das políticas de desenvolvimento e reformas urbanas, principalmente, à lógica relacionada às intervenções do poder público sobre os espaços de moradia de trabalhadores e grupos sociais em condição de pobreza. Cabe relembrar que o perfil da maior parte das famílias que se mudaram para esse e para os demais conjuntos residenciais, construídos pelo PAC-Favelas, foi formada, em sua grande maioria, por pessoas em condição de desabrigo domiciliar, estando, algumas delas, em condição de pobreza extrema[14]. A disposição para ocupar também estava relacionada com uma série de reivindicações locais que, historicamente, não foram atendidas satisfatoriamente pelas ações públicas de governos e/ou entidades privadas. De maneira muitas vezes improvisada, a busca por atendimento dessas necessidades decorreu da própria ação da população local, principalmente, quando relacionadas à busca por fontes de geração de renda, por lugar de moradia, por sensação de segurança e por espaços de lazer.

Além disso, tais ocupações reforçavam também a indicação de que havia uma forma de organização do espaço "por fora*"* que tanto incorporava a favela aos "predinhos" quanto inseria o "condomínio" na favela. Ao mesmo tempo em que as necessidades e os desejos de seus moradores reconfiguravam aqueles espaços condominiais — outrora planejados por arquitetos e urbanistas contratados, com parâmetros de uma ordem da moradia distante e estranha àquelas

14 A pobreza extrema pode ser entendida como o alto grau de precariedade de acesso a uma série de itens fundamentais para existência de uma pessoa em qualquer sociedade. Itens como água potável, saneamento, alimento, moradia e renda são alguns dos itens que compõem o conjunto de bens básicos necessários para o estabelecimento de uma vida digna. Nas últimas décadas, as agências internacionais, como Banco Mundial, a ONU-Habitat, FAO, entre outros, têm tido um papel relevante na definição de metas a serem atingidas por nações em desenvolvimento, bem como na formulação de indicadores que auxiliam no monitoramento das ações de correção da pobreza. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que trabalha com dados indicadores de escolaridade, renda e longevidade, e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade com base na renda, estão entre os instrumentos adotados e usados por diversos setores governamentais para o acompanhamento das metas especificadas.

pessoas —, revelavam também um tipo de regulação baseada em ordens postas e compartilhadas entre os "de dentro" e os "de fora".

Cada vez que chegava mais perto do limite entre os espaços de dentro e os espaços de fora do Relicário, percebia como suas fronteiras eram porosas e complexas. Por exemplo, ainda que a ordem dessas ocupações passasse pelo "tráfico de drogas", conforme fica evidente nas seguintes palavras de Paulo: "Quem decide são eles, é ele. Tem gente que gosta, tem gente que não gosta, mas é assim, a regra é essa. Tem que respeitar", o dia a dia dos moradores, dentro do conjunto, não estava tão marcado pela tensão permanente de conflitos armados e de tiroteios, tal como ocorre em outras áreas do bairro, principalmente, nas favelas localizadas no interior do Complexo do Alemão, próximas à Serra da Misericórdia.

Por mais que as regulações internas tivessem o peso das decisões do tráfico local — como veremos mais à frente —, percebia, na rotina dos moradores, um certo ar de "tranquilidade". Como dizia Josué, "Aqui é mais calmo, mais tranquilo, tá ligado? Não é essas mil maravilhas, mas é muito melhor que lá pra cima. Lá o bicho pega". De fato, pouquíssimas vezes presenciei a circulação de policiais dentro do Relicário e nenhuma troca de tiros. No entanto, aquela "tranquilidade" que marcava aparentemente a sociabilidade no Relicário, tornavam veladas as tensas relações entre moradores, grupos armados, polícia e agentes políticos, sob um regime misto de silenciamentos e "lutas" por ressignificação das identidades e das representações tanto pessoais quanto do espaço vivido.

As interpretações sobre as condutas internas e as ocupações dos espaços livres foram internamente divergentes. A crítica ou apoio estavam relacionados com o que entendiam como "o modo de vida da favela" no Relicário. Críticos às ocupações e às construções, mas também à presença de grupos armados no Relicário, o grupo de síndicos e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Relicário passaram a interpretar esses aspectos como a continuidade da favela dentro do "condomínio" ou, poderíamos dizer, com Machado da Silva (2002), "a continuidade do problema favela" em suas vidas.

Muitos espaços vazios no interior do Relicário passaram a ser ocupados de maneira individual — ou seja, com um caráter privado do espaço comum. Passaram a representar esse processo como a "favelização dos condomínios", em seu sentido mais negativo, associando moralmente, em seus discursos, os espaços de origem (favela) a um tipo de comportamento reprovável e incompatível com o novo espaço (condomínio). Expressões do tipo "o morador sai da favela, mas a favela não sai do morador" ou "essa cultura da favela tá entranhada nas pessoas" passaram a subsidiar as falas críticas daqueles que viram no "condomínio" as possibilidades de se construírem novas rotinas de vida, que teriam princípios de ordenamento distintos dos da favela. Aqui, a perspectiva da legalização e formalização de diversas instâncias da vida pautou a crítica ao que entenderam como a continuidade da "bagunça". "Um condomínio não

pode ter um barraco no meio do terreno, mano. Vira bagunça!", dizia-me Josimar, síndico do Bloco A e Presidente da Associação de Moradores do Relicário. Além disso, percebiam que o movimento de ocupação inseria, definitivamente, o Relicário no ordenamento da favela, aqui associada às imposições e às regulações do tráfico sobre o espaço interno. Logo, tais práticas de ocupação foram interpretadas como algo em profunda discordância com a proposta de moradia apresentada ao longo da implementação do PAC-Favelas, no Complexo do Alemão.

Porém, sob o ponto de vista daqueles que ocupavam e mantinham seus barracos para gerar renda ou simplesmente criar um espaço de lazer e encontro entre vizinhos, amigos e clientes, "era assim mesmo", como afirmava Seu Pedro. Para ele, "se tá parado e as pessoas precisam, tem que ocupar e construir". No entanto, de fato, os moradores que queriam construir submetiam-se às ordens impostas pelo tráfico. A principal delas era, antes de construir, pedir a autorização ao "patrão", ou seja, ao chefe da boca. Tal perspectiva da ação reforçava a crítica dos opositores, que estabeleciam a relação direta entre tráfico e barracos, tudo o que fugia ao ordenamento do tipo condominial, vislumbrado como mecanismo de mudança.

Desse modo, todas as interpretações e ações divergentes sobre o espaço de vivência do Relicário relacionavam-se com as diferentes expectativas, bem como com as distintas condições da vida cotidiana das pessoas em sua nova moradia. Enquanto, por um lado, havia um grupo que ainda vislumbrava o Relicário como a possibilidade de um dia tornar-se um "condomínio fechado", com a justificativa de se instaurar um outro tipo de ordenamento interno do espaço, outros moradores reiteravam a lógica da vida no interior das favelas, condicionados pelas suas necessidades e desejos históricos no cotidiano da vida na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo esse mosaico de significados em disputa, ficou evidente que a expectativa sobre um possível enclave foi só um projeto externo, que gerou expectativas, mas que se desmanchou por completo. Consequentemente, o que ficou como resultado para análise foram os desdobramentos da "derrota" do "condomínio fechado". No entanto, a intenção aqui não é fazer uma defesa ou apontar para uma suposta "vitória" da favela sobre o "condomínio", mas, antes de tudo, evidenciar a "diferenciação e a coexistência de duas ordens legítimas disputando âmbitos da vida social", como aponta Machado da Silva (2016, p. 179), e que vão se ajustando à medida que as necessidades e as possibilidades se colocam para todos. O resultado dessa correlação de forças no cotidiano do conjunto Relicário foi, justamente, a configuração de coexistência de ordens sociais e territoriais que passou a orientar *o modus operandi* da rotina de

organização interna do conjunto residencial.

Assim, o que eu defendo aqui é que esse conjunto de prédios pensados e formulados de fora para dentro — e aqui não só o Relicário, mas muito provavelmente em outros conjuntos de prédios erguidos pelo PAC/PMCMV — vem consolidando-se, ao longo do tempo, como um espaço de tensão e disputas entre pessoas e grupos com visões e expectativas divergentes sobre a organização da vida cotidiana. Consequentemente, os ordenamentos distintos e concorrentes — o condominial e o da favela — passaram a se estabelecer de maneira negociada, amparando expectativas e desejos distintos em um *regime de ordenamentos ajustados.* A moradia dos conjuntos residenciais do PAC construídos na favela passa a materializar e simbolizar o espaço de ruptura de uma suposta ideia de unidade de ordenação social baseada exclusivamente na legitimidade da ordem institucional-legal da vida cotidiana, como indicara Machado da Silva em alguns de seus trabalhos (2004a, 2004b, 2016). Logo, as expectativas de uma institucionalidade condominial e as rotinas das favelas passam a coexistir em arranjos de disputas e negociações permanentes materializando e simbolizando o novo modo de vida no espaço urbano.

Para esse momento, o que eu busco evidenciar é a força operativa das rotinas da favela sobre os conjuntos residenciais do PAC, esses apresentados outrora como meio para a "nova vida", a partir de um conjunto de procedimentos e instrumentos formulados de fora para dentro, para a ressignificação da vida simbólica e material. Considerar o ordenamento da favela dentro do Relicário implica o reconhecimento da relevância dos grupos de poder armados nos processos de decisão e de regulações territoriais, mas também envolve reconhecer práticas rotineiras que, apesar de heterogêneas e complexas, podem ser reunidas naquilo que Cavalcanti chamou de "favela consolidada" (2009, 2013).

Como consequência, com a consolidação das favelas, as dualidades da vida urbana — a ilegalidade e a legalidade, a informalidade e a formalidade, a provisoriedade e a permanência, por exemplo — vão relacionar-se no limiar das fronteiras que as separam, tornando tenso e problemático o discurso que delimita o asfalto e a favela na cidade. Assim, a composição espacial que vai se materializar e ser reproduzida ao longo do tempo será a da coexistência de diferentes ordens de relações e estruturas sociais. Nesse processo de constituição de um novo espaço de moradia na cidade como o conjunto Relicário, o que se configurou como resultado possível foram as "múltiplas espacialidades coexistentes", ou seja, "uma relação de acomodação e de coexistência entre ordens sociais ou princípios de interação distintos [e que] nos leva a uma indagação sobre a relação entre essas múltiplas espacialidades" (Cavalcanti, 2008, p. 38-39).

Assim, a chegada aos apartamentos do PAC representou um novo momento: uma moradia na cidade diferente quando comparada com os barracos no alto das favelas. Sendo a casa o limiar entre a circulação e a imobilidade de sua representação física no espaço, é ela quem possibilita partirmos de um lugar para qualquer outro. Uma referência, o lugar de onde

se vem e aonde se vai. Nesse sentido, o apartamento do PAC proporcionou a melhoria da vida quando comparadas às suas casas e às condições passadas. No entanto, os limites para um novo cotidiano, o estabelecimento de novas relações de organização, compromisso e solidariedade passam pelo exercício de novas práticas e costumes. Um esforço hercúleo para ajustar ordenamentos e moralidades tão distintos que ainda estão em pleno processo de conformação.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Jorge Zahar Editor, 1987.
2. BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
3. BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. X-X.
4. CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: EdUSP, 2003.
5. CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-59, 2008.
6. CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.
7. CAVALCANTI, Mariana . À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7424. Acesso em: 25 set. 2025.
8. CEFAÏ, Daniel. "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". *In*: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (coord.) **L'heritage du pragmatisme.** Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-81.
9. CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002a. p. 17-62.
10. CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência**

etnográfica: antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002b. p. 63-99.

11. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Minha casa, suas regras, meus projetos**: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

12. EL-KAREH, Almir. "Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX". *In*: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). **150 Anos de Subúrbio Carioca.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010. p. 19-56.

13. FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

14. FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. *In*: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annalume, 2007. p. 113-139.

15. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-24.

16. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

17. GONCALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estud. av**., São Paulo, v. 23, n. 66, p. 237-250, 2009.

18. GONCALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro – história e direito**. Rio de Janeiro. Pallas. Ed. PUC-Rio, 2013.

19. KAUFMANN, Jean-Claude. **L'entretien compreéhensif.** Paris: Ed. Nathan (col. 128), 1996.

20. KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979

21. KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

22. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

23. LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução não oficial de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [Brasil, *s. l.*, 2006?]. [do original: La production de l'espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000].

24. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

25. LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.7, n. 4, p. 625-642, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.4322/dilemas.v7.n.4.7270. Acesso em: 25 set. 2025.

26. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do "problema da favela". *In*:

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **CIDADE**: Histórias e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 220-237.

27. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan/jun. 2004a.

28. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, FRIDMAN, Luis Carlos (org.). **Rio**: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004b. p. 33-44

29. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In:* MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 35-46.

30. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016a [1976]. p. 176-186

31. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Urbanização x remoção. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016b [1976]. p. 70-83

32. MACHADO-MARTINS, Maíra. Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos "condomínios populares" da avenida Brasil. *In*: CUNHA, Neiva Vieira; FREIRE, Leticia de Luna; MARTINS-MACHADO, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano**: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 201-212.

33. MARCUS, George. Entidades passadas, requisito e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 197-221, 1991.

34. MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: the Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annu. Rev. Anthropol**. [*s. l.*], p. 95-117, 1995.

35. MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

36. MENEGUELLO, Cristina. "Espaços e vazios urbanos". *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade**: léxico e culturas urbanas. Coimbra: CES: Almedina, 2009. p. 127-138.

37. MENEZES, Palloma. **Entre o "Fogo Cruzado" e o "Campo Minado"**: uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

38. MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios**: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de

Cultura; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

39. OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. **Políticas Públicas e Participação Popular na implementação do PAC Social no Complexo do Alemão, RJ**. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

40. QUINCHÍA, Roldán Suly María. **Discurso, ideología y poder en la producción de ciudad**: un acercamiento a la práctica discursiva del urbanismo social en la ciudad de Medellín, 2004-2011. 2011. Tese (Magister en Estudios Urbano-Regionales) – Escuela de Planeación Urbano-Regional, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2011.

41. SERPA, Angelo. **O espaço** público **na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

42. SILVA, Maria Lais Pereira da. A Favela e o Subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. *In*: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina; Niterói: EdUFF, 2010. p. 161-186.

43. TRINDADE, Claudia Peçanha. **"Não se faz omelete sem quebrar os ovos"**: política pública e participação social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

44. VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se Uma Casa**: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

45. VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favelas. **de Estudos Regionais e Urbanos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, aio, 1981**.**

46. VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela. com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

47. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-24.

Bruno Coutinho de Souza Oliveira
Pesquisador de Pós-doutorado no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9499-6747. E-mail: brunocoutinho@letras.ufrj.br

O Programa Minha Casa Minha Vida ainda em descompasso com o “direito à cidade”: um estudo no Parque dos Búfalos da cidade de São Paulo

The Minha Casa Minha Vida Program is still out of step with the “right to the city”: a study in Parque dos Búfalos in the city of São Paulo

Diego Borges Cordeiro
Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo busca analisar o Programa Minha Casa Minha Vida, para compreender em que direção está sua atual proposta de produção de residência popular no Brasil. As críticas que disseminam a ideia de que o Programa foi criado *para*, como também *pelo* setor da construção civil-imobiliário, ou seja, interesses capazes de refletir na política de planejamento da cidade, são de conhecimento geral. Este estudo se orienta à preocupação dos valores do “direito à cidade”, expressão que visa um “ideal de cidade” contra a exclusão e desigualdade social. Mas que tipo de consequências provocadas pelo setor da construção civil-imobiliário pode refletir diretamente num programa de moradia popular, a ponto de tornar-se um problema (público) a seus beneficiários e na cidade? Para responder a essa questão, metodologicamente, optou-se por realizar um “estudo de caso” para acompanhar de perto o modo de implementação de suas residências. Assim, o pesquisador foi de encontro ao empreendimento intitulado Condomínio Residencial Espanha, localizado no bairro Jardim Apurá, zona sul da capital paulista. A pesquisa se apoia na bibliografia das ciências sociais, relatórios do Ministério Público de São Paulo, nas 380 entrevistas aplicadas aos moradores-beneficiários do Programa e no trabalho empírico, que retrata a experiência com o Condomínio e a região entre os anos de 2017 e 2023. O resultado a que se chega é que o caso do Condomínio Residencial Espanha é o exemplo concreto de que empreendimento imobiliário do Programa ainda se contrapõe à lógica do “direito à cidade”, pois este, especificamente, gerou descompassos de magnitude ambiental e com a demanda local. Conclui-se que os sentimentos dos entrevistados se autorizam a reconhecer que o Condomínio Residencial Espanha do Programa Minha Casa Minha Vida foi um potencial gerador de problema público local, consequentemente ao município de São Paulo.

Recebido em 20 de março de 2025.
Avaliador A: 3 de maio de 2025.
Avaliador B: 5 de maio de 2025.
Aceito em 25 de julho de 2025.

CC BY

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Direito à cidade, Problema público, Moradia, Meio ambiente.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Minha Casa Minha Vida (My House My Life) Program to understand the direction its current approach to affordable housing is heading in Brazil. It is well known that criticisms have spread that the PMCMV was created for, and also by, the construction and real estate sector, interests that can be reflected in city planning policy. The study is guided by the values of the "right to the city," a term that aims for an "ideal city" against exclusion and social inequality. But what kind of consequences caused by the construction and real estate sector can directly impact an affordable housing program, to the point of becoming a (public) problem for its beneficiaries and the city? To answer this question, methodologically, we chose to conduct a "case study" to closely monitor the implementation of its housing projects. Thus, the researcher focused on the development called Condomínio Residencial Espanha, located in the Jardim Apurá neighborhood, in the south of São Paulo. The research is based on social science literature, reports from the São Paulo Public Prosecutor's Office, 380 interviews with residents and beneficiaries of the Program, and empirical research that portrays the experience with the Condominium and the region between 2017 and 2023. The conclusion reached is that the case of the Espanha Residential Condominium is a concrete example that the Program's real estate development still runs counter to the logic of the "right to the city," as it specifically generated significant environmental and local demand imbalances. The conclusion is that the interviewees' feelings support the recognition that the Program's Espanha Residential Condominium was a potential source of local public problems, and consequently, for the municipality of São Paulo.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program, Right to the city, Public problem, Housing, Environment.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O estudo se orienta pela preocupação com os valores de "direito à cidade", expressão trabalhada por Henri Lefebvre em *Le Droit à la Ville* (Lefebvre, 2001), que permanece em uso até os dias atuais. Durante esse tempo, muitas discussões foram realizadas a partir dessa noção de direito, especialmente

em áreas como a sociologia, geografia, estudos urbanos etc., que consequentemente arrojaram uma variedade de significados sustentados sobre a expressão, principalmente em alternativas relacionadas à cidade (terra, moradia, meio ambiente, saneamento, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho, lazer etc.), como a de visar que ela seja um lugar ideal, contra qualquer exclusão e desigualdade.

Entretanto, a realidade urbana brasileira ainda é conhecida pela negação de direitos, com distribuição desigual de recursos e benefícios em seu território e entre indivíduos, isso diante do crescimento urbano do país. O problema se intensifica por saber que, por exemplo, programas de interesse social como o Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 para, no seu contexto mais amplo, destinar de forma exclusiva recursos públicos para o enfrentamento da falta de moradias às famílias brasileiras de baixa renda (na época, de até 3 salários-mínimos) (Brasil, 2004), se mostram como resultado de uma demanda do setor da construção civil (Rolnik, 2015). O discurso se legitima ainda mais quando autores como Rolnik e Nakano (2009), Shimbo (2012), Campos (2011), Lucena (2017), entre outros, corroboram ao dizer que o Programa não só foi criado *para*, como também *pelo* setor imobiliário. Em outras palavras, eles tentam chamar a atenção para o fato de que, na produção de residências populares, se buscou muito mais responder a estímulos econômicos, aos interesses capitalistas, inclusive do capital financeiro, do que ser solução ao problema de moradias para famílias de baixa renda.

Não obstante, que tipo de consequência provocada pelo setor da construção civil-imobiliário pode refletir diretamente num programa de moradia popular, a ponto de tornar-se um problema (público) aos seus beneficiários e na cidade? Ora, a priori, sabe-se que os interesses influenciam os processos de qualquer política pública (Howlett *et al.*, 2013), o que pode refletir na política de planejamento da cidade, como estabelecer regras de dinâmica imobiliária, criando condições favoráveis a ricos e à classe média, que podem usufruir de espaços urbanos melhores localizados e providos de serviços e infraestrutura, quando, por outro lado, parte da população torna-se vítima desse processo (Serra, 2013), que é justamente a população menos favorecida, normalmente a contemplada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, ou aquelas que vivem no entorno do empreendimento, onde os direitos da propriedade privada não se efetivam, como consequência de uma urbanização excludente.

Essas questões, que sem dúvida contribuem para profundas desigualdades urbanas, condições complexas que dificultam o atendimento de grandes segmentos da população da cidade, especialmente aos que moram na precariedade, são o que estimula o artigo a assumir o objetivo de analisar em que direção está a real proposta de uma determinada política pública. Por já fazer menção ao Programa Minha Casa Minha Vida, metodologicamente optou-se por realizar um "estudo de caso" para acompanhar de perto o modo de implementação de suas residências. Segundo Becker (1999), no "estudo de caso" pode-se adquirir conhecimento adequado, não

de um indivíduo, quando o caso é estudado em ciências sociais, mas de uma organização ou comunidade. O estudo vai de encontro ao empreendimento intitulado Condomínio Residencial Espanha, localizado no Parque dos Búfalos, no bairro Jardim Apurá, zona sul da capital paulista, região da Represa Billings, ocupada por moradias precárias e loteamentos irregulares. A razão da escolha do empreendimento é por ter estado em evidência na mídia telejornalística do município a partir de denúncias relativas a crime ambiental.

Pode-se dizer que a base metodológica para este "estudo de caso" é a observação empírica, naquilo que foi possível flagrar em torno do Residencial Espanha. Da observação, capturam-se e descrevem-se cenas do ambiente e do empreendimento, identificadas por conflitos no local, de situações relativas e/ou diretamente ligadas ao impacto ambiental, provocado durante e pós-ocupação do Residencial Espanha ao Parque dos Búfalos. Tal observação retrata a experiência de campo do pesquisador com o Condomínio e a região Jardim Apurá entre os anos de 2017 e 2023, contudo, complementada com dados das 380 entrevistas aplicadas aos moradores-beneficiários do Programa. A pesquisa também se apoia na bibliografia das ciências sociais, nas políticas públicas e em relatórios do Ministério Público de São Paulo.

Justifica-se dizer aqui que todo o processo de coleta dos materiais teóricos e empíricos, com base em estudo de caso, experiência do pesquisador e entrevistas, se trata de um esforço para capturar dados sensíveis que possam ser capazes de revelar resultados atuais do Programa Minha Casa Minha Vida, como o de saber o nível de responsabilidade ambiental do Programa, que envolve meio ambiente, inserção à cidade, serviços, transporte, lazer etc., sobretudo a qualidade de moradias aos seus beneficiários, questões que dizem respeito ao objetivo central desta pesquisa e às dimensões do habitar.

O ESTADO E O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA PÚBLICO

Realizar uma análise de política pública quase sempre torna necessário plantear elucidações iniciais para retomar o significado de Estado, sem reduzi-lo à burocracia pública, muito menos à compreensão de que suas políticas públicas — que se definem como ações (diretrizes) de caráter (e enfrentamento) público, que tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões (Secchi, 2012) — são apenas políticas estatais. Mas, resumidamente, pode-se traduzi-lo aqui, diante de suas leis e políticas, como a "expressão do poder" presente, que funciona sobre o domínio de um território definido, com uma estrutura própria de instituições e serviços capazes de administrar uma coletividade, geralmente entendida como povo ou nação.

A concepção de Estado à noção do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que administra, regulamenta e garante direitos sociais, é bastante discutida e disseminada na literatura especializada das políticas públicas e das ciências sociais, mesmo diante de um leque de definições. Do ponto de vista de uma política pública, mesmo com a pluralidade de atores que se agregam a ela e influenciam os processos, "não há dúvidas de que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas" (Secchi, 2012, p. 4).

O Estado transparece um esforço de operacionalização como algo que emana lucidamente da razão, independentemente da natureza dos valores que orientam para colocar em prática a manutenção da ordem pública, como também os resultados dessa política. No entanto, o que deve se atentar é não viver da imagem de Estado e de sua política pública como "generosa". A tal "generosidade" não seria apenas falsa, como também representaria a verdadeira armadilha à compreensão de seu significado (Fonseca, 2013), por exemplo, a ideia de que a política pública está a serviço da sociedade, uma romantização que, por vezes, habita a zona cinzenta, a obscuridade da política.

A obscuridade já ocorre nas tentativas de seletividade de grupos (internos e externos) para participar dos processos de formulação e implementação de uma política pública. Certamente, a questão se agrava ainda mais quando grupos de atores políticos se restringem por princípios de ideais consensuais, decidindo e validando se o "problema" identificado numa determinada região da cidade é relevante ou não para que medidas possam ser tomadas; o estágio da "agenda pública", por exemplo, junta uma comissão de pessoas supostamente habilitadas para começar a administrar "problemas públicos" (Secchi, 2012), para desempenhar a missão de primeiramente reconhecer o "problema" como algo relevante e a ser tratado. Contudo, é possível também imaginar critérios desse reconhecimento de "problemas" vinculados ao retorno da visibilidade política, ou seja, se a eventual "solução" política teria potencial a ser publicável (como sendo uma ação que traz visibilidade ao governo). Nesse caso, o "problema público" tratado dependerá essencialmente do plano estratégico. Por isso, para Bourdieu, na política, há de se refletir sobre essa noção de "público", sobre o que é digno de se apresentar e o que há por trás desse público (Bourdieu, 2014).

E assim, por detrás dessa trama, faz-se a política do Bem-Estar do povo, por meio de "assistência" e "filantropia" (Bourdieu, 2014); todo cuidado é pouco com relação aos resultados dessa política. Apesar de, no primeiro momento, o esforço ser o de garantir proteção e promover bens e serviços à população, trazer dignidade à nação etc., sua lógica de funcionamento pode ratificar mais uma vez o espaço constituído e controlado, dentro do qual é regulado conforme as regras do jogo. Aqui, abre-se espaço para se pensar que a política de bem-estar se aproveita da necessidade e dependência alheia, predominantemente de públicos vulneráveis, para aí fazer

suas ofertas, e a relação entre necessidade e ofertas é o espaço no qual se favorece a integração dos dominados, bem como a interdependência entre os dominantes e os dominados.

Atribui-se o "problema público" a ser resolvido pela política do Bem-Estar para o povo, sem perceber que o resultado dela muitas vezes externaliza-se contra o povo, pois trabalha sob a lógica da "domesticação dos dominados" (Weber, 2011). O que se entra em cena é mais uma vez a reprodução da ordem, com base na marginalização, exploração e distribuição da desigualdade, com características de uma violência permanente. Há uma violência que recai diretamente sobre os indivíduos que vivem sob o estado de dominação, e a sua estrutura ativa de dominação pouco importa se é menos real ou menos física (material) (Bourdieu, 1997).

A violência estrutural não está apenas no aparelho repressivo do Estado, demonstrado pela força punitiva da polícia, como a abordagem dela nos "guetos negros" de Chicago, retratados em Wacquant (2001). Ela também perpassa leis, normas silenciosas de trabalho e está nas decisões políticas que atendem diretamente aos interesses de grupos dominantes em detrimento da atenção de recursos antes destinados a minimizar o agravamento de uma dada situação de desigualdade social e pobreza em região brasileira, que desafiam o "direito à cidade", entre outras possibilidades.

O DESAFIO AO "DIREITO À CIDADE" NA REGIÃO SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO

O "direito à cidade", expressão trabalhada por Lefebvre (2001), afirma-se como uma exigência (e apelo) de direitos abstratos e concretos do homem-cidadão para uma prática integral de acesso e vida digna à cidade. Em outras palavras, é um direito de cidade ideal que visa contrapor e superar qualquer "problema público" antes definido, bem como os tipos de dominação alimentadas por exclusão e desigualdade social. Ele desafia a lógica socioespacial em cidades como São Paulo, que se organizou ao longo dos anos por uma progressiva ocupação dos espaços, que seguia por diversas direções, conforme o desenvolvimento da dinâmica capitalista, a especulação imobiliária e a crescente mão de obra necessária para o funcionamento da própria dinâmica da acumulação, variâncias que determinaram um modelo de ocupação urbana desigual.

As contradições de uma cidade robustamente guiada pelos valores de mercado agregam-se a hierarquias bem estabelecidas, que determinam a invisibilidade de comoventes cenas sociais e ambientais (Maricato, 2006). É importante salientar que um "desenvolvimento desordenado", que envolve a expansão de loteamentos irregulares e clandestinos (como a formação das periferias

da cidade de São Paulo), com potencial de ser identificado como um grande "problema público" atual, nem sempre é fruto de uma causa pontual e específica no tempo e espaço. A situação adversa vivida pode estar atrelada a tramas históricas de desenvolvimentos, reflexos de uma série de decisões tomadas no passado que podem ter corroborado com as consequências atuais.

A formação das periferias da cidade de São Paulo, que se dá por meio da "autoconstrução" de moradias e da mercantilização da casa própria, em parte, é resultado do perverso processo associado às altas taxas de acumulação numa pequena ponta da sociedade e aos baixos salários à massa de trabalhadores (Bonduki; Rolnik, 1979). O fenômeno de periferização se intensificou na década de 1970 e se direcionou também aos municípios vizinhos da cidade de São Paulo; a periferia se organiza enquanto espaço da espoliação urbana, exclusão das classes trabalhadoras ao acesso a serviços, bens e consumo coletivo (Kowarick, 1980).

Nos anos 1990, essas regiões também acompanharam, embora precariamente, a ampliação dos serviços públicos, saneamento e educação básica, atribuídos ao processo de redemocratização. Aqui está um dos exemplos concretos da política do Estado de Bem-Estar Social, demonstrando o esforço de promover bens e serviços à população pobre, mas com precariedade de atendimento, o que gera mais dependência e controle do povo. Contudo, para Torres e Marques (2001), a melhoria na oferta de equipamentos e serviços não impediu que uma acentuada parcela da população continuasse incluída de forma marginal à renda, às piores condições de infraestrutura, no maior percurso para o trabalho e na alta vulnerabilidade a riscos ambientais, por habitarem em regiões de inundações e desmoronamentos, entre outras questões.

Parte dessa expansão populacional tem ocupado áreas de preservação ambiental e de proteção de mananciais, principalmente em distritos como Parelheiros, Marsilac, Grajaú, Cidade Ademar e Pedreira, situados na periferia da zona sul de São Paulo (SEADE, 2008) e marcados por múltiplas carências e privações. Do total de 2.018 favelas existentes no município, 1.154 estão nessa Zona Sul, com a maioria em áreas de risco ambiental (São Paulo, 2004). Essas regiões são assoladas pelas enchentes de córregos, em função do despejo de entulhos dos próprios moradores em locais irregulares e por viverem em submoradias. Ao analisar dados do Mapa da Vulnerabilidade Social de São Paulo (São Paulo, 2004), aponta-se que, nessa região, mais de 50% da população reside em setores de alta e de altíssima vulnerabilidade.

Por exemplo, referente à zona, a cobertura de esgoto corresponde a 79,6% do total de domicílios e mais de 50% deles não têm provimento de esgoto, ao contrário do que ocorre nas subprefeituras mais centrais, como nos distritos de Moema, Saúde, Vila Mariana, Cursino, Campo Belo, Santo Amaro e Socorro, em que o percentual de domicílios com esgotamento sanitário é de 98% ou mais (São Paulo, 2004).

À discrepante realidade de zonas, com características de precariedade de moradias, infraestrutura e serviços, só resta a justificar com medidas de reparação por meio dos Programas

Habitacionais. O Programa Minha Casa Minha Vida compreende-se como parte de um programa de combate à pobreza, melhoria da infraestrutura e das condições de moradia e de vida.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO BRASIL

A intensa elevação de novos empreendimentos imobiliários aconteceu em meados dos anos 2000. Foi um período em que se reconheceu o "boom imobiliário" (Sígolo, 2014), expressão para se referir à produção massiva de residências no espaço metropolitano, representadas predominantemente por edifícios. Esse processo fomentou novas dinâmicas de valorização de terra e, consequentemente, segregação socioespacial, alimentadas pela abertura de capital das incorporadoras, o que consequentemente demandou novos patamares de produção e lucros.

No ano de 2009, surge o Programa Minha Casa Minha Vida, aportando recursos nunca vistos para o financiamento da casa própria (Oliveira; Rufino, 2021). O programa federal de habitação foi criado por meio da Medida Provisória (MP-459) durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores – PT), a fim de produzir residências para beneficiar famílias brasileiras de baixa renda na aquisição de moradia, como forma de combater o déficit habitacional. No entanto, a ampliação do mercado habitacional interno também ocupou parte do processo estratégico de desenvolvimento do país para o enfrentamento da crise econômica internacional de 2008, que teve sua origem nos Estados Unidos, a partir do colapso no sistema financeiro de títulos hipotecários de alto risco, conhecido como *subprime*.

Em meio ao quadro complexo do mundo, o PMCMV, por meio do grande aporte de recursos públicos, anunciou linhas de crédito e subsídio para aquisição da casa própria (Oliveira; Rufino, 2021). O Programa foi estruturado para atender faixas de renda de famílias nos seguintes parâmetros: Faixa 1: famílias com renda de até R$ 1.600,00; Faixa 2: famílias com renda mensal de até R$ 3.275,00; e Faixa 3: famílias com renda de até R$ 5.000,00. Esses valores vão se ajustando ao longo dos anos.

Nesse programa de abrangência nacional, segundo o Ministério das Cidades, já entregou mais de 8,4 milhões de unidades habitacionais desde sua criação. Só entre 2023 e 2025, foram investidos mais de R$ 36 bilhões com recursos da União; em 2024 o setor de habitação respondeu por 53% dos imóveis lançados no país, contribuindo para o crescimento de 3,4% no PIB, do primeiro trimestre de 2025 (Brasil, 2025). A questão é que, nos bastidores dos feitos apresentados, a produção dessas residências, ou melhor, a produção da cidade, enquanto espaço urbano, está sob as rédeas do mercado privado (Cardoso; Aragão, 2011), o que significa "poder de influência" de um determinado setor sobre a política pública de habitação: transformar o

Programa e sua produção de residência apenas em mercadorias; ora, quaisquer projetos advindos do setor privado tendem a ser orientados pelos lucros.

Compactuadas as relações entre governo e setor privado, a depender da natureza dos interesses, o PMCMV torna-se suscetível a sofrer o risco de se fragilizar em seu objetivo inicial, o de promover acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Abre-se espaço para ser potencialmente capaz de gerar um "problema público" na cidade. Os primeiros resultados orientados pelas conveniências de grupos corporativos tendem a fazer as obras serem superdimensionadas, necessitando de trabalhar com grandes extensões de terrenos. Terrenos nas dimensões esperadas, de acordo com Cardoso e Aragão (2011), normalmente encontram-se disponíveis em áreas periféricas, uma das causas a levar os empreendimentos do PMCMV ao processo de periferização.

Dado os descompassos, o PMCMV vem demonstrando princípios da não aplicabilidade do "direito à cidade" (Pinto; Medvedovski, 2015). O "direito à cidade" é justamente o direito aos aspectos aqui apresentados, aos quais o PMCMV deve se atentar e contemplar em seus projetos. Como diz Véras (1987), a habitação não é somente o abrigo, mas também inserção à cidade, como ocupação do espaço urbano com direito à infraestrutura, serviços, equipamentos sociais e culturais, transporte, lazer etc.

O caso do Condomínio Residencial Espanha na cidade de São Paulo

Considerando tais problemáticas com o Programa Minha Casa Minha Vida, opta-se daqui para frente por realizar um "estudo de caso" sobre um território específico, para tentar compreender em que direção está a atual proposta do PMCMV. O ponto central da discussão ancora-se diretamente em um dos empreendimentos implementados pelo Programa, numa região ocupada por moradias precárias e loteamentos irregulares. Trata-se de um condomínio localizado no bairro Jardim Apurá, da zona sul da capital paulista, que se intitula Condomínio Residencial Espanha.

O condomínio em questão é fruto de um conjunto de esforços do poder público, de ações integradas que abrangem urbanização, recuperação ambiental e regularização das áreas de favelas e novos conjuntos habitacionais (CGU, 2022); ou seja, ações de combate às vulnerabilidades sociais identificadas na população local, inclusive por meio da ampliação do acesso a serviços e equipamentos públicos, ações de educação ambiental e inclusão social. Diria que é um projeto relativamente antigo — sua execução foi dividida em três fases, sendo que a primeira teve origem no Programa Guarapiranga, planejado em 1991 e executado entre os anos de 1994 e 2007 (CGU, 2022), e as duas seguintes foram concebidas com associação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Residencial Espanha, da modalidade de financiamento Faixa 1 e de "Demanda Fechada/

por Reassentamento" (que se refere às famílias de baixa renda removidas de assentamentos precários em função de intervenção pública ou de necessidade de desocupação de áreas de risco), é um dos projetos pertencentes ao termo de compromisso do PAC 2, previstos para a execução de 11 mil novas unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. O Residencial só começou a ser implementado em outubro de 2015, durante a gestão (de 2013 a 2016) de Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo, quando se ocupou uma área de 832.351,16 m² para erguer 193 edifícios de 16 a 20 unidades habitacionais cada. O projeto de edifícios se estrutura de 3.860 unidades habitacionais (apartamentos), que se dividem em quatorze (14) condomínios ao todo (Salamanca, Teruel, Valência, Vitória, Valverde, Pamplona, Barcelona, Ávila, Bilbao, Ceuta, Ibiza, Leão, Madrid e Melilla), alguns com blocos de 280 unidades e outros 300. O empreendimento foi superdimensionado para atender uma população de 15.440 pessoas. Também foram previstos para o empreendimento 84 lotes de uso misto, destinados à instalação de comércios, a fim de atender os moradores do empreendimento e do entorno.

O Residencial só concluiu a construção de todos os condomínios em 31 de janeiro de 2020, na gestão municipal de Bruno Covas. Sem dúvida, um cumprimento de entrega para atender o déficit de moradia na região e na cidade, especificamente às famílias que se encontravam ali, em áreas de risco, vivendo em condições precárias de moradia, justificativa que deu origem ao Residencial Espanha: remover tais famílias ocupantes das favelas locais e colocá-las em apartamentos como forma de oferecer melhores condições de moradia e de vida. A questão é que o Condomínio Residencial Espanha foi implementado numa Área de Preservação Permanente (APP), legalmente protegida, região conhecida como Parque dos Búfalos, uma das poucas áreas verdes de preservação da cidade, situada às margens da Represa Billings, requisitada a ajudar no abastecimento de água em São Paulo. Na área, existem ao menos sete (7) mananciais (nascentes) que contribuem diretamente para a represa.

A região de mananciais do Parque dos Búfalos vem alertando preocupação sobre o abastecimento de água para a população da Grande São Paulo há muito tempo, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2007). Uma situação que tem se agravado é a baixa disponibilidade hídrica da região, acentuada pela poluição dos rios e de seus mananciais, o que nos obriga a importar água de outras bacias hidrográficas (Serra, 2013). Na realidade, os mananciais de São Paulo enfrentaram, durante os últimos 50 anos, inúmeros impactos gerados por despejo de lixo, esgotos e substâncias tóxicas, construções de moradias irregulares etc., o que aponta para o risco ambiental à falta de água (Tundisi, 2008), razão por existir uma população de 144.165 pessoas, com taxa de crescimento de 13,1% a.a., que habita a região do Jardim Apurá (São Paulo, 2010) e vem se relacionando com os mananciais desde o processo de formação da cidade de São Paulo. Muitos se ocupam da região dos mananciais em consequência dos despejos, da

forte urbanização e da falta de alternativa habitacional; é a manifestação de um processo de produção da moradia por meio do "autoempreendimento" da moradia, e isso acontece desde a década de 40 (Bonduki, 1998). O cenário se forma por essas produções de moradias que se "concluem" precariamente nas suas infraestruturas, com características de uma frágil habitação que denunciam o "direito de habitação".

A questão é que, paralelamente ao direito à habitação, ali encontra-se o Parque dos Búfalos, região historicamente acompanhada pela presença da população local, que faz uso dele há mais de 40 anos, inicialmente atraída pelos atributos naturais da represa, de sua vegetação verde, dos mananciais e da fauna. Posteriormente, as atividades da população no parque se intensificaram, como: caminhada, *cooper*, corrida, empinar pipa, tirolesa, piqueniques, atividade de educação ambiental etc. No entanto, com a implementação do Residencial sobre a área, trava-se um conflito local que envolve dois direitos fundamentais: o acesso à moradia e ao meio ambiente.

O Parque dos Búfalos: entre leis ambientais e o projeto de moradia do PMCMV

A área que sofre o entrave entre o direito à moradia e o meio ambiente concentra-se totalmente sobre o "Parque dos Búfalos", que é justamente APP declarada de utilidade pública (por meio do Decreto Municipal nº 53.008, de 06 de março de 2012) pelo prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab. O decreto, além de definir como área de utilidade pública, a torna alvo de desapropriação. Porém, não demorou para que, no ano seguinte, em 2013, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (do PT), fosse revogada a área do Parque dos Búfalos por meio do Decreto Municipal nº 54.680, de 11 de dezembro de 2013, a fim de pôr em prática a ideia de construção de um empreendimento do PMCMV no local, o que é parte do cumprimento do projeto de urbanização da região desde 1991 (CGU, 2022).

Seguramente, uma obra como resposta ao déficit habitacional na cidade, portanto, com instalações que denunciam crime ambiental, uma vez que a área escolhida para instalação do PMCMV é juridicamente amparada por leis de preservação ambiental, primeiramente por ser APP. Mais um exemplo concreto de obscuridade do Estado. O Estado e a lei são continuamente refeitos nos nexos que articulam internamente lei e exceção, direito e violência (Telles, 2015). Afinal, é o Estado preocupado com o "gerenciamento de suas urgências" (Telles, 2007).

A Lei Federal nº 12.651/12 define a APP como uma área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. O Parque dos Búfalos apresenta todos esses aspectos descritos na lei. Ademais, a proposta habitacional se depara com a Lei da Billings (Lei Estadual nº 13.579), aprovada em 13 de julho de 2009, que restringe a ocupação de solo por atividades poluentes e

pelo adensamento populacional em Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B).

A localização do Parque dos Búfalos lembra uma pequena península, por estar praticamente cercada pelas águas da Represa Billings – o "pedacinho de terra" é área verde, de preservação ambiental. Dados do Ministério Público de São Paulo (2017) revelam que a obra do empreendimento atinge uma área significativa dos terrenos em apreço, como a Mata Ombrófila Densa do Bioma Mata Atlântica e Campos Gerais. São áreas que se constituem enquanto "faixas de maior restrição", que em grande parte têm como base "vegetação remanescente" e "faixas de preservação permanente dos elementos e cursos hídricos", o que significa presença de mananciais, cursos e reservatórios de água etc., segundo a definição da Lei nº 1.172, de 17 de novembro de 1976. Essa classificação também faz alusão ao Código Florestal, da Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings, em que um dos seus objetivos é manter a integridade das APPs, dos remanescentes de Mata Atlântica e Unidade de Conservação, de forma a garantir a proteção, conservação, recuperação e preservação da vegetação e diversidade biológica natural.

A APP Parque dos Búfalos está acompanhada por uma urbanização acirrada com características de uma "marginalidade avançada", termo utilizado por Wacquant (2001, p. 165). São moradias irregulares, de construção precária, sem ventilação e iluminação solar dentro do habitat, que apresentam umidade proveniente da água do reservatório e dos córregos, especialmente quando atingidas em períodos de enchentes; a situação retrata baixíssimas condições sanitárias e insalubridade. Importante salientar que o fenômeno da "favelização", dos "cortiços" e das "moradias autoconstruídas", compreendidos como variações do "viver em risco" (Kowarick, 2009), é fruto da exploração de uma cidade que cumpre seu papel de demarcação de privilégios para determinadas classes sociais. Aliás, "viver em risco" se torna comum em países subdesenvolvidos e é reflexo do crescimento desordenado e acelerado, intimamente ligado aos problemas de planejamento dos espaços urbanos, variável da segregação urbana e exclusão social. A realidade é marcada pelo déficit habitacional de 7.757 milhões de moradias no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda no meio desse terreno verde do Parque dos Búfalos, encontram-se 13 nascentes, sendo que 12 estão dentro da área do Parque (em 693.431m2) e uma está fora do parque (São Paulo, 2017). Todas as nascentes da área são provenientes de lençol freático, classificadas por sua exfiltração "pontual" ou "difusa", segundo a análise hidrológica e ambiental realizada no local pela bióloga Bianca Rolim de Arruda Rocha (Rocha, 2015). Ela define a "exfiltração pontual" quando a água passa da subsuperfície para a superfície em um ponto nitidamente delimitado, já a "difusa" é quando a água aflora em uma área maior, na qual não se consegue

delimitar precisamente um ponto de exfiltração (Rocha, 2015), como em brejos, que se formam no local de nascentes difusas junto à média parte do curso d'água que decorre das nascentes principais.

A incorporadora EMCCAMP é quem estaria tocando à frente o projeto do PMCMV junto com o Governo Federal e Municipal, o que isso significa, de acordo com Tone (2015), a mobilização de um espaço para a reprodução do capital, em que cada vez mais vem se demonstrando avançada a conjugação de relações entre o imobiliário e o financeiro. Logo, indica que a área está envolvida em operações de compra e venda, cujo resultado influencia diretamente a economia do país. Claro, a movimentação de querer validar a todo custo a ilegalidade da ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida numa área de preservação ambiental tinha que ser atravessada por entusiasmos da indústria da construção civil.

O momento tornou-se propício para traçar estratégias para amenizar previsíveis ações contra o projeto local. Foi quando se pensou destinar, numa área de 830 mil m², uma parte do terreno para a construção de equipamentos públicos e parque (área de lazer) (São Paulo, 2018), como uma forma de contrapartida da prefeitura aos moradores do bairro. Com isso, o prefeito Fernando Haddad assinou o Decreto nº 56.628, de 18 de novembro de 2015, para se criar oficialmente o Parque Municipal Jardim Apurá, o "Parque dos Búfalos", e endossou a SVMA, por meio do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), a implantação e o gerenciamento do mesmo, bem como a elaboração e aprovação de seu "Regulamento do Uso" (São Paulo, 2017).

Antes do Decreto nº 56.628, tratava-se de uma APP, conhecida historicamente e popularmente pelos moradores como Parque dos Búfalos, por ter sido uma área na qual se "criava" búfalos. Como já mencionado, a população fazia uso dela como parque, área de lazer. Por outro lado, feito o Decreto, as alterações de solo no Parque dos Búfalos provocadas pelas obras do PMCMV começaram a apresentar registros em abril de 2016.

Por ser um território de mananciais, grotescamente, o empreendimento foi desenhado com linhas que ladeiam os mananciais com certa distância sobre eles, como uma tentativa de driblá-los para se fazer um tipo de "faixa de proteção", mas, nas marcas das movimentações de terras provocadas pelo empreendimento, que significa alterações no relevo natural (escavações e aterro), a situação torna-se ainda mais estarrecedora quando se depara com uma das nascentes sendo completamente ignorada, isto é, atingida pelo empreendimento, segundo o Ministério Público de São Paulo (São Paulo, 2017).

Alguns blocos do empreendimento iniciaram suas entregas em 10 de julho de 2018, no entanto, somente foram entregues suas últimas 280 unidades habitacionais em janeiro de 2020, quando considera-se o empreendimento totalmente concluído.

Entrevista com os moradores-beneficiários do Condomínio Residencial Espanha

A parte importante da finalização das unidades habitacionais do Residencial Espanha para a pesquisa é que acaba sendo uma oportunidade para verificação das edificações erguidas, o que envolve compreender a qualidade da entrega do condomínio como um todo e os apartamentos às famílias beneficiadas. A verificação está no âmbito da avaliação de uso do produto (nesse caso, o próprio Condomínio), numa relação entre o ambiente construído e a satisfação do morador, que também são aspectos do "direito à cidade".

Desse modo, a pesquisa com os moradores-beneficiários do PMCMV foi realizada de março de 2022 a dezembro de 2022 e aplicada por meio de formulários. O formulário se estruturou de forma a apreender informações do lugar (projeto e espaço construído, ambiental e serviços) e da pessoa (com ponto de vista de várias categorias de usuários). Participaram da pesquisa 380 entrevistados, quantidade próxima de 10% do total de 3.860 unidades habitacionais do condomínio.

O pesquisador manteve o cuidado de não repetir os entrevistados, como também a atenção de abranger entrevistados dos 14 condomínios (Salamanca, Teruel, Valência, Vitória, Valverde, Pamplona, Barcelona, Ávila, Bilbao, Ceuta, Ibiza, Leão, Madrid e Melilla) que totalizam o Residencial Espanha. Em cada condomínio, foram entrevistados 27 moradores, com exceção dos condomínios Salamanca e Vitoria, com 28 cada, apenas para cumprir o fechamento dos 380 participantes. A escolha desses moradores se deu aleatoriamente, o que, de acordo com Ferreira e Patino (2016), é uma técnica de pesquisa utilizada para aumentar a validade do que se avalia. O detalhe é que, na aleatorização dos moradores, quando abordados pelo pesquisador, tinha que "combinar" com a identificação dos beneficiários selecionados e removidos do bairro de origem pela Prefeitura. Ou seja, no formulário, havia uma pergunta inicial ao entrevistado, se ele era beneficiário do Programa desde a remoção do bairro de origem. A preocupação se dava porque, na altura da realização da pesquisa, em 2022, não faltavam moradores provenientes dos "contratos de gaveta", o que quer dizer que muitos moradores do Residencial Espanha já não eram moradores beneficiários, selecionados pelo Programa. Ademais, destaca-se aqui que a aplicação do tal cuidado na seleção dos entrevistados se deu pela confiança de suas autodeclarações — de que foram de fato selecionados e removidos do bairro de origem pela Prefeitura para serem reassentados no empreendimento Residencial Espanha.

Referente ao perfil dos 380 entrevistados do Condomínio Residencial Espanha, participaram da pesquisa o total de 218 pessoas do sexo feminino e 162 do sexo masculino, numa escala de 18 a 70 anos de idade. Na apuração dos dados, se destaca a faixa etária entre 31 e 40 anos, com 38,16%, seguido de 33,16% entre a faixa etária de 41 a 50 anos. A proporção da população feminina no distrito de Pedreira chega a 51,6%, isto é, 1,6% a mais do que a população masculina (Rede Nossa São Paulo/Mapa da Desigualdade, 2021).

Dos 218 entrevistados do sexo feminino, 7,11% se autodeclararam brancas, seguidas de 19,2% pretas e 31,05% pardas. Já no sexo masculino, com o total de 162 pessoas entrevistadas, 12,6% se autodeclararam brancas, 34,21% pretas e 53,16% pardas. A quantidade de pessoas pardas que se destaca na pesquisa converge com o crescimento do IBGE de 2022, pois cerca de 92,1 milhões de pessoas (45,3% da população do país) se declararam pardas, primeira vez, desde 1991, que esse grupo predominou. Só o Sudeste apontou 35,7% dos pardos de todo o país, região na qual se concentram 48,0% de brancos (IBGE, 2022).

Foram identificados entrevistados com grau de escolaridade do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo. No entanto, o ensino médio completo foi o que prevaleceu na pesquisa, chegando a 51,84%. A maior concentração de entrevistados no ensino médio corresponde à queda das taxas de analfabetismo no Brasil. Segundo o IBGE (2022), de 2010 para 2022, a diferença dessa taxa a nível nacional entre brancos e pretos caiu de 8,5% para 5,8% p.p., contexto em que a vantagem também ficou menor em relação aos pardos, de 7,1 p.p. para 4,3 p.p. A queda na taxa de analfabetismo ocorreu em todas as faixas etárias.

Identificaram-se na pesquisa famílias com renda familiar entre um a seis salários-mínimos. Lembrando que "renda familiar" se constitui pela soma de salários ou renda mensal bruta de todas as pessoas que vivem sob um mesmo teto e sua divisão pelo número de integrantes. Dos entrevistados, 76,84% estão na "renda familiar" de um a três salários-mínimos, enquanto 23,16% deles chegam em "renda familiar" de quatro a seis salários-mínimos; considera-se aqui o valor de R$ 1.212,00 de salário-mínimo, correspondente ao ano de 2022, período em que foram realizadas as entrevistas com os moradores-beneficiários do Residencial.

Ora, deve estar se perguntando como essas famílias, habitantes de localidades pobres, conseguem ainda atingir uma renda mensal de seis salários-mínimos. A remuneração média mensal (do emprego formal) de habitantes do distrito Pedreira é de R$ 2.950,00, segundo a Rede Nossa São Paulo/Mapa da Desigualdade, de 2021. Considerando a média mensal, a hipótese de mais um integrante da família adquirir a média salarial prevista, a Renda Familiar mensal facilmente chegaria a R$ 5.900,00. Assim, foi possível deparar-se com famílias do Residencial Espanha com rendas mensais relativamente altas em relação aos moradores das periferias metropolitanas. Por outro lado, a previsão desse cálculo deve levar em conta o "tipo de família a que pertence" o entrevistado. Antes, salienta-se que as rendas familiares declaradas pelos entrevistados são do período pós-ocupação do Condomínio e não do período de seleção das famílias (por meio do poder público) para se tornarem beneficiárias. Julga-se destacar o tal cuidado porque, a princípio, pode causar estranhamento que 23,16% dos entrevistados possuam rendas familiares entre 4 e 6 salários-mínimos, ainda contemplados pelo PMCMV.

Retomando a análise da importância de identificar o "tipo de família a que pertence" o entrevistado, é justamente para chamar a atenção ao fato de que o poder da renda familiar

depende da contribuição de salários dos integrantes que vivem sob o mesmo teto, e que o poder dessa tal renda também pode variar pelo tipo de família. Isso significa que as rendas precisam dar conta das despesas de famílias que, por vezes, são relativamente grandes; se compõem enquanto: família nuclear (pai, mãe e filho), família monoparental (pai ou mãe e filhos), família nuclear expandida (pai, mãe, filhos e parente) e família monoparental expandida (pai ou mãe, filhos e parente).

A família nuclear foi a que mais sobressaiu na pesquisa, com 55,26% dos entrevistados, seguidos de família monoparental, com 22,63%, família monoparental expandida com 15,00% e, por último, família nuclear expandida apontando 7,11% dos entrevistados.

A identificação do tipo de família que reside no Condomínio também torna previsível a quantidade média de moradores no Condomínio Residencial Espanha como um todo. Assim, considerando que uma família nuclear é minimamente composta por três membros (pai, mãe e filho), então, por média, calculando que em cada família há quatro membros que vivem sob o mesmo teto, se multiplicar quatro integrantes pelas 3.860 unidades habitacionais, realmente chega-se à confirmação anterior de que no Condomínio Residencial Espanha teria em média uma população de 15.440 pessoas.

Cumprindo o objetivo de descrever o perfil dos entrevistados, para se compreender quem são os beneficiados do Residencial, agora a entrevista seguirá sobre suas percepções enquanto moradores. De acordo com os dados, 53,94% dos entrevistados consideram seus apartamentos pequenos, enquanto 42,75% compreendem como muito pequenos. Consequentemente, 50,13% dos entrevistados disseram que os seus móveis antigos "Couberam parcialmente" nas unidades habitacionais do Residencial Espanha, seguidos de 27,99% que responderam que, dos seus móveis, "Metade coube", e 19,21% afirmaram que "Poucos couberam" no apartamento. É certo que, com os "tipos de famílias" identificados nas entrevistas, os espaços reduzidos dos apartamentos sem dúvida comprometem sua qualidade de vida. Diante da necessidade de terem que viver em unidades habitacionais pequenas e se desfazerem de seus móveis, 45,04% disseram que "Adaptei-me razoavelmente" à nova residência, seguidos de 30,53% afirmando que "Adaptei-me muito" e 17,81% respondendo "Adaptei-me mais ou menos". A insatisfação de responder que "Não me adaptei" só atingiu 3,31% dos entrevistados.

Certamente, as respostas relativamente positivas de adaptação à nova residência para alguns se traduzem como uma oportunidade de poder estar e conviver em um novo ambiente, e independentemente das metragens das unidades habitacionais, o Condomínio sem dúvida tem o potencial de oferecer melhores condições de moradia ou, minimamente, sensação de alívio quando comparado com as condições de moradia anteriores. No entanto, 63,61% dos entrevistados compreendem suas residências como "Distante" em relação ao centro da cidade de São Paulo, e 33,08% apontam como sendo "Muito distante". Bem, o Residencial Espanha se

localiza a cerca de 30 quilômetros do centro da capital paulista, segundo o Google Maps (2024).

Os entrevistados reconhecem que suas atuais residências se localizam de fato numa região com presença de equipamentos e serviços públicos — 62,09% deles entendem que a residência está até "Próxima" a tais equipamentos e serviços e 34,61% compreendem que estão numa distância "Média". Analisando empiricamente, sem dúvida há serviços de transporte público, hospital, escolas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro Educacional Unificado (CEU) etc. na região. Mas, é importante destacar que o fato de existirem serviços públicos na região não implica dizer, por exemplo, que a população que reside no distrito de Pedreira tem acesso a transportes de massa (ônibus, trem e metrô) num raio de até 1 km de distância, com estações de transportes de alta capacidade. Muito pelo contrário, sob esse critério avaliativo, segundo a Rede Nossa São Paulo/Mapa da Desigualdade, de 2021, o tal distrito encontra-se em zero. Por exemplo, 40,46% deles compreendem que os transportes públicos locais são "Médio" em sua quantidade e qualidade de serviço, seguidos de 38,17% que avaliam como insatisfatório.

No que diz respeito à oferta de áreas públicas de lazer (como praças e parques), a região atinge o "Insatisfatório", com 75,32% dos entrevistados. A questão é que uma das poucas áreas de lazer do distrito foi justamente ocupada pelo Condomínio Residencial Espanha, que é a área verde do Parque dos Búfalos. Ressalta-se que a área referente era importante para a população local, porque as regiões mais declivosas, que restaram como "sobras do verde", não favorecem atividades de lazer, além de serem possuidoras de restrições ambientais, como mananciais.

CONCLUSÃO

As insatisfações apresentadas nesta pesquisa são, muitas vezes, consequências de o PMCMV não colocar os beneficiários e os moradores do bairro como participantes do centro de tomada de decisão do projeto, principalmente em estágio previsto para a formulação e implementação da política pública. Seguindo as orientações de Lefebvre (2008, p. 82), o espaço "não é apenas organizado e instituído, ele é modelado, apropriado por este ou aquele grupo de acordo com suas demandas, sua ética e estética, sua ideologia". O "direito à cidade" é, portanto, o direito à modelação e apropriação da classe trabalhadora de acordo com suas demandas sobre o habitar; a lógica parte do "valor de uso" em contraposição ao "valor de troca" (Lefebvre, 2001).

Essa ideia de Lefebvre rechaça qualquer empreendimento urbanístico que tenta moldar o desejo de indivíduos e o da sociedade a um modelo ideário de mercado. O caso do Condomínio

Residencial Espanha é um exemplo concreto de empreendimento imobiliário que se contrapõe à lógica de Lefebvre, por ser aquele modelo arquitetônico rompido aos valores do "direito à cidade", que sequer foi consultado à demanda local (bairro, moradores do bairro e beneficiários) e que visa apenas vendas e lucros. Como foi mostrado aqui, consequentemente, durante e depois de concluído, gerou descompassos com as demandas e impactos negativos no local.

As famílias selecionadas do PMCMV, aquelas que aceitaram morar no Residencial, esperavam minimamente encontrar na nova moradia um tamanho adequado de apartamento que acomodasse confortavelmente seus membros da família (quando, em média, é composta por quatro membros) e seus móveis, visto que a maioria se desfez para se adequar ao novo espaço, assim como esperavam ter uma residência com mais infraestrutura de equipamentos/serviços públicos (transporte, educação, saúde, cultura, lazer etc.), que desse conta na quantidade e qualidade, entre outros. Praticamente nada disso foi encontrado pelos moradores. O resultado apenas reforça a ideia de autores que afirmam que o PMCMV não só foi criado *para*, como também *pelo* setor imobiliário, pois a incorporadora EMCCAMP e o PMCMV não pensaram em um projeto de qualidade de vida aos moradores, e muito menos tiveram responsabilidade sobre o local, notadamente de restrições ambientais. O problema da restrição ambiental é o ponto a se destacar aqui, pois o inconveniente já se incide na escolha de implementação do condomínio sobre a área de preservação ambiental.

Tais tensões exercem influências que acabam por atingir uma realidade coletiva. Claro, a destruição do meio ambiente a partir da implementação do Condomínio Residencial Espanha redefiniu as dinâmicas locais, distribuiu impactos sobre o território que afetaram mais ainda a carência e a desigualdade social local, agravando problemas como o da precarização de área de lazer da população de moradores, considerando que a área verde que foi ocupada pelo Residencial era utilizada pelos moradores do bairro como parque e lazer.

O que está em jogo no local são políticas contraditórias e mutuamente destrutivas entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente, configuradas sob uma lógica de disputa política entre grupos: de um lado, aqueles que buscam maior responsabilidade com o bem-estar social e ambiental, e de outro lado, os "fortemente dominantes", que visam apenas interesses particulares e lucros: a incorporadora e o Estado. Nessa disputa, quase similar a um "cabo-de-guerra", tende a ganhar o lado do grupo dominante (o próprio nome já diz); torna-se oportuno reiterar o pensamento de que as políticas são formuladas para garantir o apoio de grupos politicamente poderosos em detrimento dos interesses públicos (Howlett *et al.*, 2013).

As questões aqui apresentadas de magnitude de deterioração ambiental e reflexos urbanísticos já foram abordadas em estudos de Rolnik, Amore, Shimbo e Rufino (2015), entre outros, logo, não são novidade no âmbito da política do PMCMV. O resultado, mais uma vez, apenas reforça e ainda denuncia o Estado como sendo um agente que contribui também para

marginalização, exploração e distribuição da desigualdade, e que transita num universo paralelo, independente da realidade da cidade, principalmente das questões urbanas que imperam nas franjas dela. Certamente, é o motivo para sustentar a ideia de Bourdieu (2014) de que o Estado é uma ficção jurídica, e que seu funcionalismo, se é que "tem" alguma função, serve apenas de insulto.

Contudo, essa invenção organizacional produz efeito considerável, que leva a esquecer a visão dramatúrgica da instituição: ela engendra os efeitos simbólicos (Bourdieu, 2014), como os problemas relativos à falta de "direito à cidade", além de consistir em jamais enfrentar o problema como tal, mas em ver que seus problemas são capazes de provocar outros problemas; indubitavelmente, os problemas relacionados ao Parque dos Búfalos, a nível do que se chegou, foram criados e intensificados pelo Estado juntamente com seus aliados. São questões conflitantes e controversas, que clamam debates de opiniões em espaço público e medidas coletivas dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais, um cenário que se potencializa a ser identificado como "problema público", segundo Gusfield (1981).

Sendo assim, pode-se dizer que, para além da verificação aqui do empreendimento mal alicerçado ambientalmente, que se conflita entre a moradia e a qualidade de vida dos moradores, as opiniões, os sentimentos e os experimentos deles também autorizam reconhecer que o Condomínio Residencial Espanha, do Programa Minha Casa Minha Vida, foi um potencial gerador de problema público local, consequentemente, ao município de São Paulo. Com isso, por fim, justifica-se dizer que o PMCMV ainda vive em descompasso com o "direito à cidade".

REFERÊNCIAS

1. BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão, Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

2. BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

3. BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 117-152.

4. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

5. BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159 - 175.

6. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

7. BRASIL. Ministério das Cidades. Minha Casa, Minha Vida entrega novas moradias para mais de 7,5 mil brasileiros. **GOV.br**, Brasília, DF, 1 ago. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-1436. Acesso em: 3 out. 2025.

8. BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

9. BRASIL. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

10. CAMPOS, Paola Rogedo. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e Capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 63-79.

11. CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 1-20. Disponível em: https://habitacao.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Habitacao_de_interesse_social_politica.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

12. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Relatório de Apuração**: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018 a 2020. São Paulo: CGU, 2022.

13. FERREIRA, Juliana Carvalho; PATINO, Cecilia Maria. Randomização: mais do que o lançamento de uma moeda. **J Bras Pneumol**, [*s. l.*], v. 42, n. 5, p. 310-310, 2016. Disponível em: scielo.br/j/jbpneu/a/s9btsQPnkwXcRYqHSV9J5ps/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 jul. 2025.

14. FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000300006. Acesso em: 4 ago. 2025.

15. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Atualização dos dados censitários de favelas e loteamentos irregulares de São**

Paulo. São Paulo: SEADE, 2008.

16. GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems**: drinking-driving and the symbolic order. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

17. HOWLETT, Michael; PERL, Anthony; RAMESH, M. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Tradução de Francisco Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

18. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. **Agência IBGE Notícias**, Brasil, 2022.

19. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

20. KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

21. KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

22. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

23. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

24. LUCENA, Wilma Guedes de. Habitação e Expansão Urbana: Análise do Programa Minha Casa Minha Vida nas Cidades de Campina Grande, PB e Caruaru, PE. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2017, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2017.

25. MARICATO, Ermínia. Prefácio. *In*: MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. **Moradia e Mananciais**: tensões e diálogos na metrópole. São Paulo: FAUUSP: FAPESP, 2006. p. 7–09.

26. OLIVEIRA, Isadora Fernandes Borges de; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. As grandes incorporadoras, o segmento econômico e a desconstrução da promoção pública habitacional. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 93-118, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5304. Acesso em: 7 jul. 2025.

27. PINTO, Jones Vieira; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Contribuições para estudo do Minha Casa Minha Vida para uma cidade de porte médio: Pelotas-RS. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 2015, Viçosa. **Anais** [...]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015. Disponível em: https://locus.ufv.br/items/cbf19599-48ab-41c0-b67a-fc5f7d5f0bbb. Acesso em: 3 out. 2025.

28. REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP). **Mapa da Desigualdade**. São Paulo: RNSO, 2021.

29. ROCHA, Bianca Rolim de Arruda. **Relatório Técnico Caracterização Hidroambiental**. Ademar: Subprefeitura da cidade de Ademar, 2015. Disponível em: http://www.parquedosbufalos.com/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Tecnico_Caracterizacao_Hidroambiental.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

30. ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Álvaro Luis dos Santos; LOPES, Ana Paula de Oliveira; MOREIRA, Fernanda Accioly; BORRELLI, Júlia Ferreira de Sá; VANNUCHI, Luanda Villas Boas; ROYER, Luciana; ROSSI, Luis Guilherme Alves; IACOVINIET, Rodrigo Faria Gonçalves; NISIDA, Vitor Coelho. Inserção urbana no MCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. *In*: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha Casa...e a cidade?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 391-416.

31. ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

32. ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, ano 2, n. 20, 2009.

33. SÃO PAULO (ESTADO). **IBGE – Censo Demográfico 2010**. São Paulo: Fundação Seade, 2010.

34. SÃO PAULO (ESTADO**). Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009**. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009.

35. SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 1.172, de 17 de novembro de 1976**. Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o Artigo 2.º da Lei n. 898, de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlata. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1976.

36. SÃO PAULO (ESTADO). **Ministério Público de São Paulo (MPSP/CAEx)**. São Paulo: MPSP, 2017.

37. SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Decreto nº 56.628, de 18 de novembro de 2015**. Cria e denomina o Parque Municipal Jardim Apurá – Parque dos Búfalos. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56628-de-18-de-novembro-de-2015. Acesso em: 25 set. 2025.

38. SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Mais 740 unidades habitacionais são inauguradas no Residencial Espanha, na Cidade Ademar. **Secretaria Municipal de Habitação**, São Paulo, 30 nov. 2018. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/habitacao/w/noticias/268220 Acesso em: 3 out. 2025.

39. SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. São Paulo: CEM-Sul, 2004.

40. SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

41. SERRA, Ricardo. Novaes. **A produção do espaço na periferia de São Paulo**: tensões entre moradia e meio ambiente na ocupação dos mananciais sul da cidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

42. SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social de Mercado**: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

43. SÍGOLO, Letícia Moreira. **O boom imobiliário na metrópole paulistana**: O avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

44. TELLES, Vera da Silva. Fronteiras da lei como campo de disputas. *In*: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). **Ilegalismos na globalização**: migrações, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. p. 518-540.

45. TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-220.

46. TONE, Beatriz Bezerra. **São Paulo, século XXI**: Valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

47. TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Natal, n. 4, p. 49-70, 2001.

48. TUNDISI, José Galizia. Desafios atuais e futuros para garantir a qualidade da água dos mananciais do município e da Região Metropolitana de São Paulo. *In*: WHATELY, Marussia; SANTORO, Paula Freire; FERRARA, Luciana Nicolau.; BAJESTEIRO, Fernanda Blauth (org.). **Mananciais**: uma nova realidade? São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. p. 85-99.

49. VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, abr./jun. 1987.

50. WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

51. WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Diego Borges Cordeiro
Doutorado em Ciências Sociais (com ênfase em sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8329-6438. E-mail: dbc.borges905@gmail.com

Vida além do plano: um condomínio de quitinetes no Plano Piloto de Brasília

Life beyond the plan: a ‘quitinete’ flat block in Brasília’s Pilot Plan

Alice Roberte de Oliveira
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO

Este artigo discute os sentidos de condomínio e de cidade a partir de angulação inédita nas ciências sociais: os condomínios de quitinetes no Plano Piloto da Capital Federal, Brasília. A investigação está ancorada em observação participante, entrevistas, fotografias dos apartamentos e engajamento em grupos de vizinhos no WhatsApp. A abordagem etnográfica revela um jeito de morar nesses espaços coletivos que contrasta com o das superquadras, unidades estruturadoras da região e lugar da classe média. O arquiteto e urbanista Lucio Costa concebeu as superquadras para favorecer a convivialidade entre as classes e, por isso, baniu cercas e muros dos prédios residenciais. O objeto desta pesquisa, por sua vez, tem perímetro cercado, sugerindo outra fórmula de moradia e de uso do espaço público. A etnografia revela o tensionamento entre o projeto urbanístico modernista, tombado e patrimonializado, e as demandas das camadas médias por transporte, moradia acessível e qualidade de vida. Nesse contexto, o condomínio emerge como um dispositivo de acesso à cidade e às suas oportunidades, ao passo que reforça as diferenças simbólicas e materiais dos modos de vida na região. Ele lança luz sobre os processos de urbanização e especulação imobiliária que organizaram novas condições de habitação e produção de sentido da vida cotidiana no Plano Piloto. O condomínio consiste em uma contraproposta de morar na cidade que tensiona e atualiza o projeto-piloto de Lucio Costa.

Palavras-chave: Brasília, Condomínio, Lucio Costa, Plano Piloto, Quitinetes.

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 16 de abril de 2025.
Avaliador B: 27 de junho de 2025.
Aceito em 25 de julho de 2025.

CC BY

ABSTRACT

The paper discusses the meanings of flat blocks and of the city from an unprecedented angle in the social sciences: the flat blocks of studio apartments (kitnets) in the Pilot Plan of Brazil's Federal Capital, Brasília. This investigation is anchored in participant observation, interviews, photographs of the apartments, and engagement in neighbour's WhatsApp groups. The ethnographic approach reveals a way of living in these collective spaces that contrasts with that of the superquadras, the structural units of the region and home to the middle class. Architect and urban planner Lucio Costa designed the superquadras to foster conviviality among classes, and for that reason banned fences and walls from residential buildings. The object of this research, on the other hand, has a fenced perimeter, suggesting a different formula for housing and for the use of public space. The ethnography reveals the tension between the modernist urban design, listed and heritage-protected, and the demands of the middle strata for transportation, affordable housing, and quality of life. In this context, the flat block emerges as a device for accessing the city and its opportunities, while reinforcing the symbolic and material differences in ways of life in the region. It sheds light on urbanization and real estate speculation processes that have organized new housing conditions and produced new meanings for everyday life in the Pilot Plan. The flat block stands as a counterproposal for living in the city that both challenges and updates Lucio Costa's pilot plan.

Keywords: Brasília, Kitnet Apartments, Lucio Costa, Pilot Plan, Residential Block.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute os sentidos de condomínio e de cidade a partir dos jeitos de habitar de seus moradores. A análise etnográfica aborda o fenômeno dos condomínios de quitinetes na região do Plano Piloto da Capital Federal, Brasília. Embora a região figure como tema e instrumento analítico em estudos sobre a cidade, com discussão que se organiza nela ou em contraste com ela (ver Borges, 2003; Holston, 1989; Paviani, 2010; Ribeiro, 2008), esse fenômeno urbano ainda não foi propriamente investigado nas ciências sociais. O Plano Piloto é a maior área tombada e protegida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)[1] no mundo. O tombamento resguarda as características essenciais do conjunto urbanístico concebido por Lucio Costa. O arquiteto e urbanista idealizou a região como espaço de convivialidade entre classes e baniu cercas e muros dos prédios residenciais das

1 São 112,25 km² protegidos pelo Decreto n° 10.829/87 e Portaria do Iphan n.º 314/92.

superquadras. As superquadras são as unidades residenciais básicas do Plano Piloto e herança brasileira para o modernismo arquitetônico (Januzzi, 2018). O objeto desta etnografia, por sua vez, tem perímetro todo cercado e acesso regulado, sugerindo uma contraproposta de cidade e de fórmula de vida na região.

O estudo está organizado em quatro partes. Ainda na introdução, qualifico condomínio enquanto categoria analítica e discuto questões metodológicas da etnografia. Depois, retomo os aspectos históricos, políticos e ideológicos que constituíram a cidade inaugurada em 1960, e que atravessam o Plano Piloto na atualidade. Tais aspectos são contrastados no terceiro e quarto itens, nos quais analiso o jeito alternativo e financeiramente viável de morar na região a partir do ponto de vista dos interlocutores. Argumento que o condomínio de quitinetes configura um dispositivo de acesso à vida urbana no centro geográfico da metrópole, ao passo que enseja um "fazer-cidade" (Agier, 2015) particular. Concluo que o condomínio é um marcador simbólico que classifica os seus moradores e contrasta o projeto-piloto modernista de Lucio Costa. Comecemos do começo.

Condomínio é um amálgama de sentidos de ordem material e simbólica, com implicações teóricas e práticas. O termo se refere a uma propriedade coletiva residencial, comercial ou rural. No cotidiano, condomínio serve para designar a personalidade jurídica do coletivo administrativo, a edificação e ainda a taxa recolhida mensalmente para custeio de despesas conjuntas. Além do uso vernacular, condomínio é uma categoria analítica. Nas ciências sociais, a literatura sobre condomínios se estabelece a partir das *gated communities* (comunidades fechadas/muradas). Sistematizadas por Blakely e Snyder (1997) a partir dos conjuntos residenciais que se proliferaram nos anos 1980 nos Estados Unidos, as *gated communities* pressupõem acesso regulado, estilo de vida particular e têm forte apelo enquanto empreendimento imobiliário. A partir das *gated communities,* Tereza Caldeira (2003) amplia a noção de condomínio para "enclaves fortificados", como característicos do padrão de segregação espacial que emerge nos anos 1970, na cidade de São Paulo. O conceito articula cercamento e privatização de espaços, sejam eles residenciais ou comerciais, a questões de classe e ao uso de tecnologias de segurança. Para Caldeira (2003), os "enclaves fortificados" materializam uma visão de mundo globalizada, segregada e homogeneizada a ser vendida pelo mercado imobiliário. Argumenta-se, contudo, que os enclaves não rompem com o ideal de uso democrático dos espaços públicos, pois esta nunca foi a regra no Brasil (Moura, 2012).

Caldeira (2003) inspira estudos sobre outros tipos de condomínio, mostrando que esta não é uma categoria estática. No Rio de Janeiro, por exemplo, existem os condomínios verticais nas franjas da cidade, destinados às pessoas das camadas médias e de elite (Moura, 2010). Há os condomínios populares para reassentar ex-moradores de favelas, sendo o conjunto um dispositivo de controle e de disciplina dos "pobres urbanos" (Conceição, 2016).

Existem também os condomínios-clube "suburbanos", com moradores que se articulam nas redes sociais (Bottino, 2022). Em Goiânia, são caracterizados como espaços paradisíacos e de valores socialmente compartilhados por moradores da classe média e alta (Moura, 2010, 2012). Em Brasília, os condomínios horizontais podem representar ocupações irregulares, devido ao fenômeno de loteamentos clandestinos no Distrito Federal (Moura, 2010, 2012).

Entendo os condomínios a partir da noção de Moura (2010, 2012), que enfatiza o contexto em que eles estão inseridos independentemente da morfologia. São "composições multiescalares", nas quais "os agentes que interagem não são somente pessoas fazendo coisas juntas, mas pessoas, construções materiais, ideias e quaisquer outros elementos que venham interagir'' (Moura, 2010, p. 223). Por mais que sejam cercados ou murados, tais composições são sempre abertas (Moura, 2010, p. 223), no sentido de que há sempre um "campo de possibilidades" (Velho, 1994) disponível para mudanças. Os condomínios de quitinetes no Plano Piloto, por exemplo, são um dispositivo de acesso à vida urbana, como argumento adiante.

Esta etnografia é parte de uma pesquisa de doutorado que explora as diferentes escalas (material, digital, social) de uma "composição" particular que chamei de Residencial dos Ipês. O campo ocorreu entre abril de 2023 e setembro de 2024, com engajamento multimodal (Hine, 2015), isto é, com coleta de dados offline e online. Realizei observação participante nas áreas comuns conversando com um grupo de vizinhos. Com eles, também fui a uma série de eventos sociais: quermesses, seresta, encontros em suas casas e happy hours na área de convivência. Também interagi com prestadores de serviço (síndica, porteiros, zelador e equipe da limpeza), corretor de imóveis e funcionários que trabalhavam nas casas dos participantes (cuidadoras e faxineiras). As vivências documentadas no diário de campo se somaram às entrevistas com 38 interlocutores, seguidas do registro fotográfico de suas quitinetes; e da participação por 18 meses em quatro grupos do condomínio no WhatsApp.

Os seis primeiros meses em que realizei observação participante foram os meus últimos como moradora do lugar onde vivi por dois anos antes de iniciar o campo. Contudo, a dupla credencial de pesquisadora-residente não me eximiu do cultivo da confiança dos interlocutores, processo que se deu de forma multimodal. "Morar no campo" significou uma experiência corporificada na quitinete e nas rotinas do condomínio, trazendo a compreensão dos afetos e ethos dos moradores. Ao mesmo tempo, foi uma experiência totalizante pelos desafios em delimitar as fronteiras do campo. Além de carregar as interações do corpo social do condomínio no bolso, em meu smartphone, bastava abrir a porta de casa para ter a chance de encontrar os participantes, exigindo um constante esforço de separação entre as esferas pessoal e de pesquisa. Os procedimentos éticos incluíram minha apresentação como moradora e pesquisadora verbalmente e no contato online, o rigoroso cuidado com o tratamento dos dados (em linha com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a anonimização de características individuais

e a adoção da empatia enquanto premissa ética norteadora deste estudo (Miller *et al.*, 2021). Os nomes dos participantes e do condomínio foram inventados para preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa.

MODERNISMO, BRASÍLIA E PLANO PILOTO

Vários são os debates sobre Brasília dadas as suas particularidades enquanto cidade imaginada, planejada e construída para ser a Capital Federal de um país continental. Tal empreendimento nacional visou a interiorização do país e teve um precedente histórico e político longo, com projetos que datam do Brasil Colônia[2]. A construção de Brasília tornou-se a meta-síntese do governo de Juscelino Kubitschek em 1956, com o slogan "50 anos em cinco" e ideologia desenvolvimentista. Portanto, sua inauguração, em 21 de abril de 1960, materializou projetos de ordem política, ideológica, arquitetônica, urbanística e social.

O projeto-piloto de Lucio Costa, em que dois eixos se cruzam e formam o sinal da cruz, foi o escolhido em concurso da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). O arquiteto e urbanista concebeu a cidade a partir de quatro escalas que, articuladas, conferem identidade à Brasília. São elas: Monumental, de caráter simbólico e coletivo, para abarcar a administração pública; Residencial ou cotidiana, da qual fazem parte as superquadras do Plano Piloto, nas asas Sul e Norte; Gregária, na qual se concentram os setores e para onde converge a população para convívio coletivo; e Bucólica, de lazer e com paisagismo densamente arborizado (Costa, 2020 [1985/87]). A iniciativa também tinha a pretensão de projetar o país do futuro. Holston (2009, p. 91, tradução nossa[3]) sintetiza: "Brasília é um agente civilizador, a missionária de um novo sentido de espaço, tempo e propósito nacional, colonizando o todo no qual foi inserida". A cidade seria a antítese e o antídoto do restante do país, serviria de modelo e exemplo de uma nova sociedade brasileira (Holston, 2009). Era, portanto, um empreendimento de rupturas (Moura, 2012), ainda que tal pretensão se realizasse apenas parcialmente.

Na nova concepção de nação, constava uma sociedade mais igualitária, inovadora, industrializada, pós-colonial e, claro, moderna. Para tal, seria preciso redefinir as funções primordiais da vida urbana — como trabalho, moradia, trânsito, estudo, lazer — e priorizar o coletivo e o público perante o privado e o individual (Holston, 2009). A base conceitual

2 Para a história dos seis projetos de interiorização, ver Vidal (2009).

3 Lê-se: "Brasília is a civilizing agent, the missionary of a new sense of national space, time, and purpose, colonizing the whole into which it has been inserted" (Holston, 2009, p. 91).

do ambicioso projeto veio do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que deu origem à Carta de Atenas, publicada em 1941 por Le Corbusier[4], com os princípios estruturadores da cidade modernista. Esta seria oposta à cidade industrial, primando pela ordem e funcionalidade, espaços verdes, boa iluminação e ventilação (Camargo, 2019). Essa ideia particular de modernismo propôs o "design total" como estratégia para a descontextualização, a desfamiliarização e a desistoricização dos indivíduos (Holston, 2009; Caldeira; Holston, 2005). Do choque e trauma com a nova lógica espacial viria a capacidade de apropriação do novo projeto de sociedade pelos sujeitos (Holston, 2009). De fato, Brasília consagrou-se internacionalmente como modelo de cidade do CIAM (Holston, 2009).

Enquanto projeto de sociedade, no entanto, o que se deu foi o oposto. Holston (1989) e Ribeiro (2008) apontam as contradições da época à construção: não eram todos que tinham o direito de usufruir do espaço e da vida urbana ali a ser instaurada. Se de um lado havia a estratégia de "design total" para erguer a cidade dos funcionários públicos vindos da antiga capital, o Rio de Janeiro, do outro existia o "design de contingência e improvisação" para acomodar, nas periferias, a força de trabalho que migrou para construir Brasília e preservar a "cidade essencialmente administrativa" (Holston, 2009). O próprio governo fundou cidades-satélites como Taguatinga, Sobradinho e Gama, e legalizou a Cidade Livre (renomeada Núcleo Bandeirante), antes mesmo da inauguração de Brasília e seu Plano Piloto.

Paviani (2010) categoriza esse modelo pulverizado e polinucleado de assentamento urbano, vigente desde a construção da cidade, enquanto "esforço para periferizar" e obter o controle social de populações. O movimento significou a institucionalização de mecanismos de segregação que o plano original supostamente tentou evitar e que, na perspectiva de Holston (2009), "brasilianizou" Brasília[5]. O próprio Lucio Costa (2018 [1967]) reconheceu a utopia da coexistência de classes em face das contradições da ocupação do território. Para ele, apesar da gradação social própria do "regime vigente" (o capitalismo), acreditava-se no potencial da convivência a partir da coexistência cotidiana das classes nas superquadras.

A segregação em relação a quem podia morar no Plano Piloto ainda reverbera na atualidade. Para Borges (2015), a estratégia ideológica de manter afastada e escondida do centro a população pobre, mas necessária enquanto força de trabalho, impacta em seus corpos e mentes. Corpos que, além da questão de classe, são atravessados por um recorte de raça, discutido nas obras de Borges (2015), além dos filmes *Entorno da Beleza* (2012), de Dácia Ibiapina, e *Branco Sai, Preto Fica* (2014), de Adirley Queirós. O Plano Piloto permanece

4 O suíço naturalizado francês foi um dos grandes expoentes da arquitetura e do urbanismo do século XX.

5 Em referência às desigualdades avassaladoras no restante do país que Brasília pretensamente desconstruiria, mas que acabou por reproduzir.

hiperconcentrado em equipamentos urbanos, empregos, oportunidades, poder político e econômico. Em contrapartida, na periferia de Brasília, encontra-se a segunda maior favela do país, a comunidade do Sol Nascente[6], onde vivem mais de 70 mil pessoas (Moura, 2024). A metrópole que concentra a maior renda per capita (IBGE [...], 2024) é também uma das mais desiguais e segregadas do Brasil.

"Uma cidade de muitas cidades"

Os precedentes históricos, políticos e ideológicos de Brasília acabaram por estabelecer não só tipos de habitação, mas também jeitos de morar na cidade. Ou melhor, nas cidades, uma vez que o Distrito Federal conta com 35 Regiões Administrativas[7] (RAs), muitas delas a mais de 30 km do Plano Piloto (Figura 1).

Figura 1. Regiões Administrativas de Brasília



Fonte: Elaborado a partir de captura de tela do Google Maps em 21 fev. 2025.

Por esse motivo, o debate se e quando o "Plano" é sinônimo de Brasília está sempre em

6 O Governo do DF contestou a classificação do IBGE do Sol Nascente enquanto favela (Giovanni, 2024).

7 A nomenclatura guarda-chuva abarca regiões que surgiram antes de 1960, enquanto "cidades-satélites", e outras que emergiram em anos mais recentes como núcleos habitacionais.

discussão. Moura (2011, 2012) argumenta sobre esse caráter relacional de Brasília:

> Há alguns nomes que suscitam estereótipos e remetem a formas de sociabilidade e expressividade específicas, como o *rap* — mas também o repente — da Ceilândia, o samba do Cruzeiro, as torcidas de futebol do Gama. Há outros que evocam estigmas e imagens de pobreza e crescimento desordenado e ainda outros que pretendem ser apêndices de áreas valorizadas como símbolos de distinção, como os condomínios do Lago Sul. Há também composições como os condomínios de classe média baixa que combinam ideopaisagens de ordem e desordem e embaralham categorias (Moura, 2012, p. 218).

De outra forma, Brasília é "uma cidade de muitas cidades" (Moura, 2011, p. 505). É por isso que falar da cidade, ou das cidades, vai depender dos processos urbanos e dos aspectos materiais e morais em questão, ainda que o DF seja indivisível por sua natureza e, por isso mesmo, sinônimo de Brasília. Projetado para 500 mil habitantes, sua população já está em 2,9 milhões de pessoas (População [...], 2025). O contingente está alocado em uma área de 5.761 km², fazendo do DF a unidade federativa com a maior densidade demográfica do país (País […], 2023). Contudo, a cidade não apresenta conurbações entre o centro e a periferia, dada a construção de uma "faixa sanitária" para isolar o Plano Piloto das "cidades-satélites" (ver Paviani, 2010; Januzzi, 2021). O resultado é uma metrópole espacializada, polinucleada, pulverizada e segregada (Paviani, 2010).

Há ainda a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), da qual participa o DF, 29 municípios de Goiás e quatro municípios de Minas Gerais. A RIDE-DF é uma região administrativa conjunta[8] de infraestrutura e que se propõe à geração de empregos para uma população de cerca de 4,8 milhões de habitantes (População [...], 2025). Pessoas que moram em municípios da RIDE, a longas distâncias do centro de Brasília, encontram no DF oportunidades de emprego e estudo e, por vezes, acabam se mudando para lá, como uma das interlocutoras desta pesquisa.

Jeitos de morar no Plano Piloto

Há na literatura sobre Brasília uma densa discussão sobre o Plano Piloto e a sua unidade básica, a superquadra, que comporta não só projetos de famílias nucleares, mas um ethos próprio da classe média que ali vive (Holston, 1989; Januzzi, 2021; Machado; Magalhães, 2010; Marques *et al.*, 2020; Moura; Januzzi, 2019; Moura, 2011). A superquadra consiste no "módulo estruturador do setor habitacional" de Brasília (Gorovitz, 2020, p. 20), conciliando o público e o privado com a presença de escolas e jardim de infância, o comércio entrequadra, as igrejas e clubes. Os blocos, como são chamados os prédios, são identificados pelas letras do

8 Instituída pela Lei Complementar n.º 94/1998 e ampliada pela Lei Complementar n.º 163/2018.

alfabeto — bloco A, B, C e assim por diante. Eles obedecem à regra do gabarito[9] máximo de seis pavimentos e estão assentados em pilotis, que proporcionam o nível térreo livre e público para circulação de pessoas, visando à convivialidade (Figura 2 e Figura 3). As formas simples e a sobriedade de cor dos blocos favorecem a harmonia e a unidade estética da região. Com as superquadras, a intenção era reformular a noção tradicional de bairro e engendrar uma vida cotidiana na qual as distâncias poderiam ser acessadas a pé (Gorovitz, 2020). Em conjuntos de quatro, as superquadras formam as Unidades de Vizinhança (UV) nas asas Sul e Norte, e compõem a escala residencial da cidade.

Figura 2. O bloco de uma superquadra no Plano Piloto



Fonte: Autoria própria (2020).

Figura 3. O bloco assentado em pilotis, permitindo a livre circulação de pessoas



9 Trata-se de um conjunto de regras para construção em determinada área, incluindo altura máxima da edificação, taxa de ocupação, recuos obrigatórios, porcentagem de área construída em relação ao tamanho do terreno.

Fonte: Autoria própria (2023).

A circulação de um ponto a outro do Plano Piloto se dá externamente às unidades residenciais, em largas avenidas, nos eixos. De automóvel, percorrem-se longas distâncias em poucos minutos, pois não há cruzamentos ou sinais de trânsito nos eixos, o fluxo é contínuo. As superquadras são preservadas do movimento de veículos pesados e ônibus, do barulho e da poluição. Os endereços são sistematizados em letras e números, seguindo uma lógica que se repete nas asas Sul e Norte. A faixa de pedestres é motivo de orgulho dos moradores da cidade, pois os motoristas obedecem à vez de quem atravessa a pé. Tal funcionalismo espacial estabelece formas de circulação e, em última instância, um estilo de vida particular. Portanto, morar nesses lugares significa acessar cotidianamente um projeto urbanístico e ideológico.

A literatura destaca que o Plano Piloto se estabeleceu como um lugar de ação cotidiana da classe média. Na pesquisa de Machado e Magalhães (2010), a classe média enfatiza a eficácia do espaço-instrumento enquanto traço distintivo do "modo de vida brasiliense" no Plano Piloto. Ou seja, a forma de moradia e circulação facilita o acesso aos equipamentos urbanos e permite desenvolver um "projeto de vida" (Velho, 1994), vinculado à família nuclear e aos ideais de meritocracia e individualidade. Moura e Januzzi (2019) também tratam das superquadras enquanto suporte material e simbólico para a realização de projetos. A classe média demarcou simbolicamente o território de acordo com seus propósitos, qualidades e molduras, determinando arranjos residenciais e a ocupação do Plano Piloto como sendo seu por excelência (Moura; Januzzi, 2019). Há, portanto, uma questão de classe e distinção (Bourdieu, 2010) na vida nas superquadras, como discuto logo adiante.

Segundo Januzzi (2021), o que vai determinar a continuidade ou descontinuidade com o Plano Piloto é tanto simbólico (os valores e estilos de vida) quanto material (o projeto arquitetônico e urbanístico). Trata-se da "gramática modernista", materializada na superquadra e acionada pela classe média, que consiste em um "[...] conjunto discursivo, mais ou menos homogêneo, continuadamente produzido, que sustenta algumas das formas de viver em Brasília e das políticas de intervenção e expansão urbana da cidade modernista" (Januzzi, 2021, p. 208). Ou seja, para além da funcionalidade do espaço, existe uma questão subjetiva que as pessoas não querem perder de vista. Elas querem estar perto dos valores e estilos de vida que compartilham. Mas há outras formas de morar no Plano Piloto além da fórmula que predomina nas superquadras, como as casas geminadas unifamiliares na W3 Sul e as quitinetes, discussão que irei me deter a partir de agora.

O RESIDENCIAL DOS IPÊS

O Residencial dos Ipês foi construído nas franjas da Asa Sul, fora da área destinada às superquadras. À sua volta estão escolas, universidades, igrejas, comércio local, clubes, clínicas, hospitais e o Parque Sarah Kubitschek[10]. No condomínio vive uma variedade de pessoas das "camadas médias urbanas" (Velho, 1994), com diferentes profissões, interesses, posições políticas, ethos e estilo de vida. São pessoas pré-vestibulandas e universitárias, corretoras de imóveis, professoras da rede pública e privada, atletas, modelos, garotas de programa, psicólogas, enfermeiras, comerciantes, contadoras, empreendedoras, advogadas, publicitárias, jornalistas, secretárias executivas, servidoras públicas de entidades governamentais, assessoras em cargos comissionados e aposentadas. Suas fontes de renda são variadas: carteira assinada, contrato, pensão, benefício governamental, mesada, venda de produtos ou serviços, entre outros. A natureza da renda, por vezes informal, impacta no tipo de contrato de aluguel dos apartamentos. No condomínio, há grande incidência de contratação direta com o proprietário, sugerindo menos burocracia na comprovação de renda e mais flexibilidade nas condições de locação. A maioria das pessoas vive sozinha em suas quitinetes. Em vez de um projeto de família nuclear e de vínculos duradouros que predomina nas superquadras, o Residencial dos Ipês comporta projetos individuais e de curta temporalidade no apartamento. Mas há quitinetes com duas, três e até quatro pessoas, assim como pessoas que ali vivem há anos.

Inaugurado nos anos 2010, o Residencial dos Ipês conta com 438 unidades autônomas, sendo mais de 90% adaptadas ao uso enquanto quitinete. Os apartamentos têm entre 25 e 29 metros quadrados e podem ou não ter divisória interna para separar o único cômodo entre sala e cozinha compacta de um lado, e o quarto com banheiro de outro. As quitinetes estão distribuídas em quatro blocos (nomeados de A a D, tal qual os blocos das superquadras) dispostos horizontalmente, formando um grande retângulo. Em cada um deles existem duas "prumadas" com um elevador e uma escada de incêndio. Os blocos A e B ficam dispostos de um lado e os blocos C e D, do outro. Ao centro, há um boulevard que interliga a portaria às modestas instalações coletivas: um gramado cercado para recreação de animais de estimação e um equipamento para exercício físico ao ar livre. No boulevard estão dispostos bancos nos quais os interlocutores costumam se sentar toda tarde. É também nesse boulevard que há a maior circulação de pessoas e animais de estimação, muito embora existam saídas alternativas nas laterais do condomínio, próximas aos blocos A e D. Existem ainda dois subsolos de garagem e as vagas são distribuídas de forma desigual: alguns imóveis têm duas vagas e outros não têm

10 Popularmente conhecido como Parque da Cidade, é o maior parque urbano da América do Sul.

nenhuma, promovendo uma dinâmica de aluguel de vaga entre os moradores.

A arquitetura obedece ao gabarito de seis pavimentos, no entanto, não há pilotis que tornem o espaço livre e público para a circulação de pessoas. No térreo, há apartamentos e salas comerciais, diferenciados por seus usos e pelo valor do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Esquadrias de alumínio emolduram a única janela de cada quitinete e compõem a fachada de metal, granito e pequenas pastilhas, em contraposição às superquadras — com suas fachadas de pastilhas maiores, azulejos ou concreto, brises, cobogós[11] e janelões de vidro. Além do "médio-baixo" padrão construtivo dos materiais e da estética industrial, chama atenção o fato de o condomínio ser todo fechado por cerca metálica. Aí emerge um dos marcadores da diferença entre o meu objeto e os prédios das superquadras. O projeto-piloto de Lucio Costa nasceu justamente para contrapor esse modelo: "O conceito de 'superquadra' como extensão residencial aberta ao público, em contraposição ao de 'condomínio' como área fechada e privativa, foi inovador e revelou-se válido e civilizado" (Costa, 1985 apud Gorovitz 2020, p. 24). Ocorre que o Residencial dos Ipês se insere em um movimento de flexibilização dos usos dos locais do Plano Piloto para moradia, e sua constituição não seguiu um planejamento governamental. Ao contrário, materializa os interesses do mercado imobiliário.

Novos jeitos de morar: Ocupação desvirtuada, moradia improvisada

O Residencial dos Ipês está localizado no Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul (SEPS), entre as entrequadras 700 e 900. A diretriz para a ocupação do local destinou originalmente a área a escritórios de empresas públicas, privadas e de economia mista, além de clínicas médicas e serviços de profissionais liberais. Daí porque era permitido o cercamento do perímetro com grades. Contudo, o histórico dos prédios da região mostrou que as unidades de uso misto (residencial e comercial) existem ali desde o final dos anos 1990. Na Asa Norte, o fenômeno é anterior. Sousa (2008) mostra que desde os anos 1980, há ocupação improvisada e irregular de salas no Comércio Local da Asa Norte (CLN), quando estas passaram a funcionar também como residências. Sousa (2008) argumenta que foi a migração de escritórios para os setores comerciais Sul e Norte e a demanda por moradia no Plano Piloto que levaram imobiliárias e proprietários de imóveis na CLN a explorar as unidades enquanto quitinetes, rentabilizando seu patrimônio.

Lima (2009) aponta que, com o passar do tempo, a alteração nos usos dos imóveis passou a se dar antes mesmo da construção: as construtoras passaram a aprovar projetos para uso comercial e a executar visando ao uso residencial em diferentes regiões do DF. Esse foi

11 Tecnologia pernambucana amplamente usada nos blocos idealizados por Lúcio Costa, feitos de cimento para permitir a ventilação e proteção solar.

o caso do Residencial dos Ipês e de outros condomínios de quitinetes da região, licenciados pela administração regional enquanto "imóvel comercial utilizado como residência", como consta em seu documento. A regularização de certas regiões para moradia veio somente em agosto de 2024, com a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)[12]. O setor no qual está localizado o Residencial dos Ipês passou a admitir novos usos, incluindo o misto (residencial e comercial). Houve, portanto, uma articulação entre diferentes atores (mercado imobiliário e agentes políticos) para a construção e posterior regularização das salas para uso residencial, agenciando novas condições de habitação no Plano Piloto.

A desvirtuação nos usos de imóveis no DF se articula ao alto custo social de viver longe do centro geográfico, onde estão concentrados os empregos, mas falta moradia acessível (Lima, 2009; Paviani, 2010). Da falta de estoque habitacional causada pela pressão do mercado imobiliário e pelo tombamento da cidade, emergem soluções alinhadas aos interesses privados, como as quitinetes. Por um lado, argumenta-se que a prática dá às pessoas com renda inferior à média da região a possibilidade de ter acesso à moradia e aos equipamentos urbanos do centro geográfico (Sousa, 2008; Lima, 2009). As quitinetes indicam ainda a "compactação" do Plano Piloto e emergem para supostamente atender aos novos modos de vida da sociedade contemporânea (Sousa, 2008, p. 5). Por outro lado, argumenta-se que dessa ocupação improvisada e irregular surgem problemas de ordem urbanística (Lima, 2009), como a necessidade de readequação da infraestrutura urbana, a ser feita pelo Poder Público, ao passo que a valorização imobiliária decorrente dessa alteração arrecada lucro privado. E ainda há questões arquitetônicas e estéticas, segregação social e falta de conforto (Sousa, 2008).

A desvirtuação dos imóveis implicou, por exemplo, na proibição do gás de cozinha no Residencial dos Ipês. Os interlocutores utilizam um pequeno fogão elétrico de duas bocas, acompanhado de um segundo eletrodoméstico que pode ser forninho, micro-ondas ou airfryer para cozinhar. Em muitas unidades autônomas, a cozinha compacta conta com um frigobar ao invés de geladeira, o que tem impacto direto nos hábitos alimentares dos interlocutores, como discuto na tese. Sobre isto, o corretor de imóveis Caio comenta: "o Residencial dos Ipês não foi feito para quem quer cozinhar, os moradores fazem uma adaptação. É ideal para uma rotina de quem passa o dia fora do apartamento, chega do trabalho, pede algo pra comer, dorme e no dia seguinte sai para trabalhar novamente". Ou seja, a adaptação é reelaborada enquanto responsabilidade individual, quando, na verdade, é uma demanda do tipo de moradia (compacta e improvisada), fruto da articulação dos interesses e da ideologia do mercado imobiliário. Para os interlocutores, porém, a necessidade de adequação nem sempre é entendida como negativa.

Independentemente das possíveis consequências para os moradores desses condomínios

12 Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024.

e para o Governo do DF, viver em quitinetes no Plano Piloto de Brasília é uma prática consolidada (Baptista, 2008; Boeger, 2022; Lima, 2009; Sousa, 2008) e o Residencial dos Ipês reitera essa prática. O condomínio é fruto da conjunção de forças e projetos materializados em sua localização (nas margens do Plano Piloto), edificação (de padrão estético industrial e configuração interna improvisada) e estilos de vida dos moradores (heterogêneos e que contrastam com o das superquadras).

EM BUSCA DE "QUALIDADE DE VIDA"

Se, na perspectiva arquitetônica, ideológica e legal, o condomínio de quitinetes no Plano Piloto emerge enquanto habitação improvisada, irregular e fora da "gramática modernista" (Januzzi, 2021), para os interlocutores, o Residencial dos Ipês tem outros significados. Isso ocorre porque na escolha de uma moradia que mais agrada e convém, há sempre a articulação entre o ideal e o disponível. É necessário conciliar preço, localização e o tipo de imóvel. Onde tem varanda, não há garagem. Quando há garagem, falta o elevador. Quando tem elevador, a vista é horrível, a vizinhança é desagradável, e assim por diante. Essa, no entanto, não é uma forma de concordar com o déficit habitacional na região, com os altos valores praticados pelo mercado imobiliário ou mesmo com as disparidades materiais e sociais da metrópole. Na verdade, sinaliza as concessões e negociações diante do que o Residencial dos Ipês oferece em termos práticos. Para os participantes, o condomínio é "bom o suficiente para morar no Plano Piloto", "perto do trabalho" e "dentro do orçamento".

A motivação dos interlocutores em escolher o Residencial dos Ipês é principalmente a logística do transporte para o trabalho, revelando questões importantes de mobilidade urbana. Sônia tem 49 anos e atua como enfermeira em uma clínica no Plano Piloto. Ela morava em Ceilândia (RA IX), cerca de 36 km do centro, em uma casa definida por ela como "barraco", no mesmo lote da mãe. Diante do cansaço do percurso diário, feito de metrô, Sônia decidiu alugar uma quitinete no condomínio:

> O Residencial dos Ipês foi o seguinte: eu procurei esse lugar para morar porque eu queria morar perto do trabalho. Eu trabalho aqui na [quadra], e eu estava morando com a minha mãe, pegando o metrô. Estava ficando muito cansada, pegando o metrô cheio, apesar que eu entro às 9 horas da manhã e saio cinco da tarde. Mas mesmo entrando às 9h, eu pegava o metrô muito cheio, lotado, lotado. Aí eu fiquei um ano nessa vida, quase que eu peço demissão, nossa, que eu estava ficando muito cansada. Eu chegava em casa, sentava assim, não tinha coragem nem de comer, estava com fome, apertada para fazer xixi, mas eu não tinha ação de tão cansada, não tinha energia. Aí eu falei, não, eu vou ter que arranjar um lugar para alugar. Aí eu procurei aqui nessa localidade, né? Aí achei esse aqui (Sônia, 2023).

A fala de Sônia poderia ser analisada por dois outros vieses. Tanto do ponto de vista de melhoria material e simbólica da troca do "barraco" pelo apartamento quitinete, quanto da saída de Ceilândia (que surge da Campanha de Erradicação de Invasões para remover as camadas populares pobres do centro à época da construção da cidade) para o Plano Piloto, representando um retorno ao território que pessoas com condições econômicas como a de Sônia em tese não poderiam ocupar. Assim como ela, Clara tem 27 anos e trabalha como terceirizada em órgãos públicos. Ela morava com a mãe na Cidade Ocidental, parte da RIDE-DF e cerca de 44 km do Plano Piloto. Clara optou pelo condomínio para estar mais próxima do trabalho:

> Eu saía às quatro e quarenta da Ocidental, pegava engarrafamento em Santa Maria, todo engarrafamento que tinha na vida, e chegava 8, 9 horas. E aí perdi o emprego duas vezes por conta que eu não chegava no horário, meu horário era 7h, não tinha como ser flexível, aí eu perdi. Aí quando foi em 2019, eu fui morar no Riacho Fundo, na casa de umas primas minhas por 3 meses só. Aí facilitou um pouco a minha vida, só que também tem engarrafamento que passa na candanga [Candangolândia] para chegar no lugar. Aí facilitou, mas nem tanto. Aí eu pensei e vim dividir uma *kit* com a minha prima em 2020. A gente morava no [condomínio], moramos lá dois meses. Lá era muito bom também, só que era muito pequeno e muito caro. Aí a gente veio pra cá e vim morar com ela (Clara, 2023).

Muitos outros interlocutores destacaram a questão da distância entre o local de moradia e de trabalho enquanto propulsora da mudança para o condomínio. Eles moravam em Águas Claras (RA XX), Sobradinho (RA V), Planaltina (RA VI), Recanto das Emas (XV), Taguatinga (RA III), Guará (XX), Ceilândia (RA IX), e enfatizaram o ganho de "qualidade de vida" ao morar no Plano Piloto. Sobre essa questão, o corretor de imóveis Caio reitera que: "O Residencial dos Ipês é bom para quem visa logística, especialmente em relação ao trabalho, diferentemente de quem escolhe Guará ou Águas Claras, visando lazer e comodidade".

Há também interlocutores de outras RAs que foram para uma quitinete no "Plano" por uma conjunção de eventos como divórcio e filhos que saíram de casa. Essas também foram as motivações de um terceiro grupo que já morava no Plano Piloto e precisou de algo menor e mais barato para não sair de onde viveu "a vida toda", como foi o meu caso. Há também pessoas vindas de outros estados que elegeram o "Plano" ao serem recomendadas por colegas e familiares dada a centralidade e o caráter "eficaz" do espaço.

Boa parte dos moradores do Residencial dos Ipês são inquilinos, mas há também proprietários que compraram a quitinete para morar. Nesse caso, a localização atrelada ao preço também foi significativa para trocar uma casa ampla por um espaço compacto. Me deparei ainda com proprietários que adquiriram uma quitinete como oportunidade de investimento e acabaram utilizando o imóvel como "base", especialmente durante a semana. Nesses casos, a quitinete supre uma demanda que as residências em outras regiões, provavelmente em imóveis mais confortáveis, não puderam atender: promover a centralidade geográfica. Isto porque a

localização assume uma intensidade diferente pelas características da metrópole que concentra serviços, oportunidades, influência, poder, informação, conhecimento, trabalho e renda no centro geográfico, ao passo que mantém as RAs apartadas por um vácuo espacial e simbólico. Some-se a isso um transporte público precário em opções e condições. Em uma cidade espraiada como Brasília, o metrô tem 42 km de extensão, com duas linhas e 27 estações[13]. Além desse modal, restam os ônibus, automóveis privados e a rede de caronas.

A quitinete emerge enquanto solução para o transtorno cotidiano, encurtando distâncias e garantindo a permanência no emprego de pessoas como Sônia (que pensou em pedir demissão) e Clara (que perdeu dois empregos). Para elas, o apartamento é "bom o suficiente" apesar dos constrangimentos e externalidades, nos termos de Miller (2024). É o que outra participante, Beatriz, de 27 anos, que trabalha em dois empregos durante o dia e faz faculdade à noite, revela. A localização do condomínio é um dos pilares do seu ritmo de vida que almeja prosperidade, otimizando a rotina diária:

> Uma coisa que eu adoro é sair de um trabalho, poder vir em casa tomar um banho e ir pro outro, às vezes eu tenho só 20 minutos, eu venho em casa, coloco a roupa pra bater e volto pro outro. Minha maior qualidade de vida é realmente morar do lado do meu trabalho, eu falo para todas as pessoas: se você puder optar, more do lado do seu trabalho. [Mais que a questão do espaço interno…?] Muito mais. É realmente o conforto de tempo. Por conta da minha rotina de vida, como eu faço muitas coisas, o tempo pra mim é muito precioso, então cada minuto é muito importante. É o tempo que eu posso estar arrumando minha unha, estudando, dormir 15 minutos a mais, então realmente, tempo pra mim é muito precioso (Beatriz, 2023).

Ainda que possam existir os constrangimentos singulares relacionados à tipologia do apartamento, esse custo social é compensado pela proximidade do trabalho e do lazer, e por rentabilizar o tempo. Na dimensão dos projetos de vida (Velho, 1994), o condomínio de quitinetes contorna os graves problemas de mobilidade urbana, promove melhorias nas dinâmicas cotidianas do presente e dá suporte às conquistas futuras. As falas apontam ainda que as noções de "comodidade", "conforto" e "qualidade de vida" são relacionais, dependendo das condições prévias de moradia (como o "barraco" de Sônia) e em contraste com as condições atuais na quitinete (como o "conforto do tempo" para Beatriz).

Um dispositivo para acesso à vida urbana

A localização é transversal no relato dos interlocutores, mas não é a única motivação que ancora a moradia na quitinete. A troca da comodidade em uma região mais distante por outra

13 A título de comparação, a cidade do Rio de Janeiro conta com 57 km de metrô, três linhas em atividade e 41 estações. Já em São Paulo, são 104,4 km de extensão, seis linhas e 91 estações.

mais conveniente é também simbólica. E esta não é uma questão nova ou exclusiva de Brasília. Gilberto Velho (1989) já falava na troca do conforto de uma casa com quintal em outras regiões do Rio de Janeiro por um apartamento conjugado em Copacabana. Em *A Utopia Urbana*, o antropólogo sublinha questões de estratificação social e ideologia articuladas ao bairro e ao tipo de residência. O autor argumenta sobre a aspiração a estilos de vida com certos padrões materiais e não-materiais, contidos, em última instância, em uma questão de prestígio e *status*. Naquele contexto, a razão da mudança era partilhar da vida "sofisticada" e "cosmopolita" do bairro na Zona Sul, ao custo de viver em um conjugado. Apesar de situado em outra época, o argumento de Velho (1989) se conecta às motivações dos interlocutores desta etnografia. Além das questões de "logística", eles também revelaram aspirações de classe, quando disseram que "a quitinete pra mim seria a melhor forma viável de pagar, conseguir pagar, mas morando num lugar bom, porque aqui é um lugar nobre, né?'', ou que "quando voltei de São Paulo eu queria morar num lugar legal, numa área mais central''. "Morar no Plano" implica prestígio por este ser considerado o lugar da classe média, ao qual se vinculam estilos de vida e valores particulares, como discuti anteriormente.

Contudo, grande parte dos interlocutores só consegue morar no Plano Piloto nessas condições, uma vez que o preço de aluguel e de compra da quitinete são inferiores aos dos blocos residenciais das superquadras ou das casas na W3. Isto ficou claro quando eles afirmaram que "a quitinete era o que dava", ou que a quitinete é "compatível com a renda". O fato se confirma ao analisarmos os preços praticados. À época do campo, o aluguel de uma quitinete estava entre R$ 1.100 e R$ 1.800, já incluídos plano de Internet básico, mobiliário[14], água e taxa do condomínio. O aluguel de um apartamento de um quarto na Asa Sul estava entre R$ 1.900 e R$ 2.500,00, sem mobiliário, sem Internet, sem água e com a quota condominial a ser acrescida. Os valores de compra de um imóvel de dois quartos em Águas Claras muitas vezes equivaliam ao preço de compra de uma quitinete no Plano Piloto (cerca de R$ 300.000,00). O campo sugere que a quitinete emerge enquanto elemento que viabiliza a moradia nesse lugar (e o acesso aos seus padrões materiais e simbólicos) por aqueles que não conseguiriam arcar com a vida nas superquadras.

Mas o investimento simbólico e material compensa. Clara, por exemplo, não pensa em sair da Asa Sul, um "lugar nobre" e estruturador de sua vida: "Se eu sair daqui eu perco todos os sentidos, pra festa, lazer, freelancer, trabalho, estudo, eu to muito bem localizada". Para ela, o Residencial dos Ipês propicia qualidade de vida a um custo-benefício razoável. Ainda que não seja a moradia dos sonhos, o tipo ideal, é "bom o suficiente" (Miller, 2024):

14 A maioria das quitinetes já vem mobiliada com geladeira ou frigobar, fogão elétrico de duas bocas, e sofá. Algumas contam com cama, máquina de lavar, micro-ondas e televisão.

> Tipo, receber uma visita já não dá, não dá pra fazer festa, porque é muito pequeno. Aqui é só uma cama, um banheiro, uma mini cozinha. Não dá pra fazer muita coisa. Então é mais para trabalhar a semana toda e chegar final de semana sair para a rua, é mais para dormir. Entendeu? Eu levo 20 minutos do serviço pra cá, ida e volta. Então para mim, morar aqui numa quitinete por ser Brasília é melhor, mas, claro, se tivesse condições melhores, preferia morar numa casa. Tem mais espaço, posso receber visita, né? Pode ter cachorro até, se eu tiver filhos também eu posso ter, mas aqui numa quitinete é só pra dois no máximo também. (Clara, 2023).

O campo sugere um matiz na valorização da região por diferentes segmentos sociais. Muitas vezes, as condições materiais e simbólicas da classe média já estão estabelecidas e a concretização de projetos se dá no curto e médio prazos. As camadas médias, por sua vez, recorrem às quitinetes para o acesso às oportunidades da vida urbana como investimento no presente para a realização de ambições e projetos de futuro, em longo prazo. Contudo, esse matiz mereceria ser explorado em novas pesquisas. O que proponho neste artigo é que o condomínio seja interpretado sob a chave do acesso, tanto em termos simbólicos como materiais. Um acesso que não vem por meio de política pública para oferecer moradia financeiramente viável no centro geográfico ou solução para a mobilidade urbana, mas mediado pelo mercado imobiliário e agenciado individualmente.

Um outro "fazer-cidade"

Condomínios como o Residencial dos Ipês são um dispositivo de acesso à vida urbana e às oportunidades nela contidas e, com isto, ensejam um "fazer-cidade" (Agier, 2015) cujos efeitos resultam em outra fórmula de vida no Plano Piloto. Nos termos de Agier (2015, p. 491):

> O fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade. Ele faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos. Eis por que parece possível elaborar a hipótese teórica (e a aposta política) segundo a qual o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do 'direito à cidade', sua instauração. O movimento é essencial nesta concepção da cidade como construção permanente.

O antropólogo fornece essa ferramenta potente para entendermos o "direito à cidade"[15] a partir das experiências dos sujeitos. Guardando as particularidades do contexto no qual o conceito foi elaborado, o condomínio emerge enquanto um "local fora de lugar" (Agier, 2015), uma "ilha" no Plano Piloto, simbólico e materialmente classificado pela classe média (Moura; Januzzi, 2019). Ainda em diálogo com Agier (2015, p. 491), entendo que existe uma negociação para o Residencial dos Ipês existir, um "agir" político e urbano para que os "citadinos sem

15 Agier (2015) organiza a discussão a partir do que propõe Lefebvre (2008) sobre o "direito à cidade", afirmando que este passou a ser um significante vazio de sentido pelo uso indiscriminado.

cidade" (ou com poucas oportunidades nas RAs) se desloquem e obtenham o que entendem por conquista material e simbólica que é morar no Plano Piloto. Um agir, como expliquei acima, organizado pelo mercado imobiliário, visando ao lucro privado, mas que viabiliza uma outra fórmula de vida na região. E desse "fazer-cidade" particular emerge o "direito à cidade", enquanto direito à vida urbana (Agier, 2015).

Assim, ao invés de entender a moradia no condomínio como improvisada e irregular, proponho uma perspectiva que se conecta às motivações dos interlocutores: o condomínio emerge como meio para acesso à vida urbana. Ele permite um jeito de morar alternativo e revela que mesmo tombada e patrimonializada, Brasília continua em movimento e, por que não, em disputa. Nesse sentido, o condomínio tensiona o plano de Lucio Costa e sugere uma contraproposta de moradia e de vida na cidade.

O elemento visível que contrasta os jeitos de morar e "fazer-cidade" no Plano Piloto é o anteparo metálico que integra o aparato de vigilância do condomínio (circuito fechado de TV parcialmente inoperante e cadastro biométrico falho) e performam segurança. Para interlocutores como a Beatriz, este consiste em um diferencial do Residencial dos Ipês:

> O meu condomínio me dá segurança 24h, porteiro, garagem, água [...] Por ser mulher, por ser jovem, por ter cara de patricinha, por ter vivido na bolha dos meus pais, eu tenho muito medo de estar em locais muito vulneráveis. O Plano é realmente um local privilegiado com relação à violência, mas não descarta as possibilidades. Então assim, o fato de ter porteiro já me tranquiliza muito. Às vezes eu deixo a porta do meu apartamento destrancada e tranquilamente saio e volto e sei que vai estar tudo no mesmo lugar. Eu não me importo com o horário que eu chego, porque eu chego e o portão é eletrônico, eu vou direto pra garagem, o fato de ter garagem dentro também é muito importante. Se tivesse garagem externa eu ia ter que ter mais cuidado na hora de sair e entrar. Então são coisas que fazem a diferença (Beatriz, 2023).

Assim como Beatriz, Clara destaca a relevância do sistema de vigilância, quando diz que "[a quitinete] facilita tudo na minha vida, né? Tipo assim, aqui é protegido, eu viajo o mês todo, ninguém mexe nas minhas coisas, tem portaria, tem segurança, mas é bem pequena" (Clara, 2023). O recorte de gênero certamente implica uma maior vulnerabilidade e na relevância do aparato de vigilância para a sensação de segurança. Também é fato que nas franjas do Plano Piloto há um sentimento de maior insegurança quando comparadas ao "miolo" da região pela pouca iluminação e movimentação em determinadas horas do dia. Contudo, os índices de violência no DF são baixos quando comparados à média nacional e ao que é registrado em outras capitais[16]. Assim, a cerca funciona muito mais como uma "medida preventiva" (Moura, 2012), que transmite uma mensagem aos que ali transitam. Alinhada ao modelo internacional de

16 O DF teve a segunda menor taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes do país (Cerqueira; Bueno, 2024). O número de homicídios é utilizado internacionalmente como indicador de violência.

segregação espacial, no qual o encerramento e a estetização da segurança requalificam o espaço público (Caldeira, 2003), a cerca organiza quem usufrui do espaço fechado e da segurança performada no "enclave" do Residencial dos Ipês.

Ao mesmo tempo, o cercamento adquire outra carga simbólica quando analisado em seu contexto. Ele demarca, de modo mais imediato e visível, a diferença entre o condomínio e as superquadras, classificando esta composição e os estilos de vida nela contidos como à parte, diferenciando-os do modo de habitar que predomina na região. Se em outros estudos o cercamento confere status aos moradores de condomínios (Moura, 2012), nesse caso, sugere diferenciação, já que o espaço não segue a "gramática modernista" (Januzzi, 2021). Junto da fronteira material, soma-se o preço do imóvel (menor se comparado aos demais imóveis do Plano Piloto), a localização do condomínio (fora do espaço originalmente destinado à ocupação residencial), a estética e o padrão dos materiais da edificação (de "médio-baixo" padrão construtivo), e o espaço interno das quitinetes (até 29 m², bem menores que os apartamentos de um quarto nas superquadras). Tais elementos se acumulam em marcadores de diferença: o condomínio e seus moradores propõem outra fórmula para a vida urbana da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitos jeitos de morar e de viver na cidade. Uma leitura "de perto e de dentro" (Magnani, 2002) dos condomínios de quitinetes no Plano Piloto introduz complexidade ao debate sobre a vida urbana em Brasília e sobre o morar em espaços coletivos. O artigo contribui para os estudos urbanos ao olhar para um objeto que ainda não foi devidamente investigado, muito embora esse jeito de morar esteja consolidado no centro da metrópole. O estudo também gera novos questionamentos sobre a qualidade do acesso à vida urbana e a conexão entre o uso do "espaço-instrumento" do Plano Piloto e os projetos de vida das camadas médias. Tais questões permanecem no horizonte e merecem ser exploradas em pesquisas futuras. Ainda há a questão da morfologia das quitinetes, que traz impactos diretos nos modos de vida dos interlocutores, discutidos com mais profundidade na tese.

Ao emergir como moradia alternativa no centro da metrópole, um território espacialmente e simbolicamente classificado e segregado, o condomínio pode ser lido enquanto um dispositivo para acesso à vida urbana. O "enclave" mostra que existe Brasília nesses lugares que não seguem o projeto-piloto de Lucio Costa. Uma Brasília que contrapõe a hegemonia estética, material, moral e simbólica da camada média das superquadras, já elaborada por antropólogos da cidade (Januzzi, 2021; Moura; Januzzi, 2019; Machado e Magalhães, 2010). O Residencial

dos Ipês expõe as contradições entre o planejado e o vivido e revela um "fazer-cidade" (Agier, 2015) particular, que coexiste às fórmulas predominantes na região do Plano Piloto na Capital Federal.

Com as cercas, o Residencial dos Ipês carrega potencialmente todas as consequências dos condomínios fechados, como a privação do encontro com a alteridade que seria própria dos "enclaves fortificados" (Caldeira, 2003). Contudo, o cercamento adquire um sentido particular no Plano Piloto. A cerca é parte de um aparato que performa segurança, mas que, principalmente, demarca simbolicamente o condomínio em relação aos tradicionais jeitos de morar na região. No lugar onde os espaços residenciais são abertos para propiciar a convivialidade, as cercas do Residencial dos Ipês qualificam o condomínio e os seus moradores enquanto exceção.

O condomínio de quitinetes confronta ainda o tombamento e memorialização do Plano Piloto, que supostamente acarretou o "congelamento" da cidade em uma época específica (Holston, 2009). A etnografia revela que condomínios no Plano Piloto, como o Residencial dos Ipês, atualizam o planejamento original com novas camadas materiais, simbólicas e ideológicas. Nesse movimento, contrapõem e atualizam o projeto-piloto modernista de Lucio Costa (2018 [1967], p. 301), para quem "a vida brota".

REFERÊNCIAS

1. AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/. Acesso em: 25 set. 2025.

2. BAPTISTA, Felipe Turatto. **Modelo de preços hedônicos para apartamentos em Brasília**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

3. BLAKELY, Edward; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America**: gated communities in the United States. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997.

4. BOEGER, Louise. **Consumo de água em quitinetes e salas comerciais**: uma análise da ocupação e dos usos finais de água em edifícios do Comércio Local Norte, Brasília-DF. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

5. BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

6. BORGES, Antonádia. Brasília: Misses and misfits in the Satellite-Cities. **The Funambulist**, [*s. l.*], v. 2, nov./dez. 2015. Disponível em: https://thefunambulist.net/

magazine/02-suburban-geographies/brasilia-misses-misfits-satellite-cities-antonadia-borges. Acesso em: 25 set. 2025.

7. BOTTINO, Caroline Martins de Melo. **A vizinhança tá on**: o protagonismo das mídias sociais em um condomínio clube no subúrbio do Rio de Janeiro. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

8. BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: A Social Critique of the Judgement of Taste. London: Routledge, 2010.

9. BRANCO SAI, PRETO FICA. Direção: Adirley Queirós. Produção: Adirley Queirós, Denise Vieira, Simone Gonçalves. Brasil: [*s. n.*], 2014.

10. BRASIL. **Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024**. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial do Distrito Federal, 2024.

11. CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2003.

12. CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. State and urban space in Brazil: from modernist planning to democratic interventions. *In*: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen (ed.). **Global Anthropology**: Technology, Governmentality, Ethics. London: Blackwell, 2005. p. 393-416.

13. CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo. **Paisagem e imaginário**: configurações da avenida W3 Sul em Brasília. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

14. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: Ipea: FBSP, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031. Acesso em: 25 set. 2025.

15. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Minha casa, suas regras, meus projetos**: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

16. COSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade. (1967). *In*: COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. 3. ed. São Paulo: Editora 34: Edições Sesc São Paulo, 2018. p. 301 - 310.

17. COSTA, Lucio. Brasília revisitada 1985/87. Características fundamentais do Plano Piloto. Mimeo, s/d, p. 3-5. *In*: FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus (org.). **A invenção da superquadra**. 2. ed. Brasília: Iphan, 2020. p. 94 - 95.

18. DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/

Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html. Acesso em: 1 out. 2025.

19. ENTORNO DA BELEZA. Direção: Dácia Ibiapina. Produção: Fred Burle. Brasília, DF: [*s. n.*], 2012. (71 min).

20. GIOVANNI, Pablo. GDF contesta classificação do Sol Nascente como favela pelo IBGE. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 9 nov. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6984728-gdf-contesta-classificacao-do-sol-nascente-como-favela-pelo-ibge.html. Acesso em: 2 fev. 2025.

21. GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra (revisitado)**. *In*: FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus (org.). A invenção da superquadra. 2. ed. Brasília: Iphan, 2020. p. 23-45.

22. HINE, Christine. **Ethnography for the internet**: embedded, embodied and everyday. London: Bloomsbury, 2015.

23. HOLSTON, James. The Spirit of Brasília: Modernity as Experiment and Risk. *In*: BIRON, Rebecca (org.). **City/art**: The Urban Scene in Latin America. Durham: Duke University Press, 2009. [2001]. p. 85-111.

24. HOLSTON, James. **The modernist city**: An anthropological critique of Brasília. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

25. IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2023 para Brasil e unidades da federação. **Agência de notícias IBGE**, Brasil, 28 fev. 2024. Disponível em: https://bit.ly/4o00vZR. Acesso em: 25 set. 2025.. Acesso em: 2 mar. 2025.

26. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

27. JANUZZI, Vinicius Prado. Em Brasília, mataram a rua? Considerações etnográficas sobre sentidos possíveis de "rua" (?) no Plano Piloto da capital federal. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2018. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/VisualizadorPdf?codigoArquivo=2822&tipoMidia=0 . Acesso em: 5 ago. 2025.

28. JANUZZI, Vinicius Prado. **Em Brasília, as superquadras**: vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista. 2021. Tese (Doutorado Em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

29. LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008. [2001].

30. LIMA, Josué Magalhães. **Alteração de uso de imóveis urbanos no Distrito Federal**: Apropriação individual ou gestão social. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília,

Brasília, 2009.

31. MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Themis Quezado. Imagens do espaço: imagens de vida. *In*: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília, ideologia e realidade**: o espaço urbano em questão. 2. ed. Brasília: UnB, 2010. p. 285-321.

32. MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29, 2002.

33. MARQUES, Rafaela Nunes; MÜLLER, Fernanda; KANEGAE, Mayume Melo; MORGADE, Marta. Two childhoods, two neighborhoods, and one city: utopias and dystopias in Brasilia. **Children's Geographies**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 172–183, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14733285.2020.1772961. Acesso em: 25 set. 2025.

34. MILLER, Daniel. **The Good Enough Life**. London: UCL Press, 2024.

35. MILLER, Daniel; ABED RABHO, Lila; AWONDO, Patrick; VRIES, Maya de; DUQUE, Marília; GARVEY, Pauline; HAAPIO-KIRK, Laura; HAWKINS, Charlotte; OTAEGUI, Alfonso; WALTON, Shireen; WANG, Xinyuan. **The Global Smartphone**: Beyond a Youth Technology. London: UCL Press, 2021.

36. MOURA, Cristina Patriota de. Pioneers and Entrepreneurs: Bio/Ethnographic Notes Towards an Anthropology of Urban Growth. **Vibrant**, Florianópolis v. 8, n. 2, p, 502-528, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1809-43412011000200025. Acesso em: 25 fev. 2025.

37. MOURA, Cristina Patriota de. **Condomínios no Brasil Central**: Expansão urbana e antropologia. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

38. MOURA, Cristina Patriota de. Condomínios e *Gated Communities*: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.970. Acesso em: 25 fev. 2025.

39. MOURA, Cristina Patriota de; JANUZZI, Vinicius. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 113-134, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151261. Acesso em: 25 jan. 2025.

40. MOURA, Bruno de Freitas. Censo revela quais são as 20 maiores favelas do país; veja a lista. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/censo-revela-quais-sao-20-maiores-favelas-do-pais-veja-lista#:~:text=Com%20mais%20de%2072%20mil,e%20uma%20no%20Centro%2DOeste. Acesso em 8 mar. 2025.

41. PAÍS tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010. **Agência IBGE notícias**, Brasil, 27 ago. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-

domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Entre%20as%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o,mil%E2%80%9D%2C%20avalia%20Luciano%20Duarte. Acesso em: 10 fev. 2025.

42. PAVIANI, Aldo. **Brasília**: a metrópole em crise. Brasília: UnB, 2010.

43. POPULAÇÃO estimada do país chega a 213,4 milhões de habitantes em 2025. **Agência IBGE notícias,** Brasil, 28 ago. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44305-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-4-milhoes-de-habitantes-em-2025. Acesso em: 1 out. 2025.

44. RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança:** A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília, DF: Editora UnB, 2008.

45. SOUSA, Jamilson Alves de. **Domicílios particulares improvisados**: Avaliação de desempenho ambiental do uso residencial do Comércio Local Norte (CLN) do Plano Piloto de Brasília. 2008 Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

46. VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. [1973].

47. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

48. VIDAL, Laurent. **De nova lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora UnB, 2009.

Alice Roberte de Oliveira
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9815-2368. E-mail: aliceroberte@gmail.com.

Melhorar de vida em meio à ruínas: etnografias de um condomínio no leste fluminense e os legados do Comperj[1]

Improving life amid ruins: ethnographies of a gated community in the leste fluminense and the legacies of Comperj

Stefany Ciolfi de Souza
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta contribuições de uma pesquisa etnográfica realizada entre 2019 e 2025 na cidade de Itaboraí, região Leste Fluminense, marcada pelas promessas de desenvolvimento associadas ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A partir do acompanhamento prolongado de uma rede familiar, com enfoque na experiência de três mulheres, Quitéria e suas filhas, Fabiana e Débora, o estudo explora como suas práticas domésticas e redes de apoio possibilitaram projetos de ascensão social em meio à instabilidade econômica que se seguiu à interrupção do empreendimento. O trabalho analisa os deslocamentos gerados pela crise, com ênfase nos efeitos paradoxais da paralisação do Complexo: em vez de inviabilizar os modos de vida de moradores locais, o arrefecimento das expectativas de desenvolvimento desvalorizou o mercado imobiliário e possibilitou o acesso a moradias sofisticadas em condomínios fechados por famílias de renda média, antes excluídas desse padrão habitacional. A pesquisa sugere que, diante do colapso de um futuro prometido, essas mulheres reorganizaram criativamente seus projetos de vida, revelando uma sofisticação nos saberes cotidianos e nas estratégias de gestão doméstica. A casa, entendida como espaço teórico e núcleo das decisões familiares, permitiu compreender os ciclos de transformação urbana por meio das práticas femininas que sustentam, negociam e reconfiguram o que se entende como "melhoria de vida".

Palavras-chave: Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, Condomínios fechados, Itaboraí, Estratégias femininas, Casas.

1 Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período do mestrado, e a uma bolsa PIBIC/UFF do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a graduação.

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 12 de maio de 2025.
Avaliador B: 20 de maio de 2025.
Aceito em 7 de agosto de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article presents findings from an ethnographic research carried out between 2019 and 2025 in the city of Itaboraí, in the Leste Fluminense region, marked by promises of development associated with the Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro. Based on the prolonged engagement with a family network, focusing on the experience of three women, Quitéria and her daughters, Fabiana and Débora, the study explores how their domestic practices and support networks enabled projects of social mobility amid the economic instability that followed the interruption of the enterprise. The work analyzes the displacements generated by the crisis, with emphasis on the paradoxical effects of the suspension of the Complex: rather than rendering local residents' ways of life unviable, the cooling of development expectations devalued the real estate market and made it possible for middle-income families, previously excluded from this housing standard, to access sophisticated residences in gated communities. The research suggests that, in the face of the collapse of a promised future, these women creatively reorganized their life projects, revealing a sophistication in everyday knowledge and domestic management strategies. The house, understood as both a theoretical space and the core of family decisions, made it possible to apprehend the cycles of urban transformation through the feminine practices that sustain, negotiate, and reconfigure what is understood as "improvement of life."

Keywords: Rio de Janeiro Petrochemical Complex, Gated communities, Itaboraí, Women's strategies, Home.

INTRODUÇÃO

Era uma das tardes preguiçosas de domingo em família na casa de dona Quitéria[2]. Naquele dia, a casa-matriz[3] reunia as filhas já adultas, seus maridos e filhos pequenos, uma sobrinha e eu — a pesquisadora que, vez ou outra, se sentava à mesa e à sala com eles. Os momentos de conversa pós almoço sempre foram o ponto alto da perspectiva de alguém interessada em ouvir atentamente as histórias e admoestações que circulavam no ambiente. Depois de recolhermos as travessas de comidas, nos sentávamos ora à varanda ora na apertada sala de estar, equilibrados entre os dois sofás principais e pequenos banquinhos improvisados. Era nesse tempo suspenso entre digestão e café que emergiam lembranças de infância, conselhos, projetos e notícias da

2 Todos os nomes próprios associados a pessoas nesta pesquisa são fictícios.

3 Termo que tenho usado para referir a casa de dona Quitéria, por sua capacidade de *enraizamento* em relação às casas das filhas.

vizinhança. No entanto, algo nessa tarde em particular me chamou a atenção, provavelmente porque foi quando me dei conta, com maior grau de consciência, da multiplicidade de elementos caros à minha pesquisa que estavam em jogo nessas conversas aparentemente triviais.

Uma das sobrinhas de dona Quitéria havia acabado de ser convocada para assumir um cargo na prefeitura de uma pequena cidade da região. A mulher, com seus quarenta e quatro anos, estava inclinada a não assumir o cargo, influenciada pela distância que aquela cidadezinha se encontrava do "movimento", na sua cidade de origem, São Gonçalo, de quase um milhão de habitantes. "Mas é um emprego estável, você aposenta cedo", tentavam convencer Débora e Fabiana, filhas de dona Quitéria. A mulher buscava em meu olhar uma aliada externa, ao que eu tentava evitar, embora pensasse no infortúnio que me parecia uma mudança brusca de uma cidade mais "movimentada", onde ela tinha uma vida, para uma cidade de vinte mil habitantes. A tensão que pairava nessa cena e os olhares trocados não deixavam dúvida: não era fácil se esquivar ou retrucar as sugestões das primas. Elas representavam, inegavelmente, trajetórias de sucesso na família.

Fabiana e Débora, duas de minhas *anfitriãs* de pesquisa, para recorrer ao vocabulário de Borges (2013), são exemplos concretos da ideia de "melhorar de vida" em tal universo. Anos antes, as irmãs demonstraram uma habilidade notável para articular estratégias econômicas e sociais que lhes permitiram, junto a seus maridos, acessar imóveis em condomínios originalmente projetados para grupos de alta renda e escolaridade.

Neste artigo, serão abordadas com densidade apenas uma parte dessas estratégias. Evidentemente, estratégias que não foram privilegiadas aqui serão analisadas em textos futuros. Entre elas, destaquei a estadia prolongada de Fabiana, filha mais velha de dona Quitéria, na casa da mãe. Esse arranjo facilitava o sistema de "ajudas" oferecido pelos pais de Fabiana nos cuidados do filho recém-nascido. Graças a essas "quinzenas" na casa da mãe quando seu marido estava embarcado, Fabiana pôde continuar trabalhando e estudando, sem a despesa de contratar um serviço de cuidado. Outro exemplo estratégico na gestão doméstica que descrevo em minha dissertação de mestrado é a gestão da alimentação na casa de Débora. A filha mais nova de Quitéria também relatou detalhadamente o que assimilei como economia da "evitação" ou do "controle de si" nas interações com parentes (Dainese, 2015). Essas manipulações e formas de controle do ambiente doméstico pareciam latentes quando convinha desempenhar o esforço por construir uma soberania, se colocando como a mulher da casa diante de interferências externas. Num dos capítulos, discuto como essa estratégia é manejada cotidianamente de maneira cuidadosa, visando não vetar ou influenciar negativamente sistemas de ajuda.

Partindo de tais táticas cotidianas (Certeau, 2003), minhas anfitriãs inseriram-se ativamente nas transformações urbanas que marcaram sua cidade natal durante o chamado

"tempo do Comperj"[4], quando a cidade se reconfigurava para acolher trabalhadores qualificados e investidores vindos de fora. No entanto, o respeito e a consideração direcionados às irmãs não se devem apenas pela aquisição de suas casas. Essa posição se deve a um conjunto articulado de fatores: a formação em cursos superiores, os casamentos considerados "bem-sucedidos", a aquisição de carros populares e a consolidação de uma vida aparentemente estável antes dos quarenta anos — um feito expressivo, sobretudo diante da origem da família, formada por migrantes nordestinos sem educação formal que chegaram à cidade na década de 1970.

****

Este artigo reúne contribuições derivadas de uma pesquisa etnográfica desenvolvida ao longo seis anos na cidade de Itaboraí, localizada na microrregião Leste Fluminense — área que integra parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e alguns municípios da Baixada Fluminense. Sua etapa mais recente se dedicou a explorar as ações e práticas cotidianas mobilizadas por mulheres na gestão de seus domínios domésticos, como forma de viabilizar projetos de melhoria de vida em meio a contextos marcados por crise e instabilidade econômica na região.

Neste trabalho, partimos da compreensão de crise como uma série de processos estruturais que escapam ao controle dos indivíduos, mas que também revelam uma ruptura na confiança nos elementos que sustentam a estabilidade social e as expectativas de futuro. Para Narotzky e Besnier (2014), em contextos de escassez e imprevisibilidade, "pessoas comuns" desenvolvem estratégias criativas para lidar com recursos cada vez mais evasivos, muitas vezes desenvolvendo relações de dependência, afeto e reciprocidade baseadas em obrigações morais (Narotzky; Besnier, 2014). O mesmo argumento é reforçado por L'Estoile (2020), ao afirmar que "dinheiro é bom, mas um amigo é melhor" ao investigar as relações econômicas e afetivas mobilizadas em contexto de incerteza e imprevisibilidade econômica no Nordeste do Brasil.

A investigação teve início como parte de um empreendimento coletivo, reunindo pesquisadoras e pesquisadores interessados em compreender etnograficamente os efeitos das expectativas relacionadas ao anúncio e posterior paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj)[5], um megaprojeto anunciado em 2006

4 Refiro-me ao "tempo do Comperj" tanto como uma tentativa de delimitar um período histórico, que vai de 2006, ano do anúncio oficial do empreendimento, até 2024, quando finalizei esta pesquisa, quanto como uma maneira de sugerir uma temporalidade específica, marcada pelas expectativas, transformações e incertezas associadas às promessas de desenvolvimento urbano que o projeto evocava.

5 O projeto de pesquisa coletivo foi intitulado "Formas de Governo, Mobilidades, Casas e a Relação Rural-Urbano na Investigação dos Efeitos Sociais e Territoriais Produzidos pelo Comperj", e foi financiado pela Chamada

e interrompido cerca de oito anos depois, no contexto das denúncias de corrupção reveladas pela operação Lava Jato. Estive concentrada, nos primeiros anos de pesquisa, em detectar transformações nas dinâmicas da cidade de maneira mais difusa, contexto em que entraram como resultados novos empreendimentos construídos em resposta à demanda por moradia para grupos vindos de fora, ocupados na cadeia direta do petróleo.

Entre esses empreendimentos, saltaram aos meus olhos condomínios residenciais fechados, que passaram a ocupar grande parte da minha atenção no período da monografia como requisito para a formação de bacharel em sociologia. Nessa etapa, discuti a proliferação e difusão desse formato de moradia como impacto permanente que ultrapassaria o "tempo do Comperj", ocupando espaço de modelo de moradia ideal ou desejado para os moradores da região. Ao me inserir no curso de mestrado, no entanto, me foi apresentada a possibilidade de aprofundar essa pesquisa, sofisticando-a por meio da escolha de uma perspectiva mais original e específica, o que me daria a oportunidade de produzir um material mais denso e elaborado.

Com essa aposta em mente, delineei uma nova entrada em campo que mantinha o interesse nas transformações estruturais vividas na região de Itaboraí durante o "tempo do Comperj", mas agora, com um deslocamento de foco: das grandes infraestruturas para as trajetórias, histórias e projetos de futuro formulados por três mulheres de uma mesma rede familiar, composta por dez pessoas, com quem já cultivava vínculos há alguns anos. O objetivo da fase mais recente da pesquisa foi recontar os ciclos econômicos da região a partir da experiência ativa dessas mulheres, de suas casas e das práticas cotidianas que sustentam suas vidas na cidade desde a década de 1970. Busquei compreender os ciclos de desenvolvimento local por meio dos saberes produzidos na gestão doméstica, nas formas de cuidado, criação de filhos e nas relações que tecem no cotidiano. O registro diacrônico, orientado pela cronologia dos acontecimentos e das mudanças urbanas, foi articulado a um olhar sincrônico, atento às ações miúdas e aos gestos ordinários que, no entanto, revelam lógicas organizativas complexas, sustentadas por um conhecimento refinado e situado.

Apesar de parecer uma mudança sutil, essa inversão virou meu trabalho de campo do avesso. Um movimento semelhante foi relatado pela antropóloga Antonádia Borges (2009), ao refletir criticamente sobre o que ela identifica como tendência nas ciências sociais de homogeneizar e generalizar grupos sob o rótulo de "classes populares" ou como vítimas passivas de desigualdades impostas por um Estado omisso ao adotar um ponto de vista que privilegia a ação dos atores estatais, ao qual ela mesma sucumbiu nos primeiros anos de pesquisa de campo. Sua virada epistemológica ocorreu ao perceber que as pessoas com quem passou a fazer pesquisa se autodenominavam *researchers* (Borges, 2009). Em suas palavras, nossos anfitriões

Universal MCTI/CNPq n. 28/2018.

"[...] pesquisam mais do que o mero visitante que chega à sua casa ou aldeia" (Borges, 2009, p. 39). Com igual grau de importância, enquanto Borges defende a casa como um espaço teórico vivido, Mariana Cavalcanti (2009) argumenta que a "[...] própria centralidade da casa própria em sociedades capitalistas permite uma teorização da casa ou da moradia, bem como sua produção e experiência vivida como um processo, como um fato social total" (Cavalcanti, 2009. p. 77).

Inspirada por esse olhar para os ambientes domésticos, passei a levar a sério cada relato de organização, planejamento, negociação e tensão no interior das casas dessas mulheres, compreendendo a casa como "[...] produto da ciência de quem com ela mora" (Borges, 2013, p. 218). A escolha de Borges por chamar de "anfitriãs" as mulheres que a recebem também expressa um posicionamento epistemológico que questiona a hierarquia implícita entre pesquisador e pesquisado — visão que trata os sujeitos de pesquisa como recipientes inertes dos quais o pesquisador extrai matéria-prima para, então, produzir conhecimento. Para a autora, as mulheres em suas casas realizam pesquisas sofisticadas em suas práticas cotidianas.

Na etapa mais recente desta pesquisa, me apoiei em anotações de campo feitas nos dias em que fui recebida na casa de minhas anfitriãs, além de utilizar trechos de entrevistas gravadas em momentos anteriores e temporariamente deixadas de lado. O grupo foi acessado a partir de redes pessoais: Fabiana, meu primeiro contato, me apresentou ao bairro Vila Gabriela, no distrito de Manilha, em 2019, e me inseriu na casa de sua mãe, dona Quitéria, — espaço que mais tarde nomeei como "casa-matriz". A pesquisa ocorreu majoritariamente na casa de dona Quitéria, em visitas regulares, sobretudo aos finais de semana. Também me hospedei, com menor frequência, na casa de Débora, filha mais nova de Quitéria, onde produzi parte significativa do material etnográfico utilizado em minha monografia. No contexto da pesquisa para a dissertação de mestrado, entre setembro de 2023 e janeiro de 2025, aprofundei esse trabalho, reformulando as perguntas de pesquisa e direcionando o olhar às negociações e disputas que atravessam os projetos de "melhorar de vida" dessas três mulheres.

Este artigo está organizado em três seções principais. Na primeira, apresento um breve histórico da cidade, situando o contexto social e espacial da pesquisa. Em seguida, discuto alguns dos principais achados do estudo, com ênfase nos percursos contraintuitivos das pessoas com quem essa pesquisa foi realizada. Por fim, exploro os circuitos de ajuda e reciprocidade que sustentam suas trajetórias de ascensão, apontando distinções e tensões intergeracionais.

ATRAVESSANDO E MIGRANDO PARA ASSENTAR A VIDA: ITABORAÍ E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Itaboraí, cidade do Leste Fluminense a cerca de cinquenta e dois quilômetros da capital fluminense, de 224.267 habitantes, foi caracterizada por Allan Moreira (2022) como a "cidade ornitorrinco" ou de "a cidade sem asfalto". Essas são, sem dúvida, categorias fortes, mas que apontam para traços do cenário municipal com alguma coerência. Segundo o autor, Itaboraí hoje tem cerca de 80% do seu território ausente de qualquer tipo de pavimentação ou oferta de água encanada. A tese de Alexandre Siqueira (2014) discute a percepção de lentidão com que as obras públicas de circulação, saúde e saneamento chegam à população itaboraiense. Sua pesquisa focada na saúde pública regional cruzou fatores infraestruturais da cidade, renda e escolaridade da população e carência alimentar para atribuir fatores favoráveis à proliferação de doenças como a tuberculose, cujo índice municipal é acima dos níveis estadual e nacional.

Para o pesquisador Gilciano Costa (2013), o baixo índice de desenvolvimento da cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está relacionado com seu histórico de instabilidade e inconstância produtiva e econômica durante sua história. Segundo Costa (2013), que desenvolveu uma dissertação sobre a escravidão em Itaboraí, sua formação enquanto município tem origem na ocupação colonial, em 1569, que logo recebeu um relevante contingente de pessoas escravizadas para o plantio de cana-de-açúcar e produção de açúcar, melado e rapadura. Até a abolição do sistema de escravidão (1888), a cidade teve certa relevância econômica no cenário local, também graças ao favorável acesso hidroviário pelo Rio Macuco. Segundo um estudo socioeconômico produzido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e pela Subsecretaria de Planejamento, epidemias endêmicas dizimaram parte da população escravizada, acelerando o declínio da agricultura (TCE-RJ, 2021).

Com o fim do regime e o assoreamento do rio, a cidade entrou em um período de declínio. Nos séculos seguintes, tentou-se estabelecer uma economia baseada na citricultura, especialmente laranja e limão, e na produção de cerâmica, voltada para a urbanização das cidades vizinhas. No entanto, tais atividades conferiram ao município apenas uma participação marginal na economia regional. Ainda de acordo com o dossiê, apenas 21% da população hoje tem acesso a tratamento de esgoto, e 26% é abastecida com água potável (TCE-RJ, 2021). Depois da queda populacional decorrente da transição econômica no plano mais recente da cidade, houve dois principais fatores responsáveis por consolidar o perfil populacional atual: a construção da ponte Rio-Niterói, em 1968, e das vias BR-101 e RJ 104. Esses fatores permitiram a movimentação pendular entre a capital do estado e a região Leste-Fluminense. O estudo sobre o histórico de ocupação da cidade realizado por Costa e Pimentel (2005) atesta que a

> Configuração marcante do território se deu quando do retalhamento das glebas rurais ao longo da Rodovia Amaral Peixoto - RJ104, com loteamentos urbanos. Até 1950, Itaboraí possuía quase 5000 lotes aprovados, cerca de 20.000 na década de 1960 (distritos Itaboraí e Itambí), e na década seguinte com cerca de 22.400 lotes. Contaram a proximidade com São Gonçalo, a BR101, a RJ104 e a BR493, via de contorno da

> Baía. A RJ-104 virou rua de comércio e serviços, já na década de 1970 apresentando problemas nos cruzamentos, falta de hierarquia viária, de equipamentos comunitários e infra-estrutura urbana, entre outros (Costa; Pimentel, 2005, p. 5).

Em outras palavras, esses novos acessos permitiram que quem trabalhasse na capital — sobretudo migrantes nortistas e nordestinos — pudessem se instalar na cidade, passando a caracterizar o que convencionou chamar de "cidades dormitório". Esse era o caso do casal mais velho com quem fiz pesquisa. Ambos, Quitéria e Severino, são paraibanos e migraram para o Rio de Janeiro na década de 1970. Ela, empregada doméstica, e ele, pedreiro em firma de construção civil, se conheceram perto dos seus trabalhos no bairro de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, e decidiram comprar um terreno em Itaboraí.

A escolha de onde morar passou por alguns critérios. O jovem casal buscava fixar e estabilizar a vida comprando um terreno legalizado e acessível, em comparação com o acesso a moradias ameaçadas de remoção nos morros cariocas. Conduzido por contatos com outros homens e mulheres migrantes, também paraibanos, o casal comprou um terreno em Manilha, principal distrito do município de Itaboraí. O dinheiro do terreno, na época, mil reais, foi desembolsado das economias de Quitéria. Já a construção da casa, seria feita unicamente por Severino, aos poucos, como dava. Como projeto familiar, o casal era categórico: faria de tudo para dar uma vida menos "sacrificada" para os filhos futuros, em que a educação formal ocuparia um espaço privilegiado. O sonho de dona Quitéria era que seus filhos chegassem à maior escolaridade que poderiam imaginar: um curso superior.

A vida na cidade foi marcada, nessas primeiras duas décadas, por deslocamentos demorados e precários e a constante sensação de espera por melhores condições de mobilidade. Nos anos mais recentes, pós-2000, quando o casal já tinha três filhos adolescentes, um evento inesperado trouxe a possibilidade de uma aceleração nas transformações sociais da cidade, algo que a geração anterior esperou sem jamais ver concretizado. Em 2006, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou que Itaboraí sediaria o maior empreendimento econômico e petrolífero da América Latina: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobras (Barbosa, 2018). A refinaria prometia ser a maior unidade de processamento de petróleo e derivados do continente.

Diante das expectativas geradas por um empreendimento dessa magnitude, iniciou-se uma reorganização da cidade e da região. Um novo plano diretor foi aprovado, promovendo uma reconfiguração das atividades produtivas, que passaram de um perfil majoritariamente rural para uma orientação voltada ao urbano e ao turismo (Oliveira; Amorim; Souza Jr.; 2020). Na época, o Complexo Petroquímico, abreviado para Comperj, surgiu como uma esperança, gerando na população regional a expectativa de que, finalmente, Itaboraí "cresceria" e alcançaria um novo patamar de desenvolvimento econômico, com impactos diretos no cotidiano dos

moradores. Durante o anúncio do Comperj, o então presidente também prometeu a instalação de um Instituto Federal Fluminense e a geração de milhares de postos de trabalho diretos e indiretos, impulsionados pelo empreendimento.

No entanto, não demorou muito para que o projeto enfrentasse entraves em sua execução. Progressivamente, surgiram indícios de envolvimento de empreiteiras e figuras políticas em esquemas de corrupção, resultando em atrasos, alterações orçamentárias e, por fim, uma série de escândalos e denúncias de desvio de verbas. A Operação Lava Jato revelou a extensão dos esquemas ilícitos que, somado ao clima de pressão política nacional sobre o caso, sustentaram a decisão pela paralisação das obras de construção do Comperj[6]. Em 2014, oito anos após o início das obras, elas foram completamente paralisadas. Desde então, apenas projetos menores tiveram continuidade, sem jamais concretizar a expectativa originalmente gerada (Binsztok; Barbosa, 2018). Atualmente, o empreendimento foi rebatizado como Polo Gaslub, mas sem perspectiva de retomada integral, restando apenas versões reduzidas do projeto original.

As expectativas frustradas em relação ao desenvolvimento urbano e produtivo prometido encontram expressão material em uma paisagem arquitetônica que parece suspensa no tempo, à espera dos benefícios projetados pelo circuito do petróleo. Nos primeiros anos após o anúncio das obras, Itaboraí assistiu à inauguração de seu primeiro *shopping center*, ao surgimento de hotéis, galerias comerciais e a uma proliferação de condomínios fechados, erguidos na esperança de um crescimento econômico que jamais se concretizou (Muniz Filho, 2019). Os condomínios horizontais fechados contrastavam com as condições de habitação anteriores. Eles apresentavam um padrão arquitetônico elevado, além de infraestrutura de circulação, lazer e segurança interna, projetados para atender a uma demanda de habitação antecipada e especulativa por profissionais altamente qualificados e bem remunerados na indústria de petróleo e gás.

Após a primeira paralisação do Comperj e a constatação de que o projeto não seria concluído como planejado, os condomínios fechados passaram por um processo de desvalorização. Com isso, grupos de renda média[7] — como os denomino nesta pesquisa — puderam acessar esses empreendimentos antes voltados a uma elite mais bem remunerada. Esse

6 Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/comperj-ma-gestao-corrupcao-e-prejuizo-de-47-bilhoes-de-reais/. Acesso em: 9 mar. 2025.

7 Ao empregar o termo "renda média", busco nomear uma posição intermediária entre os grupos de baixa remuneração na região, como trabalhadores e trabalhadoras dos setores de serviços, comércio e alimentação, e aqueles com rendimentos mais altos, geralmente associados a maior escolaridade e a cargos técnicos ou especializados. De acordo com um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os melhores salários da região estão concentrados no setor de extração de Petróleo e Gás, cuja média salarial gira em torno de nove mil reais. Meus interlocutores que atuam em empregos ligados ao mar, embora não atinjam esse valor médio, recebem remunerações próximas, o que os posiciona nesse "meio do caminho" que chamei de renda média. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/09/area-de-extracao-de-petroleo-e-gas-tem-melhores-salarios-do-brasil-com-carteira-assinada-diz-estudo.ghtml. Acesso em: 25 set. 2025.

movimento gerou impactos inesperados na composição desses espaços. Além disso, após 2014, surgiram condomínios menos sofisticados, projetados para esse novo grupo de moradores. Esses empreendimentos, de certa forma, emularam esteticamente os primeiros, apesar de fazê-lo de forma mais modesta, considerando a popularização do padrão de habitação que os condomínios passaram a representar.

Essas transformações produziram dois efeitos centrais já identificados em etapas anteriores da pesquisa: de um lado, a adaptação do setor da construção civil a um novo perfil de consumidor; de outro, as estratégias econômicas e domésticas mobilizadas na aquisição de imóveis financiados. Como esses novos moradores não pertenciam, em sua maioria, a camadas de alta renda, tornou-se essencial compreender as redes de apoio e reciprocidade que viabilizaram tal acesso. Além disso, muitos já residiam em Itaboraí antes da mudança para os condomínios, o que enfraquece a oposição tradicional entre "dentro" e "fora" dos muros e evidencia a emergência de novos padrões de distinção social. Nesse contexto, a pesquisa em ambientes domésticos buscou responder de que modo o grupo mobilizou, no cotidiano, sob a gerência feminina, estratégias para favorecer ou tornar possível essa inserção, permitindo que os núcleos familiares mais jovens vivenciassem, ainda que de forma relativa, uma "melhora de vida".

"AQUI VOCÊ PODE TER UMA VIDA MAIS CONFORTÁVEL, PORQUE AINDA É MEIO ROÇA"

A frase que nomeia o subtítulo dessa seção foi dita por Débora, uma de minhas anfitriãs, em seu característico tom professoral. Durante nossas interações face a face, quando éramos as únicas no ambiente, como nas vezes em que fui recebida em sua casa, a mulher, uns dez anos mais velha que eu, parecia quase tentar me convencer ou me vender uma vida em Itaboraí. Frases como essa eram frequentemente acompanhadas de argumentos como "aqui não tem o perigo que tem lá" ou ainda "o dinheiro que você gasta aqui… em Niterói ou São Gonçalo você não consegue ter a vida que tem aqui". Partindo de admoestações dessa natureza, o fragmento a seguir é uma tentativa de acompanhar o processo de positivação do termo "roça" a partir da experiência vivida por Débora e Fabiana em relação ao arruinamento das obras do Comperj em Itaboraí. Dito de outra forma, parto da percepção de como Débora e Fabiana canalizaram incertezas e movimentações imprevistas, aceleradas pelo projeto descontinuado do Comperj, transformando-as em condições ideais para sua aquisição de casas em condomínios fechados.

Débora é irmã mais nova de Fabiana, que abriu este artigo. Casada e mãe de um

filho pequeno, trabalha como professora de biologia na rede municipal de Itaboraí. Quando o Comperj foi anunciado, ela tinha dezessete anos. Hoje, aos trinta e cinco, toda a sua vida adulta transcorreu em meio às incertezas e sucessivas frustrações causadas pelas paralisações e tentativas de retomada do projeto. No início, Débora foi uma grande entusiasta da iniciativa, vendo nela uma oportunidade inédita de trazer desenvolvimento e infraestrutura para sua cidade natal.

Sua primeira desesperança envolveu o caso exemplar de um parque de lazer da cidade, frequentado por ela e sua irmã mais velha, vendido para se tornar um condomínio fechado de luxo, emulando os empreendimentos de moradia associados ao bairro da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por mais que a família de Débora ansiasse pelo momento em que a cidade deixaria para trás os elementos associados à "roça", ou ao universo rural no sentido de "atraso", compreender que as mudanças estruturais na cidade não a incluíam causou algo como uma frustração. O espaço do parque era familiar, uma vez que esteve presente ao longo de sua infância e adolescência. Já a construção do condomínio fechado, era como retirar um pedaço de sua cidade natal, oferecendo-o a pessoas de fora, de remuneração e ocupação elevada àquela que dispunha sua família e vizinhos.

A frustração ao ver moradias de alto padrão surgindo em Itaboraí está ligada ao período inicial de grandes expectativas, entre 2006 e 2014, quando se aguardava a construção do complexo. Foi nesse período que a cidade viveu um *boom* da construção civil, impulsionando a valorização imobiliária e a disparada dos preços dos imóveis. No entanto, entre 2014 e 2015, esse cenário começou a se desmanchar. O Comperj entrou em um processo irreversível de declínio: operários das obras iniciaram greves intensas devido a atrasos salariais, culminando na interdição da ponte Rio-Niterói no final de 2014[8]. O ano seguinte marcou a desaceleração do mercado imobiliário. Os preços de terrenos e casas em condomínios começaram a cair, refletindo o impacto da crise. Apesar da sofisticação dos empreendimentos e da infraestrutura completa dos condomínios, o interesse por investimentos na cidade despencou, afetado pelo escândalo político e econômico.

Foi nesse contexto que Débora adquiriu um terreno no distrito de Manilha por cerca de noventa mil reais. O condomínio oferecia uma ampla área de lazer, duas piscinas grandes, área gourmet, quadras esportivas, sala de jogos, churrasqueiras e uma extensa área verde, destoando das ruas externas. Havia, apesar do "bom negócio", terrenos ociosos e alguns compradores de fora já se arrependiam. Para Débora e seu marido, Mauro, sargento da Marinha do Brasil e natural de São Pedro da Aldeia, a compra foi motivo de satisfação desde o início. O casal via

8 Disponível em: https://exame.com/brasil/comperj-tem-protesto-contra-salarios-atrasados-e-demissoes/. Acesso em: 25 set. 2025.

na aquisição a chance de ingressar em um espaço de padrão elevado. Além do mais, os riscos eram baixos, uma vez que o casal não dependia diretamente da economia municipal relacionada ao petróleo.

A desvalorização do mercado imobiliário na região abriu uma brecha que permitiu a Débora e Mauro reordenar seus planos de vida. O casal optou por casar-se e adiar a chegada dos filhos até que a casa estivesse construída. Nesse período, Débora também se dedicava à preparação para concursos públicos e fazia planos para adquirir um carro. A construção da casa, portanto, não se limitava a um objetivo material imediato, mas funcionava como pré-condição para a realização de outras etapas de seu projeto de vida. Mais do que um bem, a casa representava a possibilidade concreta de consolidar escolhas e estabilizar a trajetória do casal em meio a um cenário de incertezas.

Esse movimento não ocorreu de forma isolada. A frustração inicial diante da interrupção das promessas de desenvolvimento associadas ao Comperj sinaliza, no caso de Débora, uma transição nos regimes de expectativa compartilhados por grupos com histórico de inserção precária no mercado de trabalho e acesso limitado à escolarização formal. Essa passagem entre momentos de expansão e retração econômica aponta para um processo mais amplo de reconfiguração das formas de imaginar e planejar o futuro. A reorganização de sua vida, nesse sentido, não significou o abandono das aspirações de ascensão social, mas a reelaboração dos meios e símbolos associados a esse objetivo.

Como analisa Rosana Pinheiro-Machado (2018), ao tratar das juventudes no Brasil pós-2013, a frustração provocada pela interrupção de expectativas pode engendrar novas formas de pertencimento, consumo e ideologia, que reorientam práticas e visões de futuro. A aquisição de um imóvel em condomínio fechado, no caso de Débora, opera como um marcador dessa reinvenção. Mais do que status ou uma busca por diferenciação, o imóvel passa a condensar valores de estabilidade, segurança e dignidade possíveis dentro de um novo horizonte de expectativas. A centralidade da casa e da vida familiar nesse processo revela uma mudança no foco das aspirações: o acesso a bens continua importante, mas está articulado à construção de um projeto de vida viável, ajustado às limitações impostas pelas crises. O processo de construção de uma casa emerge, como desenvolve Cavalcanti, "como atividades que constroem futuro e constituem os moradores como sujeitos de sua própria história, de sua própria melhoria" (2009, p. 74).

A dívida moral das filhas com as mães também está em jogo. A experiência feminina das filhas é sempre relembrada e conectada com os projetos feitos sobretudo pela mãe. Nesse aspecto, as filhas vivem no presente e projetam para o futuro as memórias de migração e do sacrifício da vida no sertão do Cariri paraibano presentes no corpo e nas histórias contadas pela mãe. Sob o subtítulo "ter esperança", em Narotzky e Besnier (2014), vemos articuladas

discussões etnográficas a partir de conceitos e argumentos mais comumente utilizados na economia política. "As práticas econômicas das pessoas têm uma clara orientação temporal para horizontes de expectativas que são moldados por experiências passadas e pelas reconfigurações míticas de memórias desse passado (por exemplo, a idealização de um passado em que "as coisas eram melhores" ou a difamação de um passado em que "todos passavam fome"). Essa orientação temporal pode consistir em aspirações individuais que encontram força em expectativas estabelecidas, mas buscam ir além delas em direção a uma melhoria geral das oportunidades de vida" (Narotzky; Besnier, 2014, p. S10). Não à toa, os autores se servem da ideia de horizontes de expectativas, desenvolvida por Reinhart Koselleck (1979), também emprestada por Benoît de L'Estoile (2020) em seu trabalho no nordeste do Brasil.

No entanto, o ponto que nos interessa desenvolver aqui, nem sempre abordado de forma direta pelos autores, encontra respaldo na formulação de Reinhart Koselleck sobre o conceito de horizonte de expectativas. Para o autor, trata-se de um futuro projetado que, por definição, jamais se realiza plenamente. É uma dimensão temporal em constante movimento, que orienta a ação sem se concretizar por completo. Essa perspectiva ajuda a compreender como, entre minhas interlocutoras de duas gerações distintas, o passado — marcado por experiências de pobreza no sertão paraibano — não é mobilizado como um ponto de chegada superado. Ainda que mudanças importantes tenham sido alcançadas, o futuro permanece como algo a ser conquistado. Os projetos de vida não se encerram com a conquista de determinados marcos, pois a ideia de "melhoria" se atualiza constantemente. É nesse sentido que o horizonte funciona como uma referência móvel: quanto mais se avança. Marcella Araújo (2017), inspirada pela experiência empírica descrita por Guedes (2011), chama esse movimento de "carga moral da inquietação", em que os imperativos que dominam a vida de sua interlocutora "Gê", assim como a amiga de Guedes (2011), "Aparecida" , fazem com quem essas mulheres "não parem". Sempre que um projeto parece terminado, uma nova "melhoria" aparece com igual urgência a ser perseguida.

Borges (2009, 2013) ainda chamava a atenção para o fato de que essas mulheres em suas casas desafiam nossa interpretação imediata que nos levaria a identificar uma imobilidade ou um encerramento da mulher na casa: a mulher deveria, no imaginário igualmente normativo, ganhar a rua e os espaços públicos, denunciando ou lamentando a quase cisão entre a mulher e seu domínio doméstico. No entanto, fui convencida ao longo da minha estadia nas casas de mulheres como Débora de que elas desenvolveram um domínio discursivo sobre suas próprias vidas e sobre as vidas das pessoas ao seu redor, sobretudo familiares e amigos próximos, como na cena que abriu esse artigo.

Os caminhos percorridos pelos trabalhos do mar - o petróleo para além do Comperj

Durante a graduação em biblioteconomia, Fabiana — filha mais velha de dona Quitéria — conheceu Cláudio, cozinheiro em embarcações de apoio à extração de petróleo. Ambos católicos, aproximaram-se em eventos religiosos e iniciaram um relacionamento. Sem vínculos fortes com sua cidade natal, Cláudio mudou-se para Itaboraí para viver com Fabiana e formar uma família por volta de 2012. Trabalhando na Bacia de Campos, ele seguia um regime de embarque de 14 dias, com 14 em terra. Nessas plataformas flutuantes (FPSOs), o petróleo é extraído, armazenado e transferido sem a necessidade de estruturas fixas — uma inovação no setor. O plano inicial era que o petróleo fosse processado no Comperj, mas com a paralisação do complexo, os recursos passaram a circular na cidade por meio de trabalhadores como Cláudio, que buscavam ali um custo de vida mais baixo e melhores condições para suas famílias.

A trajetória de Cláudio, marido de Fabiana, exemplifica o fenômeno analisado por Silva Neto, Oliveira, Quinto Júnior e Gomes Filho (2018) no estudo sobre o "Circuito Espacial do Petróleo e dos Royalties". A pesquisa, que abrangeu a Região Metropolitana do Rio e o Norte Fluminense entre 2000 e 2012, comparou a expansão do setor petrolífero com os índices de desenvolvimento regional. Apesar da geração de empregos e do aumento da arrecadação, o crescimento econômico não se refletiu diretamente em melhorias sociais para toda a população. Enquanto cidades que recebem royalties conseguiram investir mais em infraestrutura, aquelas impactadas apenas indiretamente não vivenciaram o mesmo desenvolvimento.

> As atividades ligadas aos setores de "Extração Mineral" e de "Serviços" (técnicos especializados, geralmente aqueles ligados, direta ou indiretamente, às atividades de produção de petróleo e gás) são as que tem maior capacidades de gerar empregos com maior faixa de remuneração média. Isso acontece com Macaé e Rio de Janeiro, locais onde funcionam as bases de operação da Petrobras para exploração da Bacia de Campos e do Pré-Sal (Silva Neto; Oliveira; Quinto Júnior; Gomes Filho, 2018, p. 301).

Rio de Janeiro e Macaé se destacaram na geração de empregos de média remuneração, impulsionados pelos royalties do petróleo e pelo desenvolvimento urbano. No entanto, o alto custo de vida levou muitos trabalhadores a buscar moradia em cidades mais acessíveis, especialmente no Leste Fluminense, intensificando os movimentos pendulares. O crescimento populacional, assim, se concentrou em áreas de menor custo, atraindo moradores de renda média.

Itaboraí, profundamente afetada pelo colapso do Comperj, manteve preços baixos de moradia e serviços, mesmo com a presença de imóveis de alto padrão arquitetônico. As ruínas do empreendimento e as expectativas frustradas o colocaram em um circuito indireto do petróleo, tornando-o uma alternativa viável para trabalhadores vindos de classes mais baixas, mas que experimentaram relativa ascensão graças aos empregos no setor e às redes de apoio

familiar. Esse avanço, embora modesto, permitia um cotidiano mais "confortável", muitas vezes simbolizado pela entrada em condomínios fechados. A frase "aqui você pode ter uma vida mais confortável, porque ainda é meio roça" sintetiza o dilema entre o desejo de morar em uma cidade reconhecida como "urbana e desenvolvida" e a realidade vivida por minhas anfitriãs. Suas "melhorias de vida" foram construídas justamente a partir do fracasso do Comperj e da instabilidade econômica de Itaboraí.

Esse dilema, não é em si uma novidade. O contraste entre promessas desenvolvimentistas e os caminhos efetivamente trilhados pelas pessoas "comuns" aparece na literatura como um "dissenso", proposto por Atailon Silva (2023). Em sua pesquisa, o desinvestimento em transporte público permitiu, paradoxalmente, que uma comunidade circulasse pela cidade a baixo custo — condição que seria inviabilizada com a chegada de um monotrilho moderno, porém inacessível. A tese de Ana Clara Chequetti Duarte (2024) mostra de forma elucidativa como o fracasso institucional pode ser interpretado como uma forma de produção da cidade. A noção de "ruínas institucionais", usada pela autora, refere-se às descontinuidades forçadas de projetos públicos com forte apelo desenvolvimentista. Em sua pesquisa, Chequetti demonstra como essas obras interrompidas, longe de serem estéreis, movimentam circuitos econômicos, materiais, afetivos e especulativos. Já Mariana Cavalcanti (2023), em um ensaio que discute infraestruturas urbanas, chama atenção para o grau de incerteza intrínseco às obras urbanas, destacando o papel fragmentado e difuso dos agentes envolvidos: um emaranhado de intermediadores, mediadores e instituições que atuam diretamente na produção concreta da cidade.

A partir da etnografia com mulheres moradoras de condomínios em Itaboraí, procurei elucidar como as ruínas de um projeto inacabado não apenas deixaram marcas urbanísticas e econômicas, mas abriram brechas pelas quais determinadas famílias articularam melhorias possíveis. Longe de serem apenas efeitos colaterais de um fracasso, esses movimentos locais, considerados periféricos ou marginais às grandes narrativas, são centrais para compreender os modos concretos pelos quais se constrói e se vive a cidade. A contribuição do trabalho está em evidenciar com elementos atualizados determinadas formas de agência cotidiana e arranjos familiares e afetivos que sustentam projetos de vida em meio à instabilidade. Nos parágrafos a seguir, abordo de forma mais explícita táticas de estabilização econômica para além da moradia, ainda que esta seja uma base da qual a estabilização depende.

"VOCÊ NÃO PRECISA PAGAR NADA, É PELA AMIZADE"

Alguns trabalhos em sociologia urbana, especialmente do final do século passado

(Valladares, 1978; Kowarick, 1979; Maricato, 1982, 1996), descrevem de forma exemplar como o regime de mutirão e a autoconstrução representaram estratégias solidárias entre as ditas classes baixas ou populares. Em muitos casos, essas práticas apareciam descritas como uma forma de resistência de grupos desassistidos por políticas habitacionais estatais. A leitura predominante nesses estudos enfatiza como o Estado e o capital privado, voltados aos interesses das classes altas e médias, negligenciaram a população de baixa renda, forçando-a a recorrer à autoconstrução como única alternativa para enfrentar o déficit habitacional. Nessa perspectiva, esses grupos eram frequentemente retratados como marginalizados do capitalismo, operando à margem da economia formal e da assistência estatal.

Pouco depois, mais perto da virada do milênio, um outro caminho da literatura em ciências sociais foi aberto para tratar dos grandes condomínios fechados para as classes médias, afastados dos grandes centros como representação das distâncias sociais entre ricos e pobres (Caldeira, 2000). Com os governos petistas no começo do século, essas considerações receberam reverberações atualizadas para compreender o universo dos condomínios populares ou dos edifícios muito difundidos e popularizados pelo programa Minha Casa Minha Vida (Moura, 2006; Freire, 2012; Conceição, 2016).

No entanto, ao considerar a atual e imprevista conformação dos espaços condominiais com a qual me deparei ao adentrar esta pesquisa sobre os impactos das expectativas e frustrações associadas ao Comperj no Leste Fluminense, me dei conta de que as casas construídas nesses espaços não representavam um bem individual, uma fortaleza fechada em si mesma, tampouco um marcador meramente distintivo, cujo objetivo era atingir um status performativo de sucesso. Muito pelo contrário, sua existência parecia, ao menos em parte, resultado de investimentos de longo prazo e ajudas coletivas — protegidas, muitas vezes, não apenas por muros físicos, mas também por estratégias contra o "olho grande", a cobiça e a inveja, como também observa Thomas Cortado (2020) em sua etnografia sobre um loteamento dominado por milícias. Nesse contexto, a casa aparece não só como abrigo ou propriedade, mas como um dispositivo de controle do olhar e de atualização de ideais familiares e morais. Para dar conta dessas interdependências, me inspirei na noção de "configuração de casas", proposta por Louis Marcelin (1999), segundo a qual a casa só pode ser entendida a partir da rede de unidades domésticas à qual pertence. Essa perspectiva permite interpretar os condomínios como parte de um tecido relacional mais amplo, no qual circulam recursos materiais, afetos, cuidados e práticas herdadas, atualizadas conforme as oportunidades e desafios do presente.

A atenção aos fluxos, circulações e abastecimentos também orienta a pesquisa de Rafael Godoi (2015) sobre o sistema penitenciário paulista, que mostra como a vida nas penitenciárias é sustentada por redes femininas extramuros, responsáveis por garantir o cuidado e a manutenção de filhos, maridos, irmãos e pais encarcerados levando "jumbos" semanalmente. Assim

como Godoi se volta às práticas ordinárias de mulheres que atravessam muros institucionais, propus olhar para o cotidiano nos condomínios como atravessado por circulações externas que garantem sua materialidade. Assim como, para Godoi (2015), o sistema penitenciário paulista depende materialmente das mulheres e dos materiais que abastecem os prédios, os condomínios fechados de Itaboraí, nos anos recentes, dependem invariavelmente das relações entre casas do outro lado dos muros e cancelas.

****

A trajetória entre a aquisição do terreno em um condomínio fechado e a finalização da casa de Débora e seu marido Mauro levou cerca de quatro anos e envolveu distintos apoios familiares e comunitários. Um dos episódios mais significativos foi a participação de um amigo antigo do pai de Débora, também pedreiro, que contribuiu em todas as etapas da obra de construção da casa como forma de retribuição por um favor recebido no passado, quando o pai de Débora havia construído gratuitamente sua casa quando este migrou da Paraíba sem ter onde morar no Rio de Janeiro. "Você não precisa me pagar nada, é pela amizade", foi a explicação que o homem deu a seu Severino. "Meu pai tentava dar dinheiro para ele, ele amassava e jogava no chão, dava até briga", conta Débora, demonstrando a desvalorização atribuída ao recurso monetário. O ato de amassar o dinheiro e jogar no chão, quando relatado, pareceu uma forma caricata e exagerada de demonstrar uma supervalorização da amizade e das relações sociais, ainda que num contexto mediado e dependente desse recurso. Um outro homem, também amigo da família, padrinho de Débora, teria cobrado cerca de dois mil reais para pôr os pisos e azulejos da casa que, segundo ela, consiste num valor risível, praticamente simbólico, "por consideração" e "carinho" que o homem mais velho tinha por sua afilhada. Esse tipo de reciprocidade, enraizado em vínculos duradouros, demonstra como práticas de autoconstrução e cooperação operaram como força material e simbólica na edificação das casas, mesmo em contextos marcados pela busca de ascensão e inserção em circuitos formais de consumo vivendo tempos de escassez e limitação.

O caso de Débora exemplifica uma mudança nas formas de acesso à moradia e às dinâmicas que a sustentam. Se, por um lado, sua trajetória seguiu caminhos tradicionais de ajuda mútua e reciprocidade familiar, por outro, a escolha por um condomínio fechado e a adesão ao financiamento imobiliário (no caso do terreno) a inserem em um modelo financeirizado de vida. Para a arquiteta Raquel Rolnik (2015), o período que compreende do começo do século até os anos mais recentes é marcado pela inclusão das classes populares nos circuitos imobiliários. Ao invés do período representar apenas uma ruína ou colapso econômico, abriu possibilidades inesperadas para grupos em ascensão. Nesse cenário, os condomínios fechados de Itaboraí não apenas acomodam esse novo grupo de moradores, mas simbolizam um novo regime habitacional,

em que o pertencimento e a estabilidade são conquistados menos por laços comunitários (em comparação com as gerações anteriores) e mais pelo acesso ao crédito e às estruturas formais de mercado, mesmo que, para isso, tenha sido necessário, numa etapa anterior, recorrer a regimes mais tradicionais de ajuda.

Outro exemplo crucial, que pude acompanhar com mais atenção nos últimos meses de campo, diz respeito às redes de cuidado ativadas nos primeiros anos de maternidade de Débora. Desde 2019, ela já articulava cálculos financeiros e pesquisas minuciosas sobre creches e custos escolares, antecipando os desafios que viriam com a chegada dos filhos. No entanto, quando o primeiro bebê nasceu e foi preciso retomar o trabalho e os estudos, foram sua mãe, seu marido e sua sogra que assumiram, em diferentes graus, o cuidado cotidiano com o pequeno. Após o primeiro ano de vida, a criança passou a permanecer sob os cuidados fixos da avó materna, dona Quitéria, recém-aposentada — arranjo que perdurou até o nascimento do filho de Fabiana, sua irmã. Nesse momento, Débora decidiu matricular o filho em uma escola particular do bairro, movimento que ela interpretava como parte de um plano econômico bem-sucedido nos primeiros anos de maternidade.

Por outro lado, com as filhas em casa, próximas, mais equipadas e com maior acesso à infraestrutura, dona Quitéria e seu Severino passaram a usufruir de certas comodidades que antes não estavam à disposição. Na velhice, são agora os genros que se encarregam das idas ao médico, da articulação com planos de saúde e dos deslocamentos motorizados, substituindo as caminhadas e os trajetos de bicicleta outrora feitos pelos sogros. As ajudas prestadas por Quitéria às filhas no cuidado com os netos também se materializaram em retribuições concretas: obras de melhoria na casa da mãe, como a reforma recente da cozinha, que ganhou piso de cerâmica e eletrodomésticos mais modernos, em substituição ao espaço antes cimentado e mais precário. Como resultado de etnografias recentes desempenhadas em favelas cariocas, a antropóloga Camila Fernandes (2021) argumenta que a flexibilidade das transações e relações sociais entre mulheres tem sido essencial para a ascensão familiar ao longo de gerações no estado do Rio de Janeiro, também chamando a atenção para a agência feminina na projeção e prática cotidiana visando uma ascenção ou melhoria de condições de vida das famílias.

Comparando quatro de suas anfitriãs, duas em Brasília e duas na África do Sul, Antonádia Borges (2009, p. 218) define o largo das ações dessas mulheres como experimentações, "em suas casas, de formas vidas não "domésticas" no sentido ordinário do termo". A experiência de suas anfitriãs e sua relação com as demandas estatais e com os planos para o futuro questionam os binarismos que tanto criticamos, mas dos quais nos servimos comumente para formular ferramentas analíticas que enquadram essas experiências como domésticas num sentido reducionista e estereotipado. São elas mesmas, mãe e filhas, que constroem seus futuros possíveis por meio do regime de gestão de seus lares.

> Na medida em que propõem em seu presente passos que, menos do que efeitos de um passado, tratam-se de ensaios de um futuro desejável, distinto, que não poderia remeter a nada pré-existente, sob pena de fazer naufragar o próprio processo de mudança a que se dedicam, seus métodos de investigação têm muito a ensinar em termos epistemológicos à pesquisa em sociologia e em antropologia (Borges, 2009, p. 220).

Portanto, uma das lições mais claras da convivência com essas mulheres em Itaboraí é como elas constroem respeito e consideração a partir do esforço de conquistar e sustentar o espaço doméstico. Em uma cidade marcada por crises sucessivas, depois de um período de grandes promessas de desenvolvimento, foi preciso aprender a esperar, calcular riscos e agir no tempo certo. A escolha de parceiros cujos vínculos empregatícios fossem na grande região, mesmo que fora do núcleo direto do petróleo, mas em atividades ligadas ao mar, foi parte dessa estratégia. Também foi fundamental manter redes entre casas, criando relações de interdependência em que a melhoria de uma família dependia da cooperação com outras. Essas práticas não se limitam à organização da vida doméstica. São formas de ação política cotidiana, com efeitos que ultrapassam uma visão reducionista do domínio doméstico.

A experiência de pesquisa com três mulheres em Itaboraí, mãe e filhas, permitiu refletir sobre formas de habitar associadas a condomínios fechados em contextos pouco explorados pela literatura socioantropológica. Nos anos mais recentes, uma relativa concentração de estudos sobre condomínios fechados, loteamentos e conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro tem se dado em determinadas áreas da Zona Oeste fluminense[9]. Esses trabalhos relativos a modos de habitar respondem a processos diferenciados, como a presença violenta de milícias, a produção de especulação imobiliária por parte desses grupos paramilitares e a diferenciação entre condomínios de luxo e condomínios populares. Ao indicar outros processos e territórios no estado, onde também se observam dinâmicas incomuns dessas infraestruturas habitacionais, este trabalho busca oferecer sua contribuição.

Os dados empíricos apontam que esses empreendimentos, na configuração observada, rompem com o modelo consagrado de enclaves urbanos marcados por altos muros, controle rígido de acesso e a simulação de uma cidade privada. Esse desvio em relação ao padrão dominante foi possibilitado pelas intensas oscilações econômicas que marcaram Itaboraí nos últimos dezoito anos, tanto quanto pelas estratégias e investigações rigorosas feitas por grupos que residem na cidade. A agência feminina nessa experiência confirma o protagonismo das mulheres tanto na gestão doméstica quanto na formulação de projetos de futuro, evidenciando também as ações concretas que realizam no cotidiano para viabilizar esses planos.

9 Ver: Cortado (2020); Araújo, Cortado (2020); NICOLA, (2020); Agueda (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar, ainda que de forma incipiente, alguns resultados de uma pesquisa etnográfica realizada ao longo dos últimos seis anos na cidade de Itaboraí, na região Leste Fluminense. O estudo parte de debates consolidados sobre os condomínios, mas propõe deslocamentos analíticos: pensá-los para além das áreas tradicionalmente investigadas e articulá-los a fenômenos como o Comperj. A investigação teve início em torno dos impactos provocados pelo anúncio do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, megaprojeto do setor petrolífero lançado em 2006, cujas promessas de desenvolvimento reconfiguraram expectativas e sonhos locais. A pesquisa acompanhou, em especial, os efeitos da ascensão e posterior queda desse empreendimento sobre as trajetórias de mulheres de duas gerações, observando como elas reorganizaram seus projetos de vida a partir das oportunidades criadas nesse cenário de incerteza e instabilidade econômica.

Inicialmente voltado para receber um grupo investidor de alta renda, o mercado imobiliário local passou por transformações significativas, com a construção de condomínios fechados, hotéis e shoppings centers. No entanto, com o declínio do Comperj, a desvalorização desses imóveis abriu brechas de acesso para famílias de renda média, que encontraram novas formas de realizar o ideal de melhoria de vida. A queda do megaprojeto revelou-se, paradoxalmente, mais produtiva para certos grupos do que sua concretização, ao evitar o encarecimento da cidade e viabilizar a inserção de moradores locais em espaços antes considerados inacessíveis.

As trajetórias de dona Quitéria, Fabiana e Débora, protagonistas da pesquisa, mostram como a não realização de um futuro idealizado não se traduziu em fracasso. Casadas com trabalhadores inseridos em circuitos paralelos à indústria do petróleo — que denominei "trabalhos do mar" —, as filhas viabilizaram o acesso à casa própria em condomínios fechados, demonstrando como as ruínas de um grande projeto podem ser reapropriadas de forma criativa. Esses condomínios, que de longe se assemelham a fortalezas autossuficientes ou demonstrações de segregação e ruptura, são redimensionados, se inserindo na rede de unidades domésticas da região.

A pesquisa também revelou como redes de apoio familiar, especialmente envolvendo a mãe, Quitéria e sua casa, foram centrais para o avanço material e simbólico dessas mulheres. As casas das filhas, embora prioritárias nos investimentos, mantêm vínculos estreitos com a casa-matriz, em um sistema de interdependência que fortalece o coletivo familiar. Assim, o ideal de "melhoria de vida" não se sustenta de forma individual, mas emerge de arranjos colaborativos e afetivos. A paralisação do Comperj e sua posterior reconfiguração evidenciam a capacidade de determinados grupos em reinventar seus projetos de futuro a partir de condições adversas.

Ao ocupar espaços antes reservados a outras classes, essas famílias não apenas transformam o uso e o significado dos condomínios fechados, mas também produzem novas formas de habitar.

REFERÊNCIAS

1. AGUEDA, Rodrigo Cerqueira. Construindo Infraestrutura para as Elites: Os Grandes Condomínios da Barra e um Novo Modelo de se Morar na Cidade. **Revista AntHropológicas**, Recife, ano 24, v. 34, n. 2, p. 153-179, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2525-5223.2020.246930. Acesso em: 17 out. 2025.
2. ARAUJO, Marcella. **Obras, casas e contas**: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
3. ARAÚJO, Marcella; CORTADO, Thomas. Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos?. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 7-30, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/29498. Acesso em: 17 out. 2025.
4. BARBOSA, Marcelo Ferrari. **Uma breve história do projeto do COMPERJ e da construção de seu consenso.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
5. BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge Luiz. **Modernização Fracassada**: Dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
6. BORGES, Antonádia. Explorando a noção de *etnografia popular*: comparações e transformações a partir dos casos das cidades satélites brasileiras e das *townships* sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 29, p. 23–42, 2009.
7. BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 197-227, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100006. Acesso em: 25 set. 2025.
8. CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A cidade dos muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo: EDUSP, 2000.
9. CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa. Tempo, espaço e valores em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.
10. CAVALCANTI, Mariana. Ainda construção e já ruína: Para uma antropologia dos urbanismos globais. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, e61355, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.4322/dilemas.

v16.n3.61355. Acesso em: 25 set. 2025.

11. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer.** Editora Vozes. Petrópolis. 2003.

12. COMPERJ tem protesto contra salários atrasados e demissões. **Exame**, Rio de Janeiro, 10 fev. 2015. Disponível em: https://exame.com/brasil/comperj-tem-protesto-contra-salarios-atrasados-e-demissoes/. Acesso em: 08 mar. 2025.

13. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Minha casa, suas regras, meus projetos:** gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

14. CORTADO, Thomas. Casas feitas de olhares: uma etnografia dos muros em um loteamento periférico do Rio de Janeiro. **Etnográfica**, Lisboa, v. 24, n. 3, p. 665-682, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4000/etnografica.9357. Acesso em: 25 set. 2025.

15. COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí**: uma vivência às margens do Rio Macacu (1833-1875). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

16. COSTA, Lourdes Pinto Machado; PIMENTEL, Deborah. Inflexões Na História E Nas Configurações Urbanas De Itaboraí, Na Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005.

17. DAINESE, Graziele. Desentendimento entre parentes: variações da intimidade. **Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-389, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108578. Acesso em: 25 set. 2025.

18. DUARTE. Ana Clara Chequetti da Rocha. **Ruínas Olímpicas e a destruição infraestrutural como modo de produção da cidade**: uma etnografia da vida social do Teleférico da Providência. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

19. FERNANDES, Camila. Casas de "tomar conta" e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64 n. 3, e189648, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648. Acesso em: 25 set. 2025.

20. FREIRE, Jussara. Violência Urbana e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do 'Estado'. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7254. Acesso em: 25 set. 2025.

21. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2015.

22. GUEDES, André Dumans. Dessubstancializando a casa via configurações e formas

provisórias de existência. *In*: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; DAINESE, Graziele (org.). **Casa, corpo, terra, violência**: abordagens etnográficas. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021. p. 71-95.

23. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

24. KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

25. L'ESTOILE, Benoît de. "Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor". Incerteza, orientação para o futuro e a "economia". **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-02943187v1. Acesso em: 17 out. 2025.

26. MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros do recôncavo baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

27. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora AlfaOmega, 1982.

28. MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. Cidade: Atual Editora, 1996.

29. MARQUES, Hugo. Má gestão, corrupção e prejuízo de 47 bilhões de reais. **Veja**, Brasil, 7 jun. 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/comperj-ma-gestao-corrupcao-e-prejuizo-de-47-bilhoes-de-reais/. Acesso em: 9 mar. 2025.

30. MOREIRA, Allan Barbosa. **O município "ornitorrinco**": Itaboraí a cidade sem asfalto. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

31. MOURA, Cristina Patriota de. A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo. **Série antropologia**, Brasília, DF, v. 407, 2006.

32. MUNIZ FILHO, Guilherme de Almeida. O declínio do Comperj: repercussões sobre a dinâmica imobiliária urbana da cidade de Itaboraí. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais do XVI SIMPURB**. Vitória: UFES, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26686. Acesso em: 25 set. 2025.

33. NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko. Crisis, Value and Hope: Rethinking the Economy. **Current Anthropology**, [*s. l.*], v. 55, n. 9, p. S4-S16, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1086/676327. Acesso em: 25 set. 2025.

34. NICOLA, Patrícia. A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 843-858, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n3.35682. Acesso em: 17 out. 2025.

35. O QUE é o COMPERJ? **Mais GUAPIMIRIM**, Guapimirim, [201-?]. Disponível em:

https://maisguapimirim.blogspot.com/p/o-que-e-comperj.html. Acesso em: 8 mar. 2025.

36. OLIVEIRA, Valter Lúcio de; AMORIM, Carlos Alberto do Valle; SOUZA JR, Jorge Carlos Dias de. Grandes empreendimentos, planejamento municipal e violência: os efeitos das expectativas do fracasso do Comperj. *In*: MIRANDA, Napoleão; MADEIRAS FILHO, Wilson (org). **Desenvolvimento Sustentável**: conflitos socioambientais e capitalismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 219-252.

37. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU**, [*s. l.*], 17 dez. 2018, edição 531 Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7486-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo. Acesso em: 25 set. 2025.

38. ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

39. SILVA, Atailon da Silva Matos. **Infraestrutura em dissenso**: a ferrovia e o monotrilho na produção/expropriação da vida no subúrbio ferroviário de Salvador/BA. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

40. SILVA NETO, Romeu e; OLIVEIRA, Floriano Godinho; QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo; GOMES FILHO, Hélio. Impactos socioeconômicos das atividades do petróleo e de suas rendas nos municípios do circuito espacial do petróleo do estado do rio de janeiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 3, p. 293-316, mai-ago 2018. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3815. Acesso em: 25 set. 2025.

41. SIQUEIRA, Alexandre San Pedro. **Determinantes socioeconômicos da produção da tuberculose**: um estudo no município de Itaboraí, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2011. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

42. VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma Casa**: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Stefany Ciolfi de Souza
Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0003-1009-5218. E-mail: stefanyciolfi@id.uff.br

ANTROPOLÍTICA

57.3

3° QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



DOSSIÊ TEMÁTICO

Ativismos, militâncias e burocracias estatais: dinâmicas relacionais e conflitivas

Activisms, political engagements, and state bureaucracies: relational and conflictive dynamics

Ana Paula Mendes de Miranda
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

María Victoria Pita
Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

RESUMO

Este dossiê reúne trabalhos, de caráter etnográfico, que analisam as formas de entrelaçamento entre os ativismos e as militâncias com os modos de formulação ou gestão de políticas públicas, mediadas por burocracias estatais, no campo da justiça e da segurança. Desse modo, o propósito é contribuir para a compreensão das complexas conexões entre ativismos, militâncias e burocracias em face das demandas por direitos e das situações de conflito e seu impacto nas atuações das burocracias e na formulação de políticas públicas. Os artigos apresentados abrangem diferentes campos empíricos, leituras e abordagens que aprofundaram o debate sobre os modos locais de administração institucional de conflitos e as formas de mobilização e ação coletiva organizada, que nem sempre assumem a forma de um movimento social. Essa perspectiva se mostra particularmente relevante porque permite discutir as formas de atuação política de grupos sociais, os modos locais de "estatalidade" e, também, de pensar as formas de ressignificação de moralidades e discursos universalizantes, como o dos direitos humanos, ainda mais quando se pensa na construção de perspectivas contrastivas. Acreditamos que esse dossiê, formado por cinco artigos que apresentam dados etnográficos provenientes do Brasil (Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe) e Argentina (Buenos Aires) e que examinam processos de ativismo e mobilização, que interpelam, confrontam e provocam diferentes tipos de intervenções das burocracias estatais, contribuirá para um debate acerca das controvérsias entre demandas por direitos e das formas institucionais de administração de conflitos. Consideramos que essas questões, quando entrelaçadas, são centrais para identificar e compreender os modos locais da vida política, sob uma perspectiva da Antropologia contemporânea.

Palavras-chave: Ativismos e militâncias, Administração de conflitos, Etnografia das políticas públicas, Estatalidade, Mobilizações políticas.

CC BY

ABSTRACT

This dossier brings together ethnographic works that analyze the intertwining between activisms and *militancias* and the formulation and management of public policies, mediated by state bureaucracies in the fields of justice and security. Thus, its purpose is to contribute to the understanding of the complex connections between activism, *militancias* and bureaucracies in demands for rights and conflict situations, and their impact on the actions of bureaucracies and public policy formulation. The articles cover diverse empirical fields, readings, and approaches that deepen the debate on local modes of institutional conflict management and forms of mobilization and organized collective action, which do not always take the form of a social movement. This perspective is particularly relevant because it allows us to examine the political action of social groups, local modes of "statehood", and also to think about the ways in which moralities and universalizing discourses —such as human rights— are re-signifying, especially when considering the construction of contrasting perspectives. We believe this approach, which includes five articles presenting ethnographic data from Brazil (Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, and Sergipe) and Argentina (Buenos Aires) and examines processes of activism and mobilization that challenge, confront, and provoke different types of interventions from state bureaucracies, will contribute to the debate on the controversies between demands for rights and institutional forms of conflict management. We consider that these issues, when intertwined, are central to identifying and understanding local modes of political life, from a contemporary anthropological perspective.

Keywords: Activisms and *militancias*, Conflict management, Ethnography of public policies, Statehood, Political mobilizations.

INTRODUÇÃO

O Dossiê *Etnografias dos ativismos, militâncias e burocracias no campo dos direitos: intervenções e incidências* foi construído com a intenção de reunir trabalhos, de caráter etnográfico, que trouxessem análises sobre as possíveis formas de entrelaçamento entre os ativismos[1] e as militâncias com os modos de formulação ou gestão de políticas públicas, no

1 Conjuntos diversificado de práticas de engajamento político, social ou cultural, que podem ser promovidas por indivíduos ou por "coletivos", que são compreendidas não pela sua duração, já que podem ser pontuais ou contínuas, mas sim porque não dependem de qualquer estrutura formal para se expressar. Essa é a principal diferença em relação às militâncias que pressupõem estruturações mais consistentes do ponto de vista institucional e principalmente vinculados a partidos políticos ou movimentos.

campo da justiça e da segurança, que são geridas e gestadas por burocracias estatais. Buscou-se, assim, reunir trabalhos que analisam como conflitos e mobilizações podem afetar o trabalho cotidiano das burocracias e suas estratégias de administração de conflitos, ou suas omissões, diante de demandas por direitos. Procurou-se, ainda, discutir as formas de atuação política de grupos sociais, os modos locais de "estatalidade" (Miranda; Pita, 2024), que não se confundem com os ativismos institucionais[2] ou com a incidência[3] e, quando possível, os distintos níveis de envolvimento dos pesquisadores nesses processos.

As complexas conexões entre ativismos, militâncias e burocracias no campo das demandas por direitos e situações de conflito, assim como seu impacto nas atuações das burocracias e na formulação de políticas públicas, surgiu de nosso interesse em aprofundar o debate tanto sobre os modos locais de administração institucional de conflitos, quanto dos modos de mobilização e ação coletiva organizada, que não necessariamente se apresentam sob a forma de um movimento social. Isso se torna especialmente relevante ao pensarmos nas formas de ressignificação de moralidades e discursos universalizantes, como o dos direitos humanos, ainda mais quando consideramos a construção de perspectivas contrastivas.

Acreditamos que nossa abordagem pode contribuir para um debate acerca das controvérsias entre demandas por direitos e as formas institucionais de administração de conflitos, evidenciando dinâmicas de poder que se manifestam de maneiras distintas conforme o público a que se destinam ou do contexto (espaço-temporal) no qual se desenvolve. Além disso, permite questionar análises homogeneizadoras do Estado, que perpetuam a crença em uma universalidade fictícia.

Do nosso ponto de vista, todas essas questões, quando entrelaçadas, tornam-se elementos centrais para identificar e compreender os modos locais da vida política, que podem ser alcançadas quando as pesquisas são orientadas por perguntas como: *quem se organiza?* (quais grupos, definidos a partir de identidades ou pertencimentos, mais ou menos estáveis); *como se organizam?* (quais argumentos, motivos, razões, sentimentos, emoções e valores conseguem gerar adesão); e, ainda, *quais recursos disponíveis são utilizados para construir aproximações diante de diferentes atores estatais?* Esses são caminhos imagináveis que permitem compreender as formas pelas quais, em cada lugar, se entende como a prática política é o exercício da vida comum, regida por crenças e valores morais diversos e por uma miríade complexa de instituições e sistemas de regras.

O dossiê reúne cinco artigos que apresentam dados etnográficos oriundos do Brasil,

2 Entendidos aqui como práticas de intervenção, no âmbito de instituições estatais, com o objetivo de promover mudanças sociais, jurídicas ou políticas, que se diferenciam da incidência.

3 Pode ser considerada como atuação voltada para influenciar políticas públicas, legislação ou práticas institucionais, que não necessariamente passa pelo Estado, revelando um campo mais amplo de sujeitos e práticas.

distribuídos entre os estados do Ceará, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Sergipe, e da Argentina, em Buenos Aires, sobre processos de ativismo e mobilização que interpelam, confrontam e geram diferente tipo de intervenções das burocracias.

Quando falamos de processos de ativismo e mobilização cabe salientar que esses processos são entendidos como formas de ações coletivas, caracterizadas pela explicitação de conflitos, manifestação de identidades e pertencimentos múltiplos, pela constituição de redes informais — frequentemente denominadas "coletivos" — e pela realização de protestos e performances, que podem ocorrer no espaço público e nas redes sociais. E, quando nos referimos as diferentes intervenções das burocracias, pensamos que elas ganham muito quando as interpretamos como uma forma *encarnada* das normas que orientam as políticas públicas, evidenciando que as burocracias e as políticas públicas resultam, em grande parte, das (micro) decisões dos burocratas, de seus saberes legítimos, das suas tradições, das suas dinâmicas rotineiras, de suas sensibilidades e valorações morais (Pita; Corbelle, 2025).

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE ATIVISMO, MOBILIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A Antropologia Política considera as formas de mobilização e de ativismo como objetos de estudo, buscando analisar como os atores definem suas práticas de interação, organização e intervenção. Essas práticas são interpretadas geralmente em relação a possíveis mudanças, podendo ser interpretadas como "sistêmicas", quando afetam relações estruturais de dominação, ou como "pontuais", já que introduzem determinadas agendas e formam outros atores na cena política. Esta abordagem procura desconstruir a representação de uma suposta invisibilidade do tema "movimentos sociais" no campo da Antropologia. Na prática, essa ausência não está relacionada à falta de pesquisas empíricas, mas sim à forma como os debates teóricos se expressam em cada campo de conhecimento.

Na teoria sociológica, o conceito de movimento social não possui uma definição única ou universal. Trata-se de um tema marcado por disputas teóricas e pela coexistência de diferentes paradigmas — tanto clássicos quanto contemporâneos — com ênfases em dimensões distintas do fenômeno (Gohn, 1997). De modo geral, os movimentos sociais são compreendidos como formas de ação coletiva que emergem em contextos de conflito, organizam-se em torno de interesses ou identidades compartilhadas e buscam promover transformações sociais, políticas ou culturais. Nessa perspectiva, embora as abordagens tenham ênfases não convergentes, há consenso quanto à atuação do movimento social como um sujeito coletivo que dá visibilidade

às demandas e tensiona a ordem estabelecida, com formas mais duradouras e estruturadas de organização.

Assim, na perspectiva sociológica, alguns clássicos enfatizaram dimensões estruturais e da ordem[4], enquanto teorias posteriores destacaram como as emoções, moldadas pela interação social e pela interpretação, são elementos fundamentais na formação e dinamização dos movimentos sociais (Blumer, 1969). Já a teoria dos "novos movimentos sociais" (décadas de 1980 e 1990) destacou dimensões identitárias e culturais, ampliando o foco para temas como direitos civis, gênero, etnia e meio ambiente (Gohn, 2022), salientando como atores políticos produzem sentidos coletivos, democratizam as relações sociais e se articulam em redes, inclusive digitais no contexto da globalização.

A revisão bibliográfica produzida por Paula Alegria, Lucas Bulgarelli e Rosana Pinheiro-Machado (2020) assegura que o tema — movimentos sociais — não foi deixado de lado pela Antropologia. Afirmam que, no Brasil, muito do que se produziu de pesquisa etnográfica está voltado a descrever processos de resistência de movimentos fundamentados em identidades coletivas, em especial, gênero, sexualidade, raça/cor e etnia, que caracterizam os temas-base dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) e Novíssimos Movimentos Sociais (NVMS), termos que são questionados pelos autores em função das transformações constantes pelos quais passam as sociedades contemporaneamente.

A ausência de uma classificação que dê conta desses movimentos é, segundo Alegria, Bulgarelli e Pinheiro-Machado (2020), uma escolha de não rotular essas forças políticas, mas de buscar compreendê-las como formas de produzir outros mundos possíveis — descolonizando o pensamento e reinventando o que entendemos por política, natureza e sociedade. Abrindo espaço, assim, para que a Antropologia se apresente como uma ciência que colabora com os povos e movimentos na construção de mundos sustentáveis e plurais (Escobar, 1992, 2011, 2018a).

Pretende-se que a leitura deste dossiê, cujos artigos selecionados apresentam distintos modos de fazer etnografia, possibilite problematizar a interpretação das formas de mobilização e ativismo. Com isso, esperamos colaborar para refletir sobre o que esses artigos revelam acerca da política da antropologia e da antropologia da política, sem deixar de lado as contribuições da Antropologia Jurídica, na medida em que suas análises acerca de categorias êmicas — direito, controle social, processos de disputa etc. — são manejadas pelas burocracias estatais para a

4 Por exemplo, para Marx, os movimentos expressam a luta de classes e funcionam como o motor da história; para Weber, relacionam-se à ação social e à liderança; enquanto para Durkheim importa pensar sua relação com a coesão social e o desvio da ordem. Embora Simmel não tenha abordado diretamente os movimentos sociais, no sentido que enfocamos aqui, ele merece ser lembrado pela sua análise sobre as formas de interação social (sociação), o conflito e a vida na metrópole. Ver Miranda (2009).

construção e preservação de determinadas concepções de ordem social, que deixam evidentes as múltiplas formas de se pensar e exercer as relações de poder.

Uma análise transversalizada, a partir dos cinco artigos publicados no dossiê, sobre as formas de militância e ativismo e sua relação com políticas públicas — no campo da justiça e da segurança — permite perceber que há uma diversidade de estratégias de atuação. É possível observar que a efetivação de direitos passa necessariamente pela configuração de políticas públicas, mas isso não ocorre de forma automática, sendo sempre resultado de disputas e mobilizações, que tensionam ou se entrelaçam com as burocracias nas instituições estatais.

Os artigos demonstram que o Estado não é um bloco monolítico e homogêneo, mas um campo de disputas no qual os ativismos e as militâncias, nas suas variadas expressões — jurídicas, comunitárias, identitárias, sociais ou institucionais — são essenciais para que políticas públicas sejam formuladas e gestadas, permitindo, assim, que se descortine o modo como se faz, na prática, para que os direitos, previstos em legislações, tornem-se práticas.

Pensar sobre as formas de militância e de ativismo em contextos empíricos de interação com instituições públicas é um exercício etnográfico de pensar sobre aquilo que Philip Abrams (1977) chamou de "efeito Estado", quando questionava a ideia de Estado como uma entidade materialmente existente. Segundo sua análise, é necessário considerar como as práticas políticas e os discursos naturalizam a percepção de uma unidade central superior à sociedade, resultando em um efeito ideológico de crença inquestionável no Estado. É a partir dessa formulação que podemos reorientar o foco dirigido ao Estado para examinar os mecanismos e processos responsáveis pela constante construção e representação desse imaginário.

Timothy Mitchell (1999) desdobrou essa discussão numa abordagem crítica à forma como o Estado costuma ser tratado nas Ciências Sociais, pondo em perspectiva a ideia de que o Estado parece existir simultaneamente como força material — parece real — e como construção ideológica — parece ilusório. Frente a esse paradoxo, Mitchell indicava que o Estado deveria ser entendido como um efeito produzido por práticas sociais, discursivas e materiais. Para ele, o "efeito Estado" surge das atividades que traçam uma fronteira entre o que seria "Estado" e o que seria "sociedade", construindo uma impressão de que são esferas distintas. Os censos, as estatísticas, as burocracias, os regulamentos, os mapas, as arquiteturas institucionais e, até mesmo, as escolas buscam concretizar a ideia de um Estado unificado e central, que organiza e regula a vida coletiva. Conhecer os processos cotidianos que fabricam a aparência de unidade e a crença na sua coerência são fundamentais para identificar esse efeito performado continuamente.

Um recorte internacional na Antropologia permite identificar trabalhos clássicos[5] e

5 Destacamos aqui: Colson (1971), Evans-Pritchard e Fortes (1981), Fallers (1965), Hinshaw (1980), Mair (1971),

contemporâneos[6] que buscaram ampliar esse entendimento em diferentes direções, com especial interesse na descrição das formas através das quais o Estado se manifesta por meio de suas práticas materiais e cotidianas, cujos efeitos são reforçar a separação artificial entre "Estado" e "sociedade".

Tiveram um grande impacto recentemente no Brasil os trabalhos de Veena Das e Deborah Poole (2004), que propõem o estudo do Estado a partir das margens sociais, locais onde sua atuação se mostra irregular e instável — os Estados pós-coloniais (África do Sul, Chade, Colômbia, Guatemala, Índia, Peru, Serra Leoa e Sri Lanka), frequentemente evidenciada por falhas e improvisações. Nas margens, a experiência cotidiana revela nuances do funcionamento estatal que escapam à visão centralizada e idealizada, trazendo à tona dinâmicas inesperadas e a materialidade das relações entre Estado e sociedade. Salienta-se que o conceito de "margens do Estado" não se refere necessariamente a um espaço físico, mas sim a um *modus operandi* das burocracias estatais quando atuam sobre populações durante a gestão de territórios. Essa dinâmica pode ser observada, prioritariamente, em nível local, em que a relação entre o poder central e as populações se manifesta no cotidiano.

Nessa mesma linha, Akhil Gupta (2012) analisa, no contexto indiano, como a corrupção e a burocracia não enfraquecem, mas reforçam a percepção da presença estatal. Gupta destaca que a burocracia é um aspecto central para compreender a pobreza crônica na Índia, apesar de o país ser a quarta maior economia do mundo. O autor propõe que a relação entre o Estado e os pobres pode ser entendida como uma violência estrutural, não necessariamente ligada à privação de direitos.

O Estado, nesse cenário, não é considerado indiferente à situação dos pobres, pois desenvolve muitos programas voltados para a redução da pobreza. As pesquisas etnográficas entre os funcionários responsáveis pela coordenação de programas de desenvolvimento na zona rural de Uttar oferecem ao leitor análises sobre corrupção, registros escritos e a expansão burocrática. Os resultados sugerem que o cuidado promovido pelos programas estatais pode apresentar efeitos arbitrários, atribuídos aos próprios mecanismos institucionais criados para amenizar o sofrimento social. Gupta destaca tanto as razões pelas quais os programas governamentais não alcançam seus objetivos — como fornecer nutrição, emprego, moradia, saúde e educação às populações pobres —, quanto os motivos pelos quais levam a resultados desiguais e irregulares mesmo quando há eficácia.

Michel-Rolph Trouillot (2001), por sua vez, propõe analisar o Estado como um fenômeno

Nader (1972) e Southall (1972).

6 Dentre vários trabalhos optamos por mencionar: Herzfeld (2016), Fassin (2015), Ferguson (1990), Lipsky (2019) e Nugent (2007).

relacional, que é constituído em relação a outras forças, como, por exemplo, o mercado e a religião. Essa perspectiva desloca o Estado da imagem de um poder centralizado e o insere em uma rede mais ampla de relações sociais e simbólicas.

O cientista político Guillermo O'Donnell (2008) — portador de uma notável sensibilidade etnográfica[7] — argumentou que o Estado é uma relação social que condensa forças sociais antagônicas e conflitivas, que se materializa em uma arquitetura institucional concreta que se expressa — modelarmente — em diferentes dimensões: Nesse sentido, podemos pensar as seguintes dimensões: em um conjunto de burocracias, dimensão organizacional feita de organizações complexas e hierárquicas; em um sistema legal, essa densa malha de normas intimamente ligada às burocracias, tanto que é possível dizer que o Direito é a linguagem das burocracias; em um foco de identidade coletiva, que constrói um "nós"; e em um filtro, que delimita a regulação de espaços e fronteiras do próprio território, dos mercados e da população e exercendo vigilância e controle acaba sendo, por fim, um delimitador dos quem são cidadãos dentro do próprio Estado.

Por meio da análise dessas dimensões — e suas complexas articulações — é possível observar as diversas qualidades de tratamento, os diferentes graus de igualdade, desigualdade, inclusão e exclusão, que conformam como o Estado se mostrará como mais ou menos eficaz e efetivo, com maior ou menor credibilidade e legitimidade e mais ou menos inclusivo ou excludente. As formas de vinculação com essas dimensões evidenciam diferentes faces do Estado no "cotidianamente vivido", como sua atuação em relação à consideração, inclusão, democracia ou, alternativamente, *à* desconsideração, violência, exclusão e ao autoritarismo.

Atento ao desempenho de diferentes instituições e burocracias estatais que compõem essas dimensões, O'Donnell (2008) chamará a atenção, em alguns de seus trabalhos, para a maior ou menor intensidade da cidadania. E é a partir de sua leitura que também é possível identificar intensidades de maior ou menor distribuição da "estatalidade", bem como as formas da "estatalidade" que, em alguns casos, exibirão uma face democrática e inclusiva, ou autoritária e violenta. Ao mesmo tempo, ele destaca o seguinte: o que o Estado é — ou quais as potencialidades que um Estado democrático abriga — implica também as condições de possibilidade para admitir, respaldar, abrigar e dar lugar à expansão e/ou consolidação de diversas cidadanias: cidadania civil, mas também cidadania social e cultural.

Partimos dessas diferentes abordagens e leituras para delinear como, do ponto de vista

7 Cremos que vale lembrar e mencionar o interessante intercâmbio entre Guillermo O'Donnell e Roberto DaMatta. Ele começou a partir de um ensaio que O'Donnell apresentou, em 1983, no seminário *Oportunidades e limites da sociedade industrial periférica: o caso do Brasil*, no qual fazia referência ao texto de DaMatta *Você sabe com quem está falando?* (1978). A partir desse primeiro intercâmbio, continuaram um diálogo interessante que contrasta formas de sociabilidade e política na Argentina e no Brasil (O'Donnell 1984, 1989, 2024; DaMatta, 1989).

contemporâneo, o "efeito Estado" não é apenas uma decorrência ideológica, mas também uma implicação material, performativa e relacional, que se torna visível nas práticas burocráticas cotidianas e em falhas e improvisos que ocorrem nas margens da vida social. É nesse contexto que as mobilizações e ativismos se explicitam como ações coletivas — de confronto, de resistência e de solidariedade — que são operadas na cena pública, sob múltiplos formatos, com um amplo repertório discursivo e performático.

E, ao mesmo tempo, são as formas concretas e locais em que esse Estado encarna e atua, conforme o lugar social dos grupos e atores com os quais estabelece relação, que propiciam ou impedem as possibilidades para dirimir conflitos ou, até mesmo, para maximizar direitos. É aí, uma vez que incorporamos essas ideias — que são também advertências e apontamentos —, que se torna especialmente produtivo registrar, analisar e, enfim, realizar pesquisas para compreender como se dão — localmente — essas complexas conexões entre ativismos, militâncias e burocracias no campo das demandas por direitos e situações de conflito.

MOVIMENTOS, MOBILIZAÇÕES E ATIVISMOS: A POLÍTICA EM AGITAÇÃO NUMA PERSPECTIVA BRASIL/ARGENTINA

Ruth Cardoso (1984) foi pioneira, no Brasil, ao mostrar que os movimentos sociais urbanos[8] não poderiam ser compreendidos apenas como resistência popular espontânea. A autora sugeriu que deveriam ser interpretados como formas de ações políticas organizadas e articuladas, que negociam e tensionam constantemente suas relações com o Estado e suas políticas institucionais. Segundo a autora, a autonomia ideológica desses movimentos representa uma dualidade: sua autenticidade revela a fragmentação de suas ações reivindicativas, o que limita suas possibilidades de intervenção na correlação de forças com outros sujeitos que atuam nos sistemas políticos dominantes. Isso revela que movimentos sociais mantêm uma relação dialética com o Estado, ora se mobilizando para pressionar por políticas públicas, ora sendo incorporados por elas sem autonomia plena ou sob acusação de cooptação por outros grupos. A grande contribuição para a Antropologia e as Ciências Sociais está no fato de reconhecer os movimentos sociais como atores políticos complexos, e não meras reações espontâneas à exclusão.

Virginia Manzano (2013), ao analisar as mobilizações na Argentina, mostrava como elas

8 Em termos de movimentos sociais rurais merece destaque o trabalho de Lygia Sigaud (1986), que abriu caminho para muitas pesquisas etnográficas sobre lutas por direitos no campo.

se associavam às políticas estatais de modo relacional, tal como Ruth Cardoso, colaborando para pensar os movimentos sociais não como uma oposição pura ao Estado, mas como atores que também moldam e são moldados pelas políticas públicas. Elizabeth Jelin, desde os anos 1980, tem estudado os movimentos sociais na Argentina e retomou os debates sobre os novos movimentos sociais em uma chave regional (Jelin, 2001). É nesse sentido, que Pereyra (2022, p. 146) destaca que Jelin "traduziu" aqueles debates dos países centrais, "incorporando definições e perguntas originais e articulando uma escala de análise regional pensada tanto em seus traços comuns como em seus contrastes e fortes diferenças", bem como considerando as conjunturas, centrais para compreender suas modulações locais. Seu trabalho propôs (re)pensar os processos de construção e ampliação/expansão da cidadania, levando em conta a mobilização e a ação política dos movimentos e suas especificidades, tanto ao se apresentarem na arena pública quanto ao estabelecerem relações com o Estado.

Para o caso latino-americano, e especialmente no caso da Argentina, Jelin (1986, p. 41) aprofundou-se no contexto da pós-ditadura, em que os debates sobre justiça, direitos, sobre a "democratização da vida social e econômica" e sobre as "lutas sociais pela memória" (Jelin, 2017) se tornaram centrais. Seus estudos sobre os movimentos de mulheres e o movimento de direitos humanos contribuíram significativamente para pensar a vida e a dinâmica dos movimentos sociais, atentando para as formas de incorporação, para os tipos de compromisso e de legitimidade dos diferentes integrantes desses movimentos, e considerando o impacto deles na concepção da atividade política em sentido amplo. Seus trabalhos evidenciaram a importância de pensar os movimentos sociais a partir de um "olhar local e historizado" (Pereyra, 2022, p. 158), que se interroga sobre novas formas de fazer política, novas formas de sociabilidade e, enfim, como a própria Jelin destaca,

> uma nova maneira de relacionar o político e o social, o mundo público e a vida privada, na qual as práticas sociais cotidianas se incluem junto a, e em direta interação com, o ideológico e o institucional-político. A pergunta que surge de imediato, impossível de responder com certeza, é se se trata de uma "nova realidade" ou se a vida social sempre foi assim, e apenas nós, cegos pelo peso dos paradigmas dominantes, não a estávamos enxergando (Jelin, 2020b, p. 887-888 *apud* Pereyra, 2022, p. 159).

O próprio Sebastián Pereyra (2013, 2008; Pereyra; Armelino, 2023), tal como Marcela Perelman (2011; 2010), desde a Sociologia e a Ciência Política, caracterizaram e descreveram de forma rigorosa e exaustiva os diversos cenários locais na Argentina que possibilitaram analisar a relação entre movimentos sociais e protesto social. Essa análise necessariamente envolveu as militâncias e os ativismos e suas complexas relações com o Estado, ou seja, com as diferentes agências e poderes que o compõem, ao longo de distintas conjunturas e em torno de determinados tipos de conflitos — entre os quais se destacam, em particular, aqueles em

que a violência policial apareceu como questão diferenciada, uma vez que o protesto social e as manifestações públicas são âmbitos de atuação nos quais autoridades políticas, judiciais e policiais desempenham papéis específicos (os autores contribuíram nessa linha em CELS, 2017). Perelman (2015), inclusive, aprofundou-se na caracterização e análise de estilos particulares de gestão estatal que, durante um período muito curto (2007–2009) e formulado como política pública, articularam encontros que, sob a denominação de "mesa de discussão", reuniam forças de segurança, representantes do Estado Nacional e organizações da sociedade civil — que podem ser caracterizadas como parte de um ativismo profissionalizado/experto — para o desenho de determinadas políticas ligadas à regulação do uso da força pública.

No caso do Brasil, destacamos outra perspectiva para pensar a relação entre o Estado brasileiro e a construção de um campo de luta e reivindicação de direitos: optamos por destacar pesquisas etnográficas que teriam relação com as dimensões étnico-raciais. Diante do que se chamava o "problema indígena", temos o trabalho de Antonio Carlos de Souza Lima (1995) sobre o indigenismo como um "dispositivo de governo"[9], segundo o qual o Estado se apresenta como protetor, mas na prática impõe formas de controle e domesticação dos povos indígenas.

Souza Lima identifica o movimento indígena brasileiro, a partir dos anos 1980, como um ator que rompe com o lugar tutelado e reconfigura o campo político, já que esses movimentos passam a dialogar com o Estado, mas também a confrontá-lo, demandando direitos coletivos, territoriais e culturais. Deste modo, ele desarticula o debate dos movimentos sociais da clássica oposição sociedade civil *versus* Estado, para uma leitura mais complexa, na qual o Estado é também um campo de disputa simbólica e prática (Souza Lima, 2002). Evidencia-se, assim, que o movimento indígena não apenas reage ao Estado, mas também produz novas formas de política e cidadania, baseadas na autonomia, na diferença e na coletividade.

Nesse sentido, a contribuição de Kabengele Munanga (1999) é fundamental para compreender a relação entre o movimento negro e o Estado brasileiro. Ele afirma que o movimento desconstrói a visão de mundo racializada que o Estado historicamente perpetuou. É uma relação de conflito, pressão e, em momentos de avanço, de conquista de espaços e mudança de paradigmas dentro do próprio Estado. Enquanto Souza Lima (2002) descreve a relação tutelar do Estado com os povos indígenas, Munanga (1999) demonstra que o Estado brasileiro também operou, em relação à população negra, por meio de um dispositivo de assimilação — o mito da democracia racial — que funcionou como uma ferramenta de governo análoga à tutela, pois, ao negar a existência do racismo e promover a ideologia da mestiçagem, o Estado buscou neutralizar a identidade política negra e invisibilizar suas demandas por direitos. A

9 Um conjunto de políticas, instituições (como o Serviço de Proteção aos Índios e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e saberes que regulam a vida indígena sob a lógica da tutela.

retomada da identidade negra como projeto político contemporaneamente rompe com esse lugar de invisibilidade imposta. Assim como o movimento indígena, o movimento negro não apenas reage ao Estado, mas constrói novas formas de cidadania baseadas no antirracismo, na diferença e na reparação, desarticulando a fachada de harmonia racial e transformando o Estado em um campo de disputa por reconhecimento e redistribuição[10].

Outra contribuição relevante para pensar os movimentos sociais contemporâneos é o trabalho de João Pacheco de Oliveira (2004, 2019) sobre o "movimento indígena", entendido como "um sistema de pressões poderia levar o Estado a agir" (Pacheco de Oliveira, 2016), que não está apenas dirigido à defesa de seus territórios, mas destaca seu papel como sujeitos políticos atuantes na arena pública nacional e internacional. Segundo Pacheco de Oliveira (2019), o território é entendido como mais que um espaço físico, abrangendo dimensões políticas, culturais e cosmológicas. A luta dos povos indígenas pela demarcação de terras se refere também ao reconhecimento cultural e à manutenção de modos de vida, por meio de formas inovadoras de mobilização. Suas mobilizações dialogam com categorias do Estado ("direitos", "cidadania", "meio ambiente"), reatualizando esses conceitos com base em suas próprias cosmologias. Assim, ao reivindicar direitos coletivos, os movimentos indígenas questionam a noção ocidental de política centrada em sujeitos autônomos.

Sob outro prisma, María Cecilia Ferraudi Curto (2014, 2015) se propõe a construir uma perspectiva antropológica do protesto, explorando como ativismo se dá no cotidiano das pessoas e nas redes sociais de engajamento, sem se reduzir a grandes eventos. Pode-se afirmar, portanto, que a Antropologia contemporânea expandiu o entendimento do que são movimentos sociais, não restringindo à ideia de organizações políticas estabelecidas, mas buscando entendê-los como formas de vida, subjetividades e cosmologias alternativas. Essa abordagem dialoga intensamente com os debates globais, que nos ajudam a ampliar a compreensão de como ativismo e movimentos sociais se constroem no chamado Sul Global.

Podemos pensar uma conexão entre os trabalhos de João Pacheco de Oliveira (2019) e Arturo Escobar (2018b)[11], já que ambos demonstram que essas mobilizações sociais não são meras reações ao Estado e ao capitalismo, mas são lutas que evidenciam formas de vida alternativas, rompendo a ideia ocidental de política e território. Além disso, outro aspecto importante é o acionamento de mídias digitais resultando em uma escala de ação transnacional,

10 A complexidade dessas disputas pode ser pensada também a partir das demandas de lideranças religiosas em casos de intolerância/racismo religioso, como vem analisando Miranda (2010, 2020). Ver também Miranda e Boniolo (2017).

11 Escobar contrapõe o universo moderno/ocidental, que visa homogeneizar modos de vida pela lógica capitalista, ao pluriverso, inspirado em práticas indígenas e comunitárias, que defende a coexistência de múltiplos mundos.

revelando que esses movimentos atravessam fronteiras (Fraser, 2013[12]; Juris, 2008[13]; Pinheiro-Machado, 2019), mas os processos de disputa por reconhecimento já ocorrem no interior das nações quando se institucionalizam e disputam por legitimidade no espaço público.

A contribuição dessas abordagens para o pensamento antropológico é olhar os movimentos sociais, em especial os chamados "decoloniais" — as comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes — como agentes políticos e criadores de mundos que articulam um ativismo que propõe alternativas de existência em vez de apenas reivindicar direitos. Nesse sentido, para pensar os movimentos sociais, as mobilizações e os ativismos, é preciso se dedicar a compreender a sua interação com o Estado e instituições, seja em nível local, nacional ou transnacional. A etnografia é, portanto, uma escolha metodológica relevante pois permite que se leve em consideração os diferentes contextos.

A contribuição das pesquisas etnográficas brasileiras e argentinas ao debate internacional sobre os movimentos sociais descarta a ideia de que eles apenas reagem às opressões, mas apontam para a sua capacidade de produzir mundos, sujeitos, práticas e identidades alternativas. E essa perspectiva de análise abre a possibilidade de avançar em investigações centradas no "quem" desses movimentos e mobilizações. Trata-se de uma questão que nos remete, necessariamente, às formas pelas quais se entrelaçam as histórias individuais e coletivas com os processos de decisão em conjunturas específicas.

Ao observar esses processos a partir dos ativismos e militâncias, percebe-se que costuma ser justamente nessas articulações entre histórias e conjunturas que ocorrem validações sociais — mais ou menos bem-sucedidas — e a eventual legitimação de protestos que reivindicam direitos e demandas de justiça. Esses protestos, por sua vez, podem se tornar mais potentes e eficazes em virtude da mobilização de saberes e de certa habilidade na arena pública, assim como nas esferas do lobby e da pressão política (*cabildeo*).

Nesse sentido, a análise de carreiras e trajetórias pode oferecer dimensões relevantes para compreender a diversidade de formas pelas quais alguém pode se tornar ativista ou militante (Pita; Pereyra, 2020), assim como abrir caminho para pesquisas que investiguem diferentes tipos de ativismos — profissionalizados, especializados, estatais, judiciais etc. — e de militâncias — sociais, políticas, setoriais etc. (Pita, 2025).

Nos textos aqui reunidos, como se poderá ver — ainda que não seja o foco específico dos artigos —, essa dimensão referente aos "quem" desses conflitos, bem como ao devir dos movimentos, demandas e eventos, está presente (Pereyra; Berardi, 2020). Assim, os textos

12 Fraser (2007) destaca que os movimentos atuais exigem novos modelos de esfera pública transnacional para serem compreendidos em seus contextos locais.

13 Juris demonstra que as redes digitais não são apenas ferramentas, mas estruturas políticas centrais para a organização dos movimentos transnacionais contemporâneos.

propõem antropologizar os ativismos e as militâncias, observando como vidas e conjunturas se conectam para produzir ação coletiva, legitimidade e transformação política. Poder-se-ia dizer, inclusive, que a dimensão temporal, tanto nas histórias individuais quanto nas dos coletivos e movimentos, assim como nas das demandas e conflitos, é uma referência quase inevitável. E essa referência é, sem dúvida, um elemento de grande relevância ao se pensar como se produz o compromisso político e como aqueles que demandam, protestam e litigam — muitos deles afetados ou vítimas — se vinculam a essa dimensão da vida social que constitui o político, ainda que tal demanda ou conflito nem sempre se traduza em causas ou problemas públicos.

OS ARTIGOS DO DOSSIÊ

Os artigos do presente dossiê contribuem e enriquecem os debates e linhas de investigação aqui apresentados apenas de forma esquematizada. E isso ocorre porque cada um desses textos, por meio da apresentação detalhada e minuciosa de atores, conflitos, processos, eventos e acontecimentos específicos, oferece fatos etnográficos que revelam a potência de analisar políticas públicas e a ação estatal encarnada, partindo do exame das mobilizações e ações de ativismos e militâncias frente às burocracias, em contextos de conflitos e reivindicações por direitos.

Ao mesmo tempo, adentrar a análise a partir das formas de fazer próprias das militâncias e dos ativismos abre a possibilidade de perceber os desempenhos, por vezes contraditórios, do Estado, que resultam de sua própria heterogeneidade — uma vez que o Estado é composto por diversas agências e instituições que operam de acordo com lógicas, saberes, tradições e estilos distintos. Essa heterogeneidade é, em certas ocasiões, aproveitada estrategicamente pelos ativismos, que mobilizam uma ampla gama de recursos, linguagens e estratégias, bem como pela própria diversidade de atores e coletivos que compõem esses movimentos.

Além disso, por meio desses textos é possível perceber a importância, a potência e a agência do uso, por parte dos ativismos e militâncias, de diferentes linguagens, recursos, saberes e estratégias mobilizados pelos diversos atores e coletivos para colocar em jogo os direitos afetados e o direito — como ferramenta — através da mobilização, do protesto e das múltiplas formas de ação e intervenção.

Em outras palavras, o diverso campo de conflitos apresentado por esses textos — a negação da identidade e sua materialização nos documentos, evidenciada pela militância trans e travesti; os conflitos socioambientais decorrentes de desastres ecológicos construídos empresarialmente; as vidas atravessadas pela intervenção estatal na infância pobre; os processos

de reforma da justiça criminal, que desdobram debates técnicos e contrapõem modelos jurídicos (como o inquisitorial e o acusatório); o direito à vida e à saúde de comunidades quilombolas — revela estratégias variadas, formas de organização e mobilização, diferentes tipos de atores e grupos que se associam, e a mobilização de linguagens diversas, muitas vezes no interior de um mesmo conflito.

Assim, observam-se encontros e alianças entre atores profissionalizados e grupos com longa trajetória de mobilização popular e vínculos habituais com o campo político; entre militantes de direitos humanos, operadores do sistema de justiça e profissionais do direito; entre comunidades, comissões estaduais e conselhos pastorais; entre militâncias das diversidades sexuais e familiares de pessoas afetadas. Todos esses sujeitos possuem experiências distintas, carregando saberes, recursos e linguagens específicas no que diz respeito à mobilização, à ação política, à comunicação pública, ao litígio e ao lobby, às demandas, reivindicações e protestos.

Desdobram-se, assim, ações coletivas que buscam *"gerar incidência"*. São realizados eventos, celebrações rituais e performances nas quais se destaca o domínio da linguagem especializada, muitas vezes considerada neutra ou científica. Em certos contextos, prevalece um discurso de ativismo especializado, próprio de determinados campos profissionais (médicos, engenheiros), que por vezes se articula à linguagem jurídica, percebida como técnica, exótica e, talvez por isso mesmo, dotada de um certo caráter mágico e poderoso, interagindo com o discurso político.

É fundamental destacar que esses saberes, recursos e linguagens não são domínios exclusivos de um ou outro grupo, pois — como observa Julieta Mira neste dossiê — em alguns campos é possível identificar atores-chave com pertencimentos múltiplos, que transitam simultaneamente entre os mundos político, acadêmico, judicial e/ou associativo da sociedade civil. Não é coincidência que se perceba que a própria militância atua como produtora de vasos comunicantes entre os mundos da atuação profissional, especialmente entre o setor público e o setor público não estatal. Em suma, trata-se de mundos complexos, marcados por múltiplas linguagens e por um saber-fazer que envolve ação política e usos estratégicos do direito.

Cada um desses artigos, a partir da especificidade de seu campo empírico, de seu enquadramento conceitual e de sua proposta analítica, levanta questões especialmente possantes para pensar a ação e a mobilização política, as diversas formas de intervenção e incidência dos ativismos, militâncias e burocracias no campo dos direitos.

O artigo *Etnografia de um processo: a luta da militância trans e travesti pelo direito à retificação de registro civil*", de Gladston Oliveira dos Passos, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa e Marcos Ribeiro de Melo, analisa um dos primeiros processos de retificação de registro civil de uma pessoa trans em Sergipe, mostrando como o Judiciário foi colocado em xeque a partir das demandas da militância trans e travesti. O caso foi descoberto por um

dos pesquisadores devido ao trabalho que realizava na época. A análise dos autos indica que o reconhecimento do direito ao nome e à identidade de gênero não surgiu espontaneamente, mas foi resultado de uma mobilização intensa de movimentos sociais, que pressionaram as instituições jurídicas a se posicionarem.

O estudo evidencia como a militância organizada atuou como agente de mudança, contrapondo o modelo heteronormativo e fisiológico a novas concepções de gênero. Dessa forma, o registro civil tornou-se objeto de disputa simbólica e normativa no âmbito judicial. Salienta-se como metodologia utilizada — a etnografia de arquivo/documentos judiciais — constitui importante fonte de pesquisa para a compreensão do jogo de poder que define a "verdade jurídica", a partir dos registros oficiais. Destaca-se também a importância dos processos conduziram à transformação da ação de movimentos em políticas públicas e na criação de uma arquitetura institucional estatal para respaldá-las e torná-las efetivas.

É igualmente valioso observar em que medida esse novo acervo resultante das lutas se torna ferramenta para continuar na defesa e no reconhecimento de direitos — como no caso dos irmãos da artista plástica cearense Márcia Mendonça: a retificação de registro civil *post mortem* da artista plástica trans foi concedida depois que seus três irmãos ajuizaram a ação sustentando que "o direito à memória não se restringe à pessoa morta, mas alcança a coletividade" (Ezatamentchy, 2024, n. p.). Avalia-se, ainda, de que maneira essas ferramentas possibilitam outras formas de fazer justiça, como a reparação.

Outro artigo que aborda uma mobilização coletiva, de caráter identitário é o *Litígios e conflitos com o Estado: estratégias quilombolas, direito à vida e pandemia*, de autoria de Ozaias da Silva Rodrigues. O estudo examina as medidas adotadas pela comunidade quilombola do Cumbe (Aracati/CE), durante a pandemia de Covid-19, mostrando como a luta pela vacinação prioritária se deu em meio a litígios judiciais e conflitos com a gestão pública de saúde. Apesar da previsão legal de prioridade nos planos estadual e nacional de imunização, foi necessária a ação militante da comunidade e o suporte de órgãos, tais como as defensorias públicas, para assegurar o cumprimento da legislação.

A análise revela que a atuação da comunidade quilombola, em conjunto com instituições jurídicas, inscreveu o direito à saúde em campo de disputa, conectando mobilizações locais à gestão nacional de políticas públicas. O caso demonstra que a efetivação de direitos nem sempre ocorre automaticamente pelas normas vigentes, exigindo, frequentemente, a atuação política e jurídica de movimentos sociais, considerados agentes fundamentais na garantia de direitos de populações vulneráveis.

O texto de Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa e Vinícius Luiz Corrêa, *Um estudo sobre as conexões do Movimento dos Atingidos por Barragens nas enchentes do Rio Grande do Sul: novas bases sociais e heterogeneidade estatal*, analisa a atuação do Movimento

dos Atingidos por Barragens (MAB) durante as enchentes no Rio Grande do Sul (2023–2024), que se tornou um agente de proteção e defesa civil. Os autores demonstram que o MAB não apenas prestou assistência, mas também se inseriu em novos territórios, estabeleceu vínculos com comunidades afetadas e construiu estratégias de cooperação e confronto com o Estado. Suas ações evidenciam como movimentos sociais podem ocupar funções de gestão em situações de crise, influenciando a formulação de práticas de proteção e segurança. Assim, a militância do MAB transformou a resposta ao desastre em um campo de disputa política, revelando a heterogeneidade estatal e mostrando que a defesa civil e a proteção social podem ser moldadas pela ação direta de movimentos organizados.

Trata-se de uma ideia muito potente pensar que o Estado pode ser um adversário e um aliado. Ela está presente também no artigo de Gladston Oliveira dos Passos, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa e Marcos Ribeiro de Melo. Ambos demonstram a profundidade histórica dos diferentes coletivos, revelando histórias locais de ativismo e militância, as lutas por direitos e o valor e continuidade da ação coletiva, bem como salientam a diversidade de estratégias, que se expressa por uma hibridez de táticas.

Há outro elemento que aparece no texto de Lobato da Costa e Corrêa sobre o qual vale chamar a atenção. Assim como o Estado revela sua própria complexidade, hierarquias e heterogeneidade, também os atores mobilizados constituem um conjunto múltiplo, heterogêneo e hierarquizado. Nesse sentido, é muito interessante observar a diversidade de grupos entre os atores mobilizados, que pode ser percebido apenas atentando para as nomeações em circulação: *atingidos de base, atingidos voluntários, atingidos recrutados, militantes atingidos*. Isso também é bastante relevante para compreender a dimensão processual: há um tempo próprio do movimento, regido pela incorporação progressiva de participantes, e que nem sempre acompanha o tempo da política.

Por sua vez, a referência à dimensão processual também possibilita, por meio da análise de trajetórias e carreiras, identificar formas específicas de relação entre movimentos sociais e Estado. Nessa linha, os autores destacam a ideia de constituição mútua entre Estado e movimentos sociais, chamando a atenção sobre "pontos de acesso ao Estado por meio de órgãos, regras, prioridades, leis, redes de contato informais que podem fazer funcionar a favor dos movimentos sociais a sua seletividade", o que, por sua vez, nos faz pensar nas formas de 'produção' do ativismo estatal.

O último artigo brasileiro é *A fabricação do inevitável: retórica e performance nos ritos burocráticos de um Conselho Tutelar no Rio de Janeiro (RJ)*, de Thiago Pereira Rabelo e Nayara Aleluia que analisa o trabalho de conselheiros tutelares como instâncias de mediação entre instituições, normas e modos de vida, mostrando como suas decisões se apoiam em classificações morais e lugares-comuns que ganham força jurídica na forma de medidas de

proteção. No caso etnográfico acompanhado, a atuação da conselheira revela como idiomas morais ("risco", "urgência", "negligência") são mobilizados para legitimar ações do Estado, como acolhimento institucional de crianças.

As pesquisas indicam que esses agentes, apesar de inseridos na burocracia jurídico-administrativa, também atuam como militantes da proteção social, transformando tensões em justificativas técnicas que moldam políticas públicas. Essa militância institucional, mesmo diante de precariedades e dilemas, cria brechas para reinventar práticas de proteção e desfazer estigmas, tensionando os limites entre burocracia e ativismo, produzindo efeitos concretos na formulação e execução das políticas de proteção à infância.

O artigo *"Somos militantes de la reforma": activismo jurídico por un nuevo proceso penal en la Argentina*, de Julieta Mira, analisa a tentativa de reforma do Código Processual Penal argentino a partir do "Projeto Albrieu" (2010), que não chegou a ser aprovado. Esse código regula crimes federais graves, e sua reforma foi defendida por atores que mobilizaram ativismos e militâncias especializadas. A pesquisa mostra que o processo esteve marcado pela construção de causas coletivas, pela ideia de "bandeira de luta" e pela militância em torno da adoção do sistema acusatório como conquista central. A abordagem etnográfica permitiu destacar que o ativismo jurídico assume formas próprias dentro das lutas pela justiça e segurança, conectando-se a causas humanitárias e revelando como militâncias especializadas impactam a gestão e formulação de políticas públicas.

O texto realiza uma análise minuciosa, assim como fazem Lobato da Costa e Corrêa, sobre as especificidades desse corpo que chamamos de ativismo. Por meio da apresentação de todo o processo de "luta" pela causa da reforma do Código Processual Penal da Nação, Julieta Mira apresenta a trama (ou malha) que esses diversos atores vão tecendo em suas práticas, conectando lógicas, saberes e espaços sociais. Assim, por meio de seu trabalho, é possível conhecer as diferentes formas de ativismo, que nem sempre implicam pessoas distintas, mas que resultam da "multiposicionalidade" dos atores que promovem essa causa. A autora mostra como os agentes que ela chama de "reformadores" articulam saber especializado, política e ativismo, evidenciando que um ativismo especializado, ou melhor, uma expertise profissional centrada no Direito pode articular o saber jurídico ao compromisso militante/ativista, e que ambas as lógicas podem, juntas, gerar intervenções políticas.

Mas não se trata apenas de lógicas e saberes. A trama, enquanto rede de relações, envolve atores multiposicionados que conectam ONGs, universidades, organizações de profissionais do direito e até mesmo o setor privado (profissionais que atuam de forma independente em escritórios jurídicos), evidenciando a aliança e o entrecruzamento de diferentes atores, coletivos e instituições. Isso, por sua vez, revela vasos comunicantes entre o setor público, entendido como o Estado, e o setor público não estatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cinco artigos analisam processos políticos relacionados à militância jurídica e social em diferentes estados brasileiros e na Argentina. Na Argentina, profissionais jurídicos e especialistas participaram diretamente da elaboração legislativa, transformando o debate sobre o Código Processual Penal em uma pauta política ligada ao sistema acusatório. A tentativa de reforma, mesmo sem sucesso, evidencia como a especialização técnica pode ser mobilizada como forma de ativismo político. Em Sergipe, o movimento trans/travesti acionou o Judiciário e obteve decisões favoráveis que garantiram o direito à retificação de nome e gênero. Aqui, a militância transformou o tribunal em arena de disputa por cidadania, ampliando o acesso a políticas de reconhecimento e segurança jurídica.

No caso do Rio Grande do Sul, o MAB demonstrou como movimentos sociais podem ocupar funções estatais em situações de crise. Ao organizar cozinhas solidárias e centros de distribuição durante as enchentes, o movimento combinou ajuda humanitária, recrutamento político e confronto com o Estado, disputando a gestão da proteção civil. Situação equivalente foi encontrada no Ceará, onde a mobilização da comunidade quilombola do Cumbe, durante a pandemia, expôs a distância entre o que está na lei e o que se concretiza na prática. A garantia de prioridade vacinal só foi efetivada por meio da pressão comunitária e do acionamento das defensorias públicas, mostrando como a militância local, articulada ao campo jurídico, transforma normas em direitos aplicados.

No Rio de Janeiro, a rotina dos conselheiros tutelares indica que há práticas de ativismo institucional dentro da burocracia estatal. Suas decisões, marcadas por categorias morais como "urgência" e "risco", produzem efeitos imediatos sobre políticas de proteção à infância. Nesse caso, a militância é institucional, revelando os dilemas entre estigmas sociais e a possibilidade de reinventar práticas de proteção, com consequente alteração de procedimentos instituídos.

Os diferentes tipos de militância e ativismo encontrados nas etnografias apontam para o uso de estratégias específicas, que por sua vez resultam em efeitos variados sobre as políticas públicas. Quando estamos diante da atuação jurídica e técnico-especializada observa-se um foco na construção de causas coletivas e na mobilização do sistema acusatório, pressionando o legislativo e buscando reformular regras penais. Já o ativismo identitário (trans/travesti) se caracterizou pela mobilização social e pela judicialização de demandas para confrontar normas heteronormativas, gerando decisões que asseguram um direito de forma imediata, o que é interpretado como um modo de ampliação do acesso à cidadania. No caso de uma militância social e territorializada, no caso materializada em ações como as cozinhas solidárias, nota-se como o apoio humanitário funciona como tática de recrutamento e ocupa funções estatais

de proteção, o que afeta os processos de enraizamento comunitário. Por fim, o ativismo cotidiano institucional opera burocraticamente, convertendo rumores em justificativas legais mediadas por situações de "urgência" e "risco", revelando como uma prática produz concretamente políticas de proteção social e pode reimaginar formas de assistência, mas também pode reforçar estereótipos no que se refere aos direitos de crianças e adolescentes.

Ao analisar a relação entre engajamento político e ação coletiva, identificam-se três dimensões principais: ativismo, mobilização e movimentos sociais. O ativismo consiste na atuação de indivíduos ou grupos em defesa de causas específicas, podendo ocorrer de forma pontual ou contínua, tanto dentro quanto fora de organizações. Mobilização refere-se ao processo pelo qual ativistas se organizam para dar visibilidade pública a suas demandas, frequentemente por meio de manifestações ou atos simbólicos. Movimentos sociais constituem estruturas permanentes que incorporam práticas de ativismo e processos de mobilização em projetos políticos de longo prazo. Embora essas dimensões estejam interligadas, seus limites são flexíveis: nem todo ativismo resulta em mobilização, nem toda mobilização se transforma em um movimento social, porém movimentos sociais dependem de ativistas e mobilizações para sua consolidação.

Pensar ativismo, mobilização e movimentos sociais como dimensões de um fenômeno coletivo relacionado diretamente à administração de conflitos pode nos ajudar a problematizar uma ideia presente em narrativas midiáticas — "a manifestação foi pacífica". Quando isso ocorre estamos diante de uma categoria legal e moral usada para legitimar a manifestação perante o Estado e a opinião pública, a partir de interesses políticos próprios, mas também para sinalizar que não teria ocorrido uso de violência física contra pessoas ou propriedades por parte dos manifestantes. Essa afirmação se refere apenas a esse cenário.

Afirmar que uma manifestação é pacífica significa posicionar-se politicamente sobre a legitimidade e a pertinência de uma dada ação coletiva, ao mesmo tempo que oficialmente se está negando a possibilidade de explicitação do conflito no espaço público. Tanto é assim que o uso da violência — de forma clandestina por parte das polícias e forças de segurança — tem sido uma prática observada nos últimos anos na Argentina diante de mobilizações e protestos, buscando, por meio da geração de episódios violentos, ao mesmo tempo deslegitimar a manifestação e validar sua repressão.

Afinal, o sintagma *manifestação pacífica* opera como categoria moral e estratégica, definindo o que é considerado protesto legítimo e o que é visto como ameaça à ordem. Quando é o Estado que utiliza essa categoria o sentido do "pacífico" é um instrumento de controle sobre o corpo e as emoções na rua – quem pode gritar, chorar, resistir, empurrar? – ou seja, é uma forma de criminalizar qualquer forma de resistência ou autodefesa como "violenta". As fronteiras entre o que é ser "pacífico" e o ser "violento" é política, variável e disputada, que são

acionadas, no Brasil, como forma de silenciamento de conflitos.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. **Journal of Historical Sociology**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 58–89, 1977.
2. ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008–2018). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 93, p. 1–27, 2020. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/512. Acesso em: 20 out. 2025.
3. BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism**. Perspective and Method. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
4. CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 2, p. 41–63, 1984.
5. CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). Asociación Civil Centro de Estudios Legales y Sociales. **El derecho a la protesta social en la Argentina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CELS, 2017.
6. COLSON, Elizabeth. **The social consequences of resettlement**. The impact of the Kariba resettlement upon the Gwembe Tonga (Kariba studies). Manchester: Institute for African studies: University of Zambia: University of Manchester Press, 1971.
7. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.
8. DAMATTA, Roberto. A propósito de microescenas y macro-dramas: notas sobre el problema del espacio y del poder en Brasil. **Revista Nueva Sociedad**, n. 104, nov.-dic. 1989.
9. DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
10. ESCOBAR, Arturo. Culture, Practice and Politics: Anthropology and the Study of Social Movements. **Critique of Anthropology**, [*s. l.*], v. 12, n. 4, p. 395432, 1992.
11. ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**: Radical Interdependence, Autonomy, and The Making of Worlds. Durham: Duke University Press, 2018b.
12. ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development**: the Making and Unmaking of theThird World. Princeton: Princeton University Press, 2011.
13. ESCOBAR, Arturo. **The Making of Social Movements in Latin America**: Identity,

Strategy, and Democracy. Nova York: Routledge, 2018a.

14. EVANS-PRITCHARD, Edward; FORTES, Meyer. **Sistemas políticos africanos**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1981 [1940].

15. EZATAMENTCHY. Artista trans do Ceará, Márcia Mendonça tem nome alterado após sua morte. **Revista Máxima**, [*s. l.*], 29 abr. 2024. Disponível em: https://revistamaxima.com.br/noticias/lgbt/artista-trans-do-ceara-marcia-mendonca-tem-nome-alterado-apos-sua-morte.phtml. Acesso em: 30 jul. 2024.

16. FALLERS, Lloyd. **Bantu Bureaucracy**. A Century of Political Evolution among the Basonga of Uganda. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

17. FASSIN, Didier (ed.). **At the heart of the state**. The moral world of institutions. London: PlutoPress, 2015.

18. FERGUSON, James. **The anti-politics machine**. "Development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

19. FERRAUDI CURTO, María Cecilia. **Movilización, protesta y activismo en Argentina**: una perspectiva antropológica. Buenos Aires: Antropofagia, 2015.

20. FERRAUDI CURTO, María Cecilia. **Ni punteros ni piqueteros**. Urbanización y política en una villa del conurbano. Buenos Aires: Gorla, 2014.

21. FRASER, Nancy. Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *In*: BENHABIB, Seyla; SHAPIRO, Ian; PETTIT, Philip (org.). **Identities, Affiliations, and Allegiances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 45-66.

22. GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

23. GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil**: **Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis**. Como impactam e por que importam. Petrópolis: Vozes, 2022.

24. GUPTA, Akhil. **Red Tape**: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

25. HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

26. HINSHAW, Robert. Anthropology, administration, and public policy. **Annual Review of Anthropology**, [*s. l.*], v. 9, p. 497-522, 1980.

27. JELIN, Elizabeth. Otros silencios, otras voces. El tiempo de la democratización en la Argentina. *In:* CALDERÓN, Juan Fernando Calderón (comp.), **Los movimientos sociales ante la crisis**. Buenos Aires: UNU, 1986. p. 17-44.

28. JELIN, Elizabeth. Los movimientos sociales y los actores culturales en el escenario regional. El caso del Mercosur *In:* DE SIERRA, Gerónimo. **Los rostros del Mercosur.**

El difícil camino de lo comercial a lo societal. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 257-274.

29. JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**. Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

30. JURIS, Jeffrey. **Networking futures**: The movements against corporate globalization. Durham: Duke University Press, 2008.

31. LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**. Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília, DF: ENAP, 2019.

32. MAIR, Lucy. Applied anthropology and development policies. *In:* MAIR, Lucy (ed.). **Anthropology and Social Change**. London: The University of London, 1971 [1956]. p. 10-27.

33. MANZANO, Virginia. **La política en movimiento**: movilizaciones colectivas y políticas estatales en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Biblos, 2013.

34. MIRANDA, Ana Paula Mendes. Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 1, p. 218-237, 2009.

35. MIRANDA, Ana Paula Mendes. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminação da intolerância religiosa. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 125-152, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.939. Acesso em: 20 out. 2025.

36. MIRANDA, Ana Paula Mendes. "Terreiro" politics against religious racism and "christofascist" politics. **Vibrant**, Florianópolis, v. 17, –e17456, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.1590/1809-43412020v17d456. Acesso em: 20 out. 2025.

37. MIRANDA, Ana Paula Mendes; BONIOLO, Roberta Machado. "Em público, é preciso se unir": conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 86-119, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n2cap04. Acesso em: 20 out. 2025.

38. MIRANDA, Ana Paula Mendes; PITA, María Victoria. Stateness: Reconceptualizing Bureaucratic-Technical State Effects That Perform Agency, Governmentality, and Subjectivity. *In*: AMAR, Paul (ed.) **Rio as Method**. Collective Resistance for a New Generation. v. 1. Durham: Duke University Press, 2024. p. 79-89.

39. MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and The State Effect. *In:* STEINMETZ, George (org.). **State/Culture**: State-Formation after the Cultural Turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76–97.

40. MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

41. NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. *In*: HYMES, Dell (ed.). **Reinventing Anthropology**. New York: Random House, 1972. p.

284-311.

42. NUGENT, David. Governing States. *In*: NUGENT, David; VINCENT, Joan (ed.). **A companion to the Anthropology of Politics**. London: Blackwell Publishing, 2007. p. 198-215.

43. O´DONNELL, Guillermo. "Algunas reflexiones sobre la democracia y sus múltiples caras". **Revista CLAD, Reforma y Democracia**, [*s. l.*], n. 42, 2008.

44. O´DONNELL, Guillermo. ¿Y a mí, qué mierda me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. *In:* O´DONNELL, Guillermo. **Contrapuntos**. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Buenos Aires: Prometeo, 2024 [1997], p. 183-218.

45. O´DONNELL, Guillermo. Situaciones: micro-escenas de la privatización de lo público en São Paulo. **Working Paper**, Indiana, n. 121, 1989.

46. O´DONNELL, Guillermo. ¿Y a mí, qué me importa? Notas sobre sociabilidad y politica en la Argentina y Brasil. **Working Paper**, Indiana, n. 9 1984.

47. PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, religião e mobilização política no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

48. PACHECO DE OLIVEIRA, João **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

49. PACHECO DE OLIVEIRA, João **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2019.

50. PERELMAN, Marcela. **Política, policía y protesta**. Desplazamientos de los umbrales de violencia policial en relación con la protesta en la Argentina (2002-2005). 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015.

51. PERELMAN, Marcela. Tramas institucionales de la represión. Relaciones entre política, justicia y policía en los casos de Mariano Ferreyra y del Parque Indamericano. *In*:,JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, 9., 2011, Buenos Aires. **Acta Académica** […]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2011. Disponível em: https://cdsa.aacademica.org/000-034/444.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

52. PERELMAN, Marcela. Narrativas en disputa sobre violencia y protesta. De "el movimiento piquetero amenaza desestabilizar el gobierno de Duhalde" a "el anterior gobierno tuvo que adelantar las elecciones por la muerte de piqueteros en el Puente Pueyrredón". **Lavboratorio, Revista de Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social**, Buenos Aires, n. 23, 2010. Disponível em: https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/lavboratorio/article/view/98. Acesso em: 9 out. 2025.

53. PEREYRA, Sebastián. Jelin y la reapropiación de los estudios sobre nuevos movimientos sociales en América Latina. *In:* CAGGIANO, Sergio; MERENSON, Silvina; PEREYRA, Sebastián (ed.). **Pensamientos y afectos en la obra de Elizabeth Jelin**. Buenos Aires:

Miño y Dávila, 2022. p. 145-161.

54. PEREYRA, Sebastián. Procesos de movilización y movimientos sociales desde la transición a la democracia. **Revista Observatorio latinoamericano**, Buenos Aires, nov. 2013. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/28412/CONICET_Digital_Nro.3e4dc8a6-d7aa-4155-906e-7c6cac168919_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 9 out. 2025.

55. PEREYRA, Sebastián. ¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democratización y el neoliberalismo. 1. ed. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

56. PEREYRA, Sebastián; ARMELINO, Martín. Movimientos sociales y sindicatos: La protesta social durante la posdictadura argentina (1983-1989). **Revista Estudios Sociales**, Santa Fe, v. 65, n. 2, e0073, 2023. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/222575. Acesso em: 9 out. 2025.

57. PEREYRA, Sebastián; BERARDI, Adrián. El compromisso político de las víctimas. *In:* PITA, María Victoria; PEREYRA, Sebastián (ed.). **Movilización de víctimas y demandas de justicia en la Argentina contemporánea**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: TeseoPress, 2020. p. 197-230. (Colección Antropología Jurídica y Derechos Humanos). Disponível em:https://www.teseopress.com/movilizacion/chapter/la-centralidad-de-las-victimas-en-la-movilizacion-social-contemporanea/. Acesso em: 9 Out. 2025.

58. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

59. PITA, María Victoria. Violencia policial, movilizaciones y activismos. Experiencias, estado de situación e incertidumbres del presente. *In:* PITA, María Victoria; VILLALTA, Carla; SARRABAYROUSE OLIVEIRA, María José; MARTÍNEZ, María Josefina (comp.). **Activismos, violencias de Estado y burocracias.** Conflictos y derechos en litigio. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo Press, 2025. p. 325-355. (Colección Antropología Jurídica y Derechos Humanos).

60. PITA, María Victoria; CORBELLE, Florencia. Entre la defensa y la gestión. Identificar, clasificar y decidir. El trabajo de una burocracia judicial en materia de violencia institucional en la Ciudad de Buenos Aires. Análisis de caso. **QuAderns de l'Institut Català d'Antropologia**, [*s. l.*], v. 41, n. 1, 76-92, 2025. Disponível em: https://publicacions.antropologia.cat/quaderns/article/view/523/323. Acesso em: 7 out. 2025.

61. PITA, María Victoria; PEREYRA, Sebastián. La centralidad de las víctimas en la movilización social contemporánea. *In:* PITA, María Victoria; PEREYRA, Sebastián (ed.). **Movilización de víctimas y demandas de justicia en la Argentina contemporánea**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo Press, 2020. p. 19-66. (Colección Antropología Jurídica y Derechos Humanos).

62. SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: ANPOCS: Zahar, 1986.

63. SOUTHALL, Aidan. A critique of the tipologies of states and political systems. *In*: BANTON, Michael (ed.). **Political systems and the distribution of power**. London: Tavistock, 1972. p. 113-140.

64. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

65. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

66. TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. **Current Anthropology**, [*s. l.*], v. 42, n. 1, p. 125–138, 2001.

Ana Paula Mendes de Miranda
Professora Associada do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista 1 D de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora Visitante Sênior do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1007-6714. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: anapaulamiranda@id.uff.br

María Victoria Pita
Professora Associada do Departamento de Ciências Antropológicas da Universidad de Buenos Aires. Professora da Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidad Nacional de Lanús. Pesquisadora Principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas no Instituto de Ciências Antropológicas da Universidad de Buenos Aires. Doutora em Antropologia pela Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0007-9538-0171. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: mpita@conicet.gov.ar

Etnografia de um processo: a luta da militância trans e travesti pelo direito à retificação de registro civil[1]

Ethnography of a process: the struggle of trans and travesti activists for the right to civil registration rectification

Gladston Oliveira dos Passos
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Marcos Ribeiro de Melo
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do Poder Judiciário sergipano em uma das primeiras demandas de retificação de registro civil de uma pessoa trans. Para tanto, foram analisados os autos de um processo civil que foi conduzido pela 6ª vara privativa de Assistência Judiciária da comarca de Aracaju (Sergipe). Priorizamos metodologicamente a etnografia de arquivo, pois entendemos que os documentos judiciais se constituem como importantes fontes de pesquisa para a compreensão do jogo de poder que define a verdade jurídica. Os embates, os argumentos, as estruturas textuais, a presença das lutas sociais e a busca por direitos são marcadores fundamentais para inferir sobre os paradoxos e complexidades de formação de uma dada sociedade. A análise desse processo é relevante, pois evidencia os embates sobre as questões de gênero no estado de Sergipe, quando o Poder Judiciário é provocado a decidir sobre o assunto. O artigo foi estruturado em duas partes. Na primeira, foi apresentada a forma como se constituiu a militância trans e travesti no Brasil. Na segunda, descrevemos como se estabeleceu o trâmite processual da ação de retificação de registro civil e analisamos os aspectos culturais e jurídicos que estão presentes no processo, em especial, o embate entre o modelo heteronormativo e o paradigma da plurisexualidade, e o conflito entre dois modelos de identidade: o fisiológico e o psicossocial. Concluímos

1 Este artigo é fruto das análises do projeto "A gestão estatal do feminicídio e transfeminicídio: perspectiva comparativa entre Brasil, México, Equador, Peru e Espanha", financiada por meio da chamada pública MCTI/CNPq n.º 14/2023 - Apoio a Projetos Internacionais de Investigação Científica, Tecnológica e de Inovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em 10 de março de 2025.
Avaliador A: 27 de junho de 2025.
Avaliador B: 27 de junho de 2025.
Aceito em 4 de agosto de 2025.

CC BY

que o reconhecimento da identidade das pessoas trans e travestis, por meio da retificação de nome e gênero, foi oriundo de um processo intenso de mobilização da militância. O direito ao nome para as pessoas trans e travestis precisou ser reivindicado judicialmente, uma realidade que foi se modificando com o avanço jurisprudencial sobre o tema e que garantiu às pessoas trans a porta de acesso à cidadania.

Palavras-chave: Etnografia, Gênero, Poder Judiciário, Registro Civil, Sergipe.

ABSTRACT

This article analyzes the actions of the Sergipe Judiciary in one of the first civil registration rectification lawsuits brought by a trans person. To this end, we analyzed the records of a civil case that was conducted by the 6th court for judicial assistance in the district of Aracaju (Sergipe, Brazil). Methodologically, we prioritized archival ethnography, as we believe that judicial documents are important sources of research for understanding the power game that defines legal truth. The clashes, the arguments, the textual structures, the presence of social struggles and the search for law are fundamental markers for inferring the paradoxes and complexities of the formation of a given society. The analysis of this case is relevant as it highlights the clashes over gender issues in the state of Sergipe, when the Judiciary is called upon to decide on the matter. The article is structured in two parts. The first presents how trans and travesti activism was formed in Brazil. In the second part, we describe how the process of civil registration rectification was established and analyze the cultural and legal aspects that are present in the process, in particular, the clash between the heteronormative model and the paradigm of plurisexuality, and the conflict between two models of identity: the physiological and the psychosocial. We concluded that the recognition of the identity of transgender and travesti people, through the rectification of name and gender, came about as a result of an intense process of mobilization by activists. The right to a name for transgender and travesti people had to be claimed in court, a reality that has been changing with the advancement of jurisprudence on the subject and which has guaranteed transgender people access to citizenship.

Keywords: Ethnography, Gender, Judiciary, Civil Registry, Sergipe.

INTRODUÇÃO

A população trans e travesti brasileira luta diariamente para ter seus direitos garantidos. Entre os avanços nos últimos anos, destacamos a retificação de registro civil sem a necessidade da realização da cirurgia de readequação genital. Uma vitória alcançada com esforço e persistência,

tendo em vista que, no legislativo, o movimento ainda não teve êxito, restando ao judiciário a ratificação do direito no campo jurídico. Segundo o Portal da Transparência do Registro Civil, as retificações de nome e sexo de pessoas trans registraram um recorde de solicitações nos cinco primeiros meses de 2024, sendo realizadas 1.930 retificações de nome e gênero em cartórios (Lucca, 2024). Esse aumento se deve à desburocratização do procedimento, já que, há pouco tempo, o direito de retificar o nome e o gênero só era possível por meio de uma ação judicial. A realização desse processo de forma administrativa facilitou bastante a vida dessas pessoas, pois, judicialmente, se passavam anos e, muitas vezes, o resultado não era o esperado.

Considerando a demanda e a luta histórica dos movimentos trans para acesso ao direito, o objetivo deste artigo é analisar como ocorreu a atuação do Poder Judiciário sergipano em uma das primeiras demandas de retificação de registro civil de uma pessoa trans. Averiguamos de que forma as autoridades que compunham o judiciário, naquele momento histórico, agiram diante de uma ação judicial que desafiou as compreensões em torno das categorias de gênero e sexualidade. Para tal, analisamos um processo[2] judicial registrado no ano de 2009, reivindicado por uma mulher[3] trans, que o solicitou. O processo foi escolhido em função da repercussão política do tema, após o julgamento do caso, bem como porque se trata de um documento que apresenta um debate detalhado, com argumentos que englobam as questões de gênero e sexualidade, acionados pelas profissionais do Poder Judiciário de Sergipe. Além disso, pela possibilidade de acesso que um dos autores teve enquanto trabalhava no arquivo judiciário de Sergipe, e ao se deparar com um arquivo robusto que tratava sobre questões de gênero, decidiu procurar a requerente em busca da autorização de sua história para fins acadêmicos.

Inspiramo-nos, metodologicamente, na etnografia de arquivo, por entendermos o arquivo como um campo em que se identificam costumes, lutas, estruturas de poder, atuação de instituições e relações sociais que marcam tempos históricos. Utilizamos como partida teórica os estudos de Cunha (2004, 2005), que destacam que os arquivos tornaram-se objetos de interesse dos/as antropólogos/as. Outro teórico que sedimenta nossa metodologia é Le Goff (1990), quando afirma que o documento deve ser compreendido a partir da dimensão histórica e social da qual faz parte, ou seja, a composição de um documento está entrelaçada no emaranhado de forças sociais e relações de poder que constituem a sociedade. Assim, o documento deve ser lido e compreendido considerando aspectos que definem as diversas estruturas de poder.

Partindo desta compreensão, soma-se à análise metodológica os estudos realizados por Costa (2016). A autora se debruçou sobre a análise de fontes documentais produzidas pelo

2 O processo em questão foi analisado inicialmente por um dos autores em 2015 como objeto de pesquisa de uma monografia.

3 A identidade da requerente e de todas as autoridades que compõem o processo foram preservadas, pois o processo tramitou em segredo de justiça.

Sistema de Justiça Criminal e entende que os documentos judiciais são importantes fontes de pesquisa para a compreensão do jogo de poder social na constituição do fato jurídico e da verdade jurídica. Sendo assim, a análise do processo judicial, que ora apresentamos neste artigo, está pautada na compreensão de que o documento é construído a partir de constatações, embates e relações de poder que se referem a uma determinada época e grupo histórico. Os embates, os argumentos, as estruturas textuais, a presença das lutas sociais e a busca por direito são marcadores fundamentais para inferir sobre os paradoxos e complexidades de formação de uma dada sociedade.

A análise do processo aqui proposto parte da percepção dos discursos que o constituem, considerando, sobretudo, o dito e o não dito (Foucault, 1996). Nesse sentido, priorizamos algumas peças processuais que serviram de análise para este artigo, quais sejam: o parecer do Ministério Público, a sentença de primeira instância constituída pelo Poder Judiciário, o recurso de apelação do Ministério Público e a reformulação da sentença na segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

O processo que serviu como objeto de estudo pertence ao acervo do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, proveniente da 6ª Vara Privativa, comarca de Aracaju, sendo distribuído em 3 de julho de 2009 e concluído em 5 de março de 2013. Trata-se de um dos poucos casos em que a Justiça concedeu o direito de modificar o registro civil, mesmo sem a requerente ter antes realizado a cirurgia de readequação genital. Esse processo é um documento importante que evidencia os embates sobre as questões de gênero no estado de Sergipe, quando o Poder Judiciário foi provocado a decidir sobre o assunto. Por fim, por meio deste instrumento, podemos extrair discussões que permeiam dois campos de pesquisa: 1) das Ciências Sociais, ao abordar questões relativas à identidade, sobretudo o descolamento entre o sexo biológico e o gênero; 2) da Antropologia Jurídica, ao possibilitar a investigação dos embates jurisprudenciais quanto ao direito à identidade de gênero. Dito isto, a análise desse processo é de extrema relevância científica para as Ciências Humanas, pois permite compreender de que forma os debates em torno de questões de gênero e sexualidade estavam sendo discutidos na sociedade sergipana, em especial no meio jurídico, em determinado momento da história recente.

Ao nos debruçarmos sobre as peças do processo, identificamos uma visão biologicista manifestada por alguns operadores do direito sergipano. No campo jurídico, essa abordagem biologicista era bastante comum, a exemplo do Código Civil Brasileiro de 1916, que considerava herdeiros somente os filhos biológicos e não os adotivos. A filiação tinha um sentido totalmente diferente do dos tempos atuais. Deste modo, naquela época, os operadores de direito no Brasil diferenciavam os filhos gerados pelos pais biológicos dos de "criação" ou adotivos.

Naqueles tempos históricos, o valor jurídico do afeto como fonte de filiação não era reconhecido. Inexistia totalmente a filiação socioafetiva. A distinção entre filhos "legítimos" e

"ilegítimos" é a prova do quanto a biologização estava presente na doutrina e nas leis. Portanto, a filiação era caracterizada apenas pela genética. Nesse contexto, a relação consanguínea assumia total relevância, pois desconsiderava-se a modalidade de paternidade fundada em fatores afetivos. Essa só veio a ser aceita quando a Constituição de 1988 entrou em vigor e impossibilitou qualquer tipo de discriminação entre os/as filhos/as, independente da origem, seja biológica ou afetiva. Não haveria mais classificações, haveria apenas o estado de filho. Assim dispõe o artigo 227, parágrafo 6º da Constituição Federal da República de 1988: "Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (Brasil, 1988).

Com a mudança do conceito de família, a afetividade assume outro nível de importância, principalmente nos casos da menoridade, em que a verdade biológica não seria mais suprema e não prevaleceria sobre as demais. Segundo Jacqueline Filgueiras Nogueira (2001, p. 84-85) "[...] o vínculo de sangue tem um papel definitivamente secundário para a determinação da paternidade; a era da veneração biológica cede espaço a um novo valor, que se agiganta: o afeto". Dessa forma, ampliou-se o conceito de paternidade, que compreende o parentesco psicológico, o qual prevalece sobre a verdade biológica e a realidade legal, como diz Maria Berenice Dias (2009). Na sua concepção, essa mudança contribuiu, entre outras coisas, para o reconhecimento da união homoafetiva. Diz ela: "[...] foi a Constituição que elegeu o afeto como elemento constitutivo da união estável"[4] (Dias, 2009, p. 178). Do mesmo modo, o jurista Paulo Luiz Netto Lôbo (2003) afirma que o modelo contemporâneo de família não é fundamentado apenas na biologia:

> O modelo tradicional e o modelo científico partem de um equívoco de base: a família atual não é mais, exclusivamente, a biológica. [...]. No âmbito jurídico, encerrou definitivamente seu ciclo após o advento da Constituição de 1988. O modelo científico é inadequado, pois a certeza da origem genética não é suficiente para fundamentar a filiação, uma vez que outros são os valores que passaram a dominar esse campo das relações humanas (Lôbo, 2003, p. 48).

No tocante à identidade de gênero, algumas jurisprudências que tratam sobre a retificação de pessoas trans consideravam somente o aspecto biológico. Em tal visão, a fisiologia tem papel determinante. Assim, deveria adotar uma identidade masculina quem nasceu com os órgãos genitais masculinos, e feminina aquela pessoa que nasceu com a genitália feminina. Contrariamente a essa visão, algumas pesquisadoras de gênero e sexualidade defendem que

4 "A desbiologização da paternidade – expressão cunhada por João Batista Villela – identifica pais e filhos não biológicos, não consanguíneos, mas que construíram uma filiação psicológica" (Dias, 2009, p. 178).

o gênero é uma construção social (Bento, 2011; Jesus, 2012; Vergueiro, 2016). Mesmo com tantas burocracias e preconceitos que dificultam, e até impossibilitam o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans, é necessário que as leis sejam cumpridas, para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos.

Diante da problemática acima exposta, o artigo foi estruturado em duas partes. Na primeira, foi apresentado de que forma se constituiu a militância trans e travesti no Brasil, na medida em que entendemos as lutas dos movimentos sociais como importantes elementos de mudança social, de busca e consolidação dos direitos civis. Na segunda, descrevemos como se estabeleceu o trâmite processual da ação de retificação de registro civil e analisamos os aspectos culturais e jurídicos que estavam presentes no processo, em especial, o embate entre o modelo heteronormativo e o paradigma da plurisexualidade, bem como o conflito entre dois modelos de identidade: o fisiológico e o psicossocial.

A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA TRANS E TRAVESTI NO BRASIL E EM SERGIPE

No início de 2024, um dos autores deste artigo participou de um curso promovido pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, tendo como objetivo a capacitação acerca dos conceitos relacionados à população LGBTQIA+, direitos e garantias conquistados e desafios existentes. Após as aulas ministradas, o candidato responderia uma avaliação para testar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Na referida avaliação, verificou-se, por um dos cursistas presentes, que o termo travesti estava presente em uma das questões e vinha precedido do artigo masculino. Se uma pessoa cisgênero[5], que era o caso desse cursista, havia se incomodado, imagine uma pessoa trans. Depois de ter finalizado a avaliação, o discente, por meio de um canal de dúvidas e sugestões no site do curso, informou que havia um erro na elaboração de uma das questões, pois o termo travesti era mencionado no masculino.

A partir desse relato podemos extrair que o trabalho para reconhecer a identidade feminina de mulheres trans ainda não terminou. Os direitos relacionados às pessoas trans que estamos presenciando na contemporaneidade se devem, em grande parte, à luta do movimento LGBTQIA+, anteriormente denominado de movimento gay ou homossexual. Conforme entendimento de Sherry Wolf (2021), foi com o advento da Revolta de Stonewall, em 1969, que

5 Termo guarda-chuva, ainda que estaria designando as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído a partir de seu nascimento, mas que não as definiriam como identidades essencializadas (Jesus, 2012).

cada segmento decidiu reivindicar suas próprias demandas e lançar suas próprias organizações. No que tange à *Stonewall*, ultimamente as/os pesquisadoras/es e estudiosas/os dessa temática trazem a importância de personalidades que, por muito tempo, foram invisibilizadas, a exemplo da Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Segundo Quinalha (2022), "ambas vêm sendo cada vez mais relembradas e reivindicadas enquanto as figuras centrais da luta trans – que realmente foram – para a luta por libertação sexual". Um ano após a revolta de Stonewall, elas organizaram a Ação das Travestis de Rua Revolucionárias, um grupo para ajudar jovens gays e travestis que viviam à margem. Contudo, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo grupo fizeram com que não prosperasse (Wolf, 2021; Quinalha, 2022).

As rixas dentro do próprio movimento também ocorreram no Brasil, tendo em vista que o diálogo com instâncias estatais fez com que houvesse uma delimitação de sujeitos e demandas (Facchini, 2005, 2018). Segundo Facchini (2018), para essa exigência surgiram duas consequências:

> A primeira foi uma ênfase na clara delimitação de identidades e o consequente acirramento dos processos de disputa por visibilidade no interior de um movimento no qual o sujeito político se torna mais e mais complexo [...] a segunda é, em parte, complementar à incidência política, dado que dava corpo, por assim dizer, à comunidade, mas que também a dotava de uma face mais plural, produzindo deslocamentos: a visibilidade massiva protagonizada pelas Paradas do Orgulho (Fachinni, 2016, p. 319-320).

Sobre essa disputa por visibilidade, tomamos como exemplo a Marcha do Orgulho Trans de São Paulo. Criada em 2018, a Marcha é organizada pelo Instituto [SSEX BBOX], uma organização não-governamental (ONG) que atua desde 2009 apresentando ferramentas, conteúdos educacionais e soluções estratégicas de forma interseccional para grupos sub-representados. Uma das justificativas apontadas pelo Instituto, encontrada no site Orgulho Trans, é de que a Marcha "é mais do que um ato, é uma declaração de que a identidade de gênero é um espectro rico e multifacetado, não um conjunto de categorias rígidas" (Todes [...], [201- ?]). Ao descrever o contexto histórico e político do movimento LGBTQIA+, o Instituto informa que a Marcha do Orgulho Trans de São Paulo destaca-se "por abordar descompassos na visibilização e representação social, cultural e política de grupos minorizados dentro do próprio movimento" e enfatiza como as demandas de homens brancos, cisgêneros e homossexuais muitas vezes não abrem espaço suficiente para as vozes das travestis, mulheres e homens trans, pessoas não binárias, queer e negras, especialmente as que vivem em contextos periféricos ou rurais (Contexto [...], [201-?]).

Atualmente, vivemos uma retomada e uma tentativa de dar visibilidade a personalidades históricas do movimento trans no Brasil. Sem dúvida, é um desafio devido à escassez de registros dessa história, principalmente quando nos referimos ao Movimento de Travestis e Mulheres,

conforme pontua Maria Clara Araújo dos Passos (2022, p. 52) "a história oral se torna uma das principais ferramentas para que esse percurso seja reconstituído, ainda que não em sua totalidade". Antes mesmo de apontar como ocorreu esse movimento, é necessário relembrar a existência de Xica Manicongo, uma escrava africana que foi vendida a um sapateiro em 1591, durante sua chegada em São Salvador da Bahia de Todos os Santos. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2018), por séculos foi chamada de Francisco até que sua história foi resgatada e seu nome social atribuído postumamente pela militante Majorie Marchi.

No que tange à formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, a figura de Jovanna Cardoso da Silva, ou simplesmente Jovanna Baby, é de extrema importância. Durante o período da ditadura militar, Jovanna residia em Vitória, capital do Espírito Santo, e era uma trabalhadora sexual. Fez parte da Associação Damas da Noite, uma instituição formada por trabalhadoras sexuais de Vitória, que tinha como objetivo pressionar o poder público sobre os direitos dessas mulheres. Após se mudar para o Rio de Janeiro, em 1990, Jovanna participou do Projeto Saúde na Prostituição, desenvolvido pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), atuando como agente multiplicadora em pontos de prostituição carioca. A parceria entre Jovanna e o ISER proporcionou às travestis conhecimento de seus direitos, bem como assistência jurídica. Dois anos depois, junto com Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Claudia Pierre France e Monique du Bavieur, fundaram a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL). Em seguida, surgiram outras ONGs, como a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS), o Grupo Filadélfia de Santos, no ano de 1995; o Grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (UNIDAS), na cidade de Aracaju, em 1999 (Jesus, 2018; Passos, 2022). A UNIDAS surgiu em um contexto preventivo do HIV/aids, em parceria com a Coordenação Estadual de DST/AIDS de Sergipe, sob os auspícios de uma assistente social, identificada como uma mulher cisgênero que esteve vinculada à Secretária Estadual da Saúde naquele período (Costa; Passos; Melo, 2023).

É no início do século XXI que surgem as entidades nacionais, a exemplo da Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), formada no ano 2000 durante o X Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis; a Rede Trans; a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT, extinta em 2013); e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) (Nery, 2018). No cenário sergipano, surgia em 2001 a Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA). Assim como a UNIDAS, a ASTRA teve como objetivo atender às demandas das pessoas trans. Segundo Melo (2013) a criação de associações "trans" foi possibilitada quando esse segmento passou a ser incorporado em investimentos dos programas de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs/aids). A partir do ano de 2003, a ASTRA modificou seu estatuto e decidiu ampliar o público que atendia, incluindo gays e lésbicas e, consequentemente, passou a ser denominada ASTRA – Direitos Humanos e cidadania LGBT. É importante salientar que essas

ONGs foram e ainda continuam sendo espaços de acolhimento. As reuniões e atividades, que a ASTRA realizou em mais de duas décadas influenciaram na construção da militância trans e travesti do estado, e uma dessas militantes é a requerente do processo que iremos analisar na seção seguinte.

GÊNERO NÃO É GENITAL: PROVOCAÇÕES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO PELO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO

Nesta seção, descreveremos como ocorreu o trâmite processual da ação de retificação de registro civil em questão e como a persistência da requerente foi primordial no êxito da demanda. O caminho percorrido no processo é construído em cinco fases: a postulatória, a de saneamento, a de instrução, a decisória e a liquidatária. Em cada fase há peças e documentos essenciais para o andamento do feito, a saber: petição inicial, declaração de hipossuficiência, mandado de intimação, petição de juntada de documentos da requerente, carta precatória expedida pelo juízo de Direito da 6ª vara privativa de Aracaju, parecer do Ministério Público, procuração, relatório de avaliação psicológica, laudo psicossocial, atestado médico, sentença, agravo de instrumento, recurso de apelação do Ministério Público e da requerente, e petição de cumprimento de sentença.

O processo foi iniciado no dia 3 de julho de 2009. Por meio da petição inicial, a requerente, que residia em Aquidabã, município de Sergipe, ajuizou uma ação de retificação de registro civil por meio da Defensoria Pública. Argumentou que, apesar de possuir uma "personalidade feminina", seu registro civil lhe atribui um nome masculino. Sendo assim, requereu a modificação da certidão de nascimento, pleiteando que o seu nome masculino fosse substituído por um feminino. Além disso, também solicitou que o seu gênero fosse registrado como feminino. Demandou ainda o benefício da assistência judiciária gratuita, uma vez que era pobre e não tinha condições financeiras para arcar com as despesas e custas processuais.

Diante do pedido, no dia 14 de julho de 2009, a juíza de primeira instância marcou a audiência de instrução e julgamento. A requerente foi intimada a comparecer ao Tribunal, acompanhada de testemunhas, no dia 4 de setembro de 2009, às 8 horas. Neste momento, o processo sofreu um contratempo. A juíza suspendeu a audiência alegando a falta de documentos comprobatórios dos fatos alegados na petição inicial e decretou outra data para a audiência, a ser realizada no dia 3 de novembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. Além disso, determinou que, no prazo de vinte dias, a requerente anexasse os documentos comprobatórios necessários.

Na mesma oportunidade, solicitou que psicólogos e assistentes sociais do tribunal realizassem um estudo psicossocial do caso.

Dando prosseguimento à demanda, no dia 16 de setembro de 2009, a autora da ação requereu tratamento psicoterapêutico no Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de Aracaju. Criado no ano de 2008, o Centro de Referência é responsável pelo atendimento jurídico, acolhimento pessoal e promoção dos Direitos da Cidadania da comunidade LGBTQIA+, e resultou de um convênio entre o governo do Estado de Sergipe e o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Costa, 2016). A partir de 25 de maio de 2021, o Centro passou a funcionar por meio da portaria de n° 184/2021 e, em fevereiro de 2022, foi reinaugurado como Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ (CRDH), tendo suas atividades interligadas a unidades de investigação, como o Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) e o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), ambas vinculadas à Secretaria de Segurança Pública de Sergipe.

Retornando aos autos do processo, identificamos que, no final de setembro de 2009, a Juíza autorizou a assistente social a realizar o estudo social e psicológico da requerente. Nesse momento, houve divergências judiciais sobre o local em que o processo deveria ser julgado, tendo em vista que a autora não residia mais no município em que nasceu. Posteriormente, no dia 21 de janeiro de 2010, um novo Juiz substituto ficou responsável pelo processo, e seu entendimento sobre onde ocorreria o julgamento foi que a competência se determina no momento da propositura da ação, sendo irrelevante a mudança posterior de endereço da parte autora. Asseverou que o juízo da Comarca de Aquidabã era incompetente para conhecer e julgar o feito e que o processo deveria correr na comarca de Aracaju. Diante do impasse, o caso foi encaminhado para uma desembargadora que, no dia 23 de junho de 2010, julgou o conflito de competência improcedente. As indefinições geraram um gasto de tempo de mais de 11 meses. Solucionado o conflito, o processo judicial seguiu normalmente. No dia 17 de agosto de 2010, a promotora intimou a requerente para que se manifestasse acerca do laudo psicossocial. Três dias depois, o defensor público da autora respondeu ao pedido da promotora e solicitou o prosseguimento do feito com a designação de audiência de instrução e julgamento.

No mês seguinte, dia 1 de setembro de 2010, a Juíza que iniciou o processo retornou e designou audiência de instrução para o dia 5 de outubro de 2010, às 9 horas. Todavia, o defensor público da parte interessada solicitou a modificação da data, visto que a requerente estaria impossibilitada de comparecer naquela data. Atendida a demanda, a audiência foi transferida para o dia 29 de outubro de 2010, às 8 horas e 30 minutos. Na ocasião, além do defensor público, a requerente passou a ser representada também por um advogado. Este pediu à juíza um prazo para expedir ofício ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), solicitando um

laudo detalhado da evolução psicológica, psiquiátrica e cirúrgica para a mudança de gênero. O HUPE é o hospital universitário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi a terceira instituição a oferecer assistência específica para pessoas transexuais e é um dos sete hospitais habilitados oficialmente para realizar a cirurgia de readequação genital[6].

A demanda enviada no dia 15 de junho de 2011 foi encaminhada ao Ministério Público, que se manifestou parcialmente a favor da demandante, concedendo a retificação do registro civil no tocante ao nome, mas se manifestou contrariamente quanto à alteração do gênero. A alteração, conforme a promotora, somente poderia ocorrer após a transgenitalização da requerente. Diante da posição do Ministério Público, uma outra juíza assumiu o processo e manifestou-se contrariamente, entendendo que era necessária a comprovação da mudança de sexo para alteração do registro civil. Nesse período a possibilidade da retificação do nome e gênero de uma pessoa trans no Brasil estava associada à realização da cirurgia de readequação genital. No contexto estadunidense, apesar dos estados terem regras próprias, a definição médica aparece como primordial em distintos lugares. Segundo Dean Spade (2015) muitos órgãos americanos têm políticas formais ou informais de reclassificação de gênero, que exigem algum tipo de comprovação de atendimento médico,

> Cada organismo y programa estatal que hace un seguimiento del género de una persona tiene reglas o prácticas propias (a veces dependientes de la opinión personal de un funcionario o funcionaria) sobre qué prueba se exige para hacer un cambio oficial de género en un registro o una identificación. Las políticas difieren radicalmente. Algunos exigen pruebas de que la persona se ha sometido a una cirugía específica; otros exigen pruebas de que la persona se ha sometido a cirugía, pero sin especificar cuál; y otros exigen una carta del médico que confirme que la persona es trans y certifique la autorización médica que atestigua su pertenencia a un general en particular. Otros no permiten un cambio de género en absoluto. Unas pocas políticas permiten que la autoidentificación de una persona sea prueba suficiente para cambiar su clasificación de género (Spade, 2015, p. 150).

Nesse sentido, o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans depende do tipo de evidência médica que ela consiga apresentar e, como não há um consenso entre as entidades, a população trans acaba sendo prejudicada.

Dando continuidade ao processo em questão, o momento mais aguardado pela autora se iniciou. A sentença da ação judicial foi exarada em 24 de maio de 2012. O pedido da requerente

6 Além do HUPE, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), os serviços habilitados oficialmente para cirurgia de readequação genital estão no Hospital das Clínicas da UFG e no Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG), em Goiás; no Hospital Universitário da UFJF, em Minas Gerais; no Hospital Jean Bitar, no Pará; no Hospital das Clínicas da UFPE, em Pernambuco; no Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e no Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior, no Rio Grande do Sul; no Hospital das Clínicas da USP, em São Paulo.

foi negado pela juíza, seguindo o mesmo fundamento do desembargador ao julgar o agravo de instrumento interposto pela autora; ambos argumentaram que o atendimento do pleito somente poderia ser realizado após a cirurgia de transgenitalização da pleiteante:

> Analisando detidamente os autos, vejo que não merece agasalho a pretensão do recorrente, muito embora, entenda que não deva ser fácil conviver com tal situação diante do preconceito social. Todavia, inexiste legislação a amparar o pleito recursal. É sabido, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº70-B, de 1995, que propõe alterar o art. 58, da Lei de Registros Públicos, permitindo a retificação do nome e estado sexual com a averbação do termo transexual no registro de nascimento e carteira de identidade, desde que haja sido realizada a cirurgia de modificação do sexo. Inobstante ainda esteja aludido o projeto em tramitação a moderna jurisprudência já tem se posicionado neste sentido, qual seja, admissão da retificação do registro civil quando já foi realizada a cirurgia de ablação do sexo originário [...]. No caso em tela, não tendo o apelante se submetido à cirurgia denominada Neovaginoplastia, nem havendo qualquer erro de fato ou de direito no registro civil, não há como conceder seu pleito. Registre-se que não há que se falar em ofensa à dignidade da pessoa humana, consoante alegado pelo recorrente. Ao revés, haveria sobredita ofensa se o nome não correspondesse ao sexo da pessoa. Da análise dos autos, observa-se, entretanto que o nome do requerente condiz com seu estado físico, posto que incontroverso que o demandante ainda não se submeteu a cirurgia de modificação do sexo (TJSE, 2013, p. 223).

Ao indeferir o pedido da requerente, os magistrados tomaram como fundamento para a sua decisão a incompatibilidade do sexo físico da pleiteante com o novo nome pleiteado por ela. Nota-se que, na visão desses operadores do direito, as identidades sexual e de gênero devem ser determinadas somente pela biologia. Inconformado com a decisão, o Ministério Público propôs recurso de apelação. Alegou que estava comprovado o transtorno de identidade de gênero da requerente. Argumentou ainda que a solicitante era reconhecida pela sociedade pelo nome feminino, manifestando discrepância entre seu registro civil e a sua identidade social.

Em seguida, o processo entrou em fase de recurso, que se encerrou em 30 de outubro de 2012. Nesta data, o desembargador, contrariando a posição da juíza de primeira instância, autorizou a efetivação do pleito da requerente. Registrou que a demanda era justa e que devia ser deferida. Lembrou ainda que não se tratava de um pedido descabido, uma vez que o prenome da autora se harmoniza com os demais nomes das irmãs dela, e que é por este nome que a requerente era socialmente reconhecida. É importante destacar que, ao acionar a categoria família para justificar a decisão, o desembargador pontuou a semelhança dos prenomes da requerente e com os de suas irmãs, reforçando o parentesco entre elas. As novas configurações de família e os debates que giram em torno dela são fruto das contribuições da antropologia (Sarti, 1992). Assim, após a tramitação de um longo processo (de 3 de julho de 2009 a 5 de março de 2013), a requerente pôde ter seu registro civil alterado e passou a ter sua identidade de gênero reconhecida.

Costa (2016), ao estudar crimes sexuais, homofobia e justiça em Sergipe, por meio de análise de processos penais, observou que alguns profissionais do direito que atuam no judiciário sergipano têm produzido importantes embates, registrados em peças judiciais, sobre o reconhecimento de direitos que demandam as pessoas LGBTs. Esses operadores do direito emitem sentenças e pareceres que contribuem para o estabelecimento de direitos, mesmo que isso ocorra de forma lenta, como tem sido os julgamentos no Brasil, onde o tempo médio entre o ajuizamento de uma ação e a sentença é de dois anos e três meses (CNJ, 2024).O embate entre as autoridades responsáveis em analisar e julgar o processo de retificação de nome e gênero de uma pessoa trans é de extrema importância para compreendermos como se dá a evolução jurisprudencial no campo dos Direitos Humanos. Como afirma Le Goff (1990), o documento é um monumento histórico e sua construção está ligada às diversas relações de poder que constituem a sociedade. A essência do ofício de uma/um magistrada/o é julgar, seja um conflito entre vizinhos, parentes ou até mesmo quem deve viver ou morrer. O peso desse poder é gigantesco, e as decisões tomadas por esses profissionais acabam impactando para sempre a vida dessas pessoas. É importante salientar que muitas convicções e crenças estão por trás desses julgamentos e marcam os documentos processuais.

No processo em questão, verificamos que a argumentação utilizada pela juíza de primeira instância, na negativa do pleito da requerente, se baseava na ausência de uma prova essencial, a realização da cirurgia denominada neovaginoplastia. Contudo, a insistência na necessidade dessa prova revela-se como um preconceito, conforme apontado pela promotora do caso,

> A dinâmica dos tempos hodiernos reserva-nos diversas situações ainda não previstas no sistema jurídico, dada a velocidade da evolução da sociedade, não acompanhada pelos legisladores em suas prognoses [...] por isso, exige-se do jurista contemporâneo, em relação a sexualidade, soluções que respeitem a dignidade da pessoa humana, superando-se uma visão embaçada pelo preconceito (TJSE, 2013, p. 163-164).

Ao exigir uma solução que respeite a dignidade da pessoa humana, a promotora traz em sua apelação a categoria de humanidade, que deveria ser inerente a qualquer indivíduo, mas, no caso em tela, ela só existe se a identidade psicossocial da parte autora fosse condizente com a genitália, ou seja, a cirurgia representa a possibilidade de ascender à condição humana. Segundo Berenice Bento (2011, p. 90), "o conceito de humano está assentado em um projeto político que retira humanidade daqueles que não têm um gênero compatível com o sexo".

> Enquanto a diferença sexual estiver no centro da invenção do humano moderno, a transexualidade e outras expressões de gênero que negam essa precedência estarão relegadas ao limbo existencial [...]. É como se as pessoas que vivem o gênero e que não têm um corpo sexuado que o sustente, precisassem antes pedir um gênero, categoria de reconhecimento de humanidade, para depois reivindicar autonomia desse corpo já generificado (Bento, 2011, p. 91-94).

No entendimento de Butler (2022, p. 103) "o próprio critério pelo qual julgamos que uma pessoa é um ser generificado, não é apenas algo que, justa ou injustamente, governa a reconhecibilidade do humano":

> [...] mas também informa as maneiras de nos reconhecermos ou não nos níveis do sentimento, do desejo e do corpo, quando estamos diante do espelho, diante de uma janela, ou quando apelamos a psicólogos, psiquiatras, profissionais da área médica e legal para negociar o que pode muito bem parecer a irreconhecibilidade de nosso gênero e, portanto, de nossa personalidade (Butler, 2022, p. 103).

É importante ressaltar que a juíza suspendeu o andamento do processo pela ausência da realização da cirurgia, o que denota uma percepção bastante alheia aos dilemas e vicissitudes das pessoas trans. Faz-se uso de uma visão jurídica que não dialoga nem busca a resolução dos fatos. O próprio sistema judiciário, ao invés de descortinar uma visão equânime e resolutiva, intenta "resguardar" a fixidez normativa. Além disso, identificamos uma falta de empatia diante do sofrimento que a requerente vinha passando desde que assumiu sua identidade de gênero para a sociedade. Esse é um ponto que também foi abordado na apelação da promotoria,

> No caso em apreço, particularmente, pode-se constatar que o nome constante no registro civil da parte autora não corresponde a sua aparência física, o que lhe causa constrangimento e consequentemente aviltamento de sua dignidade, além de um sentimento de total inadaptação. Ademais, destaca que o requerente encontra-se em processo de realização da cirurgia de transgenitalização por meio do Hospital Universitário Pedro Ernesto, localizado no Rio de Janeiro, e que tal procedimento requer tempo, principalmente, quando não é realizado pela rede privada de assistência médica (...) Caros Julgadores, será que o estado físico do indivíduo deve ser representado única e exclusivamente pelo aparelho reprodutor? Ou será que o estado físico deve ser interpretado e entendido como um conjunto de fatores, tal como forma de se vestir, reconhecimento da sociedade, identificação pessoal? (TJSE, 2013, p. 240-242).

A partir do questionamento da promotora, perante os julgadores, identificamos que a sua argumentação refuta a visão biologista da identidade de gênero. Deste modo, o conceito de identidade sexual requer que se leve em consideração uma análise pluridimensional, considerando além do componente biológico, o psicossocial. Para essa nova orientação sobre a identidade sexual, muito contribuíram os estudos antropológicos. Nesse campo, destacam-se os estudos da antropóloga Margaret Mead sobre as culturas dos Mares dos Sul. A estudiosa observa que, entre aqueles povos, não é somente a genitália que define a identidade sexual. Nas trilhas abertas por Margaret Mead seguem Peter Fry e Edward Macrae (1985)

> Os papéis sociais de "homem" e "mulher" variam de cultura para cultura e de época para época [...]. Ninguém, hoje em dia, acredita que as diferenças de comportamento entre os dois sexos possam ser explicadas apenas em termos de diferenças biológicas (Fry; Macrae, 1985, p. 10-11).

Essa concepção da Antropologia e Psicologia chega ao Direito. Assim, a jurista brasileira contemporânea, Maria Berenice Dias (2009), assegura que, hoje em dia, a identidade sexual não é unicamente determinada pela genitália:

> A medicina admite ser o sexo uma conjugação de elementos que deve manter harmonia entre si, sendo eles o elemento biológico, o elemento psicológico e o elemento comportamental do indivíduo. Logo, para o diagnóstico completo e exato da sexualidade, é importante atentar ao seu aspecto plurivetorial: o sexo biológico – formado pelo sexo morfológico, sexo genético e sexo endócrino -, o sexo psíquico e o sexo civil (Dias, 2009, p. 231).

Após as apelações cíveis interpostas pela requerente e pelo Ministério Público de Sergipe, o desembargador, que antes havia negado o pleito da autora, decidiu pela reforma da sentença ao entender que a dignidade deve ser garantida a todos, pois é o princípio de maior amplitude no texto constitucional e sustentáculo de interpretação de todo ordenamento jurídico.

> Cabe, pois, ao ordenamento jurídico, o papel de garantir ao indivíduo transexual a sua plena inserção na sociedade em que vive por meio do respeito à sua identidade sexual, como um dos aspectos do direito à saúde, mediante autorização judicial para o procedimento cirúrgico de transgenitalização e a retificação do registro civil com mudança do prenome ao sexo desejado e mudança da designação do sexo, estes últimos independentemente da realização da cirurgia (TJSE, 2013, p. 283).

O ano de 2009 foi o período em que a autora ajuizou a ação no judiciário sergipano. Nessa mesma época, a Procuradoria-Geral da República provocou o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275 solicitando a mudança de nome e gênero de pessoas trans no registro civil sem a necessidade de cirurgia, apenas com laudos exigidos pelo Conselho Federal de Medicina para realização da mesma. Um pleito que ainda estava relacionado com a exigência de documentação. Contudo, em 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu a Opinião Consultiva nº 24/2017, reafirmando que a mudança de nome e imagem registrais conforme a identidade de gênero autopercebida é um direito protegido no art. 18 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e consignou expressamente que não deve ser requerida qualquer tipo de operação cirúrgica ou hormonal para o reconhecimento do direito à mudança do nome registral (Vecchiatti, 2018; Travassos, 2018).

Um ano depois, em 2018, o STF, ao julgar o Recurso Extraordinário 670.422 (Tema 761 da repercussão geral) e a ADI 4275, autorizou a retificação de nome e gênero de pessoas trans no registro civil sem a realização da cirurgia. Um momento histórico que João Nery (2018) denominou de alforria para a cidadania trans. Em suas palavras:

> Esta decisão, sem dúvida, foi o reconhecimento da nossa cidadania e a nossa libertação.

> Uma pessoa que não possa ser reconhecida nem pelo seu nome, não existe. Também, a dispensa de laudos evidencia que não é uma doença. Este foi um gigantesco avanço (Nery, 2018, p. 403).

A partir da decisão do STF, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o provimento 73/2018 com o objetivo de orientar os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil sobre como proceder à alteração do nome e gênero das pessoas trans. É importante ressaltar que esse procedimento só é permitido para quem tem acima de dezoito anos, já os menores de idade somente poderão fazer a retificação pela via judicial. Além disso, o provimento informa que não há necessidade de advogado ou defensor público. Em relação aos custos, estes vão depender de cada cartório. No Estado de Sergipe, o procedimento é gratuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que, entre os grupos mais vulnerabilizados da história contemporânea, estão as pessoas trans, e não é preciso apontar quais os motivos, basta uma simples reflexão sobre quais direitos essa população está reivindicando. Direitos basilares como o uso do nome e do banheiro provam que essa luta é constante e necessária. Uma luta que não acaba com a morte, como foi o caso da artista plástica cearense Márcia Mendonça, que havia falecido em 1998 e, somente em 2024, teve seu nome retificado por meio de uma decisão histórica da 1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará. A retificação de registro civil *post mortem* da artista plástica trans foi concedida depois que seus três irmãos ajuizaram a ação e sustentaram no pedido que "o direito à memória não se restringe à pessoa morta, mas alcança a coletividade" (Ezatamenthy, 2024). Dessa forma, a procedência do pedido seria uma forma de reparação diante das dificuldades que ela vivenciou.

A posição do Ministério Público foi diversa da adotada pela magistrada, ao defender que os direitos da personalidade são intransmissíveis e que os autores seriam ilegítimos para ajuizar a ação. Uma visão completamente legalista e conservadora. Somado a isso, ainda houve comentário de um usuário no Instagram do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) afirmando que esse ajuizamento era "mero capricho". Essa afirmação é fruto de uma sociedade que concebe a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrão normativo, no qual se pratica uma necropolítica contra os corpos dissidentes (Vergueiro, 2016; Mbembe, 2018; Wittig, 2022).

Para quem não é trans, a luta para ser respeitada/o pelo nome que representa sua identidade de gênero parece ser algo simples e até banal, com exceção dos que possuem nomes vexatórios. Contudo, para as pessoas trans é a principal porta de acesso à cidadania. Uma porta que, por

muito tempo, esteve fechada, mas que agora permanecerá aberta. Mesmo com a publicação do provimento 73/2018 pelo CNJ, muitos cartórios dificultavam a realização desse procedimento. Em Sergipe, muitas ONGs relataram que cada cartório exigia uma documentação diferente da descrita no provimento e cobrava o pagamento de taxas para pessoas trans em situação de vulnerabilidade, o que ocasionava a desistência da retificação. Após diversas denúncias, o Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção da Inclusão Social (NUDEDH) fez um ofício para a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Sergipe, solicitando a possibilidade de emitir um ato normativo, cujo condão pudesse eximir o pagamento de custas as averbações de pessoas trans. A Corregedoria acatou os pedidos da Defensoria Pública e determinou aos Cartórios de Registro Civil a isenção do pagamento de custas às averbações para alteração de nome e gênero de pessoas trans, desde que apresente comprovação da assistência da Defensoria Pública ou do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Diante de todas as violências que as pessoas trans passaram, e ainda passam, a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com essa população (Passos, 2022). Cabe a cada um de nós assumir uma posição de reparação, se não apoiando, ao menos respeitando a forma como cada indivíduo deseja viver, com o corpo e o nome que quer ter.

REFERÊNCIAS

1. BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. *In*: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79-110.

2. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

3. BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero.** São Paulo: UNESP, 2022.

4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em Números 2024**. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/justica-em-numeros-2024.pdf. Acesso em: 6 jan. 2025.

5. CONTEXTO histórico e político do movimento LGBTQIAP+. **Orgulho Trans**, Brasil, [201- ?]. Disponível em: https://orgulhotrans.com.br/justificativa/. Acesso em: 29 out. 2024.

6. COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. **Aracaju dos anos 90**: Crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça. Aracaju: EDISE, 2016.

7. COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; PASSOS, Gladston Oliveira dos; MELO,

Marcos Ribeiro de. Folia, Arte e Militância em Terras Sergipanas: do Baile dos Artistas à Parada do Orgulho LGBT. **Revista TOMO**, São Cristóvão, v. 42, p. 1-22, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.21669/tomo.v42i.18777. Acesso em: 25 set. 2025.

8. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

9. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 7-32 jun-dez de 2005.

10. DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva**: O preconceito & a justiça. 4. ed. São Paulo: Ed. RT, 2009.

11. EZATAMENTCHY. Artista trans do Ceará, Márcia Mendonça tem nome alterado após sua morte. **Máxima**, Brasil, 29 abr. 2024. Disponível em: https://revistamaxima.com.br/noticias/lgbt/artista-trans-do-ceara-marcia-mendonca-tem-nome-alterado-apos-sua-morte.phtml. Acesso em: 30 jul. 2024.

12. FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. *In*: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-329.

13. FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

14. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

15. FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

16. JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos contemporâneos e interseccionalidades. **REBEH**, Redenção, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2018. Disponível em: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87. Acesso em: 25 set. 2025.

17. JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

18. JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. *In*: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 379-392.

19. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 535-550.

20. LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Princípio da solidariedade familiar.** São Paulo: [*s. n.*], 2003.

21. LUCCA, Bruno. Casamentos homoafetivos e retificações de nome e gênero batem recorde no Brasil. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/diversidade/2024/06/6887264-casamentos-homoafetivos-e-retificacoes-de-nome-e-genero-batem-recorde-no-brasil.html. Acesso em: 15 jul. 2024.

22. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

23. MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e "Lutas"**: O engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

24. NERY, João. Transmasculinos: invisibilidade e luta. *In*: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 393-404.

25. NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. **A filiação que se constrói:** O reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2001.

26. PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

27. QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias, Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

28. SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 69-76, 1992.

29. SPADE, Dean. **Una vida normal.** Violencia administrativa, la política trans crítica y los límites del derecho. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015.

30. TODES juntes pela liberdade de gênero. **Orgulho Trans**, Brasil, [201-?]. Disponível em: https://orgulhotrans.com.br/justificativa/. Acesso em: 29 out. 2024.

31. TRAVASSOS, Gabriel Saad. A Opinião Consultiva n°. 24/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos: a identidade de gênero como núcleo componente da dignidade da pessoa humana**. Revista Da Defensoria Pública Da União**, Brasília, DF, n. 11, p. 65-88, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i11.p65-88. Acesso em: 25 set. 2025.

32. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE (TJSE). Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil – processo nº 200930600618. Aracaju: 6ª vara privativa de assistência judiciária da comarca de Aracaju, 2013.

33. VECCHIATII, Paulo Roberto Iotti. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. *In*: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo, Alameda, 2018. p. 449-470.

34. VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

35. WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

36. WOLF, Sherry. **Sexualidade e socialismo**: história, política e teoria da libertação LGBT. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Gladston Oliveira dos Passos
Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-2115-0209. Colaboração: Pesquisa Bibliográfica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail:gladstonpassos92@gmail.com.

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Professora da Universidade Federal de Sergipe, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Profissional em Ensino de História. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8320-9093 Colaboração: Pesquisa Bibliográfica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: patriciarosalba@academico.ufs.br

Marcos Ribeiro de Melo
Professor Associado do Departamento de Psicologia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3289-2528.Colaboração: Pesquisa Bibliográfica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: marcos_demelo@academico.ufs.br

Litígios e conflitos com o Estado: estratégias quilombolas, direito à vida e pandemia[1]

Disputes and conflicts with the State: quilombola strategies, the right to life and the pandemic

Ozaias da Silva Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

RESUMO

Neste artigo, proponho analisar as maneiras pelas quais as mobilizações da comunidade quilombola do Cumbe, localizada em Aracati (Ceará), se entrelaçaram, durante a pandemia da Covid-19, com a gestão de políticas públicas em saúde nesse contexto, evidenciando os litígios e a busca por direitos, que conformaram um campo de conflitos que se sucederam na busca pela vacinação prioritária dessas populações. Analiso, dessa forma, a articulação entre mobilizações locais e a gestão nacional de políticas públicas em saúde na conjuntura pandêmica, refletindo sobre a questão do direito à vida de grupos vulneráveis socioeconomicamente. No artigo, descrevo o litígio em torno do direito à vacinação da comunidade quilombola do Cumbe, litígio esse em que houve a atuação direta de órgãos do judiciário, como as defensorias públicas, conforme pude constatar a partir da pesquisa de campo virtual e da documentação judicial gerada ao longo do litígio. Conclui-se que, mesmo com a garantia da lei quanto à priorização de populações quilombolas nos planos estadual e nacional de imunização, essa garantia foi relativa, pois foi necessário mobilizar, no caso do Cumbe, o judiciário para que a lei se cumprisse. A lei, portanto, não se aplica por si só, é preciso que haja a intervenção de órgãos competentes para que ela se faça valer na prática.

Palavras-chave: Comunidade quilombola, Cumbe, Pandemia, Vacina, Conflitos.

1 O financiamento que possibilitou a pesquisa de doutorado, da qual deriva este artigo, foi da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço às duas agências pelas bolsas que garantiram a pesquisa e a minha formação.

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 10 de maio de 2025.
Avaliador B: 27 de junho de 2025.
Aceito em 4 de agosto de 2025.

CC BY

ABSTRACT

In this article, I propose to analyze the ways in which the mobilizations of the Quilombola Community of Cumbe, located in Aracati (Ceará), intertwined, during the COVID-19 pandemic, with the management of public health policies in this context, highlighting the disputes and the search for rights, which formed a field of conflicts that followed one another in the search for priority vaccination of these populations. I thus analyze the articulation between local mobilizations and the national management if public health policies in the pandemic context, considering the issue of the right to life of socioeconomically vulnerable groups. In the article, I describe the dispute surrounding the right to vaccination of the Quilombola Community of Cumbe, a dispute that had the direct involvement of judicial bodies such as public defenders, as I was able to verify from the virtual field research and the judicial documentation generated throughout the dispute. It is concluded that even with the law's guarantee regarding the prioritization of quilombola populations in state and national immunization plans, this guarantee was relative, since it was necessary to mobilize, in the case of Cumbe, the judiciary to ensure compliance with the law. The law, therefore, does not apply by itself; there must be intervention by competent bodies for it to be forced in practice.

Keywords: Quilombola community, Cumbe, Pandemic, Vaccine, Conflicts.

INTRODUÇÃO

Cada tempo e espaço ensejam uma forma de produção do conhecimento antropológico e no contexto pandêmico da Covid-19 não foi diferente. Num contexto que limitou encontros presenciais, houve um alargamento considerável de encontros virtuais[2], e isso ocorreu também nas pesquisas em Ciências Sociais. Como cada técnica de pesquisa qualitativa tem suas limitações e possibilidades, aqui não cabe uma discussão sobre níveis de qualidade entre uma pesquisa de campo presencial ou uma pesquisa de campo virtual; cabe apenas apontar quais técnicas o pesquisador utiliza e como ele constrói a análise dos dados que obteve (Queiroz, 1999) por meio delas. Começo o artigo falando dessa questão, pois foi exatamente nessa conjuntura que desenvolvi minha pesquisa de doutorado, a fim de entender como certa comunidade quilombola vivenciou a pandemia, além de compreender sua organização social para além dela. É a partir disso que pretendo analisar neste artigo duas questões: a) as estratégias da comunidade

2 O olhar mediado pelo virtual foi feito também a partir de perfis virtuais das comunidades quilombolas, e dos/as interlocutores/as, no Instagram e no Facebook, além de sites próprios, como é o caso do Cumbe.

quilombola do Cumbe, em Aracati – Ceará, para viver e sobreviver no contexto pandêmico; b) as querelas jurídicas que envolveram comunidades quilombolas e o Estado nesse mesmo contexto. Discuto, então, as estratégias quilombolas, os impasses institucionais e as políticas públicas de saúde no contexto pandêmico.

O material ora apresentado é derivado de minha tese de doutorado em Antropologia Social, tendo como recorte temporal o trabalho de campo presencial que empreendi entre 2022 e 2023 e o trabalho de campo virtual, entre 2020 e 2021[3]. O fio condutor acerca de uma das questões abordadas aqui surge, em determinado momento, no enredo da pesquisa virtual, quando, à sugestão de um interlocutor, me engajei virtualmente na coleta de assinaturas de uma nota de apoio à vacinação dos/as quilombolas do Cumbe, sendo que a referida nota foi encaminhada a mim via Whatsapp. De forma sintética, na conjuntura pandêmica, mas não só, os/as quilombolas do Cumbe passaram por um processo de perseguição política, por parte da prefeitura de Aracati, que impediu, num primeiro momento, que eles/as fossem vacinados/as. Esse interlocutor também me enviou vários documentos oficiais que tratavam dessa questão como recomendações e ofícios de órgãos jurídicos, de maneira que eu era informado sobre cada evento relacionado a essa questão, que foi judicializada e que visava garantir a vacinação dos/as quilombolas do Cumbe, bem como dos/as quilombolas do Córrego de Ubaranas – outra comunidade quilombola de Aracati.

Nas duas semanas que passei no Cumbe, em fevereiro de 2022, tive várias percepções, entre elas, como a luta pelo território e pela afirmação identitária é algo intimamente ligado ao cotidiano dos/as quilombolas. Já nos primeiros dias ouvi informações importantes, sobretudo de Cleomar[4], acerca das consequências da luta quilombola, as ações da associação quilombola, as tensões com os não-quilombolas[5] e outras questões. Percebi que havia um movimento contínuo de ações, reuniões e demandas que a diretoria dessa associação dá conta ou tenta dar conta delas, porque são muitas demandas. Tendo isso em vista, objetivo descrever os processos de mobilização por direitos da comunidade quilombola do Cumbe, sobretudo os que se entrelaçaram, durante a pandemia da Covid-19, com a formulação e gestão de políticas

3 Uma reflexão mais aprofundada sobre os passos metodológicos desta pesquisa pode ser consultada em Rodrigues (2024). Aqui faço parcas ponderações a fim de contextualizar alguns dos desafios impostos pela pandemia à pesquisa antropológica.

4 Cleomar é pescadora, marisqueira, mãe, esposa, avó, artesã, ambientalista e defensora dos direitos humanos e é uma das lideranças quilombolas da comunidade. Ela me recebeu em sua casa e, por conta disso, foi a interlocutora com quem mais convivi durante a estada em campo.

5 Em alguns pontos da tese a oposição dos não-quilombolas aos quilombolas foi analisada. Adianto que a oposição que expresso na tese entre quilombolas e não-quilombolas não é uma oposição essencialista, afinal, as relações sociais mudam ao longo do tempo, pois os conflitos internos no Cumbe se arrefeceram. Portanto, quando falo em quilombolas e não-quilombolas, falo de uma oposição situacional, contextual, não absoluta, sobretudo porque são esses os termos usados pelos/as quilombolas para falar dos conflitos internos.

públicas de saúde nessa conjuntura, evidenciando os litígios e a conformação de um campo de conflitos que se deram sucessivamente na busca pela vacinação prioritária dessas populações.

A partir do que nos narram Silva *et al.* (2020), vemos que nas CRQs (comunidades remanescentes quilombolas) cearenses a pandemia explicitou, mais ainda, a falta de atenção básica à saúde da população quilombola. Tendo em vista o quadro narrado por Silva *et al.* (2020), percebemos as formas, das mais variadas, com as quais os/as quilombolas cearenses lidaram com a pandemia. No caso do quilombo de Sítio Veiga, em Quixadá, os próprios moradores, liderados por mulheres, se mobilizaram a fim de conter os impactos do coronavírus em seu território. No caso da comunidade de Alto Alegre, no município de Horizonte, o poder público não assistiu de forma adequada à população daquele território. No Cumbe, basicamente, todas as atividades coletivas foram suspensas como medida de precaução[6] (Silva *et al.*, 2020), pelo menos no primeiro ano da pandemia e nos momentos de maior contágio e mortes a nível nacional. Além disso, o posto de saúde no território do Cumbe não funciona como deveria (tendo a aparência de uma casa parcialmente abandonada, inclusive) e os/as próprios/as quilombolas se mobilizaram para construir uma barreira que minimizasse o fluxo de pessoas de fora para dentro da comunidade — isso ocorreu em 2020.

MOBILIZAÇÕES QUILOMBOLAS NA CONJUNTURA PANDÊMICA: AÇÕES DE MITIGAÇÃO, DIREITO À VIDA E À VACINAÇÃO

Se pensamos, com Mbembe (2018), que a política é uma forma de guerra, veremos que os/as quilombolas estiveram em guerra contra o vírus e contra certos agentes estatais, que em sua soberania, tentaram exercer o seu poder de matar. Isso nos faz lembrar das palavras da saudosa Maria Beatriz Nascimento, em sua revisão do conceito de quilombo:

> O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar

6 Os primeiros casos confirmados de infecção entre quilombolas do Cumbe ocorreram na segunda semana de abril de 2021. Duas mulheres, uma de 72 anos e outra de 40 anos, foram as primeiras a serem infectadas no território quilombola do Cumbe. Como não tiveram sintomas graves, elas não precisaram ser hospitalizadas, tendo ficado apenas em casa se cuidando. Informações passadas por João do Cumbe em 12/04/2021. Nesse contexto, se sobressai a preocupação com os mais velhos, geralmente considerados grupo de risco e principalmente quando têm alguma doença crônica (Silva *et al.*, 2020).

> você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição (Nascimento, 2018, p. 190).

Entre idas e vindas, os/as quilombolas do Cumbe tiveram que produzir uma política de vida em um contexto de necropolítica (Mbembe, 2018), tiveram que fazer guerra para poder ter paz, tiveram que recuar e avançar em outros momentos. No contexto pandêmico, a incompetência do governo federal se destacou tendo em vista "os posicionamentos públicos do presidente Bolsonaro, os resultados da ausência de políticas nacionais de controle da pandemia e a sabotagem de estratégias estaduais e municipais de isolamento social" (Castro, 2021, p. 78-79). Ou, ainda, pode-se dizer que a "verdadeira doença ainda está no imenso emaranhado de incertezas, desigualdades e vulnerabilidades resultantes de um projeto político desastroso" (Gonçalves, 2020, p. 10).

Logo, a pandemia é política também, pois foi em larga medida, de um lado, alimentada pelas decisões, ou pela falta delas, das autoridades competentes, e, do outro, foi arrefecida por essas mesmas decisões políticas. É preciso, portanto, não esquecer a agência humana numa pandemia, pois o vírus acaba sendo apenas um coadjuvante. Afinal, o quanto de responsabilidade humana existe numa pandemia viral? As decisões políticas ou a falta delas constroem ativamente os impactos pandêmicos, sobretudo para grupos vulneráveis, de forma que política faz pandemia.

A partir desse contexto mortífero várias reflexões sobre o valor da vida podem ser feitas. Entre elas, podemos falar das vidas que se tornaram precárias, das vidas que não foram dignas de luto e nem tiveram direito ao luto, como manda a norma social que define uma vida digna, uma vida boa ou possível de ser vivida (Butler, 2018). Stengers (2015, p. 15-17) ao falar sobre as "vítimas da competição e crescimento econômicos", por exemplo, mostra o quanto o ser humano está sob o julgo do materialismo econômico, como se as vidas humanas não valessem muita coisa a não ser que beneficiem o sistema produtivo que rege o mundo. Nesse sentido, não podemos esquecer que, no Brasil, houve aqueles que, em nome de "salvar a economia", foram contra as medidas preventivas de isolamento social pelos efeitos negativos que teriam sobre ela. "Salvar a economia", sacrificando e expondo humanos ao vírus, faz a pandemia[7].

Ao mesmo tempo é posta uma possibilidade que até então não estava colocada: a de desacelerar a economia diante da ameaça pandêmica (Costa, 2020), como se o ser humano admitisse para si mesmo que a sanha por lucro deve ter algum limite mínimo. De alguma forma,

7 Ailton Krenak coloca essa questão nos seguintes termos: "Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação" (Krenak, 2020, p. 10).

"com o vírus, descobrimos que aqueles que afirmavam ser impossível parar de produzir, reduzir o número de voos, aumentar os investimentos dos governos e mudar radicalmente os hábitos apenas mentiam. O mundo mudou em menos de três meses em nome da vida" (Brum, 2020, n. p.). Ou, em outros termos, no contexto pandêmico

> [...] grande parte da angústia que experimentamos hoje é resultante da nossa compreensão de que o menor ser vivo é capaz de paralisar a civilização humana melhor equipada tecnicamente. Esse poder transformador de um ser invisível, acredito, produz um questionamento do narcisismo das nossas sociedades (Coccia, 2020, p. 3).

Assim, para alguns era possível colocar a economia à frente da vida humana[8]. A retórica presidencial[9] durante o contexto pandêmico defendia que era preciso seguir em frente, aguentar tudo em nome do progresso, seja esse progresso qual for, ou, como apontou Stengers (2015), era como se pedissem que aceitássemos "o caráter inelutável dos sacrifícios impostos pela competição econômica mundial – o crescimento ou a morte" (p. 18). Ou você cresce para não morrer na corrida econômica ou você morre tentando vencê-la. Daí deriva a necessidade de apontarmos, minimamente, o contexto brasileiro de uma política negacionista e neoliberal (Gonçalves, 2020), que alimentou diretamente a pandemia em solo brasileiro. O que seria isso, senão uma necropolítica, um poder de matar em ação?

Nos períodos críticos dessa conjuntura, em que mês após mês o número de óbitos crescia exponencialmente, em determinados períodos dos anos, percebeu-se que a vida é o bem mais essencial que qualquer pessoa pode ter. Logo, a vida ou a continuidade da mesma é o centro das atenções num contexto pandêmico. Se pensarmos nas comunidades quilombolas, lembro que as palavras de Beatriz Nascimento (2018) dão conta de que o quilombo existe e vive mesmo quando os seus inimigos são mais poderosos, seja o Estado em sua negligência ou o vírus em sua potência, coadunando com as desigualdades sociais. É aqui que a possibilidade da morte pelo coronavírus se cruza com a possibilidade da vida quilombola dentro de uma pandemia.

Uma das formas de continuar a vida no contexto pandêmico foi a possibilidade da vacinação, pois "entendeu-se a busca por uma vacina como imperativa para contenção dos danos humanitários e econômicos associados ao vírus" (Castro, 2021, p. 75). Nesse sentido, no

8 Enquanto essa retórica era reforçada, muitos brasileiros necessitavam trabalhar, antes de tudo, para pôr comida na mesa diariamente e se arriscavam em períodos de lockdown, sem ter auxílio financeiro do Estado ou mesmo tendo acesso a um parco auxílio. "Diante dos 200 reais inicialmente propostos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de repente 600 reais passaram a soar com notas de decência. O valor, porém, é totalmente indecente. Ninguém vive no Brasil com dignidade mínima com 600 reais" (Brum, 2020, n. p.).

9 "[...] o presidente chamou a Covid-19 de 'gripezinha'. Dali em diante, reforçou a proposta de 'isolamento vertical', que previa que somente um certo 'grupo de risco', formado por idosos e pessoas com comorbidades, precisaria tomar medidas de isolamento, devendo a vida cotidiana 'voltar à normalidade', de modo a preservar as atividades econômicas" (Castro, 2021, p. 75-76).

começo de 2021, as comunidades do Cumbe e de Córrego de Ubaranas foram contatadas para que elaborassem uma relação dos/as moradores/as a fim de serem vacinados/as. Porém, no caso do Cumbe, Cleomar informou o seguinte:

> Assim que entrou o ano (2021), acho que lá pro dia 27 de janeiro, a Secretaria (Municipal de Saúde) tinha mandado uma mensagem para a agente de saúde, pra gente tá mandando o nome dos quilombolas acima de 18 anos. Pelo que eu sei outras comunidades estão sendo quase todas vacinadas, um monte de comunidade quilombola. Eles pediram essa lista, a gente mandou, só que ainda não temos resposta. Estamos aguardando, eles dizem que estão vendo e aí, querendo ou não, a gente sabe que eles não reconhecem a comunidade do Cumbe como quilombola, o gestor do município, mas eles reconhecem Córrego de Ubaranas. Mesmo assim, Córrego de Ubaranas não foi vacinada ainda (Cleomar, 2021).

Ressalto, a partir dessa fala, que há uma oposição explícita por parte de políticos do município de Aracati e seus aliados, como certos empresários da região, em relação à comunidade quilombola do Cumbe. Num primeiro momento, a demanda pela listagem chegou, mas as vacinas não. Na conjuntura pandêmica, o não-reconhecimento da identidade quilombola do Cumbe se traduziu em uma negligência/omissão do poder público no sentido da garantia da vacinação. Assim, negligência política quanto à vacinação faz pandemia[10]. Tendo esse contexto em vista, é que descrevo a seguir as estratégias e lutas que os/as quilombolas do Cumbe empreenderam para ter direito à vacina e à vida num contexto mortífero.

Enquanto havia um site ativo da associação quilombola do Cumbe[11], pude coletar alguns dados sobre o assunto nesse sítio virtual. No referido sítio constavam algumas informações acerca das estratégias diante da pandemia. Um texto publicado em 28 de julho de 2020, informava que a associação foi contemplada por um edital do Fundo Baobá, o que permitiu algumas ações:

> A Associação Quilombola do Cumbe, no município de Aracati, litoral leste do Ceará, com o apoio do Fundo Baobá para Equidade Racial, faz doações de cem kits de produtos de limpeza, higiene pessoal e máscaras para famílias quilombolas do Cumbe durante o período da pandemia do coronavírus. Na comunidade do Cumbe, através de reuniões virtuais, a coordenação da associação tem discutido medidas que ajudem na proteção [contra] esse vírus, sabendo da fragilidade da estrutura do serviço de saúde pública no município de Aracati/CE.
> [para] Seguir à risca essas orientações também é necessário ter subsídios que permitam que as pessoas possam ficar em suas casas evitando ao máximo a exposição, como auxílios financeiros, doações de cestas básicas e materiais de limpeza e higiene

10 Me aproprio da ideia de 'faz pandemia', de Segata (2020), para analisar os aspectos sociais da pandemia e a utilizarei várias vezes.

11 Mesmo o site não estando mais ativo, disponibilizo aqui o link de onde tirei o texto: https://www.quilombodocumbe.com/a-comunidade-quilombola. Acesso em: 17 maio 2021.

> pessoal, levando em conta a situação socioeconômica de cada um. Nesse sentido, buscamos parcerias de órgãos governamentais e não-governamentais, empresas privadas, para apoio às demandas de combate ao Covid-19. O primeiro apoio para combate ao Covid-19 veio pelo Fundo Baobá... (Cumbe, 2020).

Dessa forma, os/as quilombolas não esperaram o Estado para agir, sendo que algumas instituições ou entidades se destacaram por ações que visaram a redução de impactos socioeconômicos, constituindo-se em parcerias importantes, como vemos no caso do Fundo Baobá e de outras que serão citadas. No rol de parcerias de longa data da comunidade do Cumbe constam a Cerquice (Comissão Estadual dos Quilombos Rurais do Ceará), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o Instituto Terramar, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), entre outras entidades. A comunidade do Cumbe construiu, ao longo do tempo, uma ampla rede de parcerias e apoio sociais que se mostraram essenciais em várias ocasiões, e na pandemia não foi diferente.

A partir de um outro edital, dessa vez pelo Fundo Casa Socioambiental, os/as quilombolas do Cumbe empreenderam outras ações, voltadas diretamente à redução do impacto socioeconômico gerado pela pandemia:

> O objetivo geral do projeto é finalizar o processo de construção da unidade de beneficiamento de pescado e do restaurante comunitário. Temos o objetivo de garantir a comercialização e/ou doação da produção pesqueira como mariscos, crustáceos e peixes, tirando a pessoa do atravessador, agregando valor à produção. No contexto da pandemia do coronavírus, nossa intenção é comprar os pescados dos quilombolas do Cumbe e fazer a doação na região para as comunidades vulnerabilizadas pela Covid-19 como quilombolas, comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades urbanas, colaborando com a soberania e segurança alimentar dessa população (Cumbe, 2020).

Fome faz pandemia, e assim vemos o quanto a associação quilombola do Cumbe se mobilizou tanto para dentro, com ações internas, quanto para fora, com ações externas, gerando um impacto positivo no seu entorno social[12], sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar em um contexto de insegurança generalizada. Vemos a criatividade e agência quilombolas em ação, bem como a solidariedade, pois se é possível alimentar os de dentro, também é possível alimentar os de fora. Além disso, num contexto em que a ausência de políticas públicas voltadas à saúde quilombola explicitaram a omissão estatal, essa ausência teve seus efeitos maximizados

12 Durante três meses, em 2020, foram doados 510 quilos de peixes, 510 quilos de mariscos e 510 cordas de caranguejos, sendo contempladas 170 famílias em Aracati – 50 famílias no Cumbe, 30 em Ubaranas, 30 numa comunidade de pescadores, 30 numa comunidade de catadores de materiais recicláveis e 30 famílias de assentamento rural. Além disso, a comunidade também foi contemplada com um recurso do Fundo Brasil de Direitos Humanos que permitiu a aquisição de 100 cestas básicas, 100 kits de higiene pessoal e limpeza e tecidos para confecção de máscaras. Informações fornecidas por João do Cumbe.

por conta da pandemia,

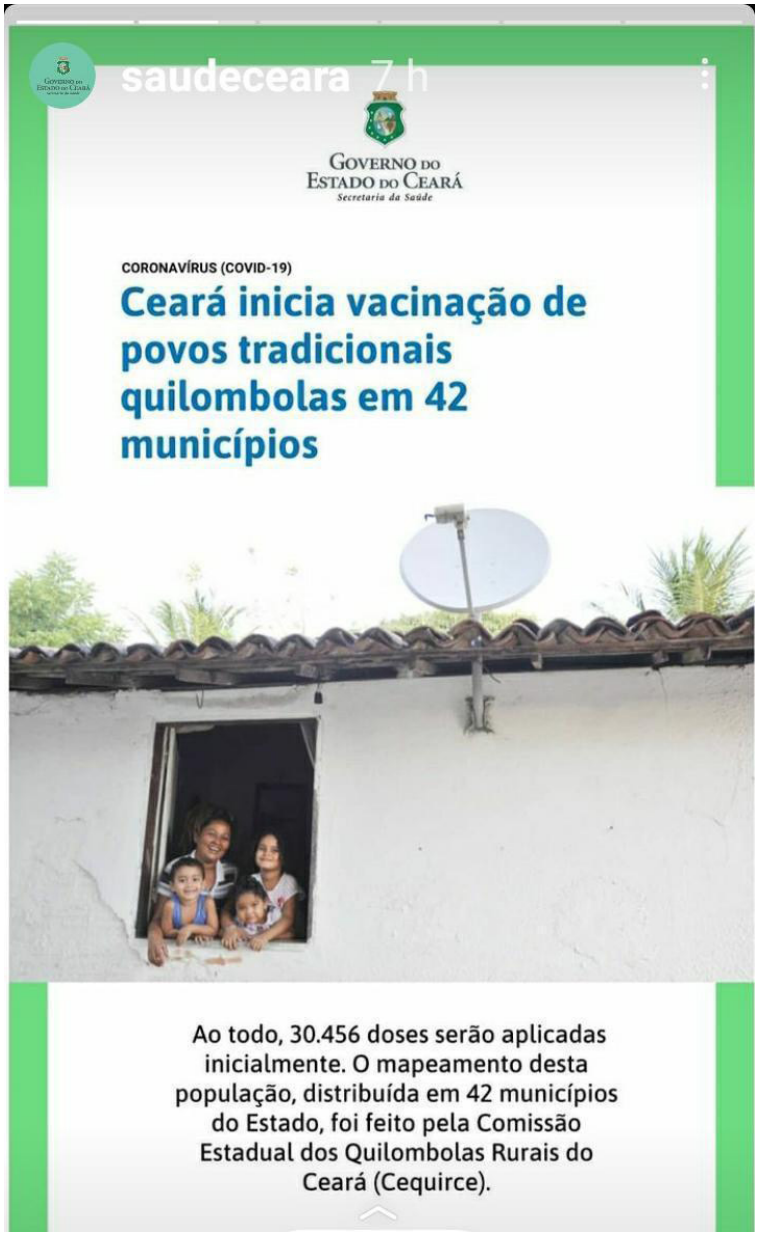
> [...] onde preocupações como o distanciamento dos postos de atendimento médico e a carência de materiais de prevenção e cuidado pessoal vêm exigindo o protagonismo quilombola, requerendo assim a mobilização interna no sentido de confeccionar suas próprias máscaras e distribuí-las coletivamente, assim como a construção de barreiras sanitárias para impedir o trânsito de não-quilombolas nos respectivos territórios (Silva *et al.*, 2020, p. 242).

Falta de máscaras e fluxo intenso de pessoas nesses territórios fizeram a pandemia. Nesse sentido, os/as quilombolas agiram apesar do Estado ou sem a presença do mesmo, tomando para si, na medida do possível, a responsabilidade de ações e estratégias cotidianas contra o coronavírus. De um lado, enquanto essas medidas eram tomadas pelos/as quilombolas, do outro eram tomadas as medidas necessárias, pelas autoridades, para que a vacinação a essas populações fosse executada. A nível estadual, ressalto que, em meados de março de 2021, o governo do Estado do Ceará abriu uma nova chamada para o Cadastro Estadual de Vacinação contra o coronavírus, por meio de um painel virtual[13]. Nesse painel havia o item para que a pessoa se identificasse como indígena ou quilombola, caso o fosse, e assim essas populações estavam sendo vistas como prioritárias na vacinação.

A comunicação sobre as ações do Governo do Estado, referentes à pandemia, foi feita também pelas redes sociais. O perfil oficial da Sesa (Secretaria da Saúde do Ceará), no Instagram, publicou em um story, no dia 29 de março de 2021, a seguinte informação:

Imagem 1. Captura de tela feita a partir de story no Instagram da SESA

13 A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) criou um painel na plataforma IntegraSUS para acompanhamento dos dados do Cadastro Estadual de Vacinação contra o coronavírus. Fonte: perfil oficial da Sesa no Instagram.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Assim, no dia 29 de março de 2021 foi iniciada a vacinação das populações quilombolas em território cearense, mas é importante ressaltar que nesse contexto a identificação das CRQs foi facilitada devido ao mapeamento, feito em 2019, dessas comunidades[14]. Em matéria publicada nesse mesmo dia, no site da Secretaria de Saúde do Estado[15], foi informado que

14 Foram identificadas 80 comunidades quilombolas, das quais 54 têm certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

15 Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/2021/03/29/ceara-inicia-vacinacao-de-povos-tradicionais-qui-

adultos acima de 18 anos seriam vacinados em 80 quilombos cearenses. O maior desafio, no tocante à vacinação dessas populações, é a distância geográfica entre os seus territórios e os núcleos urbanos dos 42 municípios nos quais se encontram – são, portanto, comunidades rurais. Porém, uma questão chama a atenção na narrativa da matéria em apreço:

> Embora o Governo Federal tenha definido como prioridade apenas os moradores de quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares - dos 80 quilombos mapeados, 54 têm certificação -, o Governo do Ceará, por meio da Sesa, decidiu assegurar que todos os territórios observados pela Cerquice serão contemplados (SESA, 2021).

Quanto a isso, foi possível observar atitudes distintas das autoridades no tocante à vacinação dessas populações. Podemos colocar que essa ação discriminatória negativa, do então Governo Federal, de definir a prioridade de vacinação entre quilombos certificados e não-certificados, serviu apenas para relativizar a própria incompetência e irresponsabilidade na gestão do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (Ministério da Saúde, 2021). Era uma decisão burocrática que concretizava uma censura biológica (Mbembe, 2018) entre quem deveria ser vacinado ou não, e quem tinha direito ou não à imunidade. Ou seja, o Governo Federal puniu as populações já marginalizadas pelo fato de uma instância da sua alçada não ter cumprido o seu papel institucional de certificação. Ainda no referido Plano (Brasil, 2021), no tópico *1.2. Grupos com elevada vulnerabilidade social*, depois das populações indígenas, as populações quilombolas e ribeirinhas são citadas. Na 6° edição do Plano é possível encontrar as seguintes afirmações:

> A transmissão de vírus nestas comunidades tende a ser intensa pelo grau coeso de convivência. O controle de casos e vigilância nestas comunidades impõe desafios logísticos, de forma que a própria vacinação teria um efeito protetor altamente efetivo de evitar múltiplos atendimentos por demanda.
> Assim, no delineamento de ações de vacinação nestas populações deve-se considerar os desafios logísticos e econômicos de se realizar a vacinação em áreas remotas e de difícil acesso. Não é custo-efetivo vacinar populações em territórios de difícil acesso em fases escalonadas, uma vez que a baixa acessibilidade aumenta muito o custo do programa de vacinação. Além disso, múltiplas visitas aumentam o risco de introdução da covid-19 e outros patógenos durante a própria campanha de vacinação (Brasil, 2021, p. 17-18).

Em síntese, o Governo Federal estava se queixando dos custos para se vacinar comunidades rurais quilombolas. Apesar de elas figurarem como prioritárias para a vacinação, o que se vê, a partir do trecho selecionado, é o Governo Federal falando mais nas dificuldades de se vacinar essas populações, do que em estratégias para minimizar essas dificuldades. Afora

lombolas-em-42-municipios/. Acesso em: 5 maio 2021.

isso, a retórica gira em torno dos custos e da não-viabilidade operacional de uma vacinação escalonada (Brasil, 2021). No Plano (Brasil, 2021), fica explícito que o Governo Federal sabe o que fazer, a questão é: ele deveria levar em consideração mais os desafios logísticos ou o resultado final e seus benefícios? O Governo Federal sabia o que deveria fazer, em seu papel institucional, porém agia como se as vidas quilombolas não importassem.

O caso dos/as quilombolas de Aracati, no tocante à vacinação contra o coronavírus, é emblemático e problemático. Uma matéria publicada no dia 7 de maio de 2021[16], no site do Diário do Nordeste, resumiu bem o drama desses/as quilombolas e a negligência da gestão municipal no tocante à vacinação. As comunidades do Cumbe e de Córrego de Ubaranas ainda não tinham sido vacinadas mesmo após o município ter iniciado a fase três de vacinação, sendo que as comunidades quilombolas deveriam ter sido vacinadas na fase dois, enquanto grupo prioritário, como informa a matéria:

> A comunidade do Cumbe, juntamente com a do Córrego de Ubaranas, acionou a Defensoria Pública do Ceará para tentar garantir a vacinação. Segundo o defensor Diego Cardoso, atuante na comarca de Aracati, há uma violação clara dos direitos desses povos, "uma vez que quilombolas são contemplados na fase dois tanto do plano nacional quanto do plano estadual de imunização". [...] Diego explica que as doses que foram aplicadas, até agora, em quilombolas no Aracati foram por meio do critério etário, não pelo pertencimento à comunidade tradicional. "O município está agindo em contrariedade ao ordenamento jurídico nesse caso por diversos pontos, visto que os quilombolas têm proteção constitucional [...]. Nesse cenário, a Defensoria do Estado expediu uma recomendação formal ao município de Aracati para que eles iniciassem a vacinação dos povos quilombolas (Grupos [...], 2021).

A partir daí, iniciou-se a judicialização do direito à vacinação e à vida no meio de uma pandemia. Essa litigação foi o nó górdio para esses/as quilombolas, que tiveram que se valer do sistema judiciário, até o último segundo, a fim de serem imunizados/as. Porém, os problemas não pararam por aí, pois o cabo de guerra entre o executivo local e o judiciário estadual continuou. Como Cleomar me falou várias vezes, a prefeitura de Aracati não reconhece o Cumbe como CRQ e os motivos são os seguintes:

> A secretária da Saúde de Aracati, Andressa Guedes Kaminski Alves, informou, em nota, que, no Cumbe, apenas uma "minoria dos residentes se autodeclaram povos tradicionais quilombolas" e eles não estão isolados. A gestora destaca ainda que uma ação judicial pede a anulação "da certidão de autodefinição a qual faz constar a Comunidade do Cumbe como Remanescente Quilombola". Além disso, um inquérito policial apura a falsificação de documentos e assinaturas.
> No entanto, tanto a comunidade do Cumbe quanto a do Córrego de Ubaranas são reconhecidas como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, pela Coordenação

16 Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/grupos-quilombolas-de-aracati-nao-recebem-vacinas-contra-covid-19-mesmo-estando-entre-prioridades-1.3083089. Acesso em: 7/ maio 2021.

> Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e pela Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cerquice) (Grupos [...], 2021).

Vê-se que litígios que estavam em curso, relacionados à associação quilombola do Cumbe, foram usados como argumento pela secretária para que os/as quilombolas não fossem vacinados, como se dissesse que, antes do término do litígio, a comunidade já estivesse condenada, e, naquela conjuntura, estava condenada a não ser vacinada e a ficar desprotegida. Nesse sentido, a 'criminalização', termo usado pelos/as interlocutores/as, dos/as quilombolas do Cumbe, da qual nos falaram João do Cumbe[17] e Cleomar, foi reforçada pela gestão municipal mais uma vez. Tanto a Secretária de Saúde quanto o prefeito[18] afirmaram insistentemente que os/as quilombolas do Cumbe são "minoria numérica[19]", como forma de deslegitimá-los/as. Esse assédio político, a negligência com as vidas quilombolas e os processos judiciais encarnam, a meu ver, um racismo institucional que está longe de ser velado e que reproduz padrões históricos de discriminação étnico-racial, incorporados às práticas institucionais. A criminalização já estava posta apenas "polícia na porta", em várias ocasiões antes da pandemia, como narrou Cleomar, mas ela se agiganta, como vemos no discurso da referida gestora[20].

Esse contexto nos lembra o que Preciado (2020) discute acerca do termo imunidade, que de um sentido político, baseado no Direito, ganhou, no século XIX, um sentido biomédico. Porém, o que Preciado (2020) defende é que o sentido original de imunidade se preservou e agregou este outro sentido, de forma que determinados corpos sempre serão passíveis de serem sacrificados em prol da comunidade ou não, enquanto outros estarão sempre imunes a esses

17 "Na entrevista que realizei com João em 2022, ele começou se apresentando como sendo um homem gay, historiador, defensor dos direitos humanos, militante de vários movimentos sociais e ambientalista. João é um dos líderes quilombolas do Cumbe" (Rodrigues, 2024, p. 16).

18 Em 23 de abril de 2021, em uma *live* transmitida pela rádio FM Sinal 91.1 MHz de Aracati, o prefeito à época, Bismarck Maia, falou que não existem quilombolas no município, exceto no Córrego de Ubaranas. Falou que no caso do Cumbe o que existe é uma minoria e ainda citou, de forma irresponsável, um inquérito aberto na Polícia Federal a partir de uma notícia crime que alega a falsificação de documentação na autodefinição quilombola do Cumbe.

19 A ideia de "minoria numérica" não se sustenta como argumentei em Rodrigues (2024) e se constitui como uma ideia gasta que os não-quilombolas do Cumbe, e que se opõem aos associados quilombolas, insistem em reproduzir sempre que podem.

20 "A Secretária ressaltou ainda que pessoas residentes na comunidade do Cumbe foram vacinadas, conforme os outros critérios de prioridades, como idosos e pessoas com comorbidades. "Quanto à comunidade do Córrego de Ubaranas, esta reconhecida como comunidade tradicional de quilombolas, houve também vacinação de pessoas da referida comunidade" (Grupos [...], 2021). Pelo menos até o dia 10 de maio de 2021 em Ubaranas as pessoas vacinadas o foram pelo critério prioritário de idade, assim como no Cumbe. "Para o presidente da Associação Quilombola do Córrego de Ubaranas, José Francisco dos Santos Pereira, o sentimento é de abandono. "A informação que a gente tem é que chegou a vacina na cidade e não foi disponibilizada pra gente; e a gente sabendo que outras comunidades do Ceará foram vacinadas e a gente não, a gente se sente desvalorizado como um todo" (Grupos [...], 2021).

sacrifícios biopolíticos[21] (Preciado, 2020).

A situação do Cumbe nos lembra essa discussão posta por Paul Preciado quando ele apresenta as considerações da antropóloga Emily Martin acerca da gestão biopolítica de crises virais que fizeram muitas vítimas:

> A imunidade corporal, argumenta a autora, não é mero fato biológico independente de variáveis culturais e políticas. É justamente o contrário: o que entendemos por imunidade se constrói coletivamente através de critérios sociais e políticos que produzem alternativamente soberania ou exclusão, proteção ou estigma, vida ou morte (Preciado, 2020, p. 4).

Dessa forma, a imunidade biológica é um direito político. Tendo em mente os sentidos político e biomédico do termo imunidade, é possível relacioná-los à gestão da vacinação da prefeitura de Aracati em relação a Ubaranas e ao Cumbe, sobretudo ao Cumbe, devido ao não-reconhecimento de sua identidade quilombola. A negativa da vacinação foi também a negação de uma vida imunizada, protegida do vírus; uma vida protegida por lei, mas desprotegida pela caneta do executivo local. É preciso relembrar que a pandemia além de viral, é sobretudo social, econômica e política, sendo que essa negação da imunização é uma prova disso. Vidas quilombolas não-imunizadas fazem pandemia e num contexto em que essas comunidades permaneceram sem vacinação, sendo uma delas perseguida pela gestão municipal, realmente a imunidade enquanto direito social e biológico esteve vinculada a critérios sociais e políticos, sendo que os mesmos produziram exclusão, estigma e a possibilidade da morte diante do vírus.

LITÍGIOS E CONFLITOS COM O ESTADO: A LUTA PELA IMUNIZAÇÃO

No dia 26 de março de 2021, uma Resolução[22] do Governo do Estado do Ceará, por meio da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/CE, elencou os/as profissionais de assistência social, os/as fiscais de vigilância em saúde e os/as quilombolas como os grupos prioritários de

21 “Chamo de biopolítica os poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não-governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si” (Butler, 2018, p. 216).

22 Resolução n° 25/2021 – CIB/CE. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/download/resolucoes-cib-2021/. Acesso em: 20 maio 2021.

vacinação no Estado. Já em uma Resolução posterior[23], temos uma série de recomendações voltadas à vacinação da população quilombola. Diante disso, moradores e lideranças do Cumbe e de Ubaranas procuraram a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, com vistas a informar sobre a vacinação ínfima nos seus territórios[24], indicando em suas demandas que a Prefeitura subverteu a ordem prioritária de vacinação, o que no conjunto se constitui como "violação de direitos humanos e de direitos fundamentais das pessoas quilombolas domiciliadas no território do Município" (Recomendação n° 01/2021, p. 3). É aqui que o litígio em torno da vacinação dessas comunidades como grupos prioritários, pelo recorte étnico, se inicia.

A Defensoria elaborou uma Recomendação acerca da questão, e quase três semanas após o encaminhamento da mesma, a vacinação foi realizada, mas apenas em Ubaranas, mesmo a Recomendação citando essa comunidade expressamente junto ao Cumbe, recomendando a vacinação com urgência da população desses dois territórios quilombolas. No dia 3 de maio de 2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Aracati respondeu a um ofício da Coordenadora Regional de Saúde, da SESA, acerca da questão em apreço. Sobre o Cumbe, o ofício[25] da Secretaria de Saúde informou que:

> No que tange à imunização dos moradores da localidade do Cumbe, em que minoria dos residentes se autodeclaram povos tradicionais quilombolas, vale esclarecer que os mesmos não se encontram isolados. Diga isso pelo fato da Resolução n° 28/2021 – CIB/CE em anexo, estabelecer critérios de classificação das comunidades quilombolas, dentre eles, a questão da vinculação territorial (Secretaria Municipal de Saúde de Aracati, 2021).

A ideia gasta de que os/as quilombolas do Cumbe são minoria numérica é retomada. Além disso, a secretária insiste na narrativa mistificadora de que, para ser reconhecido como quilombola, é preciso estar isolado geograficamente, porém o que ela faz é distorcer os critérios elencados na referida Resolução. Na resposta da Secretaria de Saúde de Aracati, além desses argumentos já conhecidos, é citada a Ação Declaratória de Nulidade (ADN) da certidão de autodefinição quilombola do Cumbe[26] e o Inquérito Policial n° 412-293/2017, junto à Polícia Federal, justamente para que se condene a comunidade antes do processo ser finalizado ou arquivado. Dessa forma, a ADN e o inquérito, por si só, serviram como "provas" para criminalizar

23 Resolução n° 28/2021 – CIB/CE. Disponível em: https: https://www.saude.ce.gov.br/download/resolucoes-cib-2021/. Acesso em: 20 maio 2021.

24 No dia 27 de abril de 2021, a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará enviou uma Recomendação, por meio do núcleo de Aracati, citando vasta legislação e apontando o número de doses recebidas pela Prefeitura de Aracati com destinação aos quilombolas do município – 1.100 doses, a recomendação informa que até aquele momento só havia sido aplicadas 15 doses, representando assim um ínfimo cumprimento da política pública.

25 Ofício n° 348/2020/SMS/ARACATI. 03 de maio de 2021. Resposta ao ofício n° 190/2021 – COORD/Aracati.

26 Ação n° 800097-05.2018.4.05.8101, na 15° Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará.

esses/as quilombolas e negar a eles/as uma vida imunizada.

Para a gestão municipal de Aracati, a simples abertura do inquérito e da Ação Declaratória de Nulidade são motivos suficientes para lançar os/as quilombolas do Cumbe no campo da falsificação, da ganância e da má-fé. A judicialização só reforçou a perseguição política e o assédio capitalista aos/às quilombolas, sendo, inclusive, fruto destas. Mesmo a ação e o inquérito não tendo sido finalizados isso se constitui, para os/as opositores/as dos/as quilombolas do Cumbe, como um elemento fulcral de deslegitimação, justamente por nossa sanha coletiva em usar a justiça que pune como métrica moral de julgamento social.

A Secretária de Saúde, no ofício, é prolífica ao apresentar vários argumentos no intuito de fazer valer a decisão parcial da gestão municipal. Na esteira disso e contra argumentando a resposta da Secretaria de Saúde de Aracati, uma Ação Civil Pública[27] (ACP), ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU), indica que a recusa da vacinação por parte do município

> [...] demonstra-se tremendamente equivocada e extrapola as atribuições do município, que não detém competência para a definição/demarcação de Terras Quilombolas, competência atribuída à União por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Muito menos, detém o ente municipal [competência] para negar validade aos atos celebrados no âmbito da administração pública federal. Não há indicação, ainda, de qualquer decisão judicial que retire o reconhecimento da condição de quilombola do grupo substituído nessa ACP. Percebe-se, pois, que o ente local, simplesmente, se nega a executar a política pública (Ação Civil Pública, 2021, p. 9).

A referida ACP põe a nu os erros da administração local no que tange a essa questão. Essa Ação foi ajuizada em 05 de maio de 2021, pela Defensoria Pública da União, com pedido de tutela de urgência, sendo demandada pela Associação Quilombola do Cumbe (AQC), que, em seu pedido na demanda judicial, inseriu a comunidade do Córrego de Ubaranas. Nesse sentido, é importante apontar que a AQC tem uma expertise e uma longa trajetória enquanto movimento social, por isso, sabe a quem recorrer e quando recorrer, quando sente que seus direitos estão sendo violados por outras instâncias do Estado. Esse quadro de litígios exemplifica a dinâmica de poder e as estratégias discursivas empregadas pelo Estado.

É citado na referida ACP o descumprimento, por parte da prefeitura de Aracati, tanto do Plano Nacional de Imunização (PNI), quanto do Plano de Operacionalização Estadual, no tocante à vacinação das populações quilombolas aracatienses, extrapolando, portanto, a sua alçada. Na ACP, a Defensoria aponta as

> [...] omissões do Poder público, notadamente a União, em tomar medidas visando mitigar o impacto da Covid-19 nestas comunidades. As omissões no combate

27 Ação Civil Pública, 05/05/2021 - Processo n° 0800293-67.2021.4.5. 8101.

> a COVID-19 por parte da União Federal foram tantas que se fez necessário o ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 742 pela CONAQ e Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, para que este ente tomasse medidas urgentes no enfrentamento à pandemia nestas comunidades. No dia 24 de fevereiro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) prolatou o Acórdão julgando procedentes os pedidos formulados na ADPF 742 e estabelecendo uma série de medidas inadiáveis a serem tomadas por parte da União Federal (Ação Civil Pública, 2021, p. 5).

O executivo federal foi, então, instado pelo judiciário federal a agir em favor dessas populações, o que demonstra como o Estado não é uma entidade homogênea, mas um campo de relações dinâmicas no qual diferentes atores e instituições (executivo, legislativo e judiciário federal, estadual e municipal) têm visões e interesses divergentes. E assim segue a ACP, indicando as omissões, tanto a nível federal quanto a nível municipal, no tocante à vacinação das populações quilombolas. No caso municipal, a ACP aponta que a prefeitura "se arvorou nas atribuições do poder público federal e tudo 'revogou', em inequívoco ato abusivo" (Ação Civil Pública, 2021, p. 10). Vê-se que a responsabilidade pelas vidas dos/as quilombolas do Cumbe esteve sobre os ombros da Prefeitura de Aracati. Em resumo, a ACP aponta, por incontáveis argumentos e fatos, que a decisão da Prefeitura em não vacinar os quilombolas é ilegal, sendo que o "Plano de Imunização não está sujeito aos humores e preferências de gestores locais" (Ação Civil Pública, 2021, p. 19). Logo, a negação à vacinação dos/as quilombolas foi uma decisão eivada de interesses particulares da gestão municipal.

Seis dias após o despacho desta ACP, no dia 11 de maio, um juiz federal respondeu a esta ACP, ajuizada pela Defensoria Pública, decidindo que apenas a comunidade de Ubaranas seria vacinada[28], por esta já ter seu território identificado, reconhecido e delimitado por meio do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), de responsabilidade do INCRA. Já sobre o Cumbe, o juiz afirmou o seguinte:

> [...] já no que se refere à Comunidade do Cumbe, observo que, apesar da Fundação Cultural Palmares ter emitido em seu favor Certificado de Autodefinição (id. 20821504), o INCRA ainda não a reconheceu como sendo quilombola, vez que ainda em trâmite o Processo Administrativo n° 54130.000417/2015-9, instaurado com essa finalidade. Neste ponto, cumpre registrar que a DPU ajuizou perante esta Vara Federal a Ação Civil Pública n° 0800221-22.2017.4.05.8101 em face da mencionada autarquia, justamente com o objetivo de que seja concluído o citado processo administrativo, estando esta ação judicial aguardando a realização de audiência de instrução (Decisão, 2021, p. 2-3).

O erro do juiz ao citar o Processo Administrativo do INCRA foi confundir uma etapa

28 Decisão – Tribunal Regional Federal da 5° Região, 12/05/2021, n° 0800293-67.2021.4.05.8101.

do processo de regularização fundiária com um suposto privilégio que essa mesma instituição teria em reconhecer os/as quilombolas como tais. Ora, não está no poder do INCRA fazer assim, pois essa é uma questão de autodefinição coletiva dos/as quilombolas e não do Estado e de suas instâncias. Em resumo o juiz em apreço, Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro, deferiu, em parte, o pedido de tutela de urgência da ACP, considerando apenas a comunidade de Ubaranas e dando um prazo de dez dias para que a vacinação fosse executada na referida comunidade. Três dias depois de despachada essa decisão, em caráter de urgência, foi administrada a 1ª dose na população quilombola de Ubaranas.

A judicialização da imunização foi feita pela Associação Quilombola do Cumbe junto com a Associação do Córrego de Ubaranas, mostrando que os/as quilombolas mobilizaram, em um contexto jurídico-político desfavorável e permeado pelo racismo institucional, o seu capital social e expertise para exigir a vacinação. Foi preciso lutar contra o Estado e dentro do Estado. Nesse caso, além do apoio de parte do judiciário e do legislativo, tanto federal quanto estadual, no qual estiveram envolvidos a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), os/as quilombolas empreenderam outras ações no contexto pandêmico a fim de garantirem seus direitos e, portanto, a continuidade de suas vidas, contrapondo uma política da vida, a nível local, à necropolítica do executivo federal e municipal.

Enquanto o litígio judicial transcorria, os/as quilombolas do Cumbe elaboraram uma nota virtual de apoio[29], em 20 de maio de 2021, com vistas à sua demanda por imunização. A nota circulou em vários grupos de WhatsApp e em perfis individuais pedindo assinatura de coletivos, grupos e entidades que pudessem apoiar a causa. A nota de apoio é explícita em adjetivar os atos da prefeitura de Aracati como "racistas, negacionistas e preconceituosos". A nota é contundente por si só e aqui enfatizo que os/as interlocutores/as, principalmente as lideranças do Cumbe, falam em racismo como uma das formas de identificar essa situação vexatória que foi promovida pela prefeitura de Aracati, em flagrante descumprimento da lei.

Dezesseis dias após o despacho da decisão do juiz Bernardo Lima, que atendeu parcialmente à ACP ajuizada pela DPU, foi concedida uma liminar de agravo de instrumento[30] pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A liminar indica que os povos quilombolas, bem como outras populações tradicionais, são considerados pelo Estado como grupos em situação de vulnerabilidade ou de extrema vulnerabilidade social. Em resumo, o desembargador Janilson Bezerra de Siqueira deferiu a tutela de urgência a favor da comunidade quilombola do Cumbe.

29 Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfvPz9tL4HkunbXxQUOoBUK42Ne5rWkqrVhMa2jU76ogz30HQ/viewform. Acesso em: 28 maio 2021.

30 Agravo de Instrumento – Tribunal Regional Federal da 5° Região, 28/05/2021, n° 0805406-55.2021.4.05.0000.

Assim, no dia 9 de junho de 2021, a vacinação dos/as quilombolas do Cumbe foi finalmente iniciada – um alívio, uma vitória, depois de tanto desgaste emocional e judicial. Entre os dias 9 e 10 de junho, 129 pessoas foram vacinadas com a AstraZeneca. Uma parte da população estava ausente ou não pôde tomar a vacina por motivos específicos, que serão elencados a seguir, entre outras informações[31]:

Tabela 1. Dados quantitativos relacionados à vacinação dos/as quilombolas do Cumbe

Doses destinadas à população quilombola do Cumbe	Pessoas vacinadas (1° dose)	Pessoas não vacinadas	Motivo de não vacinação
178	129	49	13 pessoas estavam com Covid-19 5 pessoas estavam viajando a trabalho 8 pessoas não quiseram[32] 4 pessoas não compareceram 1 pessoa era gestante 18 pessoas já tinham sido vacinadas[33]

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados passados por João do Cumbe.

Ao perguntar a João se ele sentia que, depois da vacinação a justiça tinha sido feita[34], ele

31 Os dados dessa tabela foram repassados por João do Cumbe, no dia 11 de junho de 2021, via WhatsApp.

32 Algumas pessoas desistiram de ser vacinadas nessa ocasião, mesmo tendo colocado seus nomes na lista. O motivo, segundo interlocutores/as, era a propagação de fake news, que causava temor em certas pessoas quanto à possível reação biológica à vacina. Além disso, as fake news estimularam um cenário de teorias de conspiração que distorciam a realidade, colocando em dúvida a eficácia e os objetivos da vacinação, bem como pressupostos científicos básicos.

33 As que já tinham sido vacinadas eram, sobretudo, idosas/os, devido ao critério etário e de comorbidades.

34 Em matéria publicada no dia 13 de junho de 2021, no site do Agência Brasil, há uma fala de João do Cumbe que

respondeu que foi feita "em parte, porque esse processo foi muito violento por parte do prefeito. Diria justiça feita se todo mundo [quilombolas] tivesse sido vacinado, porque vacina tem". João coloca isso porque 35 pessoas que não tinham seu nome na relação inicial procuraram o local de vacinação na comunidade para serem vacinadas, porém não o foram por não estarem na relação de quilombolas que foi elaborada em fevereiro de 2021. E aqui acrescento que devido às desinformações propagadas por aplicativos de mensagens e redes sociais, as fake news, que permearam o contexto inicial de vacinação, alguns quilombolas não quiseram colocar seus nomes na referida lista. Porém, no dia da vacinação, essas pessoas apareceram desejando ser vacinadas, como nos conta João:

> Passado todo esse processo, essas pessoas agora querem ser vacinadas, só que não podem, porque é só o que está na relação da justiça. Mas eu enviei para a DPU e a DPU vai ver como é que faz. Porque a vacina tem, vieram 2.119 vacinas para Cumbe e Córrego de Ubaranas e no Cumbe nem 200 pessoas foram vacinadas, da primeira dose. Vamos ver como vai resolver essa questão dessas outras 3 pessoas. Eu penso que vai entrar na justiça. O município não vai querer vacinar (João, 2021).

Logo, certas pessoas mudaram de ideia, mas com a judicialização da questão, não puderam ser contempladas naquele momento. Ainda sobre o contexto de vacinação no Cumbe, João conclui dizendo: "Pretendemos entrar com uma ação por danos morais, racismo e criminalização". Nessa conversa, foi encaminhado a mim, via WhatsApp, um vídeo que registrou a primeira quilombola sendo vacinada no Cumbe – Dona Edite, mãe de João. A vacinação dos/as quilombolas no prédio da associação foi acompanhada por palmas e por expressões afirmativas de "Viva o SUS", "Fora Bolsonaro", "Vacina para todos e para todas já", "Viva os profissionais da saúde", "Viva a ciência". A imunização naquele momento era uma vitória sobre o negacionismo e a necropolítica de certos agentes do Estado.

Além do vídeo, foram feitos registros fotográficos desse momento, que também foram encaminhados a mim. Os que estavam presentes posaram segurando a bandeira da associação quilombola do Cumbe, com punhos em riste, e segurando cartazes com os dizeres "Viva a CONAQ e CERQUICE", "Fora Bolsonaro", "Viva a luta da CONAQ e CERQUICE" e "eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer". Segue uma das imagens[35] desse momento:

apontou o seguinte: "Mesmo com a decisão [da justiça], tivemos problemas. A prefeitura queria que nós fôssemos para a sede do município, descumprindo a orientação do PNI que estabelece a vacinação dos quilombolas em seus territórios. Nós não aceitamos. Até que a Defensoria Pública [da União] conseguiu fechar um acordo com o município", disse Nascimento (Rodrigues, 2021).

35 Os registros fotográficos feitos são do acervo pessoal de João Luiz do Nascimento, conhecido como João do Cumbe, que foram encaminhados via Whatsapp ao pesquisador.

Imagem 2. Momento de aplicação da primeira dose contra o coronavírus no Cumbe



Fonte: Autoria não identificada (2021).

As frases proferidas nesse momento traduzem todas as adversidades que esses/as quilombolas passaram para ser imunizados/as. Reafirmaram a importância da ciência, criticaram a política de morte do ex-presidente Bolsonaro e exaltaram as organizações civis e estatais que ajudaram nesse processo. Assim, a continuidade da vida no Cumbe, durante a pandemia, foi em grande parte sustentada pela própria associação quilombola, sendo que a recusa da vacinação dessa população não foi um caso isolado no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrevi, ao longo do artigo, as mobilizações políticas dos/as quilombolas do Cumbe. Ao refletir sobre os litígios aqui descritos, lembro do quanto essa judicialização da imunização

quilombola foi desgastante e que acompanhei com certa aflição. O mês de maio daquele ano, 2021, foi bem intenso nesse sentido e quase todo dia eu recebia informações de João acerca desse litígio. Como pudemos ver, a gestão municipal de Aracati, à época, ao invés de aplicar de forma devida os planos nacional e estadual de imunização, reforçou uma relação que já era conflituosa com os/as quilombolas do Cumbe. Essa população enfrentou isso e empreendeu ações coletivas organizadas, se valendo de instâncias do Estado para garantir seus direitos. Nesse caso, órgãos do judiciário, como as defensorias estadual e federal, foram acionados e rapidamente agiram. Sem a atuação desses órgãos fundamentais no acesso das classes populares à justiça, dificilmente as vacinas teriam chegado no primeiro semestre de 2021, aos/às quilombolas de Aracati.

Se, como defende Mbembe (2018), vida e morte são categorias mais palpáveis e menos abstratas para se pensar contextos necropolíticos, espero ter conseguido mostrar isso pela descrição que fiz no artigo. Na conjuntura pandêmica, questões como alimentação, renda, vacinação, solidariedade e direito à vida emergiram como urgentes. Esses elementos representam coisas que foram fundamentais à manutenção da vida dos/as quilombolas naquele contexto, contando com a ajuda de várias instituições que se somaram num esforço coletivo de mitigação das desigualdades que foram reforçadas pela pandemia. Foi possível entrever que as políticas públicas em saúde, na conjuntura pandêmica, foram atravessadas pelos humores e pela pessoalidade dos executivos e judiciários locais. As ações coletivas narradas foram tentativas de garantir uma vida imunizada e com segurança alimentar num contexto mortífero, no qual o Estado, em sua soberania, por meio de vários agentes, decidia quem deveria viver e quem deveria ser exposto ao vírus e possivelmente morrer (Mbembe, 2018).

Houve, portanto, divergências entre a demanda por direitos e as formas institucionais da gestão em saúde, que revelaram dinâmicas específicas de poder de acordo com o público a que se dirigiram, como foi o caso dos/as quilombolas. Tentei demonstrar, a partir do caso analisado, a natureza contraditória das ações do Estado, com a negligência municipal de um lado e a intervenção solidária de órgãos judiciais federais e estaduais (DPU, DPE, STF) de outro. Apesar dos percalços, os/as quilombolas do Cumbe conseguiram conquistar o direito a uma vida imunizada, mas não sem fazer guerra contra o Estado. Conclui-se que mesmo com a garantia da lei quanto à priorização de populações quilombolas nos planos estadual e nacional de imunização, essa garantia foi relativa, pois foi necessário mobilizar, no caso do Cumbe, o judiciário para que se cumprisse a lei. A lei, portanto, não se aplica por si só, é preciso que haja a intervenção de órgãos competentes para que a mesma se faça valer na prática. No caso analisado, foi preciso contrapor uma política de vida local a uma necropolítica nacional.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19**. 5. ed. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2021.

2. BRUM, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. **El País**, Brasil, 8 abr. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html. Acesso em: 23 jun. 2021.

3. BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

4. CASTRO, Rosana. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 71-90, jan./abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100004. Acesso em: 25 set. 2025.

5. CEARÁ. 15° Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará. **Processo n° 0800293-67.2021.4.5.8101**. Ação Civil Pública. Ceará, 5 maio 2021.

6. CEARÁ. **Recomendação n° 01/2021, de 27 de abril de 2021**. Ceará: Defensoria Pública do Estado do Ceará, 2021.

7. COCCIA, Emanuele. O vírus é uma força anárquica de metamorfose. **Philosophie Magazine**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://www.uergs.edu.br/versao-para-o-portugues-para-o-virus-e-uma-forca-anarquica-da-metamorfose-de-emanuele-coccia. Acesso em: 29 set. 2025.

8. COSTA, Alyne. Fronteiras entre vida e não-vida: o vírus no Antropoceno. **Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise**, Montevidéu, v. 18, n. 1, p. 202-208, 2020. Disponível em: https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/fepal-caliban-2020-v18-n1-POR-27.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

9. CUMBE, Quilombo do. Página inicial. **Quilombo do Cumbe**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://www.quilombodocumbe.com/. Acesso em: 17 maio 2021.

10. CUMBE, Quilombo do. Página inicial. **Quilombo do Cumbe**, [*s. l.*], 2016. Disponível em: http://quilombodocumbe.blogspot.com/2016/12/instituto-terramar-atualizacao-14122017.html. Acesso em: 29 jan. 2023.GONÇALVES, Flora Rodrigues. Medicalização da política: a vida social da cloroquina e seus demais agenciamentos. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 27, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4000/pontourbe.9382. Acesso em: 25 set. 2025.

11. GRUPOS quilombolas de Aracati não recebem vacinas contra Covid-19, mesmo estando entre prioridades. **Diário do Nordeste**, [*s. l.*], 7 mai. 2021. Disponível em:

https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/grupos-quilombolas-de-aracati-nao-recebem-vacinas-contra-covid-19-mesmo-estando-entre-prioridades-1.3083089. Acesso em: 7 maio 2021.

12. KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

13. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

14. NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual** – Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

15. PRECIADO, Paul. **Aprendendo do vírus**. São Paulo: n-1 edições, 2020. (Textos Pandemia Crítica).

16. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. *In*: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 13-24.

17. RODRIGUES, Léo. No interior do país, acesso à vacina de covid-19 mobiliza quilombolas. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2021. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/no-interior-do-pais-acesso-vacina-mobiliza-quilombolas. Acesso em: 14 jun. 2021.

18. RODRIGUES, Ozaias da Silva. **"Possibilidade nos dias da destruição":** pandemia e a continuidade da vida entre remanescentes quilombolas do Cumbe, Aracati/CE. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

19. SECRETARIA DA SAÚDE DO CEARÁ (SESA). **Instagram**. Disponível em: https://www.instagram.com/saudeceara/?hl=pt-br. Acesso em: 29/03/2021.

20. SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ (SESA). **Ofício n° 348/2020/SMS/ARACATI**. Ceará: SESA, 2021.

21. SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ (SESA). **Resolução n° 25/2021 – CIB/CE**. Ceará: CIB, 2021. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/download/resolucoes-cib-2021/. Acesso em: 20 maio 2021.

22. SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ (SESA). **Resolução n° 28/2021 – CIB/CE**. Ceará: CIB, 2021. Disponível em: https: https://www.saude.cSESAe.gov.br/download/resolucoes-cib-2021/. Acesso em: 20 maio 2021.

23. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACATI. **Resposta da Secretaria Municipal de Saúde de Aracati a um ofício da Coordenadora Regional de Saúde, da SESA**. Aracati: Secretaria Municipal de Saúde, 2021.

24. SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. **Revista Todavia**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, ed. 8,

p. 7-15, dez. 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218973. Acesso em: 25 set. 2025.

25. SILVA, Ana Maria Eugênio da; FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; NASCIMENTO, João Luís Joventino do; RAFAEL, Francisco Levy Freitas. Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, supl., p. 235-243, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp235-243. Acesso em: 25 set. 2025.

26. STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

27. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5° REGIÃO. **Agravo de Instrumento n° 0805406-55.2021.4.05.0000**. Recife: TRF5, 2021.

28. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5° REGIÃO. **Decisão n° 0800293-67.2021.4.05.8101**. Recife: TRF5, 2021.

Ozaias da Silva Rodrigues
Professor no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2834-4318. ozaias.rodrigues@ufmt.br

Um estudo sobre as conexões do Movimento dos Atingidos por Barragens nas enchentes do Rio Grande do Sul: novas bases sociais e heterogeneidade estatal[1]

A study on Movimento dos Atingidos por Barragens' conections during the Rio Grande do Sul floods: new social bases and state heterogeneity

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Vinícius Corrêa
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

RESUMO

O Movimento dos Atingidos por Barragens atuou intensamente nas enchentes do Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024, tornando-se um agente de proteção e defesa civil. Para isso, construiu uma cozinha solidária em Canoas (Rio Grande do Sul), que se tornou uma tática de recrutamento de militantes entre os atingidos. Este artigo analisa como um movimento social reagiu a um desastre, mobilizando-se e se inserindo em novos territórios, ao mesmo tempo em que estabeleceu vínculos com a população afetada. Além disso, tematiza as interações entre formas de ativismos e a noção de heterogeneidade estatal, entendida como coletivos instáveis definidos de maneira relacional. A metodologia é qualitativa, formulada a partir de uma visita de campo em novembro de 2024 com militantes da organização em Canoas e Porto Alegre, quando os pesquisadores observaram uma cozinha solidária, um centro de distribuição e realizaram rodas de conversa com famílias atingidas e recrutadas. As técnicas de pesquisa foram a observação direta, entrevistas abertas e semiestruturadas e a análise de documentos. A discussão de dados se refere à atuação da organização nas enchentes para compreender como suas práticas de proteção e defesa civil favoreceram o desenvolvimento de estratégias de enraizamento e os agenciamentos construídos em relação aos atores estatais. Conclui-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens construiu inovações organizacionais

1 Esse artigo foi financiado com bolsa de mestrado DS-Capes cedida ao coautor, assim como pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES) para realização do trabalho de campo.

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 30 de maio de 2025.
Avaliador B: 27 de junho de 2025.
Aceito em 4 de agosto de 2025.

CC BY

de recrutamento durante as enchentes, assim como utilizou repertórios cooperativos e conflitivos perante o Estado.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Estado, Movimento dos Atingidos por Barragens, Desastres socioambientais, Enchentes no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The Movement of People Affected by Dams was intensely active during the floods in Rio Grande do Sul in 2023 and 2024, becoming an agent of protection and civil defense. To this end, it built a solidarity kitchen in Canoas (Rio Grande do Sul), which became a tactic for recruiting activists among those affected. This article analyzes how a social movement reacted to a disaster, mobilizing and inserting itself into new territories while establishing links with the affected population. In addition, it addresses the interactions between forms of activism and the notion of state heterogeneity, understood as unstable collectives defined in a relational manner. The methodology is qualitative, based on a field visit in November 2024 with activists from the organization in Canoas and Porto Alegre, when the researchers observed a solidarity kitchen, a distribution center, and held roundtable discussions with affected families who had been recruited. The research techniques were direct observation, open and semi-structured interviews, and document analysis. The discussion of data refers to the organization's performance during the floods in two dimensions: understanding how its civil protection and defense practices favored the development of rooting strategies, and the agencies built in relation to state actors. It is concluded that Movement of People Affected by Dams built organizational innovations in recruitment during the floods, as well as using cooperative and conflictive repertoires in relation to the state.

Keywords: Social movements, State, Movement of the People Affected by Dams, Social-environmental disasters, Rio Grande do Sul floods.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa de pós-graduação que integra uma equipe de pesquisadores vinculados a um grupo de pesquisa interessado nos conflitos socioambientais

acentuados com as enchentes[2] do Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024. Estuda o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que atuou como agente de proteção e defesa civil durante esse desastre.

O Movimento dos Atingidos por Barragens é uma organização de movimento social focada na defesa de populações atingidas pela construção de barragens, especialmente aquelas construídas a partir da década de 1980, como consequência da expansão do modal hidrelétrico do país. No Rio Grande do Sul, a organização atua desde 2023 com atingidos por eventos climáticos extremos, que resultaram no alagamento dos municípios do estado.

A organização foi fundada formalmente em 1991, oriunda de uma confluência de organizações populares como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos de trabalhadores rurais, escolas sindicais e centros de educação popular (Scherer-Warren; Reis, 2008). A articulação dessas organizações criou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens no começo da década de 1980, que mobilizou agricultores atingidos contra a instalação de 25 usinas hidrelétricas no vale do Rio Uruguai, na região sul do Brasil (Sigaud, 1986). Outra experiência importante na mesma década foi a organização de atingidos no norte do Brasil, em Rondônia, e no Nordeste (em torno do Rio São Francisco). Essa diversidade tinha em comum os laços com igrejas progressistas católicas e luteranas, sindicatos rurais e a proximidade com o Partido dos Trabalhadores (PT), o que levaria à unificação nacional, dando origem ao MAB (Foschiera, 2010).

A luta dos atingidos até meados da década de 1990 era pela terra, devido à desestruturação da atividade econômica, social e cultural produzida pela instalação de barragens. A palavra de ordem "Terra pela Terra" era direcionada ao Estado, entendido como um adversário promotor dos interesses de grandes proprietários e do desenvolvimento capitalista (Foschiera, 2010). A partir de 2006, o MAB realizou uma virada no II Encontro dos Atingidos por Barragens e passou a buscar redes de movimentos sociais, reforçando a matriz marxista de sua visão de mundo, aproximando-se de setores urbanos da sociedade (Foschiera, 2010) e aprofundando sua visão sobre o Estado, que deixou de ser tratado como um adversário direto (Scherer-Warren; Reis, 2008).

Atua em torno da ideia de "atingido", conceito que define uma coletividade pertencente a uma população negativamente afetada por alguma mudança socioambiental (Vainer, 2008). Pretende lutar por direitos, demandando ao Estado o atendimento às mudanças na vida dos

2 Emprega-se neste artigo o termo "enchente" por acompanhar o vocabulário dos interlocutores, que o utilizam de modo recorrente para se referir aos eventos de transbordamento e alagamento. Trata-se, portanto, de uma categoria êmica, cuja adoção busca preservar a forma como os próprios atingidos nomeiam e interpretam o fenômeno. Em termos técnicos, "enchente" designa a elevação do nível das águas dentro do leito do rio, enquanto "inundação" se refere ao extravasamento desse leito para áreas adjacentes.

atingidos, sejam elas produtivas, sociais, culturais ou psicológicas, como sancionado pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens — PNAB (Brasil, 2023).

No caso do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, algumas barragens se romperam por conta da vazão aumentada dos rios, como a barragem "14 de julho", que intensificou as enchentes em municípios no Vale do Taquari. A atuação do MAB em território gaúcho não se restringiu aos atingidos pelas enchentes amplificadas pelas barragens, pois o movimento atendeu às regiões metropolitana, alto Uruguai e fronteira noroeste. A organização expandiu seus interlocutores, militantes e a população-alvo, incorporando os atingidos de eventos climáticos extremos.

O objetivo do artigo é relacionar as práticas de proteção e defesa civil ao desenvolvimento de estratégias de enraizamento do Movimento dos Atingidos por Barragens e, especificamente, procura compreender as articulações mobilizadas pela organização em relação ao Estado. Nesse sentido, foi realizado um mapeamento das interações da organização com os atingidos, compreendendo como estes se integram por meio de vínculos sociais a partir das enchentes e como o MAB opera enquanto mediador das reivindicações populares.

Recentemente, diversos autores propuseram pensar desastres como processos que se estendem ao longo do tempo, marcados por eventos críticos, enraizados nas coletividades, em que as políticas de afetação se desenvolvem enquanto novas interações entre os atores (Oliver-Smith, 2015; Valencio, 2014; Zhouri *et al.*, 2017; Zhouri, 2023). Pretende-se observar, de um lado, as relações entre Estado e movimento social, e como essas relações podem dar continuidade à afetação do desastre, redesenhando antigos conflitos sociais; e, por outro, compreender as saídas apontadas pelos movimentos sociais para o sofrimento social decorrente das enchentes.

As organizações foram monitoradas virtualmente durante cinco meses, entre junho e outubro de 2024, e, depois disso, os interlocutores deste artigo foram contatados a partir das redes sociais das organizações e e-mails. O MAB foi contatado por meio de uma das redes de contato pessoal de um dos pesquisadores da equipe. Foram marcados dois encontros presenciais para observação direta de atividades do movimento e visita a residências de atingidos selecionados pela organização em Canoas e Porto Alegre, ocorridos em novembro de 2024.

As organizações da sociedade civil são contempladas, legalmente, dentro da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)[3]. Em Canoas, a organização se responsabilizou por distribuir doações de alimentos, roupas, kits de limpeza e, principalmente, marmitas. Em Porto Alegre, a organização participou de cozinhas solidárias em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que coordena uma cozinha solidária vinculada ao programa federal homônimo no bairro Azenha.

3 Como definido pelo art. 8 da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Nº 12.608/2012) (Brasil, 2012), organizações privadas e comunitárias são agentes de proteção e defesa civil como voluntários, em caráter suplementar aos agentes públicos e políticos.

Após o período emergencial — tanto em 2023 quanto em 2024 — o MAB organizou a população atingida em grupos de base. Outras organizações também fizeram parte do esforço de proteção e defesa civil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, organizou brigadas de militantes do Paraná e do Brasil para ações de solidariedade. O MTST foi importante por criar de cozinhas solidárias, indicando a relevância dos movimentos sociais brasileiros em resposta às crises humanitárias.

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2023 e 2024 não foram um desastre súbito, pois a região metropolitana de Porto Alegre, em particular, ocupa uma área de alto risco hidrológico, com registros de cheias significativas desde 1941. O impacto humano foi devastador: 183 mortes, mais de 629 mil deslocados (Temporal, 2024) e bairros inteiros submersos por semanas, como o Sarandi, onde as águas chegaram a três metros de altura (Souza, 2024). Durante visitas de campo, moradores relataram perdas materiais quase totais e dependência prolongada de ajuda emergencial — seja do Estado ou de iniciativas comunitárias.

A gestão pública das enchentes em Porto Alegre é marcada por contradições. Desde os anos 1970, a cidade contava com um Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), responsável pela drenagem pelas comportas de contenção. Em 2018, no entanto, o DEP foi absorvido pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) sob a justificativa de "desburocratização" (Porto Alegre, 2025). Uma auditoria do Tribunal de Contas em 2020 revelou que, apesar do superávit financeiro do DMAE, houve precarização dos investimentos em infraestrutura entre 2015 e 2019, levando à suspensão de contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para privatização.

Os eventos recentes expuseram a fragilidade do sistema, pois a drenagem urbana não foi projetada para volumes tão extremos, e a falta de coordenação entre governos atrasou respostas emergenciais. Em Canoas, por exemplo, moradores ignoraram alertas de evacuação após repetidos alarmes falsos, enquanto em Porto Alegre, famílias resistiram a deixar suas casas por medo de saques — um reflexo da desconfiança nas instituições.

Esse cenário corrobora a avaliação da abordagem antropológica do desastre, cujos danos e efeitos são socialmente distribuídos em função de fatores sociais, políticos, culturais e outros (Oliver-Smith, 2015). Como veremos adiante, determinadas populações no Rio Grande do Sul receberam reduzida ou nenhuma resposta emergencial do Estado, assim como áreas periféricas da capital e região metropolitana foram severamente afetadas (Valencio, 2014). Outra questão crucial no debate sobre os impactos de eventos climáticos envolve os conceitos de injustiça e racismo ambiental (Acselrad; Campêllo, 2009; Herculano; Pacheco, 2006).

A cronologia do desastre foi sintetizada por um agente da Defesa Civil em uma metáfora recorrente entre os atingidos: "Primeiro, a água veio na canela, depois chegou na cintura, e

agora subiu até os telhados"[4]. Essa expressão captura a progressão da crise de alagamentos sazonais em áreas vulnerabilizadas, passando por chuvas intensas que comprometeram serviços básicos e exigiram remoções em massa até o colapso de diques e a submersão de residências, demandando operações de resgate em larga escala.

Essa expressão captura a progressão da crise, sobretudo em áreas tradicionalmente vulnerabilizadas. Um "atingido-militante" do MAB descreveu: "A população do Sarandi criou seus filhos com água na canela"[5]. "Água na cintura" (final de 2023), quando chuvas intensas elevaram o nível das águas. "Água no telhado" (maio de 2024) representa o colapso de diques e a submersão de residências.

Essa sequência revela mais do que falhas pontuais: é a manifestação do que Stengers (2015) chama de "intrusão de Gaia" — a irrupção incontrolável de forças naturais em sistemas urbanos que ignoraram sua própria vulnerabilidade. Em um contexto marcado pelas mudanças climáticas, pela obsolescência das infraestruturas e por uma governança predominantemente reativa, as iniciativas populares de enfrentamento aos desastres emergem como tentativas de transformação concreta da realidade das populações atingidas. Essas ações, além de sua relevância prática, constituem objetos valiosos de análise para as ciências sociais.

A atuação do MAB nas enchentes do Rio Grande do Sul revela uma reinvenção estratégica. Tradicionalmente focado em conflitos ligados a barragens, o movimento expandiu sua base de mobilização para incluir vítimas de desastres ambientais, utilizando as cozinhas solidárias não apenas como ação emergencial, mas como ferramenta de recrutamento e enraizamento comunitário.

Essa adaptação reflete um cenário em que os diferentes órgãos do Estado falharam em responder à crise, e o MAB passou a ocupar o vazio institucional. Como demonstrará o artigo, o movimento opera em um hibridismo de táticas, desde a pressão por políticas públicas até alianças com setores do Judiciário. A experiência no Rio Grande do Sul sugere que os movimentos sociais podem, diante da "intrusão de Gaia", redefinir suas bases de atuação, convertendo a vulnerabilidade coletiva em força organizativa.

Relações entre movimentos sociais e Estado têm sido estudadas sob um marco teórico que contesta a dicotomia entre ambos, como se fossem polos antagônicos. Dessa forma, pode-se falar em um Estado "heterogêneo", em que operam um conjunto de instituições e atores (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Esses estudos foram importantes para questionar a separação rígida e conflituosa entre esses actantes, sinalizando teoricamente para um pressuposto de constituição

4 Roda de conversa com agentes da Defesa Civil de Porto Alegre, em 21 de novembro de 2025.

5 Roda de conversa com atingidos organizados pelo MAB, no bairro Sarandi em Porto Alegre, 22 de novembro de 2024.

mútua (Lavalle *et al.*, 2018).

Para os objetivos deste artigo, optou-se por considerar Estado e movimentos sociais como coletivos instáveis que se produzem mutuamente em relação (Rosa; Penna; Carvalho, 2020). Para isso, mobiliza-se o conceito de agenciamento para priorizar as conexões entre os coletivos que interessam à pesquisa. Nesse sentido, suas performances relacionais são descritíveis a partir dos dados empíricos coletados, sobretudo a partir de suas controvérsias (Latour, 2012; Penna, 2018). Considera-se que as interações entre movimento social e Estado passam por agenciamentos distintos, a depender do contexto e dos atores implicados na relação.

Comerford, Almeida e Palmeira (2014) estudaram a participação social de movimentos rurais em conselhos participativos da administração federal, e perceberam como os movimentos sociais analisam o Estado como uma entidade heterogênea. Assim, há zonas mais e menos acessíveis, de acordo com o grau de abertura às suas demandas (Lavalle *et al.*, 2018).

As ações do MAB com a população atingida pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), oferecem um interessante caso dessa abordagem, pois demonstram como as relações com o Estado podem combinar cooperação e conflito (Carlos, 2019). Naquela ocasião, o Estado era ao mesmo tempo algoz — por conceder às companhias mineradoras a capacidade de se autogovernarem na institucionalidade dos desastres — e aliado, quando atendeu demandas de participação social dos atingidos.

A metodologia do artigo é qualitativa, abrangendo as técnicas da observação direta, entrevista aberta, entrevista semiestruturada e análise de documentos, especificamente o site e uma página de rede social do MAB. As observações foram realizadas entre 18 e 22 de novembro, em Canoas e Porto Alegre, e a coleta de dados secundários no ambiente virtual foi realizada entre os dias 26 de março de 2025 e 7 de abril do mesmo ano.

Em Canoas, os pesquisadores foram convidados a acompanhar uma militante do MAB, responsável por oito grupos de atingidos na cidade. As visitas compreenderam: uma sede sindical, que se transformou temporariamente em um centro de distribuição de doações; uma cozinha solidária, que foi desativada após outubro de 2024; a casa de um casal atingido no bairro Mathias Velho (ambos tinham em torno de 60 anos de idade), que foram voluntários nas cozinhas solidárias do MAB. Esse casal tornou-se, posteriormente, militante da organização, responsável pela liderança de seu grupo de atingidos. Houve, também, uma visita às reformas do dique localizado no mesmo bairro, que "rompeu"[6] por conta da vazão das cheias.

6 Há uma controvérsia terminológica sobre essa questão, determinados atores falam que o dique da Mathias Velho, em Canoas "extravasou", outros que "estourou" ou "rompeu". A mesma controvérsia foi verificada sobre o dique do Arroio Sarandi, em Porto Alegre. A polêmica envolve dinâmicas de responsabilização dos órgãos públicos. Não foi possível averiguar essa questão até o momento da escrita do artigo, por ora foi usado o termo que os interlocutores ligados ao MAB aderem.

Outra militante do MAB guiou os pesquisadores pelas ruas do bairro Sarandi, em Porto Alegre. Viram o estado do dique do Arroio Sarandi, próximo à casa de bombas número 10, assim como os detritos localizados no "além-dique" e as construções que ficavam além da proteção do dique. Nesse local, realizou-se uma conversa com outro casal atingido, de idade similar ao de Canoas, que também ficou responsável pela coordenação de grupos de base.

Durante as visitas, foram realizadas rodas de conversa e entrevistas abertas, pelas quais os pesquisadores procuraram compreender o cenário, coletar relatos e interpretar o ambiente atingido. Todo o procedimento em campo foi realizado sob a perspectiva de Latour (2012), os pesquisadores seguiram os atores para compreender suas associações, prescindindo de teorias explicativas prévias. O debate teórico previamente citado emergiu em resposta à rede de relações vista na realidade, permitindo aos dados empíricos situar as investigações.

Os interlocutores serão identificados por letras para manter seu anonimato. Às dirigentes do MAB foram atribuídos a letra M, sequenciada por outra letra que diferencia cada pessoa (M.A e M.J); essas atuaram como mediadoras em campo para os pesquisadores, ambas sendo entrevistadas abertamente. Com M.A foi feita uma entrevista semiestruturada em 4 de abril de 2025. Por sua vez, os "militantes-atingidos" foram diferenciados por letras maiúsculas seguidas de um ponto final (S., C., D., J., e T.), em que S. e J. participaram de uma das rodas de conversa com atingidos, C., D. e T. foram citados em entrevistas transcritas no texto. Todos os códigos foram selecionados aleatoriamente.

O site do MAB foi compreensivamente estudado, e foram incluídas na análise 28 notícias veiculadas em seu endereço digital, selecionadas por discutirem sua atuação nas enchentes. Desse corpo, foram selecionadas cinco de acordo com o critério de exclusão, pelo qual os artigos que não se referissem às formas organizativas, como as cozinhas solidárias e grupos de base, ou às interações do MAB com o Estado, foram excluídos. Uma rede social da organização (página do Instagram @mabregiaosul) e notícias em jornais locais (Zero Hora, Correio do Povo e Sul 21) foram utilizadas para complementar informações angariadas em campo ou no site do MAB, sobretudo no que tange às lutas referentes à "Rua Aderbal Rocha Fraga", discutidas ao fim da discussão de dados empíricos.

O desenvolvimento do artigo está dividido em duas partes, a primeira trabalha as vinculações entre atingidos e o MAB nas ações de proteção e defesa civil, e as práticas de recrutamento da organização; já a segunda trata das querelas entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Estado, procurando situar as interações nas lutas concretas. Nas considerações finais há uma síntese dos achados, assim como comentários sobre as configurações entre movimentos sociais, suas bases e o Estado.

MAB E O EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, CONEXÕES EM TERRITÓRIO ALAGADO

Significados da solidariedade: metamorfose de "atingidos-base" para "atingidos-militantes"

O MAB foi convidado a construir uma cozinha solidária na cidade de Canoas pelo Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul[7], que "viam que a ajuda não estava chegando a determinados grupos, eles convidaram o MAB para se somar e tentar fazer essa cozinha." (Entrevistada M.A[8]). Antes disso, o MAB havia organizado cozinhas solidárias apenas nas enchentes de setembro de 2023 no Vale do Taquari, contudo, não tinha militantes com experiência prévia nessa tarefa, que foi construída com organizações parceiras.

Durante as enchentes de 2024, o MAB enviou uma brigada de militantes de outros estados do país para reforçar a atuação, em uma ação de solidariedade "militantes-atingidos"[6] pelos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, "foram girados"[7] para o Rio Grande do Sul. A experiência dos "militantes-atingidos" em desastres foi utilizada pela organização para facilitar a identificação com os atingidos das enchentes, assim foi sugerida uma ligação entre o histórico de lutas deste grupo social e a vivência recente da população gaúcha.

O termo "base" na linguagem dos movimentos sociais é dotado de uma certa ambiguidade. Por um lado, base expressa a menor unidade possível da organização, que opera no cotidiano com o corpo de beneficiários. Por outro, é a própria população que constitui a população-alvo da organização, normalmente considerada do ponto de vista da ação concreta. Uma base também pode ser uma localidade de atuação da organização.

A organização afirma ter distribuído 246 mil refeições entre maio e outubro de 2024, um dos motivos para isso foi o número de militantes disponíveis para atuar nas enchentes, que chegou a 132 (Holzbach, 2025). O contingente militante da organização foi apontado como uma das razões para o grande número de doações arrecadadas, pois era capaz de distribuir um número mais elevado do que ONGs, iniciativas privadas e amadoras (Entrevistada M.A, 2024).

A capacidade do MAB de confeccionar e distribuir marmitas assumiu uma importância para além do atendimento direto, a distribuição de viandas constituiu uma tática de divulgação.

7 O MAB foi reconhecido como ator principal das cozinhas solidárias por diversos atores no campo, todavia, as cozinhas se estabeleceram em um esforço cooperativo entre dezenas de entidades, que disponibilizaram voluntários, alimentos e dinheiro. O abastecimento da cozinha foi realizado majoritariamente por doações, raramente o MAB precisou custear a produção de alimentos, para isso parcerias com outros movimentos sociais como o Movimento de Pequenos Agricultores e o MST foram importantes, assim como parcerias privadas com um grande frigorífero nacional.

8 Entrevista semiestruturada concedida aos autores virtualmente, em 4 de abril de 2025.

S. é uma atingida do bairro Mathias Velho que teve a oportunidade de almoçar as viandas oferecidas pelo movimento. Coincidentemente, a distribuição acontecia na rua de sua residência, a senhora se interessou pela atividade e decidiu conversar com os militantes responsáveis pela tarefa. Durante o diálogo, descobriu que o MAB precisava de mais integrantes para a produção e distribuição de marmitas, por isso se voluntariou. De fato, a maioria dos voluntários[9] na cozinha eram atingidos: "cozinhar, cortar ali o alimento, eram os próprios atingidos dos grupos de Canoas. […] as pessoas que se voluntariaram" (Entrevistada M.A, 2025).

Esse trabalho a aproximou, junto de seu marido (J.), da militância, a relação entre eles e o MAB se estreitou ao longo dos meses em que perdurou a emergência. O resultado dessa interação foi o recrutamento do casal para o MAB, que integrou um dos oito grupos de base formados na cidade desde maio de 2024. Segundo a militante responsável pela coordenação dos grupos, o MAB tinha cerca de 300 militantes-atingidos na cidade, todos recrutados após as enchentes.

As enchentes produziram uma circunstância em que a maioria das pessoas estava deslocada de suas casas, de modo que as famílias atingidas perderam a possibilidade de produzir autonomamente sua subsistência, o que foi agravado pela situação econômica fragilizada. O desafio da alimentação se tornou uma oportunidade de fomentar relações sociais entre a organização e sua potencial base de atuação.

O ato de compartilhar uma refeição é um modo de confeccionar e reiterar conexões sociais (Carsten, 2007), e, nesse mesmo sentido, a distribuição de alimentos pode ser vista como forma de mediação social. Isso é particularmente verdadeiro quando as famílias estão privadas do lar, em um cenário de desastre em que experienciaram certa nebulosidade da separação entre a vida privada e vida pública.

Nesse contexto de crise, a extensão dos laços sociais transformou a maneira com que os indivíduos interagiam, em geral espera-se que o cuidado seja realizado sob relações pessoais ou profissionais, sendo que a segunda possibilidade é marcada pela impessoalidade. No caso das cozinhas solidárias, essa dicotomia entre serviço pessoal e impessoal é desfeita, as cozinhas eram marcadas por relações de cuidado, realizadas fora do âmbito familiar e que permitiam a construção de novos vínculos pessoais.

As marmitas eram montadas na sede sindical, em um primeiro momento, elas foram

9 Existe uma dimensão de gênero do voluntariado entre os atingidos que não pode ser ignorada. A maioria dos "atingidos-voluntários" eram mulheres, o trabalho nas cozinhas solidárias envolve uma dimensão do trabalho de cuidado e a reprodução de papéis sociais femininos que favorece o recrutamento de mulheres para essa tarefa. Os desastres rompem com a vida cotidiana possibilitando processos de sofrimentos psicossociais nos indivíduos, para as mulheres a ruptura com a vida doméstica pode afetá-las de especificamente (Marchezini; Forini, 2019), nesse sentido, as cozinhas solidárias permitem às voluntárias a reprodução simulada de um papel social cotidiano (Gomes, 2024).

distribuídas nas ruas dos bairros de Canoas por "militantes-atingidos" do MAB que integravam a brigada nacional. Esses militantes iniciavam o contato com os atingidos, convidando-os a participar das cozinhas e de reuniões:

> Enquanto os militantes entregavam as marmitas, eles falavam com as pessoas: "olha você é um sujeito atingido, precisamos ir para a luta, precisamos se colocar na condição de atingido, vamos buscar, vamos pra luta pela moradia, reforma...". Desse jeito tentamos convencer as pessoas da necessidade da luta para garantir a sua reforma, a partir daí a gente começa a convidar as pessoas: "quem sabe a gente marca uma reunião para explicar quais são os direitos dos atingidos" (Entrevistada M.A, 2025)

A distribuição de marmitas se tornou um ponto de encontro que aproximava "atingidos-voluntários", atingidos e a organização, prescindindo da ligação exclusiva entre o trabalho de cuidado doméstico e a pessoalidade. Por conta disso, o alimento abriu espaço para o recrutamento na organização, funcionando como um mediador (Latour, 2012) que comunica o acolhimento, o compartilhamento da experiência de atingido, solidariedade de classe e a esperança de um futuro coletivo.

Em um segundo momento, a distribuição saiu das ruas das cidades[10] para se concentrar em residências de "atingidos-voluntários": "No início foi assim, na rua. […] [Depois] no bairro tinha um ponto que a gente entregava, por exemplo, na casa da S. a gente deixava 200 marmitas e o pessoal fazia fila para pegar suas marmitas" (Entrevistada M.A, 2025). Os "atingidos-voluntários" cediam suas residências para distribuir marmitas, o MAB tomava conhecimento de quais atingidos as disponibilizavam pelas próprias redes de contato locais:

> A gente tinha o C., que foi um dos voluntários da cozinha. Ele disse que no Bairro Harmonia conhecia uma amiga que podia receber as marmitas, então a gente centralizava naquele bairro. Aí depois o D. disse: "na Rio Branco, tem uma conhecida que pode receber a marmita" (Entrevistada M.A, 2025).

As ações de solidariedade do MAB dependiam da comunicação informal realizada pela comunidade local atingida, essas redes informavam a logística enquanto divulgavam os locais de distribuição de alimentos para os atingidos, ou seja, disseminavam a atuação das organizações responsáveis:

> Conforme aconteciam as entregas nos bairros, nos grupos, por exemplo: depois daquela entrega, digamos, que tinham vinte marmitas pra esse bairro, só que chegava na hora de entregar e tinham mais trinta pessoas na fila, além das 20 preparadas.

10 A cozinha solidária de Canoas distribuía marmitas na zona norte de Porto Alegre, no bairro Sarandi e na Ilha do Marinheiro, no bairro Arquipélago. Em ambas as localidades foram formados grupos de base do MAB a partir da tática discutida no artigo.

> Então, assim, já era cinquenta marmitas [necessárias] (Entrevistada M.A. 2025).

A partir de agosto, o MAB passou a organizar os atingidos recrutados em grupos, cada um era coordenado por um "atingido-militante", normalmente lideranças locais reconhecidas antes das enchentes, eleitas pelo grupo de base. Os grupos de base eram acompanhados[11] por dois dirigentes do MAB, eles auxiliavam a organização das pautas e intermediavam as ações estratégicas. Cada dirigente acompanhava diversos grupos, na época das entrevistas a militante entrevistada acompanhava oito grupos em Canoas.

Aqueles "atingidos-voluntários" que disponibilizaram suas residências para distribuição de marmitas se tornaram lideranças de seus grupos de base:

> [Essas pessoas] São as nossas referências ali dentro dos bairros, que organizam o grupo, organizam pra luta, quando a gente recebe alguma doação, é nesses lugares que a gente marca reunião, fazemos reunião, fazemos entrega, é nesse espaço. São pessoas que hoje são coordenadoras e a referência ali pro grupo delas (Entrevistada M.A, 2025).

Quando os autores visitaram a casa de S., as reuniões do grupo de base ocorriam em sua residência, que se transformou em um ponto de distribuição de doações arrecadadas. A metodologia dos encontros era guiada por debates sobre os direitos dos atingidos, discussão das "pautas" de reivindicação a partir da realidade do bairro, distribuição de doações e cestas básicas[12].

Atingidos ressaltaram a conexão e os significados do amparo do MAB às suas famílias, reiterando os laços sociais criados. Uma das entrevistadas afirmou que em seu bairro houve uma atuação tímida do Estado, limitando-se aos resgates do exército, em sua visão, o MAB foi a única organização da sociedade civil que apoiou a sua comunidade. A rede de solidariedade criada levou S. a comentar que "quem mais fez a diferença nas enchentes foi o povo, foi o povo pelo povo" (Entrevistada S., 2024). Essa contraposição entre a ausência do Estado e o movimento social favorece o pertencimento à organização.

O movimento tem um objetivo formativo em suas ações de solidariedade, os atingidos não são apenas beneficiários de uma ação, são convocados constantemente a se envolver com as atividades da organização. Em um primeiro momento, o envolvimento se expressava na

11 O léxico do MAB utiliza a palavra "coordenador/a" tanto para a liderança do grupo de base quanto para a liderança do que acompanha os grupos, na entrevista a militante caracterizou essa segunda função como "coordenação mais geral". Para evitar confusões os autores optaram por chamar a primeira função de coordenador/a e a segunda de dirigente.

12 O MAB acessou cestas básicas por editais de empresas de economia mista, como a Petrobrás, Eletrobrás e em um caso com a Fundação Banco do Brasil.

participação das ações de solidariedade, em um segundo, como militante.

O atingido entra em contato com o MAB na condição de atingido-base, que faz parte do grupo social de pessoas que sofreram com um evento climático extremo. Nessa condição, o MAB se aproxima dele como um provedor de doações e refeições, ou seja, ele é ainda parte de um repositório de mobilização em potência, ele faz parte da "base".

O recrutamento para a cozinha solidária coloca os atingidos em uma posição intermediária de voluntariado, mas não se considera essa posição ainda como a de um militante, tratando-se de uma porta de entrada. Pode-se chamar essa condição de "atingido-voluntário", caracterizada pela figura do atingido que se insere em atividades diversas de voluntariado. Essa condição foi comum nas enchentes do Rio Grande do Sul, por causa da dimensão do evento climático, diversos atingidos se mobilizaram autonomamente ou ligados a uma organização para ajudar a população atingida. S. e J., por exemplo, iniciaram seu voluntariado em um Centro de Tradições Gaúchas que um grupo de amigos participava, lá cozinhavam carne para os atingidos.

Outro caso significativo está na Praia do Lami, quando um mecânico náutico organizou ações de doação e cozinhas solidárias enquanto era ele mesmo um atingido. Portanto, o atingido-voluntário não é uma figura exclusiva do MAB, é uma característica das enchentes de maio de 2024, quando a emergência fez emergir o voluntariado como reação às enchentes.

A particularidade do MAB é a aposta na mobilização dos "atingidos-voluntários", atribuindo a eles o papel de liderança. Esse processo é realizado pelos dirigentes do MAB, que instruíram os líderes de grupo para que estes assumissem as tarefas de entrar em contato com as bases. S. é uma figura interessante porque ela passou da posição de uma "atingida-voluntária" para "atingida-militante", organizando reuniões e doações que conectam as ações do MAB ao seu bairro. Os atingidos foram contatados pela organização com a intenção de produzir a transformação em "atingido-militante", categoria caracterizada pela vinculação entre o atingido, seu trabalho voluntário e a organização, da qual ele passa a fazer parte.

O "atingido-voluntário" se caracterizava por uma vinculação com o problema da base, não necessariamente estava investido nos objetivos da organização do movimento social. O "atingido-militante", por sua vez, atuava não só com a causa em mente, sua ação expressa também os objetivos do MAB. Essa passagem foi mediada pela criação de redes de solidariedade, que possibilitaram a vinculação emocional, moral e política com a organização. Por conta disso, as ações de solidariedade são, ao mesmo tempo, formas de resistência, sobrevivência e uma tática de recrutamento e engajamento de atingidos, é uma prática que produz formas de reciprocidade entre atingidos e movimento (Boivin; Rosato, 1998).

A passagem de "atingido-voluntário" a "atingido-militante" é caracterizada pela alteração da posição social junto ao MAB. No momento do ingresso, o atingido cumpre tarefas operacionais restritas à solidariedade, ligadas às cozinhas solidárias, como organização de listas,

cortar batatas e entregar marmitas. Quando militantes, surgem atividades de autoconstrução do movimento – como reuniões e formações políticas – e reivindicativas, como marchas e negociações coletivas.

O processo de engajamento dos atingidos nas atividades dos movimentos sociais também pode ser pensado como aprendizado, em que os atingidos se apropriaram das ferramentas políticas dos movimentos sociais para navegar em meio à crise irradiada pelo desastre (Zhouri; Azevedo, 2024). Trata-se de um "aprender a ser atingido" (Zhouri *et al.*, 2017), que passa por práticas de solidariedade, de autoconstrução, de reivindicação e, como veremos a seguir, de interpretar o Estado em sua heterogeneidade.

O MAB e a heterogeneidade do Estado

Movimento social e população-alvo se conectaram por meio da solidariedade, porém, a cozinha solidária não é um fim em si mesma, mas pretende organizar os atingidos para a "luta", entendida como conjunto de práticas reivindicativas perante o Estado. Com isso, o MAB conecta o aprendizado de ser um "atingido" (Zhouri; Azevedo, 2024) ao seu entendimento do Estado, marcado pela capacidade de pensar e explorar a heterogeneidade estatal para avançar suas pautas.

Aparentemente, o Estado é representado como uma entidade adversária ao Movimento dos Atingidos por Barragens, que responsabiliza a inércia de diferentes esferas governamentais (municipal, estadual ou federal) pela gravidade das enchentes:

> Passaram-se oito meses desde a primeira enchente, em setembro [de 2023]. Bilhões de reais foram disponibilizados pelo governo federal para ações de reparação, mas o que vimos agora é que não havia sequer transporte ou alojamentos estruturados para os atingidos nessa nova enchente [maio de 2024]. Então, precisamos ampliar os mecanismos de pressão sobre os governos, sobre os responsáveis a nível municipal, estadual ou federal, para que se resolva a questão dos atingidos por essa desgraça climática de forma definitiva (Coletivo Nacional de Comunicação do MAB, 2024).

A organização pressionou constantemente representantes do poder executivo por conta da insuficiência e incerteza na aplicação dos recursos de políticas públicas. As prefeituras foram duramente criticadas em função de seu papel como mediadoras "burocratizadas" dos programas de auxílio e reconstrução, e o MAB colocou sob dúvida os critérios de reconhecimento de atingidos e aplicação dos recursos:

> Sequer o direito ao acesso ao aluguel social está sendo aplicado de forma universal e transparente por parte das prefeituras. Não é suficiente e adequado deixar a responsabilidade da reconstrução dessa região [Vale do Taquari] exclusivamente nas mãos das prefeituras (Coletivo de Comunicação MAB RS, 2023).

O MAB definiu as políticas públicas de reconstrução como morosas e ineficazes, por

isso, propôs a mobilização popular que culminou na 47ª Romaria da Terra, em Arroio do Meio. Essa marcha demandou moradia digna e segura, participação social na elaboração de planos de emergência e adaptação às mudanças climáticas, fornecimento de alimento, água e energia de qualidade e reconstrução de equipamentos públicos (Coletivo de Comunicação do MAB RS, 2025). Nessa mobilização, a organização vê no governo a instituição responsável por atender às demandas, o objetivo é abrir o diálogo.

> Eu acho assim, a gente avalia que ainda vai ser uma luta muito grande para que essas pessoas realmente tenham onde morar. Para o Vale do Taquari as pessoas estão lá totalmente sem casa, sem ter para onde ir, sem promessa de casa. Vamos fazer o que ali? É luta, luta, luta, luta. […] Cadê esse dinheiro que foi destinado para a compra de casas? É isso que a gente vai atrás todo dia. Quando a gente vai para uma assembleia, quando vai para uma reunião. Eles dizem: "A culpa foi do dique. Ninguém tem culpa". Essa é a resposta. Não, a culpa não foi do dique, o dique não extravasou, o dique rompeu por falta de manutenção! Então sim, temos culpados. Não foi a chuva a culpada (Entrevistada M.A, 2025).

Uma controvérsia entre Estado e movimento social é interessante para pensar como esse agenciamento é localizado contextualmente. O Estado aparece como um agente de repressão perante algumas populações atingidas, no bairro Sarandi, 57 moradias em uma rua próxima às obras do dique do Arroio Sarandi foram colocadas na lista de demolição pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB). Por conta disso, 24 famílias organizadas pelo MAB optaram por não desocupar suas residências sem que a prefeitura encontrasse uma alternativa de moradia.

Contra essa ação de despejo, o MAB mobilizou os atingidos para protocolarem um pedido de reunião com o Gabinete do Prefeito Sebastião Melo, o Departamento Municipal de Habitação (DEHMAB) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A reunião objetivou negociar alternativas de moradia para a população a ser despejada, indicando a propensão da organização a alternativas negociadas, nas quais ela oferece uma mediação entre os atingidos e o poder executivo municipal.

Posteriormente, foi criada uma coalizão entre o MAB, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), a Comissão Fiscaliza Sarandi, a Associação de Moradores Atingidos pela Enchente, o mandato da vereadora Juliana Souza (PT) e a Defensoria Pública[13]. A aliança misturou ações legais e diretas: foi realizada uma vigília em frente às residências ainda ocupadas para impedir a ação das máquinas de demolição. A prefeitura de Porto Alegre encaminhou um processo judicial para solicitar a retirada dos moradores; nesse pedido, a coalizão atuou para impedir as demolições.

13 VITÓRIA no Sarandi. **Instagram**. [*s. l.*], 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DHo6ffSyQD6/?igsh=MWttbnVnOXVlM3kzdQ%3D%3D. Acesso em: 3 abr. 2025.

No dia 25 de março de 2025, uma decisão judicial favorável às famílias foi publicada, e o Poder Judiciário determinou a imediata suspensão de obras no trecho em que o dique representa ameaça à integridade física dos moradores[14]. De acordo com Carlos (2019, 2020), não é a primeira vez que o MAB se aliou a entidades públicas para lutar pelos direitos dos atingidos. No desastre de Mariana, a organização se aliou ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública que auxiliaram o movimento social na formação do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce.

O MAB ingressou em outra ação civil pública do MPF contra nove municípios do Vale do Taquari, a União e o estado do Rio Grande do Sul, para que esses entes reconheçam sua contribuição para os danos causados pelos eventos climáticos em setembro de 2023 e maio de 2024 (Holzback, 2025; Brasil, 2024). Nos casos relatados, fica evidente uma interação contextual, pois são os atores estatais que têm o poder de atender às demandas dos atingidos, por isso é estratégico o estabelecimento de diálogo:

> Queremos protocolar a pauta dos atingidos na prefeitura para ver se temos algumas respostas, ver se o prefeito lê pautas dos atingidos, se dialoga com a gente no que está sendo feito. É difícil o diálogo com o prefeito de Canoas, é um prefeito do PL. […] O objetivo é que as prefeituras nos escutem. Que marquem uma reunião, façam alguma fala. É difícil tanto Porto Alegre quanto Canoas (Entrevistada M.A, 2025).

A indisposição das prefeituras ao diálogo motivou o MAB a ação direta. A entrevistada discute a possibilidade de fazer atos em frente à prefeitura de Canoas, cita a marcha do dia 8 de março de 2025, assim como propostas futuras de um ato de um ano das enchentes de 2024 e uma marcha das mulheres atingidas a Brasília. Esse repertório de ações extrainstitucionais é um complemento às ações institucionais, e procura fortalecer as possibilidades de negociação com o Poder Executivo.

Quando houve cooperação entre Estado e MAB, ela ocorreu pela construção de coalizões conjunturais, com a Defensoria Pública e o mandato de uma vereadora. Do mesmo modo, os espaços legislativos são vistos com ambiguidade: "Dialogamos com parlamentares. Inclusive somos convidados para ir a algumas reuniões na Assembleia, nos escutam, mas sem nenhum resultado" (Entrevistada M.A, 2025).

Outra forma de interação com o Estado é a representação e mediação jurídica dos atingidos, pois o MAB emprega advogados próprios e aliados. Esse foi o caso da "Rua Aderbal Rocha Fraga", em que a prefeitura prometeu à população acesso ao Programa Compra Assistida,

14 JUSTIÇA nega pedido da prefeitura de Porto Alegre para retirada de moradores do bairro Sarandi. **Zero Hora**, [*s. l.*], 26 mar. 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2025/03/justica-nega-pedido-da-prefeitura-para-retirada-de-moradores-do-bairro-sarandi-cm8pv38eb00nu013cuhjd814i.html. Acesso em: 3 abr. 2025.

Aluguel Social e Estadia Solidária. Nesses casos, a assessoria jurídica é também uma maneira de mobilizar os atingidos para ações extrainstitucionais:

> Temos parcerias com advogados, que inclusive é o T. que acompanha o Sarandi. Ele costuma também participar das reuniões. Tanto das reuniões do grupo, como das reuniões quando tem algum acordo. Quando a prefeitura vai tentar fazer algum acordo com o pessoal do Sarandi o T. costuma acompanhar, para ver o que é bom, o que não é. [...] É nesse apoio que o pessoal entende quais são as propostas, o que está sendo oferecido. Tem pessoas que assinam para sair. Mas os grupos de atingidos do MAB não, estão firmes e fortes. É chave por chave (Entrevistada M.A, 2025).

Na prática, não há separação entre ações institucionais de diálogo com o Poder Executivo e ações diretas de combate, pois a organização maneja os repertórios de ação com o intuito de satisfazer a "pauta dos atingidos", fazendo coexistir negociação e conflito. Os advogados servem para deixar aberta a possibilidade de fechar um acordo, mas também para instruir os atingidos a lutar, a construir vigílias e a resistir às demolições e às imposições legais da prefeitura.

A demanda de "chave por chave" reitera e atualiza a demanda originária do movimento de "terra por terra" (Sigaud, 1989), demonstrando uma continuidade entre a vocação originalmente rural do movimento e a atualização das lutas dos atingidos para o meio urbano. Essa resistência faz parte do repertório do MAB há décadas e foi atualizada para a realidade dos eventos climáticos extremos.

Dependendo da entidade estatal que estamos tratando, o Estado pode ser entendido como um aliado ou um adversário. A prefeitura de Porto Alegre assumiu um papel repressivo no caso da "Rua Aderbal Rocha Fraga" ao ameaçar a demolição das moradias e processar as famílias, assim como ao se fechar às tentativas de negociação do MAB. Por isso, os atingidos-militantes afetados pela possibilidade da demolição optaram pela via da ação direta, realizando vigílias para impedir o avanço dos tratores.

Ao mesmo tempo, os atingidos-militantes e o MAB construíram alianças com determinados atores inseridos no Estado para se defenderem judicialmente perante os avanços da prefeitura. Cada ator estatal implica agenciamentos específicos com o movimento social, cuja definição se dá justamente pelo desenrolar de suas relações.

Essa perspectiva frequentemente entra em conflito com visões essencializadas do Estado, sustentadas por vínculos afetivos dos atingidos com figuras do Poder Executivo — como os prefeitos de Porto Alegre e Canoas — que, por vezes, personificam a estrutura estatal, gerando tensões internas na atuação do movimento (Entrevistada M.A, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu de dados empíricos coletados em campo, na internet e em entrevistas semiestruturadas para discutir uma nova modalidade de inserção social de um movimento social. O evento climático extremo — assim como outras crises humanitárias — abre a possibilidade de atuação de organizações da sociedade civil enquanto agentes de proteção e defesa civil, o que está incluído na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), porém sem menção específica aos movimentos sociais.

O texto procurou entender as práticas de resposta ao desastre empregadas pelo MAB como parte de uma estratégia de enraizamento, além de descrever as relações entre movimento social e Estado a partir da noção de heterogeneidade estatal. Os atingidos foram progressivamente integrados em atividades, primeiro naquelas envolvidas com a cozinha solidária, como "atingidos-voluntários" e, posteriormente, como "atingidos-militantes". Nesse processo, os atingidos foram implicados em processos de apropriação do "ser um atingido", entendido como um grupo social (Vainer, 2008).

O Estado aparece como interlocutor primário do MAB, e suas reivindicações e conflitos passam por suas interações. Para analisar essas relações, partiu-se da noção de Estado heterogêneo (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), sob a qual os movimentos sociais e o Estado são considerados actantes instáveis que se definem relacionalmente (Rosa; Penna; Carvalho, 2020), a partir dos seus contextos de interação.

Enquanto a ação do movimento social na crise irradiada tem potencial para ser um componente integral da resposta a desastres, a atuação do Estado tem uma temporalidade de resposta distinta. Enquanto a sociedade civil e os movimentos sociais conseguem amparar imediatamente os atingidos com alimento, atendimento e até mesmo busca e resgate, o Estado depende de trâmites burocráticos e disputas políticas para alocar recursos. Além disso, os órgãos estatais tendem a assumir a responsabilidade singular pela reconstrução quando a sociedade civil diminui seu engajamento comunicacional e solidário.

O movimento social se situa no interstício entre ações emergenciais e de longo prazo (como a reconstrução), pois atende imediatamente a população no momento mais crítico de apoio à sobrevivência, e, ao mesmo tempo, se enraíza e qualifica politicamente a população atingida. Nesse sentido, o desastre pode ser lido como *locus* privilegiado de observação, pois há uma disputa sobre a distribuição tanto dos danos quanto dos recursos ambientais e estatais.

A particularidade dos movimentos sociais é que suas ações de solidariedade estão acompanhadas de uma estratégia de inserção social. Cozinhas solidárias são uma tática de expansão das bases de atuação do movimento social, o que configura os eventos climáticos

extremos como uma oportunidade (Ballard *et al.*, 2019; Gunewardena, 2008), que permitiu o enraizamento do MAB no Rio Grande do Sul.

No caso específico do MAB, a capacidade de responder ao desastre possibilitou a formação de laços com a base social do movimento, com destaque para a distribuição de refeições prontas como um instrumento significativo de recrutamento. Essa vinculação entre movimento social e atingidos criou oportunidades para que estes se identificassem com o MAB, tornando-se "atingidos-voluntários" e depois "atingidos-militantes".

Os vínculos criados pelas cozinhas solidárias possibilitaram relações duradouras, demonstradas pelo fato de que, desde novembro de 2024 até abril de 2025, o MAB ampliou o número de grupos de base em Canoas de seis para oito. Aliás, os grupos de base organizam especificamente os atingidos, com o intuito de formar lideranças autônomas das direções que os criaram, que possam auto-organizar suas imediações para a defesa de seus direitos e interesses.

Portanto, o voluntariado é uma mediação para alcançar um objetivo político do movimento, enquanto outras iniciativas da sociedade civil podem optar pelo voluntariado como um fim em si mesmo, ou, constituírem outros interesses, como é o caso de organizações privadas e igrejas. A solidariedade prestada ao Vale do Taquari em 2023 se seguiu com sua expansão para diversas regiões do estado em 2024, ainda que o artigo tenha restrito o recorte à região metropolitana.

O enraizamento social do MAB é inseparável do Estado, não como ente monolítico abstrato, mas como heterogeneidade de atores sociais que interagem distintamente com os movimentos sociais. Para isso, o artigo assumiu uma literatura que estudou as interações entre movimentos sociais e Estado em contextos institucionais, como estabelecimento de políticas públicas.

Os dados empíricos permitem dizer que as interações entre Estado e movimento social se configuram contextualmente, os atores dos movimentos sociais podem explorar redes de contato informais com atores do Estado para avançar seus objetivos. A depender dos agenciamentos, o Estado pode ser entendido como um aliado ou um adversário, com capacidade de se conectar aos atores estatais incluídos nas relações.

Como abordam nossos entrevistados, o MAB pretende avançar uma "pauta dos atingidos" que só pode ser satisfeita pelo Estado, como órgão responsável pelo atendimento de demanda, ainda que seja um dos culpados da intensidade das enchentes. Nesse sentido, o caso é similar ao rompimento da barragem do Fundão, pois o Estado ocupa essa posição ambígua de atendimento à população e intensificador do conflito.

O Estado também assume uma função identitária na política do MAB, pois, como explicam Ribeiro e Morais (2018), a identidade de atingido é forjada a partir de um inimigo ou conjunto de inimigos em comum. O não-atendimento da população dos bairros atendidos pelo

MAB e os departamentos da prefeitura que pretendem demolir as casas surgem como figuras antagônicas, que potencialmente fortalecem identidades comuns e o pertencimento ao grupo de atingidos. Portanto, o MAB se situa no conflito socioambiental como um ator múltiplo, é um agente de proteção e defesa civil, provedor de alimentos, contestador das ações estatais e mediador para a organização comunitária dos atingidos. Nessas vinculações, demonstra pontos de permeabilidade e impermeabilidade do Estado, que dependem da propensão dos atores estatais a cooperarem com o MAB.

Um ponto que deve ser deixado em aberto é a configuração do MAB para conflitos socioambientais no ambiente urbano. É possível que o uso de ações de solidariedade como método de inserção social do movimento seja uma aposta para o futuro da organização, quando os eventos climáticos extremos afetarem mais intensamente as populações urbanas. Além disso, permite indagar sobre a possibilidade de pesquisas que abordem como a experiência prévia do MAB com atingidos por barragens, no que tange à negociação com o Estado, mobilização da população e a organização comunitária, podem ser aproveitadas e, principalmente, inovadas em um novo regime climático. Pois, como estamos aprendendo a viver em um mundo alagado de incertezas, não há respostas prontas sobre os papéis do Estado ou do movimento social organizado quando nossa casa está debaixo d'água.

REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0011-5258201411. Acesso em: 7 abr. 2025.

2. ACSELRAD, Henri; CAMPELLO, Cecília, Amaral Mello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

3. AUDI, Amanda; MASCARENHAS, Gregório; LISBOA, Silvia. Sem casa e sem resposta: o drama dos desabrigados após as enchentes no Rio Grande do Sul. **Agência Pública**, São Paulo, 15 out. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/10/o-drama-dos-desabrigados-apos-enchentes-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 22 fev. 2025.

4. BALLARD, Chris; WILSON, Meredith; NOJIMA, Yoko; MATANIK, Richard; SHING, Richard. Disaster as oportunity? Cyclone Pam and the transmission of cultural heritage. **Anthropological Forum**, [*s. l.*], v. 30, n. 1-2, p. 91-107, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00664677.2019.1647825. Acesso em: 6 ago. 2025.

5. BOIVIN, Mauricio; ROSATO, Ana María. Crisis, reciprocidad y dominación.

PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales, [*s. l.*], n. 7, p. 39-60, 1998.

6. BRASIL. **Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Brasília, DF: DOU, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

7. BRASIL. **Lei Nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Brasília, DF: DOU, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14755.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

8. BRASIL. Ministério Público Federal. MPF ajuíza ação para que o poder público implemente planos de ações para eventos climáticos no Vale do Taquari (RS). **Ministério Público Federal**, Brasília, DF, 12 jun. 2024. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/mpf-ajuiza-acao-para-que-o-poder-publico-implemente-planos-de-acoes-para-eventos-climaticos-no-vale-do-taquari-rs . Acesso em: 3 abr. 2025.

9. CARLOS, Euzeneia. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do rio Doce. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19, n. spe, p. 8-28, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000400002. Acesso em: 25 set. 2025.

10. CARLOS, Euzeneia. Protestos, inovação e consequências políticas no desastre do Rio Doce: reconhecimento e participação. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia (org.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce**: Atingidos, instituições e ação coletiva. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2022. p. 211-238.

11. CARLOS, Euzeneia; SANTOS, Larissa Galdino de Magalhães. Coalitions and repertoires in the strategic action field of the people affected by the Rio Doce disaster. **International Journal of Mass Emergencies & Disaster**, [*s. l.*], v. 42, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1177/02807270241238723. Acesso em: 25 set. 2025.

12. CARSTEN, Janet. La substancia del parentesco y el calor de hogar: alimentación, condición de persona y modos de vinculación (*relatedness*) entre los Malayos de Pulau Langkawi. *In*: PARKIN, Robert; STONE, Linda (org.). **Antropología del parentesco y de la família**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2007. p. 515-542.

13. COLETIVO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Vale do Taquari é destruído pela terceira vez em menos de um ano por conta de extremos climáticos no Rio Grande do Sul. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 9 maio 2024. Disponível em: https://mab.org.br/2024/05/09/vale-do-taquari-e-destruido-pela-terceira-vez-em-menos-de-um-ano/. Acesso em: 26 mar. 2025.

14. COLETIVO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB apresenta reivindicações dos atingidos pelas enchentes do

Vale do Taquari (RS) ao governo federal. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 27 out. 2023. Disponível em: https://mab.org.br/2023/10/27/mab-apresenta-reivindicacoes-dos-atingidos-pelas-enchentes-do-vale-do-taquari-rs-ao-governo-federal/. Acesso em: 26 mar. 2025.

15. COMERFORD, John; ALMEIDA, Luciana; PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. *In*: LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos Sociais e Esfera Pública**: o mundo da participação. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 67-88.

16. FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por barragens. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-128, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.14393/RCG113616227. Acesso em: 8 abr. 2025.

17. GOMES, Amélia. MAB abre cozinha solidária em Canoas (RS) e distribui 600 marmitas por dia. Canoas. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 21 maio 2024. Disponível em: https://mab.org.br/2024/05/21/mab-abre-cozinha-solidaria-em-canoas-rs-distribuindo-600-marmitas-por-dia/. Acesso em: 26 mar. 2025.

18. GUNAWARDENA, Nandini. Human security versus neoliberal approaches to disaster recovery. *In*: GUNAWARDENA, Nandini; SCHULLER, Mark (org.). **Capitalizing on Catastrophe**: neoliberal strategies in disaster reconstruction. Plymouth: Altamira Press, 2008. p. 3-16.

19. HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (org.). **Racismo ambiental**: I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 21-28.

20. HOLZBACH, Victória. 11 meses após enchentes de 2024, atingidos enfrentam novos temporais no Rio Grande do Sul. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 1 abr. 2025. Disponível em: https://mab.org.br/2025/04/01/atingidos-que-ainda-lutam-por-reparacao-enfrentam-novos-temporais-no-rs/. Acesso em: 7 abr. 2025.

21. JUSTIÇA nega pedido da prefeitura de Porto Alegre para retirada de moradores do bairro Sarandi. **Zero Hora**, [*s. l.*], 26 mar. 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2025/03/justica-nega-pedido-da-prefeitura-para-retirada-de-moradores-do-bairro-sarandi-cm8pv38eb00nu013cuhjd814i.html. Acesso em: 3 abr. 2025

22. LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

23. LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 21-86.

24. MARCHEZINI, Victor; FORINI, Henrique Almeida. Dimensões sociais da resiliência a desastres. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 9-28. Disponível em: https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000. Acesso em: 28 fev. 2025.

25. OLIVER-SMITH, Anthony. Hazards and disaster research in contemporary anthropology. *In*: WRIGHT, James (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. Orlando: University of Central Florida, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.12188-9. Acesso em: 6 ago. 2025.

26. PENNA, Camila. Gênese da relação da parceria entre Incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 105, p. 115-148, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-115148/105. Acesso em: 6 ago. 2025.

27. PORTO ALEGRE. Histórico. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63. Acesso em: 21 fev. 2025.

28. RIBEIRO, Ana Maria Motta; MORAIS, Hugo Belarmino. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens – Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1046-1070, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32202. Acesso em: 7 abr. 2025.

29. ROSA, Marcelo; PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2020.3.36757. Acesso em: 6 ago. 2025.

30. SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008. [*s. p.*].

31. SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional: UFRJ, 1986. p. 2-66.

32. STENGERS. Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

33. TEMPORAL no RS: "É o maior desastre climático do estado", diz Leite; Lula afirma que não faltará recurso. **G1**, [*s. l.*] 2 mai. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/eduardo-leite-coletiva-temporal-rs.ghtml. Acesso em: 22 abr. 2025.

34. VAINER, Carlos. Conceito de "atingido": uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008. p 39-63.

35. VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde**

Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014. Acesso em: 6 ago. 2025.

36. VITÓRIA no Sarandi. **Instagram**, [*s. l.*], 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DHo6ffSyQD6/?igsh=MWttbnVnOXVlM3kzdQ%3D%3D. Acesso em: 3 abr. 2025.

37. ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres na mineração em Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 29, n. 66, p. 1-31, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9983e660601. Acesso em: 6. maio 2025.

38. ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. **Vibrant**, Florianópolis, v. 14, n. 12, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p081. Acesso em: 6 ago. 2025.

39. ZHOURI, Andréa; AZEVEDO, Eduarda Binder Munaier. Las voces de las mujeres en el desastre de la Samarco: procesos de acuerpamiento y apoderamiento frente al neoextractivismo en Brasil. **Vibrant**, Florianópolis, v. 21, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590%2F1809-43412024v21d601. Acesso em: 6 ago. 2025.

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento e em Sociologia. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6304-3831. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Revisão. E-mail: rodolfolobato@ufpr.br

Vinícius Corrêa
Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0001-2668-6296. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: vinicius.correa@ufpr.br

A fabricação do inevitável: retórica e performance nos ritos burocráticos de um Conselho Tutelar no Rio de Janeiro (RJ)

The fabrication of the inevitable: rhetoric and performance in the bureaucratic rites of a Child Protection Council in Rio de Janeiro (Brazil)

Thiago Pereira Rabelo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Nayara Alves de Aleluia
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Como instância singular de mediação entre instituições, modos de vida e normas generalizantes, as experiências e testemunhos de conselheiros tutelares evidenciam, com particular densidade, como a autoridade é performada nos circuitos institucionais, como elemento central da coordenação dos ritos burocráticos. Para tanto, acompanhamos o trabalho da conselheira Ana no "atendimento" ao caso de Carla: encaminhada ao acolhimento institucional na infância por estar em "situação de risco", reaparece anos depois denunciada por um vizinho como "mãe negligente", sob a acusação de que suas filhas ficam "largadas pela rua". Em três cenas etnográficas — visita domiciliar, produção de relatórios e redação do ofício ao Ministério Público — mostramos como rumores, indícios e impressões são convertidos em justificativas plausíveis para medidas emergenciais, como o acolhimento institucional. Argumentamos que a formalidade dos procedimentos se ancora numa calibragem retórica orientada por "urgência", "risco" e "responsabilidade" — uma expertise em manejar o que chamamos de idioma moral da tutela. Em contextos de precariedade institucional, é a articulação desse idioma em fórmulas retóricas culturalmente sedimentadas que viabiliza condições mínimas de proteção. Integrando observação de campo, etnografia de documentos, o testemunho da conselheira e a análise da retórica aplicada aos processos de tomadas de decisão, propomos um modelo analítico capaz de adensar a compreensão dos dilemas cotidianos enfrentados pelos agentes estatais. Por fim, destacamos como estereótipos simplificam e

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 5 de junho de 2025.
Avaliador B: 27 de junho de 2025.
Aceito em 4 de agosto de 2025.

CC BY

naturalizam situações complexas, como condições de possibilidade para a coordenação da ação estatal, ao mesmo tempo em que podem abrir espaço para reimaginar modos de fazer proteção social.

Palavras-chave: Retórica, Burocracia, Conselho Tutelar, Etnografia de documentos, Proteção social.

ABSTRACT

As a singular instance of mediation between institutions, ways of life, and generalizing norms, the experiences and testimonies of child protection councilors vividly reveal how authority is rhetorically performed within institutional circuits, as a central element in the coordination of bureaucratic rites. To this end, we follow councilor Ana's work in the "handling" of Carla's case: first referred to institutional care in childhood for being in a "risky situation", Carla reappears years later denounced by a neighbor as a "negligent mother," accused of leaving her daughters "wandering in the streets". In three ethnographic scenes—a home visit, the production of reports, and the drafting of an official letter to the Public Prosecutor's Office—we show how rumors, traces, and impressions are converted into plausible justifications for emergency measures, such as institutional care. We argue that the formality of procedures is anchored in a rhetorical calibration oriented by "urgency", "risk", and "responsability"—an expertise in handling what we call the moral idiom of tutelage. In contexts of institutional precariousness, it is the articulation of this idiom through culturally sedimented rhetorical formulas that enables minimal conditions of protection. By integrating field observation, document ethnography, the councilor's testimony, and the analysis of rhetoric applied to decision-making processes, we propose an analytical model capable of deepening the understanding of the everyday dilemmas faced by state agents. Finally, we highlight how stereotypes simplify and naturalize complex situations, serving as conditions of possibility for coordinating state action, while also opening space to reimagine ways of enacting social protection.

Keywords: Rhetoric, Bureaucracy, Child Protection Council, Document ethnography, Social protection.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge de um incômodo paradoxo que observamos recorrentemente nas interações entre burocracias, burocratas e cidadãos, especialmente entre aqueles que trabalham

em contato direto e íntimo com os cidadãos, saindo das repartições, escritórios e balcões para realizar suas funções "na rua"[1]. Apresentamos esse paradoxo com algumas interrogações. Primeiramente: como compreender que agentes estatais, responsáveis pela proteção de populações vulneráveis, recorram com frequência a estereótipos e classificações morais que, à primeira vista, dificultariam o acesso a direitos fundamentais?

Daí se desdobra outra questão, ou, quem sabe, uma curiosidade: é possível que essas classificações produzam as condições de possibilidade para algo mais (ou talvez o termo mais apropriado seja "menos pior") do que a evidente (e inegável) exclusão e punição das populações mais vulneráveis? Como explicar que, em alguns casos, esses mesmos estereótipos e classificações morais (a "casa suja e com mau-cheiro"; as "más-companhias"; a "mãe negligente" ou "drogada"; o "pai bêbado" e "ausente"; a adolescente "promíscua" e "precoce"; o adolescente "problemático") funcionem produzindo as condições mínimas de possibilidade para o acesso aos "direitos fundamentais" viáveis em cada situação? Podem os critérios e as condições de sucesso ou fracasso das intervenções do Conselho Tutelar serem mais pessoais e íntimas do que podemos perceber sob as lentes da Lei, do Direito ou, mais diretamente, do próprio Estado?

No centro desse estudo está um caso específico analisado em três cenários consecutivos que nos conduzem pelas nuances do trabalho da conselheira tutelar Ana[2], responsável pelo atendimento das filhas de Carla: Mariana e Lúcia. Carla é uma mulher em seus vinte e poucos anos que, após ter sido atendida na infância pelo Conselho Tutelar por encontrar-se "em situação de risco", retorna mais de dez anos depois como "mãe negligente", denunciada por "um vizinho preocupado" que a acusa de deixar as filhas "largadas pela rua", "malnutridas" e "cheias de piolhos". Atuando na área de abrangência de um grande complexo de favelas, sua experiência nos guia pelos interstícios da "vida real"[3] da instituição Conselho Tutelar. Na descrição etnográfica do caso de Carla e suas filhas, podemos entrever como a agência dos conselheiros tutelares é atravessada por afetos, rumores e indeterminações que transformam a burocracia em um verdadeiro campo de disputa retórica em torno da construção e circulação dos casos e das pessoas atendidas.

O Conselho Tutelar nos oferece um campo privilegiado de reflexão exatamente pela sua função de articulador e fiscalizador do chamado Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)[4], que coloca seus agentes em um espaço institucional ambíguo:

1 Por exemplo: policiais militares, assistentes sociais, conselheiros tutelares, enfermeiros, agentes de saúde comunitária e guardas municipais, apenas para citar algumas profissões de "burocratas do nível de rua" (Lipsky, 2010 [1980]).

2 Todos os nomes aqui mencionados são pseudônimos.

3 Faço aqui uma alusão ao título da obra de Herzfeld (2016 [1997]): *Cultural Intimacy: the real life of states, institutions and societies*, cuja tradução é: *Intimidade Cultural: a vida real de estados, instituições e sociedades*.

4 O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) está regulamentado pela Resolução

ora "autônomos", ora "dependentes". Mais do que isso, trata-se de um campo em que os binômios clássicos da antropologia social e cultural, enquanto ícones de pressupostos teórico-metodológicos, pouco nos ajudam a avançar em uma crítica do senso comum[5]; em uma reflexão que leve a sério o que as pessoas conscientemente fazem com palavras e qual o lugar que certas palavras, particularmente simbólicas, ocupam em um quadro mais amplo de identificação com a figura do Estado enquanto centro de autoridade.

A retórica, nesse sentido, "não é simplesmente a arte pura da classificação". Na verdade, "trata-se da prática da ação simbólica — um processo no qual a forma fixa é, muitas vezes, não apenas a máscara, mas também a condição que torna possível o significado instável" (o significado de "direitos", por exemplo); o que nos leva a investigar "as relações sociais que permitem a um agente considerar uma interação como fracasso e outra como sucesso" (Herzfeld, 1992, p. 69-70). E, mais especificamente, refletir sobre como os conselheiros tutelares participam ativamente da produção desses resultados, mesmo que sem garantias.

Assim como Herzfeld (1992, 2009, 2016 [1997]), ao utilizar a noção de "práticas retóricas", não estamos sugerindo qualquer tipo de maniqueísmo, falsidade ou manipulação. Não mobilizamos esse termo com um significado negativo, característico do senso comum, geralmente utilizado como adjetivo pejorativo. O que pretendemos é sublinhar a dimensão inevitavelmente teatral das interações sociais e institucionais, nas quais sujeitos buscam legitimidade, compreensão e credibilidade em seus discursos e práticas cotidianas. Com isso, começamos a compreender a centralidade da retórica na construção da realidade social. Por exemplo, durante nosso trabalho de campo, percebemos que entre os conselheiros tutelares (mas isso pode ser válido para outros agentes estatais), o valor de uma performance "sincera" ou "legítima" reside menos na transparência dos expedientes e mais na capacidade do agente de manejar certos pressupostos universais e convenções locais para assegurar a confiabilidade de sua decisão — sempre tendo em vista a audiência que deve conquistar.

Nessas performances, o uso de figuras de linguagem constitui uma estratégia retórica especialmente persuasiva para justificar e legitimar determinadas medidas administrativas, tendo em vista que os estereótipos reificados dessa forma "marcam cada vez mais uma relação entre, de um lado, a cultura local e, de outro, um conjunto generalizado de pressupostos sobre

CONANDA nº 113/2006 (alterada pela nº 117/2006) como a articulação entre instâncias governamentais e sociedade civil, com aplicação de instrumentos normativos e funcionamento de mecanismos de promoção, defesa e controle da efetivação de direitos, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. O sistema se articula com os sistemas nacionais de saúde, educação, assistência social, trabalho e outros. Nesse arranjo, o Conselho Tutelar atua como "porta de entrada" e articulador local: recebe notificações compulsórias de suspeita ou confirmação de violência, aplica medidas de proteção, requisita serviços, encaminha ao Ministério Público e pode, inclusive, representar diretamente ao Judiciário quando cabível. Compete-lhe ainda fiscalizar entidades de atendimento, em conjunto com o Judiciário e o Ministério Público, o que o posiciona como ponto de controle e de acionamento da rede no nível municipal.

5 Para uma leitura da disciplina da antropologia como uma crítica do senso comum, ver Herzfeld (2001).

valores universais" (Herzfeld, 2009, p. 199) [6]. No registro do "moralismo oficial" (Herzfeld, 2016, p. 14) inscrito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, certos estereótipos são indesejáveis (soam como simplificação excessiva, preconceito, arbitrariedade e até mesmo uma violação de direitos). Entretanto, como mostraremos nos "bastidores", esses estereótipos ganham vida como a cosmologia legitimadora que pavimenta o caminho para a coordenação das ações institucionais[7].

A partir da descrição etnográfica desse entrelaçamento tenso entre responsabilidades, expectativas e hierarquias, em que a flexibilidade do sistema burocrático e a dureza do dia a dia[8] se friccionam, refletimos sobre as condições de possibilidade e o alcance da ação tutelar (Vianna, 2014) dos conselheiros tutelares sobre a vida de pessoas, famílias e comunidades. Todavia, devemos esclarecer que não pretendemos classificar discursos ou revelar significados ocultos. Interessa-nos compreender como estoques simbólicos são mobilizados pragmaticamente (ou, se quisermos, poeticamente) no exercício de discernimento dos atores sociais em contextos dramáticos — sem perder de vista os pontos nos quais suas condições de possibilidade (causas) se conectam com a imagem de autoridade do Estado, também enquanto um recurso retórico.

Propomos, assim, que as performances dos conselheiros podem ser lidas sob a rubrica de uma poética social da burocracia: uma forma de descrever situações em que as ações dos burocratas são tão ordinárias, tão naturalizadas, que passam completamente despercebidas. O núcleo da poética social consiste em tratar o essencialismo (processos de naturalização) como uma estratégia social, colocando em evidência os sistemas simbólicos utilizados como instrumento de persuasão. Tomando emprestadas as palavras de Herzfeld,

---

6 Em outra oportunidade, Herzfeld (2016, p. 9, grifos nossos) adiciona que "[...] os burocratas, enquanto cidadãos, participam de um universo simbólico que fornece explicações convenientes (uma teodiceia secular) para os evidentes fracassos da democracia em um mundo menos que ideal. [Sugiro], ainda, que **esse universo e sua cosmologia legitimadora estão enraizados na experiência social nos níveis mais íntimos – daí a frequência de metáforas corporais e familiares, bem como o uso cotidiano de um idioma que explica as falhas do sistema**. [Existe um] envolvimento direto e mútuo entre o Estado oficial e as práticas populares, por vezes disruptivas, cuja existência ele frequentemente nega, mas cuja vitalidade constitui, ironicamente, a própria condição de sua continuidade".

7 Herzfeld nota que "a aparente sobredeterminação do moralismo oficial pode, na prática, criar um vasto espaço de manobra para os atores sociais, independentemente de seus motivos individuais" (Herzfeld, 2016, p. 14).

8 Aqui, adjetivamos a burocracia e o cotidiano de forma paradoxal propositalmente para enfatizar o teor de crítica do senso comum presente em nossa análise em torno dessas categorias. Ao invertermos o modo como o cotidiano e a burocracia são comumente qualificados (burocracia = rigidez; cotidiano = flexibilidade) esperamos dar novas margens à prática de teorizar sobre esses fenômenos. Desse modo, a burocracia aparece como repertório de escrita e de fala com alta performatividade retórica, enquanto o cotidiano opera como gramática de obrigação – expectativas tácitas, protocolos de correção, pressupostos morais compartilhados. É nesse plano ordinário – onde a "suspeita" e o rumor se capilarizam – que se acumulam os sinais que fazem a performance soar necessária e convincente – porque parecem simplesmente "estar por toda parte". Nessa circulação, estereótipos, metáforas e analogias funcionam como atos performativos que fixam identidades, convertendo classificações morais em justificativas autoevidentes para o que se decide e se registra.

> [...] sugiro que o verdadeiro teste de qualquer modelo de análise social é sua capacidade de compreender o mundano da vida social, pois os aspectos visivelmente ordinários da interação social só se tornam perceptíveis quando sua própria ordinariedade parece extraordinária. Caso contrário, nem sequer pensamos nas pessoas como particularmente ordinárias. Simplesmente não registramos suas ações (Herzfeld, 2016, p. 165).

O IDIOMA MORAL DA TUTELA

Estamos nos dedicando à análise de práticas retóricas que convertem precariedades e ambivalências em imperativos moralmente válidos, ao fazer reverberar, nos documentos, valores e afetos sensíveis às experiências compartilhadas de família, vizinhança e comunidade (Comerford, 2014)[9]. No centro desse problema está uma linguagem (verbal ou não; ou melhor, performativa) que conjuga gramáticas morais e fórmulas classificatórias herdadas de uma longa tradição de gestão[10] da menoridade (Vianna, 1999, 2002); um repertório específico de práticas simbólicas e moralidades que orientam a forma como o Estado brasileiro assume a tutela sobre a infância pobre, especialmente aquela percebida como "abandonada", "marginal" ou em "risco social"[11].

Nesse registro, a tutela é muito mais do que uma categoria jurídica: é também "uma constelação de valores morais, formas de sociabilidade e expectativas compartilhadas e naturalizadas que, de alguma maneira, aproximam-se, ao serem denominadas, desse campo semântico da tutela: a responsabilidade sobre a pessoa, a proteção, o cuidado, a formação do

9 A título de esclarecimentos metodológicos, compartilhamos das considerações feitas por John Comerford (2014, p. 149) ao analisar os artigos compilados no volume *Tutela: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil*, especialmente no que tange a "uma questão prática de pesquisa que é, por assim dizer, a de como se desenredar". Ou seja, "como produzir um tipo de conhecimento que é diferente do produzido pelo Estado, pela militância ou, ainda, pelas próprias famílias e comunidades envolvidas nos dramas dessa tutela. Temos em comum a questão de como descrever esses dramas sem prescrever, de como chegar a uma descrição, digamos, descritiva e não prescritiva" (Comerford, 2014, p. 149).

10 Seguindo a perspectiva compartilhada pelos autores dos artigos compilados no referido volume compreendemos por "tradições de gestão" as camadas de conhecimento (ou práticas simbólicas) que permitiram ao Estado brasileiro traduzir diferenças em categorias administráveis, estabilizando decisões e reproduzindo desigualdades ao longo de cinco séculos. Elas sobrevivem porque se adaptam: cada nova política incorpora elementos dessas "linhagens", refazendo-as para outros públicos, outras escalas e outros objetos, mas preservando o núcleo tutelar que legitima a intervenção sobre vidas classificadas como necessitadas de "direção".

11 Ver: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco [org.]. **A Arte de Governar Crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez. 2011.; SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.; ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 1988.

caráter, o respeito, o dever, a honra [...]" (Comerford, 2014, p. 419). Mesmo com a reforma institucional promovida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a emergência de um novo vocabulário jurídico, esses repertórios de classificações morais (taxonomias) persistem, reorganizando-se no interior das burocracias sob novas formas discursivas, mas preservando antigos enunciados.

Como mostrarão os cenários etnográficos aqui descritos, essa tradição de gestão não apenas sobrevive, mas ganha nova força ao ser atualizada nos ritos burocráticos ordinários, operando por meio de pressupostos compartilhados que os tornam inteligíveis — e confiáveis — em situações de incerteza, sofrimento e risco. Nesse ponto, a compilação de artigos presente no livro *Tutela: Formação do Estado e tradições de gestão no Brasil* (Souza Lima, 2014) traz uma contribuição decisiva para a formulação do que estamos propondo chamar de "fabricação do inevitável": uma chave analítica para pensarmos as relações entre burocracia, sociedade e cultura no plano do cotidiano dos atores sociais.

Os artigos contidos nesta obra nos ajudam a compreender com mais nuances o funcionamento de uma modalidade de exercício do poder fundamentado em "vínculos próximos" (relações de semelhança) mediados pela ideia de "Estado" como centro exemplar e imagem de totalização — um poder tutelar (Souza Lima, 2014, p. 55-56). Ao comentar outros artigos do mesmo volume, John Comerford destaca "a relação de interdependência entre forma institucional, figurações morais e formas de exercício do poder", especialmente o cruzamento em torno da família e da dimensão moral (Comerford, 2014, p. 418). Assim, defende que o exercício do poder tutelar "passa pela mediação de uma linguagem moral" que "enreda as famílias na burocracia e a burocracia nas futricas, fofocas e intrigas constitutivas da dinâmica moral [...] das famílias e vizinhanças e comunidades como espaços morais" (Comerford, 2014, p. 421).

Adriana Vianna (2014), no capítulo *A produção de destinos: ação tutelar, escolhas e viabilidades na gestão da infância,* parte da observação de que, no cerne dos debates públicos sobre infância, está a condição estrutural da "menoridade", embora nem sempre explicitada. Mesmo após o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) abolir o termo "menor", a condição de "hipossuficiência" perante adultos e Estado permanece como fundamento das ações tutelares. A autora cunha a expressão "menorização dos menores" para descrever o fenômeno de, na prática, reobjetificar crianças e adolescentes mesmo sob um marco legal que pretende emancipá-los — ou seja, para explicar exatamente o mesmo paradoxo que apresentamos na introdução.

A autora nos dá um exemplo dessa teoria na prática: decidir quem tem o "direito" à guarda de uma criança significa, em última instância, fixar essa criança em um arranjo considerado viável e evitar a "fantasmagoria dos 'menores' desgarrados, errantes, que não têm quem responda por si" (Vianna, 2014, p. 370). O imperativo de "dar solução" — característica-chave da ação tutelar — não deve ser pensado apenas como atributo da Lei, mas como parte crucial da obrigação de governar pessoas, territórios e relações que se faz diariamente por meio do aparato

administrativo do Estado, no qual o idioma moral da tutela se apresenta, fundamentalmente, como dispositivo de organização social.

O que poderíamos chamar de "moral da tutela" (em analogia à expressão "moral da história"), como percebemos, não se resume a proteger crianças e adolescentes do "risco social": sua densidade está na autorização para monitorar e classificar os circuitos de sociabilidade (família, vizinhança, escola) segundo uma escala tácita de confiabilidade e adequação. Mesmo após o advento da "doutrina da proteção integral" (Brasil, 1990, art. 231), o idioma moral da tutela persiste porque se renova sorrateiramente na própria prática institucional, sendo evocado sempre que é preciso "transformar o acaso em algo permanente e inevitável" (Herzfeld 2016, p. 165).

CENÁRIO 1: O REGISTRO DE UM DESTINO

"Você quer um caso complexo? Então olha isso aqui..." Ana se levantou da cadeira, foi até o armário metálico no fundo da sala e voltou com uma pasta volumosa, carcomida nas bordas. Disse que era um bom exemplo para analisarmos juntos. Quando abri a pasta pela primeira vez, percebi a precariedade dos documentos: folhas soltas, amassadas, rasgadas, algumas quase ilegíveis. Concordamos em seguir com aquele material, e Ana completou: "É bom que você aproveita e vê se me dá uma luz pra entender essa bagunça...". A análise que se segue é fruto dessa incursão compartilhada aos arquivos do Conselho Tutelar, orientada não apenas por uma leitura descritiva, mas por uma atenção às formas de classificação e inscrição que atravessam os documentos oficiais[12].

Embora tratassem de um atendimento iniciado mais de dez anos antes, o tempo decorrido não diminuiria o caráter ritualístico e o peso simbólico das anotações sobre os agenciamentos que Ana deveria empreender para dar continuidade ao "acompanhamento" do caso. Quando uma nova denúncia de negligência envolvendo Carla "caiu na mesa" de Ana, ela prontamente seguiu o protocolo de revisitar a história contada em seus prontuários antigos. À medida que folheava os papéis, reconstruía um elo entre o passado institucional da menina e o presente que agora precisava enfrentar como conselheira. Mais do que dados objetivos, cada prontuário, relatório e ofício evocava uma memória moldada por afetividades, estereótipos e moralidades duradouras — cujo poder de ser atualizado sem perder força persuasiva constitui um dos traços

12 Fizemos este trabalho de pesquisa colaborativa ao longo de alguns dias de nosso trabalho de campo no Conselho Tutelar onde Ana trabalha. Realizado de forma diacrônica, os fragmentos que trouxemos aqui se referem não só a um momento específico (um encontro, uma reunião, por exemplo), mas são também recortes de conversas informais que tivemos ao longo do tempo em que o caso ia, voltava e parava da mesa de Ana — quando recebiam uma resposta da rede, uma notificação do MP, ou mais uma denúncia "informal" (rumor) envolvendo as crianças.

centrais da lógica burocrática que observamos em campo.

Esse arquivo da "vida pregressa" de Carla era composto de relatos familiares entrelaçados com impressões técnicas e pareceres psicológicos, compondo uma sequência de registros administrativos que acumulavam signos de inadequação. No prontuário de 2007, o registro da denúncia dizia: "O avô materno relata que os pais das crianças as negligenciam, pois esta criança fica jogada na rua". Após ler o trecho em voz alta, Ana comentou: "Essa frase podia ser de qualquer caso, né? A gente vê muito esse 'jogada na rua' nesse tipo de denúncia". De fato, a história contada por esses documentos nos parecia, de certa forma, genérica e, por isso mesmo, nos levava a imaginar um desfecho incomodamente previsível — remetia a uma cosmologia compartilhada cujas histórias se repetem como metáforas de questões políticas e ideológicas como pobreza, parentalidade, religiosidade, direitos e "deveres".

No primeiro "relato de entrevista" com a família, lia-se: "Fomos informados que as crianças têm se colocado em risco dentro da comunidade, não frequentam regularmente a escola e os genitores têm apresentado dificuldades para pôr limites educativos aos filhos". Esse tipo de formulação, recorrente nos documentos do Conselho, já operava uma tradução da experiência cotidiana em termos normativos, sugerindo uma falha pedagógica e moral dos responsáveis. Havia ainda o fato de os pais de Carla serem surdos, o que dificultava significativamente a comunicação — inclusive com os próprios filhos —, como também pontuavam os relatórios, especialmente ao mencionar a tentativa (malsucedida) de solicitar um intérprete de Libras à Associação Nacional de Surdos.

Quando chegamos às anotações da psicóloga, nos deparamos com o seguinte relato:

> A criança em questão nos pareceu não se incomodar com as repreensões/punições de seus pais, achando-se inclusive merecedora destas — ela verbalizou que é 'bom mesmo' apanhar de seus pais. Chamou-nos a atenção o fato de Carla não adotar um tom desafiador ao falar sobre isso, mas sim um tom de total aceitação às punições impostas. No entanto, reconheceu que elas não a impedem de voltar a repetir as atitudes dignas de punição. Talvez, este aspecto nos aponte para traços marcadamente masoquistas de Carla — o que imporia obstáculos à transformação da situação. Outra hipótese a ser considerada diz respeito a Carla interpretar repreensões/punições de seus pais como uma forma de carinho e atenção que lhes são dispensadas dentro de uma família tão extensa (Psicóloga da equipe técnica do CT, 2007)

Redigida com uma retórica clínica, a formulação não apenas interpretava o sofrimento como sintoma (e não como causa), mas cristalizava um juízo que, ao ser reiterado em documentos subsequentes, acabaria por literalizar o que, isoladamente, seriam apenas impressões, hipóteses ou suspeitas. É um enunciado que adquire força não por sua comprovação empírica, mas por sua repetição codificada e performada como "evidência autoevidente". Esse processo de "literalização", como mostra Herzfeld (1992), não é uma questão de veracidade, mas de *verossimilhança*: certos termos "soam certos" porque reiteram fórmulas já reconhecidas como legítimas; ou, dito de forma mais direta: porque simbolizam situações recorrentes, aparentemente

atemporais e insuperáveis de nossa sociedade.

Enquanto folheávamos as páginas, Ana compartilhou: "Às vezes a gente tem uma impressão, ou vê alguma coisa e não sabe como colocar no relato... aí pede uma avaliação psicológica, ou um parecer da assistente social, só pra confirmar. Porque é o tipo de coisa que, dependendo do que a gente escreve, ninguém leva a sério". Suas decisões, explicava, eram atravessadas por suspeitas e rumores que ela "captava" e "ia conectando", e o "assessoramento técnico" funcionava como uma ponte entre a impressão construída nos encontros burocráticos e sua justificação formal (técnica). É nesse confuso emaranhado — entre testemunho, escuta, julgamento, técnica e escrita — que o idioma moral da tutela ganha força enquanto discurso de Estado retoricamente adaptado para interações interpessoais, possam elas ser classificadas como "burocráticas" ou não. Os estereótipos, nesse sentido, não apenas simplificam — eles deslocam o significado, reconfigurando as fronteiras da obrigação e reinscrevendo desigualdades como incapacidades naturais — assim como a própria natureza de uma pessoa, família, comunidade ou até mesmo uma instituição (como é proeminente na percepção do senso comum a respeito do Conselho Tutelar).

Em maio de 2008, um novo "relato de entrevista" reitera essas preocupações, informando que, apesar dos acordos mediados com os pais, Carla e o irmão continuavam a frequentar as ruas à noite. Conclui-se, então, que a "primeira tentativa" de solução havia falhado. Decide-se por uma nova estratégia: ambos seriam matriculados no Programa Aluno Residente (PAR), em que passariam a semana internados, retornando ao lar nos finais de semana. A "segunda tentativa" demonstrou sucesso temporário, mas não resistiu às "escapadas de Carla nos finais de semana" (como está anotado em outro trecho), que voltaram a gerar narrativas de risco. O avô materno reaparece em cena com mais uma denúncia, dessa vez feita por e-mail. No documento, ele afirma que a situação da neta "estava cada vez pior", mencionando o uso de drogas, pernoites em casas de desconhecidos e ameaças do tráfico. Ele foi "notificado" a comparecer novamente ao conselho, e a entrevista que dali decorreu foi registrada da seguinte maneira:

> O Sr. [avô] informou que Diego tem ficado em casa, e quando sai, fica no envolto de casa, apenas brincando com os amigos e soltando pipa. No entanto, Carla sai na sexta-feira à noite e retorna na segunda-feira pela manhã, na hora de voltar para o PAR. Segundo o relato do avô, Carla tem sido vista fazendo uso de drogas e foi encontrada na casa de pessoas desconhecidas dormindo na cama do dono da casa. O avô preocupa-se com a situação da neta, pois inúmeras vezes foi chamado pelo tráfico local, para que tome cuidado com a neta, pois ela anda com pessoas que cometem pequenos delitos na comunidade e o pai da criança corre risco, pois querem se vingar do genitor da mesma. Diante do relato dos fatos, pedimos que os pais de Carla comparecessem ao Conselho e confirmaram tudo o que está acontecendo, sendo assim foi decidido pelo abrigamento da criança, como medida protetiva emergencial (Conselheiro tutelar, 2008).

O uso de drogas, o pernoite em casas de desconhecidos, as ameaças do tráfico: cada elemento funciona como evidência de um quadro emergencial, legitimando o salto para a

medida mais drástica — o acolhimento institucional. Mais do que relato, a produção de um documento no qual o conselheiro transcreve aquilo que ouviu do "assistido" em seus próprios termos, selecionando os trechos "literais", configura um ato performativo, no qual a sucessão de sinais de risco recolhidos da própria fala do denunciante é suficiente para justificar a urgência da intervenção. Essa performance de registro dramatiza um ponto de não retorno, cristalizando, pelo uso da retórica, a convicção de que não haveria outra saída moralmente aceitável além da institucionalização.

Cinco meses depois, em outubro de 2008, a casa de acolhida na qual Carla foi abrigada elabora um "relatório social" que sintetiza os dados repassados pelo Conselho e avalia novamente o comportamento da menina:

> Carla foi inserida na Rede Pública de ensino e em atividades externas do centro de acolhimento. Desde sua entrada percebemos que a criança possui forte vínculo com a família. A criança recebe a visita dos genitores regularmente, entretanto, quando estes, por algum motivo, não comparecem, percebemos que a criança começa a criar problemas na casa de acolhida [...] (Assistente social do abrigo, 2008).

A retórica investida no relatório nos instiga a questionar: a "culpa" pelo comportamento de Carla é de seus pais, que "não comparecem" como deveriam? Essa parece ser a interpretação mais óbvia dessas declarações. Seria esse, então, o sentido da intervenção — apontar os "responsáveis"? Nos documentos seguintes, sua trajetória institucional passa a ser narrada em termos crescentemente morais e patológicos: Carla "banaliza os perigos", "falta com respeito" e influencia negativamente outras adolescentes do abrigo. A assistente social registra que o conselheiro responsável pelo caso foi informado da situação e que uma nova discussão interinstitucional seria realizada para "pensar alternativas" — embora os documentos não apontem qualquer mudança efetiva de encaminhamento.

Pouco tempo depois, é registrada mais uma evasão. O relatório que se segue é o último disponível no arquivo:

> Conforme relatórios anteriores, realizamos discussão de caso com o conselheiro tutelar [nome omitido] a fim de refletirmos sobre outra medida de proteção para Carla, haja vista suas evasões recorrentes do abrigo. Avaliamos a possibilidade de encaminhamento para o Programa Família Acolhedora e para o Centro Municipal Leila Diniz, para avaliação psicológica. Entretanto, não foi possível realizar os encaminhamentos propostos, pois a criança permanecia evadida deste Centro de Acolhimento. Apesar da família ter ciência da evasão de Carla, não entraram mais em contato para saber da criança. Isto porque, uma das adolescentes deste Centro de Acolhimento nos informou que Carla esteve em sua escola, lhe chamando para evadir e revelou estar em casa. Inclusive convidando a mesma para ir à sua casa também [*sic*]. Sendo assim, apesar de nossos esforços em manter a criança acolhida, **Carla apresenta vínculo com a rua**, **o que leva às suas constantes evasões** (Assistente social do abrigo, 2008, grifos nossos).

Nessa passagem, é importante notar que o uso de [*sic*] — "Inclusive convidando a mesma

para ir à sua casa também [*sic*]" — parece, à primeira vista, uma convenção técnica de fidelidade ao relato. No entanto, sua aparição nesse trecho específico performa uma estratégia retórica sutil: marcar a fala de Carla como moralmente inadequada. O foco do [*sic*] não recai sobre a estrutura gramatical, mas sobre o conteúdo do convite — evadir e levar outra adolescente consigo. Diante da retórica inscrita nesse documento oficial, talvez a interrogação mais pertinente que possamos nos fazer é: o que significa, afinal, classificar uma criança como possuidora de "vínculo com a rua"? E como essa metáfora ajuda a compreender a funcionalidade do idioma moral da tutela?

O marcador [*sic*], nesse caso, age como um gesto de distanciamento e reprovação, sugerindo que algo ali "não deveria ser dito" ou "não deveria acontecer" — é a prova autoevidente do desvio moral. Assim, ao classificar Carla como "vinculada à rua", o relatório da assistente social não apenas ressignifica no presente uma narrativa historicamente consagrada sobre o fenômeno dos "meninos e meninas de rua", mas também projeta sobre ela um destino correspondente: legitima-se, no papel, um juízo moral sobre a família e, ao mesmo tempo, uma intervenção "emergencial" sobre a criança. Identificar os efeitos sociais provocados pelo uso desse idioma é investigar, portanto, as condições que autorizam o Estado (mediado pela burocracia) a definir destinos em nome da proteção — sempre em nome do "bem comum", da "igualdade" e dos "direitos".

"A gente lê isso e já imagina um monte de coisa; e às vezes nem é tudo isso, mas acaba virando verdade porque tá no papel", comentou Ana. Como classificação, o "vínculo com a rua" consiste em uma metáfora da passagem da ordem familiar à exterioridade desprotegida, legitimando, sob o signo da proteção, a ação tutelar. Nesse sentido, os estereótipos que se acumulam ao longo do prontuário de Carla funcionam como dispositivos de *reificação simbólica*: cada anotação reforça a anterior, produzindo uma imagem coerente e linear de fracasso pessoal e familiar que não apenas soa familiar, como natural.

Está mais do que claro, então, que a simbologia do "vínculo com a rua" evoca pressupostos culturais, morais e políticos. Não é o espaço físico da rua que está em jogo, mas os significados que sua imagem condensa enquanto metáfora da sujeira, delinquência, abandono, irresponsabilidade, risco e uma boa dose de "malandragem". Essa é a imaginação coletiva acionada por meio do idioma moral da tutela, possibilitando a articulação estratégica de estereótipos, metáforas, analogias e metonímias que funcionam direcionando os fluxos e processos burocráticos. Daí emergem as formas de discernimento burocrático (Bevilaqua, 2020): processos de tomada de decisão ambientados em zonas cinzentas da administração — entre o escrito e o tácito, o formal e o sensível — que permitem à burocracia agir ao mesmo tempo como promessa de cuidado e instrumento de exclusão (cf. Gupta, 2012); e ao conselheiro tutelar permitindo-se representar-se tanto como um "defensor de direitos" quanto como "policial das famílias"[13] , de acordo com sua avaliação pessoal de cada situação a respeito de qual postura

13 Para uma análise mais voltada para a percepção dos conselheiros tutelares como "polícia das famílias",

tem mais chances de sucesso.

Parafraseando Ciméa Bevilaqua (2020, p. 18), trata-se da incorporação de uma autoridade que não diz respeito a sujeitos, mas a ações que só podem existir com o concurso de diferentes estratégias retóricas, performadas por falas e gestos de pessoas capazes de exercer sua própria agência sobre a burocracia, assim como por meio de documentos, assinaturas, pareceres, ofícios, carimbos e outros artefatos por meio dos quais esses agenciamentos são mediados. Ao ler o passado de Carla para discernir como intervir no seu presente, Ana também se via capturada em uma dinâmica de responsabilidades na qual sua própria credibilidade estaria sob julgamento.

CENÁRIO 2: A VIDA REAL DO CONSELHO TUTELAR

A nova denúncia, agora sobre a situação em que se encontrariam as filhas de Carla, chegou por e-mail, assinada por "um vizinho preocupado". Foi a partir desse documento formal, recebido semanas antes, que Ana decidiu revisitar os arquivos do Conselho, como vimos no cenário anterior. A mensagem, impressa e anexada ao novo prontuário (mas incluída no mesmo arquivo), descrevia uma situação alarmante: Mariana, a filha mais velha, de cerca de onze anos, era frequentemente vista "vagando pelas ruas tarde da noite"; Lúcia, com apenas dois anos, foi descrita como "sempre suja e chorando", vivendo em um ambiente "muito sujo" e apresentando "sinais de desnutrição". O denunciante afirmava ainda que a mãe das meninas, Carla, era usuária de drogas — "crack", especificava entre parênteses — e que, apesar da penúria das crianças, a avó parecia estar "sempre bem alimentada" e o avô "frequentemente embriagado".

Após uma denúncia como essa, Ana precisava averiguar as informações e avaliar sua "procedência", decidindo sobre quais medidas, requisições de serviços, articulações de rede e encaminhamentos seriam adequados — caso pudesse comprovar sua necessidade. Mas ela sabia que certas informações não viriam apenas pelos canais oficiais. Antes de qualquer encaminhamento, ela acionou contatos na associação de moradores da comunidade. Em poucas conversas, teve a confirmação de que Carla seguia morando com os pais no mesmo endereço de antes — o mesmo onde vivia quando, ainda criança, fora atendida pelo Conselho. Mas passava dias ausente, "vagando" pela comunidade, segundo os relatos. Mariana, a filha mais velha, era vista andando sozinha pelas vielas em horários avançados da noite, e alguns moradores insinuavam que "já estava se prostituindo". Sobre Lúcia, circularam informações de que teria sido acolhida por uma senhora idosa, depois de ser encontrada sozinha próximo à entrada da comunidade.

especialmente no que se refere aos atravessamentos religiosos e interseccionais implicados nessa retórica, ver Birman e Rabelo (2025).

Esses fragmentos começavam a se acumular antes mesmo de qualquer diligência formal. Como em muitos outros casos, a atuação do Conselho parecia iniciar-se antes da instituição propriamente entrar em cena. "A gente vai juntando os pedaços", disse Ana em certa ocasião, enquanto anotava nomes, datas aproximadas e possíveis vínculos familiares relacionados a esse caso. A denúncia era um ponto de partida, mas os contornos do caso se formavam no entrelaçamento entre registros oficiais, memórias pregressas e rumores comunitários — estruturando, desde os primeiros esforços de discernimento, os caminhos possíveis da ação tutelar.

Com base nesses fragmentos e diante da urgência que se desenhava, Ana optou por uma visita domiciliar. Foi acompanhada pela assistente social e pela psicóloga do Conselho. A ideia era não apenas notificar a família a comparecer ao Conselho Tutelar, mas, se possível, já estabelecer ali mesmo um primeiro quadro da situação familiar que orientasse os registros oficiais. Sobre essa visita, Ana me contou que teve a impressão de que os avós de Carla eram "acumuladores": a casa estava abarrotada de objetos, a ponto de mal se ver a mobília. Dois cachorros agressivos latiam incessantemente, contidos por grades improvisadas que pareciam prestes a ceder. Ana julgou mais prudente não entrar. Posteriormente, explicou-me que tomou essa decisão não apenas por algum receio pessoal (sua segurança física, por exemplo), mas porque considerava esse tipo de presença no espaço íntimo da família constituía uma "invasão de privacidade". Segundo ela, seria uma prática que mais "constrange" do que "ajuda". Concluindo, enfatizou que "não é atribuição do Conselho fazer vistoria dentro da casa das pessoas" — uma distinção importante em seu modo de teorizar sobre o funcionamento da instituição na qual trabalha.

A assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que acompanhou a equipe nesse dia, por sua vez, redigiu um relatório no qual descrevia o ambiente como "bastante comprometido em termos de higiene e organização", observando que a casa era "pequena, com muitos móveis e objetos empilhados, dificultando a circulação". O documento relatava ainda que "havia muita sujeira no chão, restos de comida e forte odor de urina".

Embora Ana evitasse assumir um tom de avaliação direta, essa retórica "técnica" reforça, com particular atenção à estética, uma imagem do "risco social" extremamente perene às instituições. Ao analisá-las, podemos perceber que esse estilo retórico funciona classificando o que estava "fora de lugar"; algo que poderia contaminar as crianças porque "não devia estar ali"[14]. No registro do idioma moral da tutela, então, o relatório contribuía para formalizar a percepção de um ambiente "impuro", contaminado física e moralmente.

Foi também nessa visita que Ana soube do paradeiro de Carla. A informação veio da

14 Para essa formulação, nos inspiramos na clássica formulação teórica de Mary Douglas (1976 [1966]), para quem a "sujeira" é, essencialmente, "matéria fora do lugar" (p. 194).

própria avó, em meio a um diálogo fragmentado do qual registramos o ponto central: Carla estava "presa pelo tráfico", em punição por ter cometido furtos na comunidade. A fala, ainda que imprecisa, era suficiente para reforçar o sentimento de urgência e justificar a necessidade imperativa da ação tutelar. Mas, paradoxalmente, era também nesse ponto que as possibilidades de ação pareciam mais limitadas.

Nos dias que se seguiram, Ana conseguiu articular uma reunião de rede interinstitucional para discutir o caso. Estiveram presentes representantes do CREAS, da Clínica da Família, da direção da escola e da própria equipe do Conselho Tutelar. O relatório produzido após o encontro indicava que Carla "nunca demonstrou vínculo com as filhas" e que Mariana, acolhida pela tia, havia sido resgatada "em situação de risco", sem qualquer informação adicional. As técnicas do CREAS afirmaram que a única referência estável percebida pelas crianças era o casal de avós. Um trecho do documento ressaltava que Carla "vem demonstrando total descaso e irresponsabilidade diante da vida das crianças, mantendo-se ausente da rotina das mesmas, mesmo quando presente na casa dos avós". O tom era firme: em vez de ausência circunstancial, o que se desenhava era uma imagem de desinteresse moralmente qualificado.

A formalização desses juízos, no entanto, não acelerou os encaminhamentos. Animada inicialmente com a reunião, Ana tentou agendar novos encontros para pensar alternativas mais estruturadas, mas percebeu que, diante da complexidade do caso, os retornos passaram a se tornar cada vez mais vagos. O Ministério Público respondeu que só poderia se posicionar após receber um relatório "conclusivo" do Conselho. O CRAS[15] informou que o acompanhamento só poderia começar caso os avós se apresentassem espontaneamente. O CREAS[16], por sua vez, declarou não dispor de equipe suficiente para dar continuidade às visitas. Aos poucos, cada órgão parecia reposicionar sua atuação para não assumir a linha de frente. A frustração de Ana era visível. "Fica parecendo que tá todo mundo esperando dar merda pra alguém poder agir", comentou certa vez. O sentimento era de impotência, mas também de sobrecarga moral: recaía sobre ela o peso de dar uma resposta que nenhum outro agente ou instituição parecia disposto a oferecer — a responsabilidade por "salvar" as crianças.

Diante do impasse e da lentidão dos retornos institucionais, Ana optou por realizar uma segunda visita à casa dos avós. Seu objetivo era claro: notificar pessoalmente sobre a possibilidade de acolhimento institucional e registrar, se possível, a anuência da família em um relatório. A medida não encerraria o caso, mas permitiria ao Ministério Público uma decisão mais célere — ou, nas palavras de Ana, "pelo menos evitar que digam depois que a gente não tentou". Essa foi a única "visita domiciliar" que acompanhamos durante a pesquisa. Quando Ana nos convidou para ir até o local, aceitamos prontamente.

Saímos do Conselho Tutelar em um carro oficial, dirigidos por um motorista terceirizado

15 Centro de Referência de Assistência Social.

16 Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

da prefeitura. O apartamento ficava em um conjunto habitacional do PAC[17], construído ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, em volta de uma pequena praça onde crianças brincavam. Não havia campainha. Batemos palmas, chamamos pelo nome da avó, mas esquecêramos de um detalhe essencial: os avós eram surdos. Como poderiam nos ouvir? Feita essa óbvia constatação, nos sentíamos ridículos e rimos de nós mesmos — um breve alívio cômico que antecederia mais um ritual burocrático ordinário, conduzido ali mesmo, no meio da praça, em meio a olhares atentos e desconfiados das crianças que brincavam ao redor.

Depois de alguns minutos de insistência, já a ponto de desistirmos, a porta do apartamento, rente à calçada, se abriu. A avó de Carla apareceu acompanhada de uma amiga, também surda. As duas se comunicavam em Libras. Depois que elas se despediram, Ana se aproximou tentando dialogar, mas logo se lembrou de que a avó não compreendia bem a leitura labial, tampouco se expressava com alguma clareza verbal. A comunicação se dava por gestos hesitantes e palavras soltas, costuradas por esforço mútuo de compreensão.

Note-se, aliás, a condição paradoxal dessa "visita domiciliar" realizada na rua, diante do portão. Esse encontro — atravessado por ruídos, passagens de outros moradores e olhares curiosos — é simbólico da condição instável em que as intimidades públicas são geralmente negociadas. Não se trata apenas de uma conversa informal: ali se institui um espaço liminar entre o íntimo e o público, performado como parte de um rito burocrático. É nesse entrelugar que a autoridade de Ana encontra condição de possibilidade para sua afirmação, não pela imposição, mas pela presença persistente, pela tentativa de construir, mesmo em meio à precariedade do encontro, uma base minimamente coerente para discernir sobre os rumos da ação tutelar — ou seja, o destino das crianças.

Foi a avó quem encontrou uma solução para o ruído na comunicação: pegou o celular e iniciou uma videochamada. Do outro lado da tela, apareceu uma mulher, identificada como irmã de Carla e, portanto, tia de Mariana e Lúcia. Até então, seu nome não constava nos registros do Conselho. A tia passou a mediar a conversa, explicando que Lúcia (a mais nova) estava sob seus cuidados. Disse que a acolhera ao vê-la em condições muito precárias. Mas fez uma ressalva: Carla estava reclusa pelo tráfico e, ao ser libertada, poderia tentar reaver a filha à força, o que a deixava muito insegura em permanecer com a criança. Para Ana, aquela nova presença representava uma alternativa ao acolhimento institucional: a possibilidade de "entregar" as crianças para a "família extensa". Mas a esperança durou pouco.

Pouco tempo depois, antes que Ana pudesse convencê-la a acolher Lúcia, a tia decidiu devolvê-la aos avós — Carla havia sido libertada recentemente. Nesse mesmo período, antigos

17 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi instituído em 22 de janeiro de 2007, por decreto presidencial, como um conjunto coordenado de medidas para estimular o investimento privado, ampliar o investimento público em infraestrutura (transportes, energia, habitação, saneamento, urbanização) e aprimorar a qualidade do gasto público. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6025-22-janeiro-2007-549809-publicacaooriginal-65331-pe.html. Acesso em: 15 ago. 2025.

rumores começaram a ser captados e conectados novamente: Mariana (a mais velha) havia sido vista em pontos conhecidos pela exploração sexual de meninas. Mais uma vez, os rumores cumpriam função ambígua: embora considerados informais, pressionavam a ação institucional. Como observou Ciméa Bevilaqua (2022, p. 200), "a contínua recombinação de rumores e fragmentos constitui um padrão disseminado e persistente não apenas da existência das normas na administração pública, mas da própria formação e transformação de suas instituições". Nesse momento, o trabalho de Ana se transformava por meio de um gesto de "prevenção", por mais que essa não seja exatamente uma atribuição legal de sua função.

Pouco depois, Ana começou a receber novas mensagens da médica da Clínica da Família, com quem já mantinha contato desde o início do caso. A profissional dizia ter atendido Mariana meses antes, quando a menina procurou a unidade por conta própria — o que, para Ana, era um detalhe revelador: "A menina foi sozinha na clínica, sem ninguém da família, e ninguém avisou a gente?". Analisando as mensagens, notamos que o tom da médica agora transmitia urgência. Referia-se ao atendimento anterior como se relatasse uma descoberta recente, sugerindo que a menina apresentava sinais de "sexualização precoce" e insinuando que suspeitava de "abuso sexual". Mas não havia qualquer notificação oficial. O episódio ganhava corpo apenas ali, nas trocas de mensagens informais com a conselheira.

Lembro bem do dia em que Ana compartilhou essas mensagens comigo. Estávamos em uma aula do curso de capacitação da Escola de Conselhos quando ela me cutucou e, sem dizer nada, me mostrou a tela do celular. Estava com expressão cansada, como quem já sabe o desfecho, mas precisa seguir o protocolo. "Agora ela quer resolver tudo pelo WhatsApp", comentou, abaixando o olhar. A situação era recorrente, segundo Ana: profissionais da rede hesitavam em formalizar denúncias por receio de represálias, especialmente quando se tratava de figuras "conhecidas" no território. "Todo mundo já conhece o jeito da Carla... é daquelas que 'não leva desaforo pra casa'", comentou Ana, utilizando um provérbio que, ali, operava como tradução cultural da ameaça. "Quando precisa, ninguém manda nada por escrito. Mas quando dá problema, o primeiro relatório que querem é o nosso", desabafou. Aqui, acreditamos que ela estava se referindo ao tipo de "relatório conclusivo" que havia sido requisitado pelo Ministério Público como pré-condição para que atuassem no caso.

As mensagens da médica não traziam novos dados clínicos, apenas retomavam impressões já conhecidas: Mariana vivia em situação de vulnerabilidade e talvez tivesse sido vítima de violência, uma suspeita retirada mais da intuição da médica sobre o comportamento da menina do que de qualquer análise clínica. Mas, até aquele momento, não havia qualquer documento oficializando essa avaliação. Para que houvesse encaminhamento sólido ao Ministério Público, Ana precisava de um relatório da Clínica da Família. E foi justamente isso que passou a negociar com a médica. A médica disse que chegou a suspeitar de abuso, mas não registrou nada em prontuário. A lembrança surgia agora como mais um fragmento solto, mobilizado apenas quando interpelada diretamente — e ilustra bem como certos indícios, mesmo os mais

graves, podem permanecer à margem dos registros oficiais até que rumores e sinais dispersos comecem a se alinhar na composição de um drama moralmente reconhecível — de uma história familiar, no duplo sentido do termo: tanto como "de família" quanto de "familiaridade".

"Se ela não fizer por escrito, o caso vai travar de novo. E quem vai segurar isso sou eu", disse. As trocas de mensagens continuaram pelos dias seguintes. Ao fim, a médica concordou em registrar o que havia observado, mas com uma condição: que o documento não fosse compartilhado com a família. Tinha receio de retaliações. Segundo Ana, "ela quer ajudar, mas sem botar o nome dela na reta". A exigência era um indício de como o medo e a responsabilização circulam entre os profissionais da rede, redistribuindo riscos e introduzindo barreiras conforme o caso avança.

O relatório foi finalmente encaminhado ao Conselho. Embora sem laudo conclusivo, o texto registrava a preocupação com a possibilidade de abuso e mencionava a hipótese de "sexualização precoce" com base na conduta e nos relatos da menina durante o atendimento. Com esse documento, Ana passou a considerar maiores condições de sucesso para a hipótese do acolhimento institucional — medida que, até então, tentava evitar ou ao menos justificar com o maior número de elementos possíveis.

Não se trata de um simples gesto administrativo, mas da efetivação de um juízo que transforma classificações morais em ação estatal, com consequências imediatas para todos os envolvidos, burocratas e cidadãos. Mais do que o conteúdo em si, o relatório da Clínica da Família era uma inscrição formal que alterava o próprio significado das suspeitas: o que antes era boato, rumor ou preocupação informal ganhava agora o status de um "relatório técnico", datado, assinado e numerado. O rumor passava a integrar o prontuário, traduzido em categorias e classificações morais, mais do que em evidências clínicas. No caso do relatório que seria produzido por Ana, era preciso discernir sobre como converter esses sinais dispersos em uma justificativa minimamente coerente em termos familiares ao Judiciário, mobilizando uma gramática que pudesse sustentar uma decisão tão drástica quanto separar crianças de sua família sem comprometer a confiabilidade da promotora em suas decisões.

Ao reunir esses fragmentos — relatos comunitários, avaliações técnicas, impressões clínicas e justificativas documentais — o caso vai sendo progressivamente reconfigurado como um problema de discernimento e decisão do agente responsável. No cenário seguinte, veremos como essa transição — do possível ao necessário — é ativada pela retórica e culmina em produzir um destino que, desde o princípio, foi sendo reiteradamente constituído como inevitável.

CENÁRIO 3: A FABRICAÇÃO DO INEVITÁVEL.

O relatório da médica foi finalmente anexado ao prontuário. Ainda que não trouxesse um diagnóstico conclusivo, o documento nomeava a suspeita de "sexualização precoce" e referia-se a condutas que, interpretadas em conjunto com os demais indícios, reforçavam a hipótese de violência. O tempo da hesitação parecia ter se esgotado. "Agora a bola tá com a gente", disse Ana, enquanto organizava alguns documentos. Mas o gesto de decidir — de colocar no papel aquilo que vinha sendo acumulado como suspeita — não se realizava de forma direta ou automática. Ao contrário: é nesse ponto que o discernimento burocrático exige a calibragem mais precisa de palavras e significados. A presença de rumores, relatos fragmentados e sinais dispersos demandava uma operação delicada de tradução: converter a experiência em narrativa, a dúvida em urgência, a ambivalência em argumento. Era preciso escrever o ofício — mas não qualquer ofício, e sim um ofício que funcione; que conquiste sua audiência, persuadindo a promotora a dar continuidade às medidas sugeridas por Ana.

Naquela tarde, nos encontramos com Ana e a equipe técnica do Conselho na sala compartilhada pelas técnicas. Ali também eram feitos alguns atendimentos mais sensíveis, quando os conselheiros buscam alguma privacidade para si e para os assistidos, o que não é possível na sala em que estão suas mesas, pois também compartilham esse espaço com os outros conselheiros. Sobre as três mesas que ali estavam, pilhas de documentos e anotações pessoais — cada uma tinha seu próprio caderno de anotações sobre os casos. Todas pareciam ter alguma consciência de que a eficácia daquele ofício dependia, naquele momento, menos da força legal de seu cargo e mais da credibilidade da retórica de sua escrita — da forma como seria capaz de apresentar os riscos, as omissões e os perigos de modo a tornar inevitável a intervenção do Ministério Público.

Durante algumas horas, acompanhei a conversa entre Ana, Giselda (psicóloga) e Liliana (assistente social). As três discutiam os termos do ofício que seria enviado ao Ministério Público. Havia uma apreensão silenciosa, atravessada por pausas longas, suspiros e olhares breves. O dilema não era apenas o que escrever, mas como escrever. Quais elementos destacar? Como descrever os riscos e distribuir as responsabilidades? E o mais difícil: como convencer o Ministério Público da urgência da situação?

"Se a gente não agir agora, as meninas correm sério risco. Mas também não quero que a promotora ache que estamos forçando esse abrigamento", murmurou Ana, com o celular em mãos. Enquanto falava, continuava recebendo mensagens enviadas pelas irmãs de Carla, muitas em tom alarmado: uma delas acusava o avô de "gastar tudo entupindo o nariz", outra enviava vídeos da notícia da prisão de Daniel, irmão de Carla, por assalto à mão armada e homicídio. A avalanche de informações, rumores e denúncias informais parecia desestabilizar o discernimento — a torrente de informações fragmentadas era desnorteante, até para nós pesquisadores (talvez principalmente para nós) —, mas, ao mesmo tempo, reforçava o sentimento de urgência das profissionais.

A hesitação não impedia a ação, mas exigia calibragem. As três sabiam que qualquer

frase mal redigida poderia ser usada contra elas — pelo Judiciário, pela imprensa ou mesmo pelos colegas de rede. Giselda ponderou que "não é interessante mandar para a casa da tia agora porque ela está com medo", e Liliana insistia: "O foco agora é tirar essas crianças de lá". Nesse momento, Ana largou por um instante o celular e levou a mão ao rosto: "Aqui, meu olho já tá até tremendo", disse, num tom em que o medo e o receio pareciam traduzir-se de forma tragicômica — havia um humor subliminar que parecia aliviar a tensão recorrendo a uma intimidade compartilhada entre elas. Giselda, que ouvia a conversa enquanto relia alguns pontos dos prontuários antigos, soltou um suspiro prolongado e comentou: "Olha, desde aquela primeira visita domiciliar, toda vez que eu lembro desse caso meu braço já começa a formigar" [18].

Observei como elas trocavam olhares rápidos, cheios de uma preocupação silenciosa, quase como se buscassem confirmação mútua de que, sim, era inevitável seguir o caminho do acolhimento institucional, por pior que fosse o peso na consciência que essa decisão acarretasse. O ofício, afinal, não era apenas um documento: era uma tentativa de produzir efeitos, de mover uma engrenagem que se recusava a girar sozinha. "Se fosse por mim, eu ia lá agora pegar essas crianças", disse Ana, em voz baixa, irritada, quase como quem comete um ato falho, traindo a si mesma. Mas logo se explicou: "Eu sei que eu tenho autonomia pra isso. Mas o que eu vou fazer? Chegar lá, pegar pelo braço e levar pro abrigo? Não é assim!". A postura de indignação, com as mãos na cintura, dava contorno ao que ela chamava de "decisão difícil". Não por falta de clareza sobre os riscos, mas porque sabia, por um lado, do peso que teria de carregar para ser vista e ouvida pelo Ministério Público e, por outro, das possíveis acusações e culpas que recairiam sobre si caso ela não obtivesse sucesso em "agilizar" o encaminhamento das crianças para o abrigo.

Ana sentou-se em frente ao computador, abriu um documento em branco no Microsoft Word, adicionou o cabeçalho padronizado do Conselho e começou a redigir o ofício. Giselda e Liliana a acompanhavam de perto, sugerindo expressões ou termos mais precisos: "Diz que a genitora tem histórico de uso de substâncias e abandono"; "Coloca que a adolescente procurou atendimento sozinha, sem adulto responsável". Ana digitava, pausava, voltava, refletia. Em alguns momentos, concordava e escrevia como sugerido. Em outros, rebatia: "Acho melhor colocar de outro jeito". A negociação era contínua, feita linha por linha. Cada escolha de palavra carregava uma aposta sobre como o Ministério Público interpretaria a cena — e, mais ainda, sobre quem seria responsabilizado caso nada fosse feito. Discutiam-se, em suma, critérios para o sucesso ou fracasso daquele documento.

Uma lista de tópicos foi montada aos poucos, com base nos relatórios e nos rumores

18 Em outra ocasião (Rabelo, 2024), demonstrei como o peso da responsabilidade imposta aos conselheiros está diretamente relacionada a questões de "saúde mental" sofridas por eles. Em campo, muitos compartilharam histórias pessoais que nos soaram testemunho do sofrimento psicológico ao qual são obrigados, e até mesmo incentivados, a conviver.

(indícios, suspeitas) recentes: "Casa em condições insalubres, com forte odor e presença de animais agressivos"; "Avós com dificuldades comunicacionais, sem condições de garantir proteção"; "Relato de possível abuso na infância da genitora, com receio de repetição no presente"; "Criança menor com feridas infeccionadas"; "Histórico de negligência e uso de drogas pela genitora"; "Irmão preso por assalto à mão armada"; "Indícios de exploração sexual". A sequência construía uma espécie de linha de montagem argumentativa, na qual os fragmentos da história — antes dispersos — eram condensados numa narrativa de risco iminente.

O formato de lista conferia ao documento a aparência de um inventário técnico — mas, sob essa neutralidade, operava-se uma estratégia retórica: o inevitável destino para o acolhimento institucional dependia da sobreposição de fatores que, acumulados, alçariam o caso ao status de "urgente". A medida protetiva de acolhimento institucional não era apresentada como sugestão, mas como resposta forçada pelas circunstâncias. A própria forma do texto — direta, sintética, encadeada — era parte dessa retórica: mobilizava o idioma moral da tutela para legitimar, sob a chancela dos riscos acumulados, uma ruptura concreta — separar as crianças da família.

No parágrafo de encerramento, após uma breve troca entre as técnicas — "a gente tá falando de violações de direitos, né?", interveio Ana — decidiu-se incluir uma menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A referência, genérica e não acompanhada de artigos específicos, nos pareceu funcionar menos como fundamentação legal do que como um gesto de validação simbólica. Ele foi redigido da seguinte forma:

> O envio desse relatório se dá pela necessidade de medidas urgentes serem aplicadas na garantia de direitos das crianças, conforme preconiza o Estatuto da Criança e adolescente. O endereço onde a família reside é de fácil acesso, na via principal (Conjunto de prédios do PAC). Entendemos que a melhor medida a ser aplicada nesse momento seria de acolhimento institucional, para que seja pensando em outras formas de garantia.

A expressão "nesse momento" marca a decisão como provisória, ainda que urgente. Ao mesmo tempo que sustenta a medida solicitada, preserva uma abertura para soluções futuras — mais apropriadas, talvez, ou menos duras. Esse tipo de decisão, que adia a promessa de reparo — ou esperança de redenção — justificando a dor presente pela expectativa de um "Bem" posterior, produz uma espécie de transcendência às decisões — a ideia de que o princípio moral imposto pela ação tutelar possa transcender as especificidades do tempo e do espaço, tomando a forma de um gesto de "salvação".

Em analogia a sistemas religiosos (como propôs Weber, de forma pioneira), a burocracia pode se apresentar como uma crença transcendente, no sentido de que "ambos [religiões e burocracias] se fundamentam no princípio da identidade: os eleitos como uma comunidade exclusiva, cujos pecados individuais de seus membros não podem minar a perfeição última do ideal que todos compartilham". Ao que nos parece, essa é promessa que sustenta, moralmente, a lógica burocrática: não porque solucione o problema de imediato, mas porque mantém viva

a esperança de que, mais adiante, algo melhor poderá ser feito. Como explica Herzfeld, a teodicéia secular:

> Fornece às pessoas meios sociais de lidar com a decepção. O fato de que os outros nem sempre contestem mesmo as tentativas mais absurdas de explicar o fracasso não prova que sejam crédulos. Pode, antes, ser evidência de uma orientação muito prática, que se recusa a minar as convenções de autojustificação porque praticamente todos [...] podem precisar recorrer a elas ao longo da vida (Herzfeld, 1992, p. 7).

A linguagem do ofício não rompe com a ambiguidade que o gerou, tampouco soluciona o dilema moral de ter que discernir entre a solução "menos pior" (o trauma do "abrigamento" ou o trauma da "família desestruturada") — apenas reorganiza o fracasso do sistema em termos toleráveis, tanto para sua consciência, quanto para o fluxo burocrático. Separar as crianças da família continua a ser uma medida drástica, mas por meio do idioma moral da tutela, pôde ser representada como a mais "segura" diante das circunstâncias. A fabricação do inevitável está consumada: o gesto já não pertence à conselheira, mas à engrenagem que ela apenas ajudou a movimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando o caso de Carla, vimos como conselheiros tutelares exercem na prática o discernimento burocrático (Bevilaqua, 2020) para condensar rumores, laudos e memórias em categorias moralmente válidas no âmbito administrativo — "mãe negligente", "vínculo com a rua". Nessa chave, podemos considerar a escrita oficial como um rito de autoridade. O ofício que solicita o acolhimento institucional exemplifica a fabricação do inevitável: ao enfileirar indícios sob o signo da urgência, a conselheira desloca a responsabilidade sobre os efeitos das decisões evocando "verdades autoevidentes", transformando o que poderia ser uma escolha em um imperativo moral inevitável. Tal gesto confirma a hipótese central deste trabalho: é no entrelaçamento entre retórica e moral que a ação tutelar se sustenta e ganha força como uma decisão de Estado; um "mero" ato administrativo, impessoal e inevitável.

Acompanhar o percurso das palavras e dos papéis — do rumor de WhatsApp ao ofício do Ministério Público — nos permitiu observar como a autoridade é coproduzida por leis, sentimentos e expectativas. Ao integrar observação de campo, análise de documentos, escuta do testemunho da conselheira e a análise da retórica aplicada na ação tutelar, buscamos traçar os contornos de um modelo analítico para estudos sobre burocratas e burocracias que adense a compreensão dos dilemas cotidianos vivenciados por esses agentes. E, possivelmente, inspire reflexões sobre novos modos de fazer a proteção social e de desfazer estereótipos, colocando em evidência os modos pelos quais eles simplificam, reduzem e naturalizam dinâmicas de poder — rastreando as condições concretas que balizam as decisões e atitudes dos burocratas, e não

apenas os efeitos dessas intervenções sobre a vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

1. BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, e178843, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178843. Acesso em: 3 abr. 2025.

2. BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Fragmentos e rumores de legalidade: um ensaio etnográfico sobre a experiência da lei no serviço público. **Campos - Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 198–221, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/83159. Acesso em: 3 abr. 2025.

3. BIRMAN, Patricia; RABELO, Thiago. Sexualidade, religião e poder: crescimento evangélico e guerra às drogas. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, e450202, 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1984-04382025e450202. Acesso em: 25 set. 2025.

4. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2017.

5. COMERFORD, John. Tutela, família e vizinhança: alguns comentários. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2014. p. 417-422.

6. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resoluções e documentos normativos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2017.

7. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. [1966].

8. DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols**: explorations in cosmology. London: Routledge, 2004.

9. GUPTA, Akhil. **Red Tape**: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

10. HERZFELD, Michael. **Antropologia**: prática teórica na cultura e na sociedade. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2014. [2001].

11. HERZFELD, Michael. **Cultural intimacy**: social poetics and the real life of states, societies and institucions. 3. ed. New York: Routledge, 2016. [1997].

12. HERZFELD, Michael. Convictions: Embodied Rhetorics of Earnest Belief. *In*: STRECKER, Ivo; TYLER, Stephen (org.). **Culture and Rhetoric**: Studies in Rhetoric and Culture. Nova York: Berghan Books, 2009. p. 182-206.

13. HERZFELD, Michael. **The Social Production Oof Indifference**: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

14. LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy**: Dillemas of the Individual in Public Services. 30. ed. New York: Russell Sage Foundation, 2010. [1980].

15. RABELO, Thiago. "Como sobreviver a tantas adversidades?" neoliberalismo, precarização da vida e gestão dos sentimentos na experiência de conselheiros tutelares. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 11, n. 27, p. 117-136, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.48074/aceno.v11i27.17781. Acesso em: 25 set. 2025.

16. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar Crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

17. SILVA, Martinho. Reforma psiquiátrica e redes de suporte social: construindo tecnologias "psicossociais". *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2014. p. 315-342.

18. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2014.

19. VIANNA, Adriana. **O Mal que se adivinha**: Polícia e menoridade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

20. VIANNA, Adriana. **Limites da menoridade**: tutela, família e autoridade em julgamento. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

21. VIANNA, Adriana. A produção de destinos: ação tutelar, escolhas e viabilidades na gestão da infância. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2014. p. 367-397.

Thiago Pereira Rabelo
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-3563-8918. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: tprabelo@gmail.com

Nayara Alves de Aleluia

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0197-5609. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados, Revisão. E-mail: nayaramestrado23@gmail.com

“Somos militantes de la reforma”: activismo jurídico por un nuevo proceso penal en la Argentina

“We are reform campaigners”: legal activism for a new criminal proceeding in Argentina

“Somos militantes da reforma”: ativismo jurídico para um novo processo penal na Argentina

Julieta Mira
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de Lanús, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

Este trabajo busca mostrar un momento específico de la trama de la “lucha” por la reforma del Código Procesal Penal de la Nación Argentina, focalizado en los avatares del “Proyecto Albrieu” propuesto en 2010 pero que no logró ser ley. Este código resulta significativo, ya que rige las reglas del juzgamiento penal de delitos federales: los crímenes de lesa humanidad, la falsificación de moneda, la trata de personas, el narcotráfico y la corrupción. El repertorio de acciones colectivas que impulsan la propuesta del diputado Oscar Albrieu muestra que la participación experta en el proceso reformador de la justicia se tiñe fuertemente con la lógica de la “militancia”, con la construcción de una causa y con la adopción de una “bandera de lucha” sintetizada en la búsqueda de la conquista del “sistema acusatorio”. Se adoptó un enfoque etnográfico que requirió seguir a los actores sociales en diversos espacios sociales durante un largo período, en particular al Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales. El trabajo de campo facilitó identificar acciones colectivas en la promoción de la reforma de la justicia penal que incluye algunos eventos públicos. Se realiza un análisis de las características sociológicas de este proceso reformador para comprender las formas que adopta el activismo jurídico. Finalmente, más allá del caso, se elabora en torno a la “militancia” experta en causas definidas como humanitarias.

Palabras clave: Activismo jurídico, Justicia penal, Reforma procesal penal federal, Causas humanitarias, Argentina.

Recebido em 10 de março de 2025.
Avaliador A: 25 de maio de 2025.
Avaliador B: 10 de junho de 2025.
Aceito em 29 de setembro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This paper aims to show a specific moment of the plot in the 'struggle' for the reform of the Argentinean Code of Criminal Procedure, focusing on the vicissitudes of the 'Albrieu Project' proposed in 2010 but failed to become law. This code is significant as it governs the rules for the criminal prosecution of federal crimes: crimes against humanity, currency counterfeiting, human trafficking, drug trafficking, and corruption. The repertoire of collective actions that drive deputy Oscar Albrieu's proposal shows that expert participation in the justice reform process is strongly tinged with: the logic of 'militancy', the construction of a cause and the adoption of a 'flag of struggle' synthesised in the search for the conquest of the 'accusatory system'. An ethnographic approach was adopted, which required following the social actors in various social spaces over a long period, in particular the Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales. The fieldwork facilitated the identification of collective actions in the promotion of criminal justice reform, including some public events. An analysis of the sociological characteristics of this reform process is carried out in order to understand the forms taken by legal activism. Finally, beyond the case, we elaborate on expert 'militancy' in causes defined as humanitarian.

Keywords: Legal activism, Criminal justice, Federal criminal procedure reform, Humanitarian causes, Argentina.

RESUMO

Este trabalho procura mostrar um momento específico da trama da "luta" pela reforma do Código Processual Penal da Nação Argentina, com foco nas vicissitudes do "Projeto Albrieu", proposto em 2010, mas que não conseguiu ser aprovado como lei. Esse código é significativo, pois rege as regras do julgamento penal de crimes federais: crimes contra a humanidade, falsificação de moeda, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e corrupção. O repertório de ações coletivas que impulsionam a proposta do deputado Oscar Albrieu mostra que a participação especializada no processo de reforma da justiça é fortemente marcada pela lógica da "militância", pela construção de uma causa e pela adoção de uma "bandeira de luta" sintetizada na busca pela conquista do "sistema acusatório". Adotou-se uma abordagem etnográfica que exigiu acompanhar os atores sociais em diversos espaços sociais durante um longo período, em particular o Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales. O trabalho de campo facilitou a identificação de ações coletivas na promoção da reforma da justiça penal, incluindo alguns eventos públicos. É realizada uma análise das características sociológicas desse processo de reforma para compreender as formas que o ativismo jurídico assume. Finalmente, além do caso, é elaborada uma reflexão sobre a "militância" especializada em causas definidas como humanitárias.

Palavras-chave: Ativismo jurídico, Justiça criminal, Reforma processual penal federal, Causas humanitárias, Argentina.

> Aquí están presentes algunos *militantes* de la causa.
> Natalia Gambaro, Diputada Nacional, Audiencia Pública, Cámara de Diputados de la Nación (2010)

> No hay soluciones mágicas ni importadas, [éstas] deben ser fruto del *consenso* de la academia, las ONG y los operadores judiciales.
> Martín Nessi, Presidente Unidos por la Justicia, Jornadas Reforma Procesal Penal (2011)

> Este Proyecto para la reforma integral del CPPN se presenta con el propósito de iniciar definitivamente un *debate parlamentario* sumamente postergado.
> Fundamentos del "Proyecto Albrieu", consideraciones finales (2010)

INTRODUCCIÓN: SABER EXPERTO, POLÍTICA Y ACTIVISMO

Este artículo[1] busca responder la siguiente pregunta: ¿Cómo se logra motorizar un cambio de legislación en materia de justicia penal? Para ello se presenta la investigación[2] del caso relativo al proceso de transformación del Código Procesal Penal de la Nación (CPPN) de la República Argentina.[3] El foco se centró, específicamente, en un tramo particular del periplo reformador que tuvo lugar a partir del año 2010 con la iniciativa del por aquel entonces diputado del oficialismo Oscar Albrieu,[4] durante la presidencia de Cristina Fernández de Kirchner (2007-

1 La autora le agradece a quienes realizaron las evaluaciones anónimas por la lectura generosa y esmerada, sus oportunos comentarios y valiosas recomendaciones que dieron lugar a desarrollar ideas aquí compartidas y a mejorar aspectos significativos del análisis que se ofrece. El agradecimiento se hace extensivo al Comité Editorial y equipo de la Revista Antropolítica por su dedicada y cuidada labor.

2 Este artículo se enmarca en la investigación realizada entre los años 2009 y 2014 por la autora en el marco de su tesis doctoral, titulada: *Una promesa de democratización. Activismo, política y expertise jurídica en el proceso de reforma de la justicia penal en la Argentina*, dirigida por la Dra. Virginia Vecchioli, defendida el 9 de octubre de 2017 en el Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Mención especial en el Premio Nacional de Tesis UBA y EUDEBA, Buenos Aires, 2019.

3 En la Argentina se han sancionado tres códigos en este ámbito del derecho: 1) el Código de Procedimientos en lo Criminal para la Justicia Federal elaborado por Manuel Obarrio (Ley 2372 del año 1888), 2) el Código Procesal Penal de la Nación producido por Ricardo Levene (h.) (Ley 23984 del año 1991), y 3) el Código Procesal Penal de la Nación (Ley 27063 del año 2014, suspendido en su vigencia por el Decreto 257 del año 2015), el cual finalmente resultó aprobado por el Decreto 118 del año 2019 previas modificaciones con la nueva denominación: Código Procesal Penal Federal (T. O. 2019). La Ley 27063 se complementa con otras dos normas aprobadas en el año 2015, por un lado, la Ley 27150 de implementación progresiva del Código Procesal Penal de la Nación y, por otro lado, la Ley 27146, de Organización y Competencia de la Justicia Federal y Nacional Penal; y por último con las incorporaciones dispuestas por la ley Nº 27.272 del año 2016 y las modificaciones introducidas por la ley Nº 27.482 del año 2019.

4 Albrieu es hijo del abogado, diputado nacional y Ministro del Interior durante la segunda presidencia de Juan Domingo Perón, Oscar Albrieu quien resultó detenido y confinado a la prisión de Río Gallegos y de Ushuaia

2011). Vale la pena recordar que los proyectos de ley para reformar este compendio normativo han alcanzado gran intensidad desde la democratización de la Argentina en 1983,[5] por medio de múltiples intentos de reforma que desde ya dieron lugar a tan diversas como encendidas disputas.

Este extenso, sinuoso y controvertido proceso reformador continúa vigente hasta la actualidad frente a la, finalmente lograda, implementación paulatina del nuevo código sancionado en el año 2014; si bien su puesta en marcha resultó suspendida temporalmente en medio de avatares políticos hasta su aprobación en el año 2019. El CPPN, devenido en el fragor de la reforma en el Código Procesal Penal Federal Texto Ordenado 2019 (CPPF), resulta de especial significación dado que se aboca a regir las reglas del juzgamiento penal de delitos federales, como los crímenes de lesa humanidad, la falsificación de moneda, la trata de personas, el narcotráfico y la corrupción.

Con el propósito de mostrar el enfoque investigativo utilizado es relevante aclarar que el CPPN/CPPF aquí es entendido como un artefacto cultural sobre el cual se van a generar disputas y controversias entre los agentes, quienes desde su *multiposicionalidad*[6] (Boltanski, 1973) promueven la causa de la reforma de la justicia. Dada la perspectiva adoptada es preciso resaltar que por *causa* (Israël, 2001; Gaïti; Israël, 2003) se comprende a un conjunto de intereses que los agentes buscan hacer valer en la esfera pública que refieren a un sentido político que se construye históricamente y que, por ese motivo, precisa ser explicado.

En esta dinámica transformadora de la justicia penal puede identificarse un esquema común y recurrente que constituye la *razón reformadora* (Vauchez; Willemez, 2007) de los abogados comprometidos con la reconfiguración del proceso de juzgamiento penal federal. Este esquema que procura instalar nuevos códigos incluye diagnósticos de crisis del sistema procesal penal y soluciones por medio de reformas (Levene, 1989; Binder, 1993; Maier, 1987, 1993, 1996). En otras palabras, se critica al "sistema inquisitivo" y se promueve el "sistema acusatorio".[7] La generación de respuestas de los expertos del derecho requiere la escritura de

durante la denominada "Revolución Libertadora" (1955), promovida por el Golpe de Estado que derrocó a Perón. Su hijo homónimo es abogado, se desempeñó como juez y diputado nacional por el Frente para la Victoria (FpV) desde donde llegó a presidir la Comisión de Legislación Penal. Asimismo, se desempeñó como Ministro de Seguridad de la Provincia de Río Negro.

5 Se aclara que los autores de estas normas han sido en todos estos casos varones y, por ello, en este texto se refiere a los "reformadores", ya que es preciso marcar esta distinción.

6 Como convención a lo largo de este artículo las palabras entre comillas refieren a expresiones de los propios agentes en el campo, es decir, representa la voz nativa que nomina sus propias categorías. Estos términos se diferencian de las categorías teóricas que se escriben en su primera mención en cursivas, al igual que las palabras en otros idiomas.

7 En cuanto a la controversia de las categorías inquisitivo-acusatorio se sugiere para su profundización tener en cuenta los trabajos de Máximo Langer (2007, 2015) en los cuales el autor se adentra en los sentidos, las

articulados de nuevos códigos, la negociación con parlamentarios y pares, la visibilidad de la crítica, y la generación de consensos sobre la oportunidad y la relevancia de la reforma. Es así como se expresa la *fuerza del derecho* en los términos que elabora Pierre Bourdieu (2000 [1986]).

Los acápites que dan inicio a este texto sugieren la importancia que para los expertos del derecho que trabajan por un nuevo CPPN, autodefinidos como "reformadores", detenta activar la reforma tanto al interior del mundo de los expertos del derecho como en el mundo de los profesionales de la política.[8] La referencia a la categoría "consenso" denota la existencia de posiciones enfrentadas y el despliegue de recursos a partir de los cuales se dará la "batalla" por la reforma del código vigente. En este sentido, los saberes técnicos requieren de saberes propios de la política con el propósito de lograr el cambio legislativo. Esto se explica porque los méritos, en términos jurídicos, de una propuesta de articulado para una ley no alcanzan por sí mismos y se vuelve necesario acumular fuerza social para sancionar un proyecto de nuevo código.

Los protagonistas de la reforma plantean la necesidad de llevar adelante un trabajo político que permita ganar apoyos sustantivos que tornen la iniciativa viable. Por ello, invierten grandes esfuerzos al gestar iniciativas públicas orientadas a este propósito. Los diagnósticos previos realizados por los "reformadores" sobre la crisis del sistema procesal penal son los que, además de posibilitar el planteo de propuestas de salvataje, representan la oportunidad para diseñar y desplegar un vasto repertorio de acción colectiva destinado a la promoción de su causa, tanto al interior del campo del derecho como para un universo más amplio de agentes.

En este marco, el objetivo de este texto consiste en mostrar la puesta en marcha del conjunto de acciones por la reforma de la justicia penal para reflexionar sobre las vinculaciones entre derecho, *expertise* y compromiso militante. De acuerdo con Michel Offerlé (1998), la *expertise* constituye uno de los registros de la acción colectiva. La empresa reformadora se revela en los términos de una trama compuesta por grupos activos orientados a la reforma, a la formación de magistrados y funcionarios judiciales, e incluso a la difusión de una vulgata judicial reformadora. El desafío es tornar evidente cómo los "reformadores" articulan saber

conceptualizaciones, los usos y las implicancias que han tenido esas categorías en la constitución de la disciplina del derecho procesal penal en el campo transnacional y en las políticas públicas.

8 La distinción mundo del derecho – mundo de la política precisa ser matizada a la luz de la importancia de los profesionales del derecho en la conformación del parlamento nacional que posibilita su rol político. Si bien la proporción de profesionales del derecho se ha transformado radicalmente desde inicios del siglo XX hasta tiempos presentes, ya que los abogados y las abogadas pasaron a representar el 32,22% de los integrantes del parlamento (siendo el 42% de los senadores) (Bongiovani, 2016). Merece ser considerado que a pesar de la heterogeneidad actual de la composición parlamentaria dada la baja de la incidencia de los profesionales del derecho, aún continúan constituyendo una mayoría, puesto que según los datos disponibles el siguiente grupo profesional es el correspondiente a los docentes que alcanza apenas al 6,99% de la totalidad de los legisladores (Bongiovani, 2016).

experto, política y activismo para promover su proyecto de reforma del código procesal penal federal.

A partir del referido foco de interés, en este artículo se presenta parte del catálogo de acción colectiva utilizado por los "reformadores" para en un momento particular promover su causa reformadora, movilizar apoyos tanto expertos como políticos y posicionarse como los agentes legítimos en la disputa por el cambio legislativo. Para la conquista de esta tarea el recurso principal es la palabra, mientras que el motor y el enlace de las diversas acciones se encuentra en el compromiso militante.

Los expertos del derecho movilizan sus acciones en favor de la reforma de la justicia en base y legitimados por su capital tanto académico como político y social (Bourdieu, 1998 [1977], 1996, 2000 [1986]; Dezalay; Garth, 2003; Madsen, 2006). Por estas peculiares características de los hacedores de la reforma procesal penal, según la expresión acuñada por Johanna Siméant, nos encontramos frente a un fenómeno doble que combina un "uso militante de un discurso experto" (2002, p. 21) con una apropiación de recursos propios del ámbito de la política en la promoción de reformas en el ámbito del derecho. También se comparte con la autora que se trata de luchas simbólicas por medio de la palabra que habilitan todo tipo de herramientas (Siméant, 2002).

A partir de la propuesta expuesta, en este texto en primer lugar se da cuenta del trabajo de campo realizado en pos de la investigación. En segundo lugar, se muestra el elenco de las acciones colectivas impulsadas por expertos del derecho en la promoción de la reforma de la justicia penal en el contexto del proyecto de reforma del diputado Albrieu, para lo cual se describen algunos eventos considerados significativos por los propios "reformadores". Se profundiza la identificación y el análisis de las características comunes encontradas en forma transversal en las diversas iniciativas. Todo esto con la meta de lograr una aproximación sociológica a la comprensión de las formas que adopta el activismo jurídico y su autoproclamada "militancia" por la reforma. En tercer y último lugar, por medio de una perspectiva que repone las vinculaciones intrínsecas entre política y derecho (Vecchioli, 2011), se elaboran las reflexiones finales que se orientan a dotar tanto de significados como de sentidos sociales al activismo y la "militancia" experta en torno a causas definidas como humanitarias (Fassin, 2010).

OBSERVAR ACCIONES COLECTIVAS EN LA ESCENA PÚBLICA

Esta investigación se propuso observar en forma directa el ambicioso esquema de

acciones colectivas que se pusieron en juego para la difusión y la promoción del "Proyecto Albrieu" (2010) de reforma del CPPN en la escena pública, aunque no logró convertirse en ley. La decisión de observación estuvo dada ya que constituyó la iniciativa que se encontraba en discusión durante el período del trabajo de campo. También porque se confía que más allá del caso este momento específico del largo proceso reformador muestra cómo se puede gestar la transformación de la norma penal. Por esta razón, detener la mirada en esta iniciativa, incluso trunca, permite inferir esquemas de activismo reformador y formas de teorizar la movilización legal, porque como Claudia Fonseca sostiene contra el sentido común: "cada caso NO es un caso"[9] (1999, p. 58).

Las acciones colectivas puestas en juego en la promoción del "Proyecto Albrieu" configuraron peculiares *eventos* (Comerford, 1999) que también funcionaron como una forma de ingreso al campo, de generar contactos y construcción de una posición como investigadora frente a los *nativos*[10] cuando en aquel momento provenía de un universo por fuera del derecho (Mira, 2019). El evento en tanto construcción requiere organización y una planificación sistematizada de acuerdo con objetivos y criterios institucionales, que definen, entre otras cuestiones, dónde se hace el evento, quiénes hablan y quiénes resultan invitados como público. Todos estos elementos resultan observables en el repertorio de actividades colectivas diseñadas y puestas en práctica por los "reformadores" y brindan información significativa acerca de la pregunta y el objeto de la investigación.

El relevamiento incluyó las siguientes técnicas cualitativas: observación participante, entrevistas y trabajo de archivo. El trabajo de campo *etnográfico* (Guber, 1991, 2001; Fonseca, 1999; Barrera, 2012; Peirano, 2021) realizado facilitó acompañar la puesta en juego de este variado repertorio de acciones promotoras de la reforma procesal penal federal que los "reformadores" desarrollan en diversos escenarios, entre los que se destacan: el Congreso de la Nación, la academia, las asociaciones profesionales, los espacios asociativos de la sociedad civil, los medios de comunicación y las redes sociales. La investigación requirió *seguir a los actores* y el *estar allí,* en tanto premisas fundamentales de la etnografía (Guber, 2001; Mira, 2019). En estas oportunidades, se recuperaron ante todo diálogos e intercambios entre quienes promueven la reforma de la justicia penal, donde las palabras son la materia prima. Esto es relevante ya que al tener presente las enseñanzas de Fonseca sabemos que es en "esta área de comunicación donde actúa el método etnográfico" (1999, p. 58).[11] Además, la autora

9 En el original: "cada caso NÃO é um caso".

10 En los términos de la investigación y de la nota al pie 5 los agentes son considerados nativos de acuerdo con las premisas de la antropología clásica.

11 En el original: "nessa área de comunicação que o método etnográfico".

sugiere que así nos podemos ubicar en "la línea de una antropología semiótica" cuando en el trabajo de campo "queremos ante todo entender lo que 'se está diciendo' por parte de nuestros interlocutores" (Fonseca, 1999, p. 58).[12]

Al retomar la propuesta de la *antropología semiótica*, el esfuerzo en estas páginas se centra en comprender realmente qué dicen quienes aseguran luchar por la reforma de la justicia penal en la Argentina de la postransición. Sin embargo, esta búsqueda se anuda al desafío de recuperar el *diálogo vivido* que para Mariza Peirano (2021, p. 39) "es revelado a través de la escritura". Cuando además "es necesario ir más allá del sentido común occidental que cree que el lenguaje es básicamente referencial. Que apenas 'dice' y 'describe', con base en la relación entre una palabra y una cosa" (Peirano, 2021, p. 39). Para la autora en definitiva: "las palabras hacen cosas, traen consecuencias, realizan tareas, comunican y producen resultados. Y las palabras no son el único medio de comunicación: los silencios comunican." (Peirano, 2021, p. 39). En esta lucha "por la transformación de la justicia penal" , las palabras hacen el compromiso militante (Peirano, 2021, p. 39).

LA PROMOCIÓN DE LA CAUSA REFORMADORA

La iniciativa legislativa de reforma procesal penal federal conocida como "Proyecto Albrieu" presentada en el Congreso de la Nación en el año 2010[13] permitió tanto observar en escena el activismo jurídico como poner en relevancia el agrupamiento de una serie de agentes individuales y colectivos que fueron gestando alianzas gracias a esta meta compartida. Así, se visualizó al Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP)[14] como

12 En el original: "na linha de uma antropologia semiótica" y "queremos antes de tudo entender o que 'está sendo dito' por nossos interlocutores".

13 Es preciso mencionar que estos proyectos de reforma no constituyen compartimentos estancos y que, a su vez, existieron otras múltiples iniciativas parlamentarias de reformas que en general no han sido mencionadas y/o destacadas por los agentes. El proyecto del diputado Albrieu (2010) de acuerdo con sus promotores se trata de un "mix" dado que recupera iniciativas de reforma anteriores. Miembros del INECIP asesoraron al diputado Albrieu y así incorporan en esta iniciativa del 2010 su propio proyecto del 2004, así como también plantean que en el 2010 retoman como fuente el proyecto Beraldi (2007), aunque el propio Carlos Beraldi relativiza esta mistura y considera que se trata del mismo proyecto INECIP del año 2004 (entrevista, 2012). En comunicaciones con la autora una joven investigadora del INECIP llegó a plantear que retomar los desarrollos de reforma de la "Comisión Beraldi" se erigió como una táctica para generar consenso sobre la nueva iniciativa de reforma con el grupo involucrado en la iniciativa 2007 (Manuela, 2011).

14 La sede central del INECIP se encuentra en Talcahuano 256, 1er piso en la Ciudad de Buenos Aires – Argentina– y su sitio institucional en: www.inecip.org. La tarea del INECIP vinculada a la reforma de la justicia "no sólo ha forjado los cimientos de lo que es hoy la Red Latinoamericana para la Democratización de la Justicia, sino que ha

un actor central a partir del despliegue de su activismo reformador en diversos escenarios, lugares y tiempos. Y, ante todo, se identificó al INECIP como impulsor de este proyecto que, a su vez, remite a intentos previos de reforma gestados desde su propio espacio o zonas de influencia. Por todos estos motivos, se profundiza en estas páginas acerca de este grupo en particular.

Esta centralidad del INECIP no resulta casual, ya que la institución fue fundada en Buenos Aires en el año 1989 por un conjunto de juristas de diversas generaciones, entre quienes se encontraban los reconocidos y encumbrados: David "Tute" Baigún (1926-2015),[15] quien fuera el primer presidente de la institución por más de 25 años, y Julio B. J. Maier (1939-2020)[16] autor del proyecto de reforma del CPPN en 1986 (Maier, 1987; Mira, 2020). El INECIP proclama públicamente que se ha dado "la misión de contribuir a la consolidación y el progresivo fortalecimiento del Estado de Derecho en los países de América Latina y del Caribe" (INECIP, 2009). También plantea la institución que "ha trabajado intensamente en el campo específico de los procesos de transformación de los sistemas judiciales y de los sistemas penales ligados a la transición democrática, promoviendo – desde una perspectiva científica – la defensa de los derechos fundamentales de las personas" (INECIP, 2009).

Con el propósito de dimensionar los cambios declamados con el "Proyecto Albrieu", una

alcanzado reconocimiento a nivel regional e internacional." Disponible en: http://www.inecip.org/institucional/institucional.php. Acceso en: 1 feb. 2009.

15 Abogado y Doctor en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA), fue nombrado como primer presidente del INECIP, cargo que ocupó hasta su fallecimiento el 1 de octubre de 2015, fue también quien donó la sede actual de la institución. En forma previa había sido militante del Partido Comunista y había integrado la Liga por los Derechos del Hombre y la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), participando de las acciones legales en defensa de presos políticos y en la búsqueda de personas víctimas de la última dictadura militar por medio de la presentación de *habeas corpus*. Fue profesor titular consulto de Derecho Penal de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Autor de numerosos libros, artículos, notas, investigaciones, prólogos de libros, traducciones y otras colaboraciones en revistas especializadas de Argentina, España, Alemania, Francia, Italia, Brasil y otros países. Miembro de la Comisión de Reforma Integral del Código Penal, Ministerio de Justicia, 2005. Obtuvo el Premio Konex Platino 2006: Derecho Administrativo, Tributario y Penal, por su trayectoria como jurista. Recuperado de: http://www.fundacionkonex.com.ar/premios/curriculum.asp?ID=2804. Acceso en: 10 oct. 2011

16 Abogado y Doctor en Derecho y Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de Córdoba, tras concluir su primera estadía en Alemania, con una disertación sobre el derecho procesal alemán que se publicó en el libro: *La Ordenanza Procesal Penal Alemana. Su comentario y comparación con los sistemas de enjuiciamiento penal argentinos*. Completó sus estudios en Derecho Penal y Filosofía Jurídica en la Universidad de Munich (Alemania) y como Investigador en las universidades de Bonn, Münster y Munich (Alemania). Profesor titular regular y profesor consulto de Derecho Penal y Procesal Penal de la Facultad de Derecho, y profesor emérito (UBA). Profesor honorario en varias universidades extranjeras. Autor de siete libros, entre los que se destaca Derecho Procesal Penal (3 tomos). Presidente Honorario de la Asociación Argentina de Derecho Procesal. Integró el Tribunal Superior de Justicia de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires por más de veinte años y fue su presidente. Recibió el Premio Konex 2006. Fue jurado de los Premios Konex 2016. Recuperado de: https://www.fundacionkonex.org/b2808-julio-b-j-maier. Acceo en: 12 dic. 2016

joven investigadora del INECIP sintetiza que con este código: "se lo devuelve al juez el rol de juez", al mismo tiempo en que "la investigación queda a cargo del Ministerio Público Fiscal",[17] "se establecen protocolos de actuación" y "se estipulan las reglas de litigación necesaria para una audiencia" (Manuela, 2010).[18] Otro joven investigador de la misma institución afirma en forma tajante que con la reforma "se le quita la investigación al juez" (Pedro, 2010).[19] En este nuevo escenario, el juez intervendría "cuando hay controversia entre las partes" y, fundamentalmente, este proyecto planifica que "todas las instancias orales tengan lugar ante el juez" (Manuela, 2010). En definitiva, plantea que "el expediente tiene que desaparecer", ya que si el tribunal leyó antes de la celebración del juicio oral, "la decisión ya está tomada" (Manuela, 2010). Por ese motivo, prosigue el investigador del INECIP, "hay que incorporar más mecanismos para que el juicio sea oral" porque de ese modo "generas que al tomarse las decisiones en una audiencia las tome el juez y no el empleado" (Pedro, 2010). En síntesis, se marcan los puntos centrales de disputa en quién investiga los hechos y en la oralidad denominada plena.

Las acciones de los "reformadores" mostraron la materialización del *savoir-faire et le savoir-être militants*[20] (Fillieule; Pudal, 2010, p. 176), al exhibir que se trata de un saber complejo que, a su vez, requiere y construye una variedad de capitales y recursos. Las múltiples y diversas iniciativas en pos de la reforma de la justicia en la Argentina incluyen la realización de Audiencias Públicas en el Congreso de la Nación con referentes académicos y del poder judicial provenientes de diversas provincias argentinas; la organización de conferencias, jornadas, seminarios, encuentros y debates temáticos en asociaciones profesionales y universidades; la implementación de cursos de capacitación para estudiantes de derecho y operadores del derecho sobre los "ejes del código", sus "lineamientos", su "marco jurídico-conceptual", la publicación de libros y artículos en revistas especializadas; la utilización de las redes sociales y la conformación de alianzas entre asociaciones afines con esta causa, como fue en este caso la conformación de la Coalición de Organizaciones no Gubernamentales (ONG) por la Reforma Procesal Penal. Todas estas prácticas se encuentran indisociablemente ligadas a la puesta en funcionamiento de una *expertise* por medio de la cual un grupo se orienta a crear el Estado.

17 En términos jurídicos se habla que la fiscalía o o bien el Ministerio Público Fiscal sea la "titular de la acción" en virtud de lo establecido por el artículo 120 de la Constitución Nacional, dado que: El Ministerio Público es un órgano independiente con autonomía funcional y autarquía financiera que tiene por función promover la actuación de la justicia en defensa de la legalidad de los intereses generales de la sociedad en coordinación con las demás autoridades de la República.

18 En comunicación personal con la autora, Manuela – nombre ficticio – integrante del INECIP en carácter de investigadora, diciembre de 2010. En adelante se mencionará el nombre y el año.

19 En comunicación personal con la autora, Pedro – nombre ficticio – integrante del INECIP en carácter de investigador, diciembre de 2010. En adelante se mencionará el nombre y el año.

20 Traducción: saber hacer y saber ser militantes.

Esto es posible ya que se trata de actores que se representan a sí mismos por su capacidad de subvertir el *establishment* estatal para proponer nuevas reglas y valores al interior del aparato estatal.

El despliegue de las acciones colectivas permite advertir la complejidad de la tarea emprendida por los "reformadores" del CPPN y los grandes esfuerzos que realizan por crear alianzas estratégicas con instituciones y expertos locales e internacionales. Este desarrollo estratégico de su tarea se visibiliza en las instancias de encuentro académico, en la diversificación de su discurso y en la multiplicación de su llegada a la mayor cantidad de actores. Con este afán, han apelado inclusive al uso de las redes sociales y a la movilización de los vínculos sociales que disponen. En la implementación de estos diversos repertorios de acción colectiva se evidencia en particular la gran inversión en recursos humanos puestos en disponibilidad por el INECIP en esta empresa reformadora. Esto es posible justificar al tener en consideración la cantidad de actores que se involucran en esta forma de activismo, el tiempo que insume la organización de cada una de estas actividades y la continuidad en el tiempo en su desarrollo.

El diseño de estas acciones colectivas trata estratégicamente de generar incidencia en los "focos de resistencia al cambio" hacia el "sistema acusatorio" y el nuevo código en los términos de la reforma como "batalla". Los "reformadores" son insistentes en señalar como obstáculos de la sanción de un nuevo código más moderno a los "bastiones en contra de la reforma" entre los que mencionan a "la corporación judicial", a "la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA)", e incluso a la propia "cultura inquisitiva" instalada en los individuos, ya sean operadores judiciales o en la misma población. Ellos fundamentan esta acusación con vehemencia en torno a los intereses creados, los privilegios de los jueces, el poder enquistado en estructuras burocráticas y en el pensamiento anquilosado.

El conjunto de las acciones colectivas planificadas y, posteriormente, concretadas dan cuenta del enorme esfuerzo activista de los "reformadores" en pos de producir la reforma del CPPN. Se trata de un trabajo que excede el tecnicismo jurídico implicado en torno a la escritura del nuevo código, tornándose eminentemente político. La dimensión política se evidencia en la búsqueda focalizada en la generación de consenso a favor de la reforma, la construcción de debates en la esfera pública y en la esmerada gestación de apoyos tanto de la comunidad jurídica como parlamentaria.

EL ESFUERZO POLÍTICO POR LA GENERACIÓN DE CONSENSO

El activismo jurídico en torno al "Proyecto Albrieu" supuso, para los integrantes del INECIP, una serie de acciones para su promoción como ley con el objeto de instalar un nuevo CPPN. La instancia inicial consistió en lograr que el diputado Oscar Albrieu decida tomar esta bandera como propia. La segunda instancia se presentó a partir de la efectiva presentación del proyecto de ley en el parlamento, vinculada al proceso de movilización por la reforma con intensidad al interior del propio universo de los expertos en derecho. A continuación, se presentan estas acciones de promoción de la reforma legislativa generadas al mismo tiempo en el espacio público y al interior del propio Congreso de la Nación de la Argentina, entre las primeras se encuentran eventos en formato académico, mientras que entre las segundas las audiencias públicas como herramienta política y performativa.

Las jornadas, las conferencias, los grupos de trabajo, los seminarios y los debates temáticos organizados en asociaciones profesionales y en universidades constituyen espacios clave para movilizar a favor de la reforma del CPPN. Esto resulta posible de lograr, ya que todos estos eventos se desarrollan manteniendo un formato académico de exposición magistral. Se trata de actividades públicas que apelan a un dispositivo neutro propio de la actividad científica para promover un cambio en la estructura del Estado que los involucra de lleno en el ámbito de la política.

El análisis de este tipo de actividades permite afirmar que configuran claramente *eventos rituales* (Vecchioli, 2014) al fortalecer la pertenencia al grupo, marcar las fronteras entre el adentro y el afuera como también visibilizar las alianzas logradas. Las acciones adquieren la función de instituir su propia historia y la razón de su existir, de modo a fortalecerse como grupo y tomar impulso para continuar con la tarea que se habían propuesto en función de la causa común, en este caso centrada en la reforma procesal penal federal. En otras palabras, es factible entender a los eventos como una forma de celebrar al grupo en torno a su propia existencia y permanencia en el tiempo, así como de cimentar sus acciones, poniendo en valor sus influencias y valores compartidos.

El despliegue de los eventos académicos para promocionar al "Proyecto Albrieu" conforma los contornos de un espacio donde observar a la diversidad de agentes, tanto individuales como institucionales, implicados en la reforma de la justicia y visualizar las alianzas eminentemente políticas que articulan para su promoción. La mirada focalizada en este tipo de eventos facilita la confluencia de todos ellos en un territorio de acuerdos en función de su causa compartida, incluso trasciende sus notorias diferencias.

Entre una multiplicidad de actividades organizadas con intensidad luego de presentado el "Proyecto Albrieu" en la Cámara de Diputados, un evento sumamente representativo fueron las Jornadas "Reforma Procesal Penal Federal". Esta iniciativa se desarrolló en abril del año 2011,

en la sede de la Asociación de Magistrados y Funcionarios de la Justicia Nacional (AMFJN)[21] situada emblemáticamente frente al Palacio de Tribunales, sede de la Corte Suprema de Justicia de la Nación entre otros tribunales. Esta actividad fue convocada en forma conjunta por el INECIP, el Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA),[22] la AMFJN y Unidos por la Justicia.[23] Este encuentro de dos días tuvo las siguientes temáticas tratadas: "Ejes de la reforma procesal penal federal", "Oralidad", "El rol del Ministerio Público Fiscal en la reforma procesal", "Experiencias provinciales" y "Víctima, sociedad y reforma".

La actividad fue calificada por una integrante del INECIP y empleada del poder judicial en Comodoro Py como "la gran estocada" y "la final" en la movilización de apoyos con relación a la sanción del "Proyecto Albrieu" (Manuela, 2010). Esta calificación remite a las características de los expositores que concurrieron a las jornadas y a los espacios institucionales que representan, ya que confluyeron integrantes del Poder Judicial, del Ministerio Público Fiscal, del Congreso y de la academia. La organización de las jornadas consistió en una fuerte demostración de la capacidad expuesta por el INECIP en esa ocasión en la articulación de alianzas con diversos promotores de la reforma tanto en el país como en el exterior.

Luis María Cabral, presidente de la AMFJN, mientras se dirigía al público de pie durante el panel de cierre, manifestó clara y explícitamente su apoyo al "Proyecto Albrieu" dada la necesidad de "adecuar los códigos procesales a las normas constitucionales con los extremos de los tratados internacionales". Con relación al último aspecto destacó como elementos centrales del cambio legislativo: el proceso acusatorio, el juez como tercero imparcial exclusivamente en las funciones judiciales y el ministerio público en la instrucción y la persecución penal. Estas palabras públicas de apoyo fueron sumamente esperadas, con ellas se sellaba y volvía concreta la promesa de la AMFJN de sumarse a este "nuevo intento" de la causa reformadora

21 Institución creada en 1928 y cuya constitución legal data de 1965, con funcionamiento en todo el país y sede central en Lavalle 1334, a metros del Palacio de Justicia que aloja a la Corte Suprema de Justicia de la Nación, en la Ciudad de Buenos Aires.

22 Organismo internacional autónomo creado en 1999 por resolución de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), con su sede en Santiago de Chile, y sus miembros son todos los países integrantes activos de la OEA. Entre sus funciones se encuentra: apoyar a los Estados Miembros en sus procesos de reforma a la justicia; facilitar el intercambio de información y el perfeccionamiento de los recursos humanos (CEJA, 2016). Su misión consiste, por un lado, en generar "un nuevo impulso a la modernización de los sistemas de justicia en los países del continente" y, por otro lado, en "Promover por esa vía estándares más altos en el respeto y promoción de los derechos humanos y mayor eficiencia en el desempeño de la labor judicial" (CEJA, 2016). Recuperado de: www.cejamericas.org. Acceso en: 12 dic. 2015.

23 ONG fundada en el año 2003 entre otros por Francisco de Narváez, Germán Garavano y Gustavo Ferrari. En su sitio institucional plantean sus objetivos en los siguientes términos: "Unidos por la Justicia desea constituir un centro de primera línea que brinde a sus socios la posibilidad de trabajar para el mejoramiento del sistema de justicia y ser un referente obligado en materia de reforma legal y judicial, tanto en Argentina como en Latinoamérica. Asimismo debe ser un espacio que permita a los socios llevar sus proyectos a la acción y a la implementación" (Unidos por la Justicia, 2015). Disponible en: http://unidosjusticia.org/institucional/mision/. Acceso en: 10 dic. 2015.

por instaurar el "sistema acusatorio".

Luego de esta breve descripción cobra sentido resaltar el acuerdo celebrado entre el INECIP y la AMFJN por su peso político-institucional en vistas a la conquista de la reforma, tanto por su relevancia como actor institucional con representación directa en los tribunales federales como por su posicionamiento en el campo del derecho. Estos motivos fueron más que suficientes para que desplazara a la Facultad de Derecho de la UBA y a sus estudiantes para la organización de la actividad considerada clave en la disputa por la reforma que tenía lugar en el parlamento. Este acuerdo institucional, necesariamente, incidió en la modificación tanto del lugar de la convocatoria como del elenco de los expositores y de las figuras institucionales que abrirían y cerrarían el encuentro.

En este sentido, también resulta preciso remarcar la alianza entre el INECIP y Unidos por la Justicia, instituciones que, aún posicionadas en forma antitética en el arco político y siendo inclusive competidoras de acuerdo a su objeto institucional, emprendieron el trabajo conjunto en función del apoyo a la reforma del CPPN. Por último, resta mencionar el acuerdo con CEJA, creado en 1999 por la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos (OEA). Estos acuerdos logrados en la diversidad, que trascienden la heterogeneidad entre los agentes, muestran la calidad y la amplitud de las alianzas estimadas necesarias para emprender una reforma de la justicia y el trabajo político que esta requiere trascendiendo aún los propios idealismos.

Queda demostrado que se articulan acciones colectivas en múltiples espacios con la meta de promover el éxito legislativo, lo cual remite a su función pragmática y política. Con esta estrategia se configura la oportunidad de concretar el activismo por esta causa, en la que se "pone el cuerpo" en forma pública para lograr adhesiones y consensos. Para lograr estos eventos públicos que se materializan como un espacio de negociación y, a la vez, lo retroalimentan, se presta tanto el propio capital social como el tiempo personal para contribuir a la difusión de la propuesta de superación de la crisis de la justicia por los mismos "reformadores" diagnosticada.

En otra categoría de acciones, la audiencia pública constituye un mecanismo que permite abrir las puertas del Estado para que se haga público el tratamiento de un tema en particular, cuando cuenta con significativa relevancia social. Se trata de una herramienta de participación que pretende hacer de la ciudadanía un agente activo en la vida pública, al tener la posibilidad de investigar, juzgar, incidir y recusar – entre otros – los proyectos de quienes legislan. Esto, en definitiva, amplía la participación ciudadana más allá de su poder como detentora del derecho al voto. Así, estas formas ampliadas de participación ciudadana buscan democratizar el poder y constituirse como una garantía objetiva del funcionamiento del Estado.

Las comisiones parlamentarias se encuentran facultadas para convocar a una audiencia pública "con la finalidad de conocer la opinión de la ciudadanía en general, personas jurídicas

y de carácter público o privado y organizaciones de la comunidad, sobre materias de su competencia", según consta en el reglamento interno de la Honorable Cámara de Diputados de la Nación (RIHCDN) (artículo 114bis, RIHCDN, 2011).[24] A los fines prácticos en la misma disposición se resalta que estas opiniones no adquieren un carácter vinculante, lo cual equivale a que bajo el aspecto formal tengan una función meramente informativa. Las audiencias públicas constituyen una facultad de las comisiones siempre que cuenten "con la adhesión de la mayoría de sus miembros"; se prevé que se desarrollen de acuerdo con "los principios de simplicidad, oralidad, informalismo, participación y economía procesal" (artículo 114bis, RIHCDN, 2011).

El INECIP ha participado frecuentemente en numerosas audiencias públicas referidas a temas tan variados como el derecho ambiental, la pobreza, la Corte Suprema de Justicia, entre otros vinculados a su agenda de trabajo. En el marco del tratamiento legislativo del proyecto de reforma del código procesal penal federal, la Comisión de Legislación Penal de la Honorable Cámara de Diputados – uno de los agrupamientos temáticos de diputados para el tratamiento legislativo – convocó a dos Audiencias Públicas en el Congreso de la Nación durante el año 2010, la primera el 5 de octubre y la segunda el 2 de noviembre. En las mismas expusieron expertos del derecho, jueces y fiscales de reconocida trayectoria, algunos de ellos al mismo tiempo académicos y profesores. Si bien estas instancias crean un espacio de participación abierto a toda la ciudadanía, que puede participar en condiciones de paridad, como se advierte en el texto de las invitaciones, en estas audiencias los oradores-expositores ya estaban definidos de antemano; y tanto los expositores como el público pertenecían al mundo de los profesionales del derecho.

Para concluir este abordaje, se puede sintetizar que las audiencias públicas "no son actos discretos, sino eventos que están coreografiados, calculados para lograr un efecto, e involucran repertorios discursivos articulados hacia los intereses del público al que están dirigidos" (Greenhouse, 2010 *apud* Barrera, 2012, p. 140). Se comparte con Leticia Barrera (2012, p. 140-141) que el carácter performativo de este tipo de rituales "se proyecta en una dimensión política" y convierte a las audiencias públicas en más que herramientas procesales al permitir ser interpretadas como *instrumentos políticos*.

LA "MILITANCIA" EXPERTA POR LA REFORMA PENAL

24 RHCDN. Disponible en: http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dip/congreso/regladip.pdf. Acceso en: 6 mar. 2011.

Con el propósito de avanzar en torno a un análisis sociológico de las acciones colectivas, en tanto movilización de *expertise* e instancias de activismo, surge el interés en presentar algunos elementos y ejes relevantes que configuran el activismo jurídico y que, por ende, resultan constructivas para analizar el tipo de acción colectiva emprendida por los profesionales comprometidos con la reforma: 1) la temporalidad, 2) la territorialidad, 3) la forma de comunicación, 4) los agentes, y 5) la función social. Esta focalización permite complejizar el abordaje del fenómeno de la "militancia" experta por la causa de la reforma de la justicia, así como generar herramientas de comprensión del quehacer de los expertos del derecho en la promoción de la reforma del proceso penal en la Argentina.

La "lucha" reformadora es señalada como un esfuerzo llevado adelante en la larga duración. En el grupo configurado en torno al jurista Julio B. J. Maier, autor del proyecto de reforma de 1986 (Maier, 1987), se reivindican más de 30 años de batallas por la transformación acusatoria del código procesal penal federal, al menos desde el retorno de la democracia en 1983. De allí la referencia a las diversas generaciones de "reformadores" que ha albergado el país y en la trascendencia de la misión que ha permitido tanto su crecimiento como su continuidad en el tiempo. Esta temporalidad resulta reveladora para apreciar la naturaleza social del tiempo, en que los ritmos del accionar de los "reformadores" quedaron pautados por el trámite parlamentario, lo cual genera una temporalidad *sui generis*.

Este movimiento reformador se caracteriza por su extensión geográfica tanto en la Argentina como en otros países latinoamericanos y, como se señaló previamente, por su persistencia en el tiempo. Las trayectorias de los denominados "padres de la reforma" y destacados escritores de proyectos de códigos procesales penales, entre quienes se destacan Ricardo Levene (h.), Julio B. J. Maier y Alberto Binder, dan cuenta de su intervención en procesos de reforma de la justicia en diferentes provincias de la Argentina y también en el exterior, a lo largo de toda su carrera profesional. Estas características transforman a esta "lucha" en una bandera sin tiempo ni territorio, es decir, en una reivindicación sin fecha de caducidad ni fronteras. Es así como tiempo y espacio quedan mutuamente imbricados y también en esta causa se confirma, tal como lo anunciara Émile Durkheim (1982 [1912]), su emergencia como categorías sociales. Una vez más resulta significativo subrayar que estas son pautas características que configuran la universalidad de la batalla emprendida por los "reformadores" argentinos, lo cual sin dudas la pone en valor.

En todos los casos, la materia prima de las acciones colectivas consistió en la palabra: oral y escrita. Esta herramienta construye las formas que adoptan las intervenciones de "los "reformadores" que se han presentado previamente, desde las audiencias públicas y las exposiciones magistrales a los textos que generan, ya sean académicos o de divulgación en las redes sociales y/o medios de comunicación. Los profesionales del derecho recurren al uso de

un discurso experto en que se hace gala de la *expertise*, dado que es recurrente la mención a términos de la jerga de tribunales, a números de artículos del código procesal penal, a referencias históricas y/o a palabras en latín.

En estas actividades colectivas por la reforma resulta clave identificar que la palabra recrea el discurso experto que convive con el discurso activista, el cual se propone conmover al público sobre la necesidad de la reforma, la relevancia del compromiso y el debate para lograrla y a su potencial democratizador. En este punto el lenguaje deja de ser técnico y resulta eminentemente político. En esta dimensión apelan a categorías de acusación al vincular al sistema actual con la corrupción, la falta de justicia, la inequidad, la irracionalidad y la imposibilidad de brindar soluciones a la sociedad. El discurso militante, el cual convierte al foro académico en una tribuna, da lugar a arengas políticas con el propósito de movilizar al público presente tanto en la toma de posición en función de la causa como en la participación en el "movimiento de reforma" y en el "cambio". El llamamiento es a participar y "poner el cuerpo" en las actividades programadas como, por ejemplo, la convocatoria de Gonzalo Rúa a la concurrencia de sus colegas a las audiencias públicas (Jornadas Asociación de Abogados de Buenos Aires, 2011).

Los promotores y los convocantes de las acciones suelen ser colectivos vinculados al campo del derecho y de la justicia. En forma entramada encontramos a las ONG, las universidades, las organizaciones de profesionales del derecho e incluso al sector privado (profesionales que ejercen de manera independiente la profesión en estudios jurídicos). Este fenómeno se explica en parte por la multiposicionalidad de los "reformadores", quienes participan en varios de estos espacios al mismo tiempo. En los eventos se evidencian los vasos comunicantes entre el sector público, entendido como el Estado, y el *sector público no estatal*, tal como lo definen Carlos Bresser-Pereira y Nuria Cunill Grau (1998).

Una comprensión amplia de este fenómeno precisa considerar "los pasajes y la circulación de individuos, ideas, modelos institucionales y formas de intervención" (Neiburg; Plotkin, 2004, p. 17). Las conexiones también se encuentran entre sujetos nacionales e internacionales entre los cuales en este proceso se ha destacado el CEJA. Esta institución transnacional ha sido convocante en las Jornadas realizadas en la AMFJN y ha celebrado un convenio de cooperación para la puesta en marcha del "Programa Argentino de Capacitación" en el que también ha tomado parte en su dictado en la persona de su director, quien ha integrado el plantel docente gracias a lo cual se ha incorporado y brindado sobre la reforma una "visión CEJA" (Manuela, 2010).

En la realización de este nutrido conjunto de acciones se identifica en el campo reformador la forma en la cual los expertos aparecen clasificados en categorías como los "popes", los grandes "maestros" y los "profesores", quienes actúan como portavoces legítimos de la reforma. Por

otro lado, están los perfiles más "técnicos" y las generaciones de jóvenes profesionales que se autodenominan "segundas líneas" o "plana menor". En este caso, gran parte de los "maestros" también son, a la vez, los líderes de la "militancia" por la reforma.

Resulta modélico visualizar el rol estratégico que juega Alberto Binder, por aquel entonces vicepresidente del INECIP y uno de los "popes" de la reforma, ya que en forma simultánea se desempeñaba en diferentes terrenos jurídicos como asesor del diputado Albrieu, desde donde se introduce la nueva iniciativa de reforma procesal penal del año 2010; como profesor universitario y formador en capacitaciones en materia procesal penal; y como autor de textos de la temática (desde ya existen otros agentes quienes expresan ese mismo modelo de actuación en la esfera pública). Binder al mismo tiempo se posiciona tanto dentro como fuera del aparato estatal ya sea en la Argentina o en el exterior. Sin lugar a duda, todos estos espacios en simultáneo son los que le permiten conformar la estructura de oportunidad para adoptar variadas estrategias con el fin de promocionar el proyecto de reforma y generar consenso social y político. Todo lo cual, a su vez, lo erige como el gran reformador de la reforma procesal penal federal en la Argentina e incluso en otros países de la región. Esta multiposicionalidad e hibridación de discursos conllevan que se conjuguen en la figura de Binder, como propuso Max Weber (1995 [1919]), tanto el político como el científico.

En último lugar, se encuentra la dimensión de la función social de las actividades de acuerdo con la trascendencia que el grupo reformador le asignaba a los eventos, en términos políticos con relación a las necesidades de la causa y a la construcción de su valor social (Agrikoliansky, 2010). En la gran apuesta a la movilización política que significaba la puesta en escena de las acciones colectivas, sobre todo los eventos, radica la relevancia que le atribuían los organizadores. Con todo este recorrido se encuadran las características sociológicas del activismo jurídico promovido en el repertorio de actividades y eventos que fue tanto presentado como analizado a lo largo del texto.

En este marco, la "militancia" constituye la fuerza que moviliza el activismo jurídico y que permite inteligir el sinnúmero de acciones colectivas, algunas de las cuales han sido desplegadas en las páginas previas. La mayor parte de los integrantes del INECIP que han contribuido a la puesta en marcha del repertorio de acciones lo han realizado en términos de "militancia" por la reforma. Vale aclarar que ser militante constituye un trabajo voluntario que insume gran parte de su tiempo vital "por compromiso, por la causa, de onda", tal como sintetizó una joven integrante del INECIP (Manuela, 2010). La "militancia" como recurso esencial para motorizar la reforma, al menos desde la concepción del INECIP, se moviliza por una interiorización de una *visión del mundo* y del lugar del grupo en el mundo (Lambelet; Voegtli, 2009 *apud* Fillieule; Pudal, 2010, p. 179).

Como elaboración de este punto, desde una aproximación desacralizada de la "militancia"

se puede interrogar acerca de las motivaciones y las retribuciones que logran los activistas de una causa. Las compensaciones en torno a la "militancia" pueden ser morales, simbólicas, culturales terapéuticas, vinculadas a la promoción de capital social, e incluso financieras (Agrikoliansky, 2001; Fillieule; Pudal, 2010). La vinculación activista con una ONG involucrada en la reforma de la justicia a partir de la red de contactos que se facilita en su interior puede convertirse en la forma de ganar una posición en el mundo del derecho, así como la forma de acceso a cargos en la justicia o en la academia. En el caso del INECIP, se ha visto cómo sus integrantes conforman los planteles docentes en los cursos de capacitación e incluso la circulación de jóvenes entre la institución y tribunales integrados por sus representantes mayores y de más alto prestigio. También una ONG se convierte en el instrumento institucional necesario para solicitar y gestionar financiamiento internacional para proyectos.

A la causa los "militantes" le asignan tal envergadura por la que valen sacrificios y entregas, que conforman el perfil del *bon militant* – buen militante – (Fillieule; Pudal, 2010). Algunas mujeres jóvenes han comentado que se les había llegado a plantear que "no se embaracen, esto es, la Reforma Procesal Penal". Esto marcaba la disponibilidad total que requería la relevancia de la causa en la cual "militaban" llegando a trascender en prioridad a los proyectos de vida personales e inclusive podrían llegar a poner a disposición de la causa su propio capital social en la persecución de la *causa* reformadora. Se trata, sin dudas, de un verdadero compromiso moral (Agrikoliansky, 2001) que cohesiona a sus activistas para ser parte de estas acciones a cambio de ser reconocidos al interior de la causa y de integrar los linajes de "reformadores".

Todo lo cual sucede en el marco del fenómeno que Olivier Fillieule y Bernard Pudal llamaron una *socialización militante* (2010, p. 176), en que el trabajo de socialización secundaria de los miembros del grupo se vuelve clave a la hora de homogeneizar las categorías de pensamiento del colectivo y habilitar la facultad de poder actuar en nombre de su organización. En otras palabras, según estos autores, les permite a los militantes obtener, por un lado, el ya mencionado *saber hacer y saber ser* – en tanto recursos – y, por otro lado, *una visión de mundo* – en referencia a una ideología – todo lo cual construye sus identidades sociales y colectivas (Fillieule; Pudal, 2010).

CONCLUSIONES: HIBRIDACIÓN DE ESTRATEGIAS PARA LA TRANSFORMACIÓN DE LA JUSTICIA

En la "lucha" por la reforma de la justicia penal, el saber profesional se envuelve de

elementos de la práctica política y la gestión del Estado entre los que se encuentran el saber: conseguir el apoyo legislativo para que ingrese la propuesta al parlamento, hablar en público, movilizar personas, convencer a otros de la propia propuesta, negociar entre fuerzas políticas, generar una opinión pública y llegar a consensos en el parlamento. Los principales objetivos del plan de promoción de la causa consisten en transmitir el saber reformador, en conquistar adeptos para la causa y en generar lo que han denominado un "movimiento por la reforma". El término que los propios "reformadores" esgrimen de movimiento no resulta azaroso, sino que significa justamente la movilización de personas por la causa en torno a la reforma de la justicia y la conquista de una masa crítica que le otorgue legitimidad social y fuerza política. Esta forma de construcción de la reforma requiere, asimismo, la capacidad de universalizar los problemas políticos y de hacerlos ver como problemas comunes a toda la ciudadanía.

Entre los usos activistas del derecho se destaca el empleo de la autoridad social e intelectual de la ciencia en la promoción de un cambio político. Esta lógica facilita visualizar cómo el repertorio de las acciones promovidas por los "reformadores" se nutre de saberes heterogéneos y se manifiesta en variados formatos. Esto presupone una combinación de acciones fundadas tanto en capitales expertos – centralmente la *expertise* jurídica – como en capitales políticos construidos con base en la formulación de promesas de mejoras judiciales, en la articulación de alianzas con distintos sectores del campo profesional y político, en la formación de recursos humanos del poder judicial y en la divulgación de ideas entre quienes estudian derecho, entre otras.

El recorrido por el repertorio de acciones colectivas por la reforma del CPPN, como quedó ejemplificado con el momento específico del "Proyecto Albrieu", resulta de utilidad para mostrar que la participación experta en el proceso de reforma de la justicia se tiñe fuertemente con la lógica de la "militancia", con la construcción de una causa y con la adopción de una "bandera de lucha" sintetizada en la búsqueda de la conquista del "sistema acusatorio". En este sentido, se evidencia una hibridación de las estrategias impulsadas por los profesionales del derecho involucrados en esta causa, ya que en especial los actores clave cuentan con una pertenencia multiposicional en diversos ámbitos: político, académico, judicial, y/o los espacios asociativos en la sociedad civil. No resulta casual que se haya evidenciado que incluso la "militancia" radica en generar vasos comunicantes entre los mundos de la actuación profesional, en especial entre el sector público y el sector público no estatal.

De allí que el compromiso militante atraviese estos diversos campos y que, por este motivo, se convoque a quienes luchan en esta causa a llevar el mensaje reformador a los distintos espacios donde transcurren su vida profesional: las facultades de derecho, las asociaciones profesionales, las instituciones judiciales, las organizaciones de la sociedad civil y los estudios jurídicos. Esta multiplicidad de lugares donde se plantea que hay que dar batalla

expande plásticamente la responsabilidad de decir, de convocar y, en definitiva, de hacer de quienes militan el cambio normativo. Todo queda justificado porque esta forma de ejercicio del compromiso militante tiene por objetivo multiplicar adeptos y apoyos a la reforma procesal penal federal para lograr su éxito parlamentario, con lo cual todos los esfuerzos personales se consideran válidos y necesarios.

En esta disputa por la transformación del enjuiciamiento penal estatal, se verifica que la acción colectiva significa la persecución de la política por otros medios. En esta causa se observa en relación a la generación de visibilidad de la propuesta de reforma, al impulso de la agenda parlamentaria para el tratamiento del proyecto y a la obtención de apoyos para lograr fuerza política. La conquista del consenso se circunscribe con intensidad entre los iguales, lo que equivale a otros profesionales del derecho: académicos, doctrinarios, diputados y expertos.

Esta lucha política también radica en la conquista del posicionamiento de los "reformadores" en el campo del derecho, como expertos en la materia y como quienes serán los aliados naturales en el momento de la implementación del cambio del sistema de procedimiento de juzgamiento penal para los delitos federales. La batalla reformadora logra trazar un *continuum* temporal y trascender las fronteras nacionales al universalizar el sentido del reclamo del cambio de la justicia penal en términos humanitarios. En la "lucha" activista por la transformación de la justicia penal, sus promotores toman fuerza al movilizar tanto al campo jurídico como al campo social en favor de la causa a la que le atribuyen una función democratizadora y que, por ello, abrazan de por vida.

REFERENCIAS

1. AGRIKOLIANSKY, Éric. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits de l'homme dans les années 1980. **Revue française de science politique**, [*s. l.*], n. 51, p. 27-46, 2001.

2. AGRIKOLIANSKY, Éric. Les usages protestataires du droit. *En*: FILLIEULE, Olivier, AGRIKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle (comp.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: Le Découverte, 2010. p. 225-243.

3. BARRERA, Leticia. **La Corte Suprema en escena.** Una etnografía del mundo judicial. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

4. BINDER, Alberto. Crisis y transformación de la justicia penal en Latinoamérica. *En*: DIAZ, Claudio; BRITO, Haroldo; NOVOS, Eduardo; LIBEDINSKY, Marcos (coment.). **Reformas procesales en América Latina**: a oralidad de los procesos. Santiago de Chile: La Corporación de Promoción Universitaria, 1993. p. 67-96.

5. BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel. Multipositionnalité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue française de sociologie***,* [*s. l.*], v. XIV, p. 3-26, 1973.

6. BONGIOVANI, Alejandro (dir.). **¿Cómo es nuestro Congreso?** Perfil humano del Congreso de la Nación Argentina Informe 2015-2017. Argentina: Red Federal de Políticas Públicas y Fundación Libertad, 2016. Disponible en: https://www.libertad.org.ar/web/contenidos-articulos.php?id=323. Acceso en: 1 mar. 2025.

7. BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

8. BOURDIEU, Pierre. La fuerza del derecho: elementos para una sociología del campo jurídico. *En*: BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000. [1986]. p. 165-223.

9. BOURDIEU, Pierre. Sobre el Poder Simbólico. *En*: BOURDIEU, Pierre. **Intelectuales, política y poder**. Traducción de Alicia Gutiérrez. Buenos Aires: Eudeba, 2000. [1977]. p. 65-73.

10. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. Entre el estado y el mercado: lo público no estatal. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria (ed.). **Lo Público no Estatal en la Reforma del Estado**. Buenos Aires: CLAD: Paidós, 1998. p. 25-56.

11. COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta.** Sociabilidades, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

12. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **The internationalization of palace wars**: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American States. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

13. DURKHEIM, Emile. **Las formas elementales de la vida religiosa**. México: Editorial Akal, 1982. [1912].

14. FASSIN, Didier. **La Raison Humanitaire**. Une histoire morale du temps présent. Seuil: Gallimard, 2010.

15. FILLIEULE, Olivier. Mobilisation des ressources. *En*: LE DIGOL, Christophe (dir.). **Dictionnaire de sociologie**. Paris: Encyclopaedia Universalis, 2015. p. 1-12.

16. FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. *En*: AGRIKOLIANSKY, Éric (comp.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: Le Découverte, 2010. p. 163-184.

17. FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999.

18. GAïTI, Brigitte; ISRAËL, Liora. Sur l'engagement du droit dans la construction des

causes. **Politix**. Revue des sciences sociales du politique, Paris, v. 16, n. 62, p. 17-30, 2003.

19. GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**. A la vuelta de la antropología postmoderna. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Legasa, 1991.

20. GUBER, Rosana. **La etnografía**. Método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Norma, 2001.

21. ISRAËL, Liora. Usages militants du droit dans l'arène judiciaire: le *cause lawyering.* **Droit et société**, Cachan, n. 49, p. 793-824, 2001.

22. LANGER, Máximo. Revolution in Latin American Criminal Procedure: Diffusion of Legal Ideas from the Peripheria. **The American Journal of Comparative Law**, [*s. l.*], v. 55, n. 4, p. 617-677, 2007.

23. LANGER, Máximo. La larga sombra de las categorías acusatorio-inquisitivo. **Revista de Derecho Público**, [*s. l.*] v. 1, n. 1, p. 1-34, 2015. Disponible en: https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/2. Acceso en: 1 mar. 2025.

24. LEVENE, Ricardo. **Proyecto de Código Procesal Penal para la Capital Federal y Justicia Federal**. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1989.

25. MADSEN, Mikael. Transnational Fields: Elements of a Reflexive Sociology of the Internationalisation of Law. **Retfærd**, Copenhague, v. 29, n. 3/114, p. 23-41, 2006.

26. MAIER, Julio Bernardo José. Democracia y administración de Justicia Penal en Iberoamérica: los proyectos para la reforma del sistema penal. *En*: DIAZ, Claudio; BRITO, Haroldo; NOVOS, Eduardo; LIBEDINSKY, Marcos (coment.). **Reformas procesales en América Latina**: la oralidad de los procesos. Santiago de Chile: La Corporación de Promoción Universitaria, 1993. p. 25-66.

27. MAIER, Julio Bernardo José. **Derecho Procesal Penal**. Fundamentos, Tomo 1. Buenos Aires: Editores del Puerto, 1996.

28. MAIER, Julio Bernardo José. Presentación (Proyecto de Código Procesal Penal de la Nación). **Cuadernos de la Revista Doctrina Penal: teoría y Práctica en las Ciencias** Penales, Buenos Aires, v. 1, p. 645-670, 1987.

29. MIRA, Julieta. Follow the Actors: Ethnographic Keys for Understanding Legal Activism for Criminal Justice Reform in Argentina. **The Age of Human Rights Journal**, [*s. l.*], n. 13, p. 63-74, 2019. Disponible en: https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/TAHRJ/article/view/5124. Acceso en: 1 mar. 2025.

30. MIRA, Julieta. Jueces que dicen el derecho: Levene y Maier reformadores de la justicia penal argentina. **Revista Temas Sociológicos**, Chile, n. 26, p. 121-162, 2020. Disponible en: https://ediciones.ucsh.cl/index.php/TSUCSH/article/view/2419/2037. Acceso en: 1 mar. 2025.

31. NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. Intelectuales y expertos. Hacia una sociología de la producción de conocimiento sobre la sociedad en la Argentina. *En:* NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). **Intelectuales y expertos.** La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004. p. 15-30.

32. OFFERLÉ, Michel. Introduction. Profession, profession politique. *En*: OFFERLE, Michel (dir.). **Le profession politique**: XIXe-XXe siècles. Paris: Belin, 1999. p. 1-35.

33. PEIRANO, Mariza. Etnografía no es método. **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 44, p. 29-43, 2021. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072021000300029. Acceso en: 1 mar. 2025.

34. SIMÉANT, Johanna. Friches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants. *En*: HAMMAN, Philippe; MéON, Jean-Matthieu; VERRIER, Benoit (dir.). **Discours savants, discours militants:** Mélange des genres. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 17-53.

35. VAUCHEZ, Antoine; WILLEMEZ, Laurent. **La justice face à ses réformateurs (1980-2006).** Entreprises de modernisation et logiques de résistances. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

36. VECCHIOLI, Virginia. La recreación de una comunidad moral y la institución de un relato legítimo sobre los derechos humanos en la Argentina. **Publicar**, [*s. l.*], año VXII, n. XVII, p. 1-27, dic. 2014. Disponible en: https://publicar.cgantropologia.org.ar/index.php/revista/article/view/209. Acceso en: 1 mar. 2025.

37. VECCHIOLI, Virginia. Presentación: Profesionales del derecho, activismo jurídico y creación de nuevos derechos. Hacia una mirada comprensiva del derecho desde las ciencias sociales. **Revista Política**, Chile, v. 49, n. 1, p. 5-18, 2011. Disponible en: https://revistapolitica.uchile.cl/index.php/RP/article/view/16268. Acceso en: 1 mar. 2025.

38. WEBER, Max. **El político y el científico**. Barcelona: Altaya, 1995. [1919].

Julieta Mira
Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Profesora Adjunta en la Universidad Nacional de Lanús. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Postdoctoranda en Derecho en la Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4330-9684. E-mail: jmira@unla.edu.ar

ARTIGOS

Estatísticas parciais: visibilidades seletivas e ilegibilidades nos censos do século XIX

Partial statistics: selectives and illegibilities in 19th-century censuses

Barbara Moraes
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A proposta deste artigo é pensar como desaparecimentos estratégicos e visibilidades seletivas se tornaram parte da gestão de dados censitários no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. Ao acompanhar registros marginais em fichas censitárias, categorias ambíguas, cortes orçamentários e instituições precárias, o texto investiga os processos de produção de ilegibilidades nos primeiros censos nacionais, de 1872 a 1920. Este trabalho é resultado de uma etnografia com documentos e arquivos em torno dos censos imperiais, realizada a partir de consultas aos acervos do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Senado Federal. Os resultados da pesquisa ressoam debates que vêm pensando como a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem uma modalidade de gestão dos dados, fazendo parte da própria formulação de modelos estatísticos. Sugere também que essas formas de visibilidade seletiva e ilegibilidades funcionam como mecanismos de arbitragem sobre acessos e direitos, produzindo efeitos na gestão de populações e territórios. Ao deslocar o olhar para as zonas de ilegibilidade e suas condições materiais de produção, o artigo propõe uma reflexão sobre as formas com que o Estado vê e deixa de ver sua população ao fazer uso de dados estatísticos muitas vezes equivocados.

Palavras-chave: Antropologia do Estado, Arquivos e Documentos, Burocracia, Estatísticas Demográficas, Censos.

Recebido em 30 de abril de 2024.
Avaliador A: 20 de maio de 2024.
Avaliador B: 14 de junho de 2024.
Aceito em 17 de julho de 2024.

CC BY

ABSTRACT

This article examines how strategic disappearances and selective visibilities became embedded in the management of census data in Brazil between the late nineteenth and early twentieth centuries. By tracing marginal annotations in census forms, ambiguous categories, budgetary constraints, and fragile institutions, the text investigates the processes through which illegibilities were produced in the country's early national censuses, from 1872 to 1920. The analysis is grounded in an ethnography of documents and archival materials related to the imperial censuses, based on research conducted at the Brazilian National Archives, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and the Federal Senate. The findings of the study contribute to scholarly debates that understand imprecision, inefficiency, ambiguity, and error not merely as flaws but as forms of data governance embedded in the very design of statistical models. The article further suggests that such forms of selective visibility and illegibility operate as mechanisms for arbitrating access to rights and resources, shaping the governance of populations and territories. By shifting attention to the zones of illegibility and the material conditions that produce them, the article invites reflection on how the state sees—and fails to see—its population through the use of often inaccurate or outdated statistical data.

Keywords: Anthropology of the State, Archives and Documents, Bureaucracy, Demographic Statistics, National Censuses.

INTRODUÇÃO

> ADVERTENCIA
> *Não convem depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação á verdade. Nem por isso comtudo se deverá ter por absolutamente improficuo este trabalho, pois quando mais não fosse, serviria elle para illustrar as pessoas menos intelligentes, que (mormente em alguns logares centraes) são encarregadas de prestarem as informações, as quaes á vista deste ensaio orientar-se-hão no methodo com que hão de organizar as tabellas, e satisfazer aos quesitos sem as superfluidades que muitas d'essas informações têem até agora contido, e que difficultão, mais do que á primeira vista se cuida, a refusão e organização d'esses trabalhos parciaes* (Muller, 1836, s.p.).

A obra do marechal e engenheiro Daniel Pedro Müller, o *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, escrita em 1836 e publicada em 1838, é um documento marco da administração territorial e populacional paulista na passagem da Colônia para o Império. Encomendada pela Assembleia Legislativa, a obra estatística reúne informações sobre a população, infraestrutura e geografia da província, sendo considerado um dos primeiros livros

publicados em São Paulo. A obra é introduzida por uma advertência do autor, em que Müller evidencia a parcialidade dos números por ele compilados e sobre os quais não se deveria depositar inteira confiança. As primeiras tentativas de censos unificados no Brasil do século XIX também foram marcadas por narrativas acerca da inexatidão e da ineficiência dos dados e dos processos censitários em geral, seja pela demora no envio dos boletins de coleta das províncias para a capital, seja pela reunião e organização precária dos dados, seja, ainda, pela morosidade na divulgação dos resultados e pelas lacunas que os documentos finais deixavam em evidência.

O primeiro censo brasileiro, realizado em 1872, foi organizado com o objetivo de centralizar a prática estatística em torno da recém-criada Diretoria Geral de Estatística (DGE)[1], que atuaria coordenando os dados provinciais, como é o caso da obra de Daniel Müller, que apresentavam informações sobre as diversas províncias sem unidades de medida padronizadas[2], o que dificultava as comparações e reuniões de dados populacionais. Apesar da recorrência decenal prevista para os censos seguintes na legislação de 1872, o segundo censo só iria acontecer em 1890, pós-República, com a Diretoria Geral de Estatística já fragilizada por uma série de cortes orçamentários e redução de pessoal. Embora tenha sido realizado no prazo, o terceiro censo populacional, de 1900, foi cancelado em vista das diversas críticas que recebeu pela deficiência nos dados apresentados, e em 1910 o censo deixou de ser realizado por falta de verbas. Novas coletas só foram acontecer em 1920, já com a adoção da máquina de tabulação utilizada no XIV Censo Americano pelo U.S. Census Bureau.

Os sentimentos recorrentes de frustração com os resultados apresentados pelos primeiros censos populacionais criaram as condições de possibilidade para que arquiteturas administrativas, cada vez mais amplas, fossem edificadas para dar conta da coleta e da sistematização de dados. Nesse sentido, é possível entender a criação da Diretoria Geral de Estatística e da sua comunicação com os presidentes das províncias, comissões censitárias e recenseadores de rua que iriam até as casas portando as listas de família e boletins de coleta a serem preenchidos e enviados para a DGE. Essas diferentes instâncias burocráticas conectavam não apenas os dados reunidos nas províncias à capital, mas também os braços de atuação de um Estado em formação[3]. Não obstante, as coletas censitárias, ainda que entendidas como resultados parciais,

1 A Diretoria Geral de Estatística (DGE) foi criada pelo Decreto n.º 4676, de 1 de dezembro de 1871 para dar conta das atividades censitárias do Império e funcionava de forma subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Em 1879, foi transformada em uma seção estatística com grande corte orçamentário e só se reestruturou em 1890, nas vésperas do segundo recenseamento, pelo Decreto 113-D, de 1890. Os cortes e reduções da DGE, bem como sua repentina recuperação logo após a ascensão do regime republicano, são objeto de reflexão para alguns autores (Senra, 2006; Camargo, 2015).

2 Sobre as variações locais de medidas e os esforços estatais de padronização, ver Witold Kula (1990).

3 Uma elaboração mais detida sobre o desenvolvimento de estatísticas e a centralização administrativa foi feita por Camargo (2009).

foram fundamentais para a cobrança de impostos territoriais, sobretudo ligados à Lei de Terras, e para o recrutamento militar durante o Império (Botelho, 1998; Saavedra, 2011; Bissigo, 2014; Diniz, 2016; Camargo, 2018).

Apesar do que é posto em visibilidade pelos censos demográficos e que tem sido alvo de debates sob a ótica da legibilidade dos dados (Scott, 1995), os censos também jogam com invisibilidades, precariedades e desaparecimentos estratégicos, que podem ser reunidos em torno da ideia de *parcialidade*. A advertência que abre a obra do marechal Müller nos conta que o trabalho apresentado à Assembleia Legislativa foi considerado, pelo próprio autor do compilado estatístico, um empreendimento "parcial" sobre o qual não se deveria "depositar inteira confiança". No entanto, mesmo com a sentida imprecisão e inexatidão dos dados, as estatísticas de Daniel Müller cumpriram seu papel em efetivar projetos de grupos da elite paulistana. Um dos casos mencionados por Beier (2015) foi a expropriação de terras indígenas na região de Itapecerica, com o objetivo de estabelecer colônias alemãs. O projeto se fundamentou no argumento de que não havia mais aldeamentos na região, segundo as estatísticas do marechal. Esse dado foi um efeito da ideia de assimilação dos povos indígenas mobilizada pelo autor para incorporá-los a outras categorias populacionais, como a dos "livres". Assim, o enquadramento das populações indígenas de Itapecerica como pessoas livres nos dados estatísticos acabou por forjar o desaparecimento desses aldeamentos nos registros apresentados, produzindo seus efeitos nas políticas de desapropriação de terras.

O caso dos aldeamentos de Itapecerica é apenas um dos efeitos que a visibilidade seletiva dos dados censitários produz. Os números compilados por Müller operaram como artefatos centrais das políticas provinciais, da mesma forma que os censos demográficos o foram para políticas imperiais mais amplas. A proposta desse artigo é pensar como informações ocultas, ambíguas e instituições precárias fizeram parte dos processos de produção dos primeiros censos nacionais. Essa proposta é inspirada no trabalho de Freire e Castro (2022) ao pensar em crises e precariedades como projetos e tecer diálogos com pesquisas que vêm investigando como a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem uma modalidade de gestão dos dados (El-Badry, 1961; Scheper-Huges, 1997; Zaloom, 2003; Lampland, 2010; Jerven, 2013). Appadurai (1996), por exemplo, argumenta como os números se tornaram importantes para a administração colonial britânica porque eram parte de uma narrativa de coesão e controle burocrático, e não necessariamente porque eram isentos de erros técnicos. Em *Red Tape*, Gupta (2012) também se pergunta se dados imprecisos são capazes de nos dizer algo sobre as práticas de Estado. Segundo ele, a imprecisão dos dados importa porque, apesar de seus fracos efeitos biopolíticos, ela nos mostra os meios materiais através dos quais as escalas do Estado são continuamente agregadas e mantidas juntas por meio de narrativas e artifícios de produção de coesão. Assim, estendendo os esforços de Scott (1998) em pensar as estatísticas como meio

para a produção de legibilidade da população, assim como suas menções à ilegibilidade como um dos seus efeitos[4], esse trabalho propõe olhar para práticas de mensuração e classificação censitária a partir das suas ilegibilidades e visibilidades seletivas.

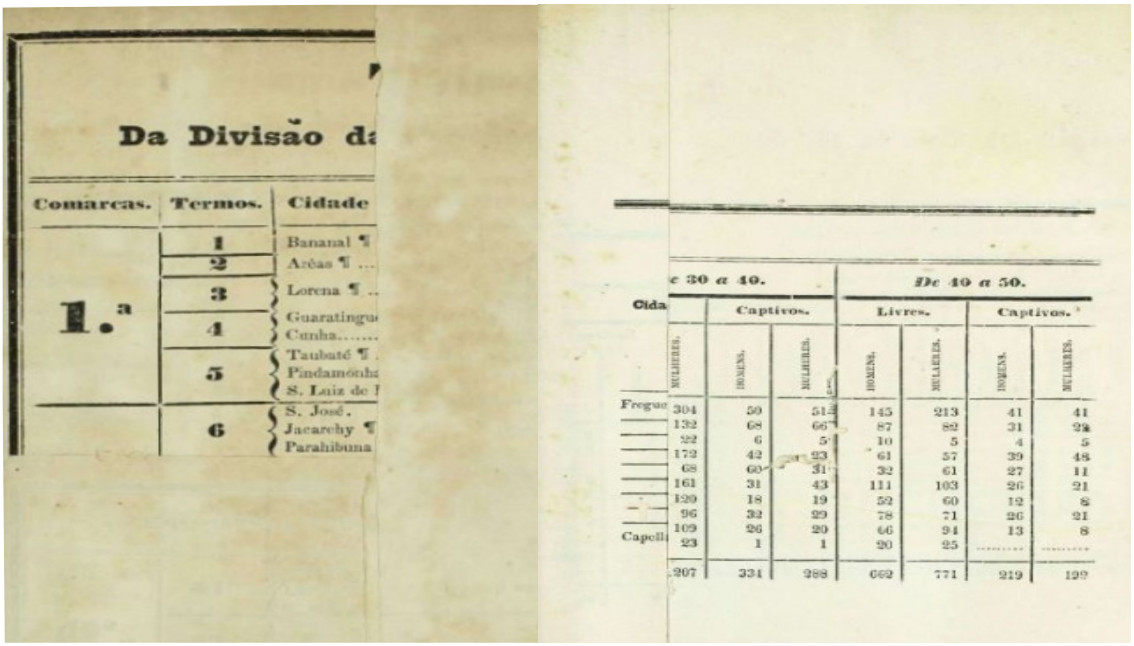
Este é um desdobramento de uma etnografia realizada com documentos e arquivos em torno dos censos do século XIX, durante a pandemia de Covid-19 (Moraes, 2023). Ao longo da pesquisa, explorei etnograficamente a produção de uma memória das práticas estatísticas no Brasil, com interesse em compreender a produção de números públicos produzidos pelo Estado desde suas primeiras elaborações. Para isso, reuni materiais de diversas proveniências, como a coleção de Decretos do Executivo Imperial do Arquivo Nacional, na qual é possível acompanhar a sequência de avisos e legislações do período; as correspondências provinciais da Série Interior — Negócios de Províncias e Estados, também do Arquivo Nacional, onde há uma massiva circulação de correspondências sobre as resistências ao registro civil e ao censo de 1852[5]; as primeiras obras estatísticas disponíveis nas bibliotecas digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Senado Federal, e as discussões legislativas sobre os censos registradas nos Anais do Império.

Lidar com esses materiais digitalmente implicou pensar sobre as mediações e efeitos do processo de produzir visibilidade e acesso a certos documentos e narrativas. Esse foi o caso das tabelas estatísticas de Daniel Müller, que abre esse artigo, e que haviam sido digitalizadas com as páginas dobradas (Figura 1), inviabilizando a leitura dos dados. Da mesma forma, tabelas com números populacionais haviam sido disponibilizadas nos acervos digitais em baixa qualidade, tornando os dados, que pareciam primordiais nos compilados estatísticos, em informações opacas, desfocadas e difíceis de ler. Essas formas de ilegibilidade dos números nos documentos se tornaram uma inspiração para o trabalho, transformando empecilhos materiais da pesquisa em possibilidade profícua de reflexão.

4 Scott (1998) menciona diversos casos de ilegibilidade da população ou do território como momentos em que as práticas de mensuração, padronização, classificação do Estado teriam falhado. A ideia de que a gestão bem sucedida dos meios produziria necessariamente uma população legível precisa ser pensada à luz dos usos feitos de estatísticas incorretas, desatualizadas e mal formuladas. Há, ainda, em Scott, uma formulação das ilegibilidades como recurso para a mobilização política que dialoga com o debate da Veena Das (2007) sobre ilegibilidade e assinatura do Estado nas margens.

5 Embora não trate especificamente disso neste artigo, esses levantes foram mobilizações armadas que se disseminaram pela região da Zona da Mata pernambucana e outras províncias do nordeste após a promulgação dos Decretos n.º 797 e n.º 798 de 1851 que organizavam o início do registro civil e a organização do primeiro Censo do Império. Esses decretos foram suspensos em janeiro de 1852. Uma análise mais detalhada desses levantes foi feita em uma publicação para o Arquivo Nacional (Moraes, 2025).

Figura 1. Tabelas estatísticas de Müller



Da Divisão da

Comarcas.	Termos.	Cidade
1.ª	1	Bananal ¶
	2	Arêas ¶ ...
	3	Lorena ¶ ..
	4	Guaratingu Cunha.....
	5	Taubaté ¶ . Pindamonha S. Luiz de
	6	S. José. Jacarehy ¶ Parahibuna

Cida	De 30 a 40.			De 40 a 50.			
		Captivos.		Livres.		Captivos.	
	MULHERES.	HOMENS.	MULHERES.	HOMENS.	MULHERES.	HOMENS.	MULHERES.
Fregue	304	50	51	145	213	41	41
	132	68	66	87	82	31	24
	22	6	5	10	5	4	5
	172	42	23	61	57	39	48
	68	60	31	32	61	27	11
	161	31	43	111	103	26	21
	120	18	19	52	60	12	8
	96	32	29	78	71	26	21
Capell	109	26	20	66	94	13	8
	23	1	1	20	25	.....	.....
	207	334	288	662	771	219	199

Fonte: Muller (1836, anexos).

Apresento três breves momentos em que visibilidades seletivas e ilegibilidades participaram dos processos de produção censitária no século XIX. O primeiro momento trata-se de uma retomada de modelos estatísticos em disputa no período, pensando o lugar das inexatidões e dos erros na constituição das práticas estatísticas. Descrevo, então, uma forma de inscrição de informações censitárias feita nas margens e entre parênteses nos boletins de coleta de 1872 e penso o lugar dos registros marginais no primeiro censo unificado do Império. Por fim, passo por outros casos etnográficos em que os dados censitários foram apresentados como insuficientes ou pouco confiáveis pelos próprios autores dos compilados.

MODELOS ESTATÍSTICOS EM DISPUTA NO SÉCULO XIX

O século XIX foi marcado por uma avalanche de números (Hacking, 1990). Nesse período, com a ascensão do Iluminismo científico, construíram-se as bases para a confiança na objetividade das ciências numéricas a partir do seu distanciamento de práticas consideradas subjetivas (Porter, 1995). Esse processo, no entanto, não se deu sem disputas políticas em torno das maneiras corretas de se usarem as novas ciências da precisão. Embora as estatísticas

dependam da precisão, pelo menos ao nível das operações, e não necessariamente dos resultados (Besson, 1995), alguns trabalhos têm sugerido que a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem também uma modalidade de gestão dos dados. Ainda que as estatísticas do século XIX sejam marcadas por um interesse crescente na regularidade dos fenômenos de massa, como casamentos, suicídios e crimes, alguns estudos, como os desenvolvidos por Quetelet a respeito do homem médio e seus desvios, apontam para um olhar também direcionado para as variações e os erros (Porter, 1985; Porter, 1986).

É apenas no século XX que a imprecisão das estatísticas se torna uma questão de debate científico, culminando no que Hacking (1990) chamou de uma "erosão do determinismo", momento no qual a precisão passa a influenciar de forma mais definitiva o desenvolvimento de modelos estatísticos. Portanto, quando trato da imprecisão e da ambiguidade dos dados no século XIX, o objetivo não é tecer uma crítica anacrônica ao impor um parâmetro do século XX, mas compreender o que a imprecisão, os erros e as ambiguidades eram capazes de criar em termos de narrativas, políticas e relações.

Os dados censitários, mais especificamente, começam a ser produzidos pela maior parte dos Estados também em meados do século XIX e têm como marco mundial o Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em Bruxelas, em 1853, congresso do qual o Brasil não participou. Apesar de existirem registros de contagens populacionais mais antigos, que remontam ao Império Romano, Starr e Alonso (1987) elencam pelo menos seis aspectos que diferenciam essas contagens dos modernos censos: o registro de toda a população (e não apenas de algumas categorias); a recolha deixa de ser sobre o indivíduo para se tornar o registro de toda a unidade doméstica[6]; a contagem é feita em um período determinado e não de forma contínua; os resultados são publicados; a instituição responsável por desenvolver o censo não é a mesma que aplica a cobrança de impostos e o cumprimento da lei. Na França, algumas tentativas de recenseamento populacional aconteceram já no século XVIII, como mostra Martin (2001). Essas contagens tinham relação com os trabalhos de Jean Bodin (1576) sobre o uso dos censos como um instrumento de polícia e de controle populacional. Já para Starr e Alonso (1987), os censos denominados modernos operariam a partir de uma relação diferente de cooperação entre Estado e população, com suas primeiras ocorrências no Canadá, ainda colônia francesa, em 1665; na Suécia em 1749 e nos Estados Unidos em 1790, responsável por elaborar os primeiros censos periódicos. Embora em sua proposta os autores procurem desvincular os censos da prática de

6 Motta (2019a) pensa justamente a categoria censitária de domicílio como imobilidade das dinâmicas reais de uma casa. Os estudos sociais da quantificação empreendidos pela autora nos mostram como categorias de conformação de realidades propagadas por processos censitários — aqui o domicílio, mas também a categoria de favela como aglomerado subnormal (2019b) — são experienciadas pelas pessoas e contestadas por dinâmicas de comensalidade, cuidado, circulação e transformação das próprias casas por meio de uma série de reformas e arranjos comerciais e de parentesco.

vigilância e controle populacional, o que, para eles, tipificaria as contagens pré-modernas, esse trabalho sugere que, com o desenvolvimento dos dados censitários, novas formas de gestão e controle se tornaram possíveis. A rotinização da prática censitária é um exemplo que ilustra como passamos a viver em paisagens em constante datificação, nas quais a despolitização técnica de problemas sociais se dá através da oclusão de ansiedades e expectativas políticas em práticas tidas como racionais.

O desenvolvimento das estatísticas é íntimo ao desenvolvimento das ciências de governo, como sugere sua primeira aparição como "estadística" ainda no século XVIII, que consiste na prática de reunir informações sobre os Estados, sejam elas qualitativas ou quantitativas (Starr; Alonso, 1987; Foucault, 2008). Depois, com a adoção de certas operações de cálculo aprimoradas por William Petty, a estatística se torna a base da "aritmética política", atuando como abordagem quantitativa para problemas de políticas públicas, sobretudo direcionadas para renda e comércio. Apesar da relação íntima entre estatística e Estado, explícita na etimologia do termo, a prática de aglutinar números sob a forma de dados têm sido cada vez mais usada como ferramenta de contestação dos dados oficiais, como nos mostra o trabalho de Motta (2019a) sobre práticas de autorrecenseamento em favelas cariocas e sua produção não apenas de números alternativos aos dados censitários, mas também de distintas formas de classificação. Esse é também o caso de Cruz (2022) ao pensar a contra produção de dados temáticos por um laboratório de favela ou a proposta da plataforma Fogo Cruzado[7] em monitorar tiroteios a partir de dados divulgados pelos próprios moradores das comunidades, para mencionar apenas algumas entre muitas outras iniciativas[8]. Portanto, não se trata de fixar dados estatísticos como inimigos a serem combatidos, mas de descrever os processos através dos quais as práticas numéricas vão sendo incorporadas como práticas de governo e seus efeitos. Assim, números são e têm relações (Day; Lury, 2014), inserindo-se em ecologias nas quais são transformados em dados, escalas, notas e rankings[9], ganhando autoridade e legitimidade por meio de certas composições numéricas.

Nos trabalhos que se debruçaram sobre o desenvolvimento das estatísticas no século XIX, nos considerados grandes centros de produção de conhecimento como a

7 Para acessar o site: https://fogocruzado.org.br/

8 Sheper-Hughes (1997) propõe o que chama de "demografia sem números", uma articulação possível entre antropologia e demografia a partir da etnografia. Essa reflexão surge dos trabalhos da autora sobre mortalidade infantil em favelas e a debilidade dos dados censitários em retratar a alta probabilidade de perder um filho em certas regiões, assim como as estratégias e nomenclaturas adotadas pelas próprias mães para produzir certo distanciamento dos recém-nascidos.

9 Thévenot (1995) sugere uma elaboração das estatísticas como cadeias de transformações que dialoga com os trabalhos mais recentes de ecologia dos números. Esses trabalhos parecem estar inspirados, sobretudo, em uma perspectiva mais sociotécnica dos arranjos numéricos.

Inglaterra e a Alemanha, é possível ver uma diferença de procedimentos entre a *statistik* alemã e a aritmética política inglesa (Martin, 2001; Santos, 2007), o que nos convida a pensar a influência de práticas científicas no pensamento oitocentista brasileiro, assim como seus limites, adaptações e improvisos. Enquanto o modelo de estatística alemã foi considerado descritivo pela literatura, um conhecimento sintético dos fenômenos que pretendia descrever a morfologia de traços como o clima, a geografia e os recursos naturais, bastante próximo do que foi a escola naturalista para as ciências naturais, a aritmética política inglesa se propunha a ser um método de pensamento. Nesse método, a coleta deveria ser reduzida ao mínimo para se empreender um esforço maior em cálculos e estimativas. Enquanto a *statistik* alemã tinha uma natureza empírica, e até literária, a aritmética política inglesa criou um modo de expressão e pensamento que se consolida através dos números. William Petty, conhecido como um dos fundadores da aritmética política inglesa, ainda no século XVII, descreve sua prática como "um método incomum, que ao invés de simplesmente usar termos e termos em comparação, e meramente destilar argumentos racionais, adota um método que consiste em se expressar em termos de números, pesos e medidas" (Petty, 1690 *apud* Desrosières, 1998, p. 24).

Essas controvérsias entre modelos estatísticos apareceram também na França oitocentista nos debates entre Peuchet e Duvillard (Camargo, 2009), no qual o primeiro defendia a análise simples e sem obscuridade dos fenômenos, e o segundo um empreendimento de descoberta através do raciocínio e do cálculo do que não poderia ser visto imediatamente (Martin, 2001). Desrosières (1998) empreende uma análise rica sobre o desenvolvimento desses modelos estatísticos, e sugere que, apesar de se dizer que as estatísticas inglesas venceram e se tornaram o modelo geral da ciência estatística para o mundo, o procedimento descritivo da *statistik* alemã deu as bases para todo procedimento quantitativo posterior. Foi a *statistik* alemã que cunhou o termo estatística, com Goddfried Anchewall, no século XVIII, e que explorou as primeiras tabelas de cruzamento de dados. A proposta era reunir o conhecimento de forma sintética. A possibilidade de tornar esse conhecimento um resumo de fácil apreensão tinha propósito político e administrativo em uma Alemanha fragmentada em diversos pequenos estados depois da Guerra dos 30 anos. Era preciso, como sugere Desrosières, criar uma espécie de unificação superior, que as tabelas e os cruzamentos de números tornaram possível com suas linhas e colunas, que ora homogeneizavam as unidades em análise e ora as tornavam passíveis de comparação.

O autor defende, ainda, que uma das diferenças fundamentais entre a estatística alemã e a aritmética política inglesa era quem produzia ciência. Na Alemanha, a Escola de Estatística, da Universidade de Göttingen, preparava o corpo de funcionários do Estado. Isso fez com que a *statistik* alemã operasse, segundo Desrosières, do ponto de vista do Estado. Já na Inglaterra, o desenvolvimento de uma classe distinta da monarquia, o Parlamento, que reunia

pessoas comuns e lordes, criou uma espécie de distanciamento entre a estatística e o governo monárquico. Produzida por *businessmen*, médicos e doutores em ciências, a aritmética política foi vendida à monarquia inglesa. É curioso notar que essa distinta classe inglesa teve acesso apenas aos registros paroquiais, e que qualquer possibilidade de um censo unificado tenha sido banida da Inglaterra durante o século XVIII sob o argumento de que o censo arruinaria a liberdade do povo. Foi a partir de documentos fragmentados e dispersos que a aritmética política inglesa se consolidou. Operar qualquer tipo de cálculo exato da população e do território era pragmaticamente impossível, então se criou um artifício de pensamento, um instrumento que resolvesse a lacuna dos dados não através de mais dados, mas de uma operação lógica: as estimativas.

No Brasil, esses modelos estatísticos foram importados por meio da circulação de bacharéis entre as universidades portuguesas, sobretudo Coimbra, e as casas de decisão legislativa, como o Senado do Império. Aqui ganhou fôlego a ideia de que os dados eram um recurso escasso a ser explorado pelo governo imperial. De forma análoga às viagens encomendadas que pretendiam penetrar regiões pouco conhecidas (Bemerguy, 2019), os dados também penetravam um imaginado vazio informacional. Os relatos de viagem, por um lado, e os compilados estatísticos, de outro, pretendiam suprir a lacuna de conhecimento do governo imperial, cada qual a sua maneira. Enquanto os relatos operavam a partir da primazia do olhar e da reconstituição da experiência de viagem para o leitor, as estatísticas produziam uma espécie de conhecimento sintético por meio de tabelas e inventários numéricos. Com o desenvolvimento de modelos estatísticos e a reunião de dados em grande escala, como os censos, os números passaram progressivamente a falar por si, tornando-se capazes de argumentar e produzir seus próprios vereditos morais. Mas para se tornarem ativas na produção de argumentos próprios e autorais, as estatísticas dependeram de alguns processos de produção de autonomia e anonimato que desvinculavam a prática estatística de seus operadores humanos, conformando propriamente números públicos.

Em seu trabalho sobre o desenvolvimento da racionalidade do cálculo nos séculos XIX e XX, Porter (1986) nos mostra como a objetividade estatística se tratou menos de uma busca por uma apresentação realista dos fenômenos, que se mostrou impraticável desde o início, e mais do efeito da aplicação de um método sancionado através do consenso de uma comunidade de praticantes. A medida certa dependeria, então, não apenas do sistema adotado, mas da disciplina das pessoas envolvidas e da padronização dos instrumentos e dos processos em jogo. Nesses esforços para forjar uma objetividade para as estatísticas, foi preciso consensuar as maneiras corretas de adotá-las. Desroisières (1998) argumenta que foi necessário criar outra relação, para além da representação fidedigna, entre os números e os fenômenos que eles pretendiam exibir, uma vez que as inexatidões e os erros acompanhavam o desenvolvimento

da estatística desde suas primeiras elaborações, sobretudo em suas interações com a teoria das probabilidades. Segundo Besson (1995), a relação das estatísticas com os fenômenos seria mais a de uma apresentação do que a de uma representação. Assim, para o autor, o analista de dados precisaria renunciar à expectativa de que as estatísticas funcionariam como uma fotografia do mundo ou como a visão de um satélite. A visão que as estatísticas proporcionariam em termos de conhecimento, segundo Besson, seria mais parecida com a de uma modelagem, na qual a observação e a interferência do observador têm papel fundamental.

A objetivação estatística consistiria, então, em uma criação ativa de abstrações formadas a partir de particularidades e individualidades, em prol de uma visão mais generalista dos fenômenos, da qual as inexatidões fazem parte e para a qual são necessárias. Como a aglutinação seria indispensável nesse processo, parte das informações necessariamente se perderiam "para se ganhar sentido" (Besson, 1995, p. 36). A ideia de que nas elaborações estatísticas algo sempre se perde é fundamental para pensar o desenvolvimento dos números públicos e seu efeito persuasivo no século XIX, um momento no qual os dados não estão condicionados à veridicidade dos resultados apresentados, mas, ainda assim, constituem um dos recursos mais importantes para o desenvolvimento administrativo do Estado[10].

Passo, a seguir, para um caso etnográfico em que os registros no canto das páginas das fichas censitárias se tornaram a categoria mais importante das tabelas populacionais de 1872. Esse caso, já bastante investigado por outros autores, como Bissigo (2014), sugere um lugar central para as inscrições residuais nos documentos, assim como para as práticas de recenseadores e agentes humanos nos processos estatísticos, apesar dos esforços de produção de autonomia para os números.

DAS MARGENS AO CENTRO DO CENSO

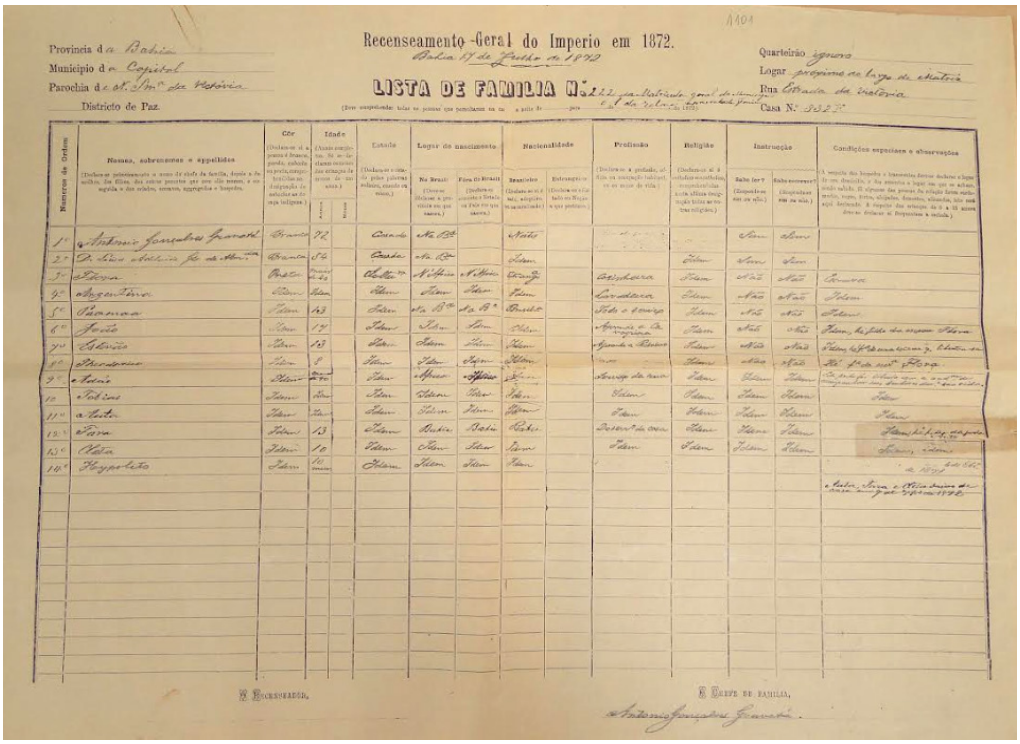
É possível ter acesso a três listas de família preenchidas do censo de 1872, que remanesceram em lugares dispersos[11]. As listas de família eram documentos que abriam as atividades censitárias nas províncias e consistiam em tabelas tipografadas com colunas previamente determinadas a serem preenchidas pelos recenseadores nos domicílios ou entregues

10 Para pensar a centralidade dos censos para os Estados-Nacionais e sua intersecção com outras práticas, como a de mapeamento e colecionismo, ver Anderson (2008).

11A lista da família Gravatá se encontra disponível na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as demais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Meu contato com elas se deu através do envio de Diego Bissigo das cópias fotografadas por ele, já que elas não permanecem disponíveis para acesso online.

para preenchimento pelo próprio chefe de família[12]. Essas listas se transformariam, depois de finalizadas e averiguadas, em tabelas e mapas provinciais encaminhados para a Diretoria Geral de Estatística.

Figura 2. Lista de família - Gravatá, Bahia



Recenseamento Geral do Imperio em 1872.

LISTA DE FAMILIA N.º 242

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A primeira lista (Figura 2) é a da família de Antônio Gonçalves Gravatá, da Bahia, que lista 14 pessoas em sua casa, duas declaradas brancas - Antônio e sua esposa - e 12 declaradas pretas: Flora, Argentina, Adão, Tobias, Heitor, suas crianças e o pequeno Hypolito, de apenas dez meses, todos negros sem sobrenome. São essas 12 pessoas que, apesar de não terem sobrenome, dispõem de uma coluna extra dedicada à sua "condição". Essa coluna, nomeada na ficha censitária como "observações e condições especiais", servia ao preenchimento de informações consideradas relevantes, mas que não eram contempladas pelas categorias oficiais do censo. Abaixo do título eram indicadas as situações as quais o recenseador deveria prestar

12 Uma família consistia, para o governo imperial, em "pessoa livre, que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum" (Decreto n.º 4.676, de 1871. Define a composição familiar. Art. 3, inciso 1).

atenção ao seu preenchimento: indicação de hóspedes, pessoas com deficiência e se as crianças frequentavam a escola ou não. Para a família Gravatá, o senhor Antônio e a dona Luisa Adelaide dispensavam observações extras, já que corporificavam todas as categorias contempladas no boletim. As observações e condições especiais também não foram dedicadas às crianças, que não apenas não frequentavam a escola, como já realizavam serviços domésticos como os outros negros adultos, como consta em sua "profissão". O que está ali indicado, na última coluna da lista de família, no espaço extra e marginal das fichas censitárias, é se essas 12 pessoas negras eram escravas ou não. Flora é declarada escrava, assim como Argentina e as crianças, indicadas com um "idem" abaixo da indicação de Flora. A exceção é Adão, cujas observações extras contam que "este preto foi liberto com a condição de acompanhar seus senhores até o fim da vida".

Na lista da família de Rafael Araújo Galvão, do Rio de Janeiro, uma cópia manuscrita do boletim oficial, são listados nove brancos, Rafael, sua esposa, seus filhos e netos. Abaixo a inscrição "agregada" designa Dorothea, entre parênteses (liberta), preta de 75 anos. Em uma nova inscrição, os "criados a jornal"[13], Maria, Faustina (liberta), Simphorosa, Cesaria (liberta), e abaixo, ainda, os três hóspedes da casa. No campo observações, vemos que Maria e Simphorosa são escravas de outros senhores, e Faustina, parda de sete anos, frequentava a escola. Uma das hóspedes, uma mulher parda de 45 anos, é designada no campo observações extras como escrava do Sr. Joaquim. Também nessa lista, a condição de escravidão aparece como um enxerto às categorias oficiais, no campo adicional de preenchimento ou entre parênteses ao lado dos nomes sem sobrenome. Essas inscrições sugerem um lugar marginal ao regime de escravidão que ganhou sobrevida na década de 1870[14].

No primeiro quadro sistematizado do recenseamento de 1872 (IBGE, 1874), Floras e Dorotheas não existem, se não codificadas sob a forma de números. São 1.510.806 escravizados, 706.636 mulheres, 805.170 homens. Elas compõem, com outros milhares de nomes sem sobrenome, a coluna "condição: escravos". Os parênteses e notas de canto de página, apesar de marginais nas listas de família, se tornaram uma das categorias centrais dos quadros estatísticos

13 As crianças filhas de mulheres escravizadas eram designadas como "criadas a jornal" quando prestavam serviços domésticos nas casas dos senhores (Telles, 2018).

14 Apesar de marcada por intensos debates e movimentos abolicionistas, a década de 1870 foi também um momento de grandes ambiguidades na aplicação das leis, como sugere Ariza (2018) ao narrar os obstáculos impostos à liberdade das famílias dos "ingênuos", como a manutenção do cativeiro de mães para que pudessem ficar próximas de seus filhos, mesmo podendo comprar suas cartas de liberdade. Outro efeito da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, foi o abandono de bebês negros, que representavam um dispêndio para os senhores de escravos, já que suas mães poderiam ser alugadas como amas de leite por um valor mais elevado quando separada de seus filhos, como mostra Telles (2018). Mesmo depois de 1888, a disputa pelo controle dos "ingênuos" era empenhada por ex-proprietários de escravos através de falsos contratos de trabalho e vínculos de tutela (Ariza, 2018). Essas e outras demoras e impossibilidades na aplicação das leis abolicionistas criou uma sobrevida ao regime de escravidão.

do censo de 1872, organizando todas as demais variáveis[15]. O "quadro geral da população livre" e o "quadro geral da população escrava", cada qual ocupando uma página distinta, abrem o documento censitário reiterando no papel uma geografia das desigualdades. Nos quadros estatísticos, se perde mais uma vez a possibilidade de autodeterminação. Biografias são aglutinadas sem exceção na coluna "católicos", ou diluídas entre brasileiros e estrangeiros, sem que seja preciso falar do evento original das viagens do Atlântico. Para Hartman (2020), a violência irreparável do tráfico é aquela das histórias que não podemos conhecer porque se inscrevem nos documentos apenas através de narrativas de enclausuramento e de perdas. As formas de classificação nos documentos produzem uma oclusão de outras narrativas possíveis, confinando as pessoas à maneira com que elas aparecem para nós através dos arquivos da escravidão. Essa capacidade de nomear cativos e livres, e de tornar essa nomeação um princípio de divisão que organiza a distribuição de acessos e direitos, constitui o monopólio simbólico que caracteriza o Estado para Bourdieu (2012). Assim, essas categorias censitárias não operariam apenas como classificações, mas criariam também identidades de Estado.

A centralidade da categoria "condição", que não constava nas listas de família distribuídas e preenchidas nas províncias se não como um enxerto, mas que se tornou a categoria organizadora do censo, foi vista por Bissigo (2014) como um efeito do olhar indisciplinado do recenseador, em oposição às tentativas de disciplinar essas coletas através de normas e regulamentos. Esse olhar indisciplinado se materializou nas correções feitas pelos recenseadores de informações obtidas através da oralidade e do preenchimento dos boletins, de modo a inserir dados considerados importantes sobre os membros da família, como é o caso da sua condição de livre, liberto ou escravo. Ao fazer essas correções, os recenseadores estariam também cumprindo sua função legal, que determinava a verificação da lista ou do boletim "a fim de serem corrigidos os erros e inexatidões" (Senado, 1877, p. 19-20, apud Bissigo, 2014, p. 9).

Apesar da distinção entre livres e escravos, operacionalizada no Censo, a organização binária das posições e hierarquias sociais pode ser diluída em muitos matizes não-contempladas pelas categorias censitárias, como as diversas formas de trabalho compulsório não contabilizadas. Esse foi o caso da lei de locação de serviços, que só foi promulgada em 1879, tornando legal a prática de locação do trabalho de libertos para serviços agrícolas e pecuários (Cord; Souza, 2018); a criação do africano livre, o negro "resgatado" dos navios ilegais, mas obrigado a formas de trabalho compulsório em instituições públicas, religiosas e em serviços privados, como mostra Mamigonian (2018); as crianças filhas de mulheres escravizadas "criadas a jornal" e que prestavam serviços domésticos nas casas dos senhores (Telles, 2018), entre muitas categorias sem estatuto jurídico que não aparecem no censo. Essas pessoas que, embora tivessem liberdade

15 Para uma elaboração da subordinação da raça à categoria de condição, ver Loveman (2009).

formal, não eram livres de fato, tiveram suas condições apagadas na produção de uma realidade binária pelas categorias de 1872.

Bissigo (2014) ressalta, ainda, que a falta de organização das inscrições e de informações nos boletins de coleta fez com que a cidadania de diversas pessoas negras precisasse ser inferida a partir de informações extras ou de graus de parentesco com outros membros livres e libertos da família, em um momento posterior de sistematização dos dados. Esse tipo de análise das listas de família e boletins, que somavam cinco milhões para a primeira e 25 mil para a segunda, distribuídos em todas as paróquias do Império, nos mostra como o trabalho de sistematização dessas informações, depois de já averiguadas pelos recenseadores e encaminhadas à comissão censitária, passou também por uma leitura e organização dos dados que produziu seus efeitos sobre os números divulgados.

Assim, mesmo em vista dos esforços de desvinculação dos números das práticas de agentes humanos (Porter, 1995), foram o olhar organizador do recenseador e o olhar aglutinador dos membros da comissão que promoveram o deslocamento da categoria de "condição" das margens dos boletins ao centro do censo[16]. Apesar da visibilidade que o deslocamento da categoria "condição" confere à população escravizada do Império, a organização do recenseamento de 1872 foi arquitetada de modo que o regime de escravidão se tornasse invisível aos dados, a despeito da sua centralidade nas dinâmicas sociais. Como descreve Loveman, "como em um passe de mágica (a magia da ciência), a vergonhosa história da escravidão é apagada da memória institucional" (2009, p. 448). Assim, de uma percebida lacuna nos boletins censitários pelos próprios agentes recenseadores emerge a categoria organizadora do censo. Os parênteses, notas de canto de página e todo tipo de inserção extra às categorias censitárias nos mostram o lugar marginal que a escravidão ocupou no censo de 1872. Como argumentam Ferreira e Lowenkron (2020), esses improvisos dentro dos documentos sugerem alterações e subversões das categorias pré-estabelecidas nas fichas burocráticas, revelando ambiguidades e negociações.

16 Em seu trabalho sobre erros censitários relacionados às falhas no registro de filhos em diversos países, El-Badry (1961) investiga como maneiras de inscrever uma resposta como "nenhum filho" — zero, traço ou em branco —, acabou por inflar certas categorias censitárias, alterando as médias de nascimento por país, índices de fertilidade e esterilidade e estudos comparativos por idade e grupo educacional. Esses erros de registro se somam, ainda, a erros considerados de oralidade, como não mencionar filhos falecidos, não-residentes ou filhos de casamentos anteriores, produzindo números de nascimento equivocados em vários censos nacionais. Apesar de se tratarem de censos do século XX, realizados já com máquinas de tabulação que fazem a verificação e a organização dos dados, esses apontamentos reiteram o lugar do trabalho humano na produção numérica e os diversos equívocos na comunicação e nos registros.

MODERAÇÃO COMO CONDUTA DO SUJEITO DO CONHECIMENTO

As incertezas também acompanharam a produção dos primeiros dados censitários no Brasil do século XIX. Esse é o caso de Daniel Müller a respeito da confiabilidade das estatísticas, que abre esse artigo, assim como a de diversos outros documentos nos quais é reiterada a incompletude dos dados coletados. Na introdução à sinopse do censo de 1890, Francisco Mendes da Rocha, diretor-geral da DGE à época, adverte ao leitor:

> Ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam senão com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da Republica, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro (Diretoria Geral de Estatística, 1890, p. I).

Suas considerações ressoam a introdução de Müller, chamando atenção para as condições precárias nas quais os dados haviam sido coletados e sistematizados. Embora sua postura tenha relação direta com um período de grande redução orçamentária e de quadro pessoal na Diretoria Geral de Estatística, as incertezas sobre os resultados dos processos censitários se repetem nas tentativas seguintes. A introdução de João Sabino Damasceno à sinopse do censo de 1900 chama atenção às diversas estimativas acionadas para dar conta de "preencher as lacunas" (Brasil, 1905, p. 1) nos dados. Não à toa, o censo desse ano foi cancelado em vista da inexatidão com que a população do Rio de Janeiro havia sido retratada, se procedendo a novos inquéritos em âmbito municipal até que o censo de 1920 fosse realizado.

De 1872 a 1920, pelo menos, quando as máquinas de tabulação são introduzidas ao processo de organização dos dados, sobretudo sob o argumento de que era preciso ganhar precisão e eficiência na contagem populacional, as incertezas acompanharam a produção dos compilados estatísticos. Camargo (2015) chama atenção para as concepções arcaicas e práticas discordantes das estatísticas brasileiras em relação ao convencionado internacionalismo estatístico. Para o autor, essas dissonâncias reafirmam o lugar simbólico das estatísticas, que estariam mais orientadas a divulgar a adesão do Brasil ao progresso, e o país como um destino para imigrantes, do que servir como guia para as decisões governamentais.

É importante notar também como, apesar das especificidades do Brasil como país de herança colonial e seus efeitos para o antiquado uso das estatísticas, a desconfiança e a hesitação eram atitudes esperadas do sujeito do conhecimento oitocentista que se evidenciam, por exemplo, na moderação e na ponderação como valores centrais para uma boa prática científica. Essa hesitação, que aparece no ecletismo iluminista-católico das universidades portuguesas,

trazido ao Brasil por uma elite de bacharéis que ocupará aqui cargos políticos (Carvalho, 2008), é um elemento importante para pensar como se constituiu o sujeito racional, cauteloso e capaz de fazer ponderações, uma antítese do também produzido desmedido e fanático homem do campo, dos perigosos indígenas ou do violento ex-escravo, suas alteridades radicais. Essas alteridades aparecem com força, por exemplo, nas elaborações das elites imperiais em torno dos levantes populares contra o registro civil e o censo de 1852, que figuraram como uma expressão da incapacidade da população pobre do Império em compreender a lógica e a finalidade dos registros do Estado.

O distanciamento científico das universidades portuguesas, das quais vieram os bacharéis brasileiros, dos demais países europeus foi tema de diversos debates que figuraram as academias lusas como atrasadas e isoladas em relação à modernidade europeia (Domingues, 1994; Lourenço, 1994). No paradigmático discurso de Antero de Quental, em 1871, ele diz: "à influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência (...) Fomos os Portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os Portugueses indiferentes do século XIX" (Quental, 2005, p. 30-32). Carvalho (2007) sugere que essa leitura do Iluminismo como um movimento monolítico e coeso acabou por esconder as tensões internas que fizeram com que os princípios das luzes se materializassem de maneiras distintas, sobretudo quando trazidos ao Brasil por uma elite de bacharéis. No caso da Universidade de Coimbra, e de Portugal de forma mais ampla, o Iluminismo científico teria sido hibridizado com tradições eclesiásticas, constituindo o que se convencionou chamar de "Iluminismo católico", "ecletismo" ou "ilustração de compromisso" (Carvalho, 2007, p. 19). Esse hibridismo pode ser visto na incorporação de certas condutas em relação ao conhecimento, mas também em diversas outras interações entre as ciências e o catolicismo em Portugal e no Brasil.

A moderação é constantemente tornada visível nas estimativas incertas, na reafirmação da incompletude dos dados, nas introduções aos relatos de viagem, nas quais o escritor pondera a respeito das limitações do seu trabalho e da parcialidade das informações reunidas. É a incerteza sobre os resultados alcançados que engendra novas tentativas, colocando, de alguma forma, a roda da produção de dados para girar. Esse é um procedimento que se repete nos documentos do período, sejam eles cartas, relatos ou transcrições de debates no Senado Imperial, e o que ele sugere é que, apesar de estarmos falando de um momento em que a ciência moderna se consolidava no mundo sob a égide da precisão e da comprovação, foram das imprecisões, das hesitações e das ambiguidades que se fizeram os dados. Não do método positivo da comprovação dos fatos, mas da produção dos fatos através da argumentação correta, da citação e do consenso sobre os números mais persuasivos e não necessariamente os números mais precisos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PARCIALIDADE PARA ALÉM DAS FALTAS

A noção de estatísticas parciais que elaborei encontra inspiração em debates que procuraram estender o sentido do conceito de parcialidade em outras áreas do conhecimento. Para Haraway (1995), por exemplo, a parcialidade é uma condição incontornável da produção de conhecimentos situados. Ao falar a partir de um lugar e de um corpo, o conhecimento produzido é condicionado por uma visão parcial e localizada dos fenômenos. A parcialidade, portanto, se opõe à objetividade transcendente, uma doutrina que apaga os rastros das suas mediações (Haraway, 1995, p. 16). Ela também tem relação íntima com a responsabilidade do que "aprendemos a ver" (Haraway, 1995, p. 21). Assim, é uma tecnologia de visão, a partir da qual se reconhece e acolhe as oclusões como um lugar de conexões entre diferentes perspectivas localizadas. No entanto, algumas práticas científicas que prometem uma visibilidade total dos fenômenos, como o foram os dados censitários e o sonho imperial de incluir nas contagens públicas toda a população, acabam por mobilizar a condição parcial incontornável dos conhecimentos produzidos como uma oportunidade para expandir suas operações. Nesses casos, quando a parcialidade é associada à inexatidão ou à imprecisão dos dados, a impressão que fica é a de que a produção de dados mais exatos e mais precisos resolverá o problema. Em contrapartida, a autora sugere que "todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida" (Haraway, 1995, p. 22). Esse trabalho é um esforço em narrar esses mundos parciais fabricados pelos olhos imperiais, para usar a imagem de Pratt (1999), que se estendem sobre o território e a população através das instituições de recolha e sistematização de dados.

Assim como aquilo que é visto é um efeito dos modos de ver, também a visão tem suas zonas de invisibilidade. Haraway diz que a totalização e a visão única dependem "de um sistemático estreitamento e obscurecimento" (Haraway, 1995, p. 23). Esses estreitamentos e obscurecimentos aparecem sob a forma de uma produção de lacunas, ambiguidades e incertezas que tornam, de um lado, as estatísticas cada vez mais necessárias, de modo a povoar um imaginado território vazio dos dados, e, de outro, que engendram zonas de invisibilidade intencionais, propagando narrativas parciais ao aglutinar informações em dados.

Em sua análise dos levantes contra o registro civil e o censo de 1852, Loveman (2007) cunha o termo "*blinded state*", em uma alusão ao trabalho de James Scott (1998) sobre os mecanismos de produção de uma visão sinóptica para o Estado. Em oposição ao Estado que tudo vê, Loveman sugere um Estado cego, não apenas pela falta de esquemas de legibilidade consolidados para que se pudesse conhecer sua população, mas por uma crença cega na sua

legitimidade em conduzir a "modernização". A contribuição que essa pesquisa pretende deixar para esse debate é a de que as cegueiras do Estado imperial não são apenas o efeito de uma falta, seja de esquemas de legibilidade, como os dados populacionais, seja de percepção da sua incapacidade de conduzir processos de modernização. As cegueiras, ou as zonas de oclusão como preferi chamar em alguns momentos, são produzidas ativamente de modo a tornar esse Estado cego para algumas questões e não para outras, constituindo, portanto, um Estado também parcialmente cego. Essa cegueira é atualizada não apenas por meio de novas ferramentas de legibilidade, mas por ilegibilidades seletivas que vão ganhando, com a incorporação das máquinas de tabulação e de novas metodologias estatísticas, também novos contornos.

Assim, apesar da promessa de que as estatísticas seriam um meio para conhecer o Brasil, como sugere o Marquês de São João da Palma na sessão de abertura do Senado do Império de 1826 (Senado, 1877, p. 45), introduções a compilados, como a de Daniel Muller, indicam que "não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos" (1836, s.p.). Sua ampla circulação nas casas legislativas, no conselho de Estado e entre funcionários provinciais nos mostra como os dados censitários produziram efeitos pedagógicos e políticos não apesar das suas lacunas, mas justamente por meio delas e do que elas tornavam visível ou obliteravam.

Essas formas de parcialidade emergem ora como mecanismo para reafirmar que é preciso produzir cada vez mais dados, ora como recurso para duvidar da veracidade das informações expostas por alguém. Esse debate sobre o uso "correto" dos dados nos mostra como os números se tornaram um importante recurso de autoridade e legitimidade. Ao pensar no papel retórico das estatísticas, Lawson e Lovatt (2021) falam sobre a importância de analisar a maneira com que dados são comunicados e não apenas produzidos, conferindo credibilidade e confiabilidade a certos discursos e obliterando, muitas vezes, as maneiras seletivas e estratégias com que os números são lançados nas discussões políticas. Assim, ao mesmo tempo em que a retórica estatística projeta certas narrativas, ela cria também um tipo de locutor confiável. Como sugere Aviles (2016), a retórica realista dos números enseja uma autorrepresentação de que os responsáveis por analisar e comunicar os dados são apenas especialistas desinteressados. Mas, para além do debate sobre o uso de dados como um recurso discursivo, é importante também olhar para a maneira com que dados são produzidos por meio de cadeias de relações que conectam recursos financeiros (e cortes orçamentários), infraestruturas técnicas, modelos estatísticos, trabalho humano. Essas interdependências são muitas vezes obscurecidas na divulgação de dados sob a forma de resultados e nunca como processos de constituição.

Apesar de seu lugar marginal nos debates a respeito da produção de dados, a incorporação dos erros, das incertezas, das imprecisões e inexatidões a modelos estatísticos são parte fundante da história dos números públicos, como mostram Desrosières (1998) e Porter (1986; Porter, 1995). Zaloom (2003) chama de "números firmes" esses objetos projetados para serem estáveis em

oposição aos "números fluídos" que encontra em operações financeiras contemporâneas. Esses "números firmes", para a autora, operariam a partir da autoridade, da impessoalidade, da certeza e da universalidade na constituição de fatos não-interpretativos (Poovey, 1998), mas produzidos como objetivos. Porter (1985, p. 57) argumenta que os censos foram mesmo entendidos pelos estatísticos do século XIX como um instrumento de produção de fatos e não de probabilidades, tendo sido enquadrados como oposto às amostras probabilísticas (os contemporâneos *surveys*) pela sua capacidade de produzir uma "completa e confiável enumeração". No entanto, apesar dos efeitos de objetividade dos números, sobretudo quando há uma ampla coleta de dados, como os censos, essas estatísticas parecem ser ainda produzidas em meio a equívocos de comunicação e registro, hesitações, interpretações e classificações ambíguas e aglutinações que inflam categorias e esvaziam outras, conformando fenômenos muitas vezes ilegíveis para o Estado ou legíveis justamente a partir daquilo que as estatísticas não mostram. Como argumenta Lampland (2010), os estudos sobre práticas de racionalização e formalização precisam levar em consideração os usos eficazes que se faz de números muitas vezes não verídicos. Apesar da ideia corrente de que dados produzem legibilidade, ou seja, de que as estatísticas atuam como uma forma de visualização sistemática do mundo e da população, diversos trabalhos têm apontado para as ilegibilidades e visibilidades seletivas como um caminho produtivo para pensar a gestão dos números públicos.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Benedict. Censo, mapa, museu. *In*: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia da Letras, 2008. p. 226-256.

2. APPADURAI, Arjun. Number in the Colonial Imagination. *In*: APPADURAI, Arjun (org.). **Modernity at Large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. p. 114-139.

3. ARIZA, Marília. Crianças/ventre livre. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

4. AVILES, Luis. The art of public policy statisticians: the case of the Puerto Rico pension reform report. **Caribbean Studies**, San Juan, v. 44, p. 47-68, 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/44364462. Acesso em: 24 fev. 2025.

5. BEIER, José Rogerio. **Artefatos de poder**: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História

Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

6. BEMERGUY, Telma. (Novas) fronteiras e ideários coloniais de longa duração: uma análise a partir da disputa pela reconfiguração territorial da Amazônia brasileira. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 46, 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41932. Acesso em: 24 fev. 2025.

7. BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

8. BISSIGO, Diego. **A "eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos**": a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014a.

9. BISSIGO, Diego. Das listas de família ao recenseamento do Império: a produção da "legibilidade" da população no censo de 1872. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 1., 2014b, Florianópolis. **Anais** […]. Florianópolis, 2014b.

10. BODIN, Jean. **Les Six Livres de la République**. 1576, vol. 6.

11. BOTELHO, Tarcísio. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

12. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

13. BRASIL. **Anais do Império**: Livro V. 1850. Rio de Janeiro: [*s*. *n*.], 1850/[20--?]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp. Acesso em: 18 fev. 2025.

14. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Typ Officina da Estatística, 1890.

15. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905.

16. CAMARGO, Alexandre de Paiva. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 414-428, 2018. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07. Acesso em: 24 fev. 2025.

17. CAMARGO, Alexandre de Paiva. Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da Diretoria Geral de Estatística (1872-1930). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QSQ3tFL3NDNBBWqJCTHBzDk/?lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2025.

18. CAMARGO, Alexandre de Paiva. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo

campo de investigação. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 903-925, 2009.

19. CARVALHO, Flavio Rey. **Um iluminismo português?** A reforma da Universidade de Coimbra de 1772. 2007. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

20. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

21. CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério. Trabalhadores livres e escravos. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

22. CRUZ, Thais Gonçalves. Pode o favelado produzir dados científicos? *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., Rio de Janeiro, 2022. **Anais** […].Rio de Janeiro, 2022.

23. DAS, Veena. **Life and words**. Berkeley: University of California Press, 2007.

24. DAY, Sophie; LURY, Celia. Number ecologies: numbers and numbering practices. **Distinktion - Journal of Social Theory**, [*s*. *l*.], v. 15, n. 2, p. 123-154, 2014. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1600910X.2014.923011. Acesso em: 24 fev. 2025.

25. DESROSIÈRES, Alain. **The politics of large numbers**: a history of statistical reasoning. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

26. DINIZ, Leandro. Contar é preciso: as resistências ao recenseamento na Paraíba oitocentista. **Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, João Pessoa, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/view/3281/2708. Acesso em: 10 jul 2024.

27. DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo**: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.

28. EL-BADRY, Mahmoud. Failure of Enumerators to Make Entries of Zero: Errors in Recording Childless Cases in Population Censuses. **Journal of the American Statistical Association**, [*s*. *l*.], v. 56, n. 296, p. 909-924, 1961.

29. FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. *In*: FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-paper, 2020. p. 17-52.

30. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

31. FREIRE, Lucas; CASTRO, Rosana. Apresentação do dossiê: "Entre 'precariedades', 'crises' e o 'colapso': perspectivas antropológicas sobre o 'desmonte' do SUS". **Anuário**

Antropológico, [*s*. *l*.], v. 47, n. 2, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/aa/9695. Acesso em: 15 jul. 2025.

32. GUPTA, Akhil. **Red Tape**: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Londres: Duke University Press Books, 2012.

33. HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

34. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

35. HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, [*s*. *l*.], v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 15 jul. 2025.

36. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874.

37. JERVEN, Morten. **Poor numbers**: how we are misled by African development statistics and what to do about it. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

38. KULA, Witold. **Measures and men**. Princeton: Princeton Legacy Library, 1990.

39. LAMPLAND, Martha. False numbers as formalizing practices. **Social Studies of Science**, [*s*. *l*.], v. 40, n. 3, p. 377-404, 2010. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312709359963?icid=int.sj-abstract.citing-articles.48. Acesso em: 24 fev. 2025.

40. LAWSON, Brendan; LOVATT, Matthew. Towards a rhetorical understanding of statistics in politics: Quantifying the National Health Service 'Winter Crisis'. **European Journal of Communication**, [*s*. *l*.], v. 36, n. 2, p. 110-124, 2021. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0267323120966842. Acesso em: 24 fev. 2025.

41. LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa**: ou as duas razões. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

42. LOVEMAN, Mara. Blinded Like a State: the Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, [*s*. *l*.], v. 49, n. 1, 2007.

43. LOVEMAN, Mara. Race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870–1920). **Hispanic American Historical Review**, [*s*. *l*.], v. 89, n. 3, 2009.

44. MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, [*s*. *l*.], v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.

45. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos livres. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo:

Companhia das Letras, 2018.

46. MORAES, Barbara. Os levantes contra os registros de 1852. **Temas do Brasil Oitocentista**, Arquivo Nacional, 31 de março de 2025. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/temas-oitocentistas/os-levantes-contra-os-registros-de-1852. Acesso em: 14 jul. 2025.

47. MORAES, Barbara. **Estatísticas parciais:** a produção de dados censitários no Brasil Imperial. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

48. MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2019a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/PB6w3JDbcgDR8cYLbPXwLmP/. Acesso em: 24 fev. 2025.

49. MOTTA, Eugênia. Quantifier les favelas : normalité et subnormalité dans le recensement national brésilien. **Statistique et Société**, Paris, v. 7, p. 9-15, 2019b. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/staso_2269-0271_2019_num_7_1_1090. Acesso em: 24 fev. 2025.

50. MULLER, Daniel. **Ensaio d'un quadro estatístico da província de São Paulo**. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838.

51. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/tRJwGn7RT4j9Njhmwcv6RwG/?lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2025.

52. POOVEY, Mary. **A History of the Modern Fact**: Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

53. PORTER, Theodore. **Trust in numbers**: the Pursuit of Objectivity in Science and Public Life. Princeton: Princeton University Press, 1995.

54. PORTER, Theodore. **The Rise of Statistical Thinking**: 1820-1900. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

55. PORTER, Theodore. The Mathematics of Society: Variation and Error in Quetelet's Statistics. **The British Journal for the History of Science**, London, v. 18, n. 1, 1985.

56. PRATT, Marie Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

57. QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2005.

58. SAAVEDRA, Renata. **População, recenseamento e conflito no Brasil Imperial**: o caso da Guerra dos Marimbondos. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de

Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

59. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética Política e a Administração do Estado Português na Segunda Metade do Século XVIII. *In*: JORNADA SETECENTISTA, 7., 2007, Curitiba. **Jornada** […]. Curitiba, 2007.

60. SENADO DO IMPÉRIO. **Anais do Senado do Império do Brazil - Anno de 1826**. Tomo 1, Ro de Janeiro, 1877.

61. SCHEPER-HUGES, Nancy. Demography without Numbers. *In*: KERTZER, Dadvid; FRICKE, Tom (ed.). **Anthropological Demography**: Towards a New Synthesis. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 201-222.

62. SCOTT, James. **Seeing like a State**: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

63. SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**. v. 1. Estatísticas desejadas (1822-1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

64. STARR, Paul; ALONSO, William. **The politics of number**. New York: Sage, 1987.

65. TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

66. THÉVENOT, Laurent. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. *In*: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 149-161.

67. ZALOOM, Caitlin. Ambiguous numbers: Trading technologies and interpretation in financial markets. **American Ethnologist**, [*s*. *l*.], v. 30, n. 2, p. 258-272, 2003.

Barbara Moraes
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3237-0271. E-mail: brbgmoraes@gmail.com

Retorno ao futuro: utopias, retrotopias e heterotopias nos projetos de regeneração do bairro de Marvila

Returning to the future: utopias, retrotopias and heterotopias in the regeneration projects of the Marvila neighborhood

Chiara Pussetti
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Marvila é um bairro pós-industrial da cidade de Lisboa, geograficamente muito central, mas socialmente percebido como muito distante devido a uma longa história de pobreza, discriminação e estigmatização da população residente. Na última década, Marvila tem passado por um processo de regeneração urbana em larga escala que viu projetos de habitação de luxo, a abertura de restaurantes, galerias de arte e clubes, bem como indústrias "inteligentes" e "criativas" transformando os edifícios industriais abandonados. A relevância deste estudo reside na análise crítica dessas transformações, que frequentemente agravam desigualdades preexistentes. O objetivo deste artigo, baseado em pesquisa antropológica realizada no bairro de Marvila (Lisboa, Portugal) como parte do projeto H2020 ROCK, é apresentar as áreas de intervenção do projeto, com os seus imaginários distópicos, utópicos e retrotópicos. Metodologicamente, a investigação combinou observação participante, entrevistas, grupos focais e análise documental, permitindo o cruzamento entre dados empíricos e análise teórica. Ao revelar os diferentes tipos de utopia que orientam a imaginação de futuros que não foram, mas poderiam ter sido, e ao criticar as perspectivas políticas dominantes sobre o lugar, este artigo apresenta as preocupações sociais vivenciadas pelas pessoas em seu cotidiano, causadas por mudanças demográficas, econômicas e urbanas. Em particular, examina-se como o passado é mobilizado — ora como memória traumática a ser apagada, ora como retrotopia idealizada — e como certos projetos urbanísticos funcionam como mecanismos de esquecimento ou reconfiguração da história local. Esses processos oferecem uma perspectiva privilegiada para imaginar futuros alternativos em que 'já estivemos no ainda não', além de possibilidades aparentes, e para provocar caminhos alternativos que possam valer a pena seguir. Conclui-se que os processos de regeneração urbana em Marvila operam como instrumentos de reconfiguração social e de apagamento seletivo do passado, exigindo um olhar etnográfico atento às tensões entre memória, desejo e exclusão.

Recebido em 12 de maio de 2024.
Avaliador A: 18 de junho de 2024.
Avaliador B: 8 de julho de 2024.
Aceito em 19 de agosto de 2024.

CC BY

Palavras-chave: Lisboa, Gentrificação, Regeneração, Futuros urbanos imaginados, Envolvimento cidadão.

ABSTRACT

Marvila is a post-industrial neighbourhood of the city of Lisbon, geographically very central, but socially perceived as very distant due to a long history of poverty, discrimination and stigmatization of the resident population. In the last decade, Marvila has been the subject of a large-scale urban regeneration process that has seen luxury housing projects, the opening of restaurants, art galleries and clubs, as well as "smart" and "creative" industries transforming the abandoned industrial buildings. The relevance of this study lies in analysing how these transformations often deepen pre-existing social inequalities and disrupt local ways of life. The aim of this paper, based on anthropological research carried out in the Marvila neighbourhood (Lisbon, Portugal) as part of the H2020 ROCK project, is to present the project's areas of intervention, with their dystopian, utopian and retrotopian imaginaries. The methodology combined participant observation, individual interviews, focus groups and documentary analysis, enabling a triangulated understanding of empirical experience and symbolic dynamics. By revealing the different types of utopias that guide the imagination of futures that have not been but could have been, and by critiquing the dominant political perspectives on the place, this paper presents the societal concerns that people experience in their everyday lives, caused by demographic, economic and urban changes. It further investigates how memory and place intersect, showing how the past is evoked as a retrotopian ideal or a dystopian burden to be erased, shaping conflicting narratives of urban renewal. These processes offer a privileged perspective from which to imagine alternative futures in which 'we have already been in the not-yet', beyond apparent possibilities, and to provoke alternative paths that might be worth pursuing. It concludes that the regeneration processes in Marvila function as material interventions and as symbolic operations that selectively erase the past, reconfigure belonging and redefine urban citizenship.

Keywords: Lisbon, Gentrification, Regeneration, Imagined urban futures, Citizen engagement.

MARVILA E OS MUROS DE BERLIM

As pessoas simplesmente chamavam de "Bairro Chinês". As origens do nome perderam-se no tempo, mas os mais velhos que entrevistei afirmam que o bairro obteve o seu nome

da parecença com as aldeias flutuantes chinesas, com a concentração de pequenas casas com telhados de madeira e de lata distribuídas ao longo de vielas estreitas. É possível que filmes retratando estas imagens da China estivessem chegando lentamente aos cinemas de Lisboa na década de 1950, sob a estreita vigilância da censura fascista da época. O que está certo é que os mais de dez mil habitantes que tinham emigrado do interior do país para trabalhar nas fábricas na área de Marvila chamavam este bairro de lata, com cerca de seis hectares, de "Chinês". "Éramos pobres – contou Maria, uma ex-residente, agora realocada para um dos pálidos prédios amarelos de habitação social - mas havia um grande sentido de comunidade". Olhando vagarosamente aquela terra agora vazia, Maria recorda memórias de infância: noites frias e famintas com ratazanas a passar na rua; jogos de crianças esquivando-se dos esgotos a céu aberto; pobreza que ia de mãos dadas com fortes laços sociais, amizade, altruísmo, sentido de proteção. "Agora, olhe para isto: estamos isolados" - diz, apontando vagamente para sul em direção à linha ferroviária, que separa o novo bairro social da área onde as fábricas outrora costumavam estar, e que agora foi alvo de um intenso processo de gentrificação. "Uma *Disneyland* para pessoas ricas, é isso que é. Costumávamos trabalhar lá, agora nem podemos ir para lá, os preços são proibitivos: estamos presos aqui, atrás da linha do comboio. É como um muro. É como se tivéssemos o nosso próprio Muro de Berlim".

Este artigo, que reporta reflexões ligadas à etnografia realizada pela equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), coordenada por mim no âmbito do projeto europeu H2020 ROCK (*Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities*[1]). O estudo apresenta reflexões sobre os imaginários de regeneração urbana no âmbito do projeto ROCK, destacando a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e culturais em jogo, além de explorar as utopias, retrotopias e distopias que moldam os processos de planejamento urbano.

Liderado pela Municipalidade de Bolonha, o projeto ROCK propunha uma abordagem sistémica inovadora, colaborativa e circular para a regeneração e reutilização adaptativa dos centros históricos das cidades, testando a replicabilidade da abordagem espacial e de modelos de regeneração urbana em sete cidades europeias (*role models*) e em três cidades replicadoras (*replicators*[2]). O seu desafio era demonstrar como o património (formal, informal, tangível e intangível) poderia constituir um fator de regeneração, desenvolvimento social e crescimento econômico para as cidades. A abordagem ROCK ao património cultural integrou dois conceitos principais: a "cidade criativa", que considera a criatividade como um fator estratégico para o

1 O projeto ROCK recebeu 9.837.585 euros de financiamento da União Europeia (UE) no âmbito do tema "O património cultural como motor do crescimento sustentável" do programa Horizonte 2020 (SC5-21-2016-2017).

2 Disponível em: rockproject.eu/consortium.

desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental (conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e a "cidade do conhecimento", caraterizada por uma economia baseada no conhecimento que impulsiona dinâmicas socioeconômicas e tecnológicas inovadoras.

Os centros históricos das cidades são laboratórios extraordinários para demonstrar como o patrimônio cultural pode ser um motor único e poderoso de regeneração, desenvolvimento sustentável e crescimento econômico para toda a cidade. A dimensão ambiciosa deste desafio justificou a complexidade do consórcio que incluiu 32 parceiros de 13 países, entre os quais dez cidades, sete universidades, três redes de empresas, duas redes de cidades, uma fundação, uma instituição de caridade, empresas e agências de desenvolvimento (atlas.rockproject.eu). O principal objetivo foi apoiar três cidades replicadoras, sendo elas Bolonha, Lisboa e Skopje, que já experimentavam processos de inovação urbana na transformação de centros históricos afetados por problemas sociais e decadência física, seguindo o exemplo das sete cidades modelo: Atenas, Cluj-Napoca, Eindhoven, Liverpool, Lyon, Turim e Vilnius. Metodologicamente, o projeto foi organizado com base em quatro estratégias complementares: inventário de conhecimentos (pesquisa bibliográfica), partilha de modelos através de visitas de orientação, pilotagem e demonstração, e, por fim, avaliação e replicabilidade dos modelos. Foram desenvolvidas ferramentas para apoiar o desenvolvimento das atividades do projeto, tais como uma plataforma web para a criação de redes e orientação, um aplicativo multiplataforma relacionado às experiências do patrimônio cultural, *Living Labs* participativos, ferramentas de monitoramento de grandes multidões e monitoramento do controle ambiental.

Em Lisboa[3], o ROCK pretendeu regenerar a área geográfica de Beato e Marvila, por meio de processos criativos e sustentáveis de desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, capazes de fortalecer a identidade local para melhorar o capital social, capacitar as comunidades e possibilitar a coesão social. As freguesias de Marvila e Beato situam-se entre o centro histórico da cidade, recentemente massificado pelo turismo, e o Parque das Nações, criado em 1998. A área de estudo de caso — localizada na periferia do centro da cidade, mas ainda dentro do município de Lisboa — reúne um conjunto de espaços muito diferentes, com baixa contiguidade espacial e social. Historicamente, zonas industriais com fábricas e armazéns, onde a maior parte da população é caraterizada por baixos rendimentos, têm passado por um processo de revitalização nos últimos anos, assim como Beato e Marvila. Os antigos armazéns industriais e portuários tornaram-se uma inspiração, e os seus terrenos, a infraestrutura física para futuros restaurantes, habitações de alto nível (*lofts*), indústrias criativas e galerias de arte. Em contraste, a área de Chelas, a parte alta de Marvila, distante do rio, não foi intervencionada e ainda mantém

3 Disponível em: lisboa.rockproject.eu.

uma reputação negativa, apresentando elevados níveis de pobreza e desigualdade social. A área tem sido associada a problemas de segurança e criminalidade, com muitos moradores vivendo em condições de habitação precária, em edifícios antigos, superlotados e mal conservados. Embora haja esforços para melhorar a segurança, a percepção de criminalidade continua a estigmatizar a área, afastando investimentos e oportunidades[4].

Como o desafio proposto pelo próprio título do projeto, o ROCK convidou pesquisadores, habitantes e gestores municipais, juntamente com os principais *stakeholders* do território, para colaborar em uma projetação experimental, integrada, coletiva e interdisciplinar do território e das suas dinâmicas. O projeto comportou práticas de recolhimento e criação de diálogo entre sonhos, desejos, preocupações, ilusões e desilusões dos moradores de um lado, e projeções, imaginações e interesses políticos e econômicos dos gestores municipais do planeamento territorial e de desenvolvimento urbano, do outro. A metodologia enfatizou a cocriação de soluções com a comunidade local, explorando diferentes significados e expetativas em relação à regeneração liderada pelo patrimônio cultural[5]. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica múltipla, incluindo observação participativa, entrevistas individuais e questionários. Isso permitiu a coleta de dados quantitativos e qualitativos, proporcionando uma compreensão mais profunda das disparidades urbanas na área de demonstração (Di Giulio et al., 2019; Falanga; Nunes, 2018; Falanga; Nunes; Martins, 2019; Falanga; Nunes, 2021; Falanga; Bonoli, 2021). Foram analisadas as divisões espaciais e as desigualdades socioeconômicas, buscando entender como essas questões poderiam ser abordadas de forma eficaz por meio das iniciativas do projeto. Um papel importante foi desempenhado pelo *Lisbon Living Lab* (LLL), destinado a sensibilizar as comunidades locais para o seu patrimônio, desenvolver projetos e processos participativos e apoiar ações de arranque. O LLL promoveu iniciativas de engajamento comunitário, entre as quais a loja *pop-up* "Loja Com Vida" e o jardim urbano "Jardim para Todos", com o objetivo de ativar o capital social e promover novas atividades econômicas. Foram organizadas outras atividades, como exposições, um fórum internacional de cultura, um *hackathon*, um workshop de *city-branding*, os "Dias de Marvila" e os "*Bibliogamers*" (um evento colaborativo baseado em jogos tecnológicos).

Contudo, a metodologia de pesquisa-ação participativa utilizada no projeto ROCK apresentou alguns pontos fracos. A complexidade da governança do projeto, com múltiplos níveis de gestão, e a necessidade de coordenar com parceiros internacionais e locais dificultou a implementação eficaz de abordagens participativas. Em situações específicas, os participantes sentiram que suas vozes não eram realmente ouvidas, ou que as decisões já estavam tomadas

4 Para visualizar o mapa da área, acesse: lisboa.rockproject.eu/categoria/cartografias.

5 Disponível em: lisboa.rockproject.eu/vídeos; lisboa.rockproject.eu/categoria/rock-coffee-talks-workshops.

antes de sua participação, levando à desconfiança e à desvinculação da população. Além disso, o LLL foi percebido como um espaço institucional que não proporcionou um ambiente significativo para o debate público (Poggemann, 2020; Correia *et al*., 2020; Reis e Silva, 2020; Falanga; Nunes, 2021; Falanga; Bonoli, 2021; Martins, 2022).

Através de uma perspectiva transdisciplinar, que integra a antropologia e a urbanística, e observando etnograficamente o bairro de Marvila sob diferentes ângulos (histórico, social, estético e estrutural), neste estudo tentarei interrogar a história dessa área, utilizando como instrumentos heurísticos conceitos derivados das peculiaridades deste território em constante tensão: utopia, retrotopia, (retro)distopia e heterotopia. A metodologia empregada baseia-se na coleta de informações produzidas sobre estes bairros na literatura especializada e em material de arquivo, seguida de uma análise crítica. Isso inclui também entrevistas abertas de caráter exploratório e grupos focais (*focus groups*), além da clássica observação participante, realizadas entre meados de 2017 e 2018 pela equipe que coordenei durante o andamento do projeto.

O bairro apresenta-se como fraturado, suspenso entre o passado e o presente, entre campo e cidade, num processo de profunda transformação. Em primeiro lugar, apesar de estar geograficamente muito próximo do centro histórico da cidade, a distância social é enorme. As fronteiras geográficas, sociais, culturais e simbólicas são tão significativas que os habitantes desta área urbana se referem a 'Lisboa' como uma outra cidade a qual não pertencem. Comentando a nossa presença, muitas vezes se referiam a nós como "pesquisadores que vinham de Lisboa", sem considerar que a distância física até à cidade universitária é de apenas 5,4 km. Em segundo lugar, o território é cortado por uma linha ferroviária que divide o bairro em duas partes, fragmentando simbolicamente o espaço: uma parte baixa, mais antiga, junto ao rio, conhecida também como Marvila antiga; e a Alta Marvila, que ocupa um altiplano que está afastada da frente ribeirinha, incluindo o bairro do Marquês de Abrantes, que se estende até o Vale do Chelas.

Como muitos autores reportam, o recente passado da zona ribeirinha oriental da cidade era caraterizado por uma forte presença industrial, uma intensa circulação de pessoas e mercadorias e ligado às atividades portuárias (Pereira, 1994; Folgado; Custódio, 1999; Matos, 1999; Consiglieri; Abel, 2004; Consiglieri; Abel, 2006; Baptista, 2011; Soares, 2011; Silva Nunes; Dourado Sequeira, 2011; Ávila Cachado, 2013; Teles Rebolo, 2016; Reis e Silva, 2013, 2016, 2019). Com a expansão da linha ferroviária do Norte, que passou a atravessar as freguesias de Beato e Marvila a partir de 1856, esta área tornou-se um local proeminente para a instalação da indústria, destacando-se especialmente na transformação de tecidos de algodão, tabaco, cortiça, moagens, tanoarias e comércio vinhateiro. Desde o final do século XIX, e particularmente entre 1940 e a crise de 1973, a escala industrial de Marvila atingiu uma grandiosidade considerável, com indústrias de vinho, sabão, borracha, fósforo, tabaco e material de guerra. A partir do

final dos anos 1940, Portugal iniciou a transição para uma indústria moderna. Este crescimento sustentado prolongou-se até cerca de 1973, caraterizando-se como um período de significativo progresso econômico para o país. Os vestígios da vida industrial que moldou aquele lugar permanecem na memória de muitos habitantes, que recordam nostalgicamente o movimento nas ruas e a vitalidade dos locais, refletindo uma atmosfera urbana particular que, para os atuais residentes de Marvila, desapareceu.

Quando o êxodo rural explodiu nos anos sessenta, Lisboa e os seus arredores não tinham capacidade para acolher adequadamente o grande fluxo migratório que chegava em busca de melhores condições de vida. A maior parte dessa população vinha da região da Beira Alta, especialmente da zona de Viseu. Muitos encontraram trabalho na Fábrica Nacional de Sabões, na Fábrica de Borracha, na Fábrica dos Fósforos e nos armazéns de vinho de Abel Pereira da Fonseca. A indústria necessitava de mão de obra para sustentar o crescimento. No entanto, apesar dos salários serem superiores aos da Província, não eram suficientes para pagar a renda da casa. Além dos bairros operários, surgiram por toda a cidade áreas de barracas e habitação precária. Em 1958, surgiu a urbanização clandestina conhecida como Bairro Chinês, o maior bairro de barracas da zona oriental de Lisboa, situado onde hoje se encontram os bairros Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas, e a Quinta do Chalé, destinado a acolher familiares, parentes e conterrâneos que chegavam à cidade em busca de trabalho. Na década de 1970, o Bairro Chinês abrigava cerca de 1000 barracas e 5000 pessoas. Devido à escassez de recursos e à ausência de habitação social, os recém-chegados ocuparam terrenos vagos ou devolutos, construindo barracas de chão térreo com materiais variados, como tábuas de madeira, tijolos, cimento e chapas metálicas. As casas foram erguidas sem qualquer plano urbanístico, resultando numa disposição desordenada e caótica. Muitas das barracas eram construídas lado a lado, sem espaços livres entre si, formando corredores ou becos labirínticos. No interior, havia hortas e terrenos livres onde os residentes complementavam o orçamento familiar com atividades agrícolas e pastorícias. Apesar das construções serem frágeis, com pouco conforto e escassez de higiene, o Bairro Chinês distinguia-se de outros bairros semelhantes pela sua população ordeira. Constituída por pessoas de raízes operárias e rurais, em idade ativa, socialmente interligada e integrada no mercado de trabalho, o bairro apresentava uma dinâmica comunitária única. Deste espaço, ainda hoje estigmatizado, os moradores conservam memórias do tempo das barracas e da solidariedade. Para Ana e Ricardo, um casal de 52 anos que entrevistei várias vezes entre 2019 e 2023, os seis hectares da Quinta do Marquês de Abrantes (nome oficial do Bairro Chinês) eram o seu cotidiano. Este espaço, que abrigava duas mil barracas e dez mil pessoas e evocava cenários de um Oriente distante, era marcado por esgotos a céu aberto, ratazanas, baratas, casebres sem banheiro ou eletricidade, e uma realidade de violência, pobreza, solidariedade e colaboração. A situação segregada da população desencadeou um processo gradual de realojamento, que só foi

concluído vários anos depois com a demolição total das barracas.

Na década de 1970, este território, do qual hoje é quase impossível encontrar vestígios materiais, foi o cenário de um grande experimento em habitação social: a experiência da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), criada em 1968. Esta operação urbana de grandes dimensões focou na participação dos moradores e na utilização da autoconstrução (Ferreira; Gomes, 2015). Em 1969, o Escritório Técnico de Habitação convidou o PRODAC para atuar no Bairro Chinês com o objetivo de erradicar completamente a favela, seguindo seu modelo de urbanismo participativo e de autoconstrução (Rebolo, 2017; Machado, 2017). Por iniciativa dos moradores do bairro, foi realizado um trabalho de intervenção comunitária para o realojamento dos residentes da Quinta do Marquês de Abrantes, conhecido como Projeto PRODAC (Soares, 2011). Com base em um plano de intervenção definido pela Associação de Produtividade na Autoconstrução no início da década de 1970, o bairro foi construído em regime de autoconstrução para realojar os habitantes do Bairro Chinês, um dos maiores aglomerados de habitação ilegal em Lisboa, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Durante cerca de quatro décadas, os moradores, que participaram diretamente da construção das suas casas, lutaram pelo reconhecimento como proprietários legítimos das habitações. Durante vários meses, assistentes sociais e especialistas urbanos realizaram pesquisas, sessões informativas e colaboraram com a população na busca por soluções ideais, especialmente para manter a proximidade e os laços familiares durante o processo de realocação.

O Bairro Chinês foi completamente desmantelado, e todas as famílias foram realocadas para o PRODAC e para outros empreendimentos. A tese de doutorado de João Manuel Teles Rebolo, sobre a intervenção da PRODAC no realojamento do Bairro Chinês em Marvila, descreve detalhadamente todo o processo. O bairro, que abrigava tanto populações pobres quanto quintas de comerciantes e industriais da época, incluía as Quintas do Cosme, do Prestes, do Troca, do Desterro, do Quintim, das Amendoeiras, do Casal Ribeiro, do Lopes, do Magalhães, da Valada e da Viúva Pimentel.

Antes desta experiência, a tipologia de habitação mais comum para a classe trabalhadora em Lisboa era a dos assim chamados ‘pátios’ e ‘vilas operárias’. Os pátios eram áreas residenciais privadas, criadas por pequenos proprietários, seguindo um modelo habitacional onde pequenas casas eram construídas ao redor de uma área livre comum. Essas estruturas precárias tinham uma enorme densidade populacional e eram erguidas em pátios de edifícios e blocos, ou reutilizavam espaços abandonados (Leite; Vilhena, 1991; Pereira, 1994; Reis e Silva, 2016). As vilas operárias correspondem à última fase do alojamento operário, edificadas por iniciativa dos industriais e caraterizadas pelo sistema funcional e formal estabelecido entre o local da fábrica e a habitação (Oliveira Antunes, 2002). As vilas em Lisboa foram construídas durante o final do século XIX e início do século XX para abrigar trabalhadores, principalmente os

operários das fábricas. As vilas operárias desempenharam um papel crucial na história social e urbana de Lisboa. Elas não só forneceram moradia para milhares de trabalhadores, mas também ajudaram a moldar a identidade e a cultura das comunidades operárias na cidade, representando um capítulo importante na história da arquitetura e do planejamento urbano em Lisboa.

Se a industrialização simbolizava a modernidade, a habitação da classe trabalhadora estava gerando uma "ruralização" do espaço urbano e representava um perigo para a saúde pública. Muitas pessoas, oriundas do campo, mantinham seus hábitos rurais, como criar porcos e galinhas para alimentação e utilização de excrementos na mesma área de convívio. Para a mentalidade burguesa, essas condições eram chocantes e inaceitáveis, gerando um discurso moral crítico sobre a falta de disciplina das classes operárias, suas habitações insalubres e os comportamentos considerados atrasados e defeituosos. Além disso, em uma sociedade que gradualmente aceitava as novas teorias científicas sobre contágio, o contexto da extrema precariedade habitacional e pobreza oferecia evidências de que essas condições tornavam as pessoas potenciais veículos de transmissão de doenças. A falta de higiene nos aglomerados populacionais era, de fato, uma das principais causas da propagação de doenças. Os surtos epidêmicos nessas áreas reforçaram a ligação entre a medicina e a urbanística, evidenciando a necessidade de controlar a pobreza e a doença. Nem mesmo um governo liberal e republicano (1910-1926), fortemente influenciado pela elite médica, conseguiu implementar melhorias significativas, apesar dos esforços em projetos habitacionais sociais iniciados em 1918. As medidas adotadas foram claramente insuficientes, especialmente em um período marcado pela crise pós-Primeira Guerra Mundial, que culminou em um golpe militar e no estabelecimento de uma ditadura fascista. As políticas de realojamento em Marvila refletem a evolução das abordagens governamentais e comunitárias para enfrentar a habitação precária e promover o desenvolvimento urbano sustentável. Desde os esforços iniciais para a erradicação das barracas até as atuais iniciativas de reabilitação e revitalização, a trajetória de Marvila é um exemplo de adaptação e resiliência urbana.

As políticas de realojamento, especialmente durante o Plano Especial de Realojamento (PER), levaram à construção de habitações sociais que muitas vezes não foram acompanhadas de um planejamento urbano abrangente (Ávila Cachado, 2013; Tulumello *et al*., 2017). A falta de integração desses novos bairros com o restante da cidade contribuiu para a consolidação de guetos urbanos. As habitações sociais, muitas vezes localizadas em áreas periféricas ou menos valorizadas, contribuíram para a segregação residencial. Estereótipos negativos associados aos bairros como Chelas e Marvila reforçaram a segregação e dificultaram a integração dos residentes na sociedade mais ampla. A falta de voz e de representação das comunidades residentes nas áreas de habitação social nas decisões políticas e de planejamento urbano contribuiu para a consolidação das desigualdades e da exclusão. Esta combinação de fatores

históricos, socioeconômicos, de planejamento urbano e políticas habitacionais resultou em um território urbano partido e reprodutor de segregações, estigmatizações e distâncias sociais.

A atual experiência urbana de Marvila está marcada pelas múltiplas camadas de história que caraterizaram este território. Hoje, o que resta desse bairro de lata é um cenário de abandono e vazio urbano, onde permanecem vestígios de antigas quintas, palácios e residências reais. Essas ruínas da antiga nobreza surgem como espetros de tempos passados em grandes áreas desertas, sem função recreativa ou econômica, simbolizando a separação cultural e social que define a região. Aqueles que vivem além do que Maria definiu como o "Muro de Berlim" estão simbolicamente ligados a um território descaraterizado, estigmatizado e isolado em relação ao resto da cidade (Soares, 2011). Os 'muros' na cartografia cognitiva dos moradores multiplicaram-se. As diferentes áreas de Marvila estão ligadas a territórios pensados como distintos: a Marvila da primeira fase do realojamento social (entre 1960 e 1980), caraterizada pelo rápido crescimento populacional devido à migração interna e pelos primeiros esforços de realojamento; a Marvila da fase da consolidação (década de 1980 a 1990), caraterizada pelo Plano Especial de Realojamento, que objetivava erradicar as barracas e proporcionar habitação digna às famílias; a fase da revitalização urbana (década de 2000 a 2010), que buscava não apenas melhorar as habitações, mas também integrar socialmente e economicamente os residentes, através de projetos participativos que os envolviam na tomada de decisões e no planejamento das intervenções; e, finalmente, a atual Marvila dos *hipsters* e das indústrias criativas, com os novos desafios ligados à gentrificação e à pressão imobiliária.

Se as ruínas, os edifícios abandonados, os descampados e o vazio urbano que marcam a paisagem atual do bairro social remetem ao passado (com as suas idealizações românticas, mas também com as memórias traumáticas que carrega), a frente ribeirinha está agora totalmente voltada para o futuro. No entanto, a nova oferta cultural do bairro não parece ser direcionada à sua população original, que observa com ironia a constante abertura de restaurantes de luxo, bares com preços elevados e novos centros artísticos com atividades alternativas. Com nostalgia, os moradores relembram as antigas tascas, bares, círculos recreativos, farmácias, talhos, correios e mercearias, que desapareceram para dar lugar a novos condomínios de luxo. Para eles, o futuro de Marvila parece promissor apenas para os senhorios, que poderão aumentar as rendas, e para aqueles dispostos a pagar 500.000 euros por um T0[6]. O futuro deles está distante desse cenário. Eles conhecem as histórias de amigos que moravam em Alfama e na Mouraria e foram forçados a deixar seus apartamentos devido à gentrificação e ao aumento das rendas. Alguns sonham em retornar à terra natal, perto de Viseu, onde ainda esperam encontrar um pedaço de terra e uma

6 Um T0 é uma pequena unidade habitacional composta de um único cômodo que serve como sala, quarto e cozinha, com um banheiro separado.

casinha de pedra. Outros não têm certeza e apenas sabem que esta nova Marvila já não é para eles.

NOVA ÍNSULA UTOPIA: ILHAS URBANAS ENTRE O CAMPO E O JARDIM

Pensando o caso de Marvila à luz dos slogans contemporâneos da regeneração urbana, que idealizam a construção de uma cidade '*sustainable, green, smart, creative, open-source, nature, resilient, knowledge*', no projeto ROCK discutimos a reemergência contemporânea de pensamentos utópicos nos projetos de requalificação urbana. Nas propostas em que a revitalização e a regeneração social caraterizaram as atividades do projeto ROCK destacam-se aquelas ligadas à utopia da '*cidade-jardim'*. A criação do *Lisbon Living Lab*, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, proporcionou as condições necessárias para promover uma ampla gama de iniciativas e implementar três ações principais: um *pop-up* baseado na reutilização de lojas vazias, liderado pela ONG local Rés do Chão; o *co-design* de um jardim comestível denominado "jardim para todos" pelas ONG*s* locais Muita Fruta e Coletivo *Warehouse*; e a criação de um novo Centro Interpretativo do território na biblioteca pública, coliderado pela Câmara Municipal e pelo ICSUL. A valorização da agricultura urbana tem sido um foco, abrangendo tanto hortas formais e informais quanto descampados, para reviver a identidade rural do território e da sua população. Propôs-se a criação de um novo jardim comestível, a depender da participação ativa de intervenientes e comunidades locais, aproveitando tradições, memórias e conhecimentos rurais, reconhecidos como parte do patrimônio intangível local. Projetos mais ambiciosos visaram revitalizar a economia agrícola de subsistência e o mercado hortofrutícola, criando espaços verdes pedagógicos que promovam o equilíbrio social e uma integração harmoniosa entre campo e cidade. Este panorama remete ao ideal utópico de 'cidade-jardim' proposto por Ebenezer Howard, em 1889, no livro *Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform* (reeditado em 1902 com o título *Garden Cities of Tomorrow*). Este modelo emergiu em resposta ao crescimento desordenado das cidades e à deterioração dos subúrbios no final do século XIX na Inglaterra, oferecendo uma alternativa à superlotação urbana e às condições insalubres. A cidade-jardim buscava integrar o melhor da vida rural e urbana, expandindo para novos centros urbanos satélites conectados por vias férreas e rodoviárias, enquanto preservava espaços verdes ao redor dos aglomerados. Inspirado no modelo de 'cidade-jardim' e na imagem de uma aldeia, em Marvila, o bairro de Madre de Deus foi criado no âmbito do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, de 1938, como parte de um conjunto de bairros econômicos construídos

pelo Estado Novo (Baptista, 1999). O bairro procura recriar o ambiente rural das origens das famílias operárias, oriundas principalmente da Beira Alta, em contexto urbano. O projeto incluiu habitações unifamiliares geminadas, com jardins frontais e pequenos quintais ou hortas nas traseiras. A estrutura urbana foi organizada de forma simétrica, com ruas que convergem para um ponto elevado, onde se encontrava o largo ajardinado conhecido como Mata, atualmente Parque de Madre de Deus.

Após a conclusão do bairro de Madre de Deus[7], o *design* original foi complementado na periferia com edifícios de habitação coletiva, dispersos por amplos descampados que careciam da vitalidade do ambiente rural original. Esse desenvolvimento reflete as intenções do regime de Salazar, que buscou transformar antigas áreas insalubres em "casinhas brancas e higiênicas, felizes e alegres sucessoras de espeluncas infetas e malcheirosas, onde o Serviço Social, a Igreja e a Escola acabarão com os vícios dos pais e o abandono das crianças"[8], promovendo uma imagem de ordem e moralidade. A arquitetura visava fornecer privacidade e autonomia às famílias, distantes do coletivismo que o regime evitava. Salazar acreditava que a arquitetura deveria refletir os valores da família portuguesa tradicional, simples e humilde, rejeitando construções coletivas como as dos bairros operários: "a intimidade da vida familiar pede abrigo, busca isolamento, exige habitações independentes"[9]. O objetivo era usar a habitação como um meio de educação moral e sanitária, impondo regras estritas sobre a manutenção das casas e do bairro. A ideia era que, por meio dessa abordagem, seria possível promover uma "melhoria das condições sociais, econômicas, técnicas e morais", defendendo a instituição familiar e mantendo a ordem social: "infelizmente, as colossais construções da classe trabalhadora, com seus restaurantes anexos e mesas comuns, não nos interessam. Todas essas coisas servem apenas para os encontros casuais da vida, as populações já seminômades da Civilização Superior de hoje"[10]. Essa visão tratava a sociedade como um organismo que poderia ser curado

7 Em Lisboa, há vários empreendimentos semelhantes em termos de objetivo e escala, que buscam melhorar as condições de habitação e revitalizar as áreas urbanas. Entre outros, citamos aqui a título exemplificativo o Bairro da Encarnação, o Bairro da Bela Vista, o Bairro do Alto do Pina, entre outros.

8 Folheto de propaganda do Bairro da Quinta da Calçada, encarte na *Revista Municipal*, n. 5, 1940. O controlo e gestão dos espaços e dos aspetos administrativos ficou a cargo da Comissão Administrativa dos Bairros de Casas Desmontáveis, que se encarregava de cobrar as rendas e taxas, enquanto o cotidiano da população estava sujeito à vigilância por um fiscal e um guarda, antigos polícias, que redigiam notas sobre o comportamento da população (Pinto, 2013, p. 64).

9 Conceitos econômicos da nova Constituição — Discurso radiodifundido da U.N., em 16 de Março — Discursos, v. I, p. 199-200, 200-203 e 203-204 – 1933. Disponível em: https://www.oliveirasalazar.org/textos.asp. Acesso em em 18 fev. 2025.

10 Excertos do discurso Conceitos econômicos da nova Constituição — Discurso radiodifundido da U.N., em 16 de Março — Discursos, v. I, p. 199-200, 200-203 e 203-204 – 1933. Disponível em:https://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=704 e https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/06/02/086/1955-03-29?sft=true. Acesso em 18 fev. 2025..

e transformado pelos educadores estatais, como professores, funcionários públicos e arquitetos. A arquitetura era vista como um instrumento essencial para moldar o tecido social e promover valores e comportamentos que fortalecessem a coesão social e o progresso.

A arquitetura não é apenas a construção de edifícios, mas também o desenho de espaços que moldam o comportamento humano, condicionam interações sociais e refletem os valores culturais e sociais de uma comunidade. Os arquitetos têm o poder de criar ambientes que promovem a inclusão, a coesão social e o bem-estar geral. Isso pode incluir desde o planejamento de bairros, para fomentar a integração social, até a criação de espaços públicos que incentivem a participação cívica e a interação entre diferentes grupos. Nesse sentido, a projeção urbana não é apenas um ato de intervenção no espaço físico, mas também uma reconfiguração simbólica e a produção de novas subjetividades. Ao melhorar as condições de habitação, acreditava-se que programas de intervenção contra a exclusão e a pobreza também disciplinariam as vidas daqueles visados, constituindo uma fábrica de novos cidadãos. Apesar do considerável sucesso desses empreendimentos, as condições miseráveis no interior do país e o *boom* industrial em Lisboa na década de 1950 pavimentaram o caminho para uma bomba-relógio demográfica na cidade. Estudos da Câmara Municipal estimavam que mais de 150.000 famílias viviam em condições habitacionais precárias. O modelo de habitação social de baixa densidade não era nem socialmente nem economicamente viável, e o medo ideológico da habitação coletiva foi gradualmente deixado de lado na busca por soluções racionais para enfrentar uma crise iminente. Esse período coincidiu com críticas internacionais ao regime, por sua relutância em se abrir às forças de globalização e democratização, tanto em seus territórios metropolitanos quanto coloniais.

A solução para a expansão urbana poderia estar em uma vasta área não urbanizada ao norte de Marvila, conhecida como Olivais devido à presença frequente de oliveiras. Em 1959, foi estabelecido um programa de habitação com aluguel acessível e criado um Escritório Técnico de Habitação, que delineou um plano ambicioso de urbanização cobrindo 710 hectares, aproximadamente um décimo de toda a área de Lisboa. Composto por uma equipe multidisciplinar de arquitetos, engenheiros, historiadores, economistas e sociólogos, o Escritório Técnico de Habitação transformou esse plano em um colossal laboratório experimental de cultura arquitetónica moderna. A equipe explorou diferentes soluções e criou versões híbridas de habitação social inspiradas em Novas Cidades inglesas e escandinavas, além de considerar desenvolvimentos e ideias latino-americanas. O planejamento e a execução foram constantemente acompanhados por análises sociológicas detalhadas, que forneceram material para repensar e reutilizar a definição tanto do espaço doméstico quanto do espaço público. Essas análises examinaram como as pessoas usavam, se apropriavam e transformavam cada unidade habitacional de acordo com seus hábitos culturais, recursos e aspirações. Isso permitiu

não apenas a inserção de uma dimensão humana e social no design arquitetónico, mas também ofereceu uma crítica aos preceitos vitais do regime autoritário, como a ideia da casa familiar como núcleo central da existência social. Em vez disso, afirmou-se uma visão mais cosmopolita da cidade, concebida como um sistema ecológico, desafiando a concepção tradicional de um caráter nacional homogêneo da "casa" portuguesa, com seu estilo correspondente, gosto, visão, economia doméstica e atribuição de papéis de gênero (Soares, 2011; Reis e Silva, 2013; Pinto, 2016; Machado, 2017). Em 1996, quase trinta anos depois da realização do projeto PRODAC, teve início uma nova transformação do território e dos modos de vida das pessoas que o habitam, erradicando todas as barracas e criando o que são hoje denominados como Bairro da Quinta Marquês de Abrantes e Bairro dos Alfinetes, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento. Decretado em 1993, e implementado nas duas décadas subsequentes, o PER foi o maior programa de habitação pública desenvolvido no Portugal democrático. Convém lembrar que no início dos anos 1990 começou a existir uma forte atenção internacional para a cidade de Lisboa devido ao título de Capital Europeia da Cultura, em 1994, e ao projeto da Expo, de 1998. Além do aumento da visibilidade internacional, que tornava particularmente problemática a imagem pública dos bairros clandestinos de Lisboa, consideramos também o incremento da pressão urbanística e a valorização de terrenos que poucos anos antes eram considerados como semiperiféricos, e que, com a Expo, se tornaram centrais. O Programa Especial de Realojamento tinha como principal objetivo a erradicação das barracas e o realojamento dos seus moradores em imóveis de habitação social no menor tempo possível (Tulumello; Allegra, 2020). Além do objetivo principal da erradicação das barracas, o PER visava a alteração do estilo de vida das populações que habitavam estes contextos indignos por meio de um plano de educação de ensino de ordem moral, destinado a favorecer a sua melhor integração no tecido da cidade. As políticas habitacionais públicas foram fortemente influenciadas por preocupações com a saúde e a ordem pública. A análise de Rita Ávila Cachado (2011) oferece uma perspectiva crítica e detalhada sobre as políticas habitacionais públicas em Portugal, evidenciando a influência do higienismo desde o início do século XX. O regulamento interno das novas habitações sociais era muito limitativo a vários aspetos da vida no bairro, com diversas proibições de horário e distribuição de eletricidade pública, proibição de animais nas habitações, proibição de construir cercas no quintal, andar descalço na rua, pisar a relva e muitas outras disposições relativamente às famílias e aos moradores.

A crescente patologização dos comportamentos com base nas condições habitacionais precárias e a utilização da arquitetura como instrumento de educação pública são caraterísticas comuns ao discurso modernista. A perceção da sociedade como um corpo que podia e deveria ser curado pelos educadores estatais usava a arquitetura como um dos principais instrumentos de intervenção sobre o tecido social. As condições de habitação degradadas poderiam favorecer

comportamentos desviantes, dependência econômica, ócio e criminalidade, perpetuando o estereótipo da cultura da pobreza associada a esses bairros. Assim, o planejamento urbano não é apenas uma intervenção no espaço, mas também uma reconfiguração simbólica e a produção de novas subjetividades sociais: uma fábrica de novos cidadãos. A mudança das condições habitacionais tinha como objetivo disciplinar também as vidas dos visados pelos programas de intervenção contra a exclusão e a pobreza. A preocupação com a erradicação das barracas estava inserida no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP), inaugurado pelo XII Governo Constitucional em 1991, com o objetivo de combater a pobreza e os cinco gigantes da carência, da doença, da ociosidade, da ignorância e da miséria, apontados por Lord William Beveridge no Reino Unido da década de 40. A alteração das condições habitacionais e higiênicas buscava curar as patologias mais profundas da dependência e da desordem por meio da educação, promovendo emancipação moral, estabelecendo virtudes cívicas e cultivando bons hábitos e disposições mentais. Assim nasceu o Bairro do Marquês de Abrantes, hoje um espaço urbano reconvertido, onde as barracas do Bairro Chinês deram lugar a edifícios construídos em altura, separados por ruas largas e arejadas, estendendo-se pela encosta voltada para o nascente, acima da linha do comboio. Seus blocos, como grandes paralelepípedos em linhas retas, transmitem uma sensação de ordem, higiene e disciplina, sugerindo novas formas de viver e habitar. As paredes dos edifícios, anteriormente pintadas do que é popularmente chamado de "amarelo dos pobres", estão agora adornadas com murais feitos por artistas internacionais durante o Festival Muro, organizado pela Galeria de Arte Urbana da Câmara Municipal de Lisboa. Os habitantes afirmam não ter gostado dessa intervenção, que reforça a imagem de um bairro marginal, segregado e problemático, sem refletir a verdadeira história e identidade daquele lugar e de seus moradores.

Do tempo das barracas só restam memórias. Se a imagem pública retrata um contexto degradado, insalubre e perigoso, as pessoas que lá viveram contam da outra face da moeda. Certamente havia escassez de condições, de higiene e de infraestruturas básicas, e todos concordam que as casas sociais que lhes foram atribuídas são mais confortáveis. Porém, persiste a nostalgia da vida no bairro, das relações que replicavam as amizades das aldeias, da convivência, da proximidade entre vizinhos, da amizade, da solidariedade, da entrerajuda, da proximidade das casas, dos pátios, das hortas.

Os grandes prédios que substituíram as casinhas não favorecem as relações interpessoais. Os grupos de parentes e amigos foram realojados em edifícios nem sempre próximos, e os núcleos habitacionais são distantes entre eles e sem nenhum serviço que facilite a mobilidade dos moradores. Estes sentem falta desses tempos e lembram a vitalidade de outrora, em contraste com a contemporaneidade, onde falta comunicação e tudo parece mais parado. Como relatam alguns: "os vizinhos não são os mesmos", "as pessoas já não são tão unidas", "tudo era

diferente, para melhor, nas relações de vizinhança", "hoje estes laços já não existem", "onde há gente, eu é que não conheço as pessoas".

No meio do vazio urbano, dos descampados e dos terrenos baldios que caraterizam o Bairro do Marquês de Abrantes, resta, porém, uma marca física do que foi o Bairro Chinês. Como uma marca do passado, fora de contexto e em contradição com a lógica habitacional dos edifícios de realojamento, surge, às margens da que outrora foi a estrada principal do Bairro Chinês, o Pátio 88, o único que sobreviveu à demolição do Bairro Chinês. Voltada para a rua, a construção abriga um pequeno restaurante gerido pela Dona Lena, uma casinha, uma horta e um quintal logo atrás. "Eu não vou embora, isso é minha casa", explica a Dona Lena. De longe, podemos ver o Sr. Idálio nos campos, pastoreando suas cabras, que dormem no quintal. "As coisas eram muito melhores do jeito que eram. O que vou fazer no novo bairro? Os laços que tínhamos aqui agora se foram. Aqui posso plantar meus vegetais, e ele pode pastorear suas cabras. Quem diz que as pessoas de lá têm uma vida melhor do que nós?". A Dona Lena e o Sr. Idálio resistem às mudanças. A sua presença obstinada no território incomoda as autoridades, que os querem fora dalí e, por isso, são vistos com simpatia pelos vizinhos.

Apesar das grandes transformações que esse lugar sofreu, e das pressões legais que continuam a enfrentar para deixá-lo, persistem teimosamente em manter um modo de existência desalinhado, aquele que escolheram para si. Se as utopias consolam com as suas geometrias, com a ordem e organização das formas e com a abertura dos jardins, as heterotopias perturbam porque subvertem a ordem, contrariam o conhecido, suspendem o tempo, condensam experiências distantes, tornam presentes fronteiras sociais e simbólicas.

A edificação dos grandes conjuntos habitacionais sociais, destinados ao realojamento da ampla população residente em bairros de barracas, como o Bairro Chinês do qual já falamos, reproduz alguns dos elementos utópicos já identificados. Em primeiro lugar, a necessidade de construir o espaço do nada segundo um projeto novo e claro, e não por alterações ou melhorias sucessivas do que já lá estava. É o que o Descartes, na segunda parte do *Discours de la méthode* (1637), considera o verdadeiro projeto utópico: o projetar e construir a cidade do zero, de uma só vez, com base em um projeto coerente e ordenado.

Aludindo à ambivalência do u- inicial do termo utopia – que por um lado pode significar um u- de negação, o 'não lugar' – e pelo outro o advérbio (eu)- que significa 'bem', o bom lugar, o lugar ideal, a cidade utópica é construída racionalmente na base de um plano regulador, planejada de forma geométrica e ordenada. Os bairros de realojamento surgem para substituir uma realidade que deve desaparecer o mais rapidamente possível: a presença desconfortável dos bairros clandestinos de barracas.

Ilhas urbanas desligadas da cidade que os envolve, estes bairros são pensados para servir apenas os seus habitantes, criando núcleos de habitação coletiva o mais autônomos possível e

independentes do resto, caraterizados por linhas retas e geometrias simples que sugerem um estilo de vida saudável e eficiente, com aberturas sobre espaços verdes, pontes e galerias de interligação entre os vários blocos destinados a reforçar relações de vizinhança e a proporcionar situações de convivência saudável. O resultado atual é a presença de um grande arquipélago de ilhas habitacionais separadas entre si por amplos vazios urbanos e desligadas do resto da cidade.

Se a deslocação entre núcleos não é simples, também são escassas as entradas aos blocos, criando, por um lado, uma situação de maior controle por parte dos residentes, e por outro aumentando os riscos de 'guetização', com o seu interior passando a funcionar como um espaço independente e autônomo sem necessidades de conexão com o contexto envolvente. A segregação urbanística desses núcleos habitacionais contribui para uma imagem estigmatizada daquela realidade social, pouco convidativa para visitantes não moradores. O cenário apocalíptico dos grandes blocos de habitação social, ilhas perdidas no vazio urbano, torna presente o fantasma invisível da pobreza, da exclusão, da miséria – outrora materializado pelos bairros de lata.

É a esse passado que os novos projetos olham com algo que não se pode repetir: a memória das barracas, recente, apesar de quase invisível no atual tecido urbano, funciona como um pesadelo (retro)distópico. Esse termo não se refere à fantasia de um futuro ou de um mundo paralelo negativo, mas à imaginação de algo passado como extremamente nocivo, miserável e indesejável. Os projetos utópicos de regeneração de Marvila – hoje como outrora – são também planos de esquecimento de um passado de pobreza. São "retrotopias", como diria Zygmunt Bauman (2017), ligadas somente ao que desse passado é romantizado e idealizado: o tempo da coletividade, da entreajuda, da proximidade, da vida na cidade "como se" fosse o campo, ou ainda a época do crescimento econômico, do progresso, das máquinas e das indústrias, da vitalidade febril, da história operária. "Das ratazanas, da fome, da miséria da nossa infância, afirma o Ricardo com um sorriso, ninguém quer lembrar".

(RETRO)TOPIAS, (RETRO)DISTOPIAS E ARQUITETURAS DE CIDADANIA

A idealização positiva da cidade-jardim, da ruralidade dentro da cidade, das urbanizações de vivendas unifamiliares organizadas em composições geométricas, e do campo como espaço de lazer para a aristocracia lisboeta, com suas conotações de tranquilidade e contato com a natureza, sustenta hoje o imaginário futuro de uma Marvila 'verde'. As hortas urbanas — formais e informais, familiares e comunitárias — que caracterizam esse território, assim como os amplos descampados, os espaços arborizados ou baldios, foram consideradas fontes de

benefícios sociais, ambientais, econômicos, emocionais e até espirituais para a comunidade. As motivações são variadas, podendo estar associadas à inclusão social (étnica, de gênero e geracional), ao complemento dos rendimentos de famílias desfavorecidas, às áreas de lazer comunitárias, à sustentabilidade e resiliência urbana, à educação ambiental, à contemplação e até a novos estilos de vida mais espirituais baseados na harmonia entre o homem e a natureza.

O que liga essas propostas é a visão comum da criação de uma ligação entre o passado e o futuro, replicando a tradição rural da área, através da valorização das zonas verdes existentes, da criação de mercados biológicos e da promoção de atividades comunitárias e educativas. O espaço verde neste bairro é composto por diferentes áreas. Destaca-se o amplo espaço baldio, onde também se encontra um imponente "geo-monumento", situado em frente à antiga Escola Secundária Afonso Domingues. Esta área se estende até à Escola António Verney; ali perto encontra-se a Mata da Madre de Deus. Ao lado da antiga Quinta das Pintoras há um bosque densamente arborizado e que serve de arranque para a área onde surgem as hortas urbanas. Na passagem para a rua do Açúcar há um mirante em terreno baldio onde antes se encontrava o Pátio de Israel.

Olhando para o passado, neste caso para uma imagem romantizada da vida animada e dinâmica da época industrial, surgem projetos que querem recriar o dinamismo das fábricas em uma chave contemporânea. Fábricas 'novas' ou 'modernas', indústrias criativas, espaços polivalentes de *co-working, hub, start-ups,* laboratórios, oficinas ligadas a uma economia inovadora baseada na arte, na tecnologia e no *design*. Um rápido passeio por Marvila Velha exibe as ruínas de todo esse passado, mas também nos dá um vislumbre do futuro que está para acontecer. Em plena crise econômica, a Câmara Municipal de Lisboa adotou a narrativa das indústrias criativas como um grande catalisador e motor de regeneração das zonas pós-industriais e como fonte de investimento, sobretudo estrangeiro, no contexto da crise econômica e dos planos de recuperação da Troika.

Marvila está para se tornar rapidamente um território experimental de todos os *slogans* contemporâneos de regeneração urbana, sendo idealizada como uma cidade sustentável, verde, inteligente, criativa e resiliente, considerando que esses processos de desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico serão capazes de reforçar as identidades locais, capacitar as comunidades e promover a coesão social.

Ironicamente, as contradições entre os processos de resistência rural em meio ao desenvolvimento urbano, que por tanto tempo foram vistos como um risco à saúde e à moral, estão agora sendo reavaliadas e revalorizadas: os jardins comunitários urbanos foram regulamentados e serão desenvolvidos ainda mais. Uma vinha orgânica foi plantada para celebrar o glorioso período da indústria vinícola e grandes cinturões verdes estão sendo projetados, tendo Marvila como seu núcleo. Com a mesma mentalidade, a própria narrativa das indústrias criativas está

tentando recriar uma imagem romantizada da vida animada e dinâmica do bairro durante o auge industrial. Após um século de utopias fracassadas, poderia o futuro dessa área ser uma retrotopia, um plano para prosperar, abraçando seu próprio passado?

As indústrias do passado dão espaço à nova realidade das fábricas criativas e aos espaços de interesse artístico e cultural. O investimento público no setor cultural com objetivos de regeneração urbana tem assumido destaque na cidade de Lisboa nos últimos anos, especialmente em contextos urbanos pós-industriais como é o caso de Marvila. Em um território feito de contrastes, essas novas oficinas de modernidade convivem ao lado de edifícios devolutos e em ruínas e ocupam, aos poucos, os terrenos baldios. Essa imagem do contexto fabril traz consigo novas economias, novos visitantes, habitantes, protagonistas, empresários e profissionais, novos imaginários e novos espaços de trabalho, de habitação e de lazer. Não é de se admirar que o arquiteto italiano Renzo Piano tenha decidido propor para Marvila a construção de um novo bairro, o Braço de Prata, com o intuito de homenagear o passado industrial. O bairro residencial foi idealizado segundo um plano retrospectivo, olhando para o passado e desenhando, assim, 12 edifícios que, do alto, se assemelham a uma enorme fábrica. A inspiração foi a Fábrica de Braço de Prata, construída em 1904 para a produção de armamento e material de guerra e desativada em 1990, que hoje abriga um centro cultural que ocupa um papel de destaque nesses processos de revitalização da zona. O projeto de Piano, com um valor de 450 milhões de euros, visa criar um microcosmo com habitações, restaurantes, espaços de lazer, jardins e escolas, inspirado na vida de um espaço real, sem luxos, como foi outrora, para que seja um bairro 'para viver gente normal'. Os preços variam de 400 mil a 2,7 milhões de euros.

Não que isso importe muito para a maioria dos moradores que ainda podem se dar ao luxo de viver desse lado ribeirinho do Muro de Berlim, e ainda menos importa aos que nunca viveram aqui e continuam "presos do outro lado da linha de ferro", como diz Maria. Esse tipo de oferta cultural não atrai essa população, que vê com desagrado a abertura de restaurantes sofisticados e lojas alternativas. Muitos deles suspiram pelas antigas tascas, bares, farmácias, açougues e correios que desapareceram com o declínio da vivacidade industrial. O futuro de Marvila, para eles, só será bom para os "senhorios que podem aumentar seus aluguéis" e para os "insanos dispostos a pagar meio milhão de euros por um estúdio". O futuro deles estará longe dali. Outros realmente não sabem o que vai acontecer. Eles têm certeza de que a nova Marvila não é mais para eles.

Próximo aos edifícios de Piano está sendo construído um novo condomínio que aposta também na memória das velhas fábricas lisboetas de Marvila, nos espaços verdes, nas hortas comunitárias, nas áreas comuns de lazer e que promove a ligação entre os diferentes proprietários. Trata-se do conjunto habitacional 'Prateado' que está sendo construído na Rua Pereira Henriques, aproveitando o ambiente de armazéns e galerias, novos restaurantes cosmopolitas, circuitos

de cervejarias artesanais, hotéis *boutique,* bares *design*, projetos *smart* de cariz cultural que estão surgindo naquela zona de Marvila. Estes 51 *lofts*, fruto do investimento de 16 milhões de euros do grupo libanês *FFA Real Estate* com autoria dos escritórios de arquitetos portugueses *Tekstudios*, querem constituir um "condomínio da nova geração" com áreas comerciais, uma pista de *jogging*, soluções *high tech*, lavandaria *self-service*, energia solar, horta comunitária e espaço para 'promover a interação entre moradores e retomar o conceito de comunidade', como sublinha Georges Abu Jaoude, CEO da *FFA Real Estate*. O empreendimento privilegia o *design* caraterístico dessa zona industrial da cidade: a opção do betão à vista e de texturas naturais permite abraçar o conceito de *loft* e reforçar o cunho industrial que deu origem ao *layout* de todo o condomínio e da sua arquitetura. Estes dois projetos, em Marvila, são os primeiros de outros investimentos que já estão sendo delineados para essa zona, onde começam a proliferar inúmeros conceitos ligados à tecnologia, ao *design*, ao empreendedorismo e à criatividade.

Essas idealizações do passado refletem também imaginários ideais de *civitas*: em um caso, uma sociedade rural, formada por relações quase familiares de proximidade e de interajuda; no outro, uma comunidade moderna, ligada a valores de progresso, trabalho e autonomia. Nesta fascinação retrotópica para com um passado romantizado, como o tempo de coletividade e interajuda, assim como na idealização utópica do ambiente harmonioso e sustentável da "cidade-jardim", nem todas as soluções de ontem são auspiciosas para projetar o amanhã. Se subsiste uma visão do passado romantizada que serve como inspiração para o futuro, todavia, no imaginário dos mesmos moradores existe também a memória de um passado de miséria, reproduzido nas distópicas "ilhas habitacionais" representadas pelos grandes blocos de habitação social, que evocam e reproduzem pobreza, segregação urbana e exclusão social.

As dinâmicas de regeneração urbana em Marvila revelam as complexas tensões entre as visões utópicas, retrotópicas e as realidades distópicas que aqueles que habitam esta área sempre enfrentaram e que moldam as experiências dos residentes. Os processos de regeneração urbana ignoram, muitas vezes, as realidades sociais e históricas dos bairros. A pesquisa antropológica, que revela as experiências e as preocupações cotidianas dos moradores, torna-se um instrumento fundamental para um planejamento urbano mais inclusivo e consciente das vozes dos residentes, permitindo imaginar futuros alternativos que realmente atendam às necessidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Filipa Oliveira. **Habitação operária**: pátios e vilas de Lisboa: a experiência

da cidade operária industrial. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura de Habitação) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2002.

2. ÁVILA CACHADO, Rita. Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures. **Fórum Sociológico**, [*s. l.*], v. 21, p. 23-31, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/sociologico/425. Acesso em: 24 fev. 2025.

3. ÁVILA CACHADO, Rita. O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. **Análise Social**, [*s. l.*], v. 206, n. xlviii (1), p. 135-152, 2013. Disponível em: https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/o-programa-especial-de-realojamento-ambiente-historico-politico-e-social/19553. Acesso em: 24 fev. 2025.

4. BAPTISTA, Luís. **Cidade e habitação social**: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa. Oeiras: Celta Editora, 1999.

5. BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Cambridge: Polity Press. 2017.

6. BOERI, Andrea; GASPARI, Jacopo; GIANFRATE, Valentina; LONGO, Danila; PUSSETTI, Chiara. The adaptive reuse of historic city centres. Bologna and Lisbon: solutions for urban regeneration. Techné. **Journal of Technology for Architecture and Environment Research and Project**, [*s. l.*], v. 12, p. 188-195, 2017. Disponível em: https://oaj.fupress.net/index.php/techne/article/view/4600. Acesso em: 24 fev. 2025.

7. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília. **O Formoso Sítio de Marvila**. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2004.

8. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília. **Marvila**. Lisboa: Dinalivro, 2006.

9. CORREIA, Rita; FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda; MARTINS, João. **ROCK Lisbon Survey**: Statistical Report. Lisboa, 2020. Disponível em: https://lisboa.rockproject.eu/rock-lisbon-survey-statistical-report/. Acesso em: 18 fev. 2025.

10. DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Paris: Jean Maire, 1637.

11. DI GIULIO, Roberto; BOERI, Andrea; LONGO, Danila; GIANFRATE, Valentina; BOULANGER, Saveria; MARIOTTI, Chiara. ICTs for accessing, understanding and safeguarding cultural heritage: the experience of INCEPTION and ROCK H2020 Projects. **International Journal of Architectural Heritage**, [*s. l.*], v. 15 n. 6, p. 825-843, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337352793_ICTs_for_Accessing_Understanding_and_Safeguarding_Cultural_Heritage_The_Experience_of_INCEPTION_and_ROCK_H2020_Projects. Acesso em: 24 fev. 2025.

12. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa. Dias de Marvila. **ROCK Report**. [*s. l.*], 2018. Disponível em: https://lisboa.rockproject.eu/wp-content/uploads/2019/04/Report-Dias-de-Marvila2small-1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

13. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa; MARTINS, João Carlos. Bibliogamers. **ROCK Report**, [*s. l.*], 2019. Disponível em: https://lisboa.rockproject.eu/relatorio-ics-4-bibliogamers/ Acesso em: 18 fev. 2025.

14. FALANGA, Roberto; PUSSETTI, Chiara. Connecting agencies in Lisbon. Insights from the H2020 project ROCK, *In*: TOPI, Corrado; LUCCHINI, Chiara (ed.). **The city agencies working papers**. Methodologies, approaches, potentialities and perspective. Torino: Urban Lab Torino, 2019. p. 32-42.

15. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa. Tackling urban disparities through participatory culture-led urban regeneration: insights from Lisbon. **Land Use Policy**, [*s*. *l*.], v. 108, art. 105478, 2021. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/eee/lauspo/v108y2021ics0264837721002015.html. Acesso em: 24 fev. 2025.

16. FALANGA, Roberto; BONOLI, Alessandra. Sustainability and cultural heritage. *In*: LEONI, Giovanni; BOERI, Andrea; LONGO, Danila; GIANFRATE, Valentina; BOULANGER, Saveria; MASSARI, Martina; ROVERSI, Rossella (ed.). **Cultural Heritage leading Urban Futures**: Actions and Innovations from ROCK Project. Delft: TU Delft, 2021. p. 82–90.

17. FERREIRA, Susana; GOMES, Ana. **Prodac**: comunidade em construção. Lisboa: Centro Editorial da Santa Casa de Misericórdia, 2015.

18. FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge. **Caminho do oriente**: guia do património industrial. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

19. LEITE, Ana Cristina; VILHENA, João Francisco. **Pátios de Lisboa**: cidades entre muros. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991.

20. MACHADO, João Cláudio Rodrigues. **O Lugar para a participação** – Bairro PRODAC. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

21. MARTINS, João Carlos. Culture-led urban regeneration and local expectations of urban void renewal in eastern Lisbon: A critical perspective on the social and spatial accomplishments of ROCK Pilot Projects in Marvila. **Culture Unbound**, [*s*. *l*.], v. 14, n. 1, p. 51-74, 2022. Disponível em: https://cultureunbound.ep.liu.se/article/view/1094. Acesso em: 24 fev. 2025.

22. MATOS, José Sarmento. **Caminho do oriente**: guia histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

23. PEQUENO BAPTISTA SOARES DA MATA, Ana Maria. **Identidade territorial de um bairro social**: o caso da Quinta Marquês de Abrantes. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Nova, Lisboa, 2011.

24. PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e vilas de Lisboa:1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. **Análise Social**, [*s*. *l*.], v. XXIX, n. 127, p. 509-524, 1994.

25. POGGEMANN, Tim. **Cultural-led urban regeneration in Lisbon**: access to culture in the cases of Beato and Marvila. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Kiel, 2020.

26. PUSSETTI, Chiara; BARROS, Vitor. Geographies of public art and urban regeneration in Lisbon. *In*: MARTINEZ, Francisco (ed.). **Politics of recuperation**. repair and recovery in post-crisis Portugal. London: Routledge, 2020. p. 101-118.

27. REBOLO, José Manuel Teles. **O realojamento do Bairro Chinês em Marvila:** participação e autoconstrução como processo – o caso da PRODAC (1970-1974). 2017. Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

28. REIS E SILVA, Margarida. **Para onde a indústria os levou**: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. [*S. l.*]: Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª série n. 12, p. 117-140, 2019.

29. REIS E SILVA, Margarida. **Pátios e vilas de Marvila e Beato**: modos de vida de um movimento antigo. [*S. l.*]: Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª série, n. 6., p. 143-170, 2016.

30. REIS E SILVA, Margarida. **Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental**: materialidade, memória e recuperação urbana. 2013. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

31. REIS E SILVA, Margarida. History and Stories of Marvila and Beato. **ROCK Research Note**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://lisboa.rockproject.eu/history-and-stories-of-marvila-and-beato. Acesso em: 18 fev. 2025.

32. SILVA NUNES, João Pedro; DOURADO SEQUEIRA, Ágata. O fado de Marvila: notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa. **Forum Sociológico**, [*s. l.*], v. 21, p. 33-41, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/sociologico/382. Acesso em: 24 fev. 2025.

33. SOARES, Ana Maria. **Identidade Territorial de um Bairro Social**: O caso da Quinta Marquês de Abrantes. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território – Território e Desenvolvimento), – Universidade Nova, Lisboa.

34. TELES REBOLO, João Manuel. **O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila**: participação e autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974). 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Especialidade em Arquitetura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

35. TULUMELLO Simone et al. **Social housing policy or social policy for housing?** The role of the Programa Especial de Realojamento (PER) in the housing/planning nexus in Portugal. *In*: LISBON AESOP ANNUAL CONGRESS, 17., 2017, Lisboa. **Proceedings** [...]. Lisboa: AESOP, 2017. p. 1711-1725.

36. TULUMELLO, Simone; ALLEGRA, Marco. Habitação social e segregação da pobreza: uma reflexão a partir do caso do Programa Especial de Realojamento (PER). **Rediteia: Revista de Política Social**, Lisboa, v. 52, p. 155-162, 2020. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/47067. Acesso em: 31 maio 2025.

Chiara Pussetti
Investigadora Principal e Docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutora em Antropologia Cultural pela Università degli Studi di Torino. ID ORCID: https://orcid.org/ 0000-0002-2146-3587. E-mail: chiara.pussetti@ics.ulisboa.pt

Doces sexualizados e narrativas do *self* consumidor: estudo sobre as práticas de consumo na loja *La Putaria/ La Censura*

Sexualized sweets and consumer self-narratives: a study on consumption practices at *La Putaria/La Censura*

Candice Vidal e Souza
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Marina Fernandes Araújo de Alvarenga
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Yuri Araújo
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Os registros de representações materializadas dos órgãos genitais e das relações sexuais entre homens e mulheres podem ser encontrados em sociedades variadas e situadas em diversos tempos históricos. No presente artigo, apresentamos a conexão entre representações materializadas dos órgãos genitais e substâncias comestíveis em um contexto urbano contemporâneo a partir da loja La Putaria, instalada em 2021 em Lisboa e inaugurada em 2022 em Belo Horizonte, com abertura posterior de filiais no Rio de Janeiro, em Roma e São Paulo. As filiais mineira e carioca fecharam suas portas em 2024. As experiências de consumo dos doces na loja de Belo Horizonte foram amplamente publicizadas nas redes sociais dos frequentadores, indicando que o ato de presença tanto nas filas quanto no interior da loja, e a devoração de *piroffles* e *xoxoffles,* são elementos para a produção de narrativas expressivas do *self*. As análises estão apoiadas em visitas à loja, conversas com consumidores, proprietária e funcionários em 2022 e 2023. Conclui-se que o comércio de alimentos erotizados, realizado pela loja, aciona moralidades urbanas e oferece um cenário para expressões identitárias apoiadas na sexualidade e nas formas de enunciação das escolhas de consumo, englobadas pelo ambiente de incertezas e instabilidades que marca as paisagens das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: Erotização, Comida, Consumo, La Putaria, Instagram.

Recebido em 21 de maio de 2024.
Avaliador A: 6 de junho de 2024.
Avaliador B: 27 de junho de 2024.
Aceito em 9 de setembro de 2024.

CC BY

ABSTRACT

Records of materialized representations of genital organs and sexual relations between men and women can be found in different societies located in different historical times. In the article, we present the connection between materialized representations of genitals and edible substances in a contemporary urban context based on the La Putaria store, installed in 2021 in Lisbon and opened in 2022 in Belo Horizonte, with subsequent opening of branches in Rio de Janeiro, in Rome and São Paulo. The Minas Gerais and Rio de Janeiro branches closed their doors in 2024. The experiences of consuming the store's sweets in the Belo Horizonte store were widely publicized on customers' social networks, indicating that the act of presence in the queues and inside the store, and the devouring of *piroffles* and *xoxoffles*, are elements for the production of expressive narratives of the self. The analyzes are based on visits to the store, conversations with consumers, owner and employees in 2022 and 2023. It is concluded that the sale of eroticized foods carried out by the store triggers urban moralities and offers a scenario for identity expressions based on sexuality and forms of enunciation of consumption choices, encompassed by the environment of uncertainty and instability that marks the landscapes of contemporary cities.

Keywords: Eroticization, Food, Consumption, La Putaria, Instagram.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2022 foi inaugurada em Belo Horizonte (MG) a primeira loja La Putaria, seguindo-se à loja matriz que se instalou em Lisboa na rua da Rosa (Bairro Alto), no segundo semestre de 2021. A presença desse pequeno negócio em cor rosa, onde são feitos *waffles* na forma de órgãos genitais, provocou curiosidade nos primeiros meses, produzindo filas demoradas nas calçadas das lojas que se seguirão: Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A loja La Putaria é propriedade de uma mineira negra e de seu namorado austríaco branco, moradores de Lisboa, que, na época da inauguração da loja, estavam com 26 anos e 34 anos, respectivamente. A apresentação da loja pode variar como creperia, padaria ou pastelaria. Nas lojas destacam-se as frases em neon rosa como "maior do que o do teu namorado", "não te engasgues" e "melhor que teu date no Tinder". Todas elas têm apresentação visual com dominância da cor rosa-choque e uma logomarca que contém um pênis penetrando um coração.

Figura 1. Logomarca da loja La Putaria/La Censura



Fonte: https://www.instagram.com/laputariaoficial/. Acesso em: 5 jul. 2021.

Quando chegou a Belo Horizonte, o empreendimento causou surpresa e curiosidade em passantes que avistavam a fachada do número 64 da Avenida Cristóvão Colombo, na Savassi (bairro comercial nobre da região sul de Belo Horizonte). Sua presença provocou também enfrentamentos legais conduzidos por vereadores, moradores e autoridades locais que consideraram a exposição dos formatos genitais, em uma loja com entrada aberta como as demais lojas de rua da região, uma afronta moral e uma ameaça à formação de crianças que passam pelas ruas em frente ao estabelecimento. Em consequência dessas imposições locais, a empresa adotou no Brasil o nome La Censura, como reação comercial para publicizar os processos judiciais e a oposição ferrenha de alguns atores à existência da loja em via pública, substituindo os letreiros originais com a marca La Putaria, que antes haviam sido cobertos com um pano preto, por imposição judicial, e colocando uma tarja preta em sua logomarca.

A conexão entre representações materializadas dos órgãos genitais e substâncias comestíveis é que nos interessa investigar em um contexto urbano contemporâneo a partir desse empreendimento comercial instalado em 2021, em Lisboa, e inaugurado em 2022, em Belo Horizonte, com a abertura de filiais no Rio de Janeiro (maio de 2022) e em São Paulo (fevereiro de 2023). A inauguração da primeira loja no Brasil foi anunciada como "Portugal´s sexiest bakery now in Brazil" (em português, A padaria mais sexy de Portugal agora no Brasil). As lojas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro foram fechadas em janeiro de 2024, provocando comentários de um cronista de *O Globo* e a reação de moradores (clientes, na maioria) no Instagram da loja[1].

1 Joaquim Ferreira dos Santos escreveu uma crônica na época da abertura da loja em Ipanema, Rio de Janeiro (prestigioso bairro da Zona Sul carioca), e outra no mês do fechamento. Moradores do Rio de Janeiro (RJ) que escreveram no Instagram da La Putaria (https://www.instagram.com/laputariaoficial/) também fizeram comen-

As experiências de consumo dos doces da loja são amplamente publicizadas nas redes sociais dos frequentadores, indicando que o ato de presença nas filas e no interior da loja, e a devoração de *piroffles* e *xoxoffles*[2], são elementos para a produção de narrativas expressivas do *self*. As pessoas indicam onde estão e o que comem, depois vão opinando sobre seus formatos e sabores prediletos, inclusive as versões salgadas, que entraram mais tarde nos cardápios, assim como as opções veganas, todas elas menos numerosas e variadas em relação às receitas doces.

Consideramos os produtos, o ambiente visual e a expressão textual presentes na loja La Putaria como sendo uma expressão particular da articulação entre sexualidade e comida, tomando como elemento central da análise o fato de que os artigos protagonistas do cardápio da loja são doces, substâncias associadas ao prazer, à diversão e ao excesso. A ativação sensorial permitida pelo açúcar e sua possibilidade de assumir cores, formas e cheiros diversos potencializa a erotização dos doces sexualizados vendidos para clientes jovens, homens e mulheres (binários, não-binários, heterossexuais, homossexuais, bissexuais e outras orientações sexuais) em regiões de ampla circulação para compras e diversão nas cinco cidades onde a loja está instalada (Bairro Alto, Savassi, Ipanema, Consolação, Centro Histórico, respectivamente localizados em Lisboa, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Roma), considerando o intervalo entre 2021 e 2023.

Observamos nesse artigo os contextos interativos produzidos pelo funcionamento da loja a partir da pesquisa em Belo Horizonte, com o propósito de analisar as práticas de consumo de produtos comestíveis sexualizados em espaços de venda presenciais e visíveis na rua. Situamos a discussão inicialmente nas coisas vendidas, para seguirmos as ações de quem compra e prova os itens do cardápio, anunciando ou não essa experiência em suas redes virtuais.

Portanto, realizamos uma pesquisa etnográfica que rastreia as conexões entre mundos *off-line* e *on line*, costuradas nas ações dos indivíduos que abordamos na pesquisa, discussão enfrentada pioneiramente por Miller e Slater (2004), mas bastante modificada pelas transformações tecnológicas da internet 2.0 (Santos, 2016), as quais permitem a difusão instantânea de textos e fotografias digitais.

A atenção aos fenômenos sociais que se destacam na paisagem urbana contemporânea é uma tarefa para pesquisadores envolvidos com a investigação de processos sociais que nos conduzem às configurações morais, aos códigos de valores e à visão de mundo de estratos sociais

tários que expressam demarcações morais da cidade em termos de classe social e territórios urbanos, propondo que a loja fosse para Madureira (bairro da Zona Norte, conhecido como "capital do subúrbio"), Zona Norte ou para a favela, que não enfrentaria as reações da elite conservadora de sua vizinhança ("lá não vai ter K.O."). Para as crônicas, ver https://blogs.oglobo.globo.com/joaquim-ferreira-dos-santos/post/fechou-livraria-abriu-la-putaria.html e https://oglobo.globo.com/cultura/joaquim-ferreira-dos-santos/coluna/2024/01/sem-amor-sexo-de-la-putaria-fechou.ghtml.

2 Em Portugal, *pilaffles* e *xoxoffles*; na Itália, *cazzoffles* e *figaffles*.

particulares. Tal tradição de pesquisa destaca os estudos urbanos brasileiros, especialmente aqueles inspirados por Gilberto Velho em sua preocupação com as "urbanas sensibilidades" (Bispo; Zampiroli, 2020). Tais modos expressivos e imaginativos viajam entre espaços-tempos e se apresentam na esfera digital das redes sociais de modo inédito. Ao final, após narrarmos as interações encontradas nas inúmeras visitas à loja, queremos propor que reações de admiração e entusiasmo com a experiência de ir a uma loja La Putaria, coexistindo com reações de oposição enfática ou de ironia depreciativa, permitem refletir sobre as moralidades urbanas, que se expressam na decisão de ir ou não a certos lugares, aproximar-se ou afastar-se de certos grupos de pessoas e estilos de vida.

ETNOGRAFAR UM MUNDO ROSA

A pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro e outubro de 2023, na cidade de Belo Horizonte (MG), com dois pesquisadores jovens, um homem e uma mulher, estudantes de graduação em Psicologia, frequentando a loja e conversando regularmente com os consumidores. A coordenadora visitou a loja esporadicamente e conversou com a proprietária, com os vendedores e gerentes, alguns deles possuindo vínculos de parentesco com a idealizadora do empreendimento, que não mora no Brasil, mas possui parte da família em Minas Gerais. Tendo como principal objetivo a análise das interações que os consumidores estabeleciam entre si e com a proposta da loja, a pesquisa se desenvolveu a partir do propósito de compreender como os clientes se apropriavam dos produtos consumidos, vinculando-os à produção de representações de si.

Seguimos um roteiro semiestruturado para entrevistas com cerca de 20 frequentadores, além de conversas informais esporádicas enquando permanecíamos dentro da loja[3]. As perguntas foram agrupadas em três blocos temáticos: descrição da experiência direta do consumidor entrevistado; reconstrução reflexiva do consumo a partir de valores, autoimagem e publicação da experiência nas redes sociais; análise de outros usos possíveis dos produtos consumidos. Também foram incluídas perguntas que buscavam traçar o perfil do entrevistado,

3 O grupo de 20 entrevistados inclui oito homens e 12 mulheres. Em relação à orientação sexual, 14 deles se declararam heterossexuais, quatro afirmaram ser homossexuais, um deles se identificou como bissexual e não coletamos resposta de um entrevistado sobre esse ponto. Quanto à faixa etária, 16 deles têm entre 18 e 30 anos, dois entrevistados têm entre 30 e 35 anos e dois têm mais de 40 anos. Quanto ao modo de chegar à loja, entre os 20 entrevistados, 14 estavam acompanhados (seis com amigos, cinco com namorado/a, e três com amigos e namorado/a), sendo que apenas seis estavam sozinhos.

coletando informações como idade, gênero, orientação sexual e ocupação. Intentamos, assim, captar as percepções que os entrevistados tinham sobre o ambiente de consumo em que estavam inseridos, as percepções de si e dos "outros virtualizados" que receberiam seus conteúdos nas redes sociais.

Desde a abertura da loja, observou-se um predomínio de frequentadores jovens, obrigatoriamente maiores de 18 anos. A entrada de pessoas menores de idade era proibida, mesmo que estivessem acompanhadas pelos pais. Em uma situação presenciada pela primeira autora, em um dia de fortes chuvas na região da loja, três adolescentes com uniformes escolares procuraram se abrigar dentro da La Putaria e foram gentilmente convidadas a procurar outro lugar. A paisagem das filas era composta predominantemente por adultos jovens, brancos e não-brancos, na faixa dos 20 a 30 anos de idade, pertencentes à classe média ou média baixa, frequentemente com formação universitária, moradores da cidade, do interior mineiro ou turistas de outros estados. Eventualmente apareciam clientes com mais de 35 anos, como um homem heterossexual de 52 anos que ficou sabendo da loja pelo "boca a boca", não tirou fotos e levou seu pedido em uma caixa (entrevista em 11/3/2023).

Observamos a configuração do cenário de dentro da loja e do clima que contornavam aquela prática de consumo. O tempo estendido de observação durante meses permitiu-nos perceber o que se manteve constante e o que mudou em termos de ambientação, variações no cardápio e nos serviços e de produtos oferecidos pela loja, assim como as transformações da quantidade de frequentadores desde os momentos próximos da inauguração. O predomínio da cor rosa, a presença de música *pop* alta e animada, os letreiros em neon com dizeres jocosos e a finalização performática dos produtos feita sob os olhos dos clientes são componentes próprios da identidade do lugar. Mas a estrutura física foi sendo readaptada para fornecer momentos mais confortáveis de interação social entre os clientes, acrescentando mesas e bancos para favorecer a permanência em melhores condições físicas.

Por vários meses, a loja possuiu apenas um banco inteiriço ao fundo, em que podiam ficar assentadas umas quatro pessoas. Além disso, ocorreram alterações no cardápio que buscavam a ampliação das opções de consumo, sobretudo as opções salgadas e os produtos comercializados em formatos convencionais, tais como milk-shakes, cafés e sorvetes. Essas alterações, em conjunto com declarações de funcionários e clientes, atestaram uma das hipóteses da pesquisa quanto à rotinização e assimilação da loja depois dos momentos iniciais de surpresa e curiosidade massiva, que levaram as pessoas a esperar por até quatro horas para serem atendidas. Pode-se imaginar que esses momentos de espera eram eventos registrados e postados nas redes sociais com especial entusiasmo, por atestarem a atualização e o espírito de novidade dos primeiros provadores dos crepes sexualizados. A fila em si tornou-se um momento da diversão e de exposição de atividades pessoais de interesse para a sua comunidade de compartilhamentos

virtuais.

Iniciamos as conversas com um dos supervisores da loja, entre os quais incluem dois parentes consanguíneos da proprietária, um primo mais jovem e sua tia de meia idade que foi gerente do local em certo período. Foi um momento importante para captar uma visão retrospectiva dos meses anteriores, assim como a maneira pela qual a interação dos funcionários com os clientes é direcionada. O supervisor também relatou casos de conflitos morais com transeuntes e a importância que a loja atribui para a repercussão de seus produtos nas redes sociais. O funcionário descreveu o recurso ao humor e à brincadeira como um jogo interacional sutil, oscilando entre estratégias de abordagem descontraída e a necessidadede colocar certos limites, contornando ofensas pessoais. Do ponto de vista dos clientes com quem conversamos, a brincadeira era modulada de maneira distinta pois estava associada à expressão de valores liberais, questionamentos de tabus e estereótipos sociais ou ao mero entretenimento visto como um valor em si mesmo. Observamos também que os atendentes são jovens, brancos e não brancos, alguns com formação universitária e que, de acordo com a proprietária, deveriam ser "mais desinibidos, mais comunicativos e sem tabus" (entrevista com a proprietária em 28/08/2022), ou seja, com perfil próximo ao dos clientes em termos de atitudes em relação ao sexo.

Na loja em que pesquisamos, o perfil predominante dos consumidores é de jovens entre 18 e 30 anos, que conheceram o espaço pelas redes sociais e estendem a experiência presencial de consumo ao ambiente virtual, por meio do compartilhamento de *selfies* e registros fotográficos. A experiência de consumo foi descrita de forma positiva por quase todos os entrevistados. Ela é motivada pelo ineditismo da proposta de consumo e está intimamente associada a ida presencial à loja acompanhado de amigos ou namorados. Apesar da vergonha ser uma reação psicológica mencionada em alguns casos, principalmente no tocante à escolha dos produtos, o estatuto de brincadeira e os valores liberais apareceram como justificativas suficientes para o consumo. Para aqueles que fotografam sua degustação, as autorreflexões quanto à publicação das experiências nas redes sociais revelaram uma expectativa de recepção positiva dos registros compartilhados. De todo modo, essa ação costumava ser ponderada quanto à recepção desejada sobre aquela experiência, o que resulta em diversas estratégias de comunicação, evitando associá-la com a vida profissional ou com relações familiares. Em conversa com uma jovem universitária consumidora de primeira hora de um *piroffle*, quando estava acompanhada do namorado, e que postou a foto rapidamente em suas redes, ela contou sobre as reações opostas de amigas, assim como ponderou divertidamente apenas depois sobre o que sua sogra iria pensar dela.

DAS COISAS VENDIDAS PARA RIR E COMER

Entendemos que as formas dos produtos protagonistas no cardápio da loja se inserem em uma tradição cultural multilocalizada de representação objetificada e de performance do riso em torno dos corpos. Os registros de representações materializadas dos órgãos genitais e das relações sexuais entre homens e mulheres e entre animais se referem a sociedades variadas situadas em diversos tempos históricos. Temos a coleção abrigada na sala erótica do Museu Arqueológico Rafael Larco Herrera (Lima, Peru), composta de recipientes e esculturas eróticas pré-colombianas como exemplo da riqueza imagética dessa materialidade sexualizada que se conecta com sistemas cosmológicos e ontologias complexas a respeito do ciclo da vida, da fertilidade da terra e das pessoas, assim como das dimensões prazerosas da sexualidade humana[4].

Na tradição lusófona, conhecemos a expressão da cerâmica portuguesa produzida em Caldas da Rainha, assim como pequenas esculturas que brincam com a genitália masculina encontradas pelo país. Os portugueses denominam tais objetos de "malandrices". João de Pina-Cabral (2003) realizou um estudo sobre a conformação e os sentidos relacionados às práticas sociais em que essas peças aparecem e circulam, configurando afirmações sobre masculinidades e relações heterossexuais, nas quais prevalecem as representações do falo. Interessa-nos aqui destacar o fato de que a maior parte desses objetos sexualizados são destinados a guardar o vinho (garrafas e canecas que têm um pênis e, às vezes, uma vagina no fundo). Portanto, temos uma aproximação da forma fálica com uma bebida aproximada à virilidade e à sua performance em dados contextos de interação livre e descompromissada, porém, claramente afirmativa da posição masculina superior e impositiva diante da feminina. No Brasil, a fabricação de chocolates de Ilhéus (BA) é amplamente conhecida na forma do *cacau* de Nacib e da *flor* de Gabriela, em referência aos notáveis personagens do romance de Jorge Amado e suas partes genitais, remetendo à associação voluptuosa de seus corpos na história contada.

Nesse ponto, sugerimos que os *waffles* sexualizados e vendidos em locais de culturas culinárias doceiras, como a portuguesa e a brasileira, atualizam a pesquisa sobre alimentação no Brasil desde Luís da Câmara Cascudo a Gilberto Freyre. O primeiro autor repetia Schiller ao dizer que toda a existência humana decorre do binômio Estômago e Sexo (Cascudo, 1967), enquanto Freyre explorava as receitas de doces das casas de engenho pernambucanas, enfatizando sua centralidade na vida social como forma e substância que objetivam expressões estéticas e sensoriais. O açúcar está associado ao extravasamento da experiência gustativa que

4 Ver catálogo do Museu Larco (2015). Disponível em: https://www.museolarco.org/exposicion/sala-erotica/.

pode ser considerada um componente distintivo das chamadas civilizações do açúcar, entre os quais brasileiros e portugueses são protagonistas históricos tanto na dimensão dos sistemas produtivos quanto na invenção de receitas e formas de emprego do ingrediente, especialmente associado ao prazer e ao descontrole. Em síntese, o açúcar é uma substância dionisíaca e não apolínea (Mintz, 1985). Daí sua afinidade simbólica e sua adequação operacional para modelar objetos com formas genitais que acionam performances de consumo e manifestações discursivas brincalhonas e debochadas, cujo conteúdo e forma textual e visual se apresentam nos produtos comestíveis da La Putaria.

O cardápio da loja foi sendo ampliado para oferecer opções salgadas da mesma forma que as versões doces, mas elas são menos variadas, sendo apresentadas com sabor pizza para os dois formatos e *hot dog* apenas para o pênis. Produtos não comestíveis podem ser encontrados nas lojas físicas em um nicho de poucas prateleiras, e na seção "shop" do Instagram: canecas, *ecobags*, casacos, camisetas e pijamas rosados, estampados com a logo ou os dizeres vistos nas paredes rosas. Há a opção de *delivery* (entrega), bastante acionada pelos clientes, que recebem os pedidos em caixas escritas: "Esta caixa contém puro prazer @laputariaoficial". Na loja, os produtos são servidos em embalagens de papel rosa. A empresa também oferece produtos para eventos como chá de lingerie, despedidas de solteiro/a, aniversários etc.

O tom galhofeiro da ambientação parece aproximar essa apresentação de representações genitais comestíveis das práticas populares da cerâmica portuguesa analisadas por João de Pina-Cabral (2003). No entanto, temos aqui uma novidade na atmosfera de vivência da sexualidade, pois estamos presenciando um tempo de redefinição das normas de expressão de gênero e sexualidade, que pluralizam as possibilidades discursivas e experiências em torno da corporalidade. Enquanto as representações pré-existentes remetem a universos culturais de hegemonia cisgênero e heterossexual (homens e mulheres com corpos distintos, estáveis e complementares em sua diferença), teríamos agora uma cena mais diversificada que envolve a homossexualidade, a bissexualidade e a transgeneridade. A própria marca se apresenta como possuidora do "conceito original adorado pela geração Y e pela geração Z", na divulgação de sua franquia.

A presença de uma loja no formato exposto e visível como a La Putaria parece ser um exemplo do processo identificado por Jorge Leite Jr. e Eliane Robert Moraes, como a integração (parcial e conflituosa, diríamos, a partir dos acontecimentos relacionados às lojas de Belo Horizonte e Rio de Janeiro) do erotismo no tecido social, "pelo menos no circuito urbano do Ocidente" (Moraes *apud* Leite Jr., 2006, p. 12); processo que indica que "a prática da transgressão vem sendo cada vez mais normalizada pelo mercado" (Moraes *apud* Leite Jr., 2006, p. 12). O leitor que deseja explorar a página do Instagram de La Putaria (https://www.instagram.com/laputariaoficial/) comprovará o registro das performances brincalhonas do ato

de aproximar da boca as representações genitais comestíveis. Em contexto particular e atual, reconhecemos a associação entre humor e sexo em todo o arranjo visual da loja e na atmosfera que captamos durante as interações entre clientes e atendentes. Na expressão de um consumidor bissexual de 18 anos, "É uma piada de comer, é impossível não achar engraçado" (entrevista em 08/04/2023). A risada aparece como marca desse ambiente de erotismo controlado, na direção indicada por Jorge Leite Jr. (2006).

Dessa forma, tal investigação nos possibilita observar o estatuto do consumo na contemporaneidade enquanto uma experiência produtora de subjetividades e não apenas como aquisição de bens. Torna-se relevante explorar os lugares onde tais encontros para esse consumo acontecem. A loja La Putaria se inseriu na paisagem urbana da capital mineira enquanto lugar comercial que abriga as sociabilidades homossexual e heterossexual, fazendo coexistir o consumo de objetos e de lugares nomeados por Isadora Lins França (2010) ao sugerir a articulação entre o consumo dos e nos lugares. O estilo de vida dos clientes e as justificativas associadas ao consumo na La Putaria apontam para uma articulação entre as interações dos consumidores com os produtos e a maneira como tal experiência é enquadrada em um processo de afirmação identitária, ainda que tal processo ocorra sob o signo do entretenimento e da ludicidade.

Assim, nossa pesquisa retoma a interpretação das práticas e os significados do consumo em sociedades capitalistas proposta por Colin Campbell (2006). Nessa perspectiva, o ato de consumo desencadeia operações de autoconhecimento, revelando-se a compra como um momento auto expressivo, no sentido de afirmar que "eu compro a fim de descobrir quem sou". Dessa forma, a interpretação das práticas de consumo e a divulgação do ato de comprar doces sexualizados investiga, nesse contexto particular, a proposta de que o verdadeiro local onde reside a identidade do eu está posto na reação aos produtos, mais do que nos produtos em si, como sugere Campbell (2006, p. 53).

Comprar e comer os alimentos eróticos da loja é uma escolha representativa do moderno comportamento hedonístico de consumo, cujos prazeres estão apoiados em emoções que unem imagens mentais e estímulos físicos, de acordo com a definição de Campbell (2001), agora atualizada na modalidade de anunciar experiências nas redes sociais. O sentido de ir a uma loja como a La Putaria é estar com outras pessoas, compartilhando uma situação de copresença e interação virtual, vivenciando a forma social, relacional e ativa de consumo sugerida por Arjun Appadurai (2008, p. 48) em contraste com o consumo privado, atomizado e passivo. Os produtos ali encontrados, ao serem escolhidos, preparados e consumidos, fazem parte da operação de enviar mensagens sociais cujos degustadores ficam à espera da recepção que tais mensagens irão provocar, do mesmo modo que acontece nas práticas abrangentes de consumo, como indicam Mary Douglas e Baron Isherwood (2004). Mas quais mensagens e por quais

meios elas se propagam nesse contexto de fruição de sabores em formas de genitais humanos?

ENTRAR, COMPRAR E COMER NA LOJA LA PUTARIA: AÇÕES COMPARTILHADAS E SEUS SIGNIFICADOS

Nas lojas brasileiras, os sujeitos consumidores da La Putaria são predominantemente jovens que vivenciam estados de sexualidade mais fluída e mais livres em relação à exposição de assuntos ligados ao sexo e ao corpo. Contou-nos a proprietária que 80% do público é feminino e chega habitualmente em grupo. Pessoas mais velhas aparecem para experimentar o ambiente e os produtos, indicando que têm postura liberal e estão dispostas a esse momento de brincadeira. Notamos que frequentadores mais velhos fotografam com menos frequência o momento de provar o seu *waffle*. Contudo, em comparação com a loja de Lisboa, de acordo com observações da proprietária e registros encontrados no Instagram da marca, temos consumidores mais jovens entre o público mais presente e esfuziante dentro da loja, aqueles que dizem "*ci siamo fatte molte risate*", como se lê em uma postagem no Instagram da loja romana ("nós demos muitas risadas").

Destacamos ainda o fato de que as representações do pênis e da vagina são equivalentes em termos quantitativos, pois a oferta de opções no cardápio é semelhante. A proposta da loja segue nessa direção de igualdade, embora a logomarca tenha um desenho que remeta a um modelo de penetração prevalecente em vários contextos culturais. No entanto, percebeu-se na pesquisa que, em certas situações interativas, pode reaparecer o protagonismo simbólico do pênis, uma vez que, no nível da experiência de consumo, também encontramos a reprodução de certos marcadores que tentam hierarquizar tais representações. Este órgão genital é o personagem mais presente nos vídeos e fotos postados no Instagram da loja, em uma versão da "mente própria" explorada por David Friedman (2002). Foi relativamente frequente entre nossos entrevistados a associação entre os signos de beleza e de impacto apenas aos *piroffles,* em contraste direto com as *xoxoffles*. Observamos que o doce com o formato de pênis foi escolhido por dezoito entre os vinte entrevistados. Apenas duas mulheres fizeram o pedido do formato de vagina. As justificativas para a escolha dos *piroffles*, inclusive por homens heterossexuais e mulheres lésbicas, incluíam o fato de ter mais recheio por causa do formato maior, pela coerência com sua orientação sexual ("é o que a gente gosta", "mais bonito"), por ser a forma mais divertida, porque causa mais impacto nas redes do que o formato menor e achatado, e porque é mais fácil de comer pela presença do palito.

De modo bastante sutil, resiste, em certas expressões performáticas diante dos produtos

da loja, a precedência identificada em diversos contextos culturais da representação do órgão masculino em relação ao feminino, conforme analisado por Shirley Ardener (2006). No plano da apresentação da cena de consumo, a igualdade simbólica pode ser reconhecida, o que permite apontar a novidade dessa presença igualitária no âmbito da loja, possivelmente objetivando alcançar os modos de pensar dos jovens das camadas médias urbanas, que adotam posturas de vida não tradicionais em relação à expressividade de suas identidades sexuais e de gênero.

As pessoas se dirigem à La Putaria pela curiosidade em relação ao lugar e às formas atrevidas de seus produtos vendidos a portas abertas para pessoas maiores de 18 anos. Elas fazem seus pedidos e provam as preparações com a massa composta de farinha de trigo, açúcar, manteiga, ovos e leite, acrescidas de recheios e coberturas achocolatadas e coloridas na versão doce. E percebem o gosto do alimento, agradando-os ou não o sabor. Aqui entram em cena as preferências propriamente gustativas dos clientes, que vão se desenvolvendo à medida que experimentam produtos variados, os dois formatos e as variações de recheio e cobertura. Assim, a escolha por produtos do cardápio pode deixar de representar a orientação sexual, passando a remeter apenas ao paladar e ao sabor.

Segundo a opinião de um homem de 52 anos, heterossexual, ele "estava disposto a provar os diferentes produtos, independente do formato" (entrevista em 11/03/2023). Nesse sentido, uma mulher, lésbica, de 28 anos explicou que escolheu um *piroffles* porque ele vem com mais recheio (entrevista em 08/04/2023). Fomos identificando esse aspecto à medida que o tempo passava, a loja se mantinha e nós ampliávamos as conversas. Alguns consumidores disseram ter retornado várias vezes pelo gosto das preparações e pela vontade de experimentar as variações do cardápio. A reação negativa ao sabor pode desmotivar o retorno à loja, registrando-se apenas a primeira visita e guardando-se, sobretudo, o impacto do "estar lá" nas narrativas pessoais. Notamos que apareceram comentários sobre a decepção com os *waffles* em termos de sabor; contudo, o gesto de fazer críticas à sua qualidade gastronômica funciona predominantemente como uma forma de depreciar o negócio, como o fazem raros opinantes no Instagram da loja, assim como o cronista do jornal *O Globo*, Joaquim Ferreira dos Santos.

Constatamos que a enunciação do ato de consumir os doces da loja La Putaria se completa predominantemente no ambiente digital, sobretudo no Instagram (Laestadius, 2017). As fotografias registradas incluíam imagens que destacavam apenas os produtos sendo segurados; fotos em que o entrevistado aparecia diretamente consumindo os doces; letreiros da loja e seu espaço físico (decoração em rosa e frases em neon). Em conversas com frequentadores captamos essa dimensão expressiva indissociável do ato de comprar e comer os crepes em formatos genitais. As formas subjetivas, emocionais e identitárias de consumo identificadas por Colin Campbell (2001, 2006) e Gilles Lepovetsky (2007) são apresentadas de modo expandido pelos compradores da loja que mostram sua ação no ciberespaço.

A princípio, consideramos pertinente distinguir o consumo de alimentos no formato de genitálias dos objetos conhecidos como *sex toys,* com base em suas propriedades materiais. Entretando, ambos parecem se aproximar em relação ao seu papel como mediadores não humanos nas interações sexuais e como elementos presentes na expressividade de indivíduos contemporâneos.

Nesse ponto, nossa pesquisa dialoga com os achados de Maria Filomena Gregori sobre a circulação erótica entre objetos e pessoas, acrescentando ambientes como La Putaria às outras múltiplas cenas cotidianas que confirmam a percepção da autora de que "(...) no mundo atual, o que não é mais possível é a ausência de interesse pelo sexo" (Gregori, 2011, p. 316).

Para explorar tais usos criativos, potencializados pela situação dos pedidos *online* e pelas entregas de produtos do cardápio em endereços indicados pelo cliente, inserimos, em nossa conversa com os interlocutores, uma pergunta que poderia captar a possibilidade de aproximação entre esses produtos e as invenções sexuais dos indivíduos que circulam pela La Putaria. As respostas revelaram, predominantemente, a possibilidade dos objetos comestíveis serem usados em etapas preliminares e não necessariamente em contato direto com os órgãos genitais. Um homem gay, na casa dos 20 anos, brincou com a sugestão implícita na pergunta e disse: "é quase um lubrificante comestível" (entrevista em 20/05/2023). Outros negaram enfaticamente a ideia de contato entre os órgãos genitais fictícios e os verdadeiros, inclusive com expressões de nojo pela sugestão da pergunta, seja por preocupação com possíveis riscos de contágio, como afirma a médica de 28 anos: "isso pode causar uma infecção ao entrar em contato com as partes genitais" (entrevista em 20/05/2023).

A imaginação da possibilidade de contato entre os *waffles* e as partes genitais aciona, para esses consumidores, ideias de perigo e contágio, evocando a desordem simbólica consequente de contatos impróprios, apresentadas por Mary Douglas (1976).

O fato é que a conjunção específica de elementos como a cidade moderna e a multiplicidade de padrões comportamentais e morais, os valores liberais em relação às sexualidades contemporâneas, a proliferação de objetos companheiros do ato sexual e a exposição narrativa das vidas individuais na esfera das redes sociais digitais, aponta para questões que devem ser incluídas na reflexão sobre as interações contemporâneas de fruição das novidades das cenas urbanas. Nesse sentido, dispor-se a experimentar o ambiente e as ofertas do cardápio de uma loja com o nome de La Putaria produz efeitos de distinção de gostos, explorados por Pierre Bourdieu (2007) quanto ao consumo e ao uso do tempo e dos espaços nas atividades de indivíduos isolados e em associação, os quais também podem estar a distinguir orientações morais e referências identitárias de quem se dirige ao balcão dessa loja em busca de diversão e de novidades alimentares.

LIBERDADES URBANAS E SUA EXPRESSIVIDADE NAS REDES

A maioria dos entrevistados compartilhou suas experiências nas redes sociais, principalmente na seção "melhores amigos" do Instagram, com o intuito de mostrar uma faceta mais descontraída e divertida de suas vidas. Apenas cinco entrevistados não postaram nenhum registro em redes sociais. No entanto, muitos revelaram que evitariam compartilhar nas redes públicas devido ao medo do julgamento ou de mal-entendidos por parte de colegas de trabalho e familiares.

As entrevistas também revelaram que muitos participantes compartilharam suas experiências com amigos, criando um espaço de comunicação e conexão entre eles. As piadas e brincadeiras relacionadas aos produtos sexualizados foram percebidas de maneira positiva dentro desses grupos. As redes sociais são utilizadas pelos clientes para compartilhar suas experiências nos mercados eróticos e para buscar informações sobre produtos. Mas também são espaços onde as pessoas podem construir suas identidades ao expor publicamente suas preferências, gostos, hábitos e opiniões. Segundo Santos e Cypriano (2014), essa exposição pública permite que os indivíduos sejam vistos pelos outros de maneira mais completa e autêntica, o que pode ser especialmente importante em contextos onde a imagem pessoal é valorizada. O interessante das postagens é o fato de cada indivíduo escolher postar somente aquilo que quer, ainda que seja fazendo edições e recortes específicos, como no caso do Instagram, que oferece a opção de criar os "*melhores amigos"* e selecionar apenas um grupo de pessoas para ter acesso às suas publicações.

Além disso, a exposição pública também pode levar à criação de comunidades de indivíduos com interesses em comum, que pode ser benéfico para a construção de relacionamentos e uma rede de apoio social. No entanto, é importante lembrar que a exposição pública também pode trazer riscos e desafios, como o julgamento por parte dos outros e a perda de privacidade. As redes sociais não são apenas plataformas para a exposição pública da identidade, mas também para permitir a conexão simbólica entre indivíduos por meio do compartilhamento de informações e experiências. Segundo Campbell "os bens materiais são utilizados como meios para a construção da identidade individual, permitindo que se demarquem gostos, preferências e atributos" (2006, p. 11). As redes sociais são como portfólios, cada um acrescenta no *feed* aquilo com o que deseja ser relacionado; assim, por meio desses símbolos, é possível perceber muito sobre a identidade pessoal de alguém.

Ademais, as redes sociais também servem para estabelecer e manter conexões com pessoas que compartilham interesses e valores semelhantes, ainda que estejam geograficamente

distantes. No entanto, é importante lembrar que a comunicação em redes sociais nem sempre é autêntica ou significativa, e pode ser influenciada por fatores como a busca por atenção ou por validação social. Segundo Santos e Cypriano, "as redes sociais são espaços onde as fronteiras entre público e privado são borradas, exigindo que os indivíduos criem estratégias para proteger sua privacidade" (2014, p. 76). Analisando os encontros com os entrevistados, notou-se que quando um pesquisador pedia para ver as publicações das pessoas, havia um modo de posicionar cada elemento para passar certas ideias.

Uma das entrevistadas cuidou em postar uma foto em que só apareciam as placas em neon com as frases engraçadas em inglês e o ambiente "rosinha e fofo", como ela definiu, no Instagram público, já que ela era estudante de marketing e aquilo fazia sentido com suas outras publicações por ser algo "divertido e *aesthetic*". Por outro lado, em seu item "*melhores amigos"* da rede, ela publicou uma foto que contemplava um *piroffles* e diversas camisinhas; segundo a estudante, ela podia postar as coisas das quais realmente gostava para seus amigos próximos, pois eles achariam divertido e descolado. Essa situação nos mostrou claramente a divisão que é feita entre o público e o privado, entre o que quer ser mostrado e as intenções dessa exposição. A frequentadora reconhece a importância de separar sua vida pessoal da profissional ao postar as fotos apenas para seus "melhores amigos" no Instagram. Isso pode ser visto como uma estratégia para proteger sua privacidade e evitar possíveis repercussões negativas em sua imagem profissional

Durante a entrevista com uma interlocutora na loja La Putaria, foi possível observar como as redes sociais podem ser utilizadas pelos consumidores para compartilhar suas experiências de consumo e construir narrativas pessoais sobre sua identidade e preferências sexuais. A entrevistada em questão, de 21 anos, visitou a loja pela primeira vez por indicação de uma amiga. Sua primeira impressão foi positiva e ela não teve vergonha de entrar na loja, mas também reconhece que o fato de não conhecer ninguém em Belo Horizonte pode ter ajudado nesse sentido. Ao postar fotos da loja em seu Instagram pessoal, a consumidora demonstra como as redes sociais podem ser um espaço para expressar sua individualidade e conectar-se com outras pessoas que compartilham interesses comuns. A busca pela autenticidade e pela conexão com outras pessoas através do consumo erotizado é o núcleo expressivo do consumo na loja, confirmando em contexto específico os aspectos destacados por Charles Taylor (2005) sobre a importância das narrativas pessoais na formação da identidade individual e as biografias conduzidas pela busca da autenticidade na sociedade moderna. A publicação das fotos da consumidora na loja La Putaria pode ser vista como uma forma de confirmação de autenticidade e de conexão social com outros que também valorizam tais comportamentos de consumo que manifestam as verdades subjetivas.

Por fim, é importante destacar que a experiência de consumo na loja La Putaria não se

limita apenas ao ato de comprar produtos sexualizados. Como observado de modo predominante nas entrevistas com clientes, a loja também proporciona um ambiente divertido e descontraído que permite aos clientes expressarem livremente suas preferências sexuais, como os amigos homossexuais que comentaram sobre a loja: "é um lugar bom para as bixas se divertirem e comerem" (entrevista em 20/05/2023). Essa construção de redes de sociabilidade em torno do consumo sexualizado pode ser vista como uma forma de resistência contra as normas sociais repressivas relacionadas à sexualidade e ao erotismo.

Em suma, as entrevistas com os frequentadores da loja La Putaria destacam várias questões importantes relacionadas ao consumo sexualizado e às redes sociais. É possível observar como a degustação de alimentos imitando genitais pode ser uma forma de expressão individual e conexão social, ao mesmo tempo em que apresenta desafios relacionados à separação do "eu" pessoal do "eu" profissional.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A chegada da loja La Putaria pode ser entendida como um acontecimento urbano desde sua abertura em Lisboa, depois em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Roma e São Paulo, até o fechamento da operação de vendas nas lojas de rua em Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O furor da chegada de um negócio pequeno, mas chamativo em sua aparência e proposta comercial, promoveu a circulação em seu entorno e a presença de filas em suas calçadas, assim como o movimento que se desenvolvia nas redes sociais. As reportagens na imprensa local das cidades (Alves, 2021; Dias, 2022; Passarini, 2022) foram aparecendo à medida que a paisagem comercial se agitava nas vizinhanças com a chegada da fachada rosa em alumínio composto, logomarca sugestiva, letreiros e neons.

No entremeio desse agito inicial, há iniciativas e personagens que revelam a dimensão das moralidades urbanas, produzindo ambientes comerciais muito distintos para a presença da venda de objetos sexualizados em loja aberta ao olhar dos passantes. Em Portugal, a dona da loja foi chamada para participar de cinco programas televisivos, dentre eles, telejornais e programas de sábado à tarde voltados para temas familiares nas emissoras mais famosas do país. Ela conta que chegou a mostrar abertamente os produtos vendidos, despertando no auditório o costumeiro espírito de brincadeira com as representações galhofeiras dos genitais.

No Brasil, os empreendedores tiveram enormes custos com advogados para responder a um processo administrativo movido pelo governo Bolsonaro no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o qual atingiu vários negócios que vendiam produtos comestíveis

sexualizados e que se extinguiram em 2023 (Amado, 2023). Outra consequência desses ataques com fundo moralista foi a confusão produzida para os consumidores; segundo a proprietária, muitos clientes acharam que a loja tinha fechado por causa da mudança do nome La Putaria para La Censura, como uma forma de protesto dos proprietários contra os enfrentamentos que tiveram em um contexto oposto em relação a Portugal e Itália.

As incertezas que povoaram o caminho das lojas em Belo Horizonte e Rio de Janeiro coexistiram com reinvenções contínuas dos produtos e das formas de vender. Além do aumento da oferta dos cardápios, da possibilidade de entrega para outros endereços fora da venda direta na loja, surgem as possibilidades de participar de eventos privados como aniversários, despedidas de solteiro e chás de *lingerie*. Assim, os equipamentos e as receitas da loja física podem ser transportados para outros lugares que estão fora da cena pública, mas que estão inseridos em circuitos comerciais e morais específicos. Um exemplo desses nichos de venda é o caso da presença da La Putaria com seus *waffles* erotizados na festa de aniversário de Cátia Damasceno, influenciadora em temas de sexualidade e relacionamento, com mais de 10 milhões de seguidores em seu Instagram (https://www.instagram.com/catiadamasceno/).

Concluímos esse artigo em pleno Carnaval de 2024, momento que seria glorioso para as vendas na La Censura da Avenida Cristóvão Colombo, em plena região da Savassi, um dos pontos mais vibrantes do carnaval de rua na capital mineira, por onde andam foliões dispostos a brincar provando os *piroffles* e *xoxoffles*, como aconteceu em 2023. Conforme o relato de um vendedor, as brincadeiras na frente da loja foram muitas em 2023, inclusive com uma cena divertida protagonizada pelos lixeiros do caminhão de lixo que estavam passando pela avenida a trabalho. Poucos dias depois do fechamento, restou apenas a fachada rosa e uma placa de "aluga-se". Inconstâncias e imprevisibilidade são aspectos da vida urbana (Zeiderman et. al., 2015). A incerteza é uma característica dos empreendimentos que surgem materializados pela paisagem das cidades e esteve objetivada no projeto desse negócio que funcionou de modo curioso, porque se tornou conhecido e atraiu clientes desde os primeiros dias. Como nos disse a proprietária: "Tivemos um *hype* que foi o lançamento da marca e as filas por meses, gerando marketing orgânico, que foi como ganhamos visibilidade em 5 dias" (e-mail, 29 janeiro 2024). Devido aos efeitos sociais próprios desses alimentos erotizados e das interpretações múltiplas que o ato de chegar à loja, estar presente em sua ambiência jocosa e comer um item do cardápio pode suscitar em seus clientes, estamos diante de um caso efêmero e intenso que marca a cena de grandes cidades contemporâneas, modeladas por seus ânimos culturais próprios. As mesmas receitas e formatos eram vendidos em lojas com funcionamentos distintos que seguem/seguiam os estilos de cada cidade quanto aos horários de consumo e às preferências de lazer. Essa experiência urbana que acontecia em pé ou sentada nos poucos assentos dentro da loja, ou talvez pela calçada, deixou de acontecer em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, mas

certamente manterá sua existência em registros virtuais que continuam contando sobre a pessoa consumidora, suas relações e seu modo de ver a vida.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Cledivânia Pereira. Aberta por brasileira em Lisboa, loja de crepes em forma de vagina e pênis tem fila já antes de começar expediente. **G1 Mundo**, 1 nov. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/01/aberta-por-brasileira-em-lisboa-loja-de-crepes-em-forma-de-vagina-e-penis-tem-fila-ja-antes-de-comecar-expediente.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2025.

2. AMADO, Guilherme. Governo Lula vai arquivar processo contra loja de produtos eróticos. **Metrópoles**, 16 jul. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuwYphBuTsi/?igshid=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D. Acesso em: 20 fev. 2025.

3. APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.

4. ARDENER, Shirley. A note on gender iconography: the vagina. *In*: CAPLAN, Pat (org.). **The cultural construction of sexuality**. Abingdon: Routledge, 2006. p. 113-142.

5. BISPO, Raphael; ZAMPIROLI, Oswaldo. *Nobres e Anjos*, 45 anos depois: Gilberto Velho e a antropologia de urbanas sensibilidades. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1-30, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/8VTGNX7XM55Pdr8dZKhMf4L/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

6. BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

7. CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

8. CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. *In*: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin (org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

9. CASCUDO, Luís Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1967.

10. DIAS, Roger. 'La Putaria': BH inaugura loja que vende crepes com forma de órgãos sexuais. **Estado de Minas Economia**, 28 jan. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2022/01/28/internas_economia,1341069/la-putaria-bh-inaugura-loja-que-vende-crepes-com-forma-de-orgaos-sexuais.shtml. Acesso em:

20 fev. 2025.

11. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

12. DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Por uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

13. FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

14. FRIEDMAN, David. **Uma mente própria**: a história cultural do pênis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

15. FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2007.

16. GREGORI, Maria Filomena. Usos de sex toys: a circulação erótica entre objetos e pessoas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 313-336, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/zBYXVP9pnHKphwvv4PsCp7G/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

17. LAESTADIUS, Linea. Instagram. *In*: SLOAN, Luke; QUAN-HAASE, Anabel (org.). **The SAGE Handbook of Social Media Research Methods**. London: Sage, 2017. p. 573-592.

18. LEITE JÚNIOR, Jorge. **Das maravilhas e prodígios sexuais**: a pornografia "bizarra" como entretenimento. São Paulo: Annablume, 2006.

19. MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

20. MINTZ, Sidney**. Sweetness and power**: the place of sugar in modern history. New York: Viking-Penguin, 1985.

21. MUSEU LARCO. **Tesouros do antigo Peru**: catálogo. Lima: Asociación Rafael Larco Hoyle, 2015.

22. PASSARINI, Ígor. Doces de 'piroca' e 'pepeca': BH ganha filial da loja portuguesa La Putaria. **UOL Economia**, 28 jan. 2022. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/28/padaria-portuguesa-la-putaria-belo-horizont-bh.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

23. PINA-CABRAL, João de. A ordem fálica. *In*: PINA-CABRAL, João de. **O homem na família**. Cinco ensaios de antropologia. Lisboa: ICS, 2003. p. 55-86.

24. SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 63-78,

2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/k5ykGdRVvtzwfCq9Twh6ZGq/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

25. SANTOS, Francisco Coelho dos. As faces da selfie: revelações da fotografia social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-16, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kJwNDbZ9BDYRGNHyXhs3Byp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

26. SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Fechou a livraria, abriu 'La Putaria'. **O Globo**, 2 maio 2022. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/joaquim-ferreira-dos-santos/post/fechou-livraria-abriu-la-putaria.html. Acesso em: 20 fev. 2025.

27. SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Sem amor, sexo de 'La Putaria' fechou. **O Globo**, 29 jan. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/joaquim-ferreira-dos-santos/coluna/2024/01/sem-amor-sexo-de-la-putaria-fechou.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2025.

28. TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. A construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

29. ZEIDERMAN, Austin; KAKER, Sobia Ahmad; SILVER, Jonathan; WOOD, Astrid. Uncertainty and urban life. **Public Culture**, [*s*. *l*.], v. 27, n. 2, p. 281-304, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276433559_Uncertainty_and_Urban_Life. Acesso em: 28 fev. 2025.

Candice Vidal e Souza
Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5612-2942. E-mail: candice.vidal@yahoo.com.br. Contribuição: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão.

Marina Fernandes Araújo de Alvarenga
Bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0006-2507-813X, e-mail: marina11fernandes@hotmail.com. Contribuição: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação.

Yuri Araújo
Bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. Graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2370-3143. E-mail: yuri.txai@gmail.com. Contribuição: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação.

Xukuru contra o Estado? Aportes antropológicos acerca dos tentáculos do estado na vida cotidiana

Xukuru against the State? Anthropological contributions about the tentacles of the state in everyday life

Cristhyan Kaline Soares Mineiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Este trabalho trata de um escrito que tem como fio condutor pensar no estado enquanto uma importante instituição social que desperta reflexões na Antropologia. Considerando os autores das áreas de Antropologia e Ciências Sociais, visualizamos o estado como uma instituição construída culturalmente, economicamente e simbolicamente em diferentes contextos históricos e locais. Para fixar os aportes antropológicos dos autores usados no texto, nos deteremos, etnograficamente, na atuação política do povo Xukuru de Ororubá, que realiza anualmente uma assembleia indígena, organizada "com" e "contra" o estado. Este trabalho parte de uma pequena janela etnográfica doravante a participação na Assembleia Indígena em 2023, um evento político e cultural que acontece anualmente no território da serra Ororubá, no município de Pesqueira no estado de Pernambuco. A partir de um processo de organização étnica e de luta política pela manutenção e defesa de seus territórios, há mais de duas décadas a nação Xukuru realiza a assembleia indígena que tem como principal objetivo dialogar acerca da organização política do povo Xukuru. Por meio de uma breve etnografia, o texto apresenta o modo como os Xukuru visualizam e negociam com o estado brasileiro dentro de sua mobilização política. A partir de um contexto particular do nordeste brasileiro, o povo Xukuru tece uma relação colaborativa e crítica com o estado, e é sobre essa relação cotidiana e política que o artigo explora.

Palavras-chaves: estado, Cotidiano, Discurso, Xukuru, Antropologia.

Recebido em 21 de junho de 2024.
Avaliador A: 21 de outubro de 2024.
Avaliador B: 11 de novembro de 2024.
Aceito em 17 de janeiro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This work deals with a piece of writing that has as its guiding thread thinking about the state as an important social institution that awakens reflections in Anthropology. Having contact with authors in the field of Anthropology and Social Sciences, we view the state as an institution that is constructed culturally, economically and symbolically in different historical and local contexts. To establish the authors' anthropological sports used in the text, we will focus, ethnographically, on the political activities of the Xukuru people of Ororubá, who hold an indigenous assembly annually, organized "with" and "against" the state. This work starts from a small ethnographic window into participation in the indigenous assembly in 2023, the assembly is a political and cultural event that takes place annually in the territory of the Ororubá mountain range in the municipality of Pesqueira in the state of Pernambuco. With a process of ethnic organization and political struggle for the maintenance and defense of their territories, for more than two decades the Xukuru nation has held an indigenous assembly whose main objective is to dialogue about the political organization of the Xukuru people. Through a brief ethnography, the text presents how the Xukuru visualize and negotiate with the Brazilian state within their political mobilization. From a particular context in northeastern Brazil, the Xukuru people weave a collaborative and critical relationship with the Brazilian state. It is this every day and political relationality that the article explores.

Keywords: state, Daily, Speech, Xukuru, Anthropology.

INTRODUÇÃO

A Antropologia se preocupa com questões que tangem a organização política de grupos humanos. Em clássicos como Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1980), a política foi pensada a partir da noção de "ausência" do estado. Nesse contexto histórico do surgimento da Antropologia Política, na primeira metade do século XX, o estado era pensado como uma força política e simbólica que possuía poder centralizado sobre os indivíduos. Na época, tendo como ponto de partida o ocidente, o pensamento antropológico enxergava os povos que se organizavam politicamente de outras formas como "selvagens", dentro de toda uma lógica colonialista.

A categoria de estado possui uma trajetória na Antropologia que vai da análise comparativa entre comunidades que possuíam, ou não, um poder (estado) centralizado, até análises antropológicas mais recentes que buscam compreender a categoria de estado a partir do tensionamento de sua suposta centralidade de força e poder sobre os indivíduos. A Antropologia em seu amadurecimento enquanto ciência social, diante de sua potência analítica de observação

de pequenos grupos sociais e seus cotidianos, passa a enxergar o estado como fenômeno cultural, social e econômico, constituído diante da movimentação e interação de sujeitos políticos em diferentes contextos.

A noção de estado unificado, como detentor da violência sobre os sujeitos e grupos sociais, que nega a diversidade de organização dos mais variados agrupamentos que compõem um estado-nação, não cabe mais nas análises antropológicas contemporâneas. Por este ângulo, o conceito de estado que nos interessa nesse escrito possui duas perspectivas: primeiro, o enxergamos como uma instituição que detém poder sobre alguns aspectos de vida das pessoas (quando citamos o estado[1] brasileiro, estamos nos referindo ao conceito de estado como uma instituição de governo que age diretamente na vidas das pessoas, mas que não possui domínio total sobre elas); segundo, tendo em conta que o termo estado é uma invenção ocidental que passa por várias modulações teóricas. Assim, nos apropriamos da "noção de estado" para nos referirmos aos aspectos simbólicos, discursivos e plurais que a palavra pode acionar na vida cotidiana.

O que se entende como estado brasileiro é formado por um território continental e por uma incontável variedade de grupos e comunidades que acionam diferentes identidades culturais e formas de estar no mundo. No entanto, há um outro aspecto do conceito de estado que é operativo na vida ordinária, no dia a dia, embora esteja diretamente relacionado ao estado como uma instituição governadora, trata-se de uma modelação cotidiana dos entendimentos sobre o estado.

A Antropologia não nega o poder que o estado possui sobre as vidas e os corpos das pessoas. Nessa perspectiva, Bourdieu (1991 *apud* 2014, p. 252-255) define que o estado é uma ficção que possui agência simbólica direta sobre os indivíduos. O que a Antropologia evidencia é que, mesmo o estado sendo uma ficção centralizada que rege – seja pela burocracia, como sugeriu Weber (2000), pelo acesso ou negação à saúde e à educação, lazer etc. – ele não é uma força unilateral sobre a vida das pessoas. O estado enquanto uma instituição governadora da vida dos sujeitos não é suficiente para aniquilar (por sua força homogeneizadora) a agência de indivíduos ou de grupos de indivíduos sobre suas próprias vidas.

De acordo com Mitchell (2015), a tarefa da Antropologia contemporânea seria justamente implodir a sacralidade da categoria de estado. Um dos caminhos possíveis para atingir tal objetivo é buscar a compreensão do que seja o estado na vida dos grupos específicos e de como ele funciona a partir do particular. Por essa via, a Antropologia tem (re)produzido etnografias que repensam a centralidade da categoria de estado a partir de estudos dos processos

1 Optamos pela escolha de usar exclusivamente estado com "e" minúsculo, justamente por não corroborar com o entendimento de que o estado domina por completo as escolhas e as subjetividades dos sujeitos. Ou seja no texto que segue entendemos um estado como uma instituição constituída de forma dialógica no cotidiano.

de colonização, de contestação e de relações específicas que grupos marginais desenvolvem com o estado (Das; Poole, 2004; Das, 2020; Gupta, 2015).

A etnografia, ferramenta de pesquisa basilar das ciências antropológicas, vai de encontro à vida cotidiana. Segundo Peirano (2014), a descrição etnográfica em si é uma reflexão teórica. Seguindo esse entendimento, o presente texto parte do processo empírico e se desdobra em uma teoria antropológica, pois é no cotidiano que a noção de estado se faz e se refaz dentro dos espaços dialógicos no mundo. Partindo da noção de estado que se torna real no dia a dia, nos ateremos neste escrito à Assembleia Indígena do povo Xukuru de Ororubá, com a intenção de demonstrar como um grupo étnico, dentro de um contexto específico, constrói uma relação com o Estado brasileiro.

As reflexões aqui apresentadas partem do encontro etnográfico com o povo Xukuru, em maio de 2023, quando participei pela primeira vez da assembleia. No primeiro semestre de 2023, estava cursando uma disciplina de Tópicos Avançados no doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ministrada pela professora Rita Neves que convidou a turma a participar da Assembleia Xukuru. Os relatos acerca da assembleia indígena são, portanto, frutos dessa vivência inicial no evento e também de pesquisas realizadas posteriormente nas mídias digitais.

O encontro etnográfico se estendeu em pesquisas nas redes sociais do povo Xukuru. Por essa via, a metodologia empregada se desenrola entre a participação presencial no evento e a coleta de dados *online* – em partes, temos uma etnografia digital. O povo Xukuru de Ororubá, em Pernambuco (PE), possui o perfil no Instagram *Ororuba_filmes* com cerca de 370 publicações e 9.718 seguidores[2]. Na descrição do perfil, há uma imagem do globo terrestre com a frase "Do povo Xukuru do Ororubá para o mundo" e uma imagem de uma filmadora com a frase "Utilizando o que há de moderno para fortalecer o ancestral".

Ainda na biografia do perfil, há um *link* que direciona o acesso para o site oficial, o canal do Youtube e a página do Facebook. Nesse conjunto de redes há vídeos e fotos das ações políticas, festividades, rituais sagrados, denúncias e, principalmente, da transmissão da assembleia Xukuru. O perfil da *Ororuba_filmes* é um canal de divulgação política do povo indígena Xukuru de Orurubá de Pesqueira-PE, e foi através das redes sociais que tivemos acesso às falas apresentadas ao longo do texto.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira parte apresentamos brevemente o povo Xukuru de Ororubá e como ele organiza a assembleia indígena anualmente; na segunda parte, empreendemos uma reflexão acerca do entrelaçamento entre o caso etnográfico da assembleia Xukuru e a teoria antropológica do estado; para então chegarmos às considerações

2 Dados coletados no dia 15/08/2023 no perfil do Instagram *Ororuba_filmes*.

finais, que arrematam os argumentos apresentados ao longo do texto.

O povo indígena Xukuru de Ororubá possui território localizado no município de Pesqueira no estado de Pernambuco, liderado pelo cacique Marcos Luidson de Araújo, conhecido por Marcos Xukuru. Ao todo, o povo é agrupado em torno de 12 mil indígenas. A história dos Xukuru de Ororubá passou por uma reorganização etnopolítica na década de 1990, que é marcada por conflitos com fazendeiros da região e por episódios de violências que culminaram na morte de indígenas – incluído o cacique Francisco de Assis Araújo, conhecido popularmente como Xicão Xukuru, morto em uma emboscada em 20 de maio de 1998.

Após a morte do pai, Marcos Xukuru passa a ser o cacique da comunidade e, desde então, representa politicamente o seu povo, assumindo as responsabilidades políticas do povo Xukuru muito cedo. No ano de 2020, foi ele candidato à prefeitura da cidade de Pesqueira (PE), sendo impedido de assumir o cargo por uma manobra judicial da qual foi inocentado posteriormente. O cacique possui intensa participação política no cenário regional e nacional. Segundo Neves (2023) a história do povo Xukuru se entrelaça com a própria história da Marcos Xukuru, que em sua vivência política transita como líder político do povo Xukuru e representante das causas indígenas no nordeste brasileiro.

Com um processo de organização étnica e de luta política pela manutenção e defesa de seus territórios, há mais de duas décadas a nação Xukuru realiza anualmente uma assembleia indígena que tem como principal objetivo dialogar acerca da organização política do povo Xukuru. Para Neves (2023), antropóloga que acompanha o povo Xukuru desde de os primeiros encontros realizados no começo dos anos 2000, logo após o assassinato de Xicão Xukuru, a assembleia se configura como um evento político, religioso e simbólico.

A assembleia acontece todo mês de maio entre os dias 17 e 20, em menção à data do assassinato de Xicão Xukuru, morto em meio ao processo de emergência étnica e reorganização política do povo Xukuru de Ororubá na década de 1990. Os episódios de violência sofrida pelo povo Xukuru, como o assassinato do cacique Xicão Xukuru entre outras mortes, marca a história coletiva do povo indígena.

O encontro indígena conta com um público de aproximadamente 3 mil pessoas e reúne povos indígenas de todo o país: pesquisadores, apoiadores e simpatizantes da causa indígena. A assembleia do ano de 2023 teve como temática “Mandaru: preparando mentes para espalhar sementes”. *Mandaru* é um dos nomes que Xicão Xukuru recebeu – após sua morte ele tornou-se um encantado que guia, cuida e protege o povo Xukuru. Durante a assembleia, o nome do encantado *Mandaru* é citado nas mesas, nos debates e também é entoado nas músicas e nos rituais religiosos.

O encontro possui quatro dias de rituais, reflexões e debates acerca da organização política interna e externa, saúde e educação indígena, além de trocas com os grupos parceiros presentes.

Na abertura das atividades da assembleia há um momento direcionado para a espiritualidade do grupo, o ritual de abertura (uma variação de toré) é conduzido pelo líder religioso Pedro Rodrigo Bispo, pajé Zequinha. No primeiro dia do encontro, o ritual de abertura é realizado no terreiro sagrado da Pedra D'água, (cemitério e local sagrado para o povo Xukuru) e no mesmo local é realizada uma missa de encerramento da assembleia.

Segundo Arruti (2006), o toré é um elemento importante da resistência e existência dos indígenas no nordeste, pois a prática ritualística de execução do toré aciona elementos chaves da cosmologia e manutenção da identidade diferenciada do grupo. O toré trata-se de uma manifestação cultural e religiosa muito marcante para o povo Xukuru, em uma descrição breve ele é marcado pela entoação de cantigas e dança em passos marcados.

A particularidade do toré Xukuru se dá no uso de uma flauta que é tocada pelas pessoas que guiam o ritmo e a direção do toré, acionado nos momentos dos rituais sagrados e apresentação cultural. No encerramento das atividades no espaço *Mandaru*, há uma missa final, que é um misto de celebração católica com os rituais indígenas – um momento ímpar na programação do evento, pois revela as relações sagradas dos Xukuru com a terra e com os encantados.

Nos dias seguintes, o ritual de abertura é realizado na tenda principal onde acontece as plenárias da assembleia. Em meio a um círculo (toré) formado pelos indígenas, são entoados cânticos e os encantados são acionados para que a assembleia seja conduzida da melhor forma. O momento de abertura e de encerramento da assembleia revela o caráter espiritual e religioso do evento, pois palavras políticas não são proferidas sem a licença espiritual dos encantados.

Depois da abertura, a assembleia segue em suas atividades e funciona no formato expositivo participativo, no qual há a organização prévia de mesas expositivas. Nesse momento, os participantes, convidados indígenas e não indígenas, falam sobre uma temática específica (saúde, educação, território, cosmologia) e logo em seguida se abre espaço para o debate do público em geral. Durante as atividades expositivas das primeiras mesas são apresentadas as delegações que estão presentes (universidades, outros grupos indígenas, movimentos sociais etc.). As falas durante as assembleias são marcadas por relatos de experiências com o território ou testemunhos da vida política, reivindicação de direitos, apresentações de pesquisas acadêmicas, apoios à causa indígena etc.

O horário da noite fica reservado para as apresentações culturais em que os artistas locais, indígenas Xukuru e convidados, se apresentam. Dentre as ações há: os torés dos grupos indígenas presentes, exibição de peça de teatros, shows musicais, recitação de poemas, entre outras atividades culturais que garantem a alegria dos participantes. Na edição do ano de 2023, da qual participei, houve uma peça teatral produzida pelos jovens Xukuru. A peça contava

a história do povo Xukuru e do encantamento[3] do cacique Xicão Xukuru. A performance apresentada pelos jovens demonstrou de forma artística e poética a força e resistência dos indígenas ao longo dos anos[4]. Todas as atividades da assembleia, com exceção dos rituais de abertura e encerramento, são transmitidas pelo perfil da *Ororuba_filmes.*

Importante pontuar que a assembleia é conhecida por ser um encontro que acontece no plano discursivo, a partir das trocas internas e externas entre grupos. A impressão que tive ao participar da edição do ano de 2023 é que não se trata apenas de um evento político exclusivo do povo Xukuru, a assembleia é um espaço de encontro entre pessoas, encantados, etnias, instituições, em outras palavras, é um encontro de histórias. A assembleia transborda as fronteiras políticas, cosmológicas, culturais e religiosas, tudo está estritamente conectado.

O povo Xukuru dispõe de uma estrutura que comporta a assembleia, e o espaço físico possui uma grande área coberta, reservada para os debates públicos e as apresentações culturais, sendo a tenda principal chamada de espaço *Manduru.* O ambiente reservado para a assembleia conta também com uma cozinha coletiva, banheiros e locais específicos para acampamentos.

Nossa intenção no presente estudo não é fazer uma descrição exaustiva do evento, mas pontuar, de forma geral, como a assembleia (enquanto um evento de reivindicação política interna e externa) funciona como um ponto de partida para pensar como o povo Xukuru de Ororubá se posiciona e se articula em relação ao estado brasileiro.

Na edição do ano de 2023, a ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, e a deputada federal Célia Xacriabá estiveram presentes na abertura do evento, as duas importantes figuras políticas do cenário nacional representaram o movimento indígena nacional e governo brasileiro. A partir do contexto nacional, como um país diverso, não podemos pensar o estado como uma instituição independente e detentora de poder que paira sobre a cabeça da massa "homogênea" de cidadãos brasileiros; pelo contrário, tentaremos ir ao encontro de uma noção de Estado que considere as especificidades dos grupos que compõem o Brasil e que, a partir de suas experiências políticas específicas, são "contra" o Estado e "a favor" dos seus direitos como cidadãos.

Quando afirmamos que há comunidades e grupos que negam o estado como fonte unilateral de força, não estamos nos dirigindo ao que se poderia entender como forma de independência anárquica. Clastres (2003) reflete acerca disso em seu livro "A sociedade contra o Estado". O autor pontua que as sociedades que possuíam uma forma diferente de vislumbrar a vida em sociedade, ou uma organização política sem "chefe", eram lidas pela Antropologia clássica

3 Na cosmologia Xukuru, o cacique Xicão se encantou quando foi morto.

4 A peça teatral está disponível no canal do YouTube da Ororubá filmes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_8gxUA39aCc.

a partir da lógica da ausência de um estado centralizado. Ele argumenta que há sociedades que recusam a centralização do poder ao modo político ocidental, isso não significa que essas sociedades não sejam organizadas politicamente ao seu modo, uma vez que, em sua grande maioria, essas sociedades "sem Estado" possuíam esquemas locais de governança organizados em suas lógicas próprias de fazer política. A política está no campo das negociações e trocas entre indivíduos ou grupos.

Nesse ínterim, iremos nos atentar para o modo como as comunidades contemporâneas lidas como "marginais" borram as fronteiras que, supostamente, as impedem de chegar ao poder estatal. Nosso argumento é que ao mesmo tempo em que procuram acionar o estado, comunidades e grupos específicos o negam em seu aspecto unificador e coeso[5]. Todavia, esses grupos, a exemplo do povo Xukuru de Ororubá, participam de uma relação dialógica com o estado. Em seu discurso proferido na mesa de análise da conjuntura, na tarde do dia 19 de maio de 2023, nas conclusões das atividades da assembleia Xukuru, Marcos fez a seguinte provocação:

> Eu gostaria de começar a minha análise de conjuntura dizendo, primeiro, que todo modelo pensado por aqueles que chegaram nesse território com as suas ideias e os seus projetos, queria dizer que eles faliram [...] o modelo que eles trazem nunca nos serve, nunca serviu e o nosso povo sempre resistiu [...] e dizer que o Estado faliu, a maneira que eles pensavam não conseguiu, é tanto que nós estamos aqui hoje, na serra do Ororubá, no espaço Mandarú, resistindo, resistindo. A mais de 500 anos, as sementes deixadas lá atrás, os passarinhos, estão sempre mudando de lugar (Marcos Xukuru, 2020)[6].

Marcos Xukuru enfatiza a falha do projeto de estado homogeneizador, ao citar os processos de resistência de povos e nações indígenas, demonstrando, assim, o caráter pluralista das organizações que constroem e compõem o estado brasileiro. Há uma interação entre o povo Xukuru e o estado brasileiro. Embora Marcos Xukuru dirija diretamente seu discurso contra o estado, ele se alia aos atores políticos que estão diretamente conectados a ele, a exemplo, a visita da ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara e da deputada Célia Xacriabá, que evidencia essa relação. Como o próprio cacique pontua em sua fala, o estado brasileiro é constituído por uma população pluriétnica e pluricultural.

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI), criado em 2022, durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é fruto da luta intensa e constante dos povos indígenas brasileiros. O ministério, que é o primeiro direcionado aos povos indígenas no país, é ocupado

5 Émile Durkheim, sociólogo, em sua fase funcionalista, enxergava a coesão como uma forma de controle "saudável" sobre os indivíduos.

6 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FDvg2sCdN20.

por representantes de diversas etnias, e seus objetivos principais são garantir aos povos indígenas seus direitos de cidadãos brasileiros. A principal missão e desafio do MPI é defender a demarcação de terras indígenas e garantir a saúde e a educação daqueles que antes eram amparados apenas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a qual possuía uma intenção mais paternalista em relação aos povos indígenas

A Antropologia Política deve estar atenta aos modos como os grupos tidos como marginais acessam e participam do estado, modelando em seu dia a dia a sua compreensão de suas ações De acordo com Das e Poole (2008), o conceito de comunidades das margens surge das práticas administrativas estatais que mantinham certos espaços e populações "distantes" do estado. Para as autoras, as margens não são meros espaços periféricos e homogêneos à espera do comando estatal, ao contrário, elas estão fora e dentro do estado pois são dinâmicas e se movimentam de acordo com os seus dilemas sociais, políticos e culturais. A assembleia Xukuru borra essa margem ao provocar o estado pela crítica, mantendo o diálogo direto com ele.

Sob esse jugo, contemplaremos o modo como as comunidades "marginais" (indígenas, quilombolas, ciganas, imigrantes etc.) borram as fronteiras que supostamente as impediam de participar do "poder" estatal, demonstrando que é possível a existência crítica/participativa entre grupos com perspectivas políticas, cosmológicas e econômicas diferentes. A seguir, propomos um diálogo entre as(os) autoras(os) Das (2020), Gupta (2015) e Ramos (1993) para refletir a interação dos conceitos de margem, cotidiano e violência e sua interação com a noção de estado no encontro etnográfico com a assembleia Xukuru.

ENTRE COTIDIANO E ESTADO

Gupta (2015), em seu texto "*As fronteras borrosas: El discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado*", chama atenção para o modo como o Estado, ou pelo menos a noção de Estado, está implicada diretamente na vida cotidiana. O autor propõe que a análise do discurso no cotidiano pode ser uma das vias de compreensão de como o Estado é percebido em locais específicos.

Nessa direção, o estado pode ser concebido como uma instituição translocal, presente em diferentes espaços. Segundo Gupta (2015), o estado se manifesta em múltiplos locais por meio do discurso. O autor expõe como o discurso cotidiano sobre a corrupção em Alipur, no norte da Índia, leva o "estado" para além dos prédios públicos, o inserindo na vida ordinária dos sujeitos. No entendimento de Gupta (2015), qualquer teoria do estado deve considerar sua constituição por meio de complexos conjuntos de representações e práticas que se organizam

espacialmente.

Sendo assim, a categoria de estado não pode ser pensada a partir do prisma de limites geográficos, pois ele não funciona apenas onde está localizado fisicamente, as construções discursivas operam como tentáculos que transpassam as fronteiras espaciais; por isso, Gupta (2015) aciona o conceito de translocal para avaliar o estado. O autor descreve os tecidos das relações que são forjados entre os funcionários do estado e os seus "clientes" no âmbito local.

Com a descrição que apresenta como a instituição do estado é mobilizada na vida cotidiana de uma pequena vila, Gupta (2015) põe em relevo como o antropólogo pode propor uma reflexão sobre os Estados, atentando-se às formações discursivas e formas mediadoras múltiplas que se entrelaçam nos espaços cotidianos. A centralidade do argumento de Gupta (2015) é que o estado, ou pelo menos a noção que se tem dele, é estruturado no cotidiano dos grupos locais, sejam eles sujeitos coletivos ou individuais, reagindo à estrutura administrativa a partir do seu próprio modo de ver a vida. Assim, o estado enquanto uma instituição burocrática e governadora não se configura como uma imposição unilateral, violenta e central sobre os indivíduos.

Por meio da análise dos discursos sobre a corrupção, Gupta (2015) demonstra como o estado é imaginado e reelaborado em um contexto local, histórico e cultural específico. O historiador e cientista político Benedict Anderson (2008) cunha o termo "comunidades imaginadas", chamando atenção para o poder que a imaginação tem na criação e manutenção de imagens mentais coletivas sobre algum aspecto. Assim, o autor se debruça, em seus estudos, sobre o nacionalismo. Para Anderson (2008), a imaginação é, portanto, uma ferramenta que interliga os sujeitos no compartilhamento de ideias comuns. Por meio do discursivo, a imaginação é criada e acessada. Nesse sentido as noções do que seja estado estão alocadas no imaginário social de um grupo.

Para Gupta (2015), o caso analisado pelo olhar etnográfico em Alipur, o discurso e as práticas cotidianas funcionam como um diagnóstico do Estado naquele local específico. A exemplo das análises do autor, o povo Xukuru também apresenta uma visão/imaginação do estado que pode ser visualizada por meio de sua performance discursiva, a qual direciona uma crítica ao estado e à sua tentativa de governança homogeneizadora, como afirmou o Marcos Xukuru em seus discursos na assembleia de 2023.

Ainda de acordo com Gupta (2015), as compreensões populares a respeito do estado se constituem no campo discursivo, no qual os meios de comunicação desempenham um papel importante na disseminação de informações acerca dos entendimentos sobre ele. As concepções acerca do estado podem ser favoráveis ou contrárias, mas a propriedade discursiva afeta as ações que podem partir tanto do estado, quanto dos grupos minoritários.

Nos últimos anos, com o avanço da internet, os usos das redes sociais para o

compartilhamento e reivindicações dirigidas ao Estado se configuram como uma cultura pública. Nesse sentido, o povo Xukuru transmite a assembleia indígena pelas mídias digitais (Instagram, YouTube). Ao divulgar para um grande público os seus discursos críticos ao estado, os Xukurus também estão reelaborando a noção de estado, ao seu modo de vida ancorado em sua cosmologia.

Os discursos proferidos na assembleia, a título de exemplo, potencializados pelas publicações realizadas nas redes sociais, são formas de imaginar e recriar a imaginação sobre o estado. Seguindo Gupta (2015), podemos entender essa situação como a cultura pública se movendo em torno dos entendimentos sobre o estado.

Para o autor o conceito de cultura pública diz respeito aos entendimentos sobre o Estado que são construídos na vida cotidiana. Ou seja, não são apenas os aparatos de estado que podem construir um discurso sobre seus usuários, os usuários do estado também constroem um discurso e, assim, entendimentos acerca dele. Gupta (2015) argumenta que o estado não pode ser analisado a partir de um prisma unitário e, para entender essa instituição, é necessário considera-lo a partir das dimensões local, regional, nacional e internacional[7].

Bart (1995) lança mão de um dos conceitos de transnacionalidade para pensar a mobilidade das organizações sociais e identidades. Não há limites nítidos estabelecidos sobre onde começa e onde termina o estado, afinal, as organizações políticas transpassam frequentemente as fronteiras porosas do que se entende por estado. As organizações sociais, assim como as identidades dos grupos, se localizam em construção dialética, a partir dos contextos em que estão inseridas – ou seja, as identidades, mobilizações, entendimentos e relações com e sobre o estado, estão sempre em movimento.

No Brasil, há uma ampla gama de organizações políticas movimentos sociais de diversas áreas que pressionam o estado brasileiro em busca de seus direitos específicos. As pautas centrais do movimento indígena, por exemplo, são a demarcação de terras, o direito à saúde e a educação diferenciada. No entendimento de Gupta (2015), a dicotomia entre colaboração e resistência, que envolve os movimentos sociais[8], faz parte da dinâmica política e , portanto, da construção do estado.

Ao receber na abertura da assembleia, a ministra dos povos indígenas como representante do estado brasileiro, o povo indígena Xukuru evidencia um caráter colaborativo com o governo

7 O povo Xukuru ganhou um processo na Corte Interamericana, contra o stado brasileiro. Aqui se evidencia o pressuposto de Gupta sobre as relacionalidades translocais de grupos específicos com o estado. Detalhes sobre o processo disponível em: https://cimi.org.br/2020/02/povo-xukuru-recebe-indenizacao-do-governo-federal-como-sentenca-da-cidh-que-condenou-o-estado-por-violacoes-de-direitos-humanos/.

8 O Governo do Partido dos Trabalhadores tem se colocado como um estado que dialoga diretamente com os movimentos sociais.

brasileiro. Todavia, ao longo da assembleia, em diversos momentos, ações (ou ausência delas) do governo são questionadas e colocadas em tensão, caracterizando a resistência e a organização política do povo Xukuru. Em sua fala sobre a análise de conjuntura, o cacique Marcos Xukuru faz um apanhado da história do movimento indígena no Brasil.

> Nós, o movimento indígena ele começa a tomar outra proporção, o Caboquinho ele não colocou, mais o movimento ele começa a pensar como ele colocou, a comissão leste nordeste, mas foi pensado depois o movimento mais grande, APOINME[9] aí já juntava as outras organizações indígenas de todo o país, teve um problema, a APOINME acabou. E depois nós do movimento começamos a construir e aí onde entra APIB[10]e hoje a articulação dos povos indígenas do Brasil. Mas sempre pautada na defesa da mãe terra. Sempre foi o eixo principal da grande luta do movimento indígena, dos povos indígenas, foi pautar a demarcação dos territórios indígenas e a manutenção desses territórios e a garantia de políticas públicas e assim esses espaços estão sendo ocupados. Ou seja, foi pautando o estado, criando mecanismos de participação social, nós fomos pautando isso, aí criado conselhos, as nossas lideranças participando de alguns espaços dentro das instâncias governamentais. Já se inserindo e colocando ali, né, o nosso pensar. A gente exercendo a nossa função enquanto liderança deixada pela nossa ancestralidade (Marcos Xukuru, 2020)[11].

A partir do discurso do movimento indígena e do povo Xukuru contra o estado, bem como das ações de colaboração citadas acima pelo Cacique Marcos, podemos nos aproximar da reflexão de Gupta (2015). Para o autor, é justamente nas fendas e contradições das atuações administrativas do estado que os grupos encontram vazão para ação política – ou seja, questionar o estado não significa negá-lo a todo custo, mas sim buscar participação efetiva em sua construção. Nas manifestações públicas contra o estado, os indivíduos ou grupos também agem com o estado.

> Lo que está em juego es nada menos do que uma trasnformacion en la forma em que el estado llega a ser construído. Es uma lucha que problematiza la division histórica entre los que optan por hacer um trabajo político "dentro" del estado y los que trabajan "fuera" de él, porque la cosntrucción cultural del estado em la cultura pública puede ser ele resultado de y afectar ambas as partes em igual medida (Gupta, 2015, p. 132).

Gupta (2015) nos leva a ponderar como os discursos públicos e pessoais – seja sobre a corrupção, a vacina, a demarcação de terras ou legalização do aborto, legalização da maconha (temas debatidos por um amplo público) –, podem nos conduzir ao entendimento de como o estado é constituído/construído simbolicamente nos tentáculos discursivos da vida cotidiana. O autor destaca a importância de refletir sobre as construções das culturas públicas entre o estado

9 Articulação indígena do norte e nordeste.

10 Articulação dos povos indígenas do Brasil.

11 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FDvg2sCdN20.

e a sociedade civil, os grupos étnicos, grupos sociais e assim por diante.

Das (2020) e Gupta (2015) concordam que o melhor lugar para ter acesso a esses entendimentos públicos ou subjetivos acerca do estado é nos discursos e/ou narrativas da vida cotidiana, nos quais o olhar etnográfico pode estar a serviço da Antropologia na busca pela compreensão do estado. A assembleia Xukuru é, portanto, uma janela etnográfica para pensar as relações de grupos étnicos com o estado brasileiro.

Das (2020), antropóloga e pesquisadora do estado e da violência, realiza em sua pesquisa uma descida ao cotidiano para avaliar o estado a partir do entrelaçamento de eventos marcantes na história de vida dos sujeitos. Ao descrever a violência nos eventos da Partição da Índia, em 1947, e o assassinato da primeira-ministra do país, em 1984, a autora tensiona a categoria de estado supremo com base nos conceitos de voz e cotidiano.

A violência, seja ela física ou simbólica, é uma ferramenta mobilizada pelo estado para exercer controle na regulamentação das vidas dos indivíduos (Foucault, 1979). Das (2020) empreende uma pesquisa que analisa as histórias de vida das pessoas a partir da história "oficial" do Estado-nação da Índia.

Na cosmologia Xukuru, a violência sofrida pelo povo Xukuru, cujo ápice foi o assassinato do cacique Xicão Xukuru, é reelaborada na continuidade da vida e resistência étnica. Como demonstra a edição de 2023 da assembleia Xukuru Ororubá, os eventos de violências enfrentados ao longo de sua história passam a ser reorganizados no discurso e na cosmologia Xukuru. A metáfora de "espalhar semente", tema de 2023, torna-se viva no encontro, no multiplicar de pessoas envolvidas na luta pela continuidade da vida política e cosmológica do povo.

Das (2020) ao se aproximar das vozes das pessoas comuns sobre os eventos históricos que marcam a memória coletiva, bem como das experiências individuais e coletivas da formação do estado independente na Índia, depara-se com as histórias de sofrimento social e modos de cura que são acionados na vida cotidiana. Mesmo após eventos traumáticos, as pessoas encontram formas de lidar com o sofrimento e levar a vida e a resistência adiante.

Em uma escala menor das pesquisas etnográficas desenvolvidas por Das (2020) e Gupta (2015), entendemos a Assembleia Indígena Xukuru como um evento político, histórico e cotidiano no qual o antropólogo pode observar as nuances de relacionalidades do povo Xukuru com o estado brasileiro. A violência sofrida pelo povo Xukuru ao longo da sua história de resistência étnica é ressignificada a partir do sofrimento social, que, na continuação da vida cotidiana, encontrou uma habilidade de suportar a dor e conviver com as marcas dos episódios violentos.

Nos termos de Rifiotis (2008; 2015), entendemos a violência como uma categoria descritivo-qualitativa que surge de uma avaliação social de comportamentos, podendo variar de acordo com o contexto histórico e social em que está sendo acionada. No caso do povo Xukuru,

o assassinato da liderança política do grupo causou um processo de reação e organização política frente à violência sofrida, de forma que as "vítimas" ressignificaram a perda e a transformaram em força política.

Geralmente, quando um grupo étnico passa por um ato violento, ocorre um processo de vitimização que, na maioria das vezes, é conduzido pelo estado por meio dos aparatos judiciais que procuram aplicar justiça aos culpados. Oliveira, Neves e Fialho (2022) apontam que o povo Xukuru enfrentou, ao longo dos anos, um processo de criminalização de sua organização política, o que evidencia uma violência sofrida pelo povo por parte do aparato estatal.

Como pontua Marcos Xukuru em diferentes momentos da assembleia, "as sementes deixadas lá atrás, os passarinhos vão sempre mudando de lugar". Nessa metáfora discursiva, o cacique revela a dinâmica do povo Xukuru de Ororubá em relação à organização política religiosa e simbólica em seu território. A história da violência, em seus desdobramentos, pode também se tornar resistência e recuperação.

A organização da peça teatral pelos jovens do povo Xukuru, durante uma assembleia política, demonstra essa dinâmica. Para Merriman (2018), a arte oferece novos enquadramentos para os atos de violência. Por essa via, a peça apresentada pelo grupo constitui uma forma da memória alternativa para denunciar a violência, ou seja, torná-la visível, bem como uma outra forma de visualizar, significar e lidar com o conflito.

O que Das (2020) demonstra é que as histórias oficiais de formação de um estado-nação, como no caso da Índia, não podem ser visualizadas a partir do esvaziamento de sujeitos. Os acontecimentos provocados pelo "estado" envolvem uma cadeia de relações, ligações e pessoas que são diretamente afetadas pelos longos tentáculos do poder estatal. No caso etnográfico descrito por Das (2020), a autora segue uma rede de sujeitos que a leva a refletir sobre como a ideia de Estado-nação, naquele contexto, é construída a partir de fundamentos violentos, machistas e patriarcais.

O Estado-nação, que é acionado na pós-partição, fundamenta-se na lógica de uma nação masculina que deve ter sua honra restaurada por meio de um contrato social, em que o homem aparece como chefe de família e não como um sujeito comum. O diagnóstico do estado que Gupta (2015) defende, Das (2020) realiza a partir do contato com a vida ordinária das pessoas, apontando, como mencionado acima, o caráter machista e patriarcal das ações estatais.

A noção de honra nacional, contrato sexual e, por fim, contrato social, corroboram uma noção de que o estado (enquanto uma instituição governamental) deve reestabelecer a "civilidade" dos rumos da nação. Nesse sentido, a concepção de Estado-nação que perpassa a narrativa do governo indiano parte do homogêneo e geral, não considerando as mulheres como cidadãs, mas sim seres sexuais e reprodutivos que estão à disposição do estado.

Em sua descida ao ordinário, ao ouvir e nos contar sobre histórias particulares, Das (2020)

aponta como as narrativas gerais, em sua maioria tidas como as "oficiais", não demonstram como a percepção de estado é vivenciada e construída nas margens, por grupos vistos apenas como receptores das ações estatais. A violência sofrida pelos sujeitos e o sofrimento social decorrente delas é narrada a partir de um espaço generalizado, no qual as subjetividades são postas de lado para a construção de uma história universal do Estado-nação.

Das (2020), baseada em seu trabalho de uma vida inteira, explicita que, nas margens, nas relações ordinárias entre agentes do estado e a sociedade civil/comum, o estado também se refaz a partir dos rearranjos desses grupos e das violências sofridas. As reflexões teóricas da autora vão ao encontro das reflexões de Gupta (2015) sobre a construção discursiva do estado, uma vez que os discursos cotidianos e/ou pontuais evidenciam como grupos entendem e lidam com o estado no dia a dia.

Os dois autores se aproximam ao destacarem o caráter plural da noção de Estado-nação. Ao abordar os discursos sobre a violência e corrupção na vida cotidiana, Das (2020) e Gupta (2015), respectivamente, contribuem para uma teoria antropológica do estado, que o visualiza a partir de um prisma construtivista e dialógico, no qual há uma relação dinâmica entre o governamental do estado e os sujeitos da sociedade civil.

Quando Veena Das fala da figura da mulher requerida pelo estado para "lavar" a honra da nação, a autora pontua a coexistência da história geral e da história ordinária dos acontecimentos. No Brasil, há também uma tentativa de construção de uma história geral da nação, frequentemente fundamentada no mito da harmonia das três raças, como afirmado por Freire (2006). Ramos (1993), em seu texto "Nação dentro da Nação: um desencontro de ideologia*"*, chama atenção para o incômodo que o termo "nação indígena" provoca em parte da população brasileira, pois sugeriria uma "independência" dos povos indígenas dentro do estado brasileiro.

Esse incômodo, segundo Alcita Rita Ramos, ocorre justamente porque o termo "nação indígena" vai contra a lógica homogeneizadora da identidade nacional: "etnias são tidas como excrescências sociais que a História impingiu à pátria e que devem ser aplainadas e diluídas na correnteza nacional." (Ramos, 1993, p. 1). A autora usa o termo "História" com H maiúsculo com a intenção de destacar uma crítica às narrativas gerais. Segundo Ramos, o conceito de nação, baseado nas comunidades imaginadas de Benedict Anderson, é homogeneizante, o que não caracteriza as sociedades indígenas brasileiras.

Marcos Xukuru em seu discurso na Assembleia Indígena de 2023, refere-se ao povo Xukuru e a outros povos indígenas como "nações". Em nosso entendimento, o cacique não está promovendo, por meio de sua fala pública, uma independência política do estado brasileiro, mas uma autodeterminação étnica dentro de um estado pluricultural como é o Brasil. Logo o uso do termo "nação" é aplicado como um marcador de diferença étnica, e não de independência

política. A criação do Ministério dos Povos Indígenas, após anos de luta do movimento indígena, demonstra uma aliança entre o movimento social e estado brasileiro para a manutenção de direitos e autonomias dos povos indígenas.

Nesse sentido, a proposta de entendimento de estado a partir da Antropologia é buscar entender as particularidades dos grupos, considerando as trajetórias, biografias e experiências individuais e coletivas com o estado. O povo Xukuru, em sua história particular de resistência, apresenta uma forma própria de se relacionar com o estado brasileiro, ora tencionando a relação, ora se aproximando, mas sempre imprimindo seu significado e interpretação local à governança e ao estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores supracitados ao longo do texto defendem que analisar o estado a partir de uma visão geral e homogênea é negar ou fugir da complexidade que o conceito apresenta em sua realidade cultural, econômica e política. O estado brasileiro reflete essa complexidade, uma vez que é formado por uma grande diversidade de grupos sociais, étnicos e culturais. Apresentamos o povo Xukuru como um exemplo de composição do Estado-nação, mas outros trabalhos etnográficos com povos indígenas no Brasil revelariam diferentes entendimentos e relacionalidades com o estado brasileiro.

Seguindo os exemplos teóricos e etnográficos de Das (2020) e Gupta (2015), a Antropologia do estado deve contar histórias particulares de como diferentes grupos convivem com o estado e como se relacionam com ele, para então implodir as noções que visualizam o estado como uma instituição centralizadora e unilateral, que age unilateralmente sobre a vida dos sujeitos.

Não podemos esquecer, como sinaliza Foucault (1979), que experiências de governanças impõem diferentes formas de violências sobre a vida e os corpos dos sujeitos. O argumento aqui delineado é que há uma resposta e uma interação constantes entre as "margens" e o "centro" do estado, onde as fronteiras entre grupos políticos e civis se tornam difusas na vida ordinária e cotidiana. Nos planos discursivos e nas organizações coletivas, como a assembleia Xukuru, diferentes formas de lidar, negar e negociar com o estado são acionados no dia a dia, no chão da aldeia, onde o pé pisa o toré e a boca fala sobre política.

Considerando os aportes teóricos dos autores supracitados, entendemos a Assembleia Indígena Xukuru como uma performance contra e com o estado brasileiro, como afirmamos em diferentes momentos. O povo/nação Xukuru constrói sua relacionalidade com o governo de

forma dinâmica, reelaborando-a de acordo com o contexto específico.

Em suma, o estado se constitui nas redes de relações práticas de colaboração e resistência. Como afirmam Das (2020) e Poole (2008), as margens são necessárias ao estado e, em certa medida, o estado também é necessário às margens. A partir dos argumentos defendidos nesse estudo, compreendemos que estado é vivência cotidiana, conexão e negociação – entre agentes da FUNAI e indígenas, entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e usuários, entre Policia Federal (PF) e refugiados – afinal, o estado é governança, e esta é feita por pessoas.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

2. ARRUTI, José Maurício. A produção da alteridade: o Toré e as conversões missionárias e indígenas. *In*: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006. p. 381-426.

3. BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: NESP, 1995. BOURDIEU, Pierre. Curso de 17 de janeiro de 1991. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1982-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 252-255.

4. CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

5. COMUNICAÇÃO. Assessoria de. Povo Xukuru recebe indenização do governo após sentença da CIDH que condenou o Estado por violações de direitos humanos. **Conselho Indigenista Missionário**, Brasília, DF, 11 fev. 2020. Disponível em: https://cimi.org.br/2020/02/povo-xukuru-recebe-indenizacao-do-governo-federal-como-sentenca-da-cidh-que-condenou-o-estado-por-violacoes-de-direitos-humanos/. Acesso em: 20 fev. 2025.

6. DAS, Veena. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

7. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

8. FILMES, Ororubá. **23ª Assembleia Xukuru** - 19/05. YouTube, 19 maio 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FDvg2sCdN20. Acesso em: 20 fev. 2025.

9. FILMES, Ororubá. **23ª Assembleia Xukuru** - 19/05 Noite Cultural. YouTube, 19 maio 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_8gxUA39aCc. Acesso em 20 fev. 2025.

10. FILMES, Ororubá . **Audiovisual Indígena** - Pe. Do povo Xukuru do Ororubá para o mundo. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/ororuba_filmes/. Acesso em: 20 fev. 2025.

11. FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Sistemas políticos africanos**. Tradução de Teresa Brandão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

12. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

13. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

14. GUPTA, Akhil. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. *In*: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy (org.). **Antropología del estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 71-144.

15. MERRIMAN, Danielle Reaney. **Critical visibility in Colombia**: victimhood, reparations, and the challenge of visibilizarse. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Colorado, Boulder, 2018.

16. MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto de Estado. *In*: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy (org.). **Antropología del Estado**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 145-187.

17. OLIVEIRA, Kelly; NEVES, Rita; FIALHO, Vânia. Conflitos, violências e o vaso Xukuru na CIDH. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 424-451, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/d5dpmfYFCQ5ZLdj96FPLftP/. Acesso em: 28 fev. 2025.

18. PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, p. 377-391, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

19. RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. *In*: ZAUR, George (org.). **Etnia e nação na América Latina**. Washington: OEA. 1993. p. 79-- 89

20. RITA, Neves. O calendário da resistência: performances e mobilização política nas assembleias e no 20 de maio dos índios Xukuru do Ororubá. *In*: MALUF, Sonia Weidner; DIEHL, Eliana Elisabeth; MORENO, Juana Valentina Nieto (org.). **Uma Antropologia da práxis**: homenagem a Jean Langdon. Florianópolis: EdUFSC, 2023. p. 337 - 357-X.

21. RIFIOTIS, Theophilos. Violência e poder: avesso do avesso. *In*: NOBRE, Renarde Freire (org.). **O poder no pensamento social**: dissonâncias do mesmo tema. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 153-173.

22. RIFIOTIS, Theophilos. Violência, justiça e direitos humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da "violência de gênero". **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 45, p. 261-295, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/

a/8CxpJgP7bvY9b8HYMw4fXXC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

23. WEBER, Max. Os tipos de dominação. *In*: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: Editora da UnB, 2000. p. 139-198.

Cristhyan Kaline Soares Mineiro
Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Antropologia Universidade Federal do Piauí. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2900-7973. E-mail: cristhyankaline2017@gmail.com

A polícia e a morte no Amapá: moralidades e sensos de justiça entre seguidores de páginas policiais na internet

The police and death in Amapá: moralities and senses of justice among followers of police pages on the internet

Marcus Cardoso
Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil

Carolina Barreto Lemos
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Juliana Rocha
Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil

Jade Figueiredo
Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil

Vinícius Barriga
Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Neste artigo nos interessamos pelo conteúdo das interações estabelecidas entre os seguidores de três perfis presentes nas redes sociais on-line que publicizam as operações policiais no estado do Amapá, sendo eles: *Devotos do BOPE-AP, Correio Amapaense* e *Bom Dia Amazônia,* do *G1 AP*. Nosso foco principal está nos casos em que o desfecho publicizado é a morte de indivíduos acusados de se envolverem em confrontos armados com policiais ou nos quais estes são flagrados fazendo uso desproporcional da força, dando especial atenção às categorias êmicas recorrentemente acionadas nesses episódios por parte do público. Ao longo do artigo sustentamos que determinadas categorias êmicas que recorrentemente aparecem nas intervenções dos seguidores do *Devotos do BOPE-AP*, *Correio Amapaense* e *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP* se ancoram em cosmovisões e moralidades que expressam sensos de justiça e de direitos que articulam atribuições diferenciadas de *status* - a partir de critérios identitários - com determinadas expectativas e demandas por distribuição desigual de formas de tratamentos, em um

Recebido em 11 de maio de 2024.
Avaliador A: 17 de agosto de 2025.
Avaliador B: 03 de outubro de 2025.
Aceito em 04 de dezembro de 2025.

CC BY

arranjo que concebe direitos como privilégios de tipos morais. Explorar essas categorias e seus sentidos, em sua relação com a letalidade policial no estado, é o nosso objetivo no artigo. Os trabalhos de campo que sustentam nossa pesquisa foram realizados entre 2021 e 2024 por meio de etnografia no digital.

Palavras-chave: Letalidade Policial, Sensos de Justiça, Violência, Amapá, Amazônia.

ABSTRACT

In this article we are interested in the contents of the interactions established between the followers of three profiles present on online social networks that inform police operations in the state of Amapá, namely: *Devotos do BOPE-AP, Correio Amapaense* and *Bom Dia Amazônia.* Our focus is on cases where the advertised outcome is the death of individuals accused of getting involved in armed clashes with police officers or where they are caught making disproportionate use of force, paying special attention to the categories recurrently triggered in these episodes by the public. Throughout the article we have argued that certain categories that recurrently appear in the interventions of the followers of the *Devotos do BOPE-AP, Correio Amapaense* and *Bom Dia Amazônia* are anchored in worldviews and moralities that express senses of justice and Rights that articulate differentiated status attributions - from identity criteria - with certain expectations and demands for unequal distribution of forms of treatments, in an arrangement that conceives rights as privileges of moral types. Exploring these categories and their senses, in their relationship with police lethality in the state, is our goal in the article. Fieldwork that supports our research were carried out between 2021 and 2024 through digital ethnography.

Keywords: Police Lethality, Senses of Justice, Violence, Amapá, Amazon.

INTRODUÇÃO

Neste artigo nós nos interessamos pelo conteúdo das interações estabelecidas entre os seguidores de três perfis presentes nas redes sociais on-line que publicizam as operações policiais no estado do Amapá, através de textos, fotografias e vídeos postados. Nosso foco principal está nos casos em que o desfecho publicizado é a morte de indivíduos acusados de se envolverem em confrontos armados com policiais ou em episódios em que estes são flagrados fazendo uso desproporcional da força. No Instagram e no Facebook, acompanhamos os perfis *Correio Amapaense*, *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP*, de cunho local e informativo,

e o perfil *Devotos do BOPE-AP*, de caráter apologético ao trabalho do batalhão de operações especiais do estado.

O *Correio Amapaense* no Facebook se descreve como um veículo de divulgação de notícias em tempo real e independente. O perfil apresenta um quantitativo de 45 mil curtidas e 87 mil seguidores. A página *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP* também está no Facebook, pertence à Rede Amazônica-Amapá, uma afiliada à rede televisiva Globo, e ostenta um quantitativo de 66 mil curtidas e 81 mil seguidores. Nesses dois perfis, nós nos concentramos nas seções dedicadas às ocorrências policiais e demais notícias sobre segurança pública, observando tanto como os seus conteúdos eram construídos e apresentados, como também seus seguidores reagiram a elas. Por sua vez, o *Devotos do BOPE-AP* foi acompanhado tanto no Instagram quanto no Facebook. Criado em 2015, durante os primeiros anos suas páginas se apresentavam como um perfil oficial da Polícia Militar do Amapá, ostentando essa informação na sua descrição. Apenas durante a disputa eleitoral para a Presidência da República de 2022, quando foi formalmente acusada de realizar campanha para o então candidato à reeleição Jair Bolsonaro, que os administradores do *Devotos do BOPE-AP* modificaram a descrição das páginas no Instagram e no Facebook para "admiradores" do referido batalhão.

Os perfis do *Devotos do BOPE-AP* operam noticiando de maneira apologética as operações do batalhão de operações especiais local. O conteúdo das imagens veiculadas, muitas vezes feitas na perspectiva em primeira pessoa, permite considerar a possibilidade de que os administradores sejam os próprios policiais do batalhão. Cotidianamente, suas páginas são abastecidas com informes, com vídeos de corpos de pessoas mortas em suposto confronto com os agentes do batalhão, com vídeos de treinamentos dos seus membros e com entrevistas dos oficiais. Até o momento da escrita deste artigo, o *Devotos do BOPE-AP* apresentava 112 mil seguidores e 74 mil curtidas no Facebook e 31,1 mil no Instagram. Seus seguidores costumam ser ativos nas interações, com comentários e reações positivas, sobretudo diante de imagens e notícias sobre mortes cometidas pelos agentes[1].

Via-de-regra, as referidas manifestações celebram e demandam a letalidade policial e expressam regimes de desumanização (Freire; Teixeira, 2016), assim como um entendimento de que existem indivíduos que não apenas podem, como devem ser eliminados (Agamben, 2010; Cardoso *et al.*, 2024; Foucault, 1987, 1997; Mbembe, 2018; Medeiros, 2019; Misse, 2019, 2018). Todavia, esse é antes o ponto de partida do que o cerne do nosso argumento. Ao longo do artigo nós sustentamos que determinadas categorias êmicas que recorrentemente aparecem nas intervenções dos seguidores do *Devotos do BOPE-AP*, *Correio Amapaense* e *Bom Dia*

1 A última data de verificação do quantitativo dos perfis acompanhados em nossa pesquisa foi em 24 de maio de 2024.

Amazônia, Jornal do AP e G1 AP se ancoram em cosmovisões e moralidades que expressam sensos de justiça e de direitos. Sustentamos ainda que, sem dedicar a devida atenção a esses sensos de justiça, não é possível compreender adequadamente o fenômeno em tela. Assim, não nos interessa aqui tratar propriamente da letalidade policial no Amapá, tampouco da sua Polícia Militar e seus agentes, mas sim explorar quais são os sensos de justiças e as concepções de direitos que emergem nas interações estabelecidas nos perfis selecionados no recorte de campo.

O entendimento de que sensibilidades jurídicas (Geertz, 1973) expressam visões de mundo ancoradas em contextos culturais particulares (Cardoso; Lemos, 2025; Cardoso de Oliveira, 2020a, 2020b; Eilbaum, 2021; Fonseca, 2021; Lemos; Cardoso, 2023; Kant de Lima, 2021, 2023; Medeiros, 2019) e que esses arranjos podem estar sujeitos a múltiplas significações dentro de uma mesma sociedade não é novidade para a antropologia. Todavia, para realizar tal tarefa, é necessário dedicar uma atenção cuidadosa ao ponto de vista nativo, de modo a identificar eventuais similaridades e recorrências, a fim de perceber as estruturas significativas que articulam suas experiências e as cosmovisões.

Nossa pesquisa de campo, acompanhando as postagens dos administradores destes perfis e as reações dos seus seguidores, teve início em maio de 2021 e continua em curso até o ano de 2024, e o nosso objetivo tem sido interpretar as moralidades e sensos de justiça expressos nessas interações. Os trabalhos de campo que fundamentam este artigo foram realizados através da observação oculta (Skågeby, 2011), o que nos possibilitou a obtenção de informações que eram consumidas, compartilhadas e com as quais os seguidores dos perfis acompanhados interagiam[2]. Atualmente há uma vasta produção sobre pesquisas antropológicas nas redes sociais a partir de compreensões diversas que respondem por antropologia digital, etnografia virtual, etnografia da internet, netnografia e webnografia (Cesarino, 2021; Dolcemáscolo; Dughera, 2020; Hine, 2020; Latour, 2016; Lévy, 2010; Máximo, 2002; Miller; Horst, 2015; Rifiotis, 2012; Segata, 2016). Nós optamos por realizar uma "etnografia no digital"[3]. Nossa abordagem adere ao entendimento sobre a viabilidade da etnografia nesse universo como uma

2 Como se sabe, os usuários das redes sociais, ao ingressarem nas plataformas do Facebook e do Instagram, presumem um acordo com os termos legais que regem a permissão de divulgação de seu comportamento digital nesses ambientes. Além disso, os perfis acompanhados possuem uma configuração de privacidade pública, o que implica que os comentários dos seus seguidores são igualmente públicos. Entretanto, ainda que os perfis acompanhados e os seus usuários sejam abertos nas plataformas digitais, optamos por preservar os nomes dos seguidores responsáveis pelos comentários trazidos à análise neste artigo. Uma observação importante é que, devido à natureza da nossa pesquisa de campo, não foi possível identificar informações como idade e classe social dos perfis que interagiam nas páginas acompanhadas.

3 Isso significa dizer que não estamos interessados em pensar o ciberespaço em si. Uma etnografia no digital assume que o ambiente *on-line* é mais um campo onde as interações humanas se estabelecem, sendo também uma extensão do ambiente *off-line*, validando, dessa maneira, os sentidos nativos expressados por meio da tecnologia digital.

forma de apreensão e construção particular do conhecimento capaz de interpretar socialidades que se dão nos ambientes *on-line* das redes sociais, ainda que seja necessária a adaptação de alguns procedimentos. Nossa posição se sustenta, sobretudo, a partir do entendimento de que a etnografia, para a antropologia, não é um método de pesquisa de campo, mas sim uma forma de produção de conhecimento que surge do encontro entre tradição teórica da disciplina e as teorias nativas sobre o mundo, sendo ela própria uma terceira coisa que surge a partir da possibilidade da "fusão de horizontes" (Cardoso de Oliveira, 2018). Ou seja, sendo a etnografia um procedimento interpretativo e teórico (Peirano, 1991; Strathern, 2014), colocar em dúvida a possibilidade de lançar mão dela para compreender as interações que ocorrem no digital nos parece sem sentido. Junto à etnografia, utilizamos os dados produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para desenhar o perfil da Polícia Militar do Amapá.

Para melhor compreensão, nosso artigo se estrutura da seguinte maneira: na primeira seção apresentamos brevemente a Polícia Militar do Estado do Amapá e seus dados sobre letalidade; na sequência nós apresentamos o conteúdo dos eventos, postagens e as reações resultantes das interações dos perfis acompanhados com seus seguidores, assim como sublinhamos as categorias êmicas que emergem nesse contexto; posteriormente passamos à análise dessas categorias para explorar os sensos de justiça e moralidades que as perpassam e as informam.

MATAR E NÃO MORRER: A POLÍCIA MILITAR NO AMAPÁ

Mesmo não interessado em se debruçar diretamente sobre a letalidade da Polícia Militar do Amapá, ou pensar propriamente sobre essa instituição e seus agentes, alguma contextualização é necessária. As ciências sociais brasileiras têm uma longa tradição nos estudos sobre polícia e seus impactos nos indivíduos e grupos que são alvos de sua atuação. Não é nosso objetivo explorar sua genealogia, mas, *grosso modo*, os interesses se distribuem em pesquisas sobre a cultural policial, sobre o papel desempenhado pelas polícias em uma sociedade desigual como a nossa, sobre o processo de formação profissional, seletividade e letalidade, sobre como as práticas policiais revelam sensos de justiça e moralidades operantes em nossa sociedade e sua inadequação a princípios democráticos idealizados, entre outros recortes possíveis (Adorno, 2022; Beato Filho, 2008; Bretas, 1997; Caldeira, 2000; Caruso, 2015; Costa, 2021; Hirata; Grillo; Dirk, 2021; Holloway, 1997; Kant de Lima, 2013, 2012, 2023; Mesquita Neto, 2004; Misse, 2019, 2018; Misse; Grillo; Neri, 2015; Paixão, 1991; Pinheiro, 1998; Poncioni, 2021; Ramos, 2016; Ribeiro; Vilarouca, 2020; Sinhoretto; Caruso, 2024).

Uma característica de parte dessa produção é que, cada uma a sua forma e em níveis

diferentes, expressa um interesse articulado entre reflexões interpretativas sobre o objeto estudado e uma certa intenção reformista em adequar, de alguma maneira, a prática policial aos princípios democráticos, particularmente no que se refere ao respeito aos direitos civis dos cidadãos. Todavia, apesar dos esforços em curso, desde o processo de redemocratização, o desafio de construir polícias capazes de administrar conflitos de maneira eficaz sem afrontar os direitos civis, particularmente o direito à vida das pessoas que se encontram nas margens socioeconômicas, ainda é um desafio longe de ser alcançado. O que se confirma quando se observa os dados produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) sobre as taxas de letalidade policial no Brasil e o perfil dos indivíduos vitimados.

Isso se confirma também quando olhamos para a Polícia Militar do Estado do Amapá. O Amapá encontra-se na região Norte do país e, junto com outras unidades federativas, faz parte da chamada Amazônia Legal. Aquilo que veio a se transformar na Polícia Militar do estado foi instituída em 1943 sob o nome de Guarda Territorial, quando foi criado o Território Federal do Amapá, sendo renomeada de Polícia Militar do território Federal do Amapá em 1975, durante a ditadura militar. Em 1991, o Amapá se torna uma unidade federativa e a instituição passa a responder pelo nome de Polícia Militar do Estado do Amapá.

Desde o ano de 2015, o Amapá é o estado com a maior taxa de letalidade policial do país, ao tempo que apresenta também a menor taxa de agentes mortos em situações descritas como de confronto armado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, 2021, 2022, 2023). Essas mortes estão registradas como "resposta à injusta agressão", desdobramento de episódios onde indivíduos são acusados de reagir violentamente à abordagem policial, sendo mortos como resultado disso. Considerando apenas o ano de 2022, as mortes cometidas por policiais em relação à população do estado do Amapá foram de 16,6 a cada 100 mil habitantes, correspondendo a 32,9% das "mortes violentas intencionais" (MVI). Isso é mais que o dobro da média nacional, que foi de 13,6% de letalidade policial no mesmo período (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Traçando um breve histórico dos dados do estado referentes a mortes cometidas por policiais em relação à população do Amapá, no ano de 2018 foi registrada uma relação de 5,7 mortes para cada 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), enquanto em 2019 essa relação passou para 14,4 mortes para cada 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), em 2020 a relação foi de 12,9 mortes para cada 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021), saltando de 17,1 mortes para cada 100 mil habitantes no ano de 2021 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022) e para 16,6 mortes para cada 100 mil habitantes no ano de 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

No Amapá, as altas taxas de mortes cometidas por policiais não são acompanhadas por altas taxas de policiais mortos em situações de "resposta à injusta agressão". Por exemplo, os

dados sobre policiais mortos em confronto apresentaram um decréscimo de 100% entre os anos de 2018 e 2021, sendo que entre 2020 e 2021 nenhum agente foi morto em episódios descritos como sendo dessa natureza. Por outro lado, nesse mesmo período, os dados sobre pessoas mortas por policiais indicam um aumento de 201,7% no estado. Em termos absolutos, isso significa que 5 agentes foram mortos em episódios de "resposta à injusta agressão", enquanto 47 indivíduos foram mortos em decorrência de intervenções policiais em 2018; em 2019, por sua vez, 1 policial foi morto nesse contexto, enquanto 122 indivíduos tiveram suas mortes registradas como resultantes de confronto com policiais; no ano de 2020, nenhum agente morreu em situação de confronto, enquanto 112 pessoas foram registradas como mortas por policiais em episódios dessa natureza; ao passo que em 2021, 156 pessoas foram mortas por policiais e nenhum policial foi vitimado; e em 2022, 122 pessoas foram mortas, enquanto 2 agentes foram mortos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Os números de mortes alegadamente decorrentes de confrontos são em si significativos, para não dizer impressionantes. Porém, para além disso, a relação entre policiais mortos e pessoas mortas por policiais em confrontos pode ser considerada ainda mais impressionante e permite levantar dúvidas legítimas sobre a qualidade das apurações em episódios assim classificados, indicando que execuções sumárias possam estar sendo contabilizadas como "resposta à injusta agressão" (Cardoso, 2022; Cardoso *et al.*, 2024). O que sustenta essa interpretação é a relação considerada estatisticamente razoável entre óbitos das partes envolvidas em episódios dessa natureza. Como se sabe, o trabalho policial traz em si um risco inerente que se materializa de maneira mais acentuada justamente em episódios de enfrentamentos armados com indivíduos ou grupos antagonistas, onde o uso autorizado da força, inclusive de maneira letal, está legitimado. Entretanto, diversos estudos indicam que em confrontos armados é esperado uma relação entre os números de vítimas entre as partes envolvidas. Cano (1997), por exemplo, sugere que quando a relação entre "mortes decorrentes de intervenção policial" e MVI ultrapassa 10%, podemos considerar estar diante de casos de uso da força abusiva. Chevigny (1991) e Loche (2010) apontam na mesma direção ao sugerirem que a mesma conclusão pode ser alcançada quando os dados indicam mais de 15 mortes de civis para cada policial morto. Isso implica assumir que quanto mais recorrentes os episódios de confronto e quanto maior o número de indivíduos mortos em confronto com policiais, também será maior o número de policiais mortos. Não é o que ocorre no Amapá, onde a polícia mata muito e quase não morre.

A expansão do crime organizado, as disputas entre as facções pelo controle das rotas de escoamento de drogas ilícitas e a disputa por seus pontos de venda são as justificativas oficiais e públicas para os altos números de mortes cometidas por policiais. Por sua vez, o baixo número de agentes vitimados nesses episódios é explicado como um indicador da eficiência e qualidade da polícia amapaense, o que é amplamente valorizado tanto no discurso policial local, quanto

entre as pessoas que apoiam o recrudescimento dos seus procedimentos (Cardoso *et al.*, 2024). O pano de fundo aqui é a lógica de guerra às drogas, onde a ideia de guerra atua como uma metáfora (Leite, 2012) e é acionada como justificativa para as mortes cometidas policiais nas chamadas "áreas de ponte", como são conhecidos os territórios periféricos do Amapá. Nas áreas de ponte encontram-se as pessoas passíveis de terem seus direitos violados, inclusive o direito à vida.

Esse não é um fenômeno singular. No Rio de Janeiro, por exemplo, como demonstraram pesquisadoras como Perlman (1977) e Valladares (2005), as periferias cariocas foram representadas a partir da articulação entre pobreza, marginalidade e violência, correlação que alcançou novas proporções a partir dos anos 1980, com a modificação do perfil do tráfico (Zaluar, 1985). A partir de então, a representação do Rio de Janeiro como uma cidade dominada pelo crime organizado, alimentou a sensação de medo e de insegurança e sustentou as demandas por recrudescimento das operações policiais. Trata-se de uma operação discursiva que segue a mesma lógica do que se dá no Amapá, onde a "metáfora da guerra" sustenta uma certa autorização pública para a desconsideração do direito à vida de tipos sociais que habitam as "áreas de ponte".

Para os moradores das periferias nas capitais brasileiras, a polícia é a manifestação mais tangível do Estado. Como Kant de Lima (2023) descreveu, a abordagem policial é informada por uma classificação hierárquica da sociedade, sendo conduzida de maneira seletiva e inquisitorial a partir do reconhecimento ou identificação do "status social" dos indivíduos abordados. Como sugere Misse (2018), os significados diversos da violência e sua aceitação são informados por fatores de ordem legal, ética e moral, estando sempre sujeitos a significações e ressignificações. Na prática, isso implica dizer que, a depender do contexto e das pessoas envolvidas em episódios envolvendo a ação policial, a desconsideração de direitos fundamentais pode ser flexibilizada. Para este artigo, assumimos a perspectiva de Das (2008), na qual a violência estatal não representa uma falha ou uma falta de aderência do Estado nas suas margens. Ao contrário, é de fato a sua própria expressão. Dito de outra maneira, são nos procedimentos assumidos em suas margens que o Estado, de fato, se revela. Nesse cenário, a polícia amapaense coloca em curso práticas que apontam para a desconsideração dos direitos básicos de determinados indivíduos na produção dos "corpos matáveis" (Agamben, 2010; Foucault, 1997; Misse, 2018) e o universo de pessoas que podem ter a garantia dos seus direitos desconsiderados apresentam cor e local facilmente identificáveis, em sua maioria, jovens negros do sexo masculino, os habitantes das áreas de ponte (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Teixeira; Sussuarana, 2023).

OS CASOS

O episódio narrado a seguir consta das anotações do caderno de campo da pesquisadora J.R e ocorreu em novembro de 2021, quando Jhonata Pantoja[4], um jovem de 18 anos, foi morto pelo BOPE, supostamente em uma "troca de tiros". O ocorrido foi noticiado pelo *Correio Amapaense*, no Facebook, que destacou que o desfecho do confronto não havia sido surpreendente, ressaltando a informação com a expressão "como já era de se esperar" para relatar o ocorrido. De acordo com o perfil, o rapaz vitimado teria assaltado uma residência no bairro São Lázaro, em Macapá, e foi morto perto de uma "área de ponte", como resultado da "resposta injusta à agressão". Sublinhando o caráter violento do episódio, a postagem recebeu grande engajamento, indicando que o episódio despertou o interesse de seus seguidores. Nos comentários, é possível identificar um padrão em direção à satisfação do público diante do desfecho violento do episódio, particularmente com a morte de Jhonata:

> Da próxima vez pfvr senhores policiais façam o favor de perguntar pro vagabundo vcs podem revidar, até pq vcs deixam suas famílias em casa sem saber se realmente vai voltar, aí em uma relação dessa a sociedade ainda faz comentários do tipo : ah sério confronto? gente pessoas que escolhem o caminho errado elas sabem muito bem o caminho delas, então elas tbm tem que aceitar o seu destino final, infelizmente como eu falo sempre no meio disso tudo quem sofre são os pais que passaram anos tentando educar e dá uma boa vida pra aquele Filho, msm sendo com tão pouco que eles puderam oferecer, infelizmente tbm sempre iremos ter pessoas defendendo o lado errado tbm, como se um policial não corresse riscos todos os dias, quando eles deixam suas famílias em suas casas! Parabéns a polícia do nosso Estado.
>
> Bandido não respeita pai de família, não respeita mulher, não respeita criança, não respeita trabalhado, tem que ir o vala. Foi tarde.
>
> Menos um.
> Já foi tarde!
>
> Porra, quem é do crime ou quem foi do crime, não dorme em paz. Sabe por que? A vida vai cobrar em algum momento. O julgamento final cabe a Deus, mas não podemos fechar os olhos para injustiça que está escória da sociedade comete contra nós.
>
> Foi tarde (Caderno de Campo, J.R., 2021).

Essas não são reações isoladas. Ao contrário, o apoio ao BOPE-AP e aos seus métodos, as demandas para que seus agentes eliminem os indivíduos supostamente em conflito com a

4 Como o episódio é público e alcançou grande repercussão local, optamos por manter o nome verdadeiro do Jhonata Pantoja.

lei e a satisfação demonstrada quando há a morte de pessoas classificadas como “bandidas”, podem ser facilmente identificadas nos comentários publicados nos perfis. Destacamos a seguir outros episódios registrados nos cadernos de campo das pesquisadoras J.F. e J.R. que nos permitem expor sua incidência, assim como identificar algumas categorias êmicas recorrentes nesse contexto.

Os dois casos a seguir foram registrados por J.F. no dia 24 de maio de 2021. A informação de uma operação policial que resultou na prisão de uma pessoa e na morte de outra foi veiculada no Instagram do *Devotos do Bope-AP*, com um vídeo do seu desfecho, provocando reações imediatas dos seus seguidores.

> Notícias maravilhosa como essa que desejo todas as manhãs bandido bom e bandido morto.
>
> Menos um vagabundo pra infernizar a vida do cidadão de bem! PARABÉNS AOS POLICIAIS EXCELENTE TRABALHO.
>
> Parabéns guerreiros. Que tenhamos mais vídeos assim. O mal nunca vence.”êxodo 22:2” O ladrão q for pego e for ferido ou morrer, quem o feriu não será culpado pelo homicídio […]
>
> Satisfatório o final dessa história!!! CPF cancelado com sucesso. Por mim tinha cancelado os outros tbm
>
> Show vcs são nossos heróis.
>
> Levou sal, parabéns aos guerreiros da rotam! A melhor polícia do Brasil.
>
> Orgulho da melhor policia do Brasil.
>
> Parabéns a todos da nossa PM Amapá! Os cidadãos de bem lhe são sempre muito gratos! Que Deus lhes abençoe e protejam sempre.
>
> Bope do ap esta de parabéns, sempre finalizando o trabalho com sucesso.💗
>
> Parabéns ao Bope pelo excelente serviço prestado, a sociedade de bem agradece por ter cancelado mais um CPF de um merda desses (Caderno de campo, J.C., 2021).

Dois meses após o episódio relatado, em julho de 2021, um vídeo descrito como de uma tentativa de roubo no bairro Infraero I foi postado pelo *Devotos do Bope-AP*, provocando os seguintes comentários.

> O que me conforta é saber que não vai demorar muito pra postarem um vídeo desses dois mortos.
> Quanto mais mata esses ratos mais aparecem eu hein […]
>
> Depois que morre a família vem dizer q era de bem, bandido bom é bandido morto
>
> Dois cpf cancelados pra já! A sociedade não tem um minuto de paz com esses

> marginais a soltos por aí
>
> Bandido bom e bandido morto, ainda tem quem defende esses vermes
>
> Que sejam pegos e mandados pra o inferno.
> Pelos corpos vou orar, mas no fundo eu acredito que aqueles pobres malditos no inferno irão queimar
>
> Sal neles 👹! Coitada da senhora 😥
>
> BOPE matem esses desgraçados" (Caderno de campo, J.C., 2021).

O Instagram do *Devotos do Bope-AP* não é o único lugar onde os apoiadores da truculência e brutalidade policial no estado se posicionam. Eles também se engajam nos segmentos policiais das redes sociais de páginas jornalísticas locais, ou de caráter noticioso, como é possível perceber a partir das anotações do caderno de campo da pesquisadora J.R. No dia 30 de outubro de 2021, o perfil no Facebook do *Correio Amapaense* veiculou a notícia sobre a manifestação de familiares de pessoas privadas de liberdade contra a suspensão do direito à visita. As reações a essa postagem foram as seguintes:

> Vão trabalhar bando de cuviteiro, matam família de bem ainda querem regalias."
> "Até eu iria se eu tivesse na seca [……] Pq conhece gente nova pra trepa tá maior Burocracia.
>
> E kda uma q da 10, esse presos comem melhor q agente Aki fora nos temos q trabalhar pra come e sustentar esse povo preso.
>
> Só no Braisl que as pessoas tiram o direito de ir e vir do cidadão de bem trabalhador, para defender bandidos
>
> Enquanto isso eles comem a custa da sociedade
>
> A gente que paga imposto que merecemos as regalias que esses caras recebem dentro do presídio,no mínimo que esses caras precisam é a comida e a água, porque o resto não (Caderno de campo, J.R., 2021).

As reações a essa notícia tiverem um explícito tom jocoso e de reprovação, tendo como eixo estruturante a compreensão de que as reivindicações das pessoas privadas de liberdade e dos seus familiares eram injustificadas, visto que elas não possuem ou não deveriam possuir qualquer direito. Como aponta Lemos e Cardoso (2023) sobre outro contexto, essa é uma operação comum quando se trata da percepção acerca dos direitos de pessoas presas, onde os seus direitos fundamentais são significados como regalias.

Mesmo diante de episódios onde os abusos cometidos por policiais são inquestionáveis, é possível encontrar engajamentos que tentam justificá-los, muitas vezes deslegitimando as vítimas e minimizando a dimensão abusiva e ilegal do ocorrido. Um caso registrado pela

pesquisadora J.R. em seu caderno de campo é particularmente exemplar. No dia 18 de setembro de 2020, uma pedagoga negra foi agredida por policiais militares em uma abordagem policial, que aconteceu na Zona Norte de Macapá. Eliane da Silva, de 39 anos, foi abordada na frente de sua casa, ainda dentro do veículo de um amigo da sua família. Dentro do carro, ela estava acompanhada por mais cinco pessoas, entre eles seu marido, um adolescente de 15 anos e sua sobrinha de apenas 4 anos. Foi então que a abordagem começou. Três policiais militares ordenaram que Eliane fosse para o outro lado da rua enquanto os homens eram revistados. Eliane toma a iniciativa de começar a gravar a cena, mas seu celular é imediatamente tomado por um dos policiais, que lhe dão ordem de prisão tornando, a partir de então, Eliane o principal alvo da agressão.

Como a abordagem estava acontecendo em frente à sua residência, seu filho faz o registro de tudo pela câmera do celular através do que parece ser uma das janelas da casa. O vídeo captura justo o momento em que o policial derruba Eliane em uma tentativa de imobilizá-la e desfere um soco em seu rosto. Após a agressão, Eliane foi presa por "desacato", "desobediência" e por ter "resistido a prisão". Eliane foi liberada após a audiência de custódia realizada dia seguinte (G1-Amapá, 2020). A questão é que o vídeo feito pelo filho de Eliane obteve grande repercussão. O pronunciamento nas páginas oficiais da Polícia Militar do estado sobre o ocorrido só se deu dois dias depois. A caráter de contextualização, recorrentemente a página oficial da Polícia Militar do Amapá faz postagens sobre os seus feitos e tem um caráter de cobertura noticiosa auto elogiosa. No entanto, no dia deste caso não houve nenhuma postagem. Pressionado pela repercussão negativa, após dois dias, a página da Polícia Militar do Amapá publicou uma "Nota de Esclarecimento" no Instagram.

A nota causou alvoroço entre os seguidores. Foi fácil identificar que parte das intervenções que expressavam repúdio ao ocorrido, em meio a mais de trezentos comentários, foram feitas por pessoas que se identificavam como sendo de fora do estado do Amapá, e que não eram seguidoras do perfil. Por sua vez, seus seguidores contumazes intervieram tentando justificar o procedimento policial e, preocupados com a imagem da Polícia Militar, criticavam as reações públicas negativas que o episódio provocara.

> Vi que ela o desacatou chamando-o de bandido. Não digo que foi correta a abordagem, mas já sofri na pele como é ser chamado daquilo que vc mais odeia e tenta defender os outros deste. Que sejam analisados os dois lados.
>
> Abordagem padrão só errou em agredir a mulher, dava pra usar a força com ela sem machucar.
>
> polícia militar do amapá a melhor.
>
> Esses vagabundos fardados sujaram a imagem e o nome dessa instituição e por isso devem ser banidos da PM para que sejam de exemplo, a sociedade já não aguenta mais

> isso, chega já deu.
>
> Parabéns pelo posicionamento da PM em relação ao fato ocorrido 👏👏👏
>
> Sei que não justifica a agressão mas a pessoa não tinha nada que ir bater de frente com os policiais!!! Agora tá aí esse mimimi querem politizar por ser isso e aquilo
>
> Eu não tenho a certeza do que aconteceu com aquele policial, mas aquela senhora foi muito mal educada com eles. Então ambos se enganaram, então os dois tem que ser punidos (Caderno de campo, J.R., 2021).

AS CATEGORIAS, OS SENSOS DE JUSTIÇA E OS DIREITOS COMO PRIVILÉGIOS DE TIPOS MORAIS

Mais do que simples palavras, determinadas expressões recorrentemente acionadas nos engajamentos das redes sociais do *Devotos do Bope-AP*, *Correio Amapaense* e *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP* são categorias êmicas repletas de significados que vão além dos seus sentidos literais, sendo centrais nas moralidades que constituem as visões de mundo de seus seguidores, particularmente aquelas que tratam de sensos de justiça. Isso é possível identificar quando se observa os padrões envolvidos em suas incidências e nos contextos em que elas emergem.

"Bandidos", "vagabundos", "meliantes", "demônios" e "fedorentos" são variações sobre um mesmo tema. Estas são categorias de acusação com alta carga de estigma (Goffman, 1980), utilizadas para se referirem a indivíduos em conflito com a lei para designar aqueles socialmente representados como "suspeitos", associados ou acusados de estarem associados com o comércio de drogas ilícitas, assaltos ou latrocínio. Essas categorias também designam as pessoas mortas em confrontos ou supostos confrontos com a polícia e podem ser estendidas aos seus familiares, sobretudo quando essas pessoas denunciam eventuais crimes cometidos por policiais, como é possível observar a partir das reações aos protestos de familiares de pessoas em privação de liberdade no Amapá. "Trabalhador", "pessoa de bem", "cidadão de bem" e "pai de família" também são categorias que variam em torno de uma mesma ideia. No caso, a de indivíduos que, segundo o entendimento das pessoas que interagem nesses perfis, representam um modelo ideal de cidadão que se comporta de acordo com os "princípios cristãos" e de "acordo com a lei". Todavia, é importante sublinhar que a ideia de se comportar de acordo com a lei aqui não exclui contradições, visto que essas pessoas fazem defendem a execução de suspeitos.

Narrativas que opõem "bandidos", "vagabundos", "meliantes" a "trabalhador", "pessoa de bem", "cidadão de bem" não estão circunscritas aos apoiadores da letalidade policial no

Amapá. A incidência da categoria "trabalhador", seja para fugir dos estigmas atribuídos aos residentes das periferias brasileiras (Caldeira, 2000; Perlman, 1977), seja em sua contraposição direta com os sentidos que a categoria "bandido" sustenta, está amplamente registrada (Cardoso, 2014; Cechetto; Muniz; Monteiro, 2018; Machado da Silva, 2008; Misse, 2018; Zaluar, 1985). A primeira pesquisadora a analisar de maneira mais profunda a articulação das categorias "trabalhador" e "bandido" nas periferias foi Alba Zaluar (1985) em sua pesquisa na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Àquela altura, a antropóloga sublinhou a forte carga moral que essas categorias assumiram para seus interlocutores de pesquisa. Naquele contexto, era a adesão a uma formulação local da ética do trabalho que diferenciava moralmente os "bandidos" dos "trabalhadores". Ao enfatizar o compromisso com sustento de si e da família a partir de atividades que não envolviam a venda de drogas ilícitas, nem a adesão ao grupo armado responsável pela sua comercialização, permitia às pessoas que se compreendiam como "trabalhadoras" se considerarem moralmente superiores aos "bandidos"[5].

No que se refere às manifestações da conduta policial no Amapá, o acionamento das categorias "bandidos", "vagabundos", "meliantes" e "trabalhador", "pessoa de bem", e "pai de família", que podem ser mimetizadas na oposição "bandido"/"trabalhador", apresentam uma diferença marcante em relação aos contextos analisados por Zaluar (1985). Nesses casos, as categorias eram acionadas e articuladas pelos moradores das áreas periféricas, o que nos permite considerar a possibilidade de seu uso representar uma estratégia para obter algum controle sobre a violência a que estariam expostos (Caldeira, 2000), uma forma de fugir dos perigos da poluição (Douglas, 1966) que a proximidade com o "tráfico" proporciona. No caso da nossa pesquisa, o acionamento dessas categorias não é necessariamente realizado por indivíduos residentes de bairros periféricos. Isso explica, por exemplo, o tom preconceituoso, classista e racista presentes nos comentários postados pelas pessoas engajadas, quando estas se referiam aos moradores das regiões periféricas do Amapá, indicando um entendimento que estigmatiza os residentes dessas localidades, assumindo que todos são "bandidos".

Entretanto, os seus sentidos e a forma como se articulam, assim como as visões de mundo que expressam, são semelhantes. A forma como as categorias "bandido" e "trabalhador" aparece nos permite dizer que elas só fazem sentido quando articuladas de maneira contrastiva, sendo necessariamente interdependentes. Ou seja, cada uma delas só adquire seu sentido pleno quando acionadas em conjunto e estão ancoradas numa formulação de uma determinada ética do trabalho idealizada. Nesse contexto, a recusa ou a adesão de homens e mulheres ao compromisso com o provento de si e de familiares por meio do que é considerado por elas ser

5 Assim, aponta Zaluar (1985), ainda que as categorias "bandido" e "trabalhador" não pudessem ser assumidas de maneira essencializada e estática, elas desempenhavam um papel fundamental na construção das identidades dessas pessoas.

o "trabalho honesto" é o que diferencia uns dos outros, permitindo a elas se perceberem como moralmente superiores.

Para além de formulações que associam o acesso à cidadania a uma determinada compreensão do que seria o "trabalho honesto", a oposição aqui apresenta também um sentido mais profundo, pois está atrelada à própria (auto)construção de subjetividades a partir de polos que se opõem. No contexto dessa moralidade, forjar a existência de um inimigo social, que deve ser segregado e aniquilado (Agamben, 2010; Foucault, 1997; Mbembe, 2018), é o eixo central para a afirmação da identidade das pessoas que interagem com os perfis. Aqui, o "bandido" não aparece tanto como objeto de rechaça, mas, ao contrário, como objeto de desejos *tabus*, de extermínio e destruição do outro. Negar a existência desse inimigo ofende, portanto, essa construção fantasiosa de seres moralmente superiores e própria compreensão de *self* dessas pessoas, desautorizando a expressão livre desses desejos proibidos, que se opõem às formulações modernas sobre padrões de "civilidade", pautados por noções como democracia, direitos humanos e igualdade formal (Mbembe, 2018).

Outras variações da ideia presente na categoria "bandido" que aparecem com certa recorrência são "fedorentos" e "animais". Geralmente, "fedorentos" surge quando as postagens que geram engajamento destacam o território onde as operações policiais ocorrem, as "áreas de ponte". Nesse sentido, "fedorentos" opera como uma ofensa não apenas aos indivíduos suspeitos, mas a todos os moradores dessas regiões, de maneira indiferenciada, expressão que desvela o preconceito de classe e racial que estigmatiza e desumaniza todas as pessoas que vivem em áreas pobres da cidade. O que, por consequência, incide nas reações públicas diante de casos de morte cometidas por policiais nesses lugares. De maneira semelhante ao que observou Leite (2012) no contexto do Rio de Janeiro, a territorialização da violência nas "áreas de ponte" de Macapá - por meio de incursões policiais que acionam a lógica da "guerra" - é um dispositivo para a produção dessas regiões e de seus moradores como à margem do Estado (Das, 2008) e da própria esfera da humanidade, entendida aqui não como conceito biológico, mas como uma categoria social que diz respeito ao valor moral dos sujeitos.

Outras duas categorias recorrentes nos engajamentos são "guerreiros" e "heróis". Ambas são atribuídas aos policiais, em particular quando se fala dos agentes do BOPE e dos seus procedimentos cotidianos e especialmente nos episódios que resultam na morte de suspeitos. É importante destacar que o heroísmo aqui não está apenas associado à ideia de que os agentes colocam suas vidas em risco ao exercerem cotidianamente sua profissão. Mais que isso, é justamente o entendimento de que os agentes do BOPE estão dispostos a fazer o que essas pessoas consideram ser necessário para erradicar a "bandidagem" do estado, incluindo aí executar sumariamente cidadãos, que encontram o sentido mais profundo associados a essas duas categorias. Assim, o "herói"/ "guerreiro" é aquele policial que não hesita em matar para

garantir a segurança do "trabalhador" e da "pessoa de bem".

Via de regra as categorias "herói"/"guerreiro" também estão associadas a uma ideia de missão religiosa de purificar a terra dos "pecadores", dos "demônios", mandando-os para o "inferno". Nesse sentido, as execuções, ao contrário de configurarem um crime cometido pelos policiais, são vistas como um chamado divino que garantiria aos agentes seu lugar em um paraíso imaginado. Observa-se nitidamente o entrelaçamento entre guerras seculares e espirituais, em que os "bandidos" figuram como aqueles que se deixaram dominar pela agência do demônio, sofrendo as consequências sociais e morais de suas escolhas, dentre as quais se tornar alvo legítimo de uma política de extermínio (Birman, 2019). O papel da polícia e dos pastores aqui aparecem como duas dimensões de uma mesma missão: a limpeza territorial e moral da cidade, seja por meio da conversão dos habitantes dos territórios do crime, seja pela sua eliminação física (Birman, 2019). É justamente na articulação entre o entendimento de que é uma missão divina erradicar a "bandidagem" a partir da prática do extermínio – que implica processos de desumanização (Freire; Teixeira, 2016), de pessoas de determinada cor, classe e território, essencializadas enquanto tipos morais inferiores – e os sensos de justiça e direitos compartilhados por essas pessoas que se fundamenta o que chamamos aqui de autorização para a morte e a euforia identificada nos comentários diante de episódios com essas características.

Consideramos que um olhar atento às maneiras como as categorias êmicas destacadas ao longo do artigo se articulam nos permite desvelar a incidência de determinados sensos de justiça e de direitos que são particularmente relevantes para as pessoas engajadas no perfil *Devotos do Bope-AP*, *Correio Amapaense* e *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP*. Esses sensos de justiça e de direitos informam as interpretações dessas pessoas diante dos eventos veiculados nos referidos perfis, assim como as demandas dessas pessoas pela execução de determinados tipos morais que, segundo entendem, não possuem os atributos dos "trabalhadores" e dos "cidadãos de bem".

Mas que senso de justiça e direitos são esses? A oposição "trabalhador"/"bandido" é o eixo estruturante dos posicionamentos expressos nesses perfis. A partir da identificação dos indivíduos retratados nos vídeos, fotos e postagens como sendo "trabalhadores" ou "bandidos" é que se pauta as reações diante das operações policiais, se critica os "defensores de bandidos" e se demanda mais letalidade policial. A diferenciação presente nessa oposição é que sustenta a percepção das pessoas que se consideram "de bem" e "trabalhadoras" como moralmente superiores aos "bandidos". Dessa perspectiva, as pessoas que não foram seduzidas pelo "mundo do crime", tendo supostamente optado pelo esforço pessoal seriam, necessariamente, portadores de um caráter superior.

A valoração diferenciada entre "bandidos" e "trabalhadores" é fundamental no senso de justiça e direitos neste contexto, afinal, é a partir dela que as pessoas engajadas nesses perfis

sustentavam suas intervenções. Essa conformação articula as expectativas por reconhecimento da identidade social dos indivíduos e expectativa por formas de tratamentos associadas a esse reconhecimento (Cardoso de Oliveira, 2020; Honneth, 2007). Assim, "bandidos" devem ser tratados de uma maneira e as "pessoas de bem" e "trabalhadoras" de outra. As atribuições de *status* diferenciado entre os portadores das referidas identidades sociais sustentam as demandas por distribuição desigual de formas de tratamento e de direitos. Neste sentido, não estamos diante de uma formulação de direitos e de justiça como universais e impessoais. Trata-se de uma formulação que expressa o entendimento ancorado numa percepção de mundo hierarquizada, em que determinados direitos são vistos como privilégios de tipos morais (Holston; Caldeira, 1998).

Isso pode ser facilmente observado através da reação indignada dos seguidores do *Devotos do Bope-AP* diante de episódios onde aparecem demandas de familiares das vítimas de policiais e dos "defensores dos Direitos Humanos", de demandas por direito à tratamento digno das pessoas presas, de demandas de familiares de pessoas presas pelo respeito ao direito à visita e pelo próprio direito à vida. Invariavelmente, estas demandas são tratadas nesse contexto como "regalias", e não direitos dos quais aqueles considerados como "bandidos" seriam detentores. Isso porque, segundo esse entendimento, os "bandidos" não possuem direitos, visto que se trata de uma prerrogativa do "trabalhador", "cidadão de bem". Não por acaso, a reação dos seguidores dessas páginas em episódios interpretados como de defesa dos direitos dos "bandidos" parece ser experimentada como uma forma de *insulto moral* (Cardoso de Oliveira, 2020a), uma forte ofensa à dignidade das "pessoas de bem". Afinal, os familiares das vítimas de ações policiais e os "defensores dos Direitos Humanos", estariam reivindicando que os "bandidos" fossem tratados como "pessoas de bem", sujeitos "trabalhadores", o que implicaria numa percepção de desvalorização dos atributos morais dessas pessoas. Uma forma às avessas das demandas por reconhecimento e por respeito.

O senso de justiça que concebe os direitos como privilégios de tipos morais, prerrogativa das "pessoas de bem", "trabalhadoras" e "cidadãos de bem', negando a possibilidade de qualquer direito fundamental aos indivíduos identificados como "bandidos", também operam a partir de um processo de "regime de desumanização" (Freire; Teixeira, 2016). Freire e Teixeira sustentam que o regime de desumanização se configura em um conjunto de jogos morais baseados na premissa que a incorporação a uma humanidade comum não se estende a todas as pessoas, fazendo com que o próprio status de ser humano de alguns seja desconsiderado.

A articulação entre os sensos de justiça sublinhados neste artigo e o regime de desumanização sustentam e informam um determinado arranjo da moralidade que permite conceber determinadas pessoas como "sujeitos matáveis" (Misse, 2018), cujas existências representam um perigo à sociedade e por isso não merecem ser preservadas e devem ser

eliminadas (Agamben, 2010; Foucault, 1987; Mbembe, 2018; Medeiros, 2019). A incidência dessa lógica fica evidente quando observamos que a maioria das pessoas vítimas da letalidade policial no Amapá são moradoras das "áreas de ponte". O que, por sua vez, corrobora os dados nacionais sobre letalidade policial (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022), que apontam para um cenário onde os corpos negros e periféricos encontram-se excluídos da "esfera da cidadania humana total" (Mbembe, 2016), indicando, assim, um forte imbricamento entre as categorias "bandido/criminoso" e as dimensões de raça e classe.

CONCLUSÃO

Neste artigo acompanhamos os perfis *Correio Amapaense*, *Bom Dia Amazônia, Jornal do AP e G1 AP* e *Devotos do BOPE-AP* nas redes sociais do Facebook e do Instagram, interessados no teor de suas postagens sobre a atuação da polícia militar no estado do Amapá e, sobretudo, nas reações que essas postagens desencadeavam entre seus seguidores. Como procuramos demonstrar, nas intervenções dessas pessoas diante dos textos, fotografias e vídeos que retratavam as operações e seus desdobramentos, particularmente naqueles em que o desfecho era a morte de indivíduos suspeitos de confrontarem os policiais, determinadas categorias êmicas eram regularmente acionadas. "Bandidos", "vagabundos", "meliantes", "demônios", "fedorentos", "trabalhador", "pessoa de bem", "cidadão de bem", categorias que podem ser sintetizadas na oposição "bandido"/"trabalhador" são centrais para se interpretar os sentidos mais profundos das intervenções observadas nesses perfis.

Essas categorias adquirem sentido necessariamente em sua relação com a sua antítese, distribuindo valor diferenciado entre as pessoas identificadas como portadores de cada uma dessas identidades sociais. Diferenciação valorativa que, por sua vez, sustenta as demandas por distribuição desigual de formas de tratamento e de direitos. A maneira como essas categorias eram acionadas e articuladas entre si, assim como os contextos nos quais surgiam, expressam sensos de justiça calcados a visões de mundo compartilhadas pelos seguidores dos perfis acompanhados, onde direitos são concebidos como privilégios de tipos morais e, mais que isso, a possibilidade da sua extensão para os indivíduos identificados como "bandidos" é experimentada como um insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2020). A articulação entre os sensos de justiça sublinhado neste artigo e o regime de desumanização sustentam o entendimento de que determinados tipos morais a quem é atribuída a identidade de "bandidos", geralmente habitantes das "áreas de pontes", podem ter suas vidas tiradas sob quaisquer circunstâncias, incluindo práticas extralegais cometidas por policiais. O que faz delas "sujeitos matáveis"

(Misse, 2018).

Por outro lado, mas de maneira indissociável, há a polícia militar do estado, que registra altas taxas de letalidade ao longo de quase uma década, em situações sempre descritas como desdobramentos de episódios de "resposta à injusta agressão". Nesse cenário, a "metáfora da guerra" (Leite, 2012) é a retórica acionada para justificar o alto número de pessoas mortas pela polícia militar no estado, assim como os investimentos em segurança pública. Na mesma medida, o discurso baseado no aumento do crime e da sensação de medo também aparece como justificativa nas intervenções nos perfis analisados no artigo e suas demandas por mais letalidade policial. Além disso, como demonstramos, os números de policiais vitimados em situações de confronto em relação com suspeitos vitimados nesses mesmos episódios apresentam uma desproporção difícil de ser ignorada. O que permite considerar que casos de execuções possam estar sendo registradas como "resposta à injusta agressão". Possibilidade que se confirma em diversos registros feitos pela população pobre do estado durante as operações policiais.

REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Sérgio. O fracasso do controle legal dos crimes e da violência na sociedade brasileira contemporânea: questões para discussão: como alcançar saídas viáveis socialmente legítimas sem comprometer a vigência da democracia na sociedade? **Revista Ciência e Cultura**, [*s*. *l*.], v. 74, n. 4, p. 10-20, 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000400009. Acesso em: 28 fev. 2025.
2. AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
3. BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Dilemas no controle da criminalidade no Brasil. **Revista Preleção**, Vitória, v. 2, n. 12, p. 51-63, 2008.
4. BIRMAN, Patrícia. Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 111-134, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/6RsnLVYMgBpVQwxjPHpvS3f/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.
5. BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
6. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **City of wall**: crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Berkeley: University of California Press, 2000.
7. CANO, Ignacio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ISER, 1997.
8. CARDOSO, Marcus. Violência e segurança pública no Amapá: 2018-2021. *In*: FÓRUM

BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. p. 47-54.

9. CARDOSO, Marcus. Respect, Dignity and Rights: Ethnographic registers about community policing in Rio de Janeiro. **Vibrant**, Florianópolis, v. 11, p. 46-74, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000200002. Acesso em: 17 jul. 2025.
10. CARDOSO, Marcus; LEMOS, Carolina Barreto. "Perfeitas idiotas": sensos de justiça, insultos morais e exclusão discursiva da perspectiva de três moradoras de uma favela carioca. **Anuário antropológico**, Brasília, DF, v. 50, p. 1-19, 2025. Disponível em: https://journals.openedition.org/aa/13482. Acesso em: 17 jul. 2025.
11. CARDOSO, Marcus; LEMOS, Carolina Barreto; BARRIGA, Vinícius; FIGUEIREDO, Jade; ROCHA, Juliana. Matar e morrer no Amapá: Letalidade policial, sensos de justiça e regimes de desumanização. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, DF, v. 36, p. 141-151, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/13/BAPI_36_Artigo_11_matar.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.
12. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Civic Sensibilities and Civil Rights in a Comparative Perspective: Demands of Respect, Considerateness and Recognition. **Ius Fugit**, Girona, v. 23, p. 195-219, 2020. Disponível em: https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/38/82/08cardoso.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025.
13. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. *In*: AMORIM, Maria Stella; LIMA, Michel Lobo Toledo; KANT DE LIMA, Roberto (org.). **Administração de Conflitos e Cidadania**: Problemas e Perspectivas IV. Rio de Janeiro: Autografia, 2020b. p. 13-42.
14. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Desvendando evidências simbólicas**: compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
15. CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 66-83, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/SfLPBqvHzsdNRRXjH5nf8PH/. Acesso em: 28 fev. 2025.
16. CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira.; MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. "Basta tá do lado": A construção social do envolvido com o crime e seus efeitos de controle sobre os jovens de favela". **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, p. 99-116, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PZDh4d5nBjHVGhcXttpvF5G/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.
17. CESARINO, Letícia. Antropologia Digital Não é Etnografia: Explicação Cibernética e Transdisciplinaridade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 304-315, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/JqrLW6qzD7FydZMbMkj39xx/. Acesso em: 28 fev. 2025.
18. CHEVIGNY, P. P. Chevigny, Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil and Argentina. **Criminal Law Forum**, Washington, v. 1, n. 3, p. 389-425, 1991.
19. COSTA, Arthur Trindade M. A Polícia Militar e seus dilemas identitários. **Contemporânea**,

São Carlos, v. 11, n. 1, p. 287-312, 2021. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/793. Acesso em: 28 fev. 2025.

20. DAS, Veena. The Signature of the State: the Paradox of Illegibility. *In*: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p. 225-252.
21. DOLCEMÁSCOLO, Agostina; DUGHERA, Lucila. Limitaciones y desafíos del quehacer de las y los cientistas sociales en el capitalismo informacional: Un abordaje desde el análisis de tres experiencias de investigación. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/142936. Acesso em: 28 fev. 2025.
22. DOUGLAS, Mary. **Purity and danger**: Analysis of concepts of purity and taboo. London: Routlege & Kegan Paul**,** 1966.
23. EILBAUM, Lucia. "Human rights" in dispute: State violence and demands for justice in a comparative perspective. **ONATI SOCIO - LEGAL SERIES**, Oñati, v. 11, p. 1292-1310, 2021. Disponível em: https://opo.iisj.net/index.php/osls/article/view/1230. Acesso em: 28 fev. 2025.
24. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2019. São Paulo: FBSP, 2019.
25. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2020. São Paulo: FBSP, 2020.
26. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2021. São Paulo: FBSP, 2021.
27. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022.
28. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2023. São Paulo: FBSP, 2023.
29. FONSECA, Claudia. Direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 493-526, 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/36434. Acesso em: 28 fev. 2025.
30. FOUCAULT, Michel. **Il Faut Défendre la Société**. Paris: Gallimard-Seuil, 1997.
31. FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**: Naissance de la Prison**.** Paris: Éditions Gallimard, 1987.
32. FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. Humanidade disputada: sobre as (des) qualificações dos seres no contexto de 'violência urbana' do Rio de Janeiro. **Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, p. 58-85, 2016. Disponível em: https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/52. Acesso em: 28 fev. 2025.
33. GEERTZ, Clifford. **Thick Description**: Toward an Interpretive Theory of Culture in The Interpretation of Cultures. New York: Basic Books, 1973.

34. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

35. HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-42, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370. Acesso em: 28 fev. 2025.

36. HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

37. HOLSTON, James; CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Democracy, law, and violence: disjunctive of brazilian citizenship. *In*: AGUERO, Felipe; STARK, Jeffrey (org.). **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Miami: North-South Center, 1998. p. 263-296.

38. HONNETH, Axel. **Disrespect**: the normative foundation of critical theory. Cambridge: Polity, 2007.

39. KANT DE LIMA, Roberto. Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 549-580, 2013. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7436. Acesso em: 28 fev. 2025.

40. KANT DE LIMA, Roberto. Processos inquisitoriais de culpabilização de agentes públicos: uma perspectiva etnográfica e comparativa. *In*: CARVALHO, Raphael Boldt de; BUSSINGUER, Elda de Azevedo (org.). **Direitos Fundamentais e Segurança Pública**. São Paulo: Dialética, 2023. p. 373-411.

41. KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e 'cultura policial': a formação policial em questão. **Campo Minado: Estudos acadêmicos em segurança pública**, Niterói, v. 1, p. 95-113, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10281. Acesso em: 28 fev. 2025.

42. LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador; EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

43. LEMOS, Carolina Barreto; CARDOSO, Marcus. Dívida e direitos: os sentidos de pagar pena nas cadeias do Distrito Federal, Brasil. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 55, n. 3, e55397, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a55397. Acesso em: 17 jul. 2025.

44. LEITE, Márcia Pereira. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 374-389, 2012. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123. Acesso em: 28 fev. 2025.

45. LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

46. LOCHE, Adriana. A letalidade de ação policial: parâmetros para análise. **TOMO**, São Cristóvão, n. 17, p. 39-56, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/507. Acesso em: 28 fev. 2025.

47. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

48. MÁXIMO, Maria Elisa. **Compartilhando regras de fala**: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

49. MBEMBE, Achille. The society of enmity. **Radical Philosophy**, [*s*. *l*.], v. 200, p. 23-35, 2016. Disponível em: https://libcom.org/article/society-enmity. Acesso em: 28 fev. 2025.

50. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

51. MEDEIROS, Flávia. Sobre discursos e práticas da brutalidade policial: um ensaio interseccional e etnográfico. **Revista ABPN**, Curitiba, v. 11, n. 30, p. 108-129, 2019. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/809. Acesso em: 28 fev. 2025.

52. MESQUITA NETO, Paulo. La policia comunitária en São Paulo: Problemas de implementación y consolidación. *In*: FRUHLING, Hugo (org.). **Calles Más Seguras**: studios de policía comunitária em América Latina. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2004. p. 109-137.

53. MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 91-112, 2015. Disponível em: https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334. Acesso em: 28 fev. 2025.

54. MISSE, Michel. The Puzzle of Social Accumulation of Violence in Brazil: Some Remarks. **Journal of Illicit Economies and Development**, London, v. 1, n. 2, p. 60-65, 2019. Disponível em: https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.32. Acesso em: 28 fev. 2025.

55. MISSE, Michel. Violence, Criminal Subjection and Political Merchandise in Brazil: an Overview from Rio. **International Journal of Criminology and Sociology**, Mississauga, v. 7, p. 135-148, 2018. Disponível em: https://necvu.com.br/2018-violence-criminal-subjection-and-political-merchandise-in-brazil-an-overview-from-rio/. Acesso em: 28 fev. 2025.

56. MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; NERI, Natasha. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 43-72, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7316. Acesso em: 28 fev. 2025.

57. PAIXÃO, Antônio Luiz. Polícia e Segurança Pública: Belo Horizonte. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 9, n. 30, p. 27-41, 1991.

58. PEIRANO, Mariza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. *In*: PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília, DF: UnB, 1991. p. 131-146.

59. PERLMAN, Janice. **O Mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

60. PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro. *In*: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUNN, Philip Oliver Mary; MALTA FILHO, Cândido; CALLIGARIS, Contardo; EASTMAN, Alberto Concha; MELLO JORGE, Maria Helena Prado de; AITCHISON, John; CARDIA, Nancy; SANJUÁN, Ana Maria; KERR, Robert; LAPKIN, Gerald; SAVELSBERG, Joachim; ADORNO, Sérgio; ALVES, Alaôr Caffé (org.). **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 175-190.
61. PONCIONI, Paula. A Questão da Legitimidade Policial na Democracia: a Educação Policial em Foco. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 14-29, 2021. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1512. Acesso em: 28 fev. 2025.
62. RAMOS, Silvia. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-33, 2016. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/boletim/violencia-e-policia-tres-decadas-de-politicas-de-seguranca-no-rio-de-janeiro/. Acesso em: 17 jul. 2025.
63. RIBEIRO, Ludmila; VILAROUCA, Márcio Grijó. Nem herói, nem vilão: os determinantes da confiança nos policiais das UPPs. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 1-35, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/RvJQYcBYgXhJycNYfM3yHgr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.
64. RIFIOTIS, Theophilos. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/7L4FGqVj9yXCGFD95QQ7wqy/. Acesso em: 28 fev. 2025.
65. SEGATA, Jean. Dos cibernautas às redes. *In*: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília, DF; Joinville: ABA Publicações; Editora Letradágua, 2016. p. 91-114.
66. SINHORETTO, Jacqueline; CARUSO, Haydée. Uma fronteira cada vez mais habitada: contribuições sociológicas sobre policiamento e racismo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 39, e54812, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/4Z3VX56KYhkf87RxjSyqhnB/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.
67. SKÅGEBY, Jörgen. Online ethnographic methods: towards a qualitative understanding of virtual community practices. *In*: DANIEL, Ben Kei (org.). **Handbook of research on methods and techniques for studying virtual communities**: Paradigms and phenomena. Hershey: IGI Global, 2011. p. 410-428.
68. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. *In*: STRATHERN, Marilyn (org.). **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.
69. TEIXEIRA, Gabriel; SUSSUARANA, Adriele. O pacto perverso da branquitude: sobre o direito soberano de matar no Amapá. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 4, p. 303-315, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8617. Acesso em: 28 fev. 2025.
70. VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

71. VELOSO HIRATA, Daniel; CHRISTOPH GRILLO, Carolina; DIRK, Renato. Operaciones Policiales en Rio de Janeiro (2006-2020). **RUNA: Archivo para las Ciencias del Hombre**, Buenos Aires, v. 42, n. 1, p. 65-82, 2021. Disponível em: https://geni.uff.br/2022/05/11/operaciones-policiales-en-rio-de-janeiro-2006-2020/. Acesso em: 28 fev. 2025.

72. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Marcus Cardoso
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9109-4510. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Revisão. E-mail: marcusacardoso@gmail.com

Carolina Barreto Lemos
Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2571-4961. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Revisão. E-mail. cbarretolemos@gmail.com

Juliana Rocha
Pesquisadora do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito da Universidade Federal do Amapá. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0763-5090. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Revisão. E-mail: juliana.rsilvacs@gmail.com

Jade Figueiredo
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito da Universidade Federal do Amapá. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0740-3526. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Revisão. E-mail: jadecosta2015@gmail.com

Vinícius Barriga
Mestrando em antropologia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política da Universidade de Lisboa. Pesquisador do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito da Universidade Federal do Amapá. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1907-2122. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Revisão. E-mail: vsbarriga@gmail.com

Um enclave na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: a invenção do município de Uiramutã e a atualização do colonialismo

An enclave in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land: the invention of the municipality of Uiramutã and the update of colonialism

Gabriel Tardelli
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O surgimento de um ente federativo pode acontecer de maneira mais ou menos fetichizada, a depender da capacidade dos atores em jogo de ocultarem os conflitos que ocorreram no decorrer daquele processo. Foi isso que aconteceu durante a criação do município de Uiramutã, no estado de Roraima, que pretendeu apagar não somente as disputas em torno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, como também tentou invisibilizar os povos indígenas da região. Por meio da leitura das atas das comissões de criação do município, bem como de documentos produzidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, pelo Conselho Indígena de Roraima e por outras organizações indigenistas, este artigo descreve e analisa as táticas e estratégias adotadas pelas elites políticas e econômicas para ocupar e liberar terras indígenas para a exploração econômica. Pretendo demonstrar, assim, como o Estado é "feito" empírica e localmente, através da criação de estruturas burocráticas, fomentando exclusões e relações assimétricas. Veremos, assim, que a guerra de conquista continua sendo reelaborada através do exercício de poder que recai sobre povos e territórios indígenas. A meu ver, o colonialismo não dever ser compreendimento como uma reminiscência de um passado longínquo, mas enquanto um campo de poder que ainda estrutura desigualdades.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Poder Tutelar, Uiramutã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Recebido em 17 de julho de 2024.
Avaliador A: 21 de agosto de 2024.
Avaliador B: 2 de setembro de 2024.
Aceito em 28 de outubro de 2024.

CC BY

ABSTRACT

The emergence of a federative entity can appear in a fetishized way, depending on the ability of the actors involved to hide the conflicts that occurred during that process. This is what happened during the creation of the municipality of Uiramutã, in the state of Roraima, which sought not only to erase the disputes surrounding the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, but also to make the indigenous peoples of the region invisible. By reading the minutes of the commissions setting up the municipality, as well as documents produced by the National Foundation for Indigenous Peoples, the Indigenous Council of Roraima and other indigenous organizations, this article describes and analyses the tactics and strategies adopted by political and economic elites to occupy and liberate indigenous lands for economic exploitation. I intend to demonstrate how the state is 'made' empirically and locally through the creation of bureaucratic structures, fostering exclusions and asymmetrical relations. We will thus see that the war of conquest continues to be reworked through the exercise of power over indigenous peoples and territories. In my view, colonialism should not be understood as a reminiscence of a distant past, but as a field of power that still structures inequalities.

Keywords: Indigenous Peoples, Tutelary Power, Uiramutã, Raposa Serra do Sol Indigenous Land.

FAZENDO ESTADO

Os povos indígenas Kapon (Akawaio, Ingarikó e Patamona) e Pemon (Arekuna, Kamarakoto, Makuxi e Taurepan) – falantes de línguas homônimas da família karib – vivem em uma região onde, atualmente, se encontra a tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela. Desde as primeiras invasões dos europeus, a região, rica em minérios, tem sido alvo de inúmeras disputas. Em 1777, por exemplo, os portugueses construíram, no rio Branco, o Forte São Joaquim, além de aldeamentos indígenas, a fim de proteger seu domínio amazônico contra as investidas dos holandeses (Amaral, 2022; Farage, 1991).

Mas a *situação colonial* (Balandier, 2014) daquela região, ao que parece, não se perdeu nas páginas da história, uma vez que continua produzindo efeitos contemporaneamente, ainda que de formas variadas. Fiquemos com um evento emblemático: a criação do município de Uiramutã, em 1995, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, estado que conta com uma população de 97.320 mil indígenas.[1] Apesar de o "núcleo urbano"

1 De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Censo 2022 apontou que Roraima é o estado brasileiro com a maior proporção de indígenas em relação à sua população total. Disponível em: https://

do município ter sido excluído juridicamente daquela área quando houve a homologação da Raposa Serra do Sol, em 2005, o fato é que as fronteiras socioculturais parecem menos rígidas do que as normas legais poderiam antever. Desse modo, os conflitos deflagrados antes, durante e depois da criação do município de Uiramutã, envolvendo indígenas, fazendeiros, garimpeiros e diferentes atores e esferas estatais, não cessaram, a despeito das tentativas de "pacificação" emanadas do "Estado".

Neste artigo, descrevo e analiso o processo de criação do município de Uiramutã, o que implica atentar para as representações e práticas de poder que estavam em jogo. O foco aqui são as táticas e estratégias adotadas pelas elites políticas e econômicas para incidir sobre os territórios indígenas. No entanto, isso não deve levar o leitor a pensar que os povos indígenas permaneceram apáticos à espera dos invasores. Ao contrário, como veremos através das manifestações do Conselho Indígena de Roraima (CIR),[2] houve resistências. Meu objetivo é lançar luz sobre os processos através dos quais um *Estado* é construído em âmbito local através da criação de um município (um enclave) dentro de um território indígena. O "Estado" aqui não deve ser entendido como algo definitivo, mas enquanto um constructo ideológico capaz de exercer legitimação, tornando tolerável aquilo que pode ser considerado como insuportável ou intolerável (Abrams, 2006).

Compartilho o argumento sustentado por Santilli (2001) e pelo CIR, segundo o qual o município de Uiramutã foi implantado naquela região como estratégia de neutralização e fragmentação das mobilizações pela demarcação da Raposa Serra do Sol. As disputas em torno daquele espaço explicitam que, no Brasil contemporâneo, ainda está em plena atividade "a dimensão fundiária da intervenção do Estado sobre os povos indígenas, em continuidade com a história colonial de longo prazo" (Souza Lima, 2015, p. 429).

Embora eu tenha realizado trabalho de campo na Raposa Serra do Sol em momentos distintos, entre 2015 e 2021, os dados aqui apresentados foram construídos através da análise de documentos escritos, especialmente as atas das comissões de criação do município, legislações e petições, bem como relatórios e ofícios do CIR e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), disponíveis no acervo virtual do Instituto Socioambiental (ISA)[3]. Os documentos foram lidos tanto como artefatos etnográficos, explorando as múltiplas possibilidades analíticas de etnografia documental (Ferreira; Lowenkron, 2020), quanto como artefatos que distinguem as organizações modernas (Teixeira; Lobo, 2018).

A fim de reconstituir um processo histórico de longa duração e evidenciar certas recorrências, eu irei articular as dimensões sincrônica e diacrônica, tendo como norte a noção de

www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 16 jul. 2025.

2 Organização indígena que atua em 35 terras indígenas de Roraima, em 465 comunidades, pertencentes às etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana e Pirititi.

3 Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/index.php/. Acesso em: 13 out. 2024.

processo social de Elias (2006, p. 197), que nos possibilita compreender "tendências de longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade". Tal ideia de desenvolvimento não deve ser confundida com uma abordagem evolucionista; trata-se de uma ferramenta analítica que permite desmistificamos supostas "totalidades sociais".

Além de observarmos como o Estado é forjado localmente, pretendo demonstrar como o colonialismo é atualizado contemporaneamente, ou seja, não como uma mera reminiscência cultural ou econômica, mas enquanto uma estrutura que ainda produz desigualdades (Tardelli, 2023). Assim, a criação daquele município é, ao mesmo tempo, um exemplo de como *se faz* Estado e como determinadas modalidades de poder atuam localmente, controlando populações e liberando espaços para a exploração econômica.

NOTAS ACERCA DE UM PROCESSO DE LONGA DURAÇÃO

Criado em 1910 durante o governo de Nilo Peçanha (1867-1924), o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)[4] foi concebido para descobrir, expandir e demarcar territórios, "civilizando" aqueles que estavam à margem da nação, ou seja, inserindo os povos indígenas em um sistema de controle estatal e produtivo. Contando com engenheiros-militares em seus quadros (os "soldados-cidadãos"), a política indigenista republicana adotou a categoria *pacificação* para se referir à proteção dada pelo Estado aos povos indígenas que deveriam ser contatados sem o uso da violência. Conforme os indígenas eram "pacificados" e sedentarizados em pequenas porções territoriais, suas terras eram liberadas para a apropriação privada e a exploração econômica (Pacheco de Oliveira, 2014; Souza Lima, 1995).

Dessa forma, a criação de um órgão estatizado possibilitou que o Estado passasse a exercer sobre espaços geográficos, sociais e simbólicos o que Souza Lima (1995) chamou de *poder tutelar*, isto é, uma modalidade de poder que atua sobre territórios e populações classificadas como indígenas, com vistas à integração territorial e política. Forjado a partir de uma matriz militar própria de uma guerra de conquista, o *poder tutelar* é capaz de mediar sem tomar partido, arbitrar de modo a contribuir para a manutenção do conflito ou produzir intencionalmente o dissenso através de um princípio romano: *divide et impera*.

Durante o Estado Novo (1937-1946), a ocupação de espaços "vazios" e a construção de uma identidade nacional eram partes de um mesmo processo através do qual figuras, ideias-

4 Em 1918, passou a ser chamado apenas de Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O órgão foi extinto em 1967, no mesmo ano de criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

valores, práticas e tradições coloniais voltaram à tona. Com a chamada "Marcha para o Oeste", Getúlio Vargas e os ideólogos que contribuíram para o projeto estadonovista pretendiam não apenas criar um homem novo – o *trabalhador brasileiro* –, mas também transformar a ideologia da expansão territorial em uma ideologia de Estado (Oliveira, 2008; Souza Lima, 1995).

Ora, através dos sistemas de classificação inscritos no mundo jurídico, na burocracia, nas instituições de ensino, nas corporações militares e nos ritos sociais, "o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensamento" que contribuem "para a construção do que designamos comumente como identidade nacional – ou, em linguagem mais tradicional, o caráter nacional" (Bourdieu, 2008, p. 105). Nesse sentido, o projeto varguista valorizava a figura do "índio pacificado" enquanto peça fundamental na defesa das fronteiras do país. Em outras palavras, a integração dos indígenas à sociedade nacional era percebida e defendida como necessária ao desenvolvimento econômico do Brasil (Oliveira, 2003).

O interesse do governo brasileiro pela integração nacional estava relacionado, dentre outros fatores, à crescente exploração clandestina da Amazônia por estrangeiros. Auxiliado pelo discurso propagandístico da "Segurança Nacional", criaram-se, assim, novos Territórios Federais – cuja propriedade do solo pertencia à União –, a fim de garantir o povoamento e a colonização de áreas supostamente "desabitadas" (Oliveira, 2003). Em 1943, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 5.812, criando os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé (Rondônia), Iguaçu e Ponta Porã – estes dois últimos extintos pela Constituição de 1946. Até aquele momento, Boa Vista do Rio Branco era um município do Amazonas. O nome "Rio Branco" se deve ao curso d'água que banha a cidade de Boa Vista. Entretanto, devido à coincidência toponímica entre esse território e a capital do Acre, em 13 de setembro de 1962, seu nome foi alterado para Roraima, nome do monte mais expressivo da região, localizado na fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana (Oliveira, 2003).

Posteriormente, através de grandes projetos de caráter desenvolvimentista, o regime militar (1964-1985) fomentou a abertura de frentes de colonização em direção à Amazônia, provocando um deslocamento em massa para aquela região. Para tanto, foi necessária a construção de rodovias federais capazes de interligar a Amazônia ao restante do país (como Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho), bem como a criação de órgãos de apoio financeiro e fiscal à política governamental, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Em 1970 ocorreu a implementação do Plano de Integração Nacional, cujo objetivo era promover o crescimento econômico daquela região, através da aplicação de recursos financeiros e do incentivo à migração. No mesmo período, ocorreu a construção da rodovia BR-174[5], que ligou Boa Vista e

5 Conhecida como "Manaus–Boa Vista", a BR-174 interliga os estados de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela.

o território de Roraima ao restante do Brasil. A partir daí, houve um crescimento populacional de não indígenas e uma intensificação de atividades econômicas na região (Baines, 2003). O processo de expansão da fronteira agrícola intensificou-se na década de 1980, período durante o qual os fluxos migratórios foram incentivados por grupos políticos roraimenses (Barbosa, 1993).

Durante a "redemocratização", os militares continuaram marcando presença no governo de José Sarney (1985-1990). Em 1985, foi concebido o Projeto Calha Norte (PCN), que instalou bases militares ao longo da fronteira norte do Brasil e fomentou fluxos migratórios em direção à Amazônia através da ampliação da rede viária e da colonização nas regiões fronteiriças (Barbosa, 1993). A implantação de uma infraestrutura na fronteira norte do Brasil pelo PCN tinha como justificativa a proteção da fronteira, o reforço da soberania nacional e o impedimento do avanço do narcotráfico e de guerrilheiros de países vizinhos. Entretanto, havia motivos menos explícitos: fomentar o desenvolvimento econômico por meio de projetos de mineração no Maciço Guianense, rico em cassiterita, diamantes, ouro, dentre outros minérios (Baines, 2003).

Em um contexto de militarização da Funai e da política indigenista no Brasil, o PCN redobrou a intervenção nas áreas indígenas situadas na faixa de fronteira, contribuindo, assim, para a paralisação da regularização fundiária dessas terras (Pacheco de Oliveira, 1990; Souza Lima, 1990). Para os responsáveis pela elaboração e execução desses projetos, as reivindicações indígenas deveriam ser reduzidas aos interesses e objetivos nacionais. Como frequentemente as áreas por eles reivindicadas são ricas em minérios, o destino dos povos indígenas era – e ainda é – uma das preocupações dos militares, principalmente sob uma perspectiva integracionista. De maneira sintomática, "o mesmo poder que impede os tutelados do Estado brasileiro de terem suas terras legalizadas, as aliena à especulação mineral" (Souza Lima, 1990, p. 61).

Com a promulgação da Constituição de 1988, Roraima – assim como Amapá – foi elevado à categoria de *estado* e um novo "pacto federativo" foi instituído no Brasil. Os constituintes redefiniram a competência política dos entes federativos, ampliando o escopo de atuação de estados e municípios e atribuindo uma maior "autonomia política" a estes últimos. A partir desse novo arcabouço institucional, ocorreu uma "fragmentação dos municípios brasileiros": entre 1988 e 2000 foram criados 1438 novos municípios, cuja maioria depende diretamente de transferências de recursos federais para o seu funcionamento (Tomio, 2002). Em Roraima, de um total de 15 municípios, oito foram criados entre 1890 e 1982 e sete, entre 1994 e 1997[6].

Embora a atividade garimpeira estivesse presente no nordeste de Roraima desde

6 Municípios de Roraima e suas datas de fundação: Boa Vista (9 de julho de 1890); Caracaraí (28 de maio de 1955); Alto Alegre (1 de julho de 1982); Bonfim (1 de julho de 1982); Normandia (1 de julho de 1982); Mucajaí (1 de julho de 1982); São João da Baliza (1 de julho de 1982); São Luís (1 de julho de 1982); Iracema (4 de novembro de 1994); Amajari (17 de outubro de 1995); Cantá (17 de outubro de 1995); Pacaraima (17 de outubro de 1995); Rorainópolis (17 de outubro de 1995); Uiramutã (17 de outubro de 1995); Caroebe (1997).

as primeiras décadas do século XX, a partir dos anos 1980 essa atividade impulsionou o crescimento populacional de Roraima. No mesmo período, o território yanomami, situado no alto rio Mucajaí, passou a ser invadido maciçamente por garimpeiros. Como a atividade do garimpo estimulou a demanda de inúmeros gêneros de consumo, a economia local passou a abrir oportunidades para migrantes de diferentes localidades do país, havendo um aumento do comércio em torno do ouro e do diamante e, ao mesmo tempo, um aumento no número de pequenos agricultores. Tal processo era incentivado pelo então governador Romero Jucá Filho[7].

O resultado para os Yanomami foi alarmante: proliferação de doenças, violência, poluição da rede hidrográfica, inviabilidade da caça, desmatamento e mais de mil mortos. Essa situação calamitosa repercutiu internacionalmente graças, em boa medida, à atuação política de Davi Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2015). Em resposta, o governo federal elaborou um plano para retirar cerca de 40 mil garimpeiros daquela região. Romero Jucá posicionou-se contrariamente à medida, alegando que não havia sido consultado e que não se levou em consideração o "sustento dos desalojados e suas famílias". Chegou até a sugerir uma política de ordenamento dos garimpos, que contaria com a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal nas proximidades de modo a evitar o contrabando (Spritzer; Hippolito, 2022).

Quando se aproximou a primeira eleição para governador do novo estado – que ocorreu em outubro de 1990 –, ele se afastou do cargo para se tornar candidato pelo Partido Democrático Social (PDS). Contudo, perdeu o pleito para o militar Ottomar de Souza Pinto (Veloso; Gomes, 2022), candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que governou Roraima de 1991 a 1994, período durante o qual o processo de criação do município de Uiramutã estava em andamento. Ottomar era amigo do ministro do Interior Mário Andreazza. Em 1979, no mesmo ano em que foi promovido a brigadeiro e entrou para a reserva, o general João Batista Figueiredo, que governou o Brasil de 1979 a 1985, o nomeou governador do território de Roraima. Durante sua administração, implementou projetos voltados à agropecuária, como a construção de estradas, a instalação de um frigorífico em Boa Vista, de duas fábricas de ração, de usinas de beneficiamento de sementes e de leite, de um centro de beneficiamento de pescado, além do incentivo à plantação de café, cacau, guaraná, seringueira, oleaginosas e cítricos.

Segundo um documento do Centro de Informação Diocese de Roraima, intitulado *Índios e brancos em Roraima* (1990), o interesse do governo roraimense pelos indígenas tem como marco 1979. Até então, eles eram considerados apenas como um impedimento ao desenvolvimento do então território, o que fica explicitado na fala do governador Ramos Pereira (1975-1979): "Não será uma meia dúzia de tribos indígenas que impedirá o progresso de Roraima" (Ramos, s.d. *apud* Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990, p. 14).

7 Em setembro de 1988, Sarney o nomeou governador do Território de Roraima. No final do ano e após a promulgação da nova Constituição Federal, seu nome foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado como governador do recém-criado estado de Roraima.

A gestão dos povos e territórios indígenas modificou-se com a chegada de Ottomar Pinto. Estrategicamente, ele controlava a Funai e suas ações junto aos indígenas e, ao mesmo tempo, agia diretamente nas comunidades. No primeiro caso, retardava as demarcações e fazia a mediação entre a agência indigenista e os fazendeiros com os quais mantinha alianças políticas. Em relação ao segundo caso, interveio nas comunidades, com o aval da Funai, construindo uma imagem de "defensor" dos indígenas. Implementou, por exemplo, um programa de ajuda financeira às comunidades, pelo qual pretendia aumentar a produção agrícola local, fornecendo tratores e motoristas ou financiamento para a compra de sementes, adubo, ferramentas etc. Caso o projeto fracassasse, as dívidas eram perdoadas. Além disso, ao lado de sua esposa, passou a visitar periodicamente as *malocas*, principalmente durante o Natal e a Páscoa, ocasiões em que distribuía presentes aos indígenas (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990).

Sob a pressão de políticos locais, o governo criou, em 1982, seis novos municípios, dos quais três encontravam-se em territórios indígenas. Os novos prefeitos defendiam que, como esses territórios encontravam-se dentro de seus respectivos municípios, não se configuravam como uma área apartada ou culturalmente diferente. Ainda que a Funai tenha proibido a realização de comícios nas comunidades, estas passaram a fazer parte das rotas das campanhas eleitorais, que contava com presentes e ameaças (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990). Como resultado dessas ações que perduraram por três anos, Ottomar Pinto conseguiu que 30% dos indígenas da região se tornassem eleitores e o apoiassem na eleição para governador do recém-criado estado.

Ademais, Ottomar Pinto estimulou as migrações de brasileiros de outros estados para Roraima, promovendo o assentamento de 10 mil famílias e a criação de nove bairros em Boa Vista. Essas medidas seriam enaltecidas durante sua campanha eleitoral para o governo do recém-criado estado, em 1990. Enquanto candidato, declarou, inclusive, que tinha a intenção de assentar 50 mil famílias. Oficialmente, o Departamento de Colonização do Governo de Roraima logrou alocar 1.953 famílias nas colônias agrícolas existentes e nas recém-fundadas (31,4% em 1991 e 68,6% em 1992). No entanto, "os maiores beneficiários deste modelo são os médios/grandes agricultores capitalizados, que iniciam um processo de concentração de terras registrado oficialmente nas colônias" (Barbosa, 1993, p. 191). O governo continuou a implantar programas de distribuição de terras. Segundo o então governador: "Roraima tem muita terra: o Brasil está cheio de homens sem terra, quando aqui tem muita terra sem homens" (Barbosa, 1993, p. 193).

NOVAS CONFIGURAÇÕES, VELHAS DISPUTAS

Habitada pelas etnias Macuxi, Wapichana, Sapará, Ingarikó, Patamona e Taurepang,

a Terra Indígena Raposa Serra do Sol está localizada no nordeste do estado de Roraima. Seu nome é formado pelas denominações de duas grandes aldeias daquela região: a comunidade *Maikan* ("raposa"), onde prevalece o povo Macuxi, e a comunidade *A'nayen* ("serra do sol"), constituída predominantemente pelos Ingarikó. Administrativamente, a terra está organizada em quatro regiões: Raposa, Baixo Cotingo, Surumu e Serras – esta última é compartilhada por todos os povos. Antes da criação do município de Uiramutã, as duas primeiras, juntamente com Serras, pertenciam ao município de Normandia, enquanto Surumu estava ligada ao município de Pacaraima.

O município de Uiramutã foi criado em 1995 e instalado em janeiro de 1997, em um local onde havia uma comunidade indígena homônima, localizada na região das Serras, próxima ao rio Maú (ou Ireng), que forma a fronteira oeste do Brasil com a Guiana. A localidade está a 315 quilômetros de Boa Vista. Da capital à cidade, percorre-se, inicialmente, 160 quilômetros pela BR-174 Norte; o restante do percurso é feito por uma estrada de terra. Para quem segue na rodovia no sentido do município de Pacaraima, a entrada para a localidade encontra-se à direita.

Espacialmente, Uiramutã está dividido em duas áreas: o "centro antigo" (também chamado de "vila", "sede do município" ou "núcleo urbano") e o "centro atual". O primeiro corresponde ao espaço onde moravam os habitantes da maloca quando ocorrera a primeira invasão e onde ainda vivem muitos indígenas. Trata-se de uma faixa de terra delimitada no sentido oeste-leste por dois igarapés, que dividem as duas áreas. A área tem 400 metros de largura, no sentido norte-sul, e aproximadamente 1.100 metros de comprimento, no sentido leste-oeste. Já o "centro atual" está situado ao norte e ao sul do "centro antigo". A área era administrada pelo *tuxaua*[8] Orlando Pereira, filho do tuxaua José Massaranduba.

O "núcleo urbano" engloba, ainda, a Vila do Mutum, a Vila do Socó e Água Fria, vilarejos que, no passado, assim como Uiramutã, serviam de base de apoio ao garimpo ilegal na Raposa Serra do Sol. O maior dos vilarejos em termos populacionais é Mutum, situado no lado leste, na margem direita do rio Maú. A Vila de Socó, por sua vez, está localizada na parte central, ao lado de uma maloca homônima, em uma área onde vivia Severino Mineiro, um antigo invasor casado com uma macuxi e bisavô da ex-prefeita de Uiramutã, Florany Mota. Por fim, no lado oeste, encontra-se Água Fria, próximo às aldeias Ingarikó, localizadas em uma região montanhosa.

As primeiras invasões de Uiramutã remontam ao final dos anos 1950, quando garimpeiros se instalaram no centro da maloca, ao lado da casa do antigo *tuxaua* José Massaranduba. Entre

8 Cada comunidade pertencente à TIRSS possui autonomia e reconhece o *tuxaua* como sua principal liderança. Além de mediar conflitos internos e representar os moradores de sua respectiva comunidade externamente, as famílias recorrem a ele para solucionar inúmeros problemas. Ademais, também cabe ao tuxaua imputar sanções àqueles que desrespeitam as regras locais. A introdução da figura do "tuxaua", assim como as reuniões entre eles foram fomentadas pelos padres da Consolata a partir de 1968. Isso ocorria durante os cursos de instrução religiosa, geralmente na missão de Surumu, onde funcionava um internato (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990).

fluxos e refluxos, na segunda metade dos anos 1980, invasores ocuparam novamente a região serrana dos garimpos, ao longo dos rios Cotingo, Kinô e Maú. Para auxiliar os garimpeiros e facilitar a "integração", o governo de Roraima chegou a abrir uma estrada na região. Aos poucos, a localidade foi se transformando em uma *corrutela* (deturpação de "corruptela"), categoria regional utilizada para designar lugares de apoio aos garimpeiros (Santilli, 2001). Com as novas invasões, as casas indígenas passaram a conviver lado a lado com bares e casas de prostituição. Além disso, malária, doenças respiratórias e infecções sexualmente transmissíveis, bem como agressões físicas e mortes, tornaram-se presença constante nas vidas daquelas pessoas.

Para compreendermos como essas disputas e tensões são recorrentes naquele espaço, nas linhas que se seguem descreverei uma situação social que considero bastante significativa. Como *situações sociais* são eventos que mantêm relações com outras situações sociais dentro de um sistema social (Gluckman, 2010), a partir da análise de eventos sucessivos, talvez possamos visualizar as configurações que marcam as relações conflituosas na Raposa Serra do Sol e, notadamente, em Uiramutã.

Dez anos antes da criação do município, a Funai elaborou o *Relatório sobre a situação da maloca Uiramutã e área indígena Raposa Serra do Sol*. Em cumprimento à Comunicação de Serviço nº 189/P, de 15 de maio de 1985, os servidores Roger Martins Gonçalves e Maria Guiomar de Melo deslocaram-se de Boa Vista a Uiramutã a fim de averiguar uma denúncia feita por um cabo da Polícia Militar (PM) daquela localidade. Segundo ele, indígenas da etnia Macuxi teriam fechado uma via que ligava Uiramutã a Orinduque[9].

No caminho, os servidores passaram em Maturuca, de modo que pudessem obter informações a respeito da situação com o tuxaua Jacir José de Souza, à época um dos conselheiros indígenas e tuxaua-geral da região das Serras. Segundo informou, o conflito havia começado quando indígenas de 25 comunidades construíram uma cerca com o objetivo de proteger um local onde uma roça seria cultivada e cuja colheita abasteceria indígenas que atuavam no garimpo para a "cantina comunitária"[10]. Como uma pequena pastagem de um posseiro – casado com uma wapichana – ficou dentro do cercado, "como sempre, os fazendeiros aproveitaram o fato para deflagrar a questão fundiária".

Quando chegaram à delegacia, os servidores observaram que o órgão estava tomado por fazendeiros da Raposa Serra do Sol; ainda que a maioria deles não tivesse ligação direta com a

9 A Comunidade Indígena de Orinduque é formada por grupos Patamona e está localizada na antiga Área Indígena Ingarikó, na região das Serras, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

10 Projeto implementado pela igreja católica, através da Missão da Consolata, cuja finalidade era romper com os laços de dependência entre elites locais e indígenas. Isso porque a exploração laboral dos indígenas pelos fazendeiros implicava, dentre outras coisas, endividamentos, uma vez que, frequentemente, o próprio fazendeiro era dono dos armazéns que vendiam gêneros alimentícios e bens industrializados aos indígenas. A igreja, então, criou um sistema em que os indígenas compravam em "cantinas comunitárias", as quais estariam sob a responsabilidade de um tuxaua. O dinheiro para a compra seria proveniente tanto do garimpo individual quanto das atividades agropecuárias comunitárias (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990; Santilli, 2001).

contenda. Eles teriam sido chamados pelo próprio policial "para tomarem providência sobre a cerca dos índios" e para pressionarem o posseiro a não celebrar nenhum tipo de acordo com a Funai. Os agentes indigenistas pediram, então, para que essas pessoas se retirassem, de modo que pudessem iniciar a negociação entre as partes.

A área pretendida pelo posseiro, um tal Sr. Degas, que possuía 28 cabeças de gado, corresponderia a 500 metros quadrados, ultrapassando o cercado dos indígenas. Mas estes se recusaram a ceder qualquer terra para além do cercado. O posseiro propôs, enfim, ficar com a área onde estava situada a maloca Escondida. Novamente os indígenas não cederam. Como não houve acordo, os servidores da Funai deslocaram-se até a área onde a cerca havia sido instalada e convidaram o tuxaua Jacir para conversar sozinho com o fazendeiro. A negociação, porém, foi infrutífera; embora o tuxaua lhe tenha proposto comprar seus gados e lhe tenha oferecido uma região conhecida localmente como "Boca do Uiramutã".

Em seguida, os agentes voltaram a Uiramutã para pedirem que os fazendeiros se acalmassem. Acordaram "que os índios não tentariam qualquer medida contra os moradores não índios da maloca do Uiramutã, bem como os fazendeiros não tomariam qualquer medida repressiva contra os índios". A ideia era levar a negociação para Boa Vista, "distante da interferência de terceiros". Por fim, os servidores sugeriram as seguintes medidas: que a Polícia Federal fosse convocada, se necessário, "para garantir a integridade dos índios e dos trabalhos a nível comunitário" e que a sobrevivência do posseiro e de sua família fosse assegurada até que a área indígena Raposa Serra do Sol fosse definitivamente demarcada – o que somente veio a acontecer mais de uma década depois.

De acordo com Santilli (2001), a primeira tentativa de demarcação do território que corresponde, parcialmente, à Raposa Serra do Sol data de 1917, quando o estado do Amazonas promulgou a Lei Estadual nº 941, de 16 de outubro daquele ano, destinando para usufruto dos Macuxi e Jaricuna uma faixa de terras entre os rios Cotingo e Surumu. Em 1919, o SPI procedeu com a demarcação e o registro da área. As terras, porém, continuaram sendo invadidas por posseiros. Somente em 1977 novas providências seriam tomadas. À época, a Funai instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de realizar a identificação das terras. Mas a portaria não estabeleceu a extensão da área a ser demarcada. Um novo grupo de trabalho foi instituído em 1979, mas sem a realização de estudos antropológicos e historiográficos.

O modelo de demarcação vigente à época era o de "colônias agrícolas" (ou "ilhas"), o que favorecia a invasão de fazendeiros. Como a Funai não cumprira suas promessas de demarcar todas as áreas reivindicadas e como os conflitos na região das Serras não cessavam, em uma reunião geral em 1983, os tuxauas apresentaram uma proposta de demarcação unitária, apoiada pelos Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapichana da área norte (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990). Todavia, conforme denunciado em um relatório do CIR de 2003, a demarcação havia sido "ostensivamente combatida pelo governo e parlamentares de Roraima que usam desde recursos jurídicos à cooptação de lideranças indígenas para conseguir impedir

a conclusão do processo demarcatório em área contínua".

Em 1984, mais um grupo de trabalho foi criado, porém os resultados tampouco foram conclusivos. A Funai decidiu reexaminar o caso da Raposa Serra do Sol em 1991. Durante os anos de 1992 e 1993 foram, enfim, finalizados os estudos, atendendo-se aos requisitos para o reconhecimento administrativo das terras indígenas. O processo de identificação foi concluído em maio de 1993 e, seguindo os trâmites burocráticos, encaminhado para o Ministério da Justiça. As reações contrárias não tardaram (Santilli, 2001). Entre 1994 e 1995, o governo de Roraima tentou construir no rio Cotingo a "barragem do Tamanduá" (ou hidrelétrica do Cotingo), cujos impactos culturais e ambientais seriam desastrosos. No entanto, uma mobilização indígena em âmbito nacional e internacional conseguiu impedir esse empreendimento. O mesmo não ocorreu com a criação do município de Uiramutã. De acordo com o CIR, tratava-se de mais uma "artimanha política do governo local".

CENAS DE UM DRAMA ESTATAL

O processo de criação do município de Uiramutã, que será descrito nesta seção, está diretamente vinculado aos conflitos que vimos acima. Ao observarmos os diferentes momentos, eventos, atores, usos, apropriações e sentidos atribuídos àquele espaço, percebemos certas recorrências ao longo do tempo e como o Estado é produzido localmente. A análise dos discursos ajudará a compreender os grupos que estavam envolvidos, seus interesses e práticas. Lidaremos aqui com *atos de fala* de um ritual, ou seja, na convergência entre o *dito* e o *feito*, as intenções contidas nas palavras podem se transformar em ação concreta (Teixeira, 1998; Teixeira; Tardelli, 2022).

No dia 3 de março de 1992, houve uma reunião em Uiramutã para que fosse constituída a Comissão Especial de Criação do Município de Uiramutã[11], conforme prevê a legislação estadual. Na ocasião, estavam presentes o então vereador Venceslau Braz de Freitas Barbosa ("representante da Vila do Uiramutã") – que viria a ser o primeiro prefeito do novo município –, o comerciante Arthur Nabuco de Araújo ("representante da Vila do Socó") e o pecuarista Wilson Alvez Bezerra ("representante da Vila do Uiramutã"). A mesa foi composta, ainda, pelos deputados estaduais Antônio Evangelista Sobrinho – conhecido como Antonio "Pampinha" – e Herbson Jairo Ribeiro Bantin – conhecido como "Berinho" Bantim –, filiados ao PTB e ao Partido da Frente Liberal (PFL), respectivamente. A secretaria ficou sob a responsabilidade de José Eduardo de Freitas Barbosa – que, provavelmente, tem relações de parentesco com aquele

11 Ata de reunião referente à Assembleia Geral de Constituição da Comissão Especial de Criação do município de Uiramutã, de 3 de março 1992.

que abriu a sessão e coordenou os trabalhos: Venceslau Braz de Freitas Barbosa.

Conhecido localmente como "Braz", Venceslau foi filiado ao Partido Progressista (PP), de 2011 a 2013; ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS), de 2013 a 2015; ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), de 2015 a 2016; ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), de 2016 a 2018; e, à época da pesquisa, encontrava-se no Solidariedade. Conforme publicado no *Diário da Assembleia Legislativa* de Roraima, de 21 de fevereiro de 2018, foi nomeado no início daquele ano para um cargo comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo.

Em 2011, o Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) ajuizou uma ação civil pública contra o ex-diretor do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), Washington Pará, e mais dois servidores do órgão, por improbidade administrativa. Isso porque Washington Pará teria expedido título de posse favorável a Venceslau Braz, proprietário da Fazenda Topázio, que contava com uma área de 1.529 hectares e estava localizada na Gleba Cauamé, município de Alto Alegre. O problema é que o processo de regularização fundiária teria transcorrido de forma fraudulenta, uma vez que os documentos apresentados seriam falsos.

Segundo a ação, a área pertenceria, na verdade, a Sanival Landes Bueno, quem, desde 2007, cultivava arroz e milho na propriedade. Quando foi acompanhar o processo de regularização de sua terra junto ao instituto, Sanival deparou-se com um processo de titulação na mesma área em benefício de Venceslau Braz, ex-prefeito de Uiramutã e um dos "desintrusados" da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Dentre as punições requeridas pelo MPRR, destacam-se a anulação do título de terras expedido, a perda de função pública que estivesse exercendo no momento da sentença e a suspensão dos direitos políticos por cinco anos (Ministério […], 2013).

Já Antonio Evangelista Sobrinho nasceu na cidade cearense de Campos Sales e chegou em Roraima em 1971. Produtor de arroz, teria sido o primeiro a instalar uma máquina de beneficiamento do grão, de modo que sua alcunha provém da marca do produto por ele lançada: "Pampinha". Em 1990, filiado ao PTB, foi eleito para a primeira legislatura da Assembleia Legislativa Estadual do recém-criado estado de Roraima, tendo exercido o mandato de 1991 a 1994. Nesse período, integrou a Comissão de Administração, Serviços Públicos, Transportes e Obras da Assembleia Legislativa de Roraima.

"Berinho" Bantim também foi eleito, pelo PFL, para a primeira legislatura da Assembleia Legislativa Estadual. Exerceu mais três mandatos: de 1995 a 1998, de 1999 a 2002 e de 2003 a 2006. Na última ocasião, encontrava-se no Partido Social Liberal (PSL). De 2007 a 2011, esteve filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); de 2011 a 2012, ao Partido Social Democrático (PSD); de 2012 a 2013, ao Patriota (PATRI); de 2013 a 2014, ao Solidariedade; e em 2018 estava filiado ao Partido Pátria Livre (PPL). Em 2011, a Procuradoria Regional da República da 1ª Região ingressou com uma ação penal contra o parlamentar, devido a crimes praticados contra a administração pública entre 1998 e 2002. Segundo a acusação, ele estaria

envolvido no "escândalo dos gafanhotos", um esquema de desvio de recursos do Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima e da Secretaria de Administração (SEAD): as pessoas contratadas nunca prestaram serviços ao estado (Nery, 2011).

O fazendeiro Wilson Alvez Bezerra, por sua vez, apareceria ligado ao imbróglio da homologação da Raposa Serra do Sol. Em agosto de 2011, ele compareceu à audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. A finalidade do debate proposto pelo deputado Josué Bengtson (PTB-PA) era discutir as denúncias publicadas pela revista *Veja*, segundo as quais teriam surgido quatro novas "favelas" na periferia de Boa Vista como consequência da demarcação daquela terra indígena. Essas "favelas" seriam habitadas tanto pelos fazendeiros que, por estarem na área indígena, foram desapropriados por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), quanto por indígenas cuja renda dependeria dos trabalhos realizados para arrozeiros, pecuaristas e pequenos comerciantes da região (Comissão […], 2011).

Na reunião de 1992, Venceslau Braz disse, inicialmente, que aquele evento tinha uma "importância histórica" e que somente pôde ocorrer por conta do "novo quadro institucional" do estado de Roraima, ao qual se devia a promulgação da constituição estadual. A partir daí, teria sido inaugurado "um relacionamento novo do governo com a população em geral", o que teria possibilitado que o "interior" revisse "sua situação perante os municípios que regem sua vida econômica-social, nem sempre condizente com as reais necessidades de cada vila ou povoado". Sob essa perspectiva, "a Vila do Uiramutã se credencia a ser um novo município do Estado pois já dispõe [de] condições legais para isso". Para Braz, aquele seria o momento ideal "de se pensar no futuro da região das serras, que por diversos fatores, se vê inibido em seu desenvolvimento, e tanto populacional e economicamente preenche todos os requisitos para alterar-se como município com condições de afirmação política".

Como veremos, o regime discursivo dos atores que estiveram à frente da criação do município funcionava na chave do *desenvolvimentismo*, ecoando, pois, os discursos adotados para colonizar a região amazônica em diferentes períodos e a partir de práticas de poder distintas. É assim que binômios como *progresso*/*atraso* e *crescimento*/*estagnação* apareceram frequentemente nas falas. A novidade talvez esteja no uso das noções de "afirmação" e "autonomia" políticas, ligadas a um projeto de descentralização político-administrativa em relação aos planos municipal, estadual e federal, em um período posterior à ditadura militar.

Em sua fala, Venceslau Braz frisou que assumiria as responsabilidades e não vacilaria diante das dificuldades que a comissão enfrentaria. Segundo ele, haveria posições contrárias "às aspirações da Vila do Uiramutã". No entanto, a depender da leitura das atas, não sabemos quais são os pontos de vista discordantes. Isso porque os documentos enquanto artefatos que distinguem as organizações modernas caracterizam-se por "fixar sentidos que tornam invisíveis as pessoas e o contexto que lhes deram origem" (Teixeira; Lobo, 2018, p. 254).

A partir daquela data, a comissão elaboraria um plano de trabalho, a fim de reunir dados

a respeito da população, infraestrutura, serviços e "potencial mineral e pecuária". Com essas informações, seria possível "comprovar" que aquela localidade "tem o direito de emancipar-se, contribuindo assim para o fortalecimento da região e do estado, através da implantação de projetos realistas e objetivos que permitam alcançar-se com maior velocidade o bem-estar de toda a população do futuro município".

Em seguida, o deputado Antonio "Pampinha" tomou a palavra e, de maneira antecipada, posicionou-se favoravelmente à criação do município; inclusive, ressaltou que, como parlamentar, havia apresentado projetos referentes à "mudança geográfica-política do Estado, através da criação de vários municípios". O deputado parabenizou a comissão e a estimulou a "lutar com todas as forças para atingir o seu objetivo". O deputado "Berinho" Bantim também teceu elogios à proposta de criação do município, enfatizando que era preciso "alterar um estado de coisas que se continuando só atraza [*sic*] para os municípios das serras, porquanto as dificuldades que são muitas só tendem a aumentar se as pessoas que ali moram, não tomarem seu destino nas mãos".

O vereador Nivaldo Afonso e o delegado da Agricultura, coronel Pereira, também se posicionaram a favor do novo município. O coronel demonstrou entusiasmo em relação à "emancipação de várias regiões do Estado que já ostentam condições para isto, como via normal de soluções mais rápidas para os problemas de toda ordem que paralisam o crescimento desejado por todos". A professora Francisca de Chagas e Manoel Joaquim de Moraes concordaram que "a emancipação só virá trazer mais recursos e possibilidades de progresso". Felicitaram os deputados, "que entendem tão justa aspiração do povo da vila e da região que já está amadurecendo para aceitar e colaborar com o novo município, cujo desmembramento de Normandia não lhe trará prejuízo", acrescentando que o município possibilitaria "um trabalho em conjunto muito mais produtivo e eficaz, a favor de toda a população".

O coordenador, então, deu por criada e constituída a comissão especial. Ademais, destacou que "cada membro representa os interesses e a vontade livre de cada distrito da região" e que a comissão atuará em conformidade com o substitutivo aos projetos da lei complementar 1/1991 e 2/1991. Fez, ainda, um apelo ao executivo estadual para que "colabore com as finalidades do projeto que está envolvendo democraticamente todos os segmentos da sociedade interiorana das serras". Entretanto, não constatamos em nenhuma das atas a participação de indígenas, de suas organizações ou mesmo de qualquer órgão indigenista. Não obstante, o fato é que os povos indígenas da região se manifestaram contrariamente à criação do município de Uiramutã durante o trâmite burocrático, seja através de barricadas nas estradas, seja mediante denúncias públicas. É preciso não perder de vista que a invenção do município ocorreu simultaneamente ao longo processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ainda que alguns indígenas tenham apoiado a criação do município, como as relações de poder no sentido foucaultiano (1995) assumem uma configuração mais complexa, palavras como "cooptação" são insuficientes para compreendermos as escolhas situacionais de cada ator e grupo social

(Gluckman, 2010).

Após uma votação, a comissão foi constituída pelos seguintes atores: Venceslau Braz de Freitas Barbosa (presidente), Manoel Joaquim de Moraes (vice-presidente), Alcir Rodrigues de Oliveira (secretário), Wilson Alvez Bezerra (tesoureiro), João Alves da Silva (membro), José Alves Crispim (membro). A ata foi lavrada por José Eduardo de Freitas Barbosa.

No mesmo ano, a Secretaria de Planejamento do estado de Roraima elaborou o *Estudo de redivisão político-administrativa – criação de novos municípios*. Esse documento, que trazia dados econômicos e demográficos, foi utilizado pelos deputados da Assembleia Legislativa de Roraima como justificativa para a criação do município de Uiramutã. Os interesses do Poder Executivo e do Poder Legislativo estaduais, bem como das elites regionais estavam em sintonia, o que fica explicitado em um dos trechos do estudo: "A Amazônia é um grande vazio demográfico, onde a presença do poder público com a realização de obras de infraestrutura econômica e de políticas disciplinadoras da ocupação econômica se configuram como absolutamente indispensáveis".

***

No dia 25 de abril de 1994, o procurador-geral eleitoral do Ministério Público Federal, Aristides Junqueira Alvarenga, impetrou um *mandado de segurança*[12] contra o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima (TRE-RR), que, no dia 6 daquele mês, havia determinado que se realizasse no dia 8 de maio consulta plebiscitárias em Uiramutã, Amajari e Rorainópolis, tendo como finalidade elevá-las ao status de municípios. Conforme constatado pelo MPF, aquelas localidades não possuíam o eleitorado exigido pela legislação vigente. Para que um município fosse criado, de acordo com o artigo 2º da Lei Complementar nº 001, de 5 de abril de 1992, que dispunha sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, seria necessário contar com um "número de eleitores nunca inferior a 30% (trinta por cento) da população da área emancipada" (inciso II) e com um "centro urbano já constituído com, no mínimo, 100 (cem) casas residenciais" (inciso III).

Entretanto, segundo consta na petição do MPF, com base em uma certidão expedida pelo próprio TRE-RR, a proporção eleitor/população em Uiramutã era de apenas 8,76%; em Amajari, de 10,95%; e em Rorainópolis, de 27,5%. Se realizadas, portanto, argumentou o procurador-geral, as consultas plebiscitárias estariam em desalinho com a necessária "representação das populações diretamente interessadas" estabelecida pela Constituição Federal; motivo pelo qual o MPF requereu a suspensão delas. Dois dias depois, o presidente do TRE-RR, desembargador

12 O *mandado de segurança* é um tipo de ação jurídica utilizada para resguardar um direito que tenha sido violado ou que esteja sob ameaça em função de abuso de poder praticado por uma autoridade pública. Está previsto no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, sendo regulado pela Lei nº 12.016 de 2009.

Jurandir Pascoal, encaminhou ao presidente da Assembleia Legislativa, Airton Antônio Soligo, uma cópia da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou que fossem suspensas as consultas plebiscitárias naquelas localidades (Ofício nº 70/1994).

***

No dia 23 de março de 1995, ocorreu, na Assembleia Legislativa, uma reunião extraordinária[13], sob a presidência do deputado Helder Teixeira Grossi e com a participação dos deputados Herbson Bantin e Jalser Renier Padilha. A finalidade era criar uma Comissão Especial (conforme previsto na Resolução nº 15/95) que analisaria a Lei Complementar nº 001/1992 e orientaria a "organização do processo de emancipação do município de Uiramutã". Como havia *quórum regimental*, elegeram os membros da comissão: Herbson Bantin seria o presidente; Helder Grossi, o vice-presidente; e Jalser Padilha, o relator.

Na segunda reunião extraordinária[14], realizada no dia 27 daquele mês, além dos três membros da comissão, esteve presente o vereador Venceslau Braz, cujas "qualidades e importância da sua presença no decorrer dos trabalhos" foram enaltecidas pelo presidente, "devido a sua experiência no processo Emancipacionista daquela região". Na ocasião, foram estabelecidos os horários em que a Vila do Mutum, Vila do Socó, Vila do Uiramutã e Água Fria seriam visitadas. Antes de finalizar a sessão, o deputado Helder Grossi frisou que a presença da comissão naquelas localidades seria uma "forma de prestigiar os moradores" que ali viviam.

Três dias depois, ocorreu uma terceira reunião extraordinária[15]. Desta feita, na vila de Uiramutã, e com a presença do prefeito de Normandia, Gelb Pereira e dos vereadores do mesmo município, Afonso Nivaldo de Souza – então presidente da Câmara de Vereadores –, Antônio Barbosa da Silva e Venceslau Braz. O deputado Helder Grossi defendeu a emancipação para que Uiramutã "caminhe com suas próprias pernas". Em seguida, o deputado Jalser Padilha disse que "o município emancipado só tem a ganhar", uma vez que "os impostos, que poderão surgir, são mínimos, diante das vantagens e oportunidades que surgirão". Já o prefeito Gelb Pereira falou sobre "a situação difícil, econômica e financeira da Prefeitura para cobrir toda a área do município de Normandia, de uma forma adequada". Indiretamente, o vereador Antônio Barbosa pareceu fazer menção aos povos indígenas da região das Serras, quando ressaltou "que o exército teve grande importância, no desbravamento, construção e alocamento [*sic*] destas

13 Ata de reunião referente à Comissão Especial para Orientar a Organização do Processo de Emancipação do município de Uiramutã. 1ª Reunião (Extraordinária) realizada em 23 de março de 1995.

14 Ata de reunião referente à Comissão Especial para Orientar a Organização do Processo de Emancipação do município de Uiramutã. 2ª Reunião (Extraordinária) realizada em 27 de março de 1995.

15 Ata de reunião referente à Comissão Especial para Orientar na Organização do Processo de Emancipação do município de Uiramutã. 3ª Reunião (Extraordinária) realizada em 30 de março de 1995.

populações, que vivem hoje na região das Serras". Além disso, afirmou "que se os habitantes destas comunidades não votarem, não se aplicarem nesta tarefa, não irá valer o esforço".

Segundo consta na ata, o presidente "franqueou a palavra às pessoas da comunidade, para que podessem [*sic*] opinar sobre o assunto, ninguém se manifestou". Não sabemos, porém, à qual "comunidade" se refere, tampouco quem seriam essas pessoas. No final da sessão, "por uma questão de justiça", o presidente delegou à Comissão Emancipacionista, que havia iniciado as primeiras ações para a criação do município, a tarefa de orientar o processo de emancipação, conforme previsto no artigo 17 da Constituição do Estado de Roraima. A comissão, a partir daí, seria constituída pelo vereador Venceslau Braz (presidente), João Alves da Silva (vice-presidente), Amélio Morais (secretário), Wilson Alvez Bezerra (tesoureiro), Francisca das Chagas Ribeiro (membro) e Jurandi Pinho Costa (membro). Ou seja, com exceção de Amélio Morais e Jurandi Pinho, todas as pessoas citadas compareceram na reunião de março de 1992, embora a professora Francisca das Chagas não tenha constituído a comissão daquele ano.

No mesmo dia[16], reuniu-se a Comissão Emancipacionista[17]. Estavam presentes os mesmos participantes da reunião anterior. Essa nova ata revela, porém, assim como a ata de março de 1992, quem e quais localidades foram "representadas": Venceslau Braz ("representante da vila de Uiramutã")[18], João Alves da Silva ("representante da Vila de Água Fria"), Jurandir Pinho Costa ("representante da Vila do Mutum"), Wilson Alvez Bezerra ("representante da Vila do Socó"), Amélio Moraes ("representante da Vila do Uiramutã") e Francisca das Chagas Ribeiro ("representante da Vila do Mutum"). Novamente, não há nenhuma menção às lideranças e comunidades indígenas, bem como às regiões que constituem a Raposa Serra do Sol. Houve uma nova votação, mas que apenas endossou a composição da comissão formada na reunião anterior. Observa-se, assim, uma invisibilização dos indígenas, os quais foram excluídos do processo, ignorando-se a sua presença como povos originários.

Ao que tudo indica, passados três anos após as mobilizações políticas iniciais voltadas à criação do município de Uiramutã, ainda não havia sido elaborado um plano de trabalho, tampouco haviam sido reunidos dados que "comprovassem" o "direito" de emancipação, salvo o estudo realizado pela secretaria de planejamento estadual.

No dia 11 de abril de 1995, isto é, no período durante o qual o processo de emancipação transcorria, o governador Neudo Campos promulgou a Lei Complementar nº 011, uma manobra política que alterou os dois incisos citados anteriormente da Lei Complementar nº 001. Pela nova redação, o percentual de eleitores necessários passou de 30% para 10%, enquanto o número de casas residenciais caiu de 100 para 70. Neudo Campos, aliás, nunca escondeu sua

16 O horário registrado nas duas atas foi o mesmo: às 10h.

17 Ata de reunião referente à Comissão Emancipacionista do município de Uiramutã 30 de março de 1995.

18 Nas atas, ora utiliza-se a preposição 'de' (Vila de Uiramutã), ora grafa-se a contração da preposição 'de' com o artigo 'o' (Vila do Uiramutã).

posição abertamente contrária à demarcação contínua da Raposa Serra do Sol. Em 2008, quase três anos após a homologação, afirmou em uma audiência pública: "Eles têm muita terra, o que já é exagerado. O que eles precisam é de ajuda para produzir seus próprios alimentos" (Deputados […], 2008).

Paralelamente ao processo de criação de Uiramutã, corriam os processos referentes às emancipações de Pacaraima, Amajari, Rorainópolis e Cantá. Por isso, ocorreu, no dia 15 de abril de 1995, na Assembleia Legislativa, uma reunião conjunta[19] das respectivas comissões especiais e de seus relatores. Na ocasião, foram lidos e aprovados por unanimidade os relatórios finais das comissões especiais. Por fim, foi elaborado um ofício encaminhando o relatório final à presidência da assembleia. No dia 17 de outubro de 1995, foi promulgada a Lei nº 098, que "criou" o município de Uiramutã. De fato, como frisa Bourdieu (2008, p. 114),

> Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade (*veredito*) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder criador, quase divino.

A instalação do município somente aconteceu em 1997. Em janeiro do mesmo ano, Venceslau Braz foi eleito prefeito. Nos anos seguintes, alguns dos atores que participaram da criação do município assumiriam cargos na prefeitura e na câmara municipal. Nas eleições seguintes, os pleitos contariam com candidaturas indígenas. Ainda em 1997, em resposta ao processo arbitrário de emancipação municipal, grupos indígenas expulsaram garimpeiros e fecharam os garimpos da região – na área oeste, em 1997, e na área leste, em 1998.

Todavia, em 2022, o CIR estimava que havia cerca de 4 mil garimpeiros na Raposa Serra do Sol, número que cresceu substancialmente com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2019 (Pereira, 2022). À época, sem o apoio da Funai e da Polícia Federal (PF), as comunidades organizaram-se para defender seus territórios e combater a extração de ouro: queimaram balsas de garimpeiros e apreenderem materiais de mineração. No mesmo período, porém, a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou o Projeto de Lei (PL) 233/2022 que proibia a destruição de dragas e demais equipamentos apreendidos em áreas de garimpo ilegal. Embora a lei tenha sido sancionada pelo governador Antônio Denarium,[20] o STF a declarou inconstitucional.

19 Ata de reunião referente à Reunião Conjunta das Comissões Especiais que Orientam os Processos de Emancipação dos municípios de: Pacaraima, Amajari, Rorainópolis, Cantá e Uiramutã 15/04/1995.

20 Antônio Denarium foi eleito governador pelo Partido Social Liberal (PSL) no segundo turno das eleições de 2018. Em 2022, ele foi reeleito, estando filiado ao Progressistas (PP).

UMA GUERRA DE CONQUISTA

Somente no dia 11 de dezembro de 1998 o ministro da Justiça, Renan Calheiros, assinou a Portaria nº 820, que delimitou a Terra Indígena Raposa Serra do Sol a uma área de 1.678.800 hectares. No entanto, novamente em função da pressão exercida por políticos locais, a homologação foi adiada até o ano de 2005. Em uma carta (Carta nº 353/03-CIR) encaminhada ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 11 de junho de 2003, o CIR defendeu a homologação integral da terra indígena. Dentre as razões elencadas, destaca-se: "Evitar impactos negativos provocados pela criação de municípios", tendo em vista que "as sedes dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, no meio das comunidades indígenas, levam forte interferência nas línguas, costumes e tradições dos povos habitantes da área", acrescentando que a não homologação incentivaria a expansão urbana de não indígenas e restringiria a posse e o usufruto dos indígenas.

Poucos anos depois da criação de Uiramutã, em novembro de 2000, o Exército iniciou o processo de construção de um quartel no município. O objetivo era instalar ali o 6º Pelotão Especial de Fronteira, seguindo as diretrizes do PCN. A despeito do posicionamento contrário dos povos indígenas, que denunciaram em diferentes instâncias os abusos perpetrados pelos militares, o quartel foi inaugurado em maio de 2002, sem que a obra tivesse sido concluída. A base militar está situada na parte sul de Uiramutã, a cerca de 100 metros da comunidade mais próxima.

E a guerra continua em outras frentes de batalha. Desde 2009, durante o julgamento da Raposa Serra do Sol no STF, o argumento do "marco temporal", à época adotado pela Advocacia-Geral da União (AGU), passou a frequentar as bocas de magistrados e parlamentares. De acordo com essa tese jurídica, os povos indígenas teriam direito de ocupar apenas as terras que ocupavam (ou disputavam) antes de 5 de outubro de 1988, isto é, antes da promulgação da Constituição Federal. Em setembro de 2023, o STF julgou o caso dos Xokleng, considerando o marco temporal inconstitucional. Apesar disso, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/2023, introduzindo a tese do marco temporal no ordenamento jurídico brasileiro. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2025), que tem questionado a legislação no STF, trata-se da "Lei do Genocídio Indígena", uma vez que tem criado obstáculos para a demarcação das terras indígenas, além de fomentar invasões e uma situação de insegurança para os povos indígenas em todo o país.

De fato, o "tempo" do Estado – e do mundo jurídico – parece avizinhar-se do "Anjo da História" de Benjamin. Ao olhar para o passado, o anjo vê a catástrofe, a destruição e as ruínas. Do paraíso, surge uma tempestade – o "progresso" – que o impele para o futuro, "para o qual ele tem as costas voltadas, enquanto diante dele as ruínas se acumulam até o céu" (Benjamin, 1994, p. 226). Essa visão crítica sobre o progresso, contribui para que pensemos sobre as violências

perpetradas historicamente contra os povos indígenas, frequentemente capitaneadas pelo Estado por meio de seus agentes e instituições.

Ainda em relação ao município de Uiramutã, se levarmos em conta somente o conteúdo das atas, podemos inferir que, durante as reuniões, não houve debates, discussões, dissonâncias, trocas de farpas ou coisa que o valha. Ora, enquanto constructo ideológico, o Estado tenta ocultar processos históricos, relações de dominação e conflitos que, se viessem à tona, "seriam incompatíveis com a proclamada autonomia e ingerência do Estado" (Abrams, 2006, p. 95, tradução nossa). Todavia, ao mapear os atores, as instituições e as relações de força que estavam em jogo durante a criação do município observamos como o *Estado* foi fabricado localmente como unidade "no idioma social do conflito e não na sua supressão" (Teixeira; Lobo, 2018, p. 266).

De acordo com Mitchell (1999), o Estado surge a partir de técnicas que possibilitam que determinadas práticas materiais apareçam como formas abstratas e imateriais. A dimensão ideológica do Estado não está relacionada a uma mera crença subjetiva, mas a uma representação que é reproduzida e explicitada em formas cotidianas visíveis, a exemplo da linguagem, das práticas jurídicas, do estilo arquitetônico de edifícios públicos, dos uniformes ou da maneira pela qual as fronteiras são delimitadas e vigiadas. Trata-se, assim, de um fenômeno empírico.

Nos parágrafos anteriores, percebemos como as alianças entre diferentes atores foram fundamentais para que o município fosse criado; o que não significa que eles tenham necessariamente agido contra a lei, isto é, contra as competências que lhes são atribuídas pela lei. Parece ter havido uma confluência de interesses e um compartilhamento dos significados que foram projetados sobre aquele espaço. Nesse sentido, é notável o uso de diferentes categorias para designar Uiramutã ao longo do tempo. A palavra *maloca* refere-se às casas indígenas ou espaços destinados a reuniões e rituais. Nos relatórios e mapas da Funai, assim como nos mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porém, a palavra parece assumir o sentido de *aldeia*[21], como era utilizada outrora, ou de *comunidade.* Por outro lado, aqueles que protagonizaram a criação do município e integraram as comissões adotaram estrategicamente a categoria *vila.*[22]

Não por acaso, as comissões remontam à "comissão real", que era um conjunto de pessoas escolhidas pelo rei para desempenhar uma missão socialmente reconhecida a respeito de um problema geralmente considerado relevante. As comissões são "encenações, operações que consistem em encenar um conjunto de pessoas destinadas a desempenhar uma espécie de drama público, o drama da reflexão sobre os problemas públicos" e, mais do que isso, são cerimônias que agem fazendo-se reconhecer como legítimas (Bourdieu, 2017, p. 56).

21 Esta categoria está historicamente ligada aos aldeamentos jesuíticos.

22 No período colonial, a vila era uma unidade administrativa maior que uma aldeia e menor do que uma cidade. Assim, as povoações podiam ser elevadas a vilas e estas à categoria de cidade, a depender do aumento demográfico e da infraestrutura.

As atas de criação do município podem ser lidas, desse modo, como registros de um ritual político através do qual o poder foi encenado, as posições sociais foram delimitadas e as desigualdades, (re)produzidas (Geertz, 1991). Durante as reuniões do processo de emancipação, vimos a dramatização e a exibição de relações de força através das quais atores, grupos e instituições lutavam pelo "poder simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os 'poderes políticos' (as administrações do Estado)" (Bourdieu, 2015, p. 179).

A fixação daquele ente federativo dentro de um território indígena, isto é, a expansão do Estado sobre um espaço geográfico, evidencia que estamos diante de uma forma reelaborada de guerra de conquista com a finalidade de conquistar terras e populações (Souza lima, 1990; 1995). Do mesmo modo, evidencia uma *situação colonial* (Balandier, 2014), na qual o princípio "dividir para conquistar" é seguido à risca mediante a imposição de divisões étnicas, culturais, religiosas etc. Não à toa, um dos objetivos estratégicos da criação do município de Uiramutã era fazer frente à reivindicação da demarcação contínua da Raposa Serra do Sol, que se opunha às demarcações fragmentadas, promovidas por políticos locais como "demarcação em ilhas" que abrem as terras indígenas às invasões, ocupações ilegais e pilhagens.

Sob essa perspectiva, defendo que o colonialismo ainda produz efeitos de poder (Tardelli, 2023). Não se trata, contudo, de uma continuidade, mas de uma repetição com diferença, isto é, uma regeneração das hierarquias e assimetrias a partir de outros meios. A meu ver, o colonialismo é uma estrutura ou campo de poder, no sentido proposto por Bourdieu (2015), que se mantém através da reprodução de relações de força objetivas que são estruturadas pelas visões de mundo daqueles que estão enredados nessas relações. Seguindo Balandier (2014), penso que o colonialismo não está alicerçado apenas em atos estatais, mas em práticas cotidianas não codificadas e espraiadas por inúmeros domínios sociais. O *poder colonial* – ou o exercício colonial do poder – atualiza essa estrutura. Mas, embora diferentes formas de poder possam coexistir e se complementar (Foucault, 1995; Souza Lima, 1995), isso também se aplica às diferentes possibilidades de resistência.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil, ed. **The anthropology of the state**: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.
2. AMARAL, Virgínia. Entre a distração e o esquecimento: a colonização da fronteira Brasil-Guiana segundo leituras históricas e míticas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1-34, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/LksT8bmzSMFxLx3rcc4j7jL/. Acesso em: 16 jul. 2025.

3. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Apib exige suspensão da Lei 14.701 em última sessão da Câmara de Conciliação do STF. **APIB**, Brasília, DF, 23 jun. 2025. Disponível em: https://apiboficial.org/2025/06/23/apib-exige-suspensao-da-lei-14-701-em-ultima-sessao-da-camara-de-conciliacao-do-stf/. Acesso em: 16 jul. 2025.

4. BAINES, Stephen Grant. **Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana**. Brasília, DF: DAN/UnB, 2003. (Série Antropológica, v. 338).

5. BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 33-58, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89147. Acesso em: 13 jul. 2024.

6. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.

7. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

8. BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008. p. 91-135.

9. BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 163-207.

10. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

11. CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. Índios e brancos em Roraima. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1990. (Coleção histórico-antropológica, n. 2).

12. COMISSÃO Discutirá Consequências da demarcação de Raposa Serra do Sol. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 23 ago. 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/216575-comissao-discutira-consequencias-da-demarcacao-de-raposa-serra-do-sol/. Acesso em: 13 jul. 2024.

13. DEPUTADOS De Roraima voltam a criticar demarcação contínua. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 21 maio 2008. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/118087-deputados-de-roraima-voltam-a-criticar-demarcacao-continua/. Acesso em: 13 out. 2024.

14. ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. *In*: ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios, 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 197-233.

15. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

16. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: possibilidades analíticas e desafios metodológicos. *In*:

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 5-16.

17. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
18. GEERTZ, Clifford. **Negara**: o estado teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991.
19. GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 227-267.
20. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
21. MINISTÉRIO público de RR ajuíza ação de improbidade contra servidores. **G1**, Roraima, 7 out. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/10/ministerio-publico-de-rr-ajuiza-acao-de-improbidade-contra-servidores.html. Acesso em: 31 jul. 2024.
22. MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. *In*: STEINMETZ, George (ed.). **State/Culture**: State Formation After the Cultural Turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.
23. NERY, André Luís. Berinho Bantim (PSDB-RR). **G1**, São Paulo, 1 fev. 2011. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/berinho-bantim-psdb-rr.html. Acesso em: 13 jul. 2024.
24. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 12, p. 13-21, abr. 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n12p13. Acesso em: 13 jul. 2024.
25. OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
26. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. **Antropologia e Indigenismo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-22, 1990.
27. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100005. Acesso em: 13 jul. 2025.
28. PEREIRA, Jullie. Sem proteção dos governos federal e estadual, lideranças indígenas organizam guarda contra invasão de 4 mil garimpeiros na TI Raposa Serra do Sol. **InfoAmazonia**, 7 jul. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/07/07/raposa-serra-do-sol-resiste-a-invasao-de-4-mil-garimpeiros-enquanto-governo-de-roraima-aprova-lei-pro-garimpo/. Acesso em: 15 jul. 2025.
29. SANTILLI, Paulo. **Pemongon patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

30. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Indigenismo e geopolítica: projetos militares para os índios no Brasil. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **Projeto Calha Norte**: militares, índios e fronteiras. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI-Museu Nacional, 1990. p. 60-86.

31. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

32. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 21, n. 2, p. 425-457, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/Hq63jTNN9yHhPTQ4PjXjBdw/. Acesso em: 13 July 2024.

33. SPRITZER, Jean; HIPPOLITO, Regina. Romero Jucá Filho. Verbete. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/romero-juca-filho. Acesso em: 23 ago. 2022.

34. TARDELLI, Gabriel. **Entre o poder colonial e a razão humanitária**: sobre os modos de gestão da população Warao. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023.

35. TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1998.

36. TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa de Souza. Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição *in between*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 235-277, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/sVJ6GgBVPgpkvN9ZxsFFPCP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2022.

37. TEIXEIRA, Carla Costa; TARDELLI, Gabriel Calil Maia. Contra "ideologias nefastas": moralidades e cidadania à brasileira na cerimônia de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 25, p. 1-48, 2022. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/71196. Acesso em: 23 ago. 2022.

38. TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17 n. 48, p. 61-89, fev., 2002.

39. VELOSO, Verônica; GOMES, Vitor. Ottomar de Sousa Pinto. Verbete. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otomar-de-sousa-pinto. Acesso em: 18 jul. 2022.

Gabriel Tardelli
Professor substituto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorando e Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7252-0123. E-mail: gabrielcmtardelli@gmail.com

An enclave in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land: the invention of the municipality of Uiramutã and the update of colonialism

Um enclave na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: a invenção do município de Uiramutã e a atualização do colonialismo

Gabriel Tardelli
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

ABSTRACT

The emergence of a federative entity can appear in a fetishized way, depending on the ability of the actors involved to hide the conflicts that occurred during that process. This is what happened during the creation of the municipality of Uiramutã, in the state of Roraima, which sought not only to erase the disputes surrounding the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, but also to make the indigenous peoples of the region invisible. By reading the minutes of the commissions setting up the municipality, as well as documents produced by the National Foundation for Indigenous Peoples, the Indigenous Council of Roraima and other indigenous organizations, this article describes and analyses the tactics and strategies adopted by political and economic elites to occupy and liberate indigenous lands for economic exploitation. I intend to demonstrate how the state is 'made' empirically and locally through the creation of bureaucratic structures, fostering exclusions and asymmetrical relations. We will thus see that the war of conquest continues to be reworked through the exercise of power over indigenous peoples and territories. In my view, colonialism should not be understood as a reminiscence of a distant past, but as a field of power that still structures inequalities.

Keywords: Indigenous Peoples, Tutelary Power, Uiramutã, Raposa Serra do Sol Indigenous Land.

Received on July 17, 2024.
Reviewer A: August 21, 2024.
Reviewer B: September 2, 2024.
Accepted on October 28, 2024.

CC BY

RESUMO

O surgimento de um ente federativo pode acontecer de maneira mais ou menos fetichizada, a depender da capacidade dos atores em jogo de ocultarem os conflitos que ocorreram no decorrer daquele processo. Foi isso que aconteceu durante a criação do município de Uiramutã, no estado de Roraima, que pretendeu apagar não somente as disputas em torno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, como também tentou invisibilizar os povos indígenas da região. Por meio da leitura das atas das comissões de criação do município, bem como de documentos produzidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, pelo Conselho Indígena de Roraima e por outras organizações indigenistas, este artigo descreve e analisa as táticas e estratégias adotadas pelas elites políticas e econômicas para ocupar e liberar terras indígenas para a exploração econômica. Pretendo demonstrar, assim, como o Estado é "feito" empírica e localmente, através da criação de estruturas burocráticas, fomentando exclusões e relações assimétricas. Veremos, assim, que a guerra de conquista continua sendo reelaborada através do exercício de poder que recai sobre povos e territórios indígenas. A meu ver, o colonialismo não dever ser compreendimento como uma reminiscência de um passado longínquo, mas enquanto um campo de poder que ainda estrutura desigualdades.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Poder Tutelar, Uiramutã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

MAKING THE STATE

The Kapon (Akawaio, Ingarikó and Patamona) and Pemon (Arekuna, Kamarakoto, Makuxi and Taurepan) indigenous peoples – speakers of homonymous languages from the Karib family – live in a region where the Brazil-Guiana-Venezuela triple border currently lies. Since the first invasions by Europeans, the mineral-rich region has been the target of numerous disputes. In 1777, for example, the Portuguese built the São Joaquim Fort on the Branco River, as well as indigenous settlements, to protect their Amazonian domain from the onslaught of the Dutch (Amaral, 2022; Farage, 1991).

But it seems that the *colonial situation* (Balandier, 2014) in that region has not been lost in the pages of history, as it continues to produce effects at the same time, albeit in different ways. Let's look at an emblematic event: the creation of the municipality of Uiramutã in 1995, within the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, in the northeast of Roraima, a state with a population of 97,320 indigenous peoples.[1] Although the "urban nucleus" of the municipality

1 According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the 2022 Census showed that Roraima

was legally excluded from that area when the Raposa Serra do Sol Indigenous Land was ratified in 2005, the fact is that sociocultural boundaries seem less rigid than the legal norms might suggest. Thus, the conflicts that arose before, during, and after the creation of the municipality of Uiramutã – involving indigenous peoples, ranchers, miners, and different actors and state spheres – did not cease despite attempts at "pacification" emanating from the "State".

In this article, I describe and analyze the process of creating the municipality of Uiramutã, focusing on the representations and power practices at play. The focus here is on the tactics and strategies adopted by political and economic elites to influence indigenous territories. However, this should not lead the reader to think that indigenous peoples remained apathetic, waiting for invaders. On the contrary, as we will see through the actions of the Council of Roraima (CIR)[2], there was resistance. My goal is to shed light on the processes through which a *state* is constructed locally by creating a municipality (an enclave) within indigenous territory. The "state" here should not be understood as something definitive, but as an ideological construct capable of legitimizing and making tolerable what may be considered unbearable or intolerable (Abrams, 2006).

I share the argument put forth by Santilli (2001) and the CIR that the municipality of Uiramutã was established in that region as a strategy to neutralize and fragment mobilizations for the demarcation of the Raposa Serra do Sol. The disputes surrounding that space make it clear that, in contemporary Brazil, the "land dimension of the state's intervention over indigenous peoples is still in full operation, in continuity with a long-term colonial history" (Souza Lima, 2015, p. 429, my translation).

Although I conducted fieldwork in the Raposa Serra do Sol at different times between 2015 and 2021, the data presented here was constructed through the analysis of written documents, especially the minutes of the commissions that created the municipality, legislation, and petitions, as well as reports and communications from the CIR and National Foundation of Indigenous Peoples (Funai), available in the virtual archive of the Socio-Environmental Institute (ISA)[3]. These documents were read both as ethnographic artifacts, exploring the multiple analytical possibilities of documentary ethnography (Ferreira; Lowenkron, 2020), and as artifacts that distinguish modern organizations (Teixeira; Lobo, 2018).

To reconstruct a long-term historical process and highlight certain recurrences, I will articulate the synchronic and diachronic dimensions, guided by Elias's (2006) notion of *social*

---

is the Brazilian state with the highest proportion of indigenous peoples in relation to its total population. Available at: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Accessed on: July 16, 2025.

2 An indigenous organization that operates in 35 indigenous lands in Roraima, in 465 communities, belonging to the Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana and Pirititi ethnic groups.

3 Available at: https://acervo.socioambiental.org/index.php/. Accessed on: Oct. 13, 2024

process, which allows us to understand "long-term, unplanned trends that are nonetheless structured and directed in the development of societal structures and structures of personality" (Elias, 2006, p. 197, my translation). This idea of development should not be confused with an evolutionary approach; it is an analytical tool that allows us to demystify supposed "social totalities".

In addition to observing how the state is forged locally, I intend to demonstrate how colonialism is updated contemporaneously, i.e. not as a mere cultural or economic reminiscence, but as a structure that still produces inequalities (Tardelli, 2023). Thus, the creation of that municipality is both an example of how the state is made and how certain forms of power act locally, controlling populations and freeing up spaces for economic exploitation.

NOTES ON A LONG-DURATION PROCESS

Created in 1910 during the government of Nilo Peçanha (1867-1924), the Indigenous Protection and National Worker Location Service (SPILTN)[4] was designed to discover, expand, and demarcate territories, "civilizing" those on the margins of the nation, that is, integrating indigenous peoples into a system of state and productive control. With military engineers in its ranks (the "soldier-citizens"), the republican indigenist policy adopted the category of *pacification* to refer to the protection afforded by the state to indigenous peoples, which was to occur without the use of violence. As the indigenous populations were "pacified" and settled in small territorial portions, their lands were released for private appropriation and economic exploitation (Pacheco de Oliveira, 2014; Souza Lima, 1995).

Thus, the creation of a state agency enabled the state to exercise what Souza Lima (1995) termed *tutelary power* over geographical, social, and symbolic spaces. This modality of power acts on territories and populations classified as *indigenous*, aiming for territorial and political integration. Forged from a military matrix typical of a conquest war, *tutelary power* can mediate without taking sides, arbitrate in a way that contributes to the maintenance of conflict, or intentionally produce dissent through a Roman principle: *divide et impera.*

During the Estado Novo (1937-1946), the occupation of "empty" spaces and the construction of a national identity were parts of the same process through which figures, values, ideas, practices, and colonial traditions resurfaced. With the so-called "March to the West," Getúlio Vargas and the ideologues who contributed to the Estado Novo project aimed not only to create a new man – *the Brazilian worker* – but also to transform the ideology of territorial

4 In 1918, it came to be known simply as the Indigenous Protection Service (SPI). The agency was dissolved in 1967, the same year the National Indigenous Foundation (Funai) was created.

expansion into a state ideology (Souza Lima, 1995; Oliveira, 2008).

Through the classification systems inscribed in the legal world, bureaucracy, educational institutions, military corporations, and social rites, "the state shapes mental structures and imposes common principles of vision and division, forms of thought" that contribute "to the construction of what we commonly designate as national identity – or, in more traditional terms, national character" (Bourdieu, 2008, p. 105, my translation). In this sense, the Vargas project valued the figure of the "pacified indigenous" as a fundamental piece in defending the country's borders. In other words, the integration of indigenous peoples into national society was perceived and defended as necessary for Brazil's economic development (Oliveira, 2003).

The Brazilian government's interest in national integration was related, among other factors, to the growing clandestine exploitation of the Amazon by foreigners. Supported by the propagandistic discourse of "National Security," new Federal Territories were created–whose land ownership belonged to the Union – to ensure the settlement and colonization of supposedly "uninhabited" areas (Oliveira, 2003). In 1943, President Getúlio Vargas signed Decree-Law No. 5,812, creating the territories of Amapá, Rio Branco, Guaporé (Rondônia), Iguaçu, and Ponta Porã – the last two were extinguished by the 1946 Constitution. Until that moment, Boa Vista do Rio Branco was a municipality of Amazonas. The name "Rio Branco" comes from the watercourse that bathes the city of Boa Vista. However, due to the toponymic coincidence between this territory and the capital of Acre, on September 13, 1962, its name was changed to Roraima, named after the most prominent mountain in the region, located on the border between Brazil, Venezuela, and Guyana (Oliveira, 2003).

Subsequently, through large development-oriented projects, the military regime (1964-1985) encouraged the opening of colonization fronts towards the Amazon, provoking a mass displacement to that region. For this, it was necessary to construct federal highways capable of linking the Amazon to the rest of the country (such as Belém-Brasília and Cuiabá-Porto Velho), as well as creating financial and fiscal support bodies for governmental policy, such as the Superintendency for the Development of the Amazon (SUDAM) and the Superintendency of the Manaus Free Trade Zone (SUFRAMA). In 1970, the National Integration Plan was implemented, aimed at promoting the economic growth of that region through the allocation of financial resources and the encouragement of migration from other regions of the country. During the same period, the BR-174 highway[5] was constructed, connecting Boa Vista and the Territory of Roraima to the rest of Brazil. From then on, there was an increase in non-indigenous population and an intensification of economic activities in the region (Baines, 2003). The process of agricultural frontier expansion intensified in the 1980s, a period during which migratory flows were encouraged by Roraiman political groups (Barbosa, 1993).

5 Known as 'Manaus–Boa Vista,' BR-174 connects the states of Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, and Roraima to Venezuela.

During the "redemocratization," the military continued to be present in the government of José Sarney (1985-1990). In 1985, the Calha Norte Project (PCN) was conceived, which established military bases along Brazil's northern border and fostered migratory flows towards the Amazon through the expansion of the road network and colonization in border regions (Barbosa, 1993). The establishment of infrastructure on Brazil's northern border by the PCN was justified as a means of protecting the border, reinforcing national sovereignty, and preventing the advance of drug trafficking and guerrillas from neighboring countries. However, there were less explicit motives: fostering economic development through mining projects in the Guiana Massif, rich in cassiterite, diamonds, gold, among other minerals (Baines, 2003).

In a context of militarization of Funai and indigenist policy in Brazil, the PCN intensified intervention in indigenous areas situated along the border, contributing to the stagnation of land regularization for these territories (Pacheco de Oliveira, 1990; Souza Lima, 1990). For those responsible for the formulation and execution of these projects, indigenous claims should be reduced to national interests and objectives. Since the areas they claimed were often rich in minerals, the fate of indigenous peoples was – and still is – one of the military's concerns, primarily from an integrationist perspective. Symptomatically, "the same power that prevents the *tutelados* of the Brazilian state from legalizing their lands alienates them to mineral speculation" (Souza Lima, 1990, p. 61, my translation).

With the promulgation of the 1988 Constitution, Roraima – like Amapá – was elevated to state status, and a new "federative pact" was established in Brazil. The constituents redefined the political competence of federative entities, expanding the scope of action for states and municipalities and granting greater "political autonomy" to the latter. From this new institutional framework, there was a "fragmentation of Brazilian municipalities": between 1988 and 2000, 1,438 new municipalities were created, the majority of which directly depended on federal resource transfers for their operation (Tomio, 2002). In Roraima, out of a total of 15 municipalities, eight were created between 1890 and 1982, and seven between 1994 and 1997[6].

Although mining activities had been present in northeastern Roraima since the early decades of the 20th century, from the 1980s, this activity spurred population growth in Roraima. During the same period, the Yanomami territory, located in the upper Mucajaí River, began to be massively invaded by miners. As the mining activity stimulated the demand for numerous consumer goods, the local economy began to open opportunities for migrants from different parts of the country, leading to an increase in trade surrounding gold and diamonds, and at the same time, an increase in the number of small farmers. This process was encouraged by then-

6 Municipalities of Roraima and their dates of foundation: Boa Vista (July 9, 1890); Caracaraí (May 28, 1955); Alto Alegre (July 1, 1982); Bonfim (July 1, 1982); Normandia (July 1, 1982); Mucajaí (July 1, 1982); São João da Baliza (July 1, 1982); São Luís (July 1, 1982); Iracema (November 4, 1994); Amajari (October 17, 1995); Cantá (October 17, 1995); Pacaraima (October 17, 1995); Rorainópolis (October 17, 1995); Uiramutã (October 17, 1995); Caroebe (1997).

governor Romero Jucá Filho[7].

The result for the Yanomami was alarming: proliferation of diseases, violence, pollution of the water network, unviability of hunting, deforestation, and over a thousand deaths. This calamitous situation resonated internationally, thanks in large part to the political actions of Davi Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2015). In response, the federal government developed a plan to remove around 40,000 miners from the region. Romero Jucá opposed the measure, claiming he had not been consulted and that the "livelihood of the displaced and their families" had not been considered. He even suggested a policy for regulating mining activities, which would involve the establishment of a Caixa Econômica Federal agency nearby to prevent smuggling (Spritzer; Hippolito, 2022).

As the first election for governor of the new state approached – taking place in October 1990 – he stepped down to become a candidate for the Social Democratic Party (PDS). However, he lost the election to military candidate Ottomar de Souza Pinto (Veloso; Gomes, 2022), who ran for the Brazilian Labor Party (PTB) and governed Roraima from 1991 to 1994, during which the process of creating the municipality of Uiramutã was underway. Ottomar was a friend of Interior Minister Mário Andreazza. In 1979, the same year he was promoted to brigadier and entered retirement, General João Batista Figueiredo, who governed Brazil from 1979 to 1985, appointed him governor of the territory of Roraima. During his administration, he implemented projects focused on agriculture, such as building roads, establishing a meatpacking plant in Boa Vista, two feed factories, seed and milk processing plants, and a fish processing center, in addition to promoting the planting of coffee, cocoa, guarana, rubber trees, oilseeds, and citrus fruits.

According to a document from the Roraima Diocese Information Center titled *Índios e brancos em Roraima* (1990), the Roraima government's interest in indigenous peoples can be traced back to 1979. Until then, they were merely considered an impediment to the development of the territory, as made explicit in the words of Governor Ramos Pereira (1975-1979): "It will not be a handful of indigenous tribes that will prevent the progress of Roraima" (Ramos, s.d. *apud* Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990, p. 14, my translation).

The management of indigenous peoples and territories changed with the arrival of Ottomar Pinto. Strategically, he controlled Funai and its actions towards indigenous peoples while also acting directly within communities. In the former case, he delayed demarcations and mediated between the indigenist agency and the landowners with whom he maintained political alliances. In the latter case, he intervened in communities, with Funai's approval, constructing an image as a "defender" of indigenous peoples. For example, he implemented a financial

7 In September 1988, Sarney appointed him governor of the Territory of Roraima. At the end of the year, following the promulgation of the new Federal Constitution, his name was approved by the Senate's Committee on Constitution and Justice as governor of the newly created state of Roraima.

aid program for communities aimed at increasing local agricultural production by providing tractors and drivers or financing for the purchase of seeds, fertilizers, tools, etc. If the project failed, debts were forgiven. Additionally, alongside his wife, he began visiting the *malocas*[8] periodically, especially during Christmas and Easter, occasions on which he distributed gifts to the indigenous peoples.

Under pressure from local politicians, the government created six new municipalities in 1982, three of which were in indigenous territories. The new mayors argued that since these territories were within their respective municipalities, they did not constitute a separate or culturally distinct area. Although Funai prohibited campaign rallies in the communities, these areas became part of the election campaign routes, which involved gifts and threats. As a result of these actions that lasted for three years, Ottomar Pinto managed to have 30% of the region's indigenous peoples registered as voters and supported him in his campaign for governor of the newly created state.

Furthermore, Ottomar Pinto encouraged the migration of Brazilians from other states to Roraima, promoting the settlement of 10,000 families and the creation of nine neighborhoods in Boa Vista. These measures were highlighted during his electoral campaign for the governorship of the newly created state in 1990. As a candidate, he even stated his intention to settle 50,000 families in Roraima. Officially, the Roraima Government Colonization Department managed to allocate 1,953 families to existing and newly established agricultural colonies (31.4% in 1991 and 68.6% in 1992). However, "the greatest beneficiaries of this model are the medium/large, capitalized farmers, who initiate a process of land concentration officially recorded in the colonies" (Barbosa, 1993, p. 191, my translation). The government continued to implement land distribution programs. According to the then-governor: "Roraima has a lot of land: Brazil is full of landless men, while here there is plenty of land without men" (Barbosa, 1993, p. 193, my translation).

NEW CONFIGURATIONS, OLD DISPUTES

Inhabited by the Macuxi, Wapichana, Sapará, Ingarikó, Patamona, and Taurepang ethnic groups, the Indigenous Land of Raposa Serra do Sol is in the northeastern state of Roraima. Its name is derived from two large villages in the region: the *Maikan* community ("fox"), predominantly inhabited by the Macuxi people, and the *A'nayen* community ("sun mountain"), which is predominantly made up of Ingarikó. Administratively, the land is organized into four

8 Depending on the context, the term "maloca" is used to refer to indigenous villages as well as family dwellings and community spaces for social gatherings, political meetings, and religious rituals.

regions: Raposa, Baixo Cotingo, Surumu, and Serras, the latter being shared by all the peoples.

Before the establishment of the municipality of Uiramutã, the first two regions, along with Serras, were part of the municipality of Normandia, while Surumu was linked to the municipality of Pacaraima. The municipality of Uiramutã was created in 1995 and installed in January 1997 in a location that housed a homonymous indigenous community situated in the Serras region, near the Maú River (or Ireng), which forms the western border of Brazil with Guyana. The locality is 315 kilometers from Boa Vista. From the capital to the town, one initially travels 160 kilometers along BR-174 North; the rest of the journey is made on a dirt road. For those traveling on the highway towards the municipality of Pacaraima, the entrance to the locality is on the right.

Spatially, Uiramutã is divided into two areas: the "old center" (also referred to as the "village," "municipal seat," or "urban nucleus") and the "current center". The "old center" corresponds to the area where the inhabitants of the *maloca* lived when the first invasion occurred, and where many indigenous peoples still reside. It is a strip of land bounded in the west-east direction by two igarapés, which separate the two areas. The area is 400 meters wide, in the north-south direction, and approximately 1100 meters long, in the east-west direction. The "current center" is situated to the north and south of the "old center". The area was managed by the *tuxaua*[9] Orlando Pereira, son of tuxaua José Massaranduba.

The "urban nucleus" also includes the Village of Mutum, the Village of Socó, and Água Fria, small villages that, in the past, like Uiramutã, served as support bases for illegal mining in Raposa Serra do Sol. The largest of the villages in terms of population is Mutum, located on the eastern side, on the right bank of the Maú River. The Village of Socó, in turn, is in the central part, next to a homonymous maloca, in an area where Severino Mineiro, an old invader married to a Wapichana and the great-grandfather of former Uiramutã mayor Florani Mota, once lived. Finally, on the western side, is Água Fria, near the Ingarikó villages, located in a mountainous region.

The first invasions of Uiramutã date back to the late 1950s when miners settled in the center of the maloca, next to the house of the former tuxaua José Massaranduba. Between fluctuations, in the second half of the 1980s, invaders reoccupied the mountainous mining region along the Cotingo, Kinô, and Maú rivers. To assist the miners and facilitate "integration," the Roraima government even opened a road in the region. Gradually, the locality transformed into a *corrutela* (a distortion of "corruptela"), a regional category used to designate support places

9 Each community belonging to the TIRSS has autonomy and recognizes the *tuxaua* as its main leader. In addition to mediating internal conflicts and representing the residents of their respective community externally, families turn to him to solve numerous problems. Furthermore, it is also the tuxaua's responsibility to impose sanctions on those who disrespect local rules. The introduction of the figure of the "tuxaua," as well as the meetings among them, was encouraged by the Consolata priests starting in 1968. This occurred during religious instruction courses, usually at the Surumu mission, where a boarding school operated (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990).

for miners (Santilli, 2001). With the new invasions, indigenous houses began to coexist side by side with bars and brothels. Additionally, malaria, respiratory and venereal diseases, as well as physical assaults and deaths, became constant in the lives of those people.

To understand how these disputes and tensions are recurrent in that space, I will describe a social situation that I consider quite significant. Since *social situations* are events that maintain relationships with other social situations within a social system (Gluckman, 2010), through the analysis of successive events, we may visualize the configurations that mark the conflicting relationships in Raposa Serra do Sol, and notably in Uiramutã.

Ten years before the creation of the municipality, Funai prepared a Report about the Uiramutã *maloca* and the Indigenous area of Raposa Serra do Sol. In compliance with Service Communication No. 189/P, dated May 15, 1985, employees Roger Martins Gonçalves and Maria Guiomar de Melo traveled from Boa Vista to Uiramutã to investigate a complaint made by a soldier from the local Military Police (PM). According to him, indigenous peoples of the Macuxi ethnicity had closed a road linking Uiramutã to Orinduque[10].

On their way, the employees stopped in Maturuca to gather information about the situation from tuxaua Jacir José de Souza, then one of the indigenous counselors and general tuxaua of the Serras region. He reported that the conflict began when indigenous peoples from 25 communities built a fence to protect a location where a field would be cultivated, and whose harvest would supply indigenous peoples working in mining for the "cantina comunitária".[11] As a small pasture belonging to a settler – married to a Wapichana woman – was within the fenced area, "as always, the farmers took the opportunity to ignite the land issue".

When they arrived at the police station, the employees observed that the place was crowded with farmers from Raposa Serra do Sol, even though most of them had no direct connection to the dispute. They had been summoned by the police officer "to take action regarding the fence of the indigenous" and to pressure the settler not to reach any kind of agreement with Funai. The employees of the indigenous affairs agency then requested that these individuals leave, so they could initiate negotiations between the parties.

The area sought by the settler, a certain Mr. Degas, who owned 28 heads of cattle, would correspond to 500 square meters, extending beyond the indigenous fence. However, the indigenous peoples refused to cede any land beyond the fence. The settler proposed, in the

10 The Indigenous Community of Orinduque is made up of Patamona groups and is in the former Ingarikó Indigenous Area, in the Serras region of the Raposa Serra do Sol Indigenous Territory.

11 A project implemented by the Catholic Church, through the Consolata Mission, aimed to break the ties of dependency between local elites and Indigenous peoples. This was necessary because the labor exploitation of Indigenous peoples by farmers often led to indebtedness, as the farmers frequently owned the stores that sold food and industrial goods to the Indigenous communities. The Church then established a system where Indigenous peoples would buy from "community stores," which would be managed by a tuxaua. The funds for these purchases would come from both individual mining activities and community agricultural endeavors (Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990; Santilli, 2001).

end, to keep the area where the Escondida *maloca* was located. Again, the indigenous peoples did not give in. As no agreement was reached, the Funai employees moved to the area where the fence had been installed and invited tuxaua Jacir to speak privately with the farmer. The negotiation, however, was fruitless; although the tuxaua proposed buying his cattle and offered him an area locally known as "Boca do Uiramutã".

Subsequently, the agents returned to Uiramutã to request that the farmers calm down. They agreed that "the indigenous would not take any measures against the non-indigenous residents of the Uiramutã maloca, and the farmers would not take any repressive measures against the indigenous". The idea was to take the negotiation to Boa Vista, "away from the interference of third parties". Finally, the agents suggested the following measures: that the Federal Police be called, if necessary, "to guarantee the integrity of the indigenous and community-level work," and that the survival of the settler and his family be assured until the Indigenous area of Raposa Serra do Sol was definitively demarcated–which only happened more than a decade later.

According to Santilli (2001), the first attempt to demarcate the territory that partially corresponds to Raposa Serra do Sol dates to 1917, when the state of Amazonas enacted State Law No. 941, dated October 16 of that year, allocating a strip of land between the Cotingo and Surumu rivers for the usufruct of the Macuxi and Jaricuna. In 1919, the SPI proceeded with the demarcation and registration of the area. However, the lands continued to be invaded by settlers. Only in 1977 would new measures be taken. At that time, Funai established an Interministerial Working Group to carry out the identification of the lands. But the ordinance did not define the extent of the area to be demarcated. A new working group was established in 1979, but without conducting anthropological and historiographical studies. The model of demarcation in force at the time was that of "agricultural colonies" (or "islands"), which favored the invasion by farmers. Since Funai had not fulfilled its promises to demarcate all the claimed areas and as conflicts in the Serras region continued unabated, in a general meeting in 1983, the tuxauas presented a proposal for unified demarcation, supported by the Macuxi, Taurepang, Ingarikó, and Wapichana of the northern area. However, as reported in a CIR report from 2003, the demarcation had been "ostensibly opposed by the government and parliamentarians of Roraima who used everything from legal resources to the co-optation of indigenous leaders to prevent the conclusion of the demarcation process in a continuous area".

In 1984, yet another working group was created, but the results were also inconclusive. Funai decided to re-examine the case of Raposa Serra do Sol in 1991. During the years 1992 and 1993, studies were finally completed, meeting the requirements for the administrative recognition of indigenous lands. The identification process was concluded in May 1993 and, following bureaucratic procedures, forwarded to the Ministry of Justice. The opposing reactions were swift (Santilli, 2001). Between 1994 and 1995, the government of Roraima attempted to build the "Tamanduá dam" (or Cotingo hydroelectric plant) on the Cotingo River, whose cultural and environmental impacts would be disastrous. However, an indigenous mobilization at the

national and international levels was able to prevent this project. The same did not happen with the creation of the municipality of Uiramutã. According to CIR, it was yet another "political maneuver by the local government".

SCENES FROM A STATE DRAMA

The process of creating the municipality of Uiramutã, which will be described in this section, is directly linked to the conflicts mentioned above. By observing the different moments, events, actors, uses, appropriations, and meanings attributed to that space, we notice certain recurring themes over time and how the State is locally produced. Analyzing the discourses will help us understand the groups involved, their interests, and practices. We will deal here with *speech acts* of a ritual; that is, in the convergence between what is *said* and what is *done*, the intentions contained in the words can transform into concrete action (Teixeira, 1998; Teixeira; Tardelli, 2022).

On March 3, 1992, there was a meeting in Uiramutã to establish the Special Commission for the Creation of the Municipality of Uiramutã[12], as provided by state legislation. Present at the meeting were then-councilman Venceslau Braz de Freitas Barbosa ("representative of the Village of Uiramutã") – who would become the first mayor of the new municipality – merchant Arthur Nabuco de Araújo ("representative of the Village of Socó") and rancher Wilson Alvez Bezerra ("representative of the Village of Uiramutã"). The table also included state deputies Antônio Evangelista Sobrinho – known as Antonio "Pampinha" – and Herbson Jairo Ribeiro Bantin – known as "Berinho" Bantim – affiliated with the PTB and the Liberal Front Party (PFL), respectively. The secretariat was under the responsibility of José Eduardo de Freitas Barbosa – who is likely related to the one who opened the session and coordinated the work: Venceslau Braz de Freitas Barbosa.

Locally known as "Braz," Venceslau was affiliated with the Progressive Party (PP) from 2011 to 2013; the Humanist Party of Solidarity (PHS) from 2013 to 2015; the Brazilian Labor Renewal Party (PRTB) from 2015 to 2016; the Democratic Labor Party (PDT) from 2016 to 2018; and, at the time of the research, he was with Solidarity. As published in the Diary of the Legislative Assembly of Roraima on February 21, 2018, he was appointed at the beginning of that year to a commissioned position as Legislative Parliamentary Advisor.

In 2011, the Public Ministry of the State of Roraima (MPRR) filed a civil action against former director of the Institute of Lands of Roraima (Iteraima), Washington Pará, and two

12 Minutes of the meeting regarding the General Assembly for the establishment of the Special Commission for the creation of the municipality of Uiramutã, dated March 3, 1992.

other agency employees for administrative impropriety. This was because Washington Pará had issued a land title favoring Venceslau Braz, owner of Fazenda Topázio, which had an area of 1,529 hectares and was in the Gleba Cauamé, municipality of Alto Alegre. The issue was that the land regularization process had allegedly occurred fraudulently, as the documents presented were said to be false.

According to the lawsuit, the area belonged to Sanival Landes Bueno, who had been cultivating rice and corn on the property since 2007. When he went to follow the land regularization process at the institute, Sanival encountered a titling process for the same area benefiting Venceslau Braz, former mayor of Uiramutã and one of the "desintrusados" (those non-indigenous peoples who had to leave the land after demarcation) of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land. Among the punishments sought by the MPRR were the annulment of the land title issued, the loss of public office held at the time of the judgment, and the suspension of political rights for five years (Ministério […], 2013).

Antonio Evangelista Sobrinho was born in the Ceará city of Campos Sales and arrived in Roraima in 1971. A rice producer, he was reportedly the first to install a grain processing machine, leading to his nickname: "Pampinha". In 1990, affiliated with the PTB, he was elected to the first legislature of the State Legislative Assembly of the newly created state of Roraima, serving from 1991 to 1994. During this period, he was part of the Commission on Administration, Public Services, Transportation, and Works of the Roraima Legislative Assembly.

"Berinho" Bantim was also elected, by the PFL, to the first legislature of the State Legislative Assembly. He served three more terms: from 1995 to 1998, from 1999 to 2002, and from 2003 to 2006. On the last occasion, he was with the Social Liberal Party (PSL). From 2007 to 2011, he was affiliated with the Brazilian Social Democracy Party (PSDB); from 2011 to 2012, with the Social Democratic Party (PSD); from 2012 to 2013, with the Patriota (PATRI); from 2013 to 2014, with Solidarity; and in 2018 he was affiliated with the Party of Free Homeland (PPL). In 2011, the Regional Prosecutor's Office of the Republic of the 1st Region filed a criminal action against the parliamentarian for crimes committed against public administration between 1998 and 2002. According to the accusation, he was involved in the "grasshopper scandal," a scheme to divert resources from the Roraima Department of Roads and Highways and the Secretary of Administration (SEAD): the people hired never provided services to the state (Nery, 2011).

Rancher Wilson Alvez Bezerra, in turn, was reportedly linked to the issues of the ratification of the Raposa Serra do Sol. In August 2011, he attended a public hearing organized by the Commission on Agriculture, Livestock, Supply, and Rural Development of the Chamber of Deputies. The purpose of the debate proposed by deputy Josué Bengtson (PTB-PA) was to discuss allegations published by *Veja* magazine, claiming that four new "slums" had emerged on the outskirts of Boa Vista because of the demarcation of that indigenous land. These "slums" were said to be inhabited by both ranchers who had been expropriated from the indigenous

area by a decision of the Federal Supreme Court (STF) and by indigenous peoples whose income depended on work performed for rice growers, ranchers, and small traders in the region (Comissão […], 2011).

At the 1992 meeting, Venceslau Braz initially stated that the event had "historical importance" and that it could only occur due to the "new institutional framework" of the state of Roraima, which was a result of the promulgation of the state constitution. From that point, a "new relationship between the government and the general population" had begun, allowing the "interior" to reconsider "its situation in relation to the municipalities that govern its economic-social life, not always aligned with the real needs of each village or settlement. From this perspective, "the town of Uiramutã is eligible to become a new municipality in the state because it already has the legal conditions to do so". For Braz, that would be the ideal moment "to think about the future of the mountain region, which, due to various factors, is inhibited in its development, and both populationally and economically fulfills all the requirements to become a municipality with the conditions for political affirmation".

As we will see, the discursive regime of the actors who were at the forefront of the municipality's creation operated on the key of developmentalism, echoing the discourses adopted to colonize the Amazon region at different periods and from different power practices. Thus, binomials such as *progress/backwardness* and *growth/stagnation* frequently appeared in speeches. The novelty may lie in the use of the notions of "affirmation" and "political autonomy", linked to a project of political-administrative decentralization concerning the municipal, state, and federal plans, in a period following the military dictatorship.

In his speech, Venceslau Braz emphasized that he would take on responsibilities and would not waver in the face of the difficulties that the commission would encounter. According to him, there would be opposing positions "to the aspirations of the Village of Uiramutã". However, depending on the reading of the minutes, we do not know what the dissenting viewpoints are. This is because documents, as artifacts that distinguish modern organizations, are characterized by "fixing meanings that render invisible the people and the context that gave rise to them" (Teixeira; Lobo, 2018, p. 254, my translation).

From that date, the commission would draft a work plan to gather data about the population, infrastructure, services, and "mineral and livestock potential". With this information, it would be possible to "prove" that that locality "has the right to emancipate itself, thus contributing to the strengthening of the region and the state, through the implementation of realistic and objective projects that allow achieving the well-being of the entire population of the future municipality more quickly".

Then, deputy Antonio "Pampinha" took the floor and, in advance, expressed his support for the creation of the municipality; he also noted that, as a parliamentarian, he had presented projects regarding the "geographical-political change of the State, through the creation of several municipalities". The deputy congratulated the commission and encouraged it to "fight with all

its strength to achieve its objective". Deputy "Berinho" Bantim also praised the proposal for creating the municipality, emphasizing that it was necessary to "change a state of affairs that, if continued, only delays the municipalities in the mountains, as the many difficulties only tend to increase if the people who live there do not take their destiny into their own hands".

Councilman Nivaldo Afonso and the Agriculture Delegate, Colonel Pereira, also expressed their support for the new municipality. The colonel even showed enthusiasm regarding the "emancipation of various regions of the state that already have the conditions for it, as a normal way to achieve quicker solutions to the various problems that hinder the desired growth for everyone". Professor Francisca de Chagas and Manoel Joaquim de Moraes agreed that "emancipation will only bring more resources and possibilities for progress". They congratulated the deputies, "who understand the just aspiration of the people of the town and the region, who are already maturing to accept and collaborate with the new municipality, whose dismemberment from Normandia will not harm them", adding that the municipality would make it possible to "work together much more productively and effectively, in favor of the entire population".

The coordinator then declared the special commission created and constituted. Furthermore, he highlighted that "each member represents the interests and the free will of each district in the region" and that the commission will act in accordance with the substitutes for complementary law projects numbers 01 and 02/1991. He also appealed to the state executive to "collaborate with the goals of the project that is democratically involving all segments of the interior society of the mountains". However, we did not find any registrations of the participation of indigenous peoples, their organizations, or any indigenist body in any of the minutes. The fact is that the indigenous peoples of the region expressed their opposition to the creation of the municipality of Uiramutã during the bureaucratic process, either through blockades on the roads or through public denunciations. It is important to keep in mind that the invention of the municipality occurred simultaneously with the long process of demarcating the Raposa Serra do Sol Indigenous Land. Although some indigenous peoples supported the creation of the municipality, the power relations in the sense of Foucault (1995) take on a more complex configuration; words like "co-optation" are insufficient for us to understand the situational choices of each social actor (Gluckman, 2010).

After a vote, the commission was constituted by the following members: Venceslau Braz de Freitas Barbosa (president), Manoel Joaquim de Moraes (vice-president), Alcir Rodrigues de Oliveira (secretary), Wilson Alvez Bezerra (treasurer), João Alves da Silva (member), and José Alves Crispim (member). The minutes were recorded by José Eduardo de Freitas Barbosa.

In the same year, the Planning Secretariat of the state of Roraima prepared the *Study of political-administrative redistricting – creation of new municipalities*. This document, which provided economic and demographic data, was used by the deputies of the Legislative Assembly of Roraima as justification for the creation of the municipality of Uiramutã. The interests of the

state Executive and Legislative powers, as well as the regional elites, were in sync, as is evident in one of the excerpts from the study: "The Amazon is a large demographic void, where the presence of public power with the realization of economic infrastructure works and disciplining policies for economic occupation are absolutely essential".

***

On April 25, 1994, the Attorney General of the Federal Public Ministry, Aristides Junqueira Alvarenga, filed a *security mandate*[13] against the Regional Electoral Court of the State of Roraima (TRE-RR), which had determined on the 6th of that month the holding of plebiscite consultations in Uiramutã, Amajari, and Rorainópolis on May 8, with the aim of elevating them to the status of municipalities. As noted by the Federal Public Ministry, those localities did not have the electorate required by current legislation. For a municipality to be created, according to Article 2 of Complementary Law No. 001 of April 5, 1992, which provided for the creation, incorporation, merging, and dismemberment of municipalities, it was necessary to have "a number of voters not less than 30% (thirty percent) of the population of the emancipated area" (section II) and "an already constituted urban center with a minimum of 100 (one hundred) residential houses" (section III).

However, according to the petition from the Federal Public Ministry, based on a certificate issued by the TRE-RR itself, the voter/population ratio in Uiramutã was only 8.76%; in Amajari, it was 10.95%; and in Rorainópolis, it was 27.50%. If held, the Attorney General argued, the plebiscite consultations would be inconsistent with the necessary "representation of the populations directly concerned" established by the Federal Constitution; for this reason, the Federal Public Ministry requested their suspension. Two days later, the president of the TRE-RR, Judge Jurandir Pascoal, sent a copy of the decision of the Superior Electoral Court (TSE) to the president of the Legislative Assembly, Airton Antônio Soligo, which determined that the plebiscite consultations in those localities be suspended (Official Letter No. 070/94).

***

On March 23, 1995, an extraordinary meeting took place in the Legislative Assembly[14], presided over by Deputy Helder Teixeira Grossi and attended by deputies Herbson Bantin and

13 The security mandate is a type of legal action used to protect a right that has been violated or is under threat due to an abuse of power by a public authority. It is provided for in Article 5, clause LXIX, of the Federal Constitution and is regulated by Law No. 12,016 of 2009.

14 Minutes of the meeting regarding the Special Commission to Guide the Organization of the Emancipation Process of the municipality of Uiramutã. 1st (Extraordinary) Meeting held on March 23, 1995.

Jalser Renier Padilha. The aim was to create a Special Commission (as provided in Resolution No. 015/95) that would analyze Complementary Law No. 001/92 and guide the "organization of the emancipation process of the municipality of Uiramutã". With a quorum present, they elected the members of the commission: Herbson Bantin would be the president; Helder Grossi, the vice-president; and Jalser Padilha, the rapporteur.

In the second extraordinary meeting[15], held on March 27, in addition to the three commission members, Councilman Venceslau Braz was present, whose "qualities and importance of his presence during the work" were praised by the president, "due to his experience in the emancipation process of that region". At that time, the schedules for visiting the Vila do Mutum, Vila do Socó, Vila do Uiramutã, and Água Fria were established. Before concluding the session, Deputy Helder Grossi emphasized that the presence of the commission in those localities would be a "way to honor the residents" living there.

Three days later, a third extraordinary meeting occurred[16]. This time, in the village of Uiramutã, with the presence of the mayor of Normandia, Gelb Pereira, and the councilmen of the same municipality, Afonso Nivaldo de Souza – then president of the City Council –Antonio Barbosa da Silva, and Venceslau Braz. Deputy Helder Grossi advocated for emancipation so that Uiramutã "can walk on its own legs". Then, Deputy Jalser Padilha stated that "the emancipated municipality has everything to gain," since "the taxes that may arise are minimal compared to the advantages and opportunities that will arise". Mayor Gelb Pereira spoke about "the difficult economic and financial situation of the City Hall to adequately cover the entire area of the municipality of Normandia". Indirectly, councilor Antônio Barbosa seemed to mention the indigenous peoples of the Sierras region, when he pointed out "that the army played a major role in clearing, building and allocating these populations, who live in the Sierras region today". He also said that "if the inhabitants of these communities don't vote, don't apply themselves to this task, it won't be worth the effort".

According to the minutes, the president "opened the floor to members of the community to express their opinions on the matter; no one spoke up". However, we do not know which "community" is being referred to, nor who these people were. At the end of the session, "for the sake of justice," the president delegated to the Emancipation Commission, which had initiated the first actions for the creation of the municipality, the task of guiding the emancipation process, as provided for in Article 17 of the Constitution of the State of Roraima. The commission would then consist of Councilman Venceslau Braz (president), João Alves da Silva (vice-president), Amélio Morais (secretary), Wilson Alvez Bezerra (treasurer), Francisca das Chagas Ribeiro

15 Minutes of the meeting regarding the Special Commission to Guide the Organization of the Emancipation Process of the municipality of Uiramutã. 1st (Extraordinary) Meeting held on March 23, 1995.

16 Minutes of the meeting regarding the Special Commission to Guide the Organization of the Emancipation Process of the municipality of Uiramutã. 1st (Extraordinary) Meeting held on March 23, 1995.

(member), and Jurandi Pinho Costa (member). That is, except for Amélio Morais and Jurandi Pinho, all the people mentioned attended the March 1992 meeting, although Professor Francisca das Chagas was not part of that year's commission.

On the same day[17], the Emancipation Commission met[18]. The same participants from the previous meeting were present. This new minute reveals, however, just like the March 1992 minutes, who and which localities were "represented": Venceslau Braz ("representative of the village of Uiramutã")[19], João Alves da Silva ("representative of the Vila de Água Fria"), Jurandir Pinho Costa ("representative of the Vila do Mutum"), Wilson Alvez Bezerra ("representative of the Vila do Socó"), Amélio Moraes ("representative of the Vila do Uiramutã"), and Francisca das Chagas Ribeiro ("representative of the Vila do Mutum"). Again, there is no mention of indigenous leaders and communities, or of the regions that make up the Raposa Serra do Sol. There was a new vote, but it only endorsed the composition of the commission formed in the previous meeting. Thus, we observe an invisibility of the indigenous peoples, who were excluded from the process, ignoring their presence as original peoples.

Evidently, three years after the initial political mobilizations aimed at the creation of the municipality of Uiramutã, no work plan had been developed, nor had data on the communities of the Raposa Serra do Sol been gathered that "proved" the "right" to emancipation, except for the study conducted by the state Planning Secretariat.

On April 11, 1995, during the period when the emancipation process was underway, Governor Neudo Campos enacted Complementary Law No. 011, a political maneuver that altered the two sections of Complementary Law No. 001. By the new wording, the percentage of voters required was reduced from 30% to 10%, while the number of residential houses decreased from 100 to 70. Neudo Campos, moreover, never hid his openly opposing stance toward the continuous demarcation of Raposa Serra do Sol. In 2008, almost three years after the ratification, he stated in a public hearing: "They have a lot of land, which is already excessive. What they need is helping to produce their own food" (Deputados […], 2008).

Alongside the process of creating Uiramutã, processes regarding the emancipations of Pacaraima, Amajari, Rorainópolis, and Cantá were also underway. Therefore, on April 15, 1995, a joint meeting[20] of the respective special commissions and their rapporteurs was held in the Legislative Assembly. At that meeting, the final reports of the special commissions were read and unanimously approved. Finally, an official letter was prepared to send the final report to the

17 The time recorded in both minutes was the same: at 10 a.m.

18 Minutes of the meeting regarding the Emancipation Commission of the municipality of Uiramutã, dated March 30, 1995.

19 In the minutes, the preposition "de" is sometimes used (Vila de Uiramutã) and at other times the contraction of the preposition "de" with the article "o" is written (Vila do Uiramutã).

20 Minutes of the meeting regarding the Joint Meeting of the Special Commissions that Guide the Emancipation Processes of the municipalities of: Pacaraima, Amajari, Rorainópolis, Cantá, and Uiramutã, dated April 15, 1995.

presidency of the assembly. On October 17, 1995, Law No. 098 was enacted, which "created" the municipality of Uiramutã. In fact, as Bourdieu (2008, p. 114, my translation) emphasizes:

> By stating, with authority, that a being, thing, or person exists in truth (*verdict*) in its legitimate social definition, that is, is what is authorized to be, what has the right to be, the social being that it has the right to claim, to profess, to exercise (as opposed to illegal exercise), the state exercises a true creative power, almost divine.

The establishment of the municipality only occurred in 1997. In January of that year, Venceslau Braz was elected mayor. In the following years, some of the actors who participated in the creation of the municipality would take on positions in the City Hall and the municipal chamber. In the subsequent elections, candidates from indigenous backgrounds would participate. Still in 1997, in response to the arbitrary process of municipal emancipation, indigenous groups expelled miners and closed the mines in the region – in the western area in 1997, and in the eastern area in 1998.

However, in 2022, the CIR estimated that there were around 4,000 gold miners in Raposa Serra do Sol, a number that grew substantially with the arrival of Jair Bolsonaro as President of the Republic in 2019 (Pereira, 2022). At the time, without the support of Funai and the Federal Police (PF), the communities organized themselves to defend their territories and fight gold extraction: they burned gold diggers' rafts and seized mining materials. Parallel to this, however, the Roraima Legislative Assembly approved Bill 233/2022, which prohibited the destruction of dredges and other equipment seized in illegal mining areas. Although the law was sanctioned by Governor Antônio Denarium,[21] the Supreme Court declared it unconstitutional.

A CONQUEST WAR

Only on December 11, 1998, did the Minister of Justice, Renan Calheiros, sign Ordinance No. 820, which defined the Raposa Serra do Sol Indigenous Land as an area of 1,678,800 hectares. However, again due to pressure from local politicians, the ratification was postponed until 2005. In a letter (Letter No. 353/03-CIR) sent to then-President Luiz Inácio Lula da Silva on June 11, 2003, the CIR advocated for the full ratification of the indigenous land. Among the reasons listed, it emphasized: "Avoid negative impacts caused by the creation of municipalities," noting that "the seats of the municipalities of Uiramutã and Pacaraima, amidst the indigenous communities, lead to strong interference in the languages, customs, and traditions of the peoples

21 Antônio Denarium was elected governor by the Social Liberal Party (PSL) in the second round of the 2018 elections. In 2022, he was re-elected as a member of the Progressive Party (PP).

inhabiting the area," adding that the non-ratification would encourage urban expansion by non-indigenous people and restrict the ownership and use of land by indigenous peoples.

A few years after the creation of Uiramutã, in November 2000, the army began constructing a barracks in the municipality. The goal was to establish the 6th Special Border Platoon there, following the guidelines of the PCN. Despite the opposition from indigenous peoples, who denounced military abuses at various levels, the barracks was inaugurated in May 2002, even though the construction was not completed. The military base is in the southern part of Uiramutã, about 100 meters from the nearest community.

And the war continues on other battlefronts. Since 2009, during the Raposa Serra do Sol trial before the Supreme Court, the "temporal milestone" argument, adopted at the time by the Federal Attorney General's Office (AGU), has been on the lips of magistrates and parliamentarians. According to this legal thesis, indigenous peoples would only have the right to occupy the lands they occupied (or disputed) before October 5, 1988, that is, before the Federal Constitution was promulgated. In September 2023, the STF judged the case of the Xokleng, finding the temporal milestone unconstitutional. Despite this decision, the National Congress approved Law 14.701/2023, introducing the timeframe thesis into the Brazilian legal system. According to the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (2025), which has challenged the legislation in the Supreme Court, it is the "Law of Indigenous Genocide", since it has created obstacles to the demarcation of indigenous lands, as well as encouraging invasions and a situation of insecurity for indigenous peoples throughout the country.

In fact, the "time" of the state – and of the legal world – seems to be akin to Benjamin's "Angel of History". Looking to the past, the angel sees catastrophes, destruction and ruins. From paradise, a storm arises – the "progress" – which drives him towards the future, "to which he has his back turned, while before him the ruins accumulate up to heaven" (Benjamin, 1994, p. 226). This critical view of progress helps us to think about the violence historically perpetrated against indigenous peoples, often led by the State through its agents and institutions.

Still in relation to the municipality of Uiramutã, if we only consider the content of the minutes, we can infer that during the meetings there were no debates, discussions, disagreements, exchanges of barbs or anything of the sort. As an ideological construct, the state tries to hide historical processes, relations of domination and conflicts which, if they were to come to light, "would be incompatible with the state's proclaimed autonomy and interference" (Abrams, 2006, p. 95). However, by mapping the actors, institutions and power relations that were at play during the creation of the municipality, we can see how the state was manufactured locally as a unit "in the social language of conflict rather than in its suppression" (Teixeira; Lobo, 2018, p. 266).

According to Mitchell (1999), the state emerges from techniques that allow certain material practices to appear as abstract and immaterial forms. The ideological dimension of the state is not merely related to a subjective belief but to a representation that is reproduced

and made explicit in visible everyday forms, such as language, legal practices, the architectural style of public buildings, uniforms, or the way borders are delineated and monitored. It is, therefore, an empirical phenomenon.

In the preceding paragraphs, we see how alliances among different actors were crucial for the municipality's creation; this does not mean they necessarily acted against the law, that is, against the competencies assigned to them by law. There seems to have been a confluence of interests, and a sharing of meanings projected onto that space. In this sense, it is notable how different categories were used to designate Uiramutã over time. The word *maloca* refers to indigenous houses or spaces for meetings and rituals. In reports and maps from Funai, as well as in IBGE maps, however, the word appears to take on the meaning of *aldeia*[22], as it was historically used, or *community*. On the other hand, those who played a key role in the municipality's creation and served on the commissions strategically adopted the category of *vila* (*village*).[23]

Not coincidentally, the commissions recall the "royal commission," which was a group chosen by the king to perform a socially recognized mission regarding a problem generally deemed significant. Commissions are "staged operations that consist of enacting a set of people destined to perform a kind of public drama, the drama of reflection on public issues," and, more than that, they are ceremonies that act to be recognized as legitimate (Bourdieu, 2017, p. 56, my translation).

Thus, the minutes of the municipality's creation can be read as registrations of a political ritual through which power was enacted, social positions were defined, and inequalities were (re)produced (Geertz, 1991). During the emancipation process meetings, we witnessed the dramatization and exhibition of power relations through which actors, groups, and institutions fought for the "symbolic power to make see and make believe, to predict and prescribe, to make known and to make recognized, which is at the same time a struggle for power over 'political powers' (the administrations of the State)" (Bourdieu, 2015, p. 179, my translation).

The establishment of that federative entity within indigenous territory, that is, the expansion of the state over a geographic space, highlights that we are facing a reworked form of conquest war aimed at seizing lands and populations (Souza Lima, 1990; 1995). Likewise, it reveals a *colonial situation* (Balandier, 2014), in which the principle "divide and conquer" is strictly followed through the imposition of ethnic, cultural, and religious divisions, etc. It is no coincidence that one of the strategic objectives of creating the municipality of Uiramutã was to counter the demand for the continuous demarcation of Raposa Serra do Sol, opposing the

22 This category is historically linked to Jesuit settlements.

23 During the colonial period, a village was an administrative unit larger than a "aldeia" but smaller than a city. Thus, settlements could be elevated to villages and villages to cities, depending on population growth and infrastructure.

fragmented demarcations promoted by local politicians, termed "island demarcation," which opens indigenous lands to invasions, illegal occupations, and plundering.

From this perspective, I have argued that colonialism still produces power effects (Tardelli, 2023). However, this does not imply continuity but rather a repetition with difference, that is, a regeneration of hierarchies and asymmetries through other means. In my view, *colonialism* is a structure or field of power, in the sense proposed by Bourdieu (2015), that is maintained through the reproduction of objective power relations structured by the worldviews of those entangled in those relations. Following Balandier (2014), I believe that colonialism is not only grounded in state actions but also in everyday practices that are uncodified and spread across numerous social sectors. Colonial power – or the colonial exercise of power – updates this structure. But while different forms of power can coexist and complement each other (Foucault, 1995; Souza Lima, 1995), this is also true of the different possibilities of resistance.

REFERENCES

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil, ed. **The anthropology of the state**: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.

2. AMARAL, Virgínia. Entre a distração e o esquecimento: a colonização da fronteira Brasil-Guiana segundo leituras históricas e míticas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1-34, 2022. Available at: https://www.scielo.br/j/mana/a/LksT8bmzSMFxLx3rcc4j7jL/. Accessed on: 16 jul. 2025.

3. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Apib exige suspensão da Lei 14.701 em última sessão da Câmara de Conciliação do STF. **APIB**, Brasília, DF, 23 jun. 2025. Available at: https://apiboficial.org/2025/06/23/apib-exige-suspensao-da-lei-14-701-em-ultima-sessao-da-camara-de-conciliacao-do-stf/. Accessed on: 16 jul. 2025.

4. BAINES, Stephen Grant. **Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana**. Brasília, DF: DAN/UnB, 2003. (Série Antropológica, v. 338).

5. BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 33-58, 2014. Available at: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89147. Accessed on: 13 jul. 2024.

6. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.

7. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história

da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

8. BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008. p. 91-135.

9. BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 163-207.

10. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

11. CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. Índios e brancos em Roraima. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1990. (Coleção histórico-antropológica, n. 2).

12. COMISSÃO discutirá consequências da demarcação de Raposa Serra do Sol. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 23 ago. 2011. Available at: https://www.camara.leg.br/noticias/216575-comissao-discutira-consequencias-da-demarcacao-de-raposa-serra-do-sol/. Accessed on: 13 jul. 2024.

13. DEPUTADOS de Roraima voltam a criticar demarcação contínua. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 21 maio 2008. Available at: https://www.camara.leg.br/noticias/118087-deputados-de-roraima-voltam-a-criticar-demarcacao-continua/. Accessed on: 13 oct. 2024.

14. ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. *In*: ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios, 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 197-233.

15. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

16. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: possibilidades analíticas e desafios metodológicos. *In*: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 5-16.

17. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

18. GEERTZ, Clifford. **Negara**: o estado teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991.

19. GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 227-267.

20. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

21. MINISTÉRIO público de RR ajuíza ação de improbidade contra servidores. **G1**, Roraima, 7 out. 2013. Available at: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/10/ministerio-publico-de-rr-ajuiza-acao-de-improbidade-contra-servidores.html. Accessed on: 31 jul. 2024.

22. MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. *In*: STEINMETZ, George (ed.). **State/Culture**: State Formation After the Cultural Turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.

23. NERY, André Luís. Berinho Bantim (PSDB-RR). **G1**, São Paulo, 1 fev. 2011. Available at: https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/berinho-bantim-psdb-rr.html. Accessed on: 13 jul. 2024.

24. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 12, p. 13-21, 2008.

25. OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

26. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. **Antropologia e Indigenismo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-22, 1990.

27. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014. Available at: https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100005. Acessed on: 13 jul. 2025.

28. PEREIRA, Jullie. Sem proteção dos governos federal e estadual, lideranças indígenas organizam guarda contra invasão de 4 mil garimpeiros na TI Raposa Serra do Sol. **InfoAmazonia**, 7 jul. 2022. Available at: https://infoamazonia.org/2022/07/07/raposa-serra-do-sol-resiste-a-invasao-de-4-mil-garimpeiros-enquanto-governo-de-roraima-aprova-lei-pro-garimpo/. Accessed on: 15 jul. 2025.

29. SANTILLI, Paulo. **Pemongon patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

30. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Indigenismo e geopolítica: projetos militares para os índios no Brasil. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **Projeto Calha Norte**: militares, índios e fronteiras. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI-Museu Nacional, 1990. p. 60-86.

31. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

32. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 21, n. 2, p. 425-457, 2015. Available at: https://www.scielo.br/j/mana/a/Hq63jTNN9yHhPTQ4PjXjBdw/. Accessed on: 13 July 2024.

33. SPRITZER, Jean; HIPPOLITO, Regina. Romero Jucá Filho. Verbete. **Centro de**

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), [*s. l.*], 2022. Available at: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/romero-juca-filho. Accessed on: 23 aug. 2022.

34. TARDELLI, Gabriel. **Entre o poder colonial e a razão humanitária**: sobre os modos de gestão da população Warao. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023.

35. TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1998.

36. TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa de Souza. Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição *in between*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 235-277, 2018. Available at: https://www.scielo.br/j/mana/a/sVJ6GgBVPgpkvN9ZxsFFPCP/abstract/?lang=pt. Accessed on: 23 Aug. 2022.

37. TEIXEIRA, Carla Costa; TARDELLI, Gabriel Calil Maia. Contra "ideologias nefastas": moralidades e cidadania à brasileira na cerimônia de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 25, p. 1-48, 2022. Available at: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/71196. Accessed on: 23 Aug. 2022.

38. TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17 n. 48, p. 61-89, fev., 2002.

39. VELOSO, Verônica; GOMES, Vitor. Ottomar de Sousa Pinto. Verbete. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [*s. l.*], 2022. Available at: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otomar-de-sousa-pinto. Accessed on: 18 jul. 2022.

Gabriel Tardelli
Substitute professor in the Departamento de Antropologia at Universidade Federal Fluminense. Postdoctoral researcher and Doctor of Anthropology from the Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7252-0123. E-mail: gabrielcmtardelli@gmail.com

Narrativas políticas sobre a solidariedade em meio à pandemia da covid-19[1]

Political narratives on solidarity during the covid-19 pandemic

Felipe Pinheiro Martins de Paiva
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as narrativas e práticas solidárias de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos em uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, durante a pandemia da covid-19. Esta pesquisa de caráter etnográfico se desenvolveu entre os anos de 2020 e 2021, a partir da observação-participante em quatro eventos do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; da realização de cinco entrevistas virtuais semiestruturadas com *militantes* e *coordenadores* do movimento; e da análise de documentos produzidos pela entidade. A partir das reflexões de estudos de antropologia urbana e da chamada antropologia da política, os relatos etnográficos, documentos e entrevistas foram analisados de forma a evidenciar visões de mundo sobre a política – pensada e vivida nos processos de luta e nas *ações de solidariedade*. A solidariedade foi entendida como uma estratégia comunitária de sobrevivência material em meio à crise, mas também foi tratada como parte de um repertório de práticas políticas desse grupo – associada a certo projeto político defendido pela coordenação do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. As discussões e reflexões sobre as *ações de solidariedade* evidenciaram valores e moralidades em torno dos sentidos associados à solidariedade. As divergências internas sobre concepções e práticas solidárias explicitaram as nuances do processo de construção cotidiana de um movimento social, no qual os ideais sobre a solidariedade estão diretamente associados a um ideal compartilhado de coletividade.

Palavras-chave: Solidariedade, Pandemia, Antropologia da Política, Movimentos Sociais, Periferia.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 3 de agosto de 2024.
Avaliador A: 10 de setembro de 2024.
Avaliador B: 25 de setembro de 2024.
Aceito em 13 de janeiro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article aims to analyze the narratives and solidarity practices of members of the Movement of Workers for Rights in a peripheral and poor community of Belo Horizonte – Pedreira Prado Lopes – during the covid-19 pandemic. This ethnographic research was developed between 2020 and 2021, based on participant-observation in four Movement of Workers for Rights events; five semi-structured virtual interviews with militants and coordinators of the movement; and the analysis of documents produced by the entity. Based on reflections from studies of urban anthropology and the so-called anthropology of politics, the ethnographic reports, documents and interviews were analyzed to highlight worldviews on politics – thought and lived in the processes of struggle and in solidarity actions. Solidarity was understood as a community strategy for material survival during the crisis, but it was also treated as part of a repertoire of political practices of this group – associated with a certain political project defended by the Movement of Workers for Rights coordination. The discussions and reflections on solidarity actions evidenced values and moralities around the meanings associated with solidarity. The internal divergences about conceptions and practices of solidarity have made explicit the nuances of the process of daily construction of a social movement, in which the ideals of solidarity are directly associated with a shared ideal of collectivity.

Keywords: Solidarity, Pandemic, Anthropology of Politics, Social Movements, Periphery.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as narrativas e práticas solidárias de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) em uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, durante a pandemia da covid-19, resultado de uma pesquisa de campo antropológica conduzida entre 2020 e 2021.

O artigo busca construir uma reflexão etnográfica sobre as dimensões *políticas* em torno das concepções, redes e *ações de solidariedade* construídas por esse grupo – entre *militantes* e *coordenadores* do movimento. No entanto, esta abordagem etnográfica não se restringe apenas a colher opiniões sobre a *política*, mas também a discutir como essas visões são moldadas pelas trajetórias de vida e por um cenário de ação política concreta.

Utilizando contribuições teórico-metodológicas da antropologia urbana e da antropologia *da* política, busca-se destacar visões de mundo sobre a *política* – tanto concebidas quanto vivenciadas – nos processos de luta e solidariedade na Pedreira Prado Lopes. O foco é analisar a solidariedade não como um conceito universal, mas sim como uma categoria etnográfica.

A Pedreira Prado Lopes, conhecida localmente como *Pedreira*, é o cenário central

dessas reflexões. Reconhecida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) como comunidade periférica que convive com o "ambiente insalubre, a pobreza e exclusão social, a violência, a infraestrutura básica insuficiente, a precariedade habitacional e a dificuldade de acesso" (PBH, 2021), a Pedreira Prado Lopes é considerada a favela mais antiga da cidade.

Apesar do histórico de desigualdades e problemas sociais, a *Pedreira* se destaca por uma longa trajetória de mobilizações dos moradores por demandas locais e lutas políticas mais amplas (Oliveira *et al.*, 2019; Sales, 2003). A atuação de lideranças comunitárias históricas, além das associações criadas na região, como a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) e a União Prado Lopes, garantiu um papel importante na busca pela implementação de políticas públicas na comunidade.

A atuação política do MTD na *Pedreira* é, portanto, antecedida de um longo histórico de mobilizações organizadas por movimentos populares urbanos no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte. A história da construção do atual quadro de profunda vulnerabilidade social se confunde, no entanto, com uma tradição de resistência, organização e luta em territórios periféricos como a *Pedreira*. A luta por melhores condições de vida e direitos sociais básicos, é uma parte integrante dessa tradição de resistência nas periferias urbanas de Belo Horizonte.

Nascida em 2000, em Porto Alegre, como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (Figueiredo Filho, 2013), a organização passou por um processo de reformulação interna (MTD [...], 2015) e expandiu o foco de suas pautas para demandas políticas cotidianas de trabalhadores que vivem no espaço urbano das periferias das médias e grandes cidades.

Desde 2012, o MTD tem sua atuação em Belo Horizonte marcada pela articulação de mobilizações sobre demandas locais da população da *Pedreira*, em parceria com lideranças locais, parlamentares, moradores e organizações *parceiras*. Sua entrada nesse território se deu no contexto da implementação do programa Vila Viva (Oliveira *et al.,* 2019). Diante da pandemia da covid-19 e de um contexto de enfrentamento a uma crise sanitária, econômica, política e social, o movimento organizou redes e *ações de solidariedade* na comunidade.

O movimento seguiu adotando a estratégia de ocupação temporária de espaços públicos e privados, como forma de protesto sobre demandas populares do território. Em 2013, ainda sob o contexto de denúncias sobre impactos e problemas durante a execução de obras do programa Vila Viva na *Pedreira*, o MTD organizou a ocupação de um conjunto de habitação popular inacabado (Famílias [...], 2013).

Em 2014, houve a ocupação do Centro Cultural Liberalino Alves, fechado há mais de cinco anos (Oliveira *et al.*, 2019) e, em 2016, uma creche desativada por dois anos foi ocupada durante cinco dias por um grupo de mulheres mobilizadas pelo MTD (Oliveira, 2017). Dentre as recentes manifestações políticas promovidas pelo MTD nos últimos anos, destaca-se a ocupação permanente de um prédio abandonado na Pedreira Prado Lopes – a Ocupação Pátria Livre – em setembro de 2017 (Oliveira *et al.*, 2019).

No período da pesquisa, em frente aos impactos sociais, sociais e econômicos da

pandemia da covid-19, o MTD organizou redes e *ações de solidariedade*, incluindo doações de cestas básicas, botijões de gás de cozinha, refeições e artigos de limpeza e higiene pessoal. Segundo informações da coordenação do MTD, as doações foram obtidas a partir do apoio de organizações aliadas – como sindicatos e movimentos sociais – e destinadas às famílias previamente cadastradas e acompanhadas pelo movimento na *Pedreira*.

SOBRE A METODOLOGIA

Esta pesquisa etnográfica incluiu a participação ativa em quatro eventos do MTD: duas reuniões de grupos de base, uma iniciativa de solidariedade com distribuição de cestas básicas e uma manifestação pública pela campanha #ForaBolsonaro. Também foram realizadas cinco entrevistas virtuais semiestruturadas com dois integrantes da coordenação do movimento e três *militantes* do MTD, incluindo duas residentes da *Pedreira*. Além disso, documentos do movimento, incluindo materiais de redes sociais, foram analisados.

Devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19, foi considerada a viabilidade de uma pesquisa etnográfica mais intensiva, focando na vida cotidiana. Todas as atividades presenciais seguiram rigorosos protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde e pelas autoridades locais de saúde: uso de máscaras, distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os participantes e higienização regular das mãos.

A pesquisa abrangeu o período de 2020 a 2021 e envolveu participantes diversos que integram, coordenam e executam ações no MTD da *Pedreira*. Os *militantes* do MTD na Pedreira Prado Lopes participaram ativamente das atividades organizadas pelo movimento, especialmente nas ações de solidariedade, sendo a maioria residente na própria comunidade. A pesquisa também incluiu coordenadores do MTD, que não só lideram as iniciativas de solidariedade, mas também mobilizam e formam politicamente os moradores em questões como moradia, educação e saúde.

Além das observações etnográficas durante eventos do MTD, as entrevistas foram projetadas para capturar as narrativas dos *militantes* e *coordenadores* sobre sua trajetória e engajamento no movimento social, especialmente durante a pandemia. O foco não foi apenas em uma perspectiva genérica do "nativo" como proposto por Goldman (2006, p. 24), mas sim em narrativas individuais específicas, cada uma com suas particularidades, agência e criatividade.

Após um diálogo prévio com representantes da coordenação municipal do MTD, tive a oportunidade de entrevistar pessoas com perfis diversos, refletindo a heterogeneidade da rede de indivíduos que *constroem* o movimento – ou seja, participantes que se envolvem e se engajam nas atividades e na construção diária de reflexões e decisões internas do MTD. As escolhas dos entrevistados consideraram, assim, diferentes trajetórias e experiências nas

atividades organizadas pelo MTD na Pedreira Prado Lopes, levando em conta tanto o tempo de participação nas ações do movimento quanto o vínculo organizativo com a entidade.

Realizadas virtualmente por meio de videoconferência, as entrevistas semiestruturadas envolveram indivíduos com diferentes experiências e histórias nas atividades organizadas pelo MTD na Pedreira Prado Lopes. Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados pseudônimos, exceto para figuras públicas como ocupantes ou ex-ocupantes de cargos legislativos e executivos.

Dentro os entrevistados estão *coordenadores* do MTD, tanto os mais antigos quanto os mais recentes, moradores da Pedreira Prado Lopes envolvidos nas atividades do movimento ao longo do tempo, e uma moradora da Pedreira Prado Lopes que faz parte da coordenação da Ocupação Pátria Livre. Entre os coordenadores entrevistados, Mariana é a mais jovem e tem uma trajetória mais recente de militância social em comparação com Marcos, um dos primeiros militantes do movimento em Minas, ambos residindo em bairros vizinhos, não na Pedreira Prado Lopes.

No grupo de militantes de base e moradores da *Pedreira*, Rosângela se destaca por sua longa história de liderança e ativismo social na comunidade, anterior à consolidação do MTD no bairro. Cíntia, apesar de coordenar a Ocupação Pátria Livre, juntou-se ao movimento na última década. Wesley, embora não resida na *Pedreira*, tem laços familiares com a comunidade e se envolveu com o MTD durante a pandemia, representando uma nova geração de militantes com vínculos recentes com o movimento.

O acesso às narrativas e modelos nativos através de entrevistas individuais reflete uma abordagem específica e sensível de "escuta" (Oliveira, 1998) na pesquisa antropológica. Segundo Peirano (2008, p. 3), a teoria é inseparável da prática etnográfica: "a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida".

ETNOGRAFIA EM TEMPOS DE CRISE

Esta pesquisa se situa em um campo tradicional da antropologia, concentrando-se nos estudos das camadas populares no Brasil, especialmente nas representações políticas e atividades desses grupos em áreas urbanas periféricas. O artigo contribui para o debate sobre como certos grupos sociais específicos, especialmente os residentes em áreas periféricas, percebem e respondem a crises que não começam necessariamente durante a pandemia.

Portanto, este artigo busca oferecer uma nova perspectiva sobre o debate político, baseada nas visões de mundo das camadas sociais e organizações populares, sobre um processo amplo e complexo de mudanças sociais. A discussão da conjuntura política e social brasileira

a partir das experiências diárias e das resistências às crises multidimensionais – sanitárias, políticas, econômicas e sociais – pode enriquecer tanto o debate acadêmico quanto o público sobre a realidade brasileira, além de sugerir alternativas políticas para nossa sociedade.

A pandemia de coronavírus trouxe diversas consequências sociais, sanitárias e econômicas para os brasileiros, afetando de maneira intensa os grupos mais vulneráveis, especialmente negros e moradores de áreas periféricas. As medidas adotadas para controlar a disseminação do SARS-CoV-2 agravaram uma situação econômica já debilitada, resultando em um aumento do desemprego e da fome no Brasil (Fiengo, 2020).

O elevado índice de informalidade, característico das condições de trabalho de boa parte da população brasileira, intensificou os danos para esse grupo, que enfrentou grandes dificuldades para garantir sua sobrevivência. As estratégias de isolamento social nas favelas brasileiras tornaram-se inviáveis (FASE Rio de Janeiro, 2020), devido às características das moradias, ao acesso limitado à água potável e saneamento, além da necessidade de continuar trabalhando presencialmente para sustentar suas famílias. Como resultado desse panorama, houve um aumento significativo nas taxas de mortalidade em bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

Em setembro de 2020, dados da PBH indicavam uma maior letalidade por covid-19 em periferias da capital mineira – sete vezes maior que a média da cidade (Pimentel , 2020) –, sendo que 31 dos 50 bairros com maior concentração de pacientes internados eram vilas e ocupações (Martins; Rodrigues, 2020). Se as consequências sanitárias e socioeconômicas da pandemia de covid-19 se apresentaram mais acentuadas nas periferias urbanas de grandes metrópoles como Belo Horizonte, isso também pode ser verificado pelos indicadores associados à raça.

De acordo com o relatório Denúncia de Violações dos Direitos à Vida e à Saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (Denúncia […], 2021), o número de óbitos causados pelo coronavírus foi cinco vezes maior entre a população negra no Brasil. Isso ocorreu devido a fatores sociais e econômicos estruturais presentes na sociedade, bem como pelo fato de essa população ter maior prevalência de comorbidades.

Diante desse cenário desafiador para a sobrevivência desses grupos, várias redes de solidariedade e iniciativas surgiram nas periferias urbanas por todo o país. Organizações não governamentais (ONG), junto a grandes empresas e veículos de mídia, promoveram campanhas de solidariedade em escala nacional voltadas para as áreas periféricas das grandes capitais brasileiras. Em outras frentes de ação, campanhas solidárias foram coordenadas por redes de movimentos sociais e entidades sindicais, como “Periferia Viva” e “Vamos Precisar de Todo Mundo”.

Essas iniciativas visaram distribuir itens e cestas básicas, doados por sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, além de alimentos e refeições fornecidos por organizações populares do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essas campanhas ganharam destaque ao vincularem suas ações solidárias a denúncias e à

oposição política ao presidente Jair Bolsonaro (Paterniani; Carvalho, 2020).

Além da cooperação entre moradores e ativistas para promover medidas de prevenção à covid-19 e apoiar o acesso da comunidade aos programas de assistência social do governo, o MTD também se envolveu nessas articulações, utilizando apoio de organizações parceiras para arrecadação de doações para as famílias cadastradas. As doações eram distribuídas por meio de *ações de* solidariedade, que incluíam campanhas e eventos de entrega de cestas básicas, refeições, itens de higiene pessoal e botijões de gás de cozinha a famílias em situação de vulnerabilidade nos territórios atendidos pelo movimento.

Assim, a solidariedade emergiu como um elemento fundamental nas estratégias coletivas de camadas sociais e organizações populares no enfrentamento à profunda crise social, sanitária e econômica. Com base nisso, a pesquisa buscou compreender as percepções dos militantes protagonistas desse processo, organizados em um movimento urbano de luta por direitos.

Para este fim, a etnografia serviu como principal referência teórico-metodológica. O estudo inclui várias abordagens qualitativas, como observação participante em eventos do MTD, entrevistas semiestruturadas com membros do movimento e análise de documentos. As entrevistas foram conduzidas por videoconferência devido às restrições da covid-19, enquanto as atividades de campo foram coordenadas com precauções sanitárias.

A estrutura do artigo compreende uma revisão bibliográfica breve, seguida pela caracterização do contexto social e político do MTD em Belo Horizonte. Em seguida, são descritas e analisadas as práticas solidárias desenvolvidas pelo movimento durante a pandemia, com base na observação participante e nas reflexões dos indivíduos envolvidos. Por fim, são apresentadas considerações finais para sintetizar as principais reflexões do estudo.

TRAJETÓRIAS DE UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, NA CIDADE

Os estudos conhecidos como antropologia da política, consolidados como uma linha de pesquisa nos anos 1990, e as pesquisas precursoras de antropologia urbana nas periferias de São Paulo na década de 1980 são fundamentais para este artigo, já que abordaram a organização e mobilização políticas das classes populares no Brasil.

Pesquisas etnográficas desempenharam um papel crucial ao analisar a mobilização das classes populares durante o surgimento dos "novos movimentos sociais" na década de 1980, destacando trabalhos como *A máquina e a revolta*, de Alba Zaluar (1985), e *A política dos outros*, de Teresa Caldeira (1984), influenciados pelas pesquisadoras precursoras Eunice Durham e Ruth Cardoso, respectivamente.

No contexto da redemocratização do Brasil, a antropologia *da* política emergiu como

uma nova abordagem nas pesquisas antropológicas, focando nas dimensões políticas da vida social em contextos etnográficos contemporâneos. A política é discutida a partir das perspectivas nativas, considerando suas concepções, experiências e mobilizações cotidianas (Goldman, 2006).

Dentre os contextos etnográficos pesquisados por essa abordagem, a partir da década de 1990 foram produzidas etnografias em torno de campanhas e processos eleitorais (Barreira, 1998a, 1998b, 2006; Chaves, 1996, 2003; Heredia, 1996; Goldman; Sant'Anna, 1996; Palmeira, 1992, 1996, 1998), interação entre partidos, candidatos e movimentos sociais (Goldman, 2006), corrupção, trocas de favores e violências eleitorais (Bezerra, 1993, 1994; Villela, 2004) e a atuação de mandatos parlamentares em espaços legislativos (Kuschnir, 2007a; Teixeira, 2002a, 2002b).

No entanto, as pesquisas em torno da chamada antropologia *da* política não se limitaram aos contextos etnográficos envolvendo eleições e mandatos políticos, mas também discutiram a atuação e percepção desses sujeitos políticos em torno da atuação de organizações populares em uma nova conjuntura de redemocratização. Destacam-se os estudos sobre representações sobre a política por parte de lideranças sindicais (Comerford, 1999, 2003), líderes comunitários (Barreira, 2001) e militantes de movimentos sociais (Chaves, 2002). Nesse cenário, algumas das reflexões que historicamente foram feitas pela pesquisa antropológica brasileira foram retomadas, tratando de categorias etnográficas (e políticas) acionadas por esses grupos, como *luta* e *família*.

A categoria *família* se revela como força motivadora, capaz de unificar pessoas em torno de um projeto coletivo mais amplo de mudanças sociais, e parte do repertório simbólico do MST (Chaves, 2002), organização que se tornou referência para movimentos populares rurais e urbanos. A construção da identidade sem-terra está baseada na luta pela terra como forma de garantir a unidade e a continuidade da família, explicitada inclusive em importantes símbolos do movimento, como sua bandeira.

Em *Fazendo a luta* (1999), John Cunha Comerford trata dos resultados de pesquisas realizadas entre 1990 e 1998 junto a trabalhadores rurais organizados em associações sindicais no Rio de Janeiro, na Bahia e em Minas Gerais. A categoria *luta*, assim como discute o autor, assume diversos significados compartilhados por esses grupos: como forma de caracterizar o cotidiano dos pobres – a *luta* cotidiana –, mas também como tradução para um contexto de conflitos, sejam eles envolvendo disputas locais entre camponeses e proprietários, sejam eles envolvendo um sentido mais amplo de ações e discursos em torno da defesa da categoria (Comerford, 1999).

Enquanto as décadas finais do século XX foram marcadas pela intensa produção acadêmica sobre os "novos movimentos sociais" nas periferias urbanas brasileiras, o século XXI tem visto análises etnográficas focadas em um tipo significativo de ativismo contemporâneo: os movimentos urbanos por moradia (Pinheiro-Machado; Alegria; Bulgarelli, 2020). Estes

movimentos se destacam pela ocupação de terrenos e edifícios abandonados, sendo estudados por pesquisadores brasileiros (Aquino, 2009, 2015; Bolonha, 2018; Dias de Andrade, 2010; Paterniani, 2013), especialmente em relação ao "caráter polissêmico, situacional e relacional das categorias associadas a este repertório de engajamento" (Pinheiro-Machado; Alegria; Bulgarelli, 2020, p. 7).

Nesse sentido, tais pilares teóricos são essenciais para uma reflexão etnográfica sobre as representações e práticas políticas dos movimentos populares em contextos urbanos e periféricos, contribuindo para uma antropologia urbana *da* política. Um aprendizado crítico dos antropólogos brasileiros é que devemos partir da premissa básica em nossos estudos: "a categoria política é sempre etnográfica" (Peirano, 1998).

SENTIDOS E PRÁTICAS POLÍTICAS EM TORNO DA SOLIDARIEDADE

O conceito de solidariedade está associado a uma variedade de valores éticos, religiosos, morais e político-ideológicos. Apesar de muitas vezes ser considerado neutro, Marilena Jamur (2005) argumenta que a concepção de solidariedade amplamente difundida e compartilhada resulta de uma longa disputa em torno da interpretação e aplicação dos princípios de liberdade e igualdade, envolvendo diferentes forças sociais.

Conforme Jamur (2005) avalia, as experiências históricas da sociedade humana são geralmente descritas por duas formas de vínculo social: as tradicionais e as modernas, associadas respectivamente a dois tipos de sociabilidade: primária e secundária. Os vínculos sociais tradicionais, caracterizados pela sociabilidade primária, estão relacionados a uma noção de solidariedade que remonta a duas tradições intelectuais do mundo mediterrâneo antigo com forte componente moral: o estoicismo e o cristianismo primitivo.

A solidariedade moderna, por outro lado, tem suas raízes no direito romano, onde era definida como uma espécie de contrato, com obrigações mútuas entre credores e devedores, sendo um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas modernos de proteção social. Essas duas formas de sociabilidade, no entanto, coexistem na sociedade contemporânea (Jamur, 2005).

Émile Durkheim (2004) é reconhecido como um dos principais teóricos que discutiram o vínculo social e a solidariedade do ponto de vista sociológico. Embora a solidariedade seja um tema central na obra do sociólogo francês, a teoria da dádiva, proposta pelo seu sobrinho, Marcel Mauss, atualiza e amplia esse conceito, focando nas relações de troca.

O legado de Mauss continua a ser amplamente discutido nas Ciências Sociais,

influenciando estudos contemporâneos sobre solidariedade e alianças sociais (M.A.U.S.S., 1981). O sociólogo francês Alain Caillé (2002), expoente desta crítica contemporânea, sugere que a dádiva poderia ser um terceiro paradigma nas Ciências Sociais, como uma alternativa às teses dominantes do individualismo e do holismo.

Caillé argumenta que esses paradigmas hegemônicos não explicam adequadamente a complexidade da vida social: enquanto o individualismo metodológico reduz os fenômenos sociais às escolhas egoístas dos indivíduos, o holismo vê as ações individuais e coletivas como uma manifestação de uma totalidade social pré-existente. Martins (2016) observa que a leitura contemporânea da dádiva permite novos entendimentos das práticas solidárias atuais, diferenciando o conceito de dádiva da ideia comum de caridade religiosa, especialmente no Brasil, onde a dádiva é frequentemente associada à caridade cristã.

Nas comunidades urbanas e periféricas, os significados atribuídos à solidariedade são complexos e estão profundamente ligados à formação de coletividades locais. A Antropologia Brasileira tem observado e discutido esses sentimentos e redes solidárias desde os primeiros estudos sobre antropologia urbana. Nos estudos clássicos desenvolvidos por Teresa Caldeira (1984), Alba Zaluar (1985), Eunice Durham (1986) e Cynthia Sarti (2003), a solidariedade é identificada como um elemento essencial nas ações e na visão de mundo dos grupos populares.

A solidariedade é percebida não apenas como redes de apoio e compartilhamento, mas também como um valor político importante na formação de identidades em movimentos populares, como discutido por Comerford (1999) e Chaves (2002) em seus estudos sobre sindicatos rurais e movimentos de trabalhadores sem-terra. Pesquisas contemporâneas, como as de Dias de Andrade (2010) e Aquino (2009, 2015), também exploram como a solidariedade se manifesta nas mobilizações urbanas no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a pesquisa antropológica sobre solidariedade em contextos urbanos e periféricos têm contribuído para uma reflexão ampla e diversificada sobre a formação de alianças, identidades e coletividades. Sob essa perspectiva, este artigo buscará explorar as concepções e práticas de solidariedade, considerando-as não como um valor universal, mas como uma categoria etnográfica vivida no cotidiano dos membros do MTD na Pedreira Prado Lopes.

SOLIDARIEDADE: NARRATIVAS POLÍTICAS E MORAIS NA PANDEMIA

As entrevistas conduzidas com os coordenadores municipais do MTD e os militantes de base da organização na *Pedreira* tinham como propósito ouvir as histórias e perspectivas dessas pessoas – que contribuem ativamente para o movimento através de suas atividades diárias –

sobre os temas desta pesquisa, especialmente em relação aos desafios enfrentados durante a pandemia de covid-19.

As entrevistas revelaram interpretações diversas do conceito de solidariedade. Para os militantes de base, a solidariedade está ligada a um forte código ético e moral, especialmente em um contexto de crise severa, marcado pelo aumento de mortes, fome e desemprego. Por outro lado, os coordenadores estão preocupados em diferenciar as práticas solidárias do MTD do "assistencialismo" promovido por outras iniciativas, refletindo uma disputa evidente de narrativas políticas e morais sobre os significados da solidariedade durante a pandemia.

Mariana, uma das coordenadoras do MTD e da Ocupação Pátria Livre, destaca que enquanto alguns residentes veem a solidariedade através de um prisma profundamente moral, doando para aqueles que "mais precisam" ou que estão em situação de necessidade, os coordenadores do movimento buscam uma abordagem política de classe, argumentando que todos são trabalhadores. No entanto, como observado durante uma das reuniões do grupo de base, não há consenso entre os militantes sobre quem são aqueles que realmente necessitam de ajuda.

O debate interno sobre a solidariedade dirigida às pessoas em situação de rua ilustra a complexidade e diversidade de interpretações compartilhadas pelas pessoas envolvidas no movimento em seu dia a dia. Enquanto as lideranças do movimento defendem que as ações solidárias devem se limitar aos casos de extrema miséria, reconhecendo que doações e iniciativas para este grupo não resultam necessariamente em fortalecimento organizacional, alguns moradores militantes apoiam a solidariedade aos sem-teto, argumentando que eles enfrentam extrema necessidade. Contudo, há também críticas a essas ações entre os militantes de base, rotulando algumas dessas pessoas em situação de rua como "vagabundos noiados".

Conflitos e impasses surgiram nos debates dos grupos de base sobre o destino das doações realizadas pelo movimento na *Pedreira*, especialmente devido à redução das contribuições recebidas pelo MTD. Houve relatos de desaprovação em relação às ações voltadas para pessoas em situação de rua, principalmente as usuárias de drogas, além de discussões e "picuinhas" sobre quais famílias teriam ou não o direito às doações.

Marcel Mauss (2003) discute que a dádiva está relacionada a uma base moral. Nesse contexto, a expectativa de reciprocidade cria uma tensão latente, pois, embora seja um sistema de troca obrigatória, também carrega um caráter voluntário e, ao mesmo tempo, é interessado e desinteressado. Assim, a formação de alianças ou conflitos pode ser mediada pela circulação (ou não) de bens, tanto materiais quanto simbólicos.

Em uma reunião do grupo de base, por exemplo, foi observado que a falta de envolvimento nas atividades do MTD por alguns membros – que também recebiam cestas básicas doadas pelo movimento – gerou forte reprovação moral por parte de outros militantes. Uma moradora presente destacou: "Só ganhar não adianta, tem que somar!", referindo-se à ausência de reciprocidade no compromisso de apoiar e participar das ações, mesmo que isso não seja uma

exigência para integrar o grupo de base.

Sarti (2003), em seu estudo sobre a moralidade das populações pobres de São Paulo, reflete que o código de reciprocidade compartilhado por esses grupos está vinculado a um sistema de classificação baseado em lógicas de oposição e diferenciação entre os indivíduos, o que contribui para a construção de identidades sociais. Dessa maneira, como verificado em entrevistas e observações de campo, a solidariedade, a inveja e o conflito moral coexistem em contextos marcados por profundas desigualdades sociais.

Para Marcos, um dos coordenadores mais experientes do movimento em Belo Horizonte, distingue as ações solidárias promovidas pelo MTD daquelas que considera como "assistencialismo". Ele argumenta que o debate sobre solidariedade nos grupos de base está fundamentado na avaliação política de que, desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, as condições de vida dos mais pobres têm se deteriorado. Para ele, garantir benefícios econômicos para a comunidade não deve ser visto como assistencialismo.

> A gente entende que fazer com que o movimento leve alguns benefícios econômicos isso é uma *política de solidariedade* e não um assistencialismo por si só. A gente não quer fazer igual a Igreja ou igual a cabos eleitorais que dá a cesta básica ali, depois cobra o voto. A gente quer que as pessoas se envolvam no processo do *grupo de base*, que ela tenha frequência, que elas lutem pela reabertura da UMEI, que elas lutem contra a PEC aí da Reforma Administrativa… (Marcos, agosto de 2021).

Solidariedade significa estabelecer relações de confiança mútua, não apenas entre coordenadores do MTD e militantes dos grupos de base, mas também entre esses militantes e os moradores locais, além de potenciais novos integrantes na *Pedreira*. Ele enfatiza que essa abordagem está ligada a uma estratégia política mais ampla do movimento, que visa construir um movimento de massa através do trabalho de base.

Apesar de haver algumas opiniões divergentes, ficou evidente um consenso entre os *militantes* quanto à necessidade de "ir além" das simples doações. Isso significa envolver a população pobre e periférica na organização, conscientização e luta política, o que em certa medida coincide com os objetivos políticos da *política de solidariedade* do MTD.

A política de solidariedade do movimento foi desenvolvida com base nas experiências acumuladas durante sua atuação nas periferias urbanas do Brasil e nas reflexões de outras organizações populares e pensadores marxistas. Criada antes da pandemia de covid-19, esse documento funciona como um guia para os coordenadores do MTD em todo o país.

O movimento apresenta uma visão abrangente de solidariedade, considerando três dimensões principais: a espontânea, a de classe e a internacional. A primeira se refere às iniciativas de apoio mútuo entre amigos, vizinhos e familiares de um mesmo território. Essas ações costumam atender às necessidades cotidianas, como mutirões para reformas, cuidados com crianças para que os pais possam trabalhar, ou doações de roupas e alimentos para os mais vulneráveis.

A segunda dimensão, a solidariedade de classe, está relacionada a um projeto político que visa transformar a sociedade por meio da luta e organização da classe trabalhadora, funcionando como um valor que norteia uma prática política. Já a terceira dimensão, a solidariedade internacional, está conectada a um projeto político global, onde práticas de cooperação entre países ocorrem em várias áreas, seja social, política, econômica ou militar.

A política de solidariedade do movimento defende a necessidade de integrar essas três dimensões no diálogo e na organização das populações pobres e periféricas. O objetivo seria promover ações políticas fundamentadas no valor e na prática da solidariedade, visando restabelecer e fortalecer laços de confiança entre "organizações revolucionárias" – aquelas comprometidas com a ruptura da ordem social capitalista atual – e a população local. Além disso, a política propõe organizar e fomentar a luta social, tanto para resistir à realidade atual quanto para construir uma nova sociedade, não apenas na Pedreira Prado Lopes ou no Brasil, mas em escala global.

Conforme descrito na política de solidariedade, os coordenadores do MTD entrevistados em 2021 enfatizaram a necessidade de distinguir a solidariedade do "assistencialismo". A proposta aponta para uma crítica histórica de organizações políticas de esquerda em relação a ações chamadas "assistenciais", que são vistas como uma forma populista de política baseada em práticas solidárias, mas sem promover um processo de formação e organização política que permita a transformação daquela situação em uma nova realidade social. O movimento procura se posicionar de forma a marcar a diferença entre essas abordagens:

> […] entende que fazer com que o movimento leve alguns benefícios econômicos isso é uma *política de solidariedade* e não um assistencialismo por si só. A gente não quer fazer igual a Igreja ou igual a cabos eleitorais que dá a cesta básica ali, depois cobra o voto. A gente quer que as pessoas se envolvam no processo do *grupo de base*, que ela tenha frequência, que elas lutem pela reabertura da UMEI, que elas lutem contra a PEC aí da Reforma Administrativa… (Marcos, agosto de 2021, grifo nosso).

Após acompanhar diversos eventos do MTD, como ações de solidariedade e reuniões do grupo de base, torna-se evidente que as diretrizes previstas no documento foram utilizadas como referência na organização das iniciativas na *Pedreira*. Essa identificação se reflete em aspectos como a atenção aos detalhes das ações solidárias – desde a decoração do local, a distribuição de materiais informativos, até o envolvimento e protagonismo de lideranças locais –, além da definição do tipo de ação de solidariedade a ser realizada.

Conforme destacado em vários trechos da proposta do MTD, a construção de ações solidárias deve ser contínua, ou seja, não se restringe a situações emergenciais, como as impostas pela pandemia de covid-19. De acordo com o documento de referência do movimento, é recomendável que essas ações sejam permanentes – ainda que simples e de pequeno porte – para fortalecer constantemente a organização local e a confiança entre os membros do grupo organizador.

A visão de solidariedade promovida pela coordenação do Movimento está intrinsecamente ligada ao contexto de ação política. Como afirma Marcos: "A solidariedade é um instrumento, uma ferramenta de organização e conscientização da classe trabalhadora". A política de solidariedade, no entanto, não visa substituir o papel do Estado na prestação de serviços públicos ou na garantia de direitos fundamentais, mas sim reforçar a consciência da população sobre a importância de reivindicar e defender seus direitos.

Mariana, ao ser questionada na entrevista sobre a avaliação do movimento durante a pandemia, destacou que o sucesso da política de solidariedade está diretamente ligado ao progresso na conscientização, organização e mobilização dos moradores daquela comunidade:

> Quando a gente vai numa reunião desse *grupo de base*, que tá aí com vinte e cinco pessoas discutindo e as discussões são muito boas, né? Discussões de políticas e eles tão numa compreensão muito forte. E uma compreensão já maior de quem a gente quer na verdade aproximar, a gente quer que sejam pessoas que possam contar com a gente, que a gente também possa contar com elas pra luta, né? (Mariana, agosto de 2021).

Em uma relação de troca, a coordenação do movimento espera uma reciprocidade na forma de engajamento na *luta*. A política de solidariedade estabelece que as ações solidárias devem resultar em ganhos organizativos, ou seja, contribuir para o aumento da conscientização sobre a análise da realidade e a organização dos trabalhadores em torno de um projeto político que vise transformar essa realidade. Conforme descrito no último passo para a construção das ações de solidariedade – "organizar para a luta" –, esse processo contínuo de criação de laços de confiança deve incentivar a realização de lutas locais que estejam conectadas às lutas políticas mais amplas.

Rosângela, militante do MTD e líder comunitária na *Pedreira*, valoriza a iniciativa e a união dos movimentos nas campanhas de solidariedade na comunidade, mas discorda da concepção amplamente difundida pelo senso comum de que a solidariedade seja uma característica intrínseca das comunidades periféricas. Durante a entrevista, ao abordar esses processos diários de solidariedade, Rosângela adota uma visão realista:

> Ah, "porque na favela é assim, onde come um, come dez". Mentira! É mentira, sabe? Então tem muitos mitos. Claro que há uma solidariedade sim, mas muito mais entre amigos. […] Tem uns mitos sobre comunidade que as pessoas falam, de tanto falar, vira verdade. Traficante não dá nada pra morador de favela se não for alguma coisa em troca, entendeu? Eu tô te ajudando, então cê vai guardar minha droga aqui pra mim, fi. Entendeu? (Rosângela, agosto de 2021).

Ela menciona alguns fenômenos sociais que contribuíram para a falta de coesão e solidariedade entre os moradores da *Pedreira*. Segundo Rosângela, em concordância com o que Mariana destacou em sua entrevista, os programas governamentais de urbanização reduziram drasticamente a população da *Pedreira* e tiveram impactos negativos nas relações comunitárias

e de vizinhança. Além disso, ela destaca as divisões territoriais dentro da *Pedreira*, que incluem distâncias e características geográficas no bairro, mas também estão ligadas aos territórios influenciados por facções envolvidas no tráfico de drogas.

No entanto, Rosângela destaca que as campanhas e iniciativas solidárias promovidas pelos movimentos trouxeram um "sentimento de ajuda e solidariedade" para a comunidade, embora não sejam necessariamente percebidos na vida cotidiana da favela. Ela menciona várias ações individuais de solidariedade organizadas por moradores da *Pedreira*, sugerindo que esse "sentimento" está presente na comunidade, embora suprimido pelas condições sociais extremamente precárias.

A vida de Rosângela não é marcada apenas por sua forte militância política na *Pedreira*, mas também por sua ligação profunda com a *igreja*. Considerada rebelde nesses espaços, Rosângela deixou de frequentar sua igreja em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – apoiado por muitas das principais lideranças das igrejas neopentecostais no Brasil.

Segundo a militante, a esquerda "fala apenas para si mesma", enquanto a igreja conseguiu conquistar seus fiéis com um discurso que atinge uma parcela significativa das periferias, como a *Pedreira*. Após três anos do governo Bolsonaro, Rosângela percebe que o apoio ao presidente diminuiu, apesar da influência do discurso religioso na formação da percepção política das classes mais pobres.

Após o primeiro ano de pandemia, houve uma diminuição nas doações recebidas para as iniciativas de solidariedade do MTD, conforme relatado em entrevistas e reuniões dos grupos de base. Esse período coincidiu com as campanhas eleitorais de 2020. Embora não haja uma correlação direta entre essas duas situações, o fato entristeceu e incomodou profundamente Rosângela, pois isso parecia confirmar sua tese: quando a visibilidade diminui, as doações também diminuem.

Apesar das críticas em relação à ênfase do movimento na visibilidade de suas ações solidárias, Rosângela elogiou a postura do MTD durante o período eleitoral. Conforme mencionado por Mariana, o movimento não identificou as fontes das doações recebidas por políticos e pré-candidatos, mesmo quando as lideranças envolvidas eram parceiras do movimento.

Embora exista um desconforto moral e político em relação aos possíveis interesses políticos por trás das *ações de* solidariedade, Rosângela reconhece que os moradores lidam com essas situações com pragmatismo – afinal, "os moradores de favela não são ingênuos, certo?".

> Ele [favelado] não liga pra isso não, ele não tem esse escrúpulo não, sabe? Mas aí o povo acha que tá fazendo ele de bobo. Mas ele está percebendo… Ele está percebendo e ele está aproveitando disso (Rosângela, agosto de 2021).

Rosângela expressou um profundo afeto e contentamento por participar ativamente do Café Solidário, uma iniciativa na qual esteve intensamente engajada desde o seu início. Apesar

de discordar em alguns pontos das avaliações da coordenação do movimento sobre as doações destinadas à população em situação de rua, Rosângela também observa que houve um aumento no número de moradores envolvidos nessas atividades promovidas pelo MTD.

Segundo Caldeira (1984), em sua pesquisa com comunidades periféricas de São Paulo, a solidariedade se destaca como um sentimento forte entre os moradores, associada a valores nobres atribuídos aos "pobres", em contraste com os defeitos morais percebidos nos "ricos", como mesquinhez e egoísmo. Zaluar (1985), ao estudar organizações populares na periferia do Rio de Janeiro, concluiu que a solidariedade e a construção de identidades comuns emergem, sobretudo, no ambiente residencial, entre familiares e vizinhos, embora também coexistam com conflitos, fofocas e inveja.

Nesses contextos etnográficos, portanto, a solidariedade, nascida de carências materiais, está associada à preocupação com a "união" entre os moradores. O fracasso e o conflito são vistos como consequências da desunião e da falta de senso coletivo. Portanto, a solidariedade, nessas realidades, é um conceito abrangente, que envolve redes de apoio mútuo e compartilhamento de bens, sem se dissociar do processo de construção de relações e de uma visão de mundo, ambos carregados de um forte conteúdo moral.

Wesley, que já viveu na favela e agora é professor de História e militante do MTD, discutiu o conceito de *comunidade* nas favelas como a *Pedreira*, relacionando-o ao que outros participantes da pesquisa definiram como solidariedade. Para ele, esse conceito vai além de descrever apenas as condições precárias de moradia dos moradores das favelas.

> Vai muito além de barracos e de pessoas morarem em becos, porta com porta. O conceito de *comunidade* é de dividir a comida, é do filho e do fulano de tal tá trabalhando, os filho dele tá lá sozinho, pro Conselho Tutelar não ir lá buscar, o vizinho toma conta. É aquele negócio do "corre o olho", "corre o olho nos meus menino aí pra mim, que eu tô trabalhando o dia inteiro". E a gente foi criado assim, nesse conceito de *comunidade* (Wesley, agosto, 2021, grifo nosso).

Ele se aproximou do MTD através das atividades de solidariedade na *Pedreira* durante a pandemia, uma oportunidade para se envolver em trabalho social em sua comunidade de origem. Embora Wesley apoie as ações de solidariedade como a distribuição de cestas básicas, ele compreende o raciocínio dos moradores que questionam essa dependência. Segundo ele, esses moradores expressam a ideia de que "não querem que a comunidade dependa de cestas básicas", uma posição que ele considera válida. No entanto, reconhece que as doações são essenciais no contexto atual enfrentado pelas populações pobres e periféricas.

> E cê fala assim: Cesta básica é esmola? Não, não é. Só que a cesta básica significa o quê? Que o país tá numa situação tão ruim, mas tão ruim, que tá sendo necessário a *caridade* de um grupo, entendeu? (Wesley, agosto de 2021, grifo nosso).

O termo *caridade* é usado aqui de maneira semelhante a como Wesley discutiu o

conceito de *solidariedade* em outras ocasiões. Isso não implica, no entanto, que sejam vistos como sinônimos, mas sim que a solidariedade pode ser vista também como um ato de caridade – de ajuda mútua, de comunidade – em momentos de necessidade e emergência social, sem necessariamente estar ligada à construção de um projeto político específico.

Essa visão dos militantes sobre o significado da solidariedade revela a presença de uma referência moral ligada à ideia de doação desinteressada, ou "ágape", conforme discutido por Caillé (2000), fortemente conectada a valores religiosos. No entanto, embora a solidariedade nem sempre seja impulsionada por uma finalidade política, os militantes concordam sobre a importância de "ir além" das simples doações – ou seja, engajar a população na organização, conscientização e luta políticas, alinhando-se com os princípios defendidos pelo MTD.

Diante do contexto de intensificação da crise social, política, econômica e sanitária, Wesley considera as *a*ções de solidariedade essenciais como um ato emergencial – um "ato de salvação" diante do aumento da fome.

"As pessoas se envolveram com o MTD não apenas por causa da estrutura organizacional, mas também para ajudar os outros, para acabar com a fome!", observa o professor de História. Nesse sentido, ele resgata sua reflexão sobre o conceito de comunidade – um sentimento de solidariedade e compromisso latente na periferia, algo muito marcante em sua juventude na *Pedreira*.

> Eu vejo sim que as pessoas, elas se engajaram na questão da solidariedade, assim, de uma forma que hoje eu fico feliz demais quando eu vou pra lá em algumas ações, igual na distribuição da cesta, que eu vejo o pessoal distribuindo a cesta numa alegria e **isso é solidariedade**: Cê tá alegre não por você estar recebendo, mas por você estar doando algo que vai ajudar a matar a fome de alguém (Wesley, agosto de 2021, grifo nosso).

Diante das severas repercussões sociais, políticas, econômicas e sanitárias da pandemia, Cíntia avalia que, sem o auxílio e suporte dos parceiros, a situação poderia ter sido ainda pior naquela área. Como moradora e coordenadora da Ocupação Pátria Livre, ela reconhece a contribuição das organizações aliadas durante esse período desafiador, expressando gratidão por essas entidades. Além disso, enfatiza que além das doações, o MTD desempenhou um papel crucial na conscientização da comunidade, indo de casa em casa para informar sobre os riscos da covid-19 e medidas preventivas.

Para Cíntia, as iniciativas solidárias conduzidas pelo MTD e seus parceiros geraram um senso compartilhado de solidariedade entre os militantes, como se essas ações pudessem reavivar valores essenciais nas pessoas daquela comunidade periférica – um sentimento também identificado por Rosângela e Wesley em suas entrevistas. Segundo ela, esse sentimento possui um grande potencial para mobilizar politicamente a população:

> Porque é dando que se recebe, é ajudando o próximo que eu vou conseguir que um país melhora. Não vai ser a política que vai fazer o meu país melhorar! Vai ser eu, *povo*,

> você, Autor, *povo*, que vai fazer com que as pessoas se estrutura e consegue mudar esse país. Porque nós não somos assistido por governo, nós não fomos assistidos pelo Presidente, nós não fomos assistidos pelo Prefeito. Nós fomos assistido no momento de pandemia não só a Ocupação Pátria Livre, como a Pedreira Prado Lopes, pelos movimentos sociais, pelos *parceiros* desse movimento (Cíntia, setembro de 2021, grifo nosso).

Na visão de Cíntia, o alcance desse sistema de trocas em torno das iniciativas de solidariedade é abrangente: a melhoria das condições de vida dos residentes de comunidades pobres e periféricas ocorrerá como resultado e reciprocidade das ações solidárias de cada indivíduo. Assim, as ações de solidariedade têm o potencial de fortalecer e expandir essa rede de trocas em prol do bem comum e coletivo, através do comprometimento e engajamento moral (e político) dos participantes. Nesse contexto, as visões de Cíntia ecoam os pensamentos de Paulo Henrique Martins (2013) sobre as capacidades da troca para conceber uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A percepção da ativista reitera uma narrativa proeminente nos discursos dos militantes e coordenadores do MTD, associada à ideia de "nós por nós". Diante da falta de ação dos governos, parlamentos e indivíduos de classes mais privilegiadas, resta à população se organizar e, através da união e solidariedade, enfrentar os períodos difíceis. Além disso, esses valores compartilhados pelos menos favorecidos – vistos como nobres e moralmente positivos por eles mesmos – podem contribuir para desmentir certas representações e estigmas negativos associados às comunidades periféricas:

> E a gente sabe que dentro da *Pedreira* existe pessoas com grande capacidade, existe pessoas que podem ter potencial de ir além, sabe? Do que a marginalidade, a criminalidade oferece. E a gente sabe que hoje essas pessoas elas tão aprendendo, muitas pessoas tão sendo assistida e tão aprendendo se valorizar. Porque a mídia coloca muito quando a gente vai pra rua fazer uma manifestação pacífica, se dá uma briguinha você fala que a gente está ali levando agressividade, levando a confusão. Mas a mídia, ela não mostra pro Brasil, não mostra pro mundo que os movimentos sociais reeduca um ser humano (Cíntia, setembro de 2021).

O discurso de Cíntia enfatiza sua visão humanista dos movimentos sociais, os quais ela percebe como capazes de remodelar e impactar os indivíduos através de práticas coletivas e valorização da humanidade, em contraposição à desumanização enfrentada por populações vulneráveis em contextos de extrema carência social. Em sua entrevista, ela destacou relatos que ilustram a expressão de valores éticos e humanos nas atividades do MTD, indo além do aspecto material e emergencial das ações solidárias.

Seguindo a teoria de Marcel Mauss, nesse intricado sistema de trocas não circulam apenas cestas básicas, compromissos políticos e lutas, mas também envolvem afetos, cuidados, empatia, respeito e lealdade. Cíntia valoriza uma abordagem do movimento que não se restringe à resolução de demandas tangíveis e materiais, mas que também engloba o suporte mútuo e a construção de relações confiáveis. Esses valores, fortemente ligados à ideia de comunidade,

foram fundamentais para atrair sua atenção ao longo de sua trajetória no movimento.

A coordenadora da Ocupação Pátria Livre avalia que, diante da crise atual e de um sentimento de pessimismo em relação ao futuro, é o apoio e a solidariedade entre os movimentos que possibilitam manter alguma esperança e valor pessoal. Cíntia reflete sobre como amadureceu significativamente após se envolver com o movimento social, tanto politicamente quanto pessoalmente, especialmente no aspecto de ajudar o próximo.

Apesar das incertezas, ela acredita no potencial transformador do povo brasileiro. Alinhada aos princípios da política de solidariedade do MTD, Cíntia percebe que as iniciativas solidárias do movimento têm o poder de incentivar a unidade e a mobilização política.

> Então se ele [*povo* brasileiro] conseguiu com essa pandemia se reunir e entender pouco mais sobre a ação solidária, ele consegue ter potencial de entender além das ações solidária e de entender que o *povo* ele tem o direito de exercer o direito de ser brasileiro, o direito de ser cidadão e reivindicar os direitos (Cíntia, setembro de 2021, grifo nosso).

O sonho de Cíntia é um esforço compartilhado com parceiros e militantes, concebido para operar como uma família unida – um núcleo que representa suas convicções morais, políticas e comunitárias essenciais. Ela se preocupa diariamente com questões como a falta de moradia para seus filhos, a falta de acesso à educação para os filhos da comunidade e a falta de comida para os filhos de todo o Brasil. Os filhos simbolizam, portanto, um futuro aspiracional para a *Pedreira* e para o Brasil, desde que tenham as oportunidades necessárias para desenvolver todo o seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias compartilhadas por esses militantes nas entrevistas não apenas relembraram experiências pessoais de luta e solidariedade, mas também abriram perspectivas diversas sobre o mundo em que vivem. Essas percepções estão enraizadas em categorias nativas que guiam os membros do MTD ao discutir suas vivências e avaliações – tanto morais quanto políticas – ao participarem das iniciativas organizadas pelo movimento durante a pandemia da covid-19.

Essas iniciativas abrangem um campo de ações e mobilizações coletivas baseadas na estratégia da coordenação do movimento, conhecida como política de solidariedade. Nesse contexto, a solidariedade não é apenas um valor orientador das práticas do movimento, mas também uma forma de ação política e organizativa. As ações de solidariedade envolvem uma variedade de narrativas e práticas em torno de um projeto político específico.

Durante a pesquisa empírica, também foram identificadas visões diversas sobre os objetivos e motivações das ações de solidariedade na *Pedreira*, incluindo diferentes

interpretações sobre a proposta de política de solidariedade do movimento. Enquanto os coordenadores buscam estabelecer uma relação de reciprocidade política através da promoção da solidariedade, os militantes entrevistados veem as doações como uma resposta a emergências sociais e necessidades imediatas. Portanto, para eles, essa "ajuda" não está e nem deveria estar vinculada a objetivos ou interesses político-ideológicos, mas sim a um senso ético comunitário e humanista.

As ações de solidariedade são reconhecidas como ações políticas pelos membros do movimento, além de serem vistas como demonstrações de apoio mútuo e assistência aos mais necessitados. As reflexões captadas nas entrevistas são pessoais e individuais, mas também refletem um esforço coletivo e em construção dentro do movimento.

Essas iniciativas solidárias fortalecem ou estabelem vínculos políticos dos militantes com o MTD, ao mesmo tempo em que geram críticas, análises e avaliações sobre a atuação do movimento. Esse contexto envolve debates internos não apenas sobre como conduzir as ações de solidariedade, mas também sobre os rumos que o movimento deve seguir.

A análise das narrativas em torno das ações solidárias revelou potenciais políticos e morais ligados à solidariedade. Durante a pandemia, com a intensificação de uma grave crise social e econômica, e a necessidade de resistência e sobrevivência, essas ações solidárias demonstraram uma capacidade significativa de mobilização comunitária.

As ações de solidariedade e as lutas emergem como expressões de um compromisso moral e político com a *Pedreira*. A construção de legitimidade e confiança política ocorre através desses momentos em que o MTD busca implementar seu projeto político através de um processo envolvendo base e coordenação do movimento. As divergências internas sobre conceitos e práticas solidárias refletem nuances do processo de construção interna de um movimento social, no qual as ideias sobre solidariedade estão intrinsecamente ligadas a um ideal compartilhado de coletividade – seja uma ocupação, uma organização política ou uma comunidade.

REFERÊNCIAS

1. AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

2. AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue**: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

3. BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. Eleições sob o olhar da Antropologia da Política. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília, DF. **Anais** […]. Brasília, DF: ABA, 2018. Disponível em: https://anais.rba.abant.org.br/31rba/trabalho?trabalho=2138. Acesso em: 11 jul. 2025.

4. BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

5. BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **Entre mulheres**: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

6. BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. Política, oral e cidadania no contexto de atores sociais urbanos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 32, n. 1/2, p. 41-52, 2001.

7. BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. Representações sobre a política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual. S**ociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, p. 767-796, 2009.

8. BEZERRA, Marcos Otávio. **A prática da corrupção no Brasil**: um estudo exploratório de antropologia social. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

9. BEZERRA, Marcos Otávio. Bases sociais da prática da corrupção no Brasil: Reflexões a partir da análise de "Dois casos de corrupção". **Anuário antropológico**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 241-289, 1994.

10. BEZERRA, Marcos Otávio. Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política,** Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 64-80, 2012. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/21942. Acesso em: 28 fev. 2025.

11. BOLOGNA, Paula Cristina Corrêa. **Narrativas, "espaço" e dádivas**. A conformação de um Movimento de luta por moradia. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

12. BOLOGNA, Paula. **Narrativas, "espaço" e dádivas**. A conformação de um Movimento de luta por moradia. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

13. CAILLÉ, Alain. Antropologia do dom: o terceiro paradigma. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

14. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

15. CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. *In* :PEIRANO, Mariza. **O Dito e o Feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

16. COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5).

17. COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

18. DENÚNCIA do CNS e CNDH à ONU mostra que negros morreram cinco vezes mais de covid-19 que brancos. **Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/denuncia-do-cns-e-cndh-a-onu-mostra-que-negros-morreram-cinco-vezes-mais-de-covid-19-que-brancos>. Acesso em: 1 dez. 2021.

19. DIAS DE ANDRADE, Inácio de Carvalho. **Movimento social, cotidiano e política**: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

20. DURHAM, Eunice. A Sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 84-99, 1986.

21. DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

22. FAMÍLIAS Ocupam Prédio em comunidade de BH e denunciam programa habitacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/node/13181. Acesso em: 1 abr. 2019.

23. FASE RIO DE JANEIRO. La pandemia desde las favelas: desigualdades e injusticias en Río de Janeiro. *In*: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (ed.). **Alerta Global**. Política, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia. Versión digital. Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS, 2020. p. 123-132.

24. FIENGO, Carlos. América Latina sob o CoronaChoque: Crise social, fracasso neoliberal e alternativas populares. **Instituto Tricontinental**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-30-coronachoque-e-america-latina/. Acesso em: 10 fev. 2021.

25. FIGUEIREDO FILHO, Carolina Barbosa Gomes. **Desemprego e organização dos trabalhadores desempregados no Brasil**: as políticas da CUT-SP e do MST-SP durante os governos Lula. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

26. GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

27. GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma análise antropológica do voto. *In:* GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.13-40.

28. GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

29. HEREDIA, Beatriz. Política, Família, Comunidade. *In:* PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 57-72.

30. JAMUR, Marilena. Solidariedade: uma noção tensionada entre o privado e o público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 471-504, 2005.

31. KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

32. KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [*s*. *l*.], vol. 22, n. 64, p. 63-67, 2007b.

33. MAIOR greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/04/28/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/. Acesso em: 10 jul. 2017.

34. MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva como sentimento e prática. Desafios do agir amoroso no mundo da vida e dos sistemas. **Realis: Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, Recife, v. 6, p. 22-49, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/8853. Acesso em: 28 fev. 2025.

35. MARTINS, Cristiano; RODRIGUES, Gabriel. Do Belvedere para a favela: casos graves de covid-19 viram problema da periferia. **O Tempo**, [*s*. *l*.], 2020. Disponível em:https://www.otempo.com.br/cidades/do-belvedere-para-a-favela-casos-graves-de-covid-19-viram-problema-da-periferia-1.2381338. Acesso em: 1 abr. 2021.

36. MARTINS, Paulo Henrique. Solidariedade, ação pública e desafios de uma cidadania democrática e solidária. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 4, n. 10, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/2295. Acesso em: 28 fev. 2025.

37. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

38. MTD reafirma compromisso com a luta urbana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 maio 2015. Disponível em: https://fld.com.br/todas/2015/mtd-reafirma-compromisso-com-a-luta-urbana/. Acesso em: 20 jun. 2018.

39. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Olhar, ouvir, escrever. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 13-37

40. OLIVEIRA, Susan; BITTENCOURT, Gabriela; NASSER, Carolina; RENA, Natacha. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n.

1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32662. Acesso em: 11 jul. 2025.

41. OLIVEIRA, Susan; CHAGAS, Anderson. Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas. **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 192-233, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26327. Acesso em: 28 fev. 2025.

42. OLIVEIRA, Wallace. Movimentos conquistam creche na PPL. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 fev. 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/02/10/movimentos-conquistam-creche-na-ppl/ . Acesso em: 1 dez. 2017.

43. PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [*s. l.*], n. 20, p. 26-30, 1992.

44. PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. *In:* GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.41-56.

45. PALMEIRA, Moacir. Os sindicatos no poder: que poder? *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Irlys Alencar Firmo (org.) **Candidatos e Candidaturas:** enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998. p.-199-235.

46. PATERNIANI, Stella. **Política, fabulação e a ocupação Mauá**: etnografia de uma experiência. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

47. PATERNIANI, Stella; CARVALHO, Lauro. O "Nós por nós": solidariedade periférica durante o CoronaChoque. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/instituto-tricontinental/2020/07/20/o-nos-por-nos-solidariedade-periferica-durante-o-coronachoque/. Acesso em: 16 fev. 2025.

48. PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. *In*: PEIRANO, Mariza. **Três Ensaios Breves.** Brasília, DF: UnB, 1997. p. 17-29. (Série Antropologia, n. 230).

49. PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, p. 1-11, 2008.

50. PEIRANO, Mariza. **Uma Antropologia da Política**: Rituais, Representação e Violência. Cadernos do NuAP 1, Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998. (Cadernos do NuAP, 1).

51. PIMENTEL, Thais. Letalidade por covid-19 na periferia de BH é quase sete vezes maior que a média da cidade. **G1**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/16/morte-por-covid-19-na-periferia-de-bh-e-quase-sete-vezes-maior-que-a-media-da-cidade.ghtml. Acesso em: 1 abr. 2021.

52. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas. Movimentos sociais contemporâneos: Um balanço das produções de teses e dissertações

em Antropologia nos últimos dez anos (2008-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 93, p. 1-27, 2020. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/512. Acesso em: 28 fev. 2025.

53. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o "Brasil profundo" em tempos de crise. **R@u**: **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 21-28, 2016. Disponível em: https://rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/166?articlesBySimilarityPage=2. Acesso em: 28 fev. 2025.

54. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH (2021). Vilas e Favelas. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vilas-e-favelas. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

55. SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a fervilhar**: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

56. SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

57. TEIXEIRA, Carla Costa. Das Bravatas. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya. *In*: PEIRANO, Mariza (org.). **O Dito e o Feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2002a. p. 113-133.

58. TEIXEIRA, Carla Costa. Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal. *In*: TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irlys Alencar Firmo; HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de (org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002b. p. 39-61.

59. VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. v. 28. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

60. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Felipe Pinheiro Martins de Paiva
Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0005-7168-4352. E-mail: fpinheiro17@gmail.com

“Por que eles não olham para si mesmos?”: as raízes violentas da modernidade sob a perspectiva das contra-modernidades indígenas

“Why don’t they look at themselves?”: the violent roots of modernity from the perspective of indigenous counter-modernities

Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre os processos de violência da modernidade, que desumanizaram de diferentes maneiras as populações nativas das Américas, por meio das ciências, do imaginário mítico religioso e das ordens jurídico-políticas em cada contexto, contribuindo à consolidação de um regime político racial, cuja hegemonia segue naturalizada nas sociedades ocidentais. O objetivo foi entender como este cenário é confrontado e interpelado ao longo da história, a partir da resistência indígena a se incorporar a esse modelo civilizatório e ao produzir suas contra-modernidades. As fontes foram bibliográficas e adotou-se como ponto de partida a perspectiva do pensamento e da prática política dos povos indígenas brasileiros, articulando leituras de cunho histórico e antropológico à produção de autores indígenas da atualidade. Foi destacada a relevância da retomada indígena, um movimento abrangente de resgate existencial, por meio da qual reivindicam novos pactos sociais, que incluam tanto as populações desumanizadas quanto as múltiplas agências não humanas. Concluiu-se que a urgência do ocidente em olhar para si, a fim de compreender suas catástrofes e crises, imprescinde da contribuição indígena, tanto para reconhecer as contradições insuperáveis da modernidade quanto para imaginar futuros e construir possibilidades de vida viáveis. Por fim, espera-se que esta reflexão ofereça aportes a uma agenda de descolonização de metodologias e práticas.

Palavras-chave: Crítica à Modernidade, Contra-Modernidades, Descolonização, Pensamento Indígena Brasileiro.

Recebido em 11 de setembro de 2024.
Avaliador A: 16 de novembro de 2024.
Avaliador B: 1 de dezembro de 2024.
Aceito em 13 de janeiro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the processes of violence of modernity, which dehumanized the native populations of the Americas in different ways, through sciences, mythical religious imaginary and the legal-political orders in each context, contribuiting to the consolidation of a racial political regime whose hegemony remains naturalized in Western societies. The aim was to understand how this scenario has been confronted and challenged throughout history, based on indigenous resistance to be incorporated into this civilizing model and producing their own counter-modernities. The sources were bibliographical and the starting point was the perspective of the political thought and practice of Brazil's indigenous peoples, combining historical and anthropological readings with the production of current indigenous authors. The relevance of the indigenous *retomada* was highlighted, an extensive movement of existential rescue, through which they demand new social pacts that include both dehumanized populations and multiple non-human agencies. It was concluded that the West's urgent need to look at itself in order to understand its catastrophes and crises requires an indigenous contribution, both to recognize the unbeatable contradictions of modernity and to imagine futures and build viable life possibilities. Finally, it is hoped that this reflection will contribute to an agenda for decolonizing methodologies and practices.

Keywords: Critique of Modernit, Counter-Modernities, Decolonization, Indigenous Brazilian Thought.

INTRODUÇÃO

A violência colonial é parte essencial da modernidade e dos modelos sociais que ela originou. O mundo que tomamos como real - e único - foi o resultado de processos complexos de uniformização, em que essa violência era naturalizada, em nome de uma universalização que supostamente nos levaria a evoluir como sociedade global. Enquanto uns estariam mais preparados para tal processo evolutivo, outros dependeriam da influência dos primeiros, por meio de variadas estratégias, resumidas neste binômio: modernização/colonização.

Ao longo dos séculos de modernização/colonização, houve sempre quem se comprometeu a preservar outros modelos civilizatórios, enfrentando na pele as consequências do progresso técnico científico irrefreável, das tecnologias de poder, das violências sistêmicas e estruturais, da desumanização do racismo. Contudo, parece inconcebível confrontar a desproporção de poder de uma história oficial - a civilização hegemônica seguiu o fluxo "natural" da evolução humana - e qualquer outra história, contada sob outra perspectiva, e, portanto, carregada de outros valores, possibilidades e devires.

Em parte do imaginário hegemônico que hoje assume um lugar de contestação, o otimismo dos primeiros modernos, ávidos pela novidade do progresso e pela curiosidade pelo "novo mundo" — repleto de lugares e gentes para catalogar — deu lugar ao pessimismo das distopias tecnológicas, que se alimenta de histórias sobre um mundo que, tendo esgotado tudo que era novo ou nativo, autodestrói-se pela sua pulsão de violência. Não há lugar, nessa narrativa, para redenção.

Mas, embora ela pareça a mais acurada na sua visão da insustentabilidade do progresso e da falência dos valores humanistas, revela-se empobrecida pela arrogância de olhar ainda para o mesmo lado. Sua carência de imaginação é tributária do mesmo evolucionismo que o "encontro colonial" instituiu. É mais fácil para ela imaginar que seremos salvos por alienígenas mais desenvolvidos vindos de outra galáxia do que pelos "incivilizados" que resistiram a serem incorporados pela modernidade e ainda o fazem. E, mesmo que esses "incivilizados" não tenham pretensões salvacionistas, pois para isso têm antes que sobreviver eles mesmos, conseguem hoje articular narrativas divergentes, talvez as mais radicais, tanto do passado colonial, quanto do seu legado e futuro.

Tal articulação advém de conexões que a própria modernidade produziu. Em todas as Américas, estima-se que viviam de 40 a 60 milhões de pessoas à época das invasões europeias. Grupos e civilizações milenares ocupavam esses espaços, tão diversas quanto poderiam ser. Ainda hoje, seus descendentes falam inúmeras línguas, organizam-se distintamente, possuem suas próprias cosmovisões, filosofias e mitologias. O processo colonial, que os unificou, se visto em uma perspectiva mais ampla da história humana, é recente, datado dos últimos séculos. Contudo, o impacto da violência contra as existências indígenas - "apagadas" da história, na medida em que eram tidas como "sem história" — foi também o de reuni-las em meio à resistência, construindo unidades na multiplicidade.

Neste texto, pretendo discutir como passado e presente se articulam como contra-modernidades indígenas, produzidas em forma de memórias, práticas, filosofias e aprendizados. O meu foco é demonstrar a tensão entre o lugar do nativo indígena na construção do imaginário moderno e do Estado-nação brasileiro, como *objeto da desumanização por parte das ciências, da mitologia religiosa cristã e da ordem jurídica*, de um lado — o que faço nas primeiras três seções do artigo — e, de outro, *como sujeito histórico, propositor de outros pactos sociais* - nas últimas duas seções. Parto da pesquisa bibliográfica, com fontes especialmente da história e da antropologia sobre povos indígenas brasileiros, contraposta a uma literatura de autoria indígena, produzida nas últimas décadas. Como conclusão, reflito sobre a experiência de nos situarmos na posição de objeto da observação pela perspectiva indígena, como parte de uma agenda de descolonização de pensamentos e práticas.

O objetivo é me aproximar das histórias sobre o nosso mundo que têm sido contadas em

outras línguas e não fomos ensinados a ouvir, enquanto não indígenas. As histórias de criação e destruição, de redenção e morte. A narrativa que vem da perspectiva do "outro" desumanizado, e que por essa razão, vem sendo traduzida com indiferença ou alguma curiosidade folclórica, mas raramente levada a sério. Mesmo nos setores críticos, alinhados às causas indígenas, antirracistas e antissistêmicas, há uma grande dificuldade para nós, os brancos, de não assumirmos o protagonismo da história que queremos contar, ainda que seja na condição de vilões impiedosos.

Afinal, embora mudemos o nosso discurso sobre a modernidade e os problemas que ela gerou e gera, será que alteraremos mesmo a perspectiva sobre nossas catástrofes, se não começamos a olhar para nós mesmos, como objeto de escrutínio, a partir do outro lado?

O INDÍGENA COMO OBJETO A SER DISSECADO: A DESUMANIZAÇÃO PELA CIÊNCIA

Na obra *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (2018), no original publicado pela primeira vez em 1999, a educadora Linda Tuhiwai Smith, indígena maori nascida no território da Nova Zelândia, constrói um primoroso apanhado das iniciativas indígenas para retomar um lugar de produção das ciências e do conhecimento, em contraponto ao legado imperialista e colonial da ciência hegemônica, onde são epistêmica e ontologicamente relegados à condição de objetos. Como acadêmica de formação, educadora crítica e formadora de novas gerações de pesquisadores, a autora é bastante consciente da importância desse trabalho coletivo de descolonização da pesquisa, bem como dos modos de fazê-la.

Ela relata os impactos concretos de uma ciência que, historicamente, apenas se interessa por coletar informações, objetos e saberes dos povos indígenas, na medida em que estes lhes convenham aos interesses da sociedade hegemônica. Ao concluir que esta é ainda uma prática bastante corrente, justifica porque os próprios indígenas acabam por rechaçar a ciência como um todo, especialmente a sua lógica racionalizante e seu apego às dicotomias modernas, que fragmentam a vida de uma forma que, para o indígena, é inconciliável com seus valores e regimes de verdade.

> Foi um processo de fragmentação sistemática que ainda pode ser vista na dissecação que se fez do mundo indígena, cujas peças foram estruturadas em disciplinas especializadas: os ossos, as múmias e os crânios tiveram por destino os museus; a arte foi para os colecionadores privados; as línguas, destinadas aos linguistas; os "costumes", aos antropólogos; as crenças e os comportamentos, aos psicólogos (Smith, 2018, p. 41).

De modo geral, embora as experiências de colonização moderna, que decorreram dos séculos XVI ao XX, tenham sido bastante diversas, assim como as populações nativas e escravizadas que foram o seu alvo, seus padrões de dominação foram similares, repetiram-se, aprimoraram-se e alcançaram patamares de sofisticação que sustentam as tecnologias de poder raciais hoje vigentes.

> Os povos indígenas foram classificados do mesmo modo que a flora e a fauna; tipologias hierárquicas de humanidade e sistemas de representação foram legitimados por novas descobertas; mapas culturais foram traçados e territórios reivindicados e contestados pelos principais poderes europeus. […] Esses sistemas destinados a organizar, classificar e armazenar novos conhecimentos e também a teorizar os significados de tais descobertas constituíram a pesquisa. Em um contexto colonial, no entanto, essa pesquisa teve inegavelmente também a ver com poder e dominação. Os instrumentos ou as tecnologias de pesquisa foram também instrumentos de conhecimento e legitimação de diversas práticas coloniais (Smith, 2018, p. 77).

A contestação indígena à ciência moderna não se limita, assim, a negar a sua neutralidade, devido a seu vínculo fundante a uma perspectiva eurocêntrica, pois vem evidenciar o papel fundamental exercido por ela de desumanização do "outro", alvo daquela fragmentação. Um "outro" transformado em objeto, em cobaia de experimentações, em metáfora evolucionista, em uma representação mítica, subordinada ao ego civilizatório. Sem este "outro" fragmentado, os Estados nação europeus não teriam acumulado suas riquezas, afirmado o seu domínio imperial, imposto a sua identidade como universal e a própria ciência sequer teria desenvolvido a sua hegemonia nos diferentes campos de intervenção humana. A ciência foi então o instrumento fundamental de modernização daqueles que, agindo em serviço de uma humanidade abstrata, obedeciam aos propósitos de sociedades específicas, representadas pelos modernos estados-nação e hoje por uma também abstrata noção de sociedade global.

Nesse sentido, o reconhecimento das contradições do processo modernizador e mesmo de seu viés colonial, bem como dos direitos dos povos originários e daqueles que foram escravizados e sacrificados para o acúmulo da riqueza de poucos, traz à tona a indagação sobre o papel desses sujeitos em frente às construções modernas que consolidaram a negação de sua própria humanidade. É possível uma ciência indígena, uma ciência descolonizada? Se sim, a que propósitos ela servirá? Como ela poderá ser forjada? Quais questões ela coloca e quais procura responder? Que narrativas ela será capaz de produzir, a partir da desconstrução das premissas que mantiveram as hierarquias raciais por tantos séculos naturalizadas?

Um indício para se iniciar essa conversa é fornecido por Smith, a partir de uma pergunta que os indígenas participantes de suas pesquisas frequentemente dirigiam ao ocidente: "Por que eles sempre pensam que olhando para nós irão encontrar as respostas para os nossos problemas; por que eles não olham para si mesmos?" (Smith, 2018, p. 225). Os problemas a que eles se

referem dizem respeito ao modo como nas ciências ocidentais, mesmo aquelas com vieses mais progressistas, tende-se a repetir a narrativa moderna de marginalização, exotismo e escassez associada aos povos originários. Como se houvesse uma urgência de inseri-los plenamente ao contrato social moderno, por meio da cidadania, da educação e do acesso aos bens e valores ocidentais, ou, por outro lado, garantir-lhes a autodeterminação necessária para que vivam plenamente à margem do ocidente, sem serem incomodados. Qualquer uma dessas respostas parecem utópicas demais de serem alcançadas, porque, na prática, reproduzem as "promessas" não cumpridas de sistemas que nunca foram de fato universais.

Assim, ao interpelarem "Por que eles não olham para si mesmos?", aqueles que sempre foram objetificados devolvem o olhar, introduzem o desconforto dessa inversão e com ela apontam os aspectos mais nefastos que a modernidade sempre conteve. Ao fazerem isso, subvertem também as representações associadas ao nativo indígena, pelas instituições que o transformaram em uma entidade vazia ou incompleta - o imaginário mítico religioso e a ordem jurídico-política do Estado nação.

O INDÍGENA E O RACISMO À BRASILEIRA: A DESUMANIZAÇÃO PELO IMAGINÁRIO MÍTICO RELIGIOSO E SUA LEGITIMAÇÃO CIENTÍFICA

Se formos nos voltar à era das conquistas coloniais, a leitura que os europeus faziam do "novo mundo" e a maneira de traduzi-lo eram ainda marcadas pelo amálgama mítico religioso de suas tradições medievais - como se pode comprovar através dos primeiros relatos que temos registrados, sob a perspectiva do navegante, do explorador e do missionário. Conforme demonstra Gustavo Piqueira, em sua obra *Primeiras Impressões: o nascimento da cultura impressa e sua influência na criação da imagem do Brasil* (2021), esses primeiros registros[1], na forma de textos e imagens, não tinham nenhuma expectativa de retratar com fidelidade aquilo que os viajantes apreendiam. Tratava-se de narrativas que cumpriam uma função simbólica de atiçar a imaginação do leitor, entretê-lo e induzi-lo à percepção que correspondesse aos ideais do autor.

1 O autor analisa as obras produzidas sobre o Brasil colonial, que à época tiveram intensa circulação pela Europa e influenciaram marcadamente a visão que se tinha sobre as recentes conquistas e suas populações. O argumento do autor, compartilhado também neste texto, é de que essas representações exercem uma influência no imaginário sobre os povos originários ainda hoje, seja no sentido de romantizá-los como representações do mito do "bom selvagem", seja no de considerá-los anacrônicos, inferiores, ou inimigos do progresso e da civilização.

> Assim, por meio de estereótipos, foram forjadas as primeiras imagens das terras e povos recém-encontrados pelos europeus: quase como uma simples confirmação de lendas há muito conhecidas. Aos poucos, no entanto, os testemunhos oculares — mesmo quando não tão oculares, como os de André Thevet - paulatinamente relegaram os homens com rosto entre os ombros e cara de cachorro a um passado fantasioso. Paulatinamente (Piqueira, 2021, p. 47).

As visões sobre os nativos oscilavam entre imagens de: selvagens inocentes, pacíficos e desprovidos de qualquer pudor, senso de moralidade e autoridade; bestas canibais, violentas e demoníacas. Da mesma forma, a ideia do "novo mundo" girava entre o céu e o inferno; entre uma terra inexplorada de riquezas e oportunidades, o próprio palco para o desenvolvimento civilizatório, e o terreno da depravação e da decadência dos valores superiores. De todas as formas, o destino daqueles nativos era serem tratados como seres marcados pela falta e não pela diferença, em benefício da sociedade que "proveria" o que lhes faltava - seja o extermínio ou escravização dos povos mais hostis, seja a catequização e a assimilação dos mais pacíficos. Nessas narrativas inaugurais, a tradução da diversidade étnica originava, assim, mitos que ainda povoam o imaginário nacional brasileiro.

A justificativa religiosa também ocupava espaço dominante desde o princípio, na medida em que a fé era o pano de fundo da expansão marítima e imperial que portugueses e espanhóis empreendiam, continuação das cruzadas contra infiéis que se desenrolaram em seus próprios territórios, base angular dos mitos de nacionalidade que forjavam estes Estados. Chegando em 1549 às terras brasileiras, a Companhia de Jesus levava a missão jesuítica no intuito de moralizar o tratamento com os gentios, evangelizar os nativos e integrá-los por meio do trabalho e da disciplina cristã. Por trás das boas intenções dos jesuítas havia também um propósito político de expansão da própria empresa missionária, que crescia ao longo desses primeiros séculos em que a metrópole não exercia o seu domínio de maneira tão efetiva.

A Companhia, que se manteve presente até 1759, quando os jesuítas foram expulsos no governo do Marquês de Pombal, cresceu graças à prática dos aldeamentos de nativos, que favorecia muito mais os religiosos do que as sociedades indígenas, já que facilitava o alastramento das epidemias - responsáveis pelo extermínio de boa parte das populações - possibilitava a exploração do trabalho servil, sem que as riquezas fossem revertidas em benefício das comunidades, esvaziava os vínculos societários pré-existentes à colonização, bem como as múltiplas formas de organização política e econômica que mantinham. A catequese e a ação missionária permitiam, assim, que sociedades indígenas inteiras, culturalmente muito diversas, fossem reduzidas na prática a um amálgama indiferenciado de "almas perdidas", preparadas para se tornarem súditos obedientes e passivos (Cunha, 1992; Lima, 1995; Ribeiro, 1986).

De modo geral, portanto, o "encontro" colonial produziu o seu "outro" a partir de inúmeras estratégias, que em cada contexto devem ser analisadas devidamente. Todas elas

coincidem, contudo, com a convivência entre a civilização, representada pela superioridade branca e europeia, e a sub-humanidade, formada tanto pelas sociedades nativas, quanto pelas populações escravizadas vindas do continente africano, e representadas por mitos diversos, que os romantizaram, infantilizaram, demonizaram e os reduziram à condição de objeto, reflexo imperfeito da humanidade plena da branquitude (Ramos, 1998).

Aos poucos, a percepção mítica e religiosa vai sendo complementada por uma abordagem secular e científica. Tendo a Igreja estabelecido patamares "civilizatórios" para o trato da população nativa - embora o reconhecimento da humanidade indígena fosse condicionado às noções de falta e inferioridade - no século XIX, com o processo de independência, o indígena é retomado como parte de um movimento de construção de uma identidade nacional para um Brasil que inventava as suas tradições e história. Naquele momento, surgiam as primeiras instituições de pesquisa, catalogação e estudo legitimamente nacionais (Schwarcz, 1993), com forte caráter elitista e ligações umbilicais às teorias e pensamentos científicos produzidos na Europa. Os intelectuais brasileiros da época, bebendo das fontes europeias, reproduziam as principais tendências em voga - tanto nas artes, nas ciências físicas e naturais, quanto nas recentes ciências sociais — a partir de padrões que revelavam muito mais o diletantismo de seus autores do que trabalhos concretos de pesquisa.

Se havia um imaginário europeu acerca do "novo mundo", suas maravilhas exóticas e seus perigos, o esforço da intelectualidade não era de oposição a ele, mas o de exaltar a originalidade de uma nação dos trópicos, reservando ao indígena o espaço do mito fundador, condição para um projeto nacional de modernização, com muito mais continuidades do que rupturas ao processo colonial imperialista que os países europeus iniciaram. A ciência incipiente da época dialogava, assim, com as imagens românticas do "índio", vindas da literatura e das artes, em nada correspondentes à realidade concreta das populações originárias, que enfrentavam o genocídio constante:

> Por oposição aos africanos, que lembravam a vergonhosa instituição escravocrata, o indígena permitia selecionar uma origem mítica e estetizada. A natureza brasileira também cumpria função paralela: se não tínhamos castelos medievais ou igrejas renascentistas, possuímos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas tropicais, aparecia representado o monarca, o Estado e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. […] Os índios do romantismo nunca foram tão brancos, e o monarca e a cultura brasileira se tornaram mais tropicais. Diante da rejeição ao negro escravo, e mesmo aos primeiros colonizadores, o indígena restava como legítimo representante da nação. […] Como um bom selvagem tropical, o indígena romântico permitiu à jovem nação fazer as pazes com um passado honroso anúncio de um futuro promissor (Schwarcz; Starling, 2015, p. 485, 487).

As teorias raciais, importadas do contexto científico europeu do século XIX, trarão grande impacto ao imaginário social brasileiro nascente. O racismo científico, invenção daquela época,

representava a justificação para que os valores liberais e humanistas não fossem tão universais quanto a princípio se propagava, a partir do moderno contrato social.

Era de se esperar que uma sociedade marcada pela miscigenação e pela heterogeneidade cultural de sua população, como era o caso da brasileira, não reproduzisse preceitos deterministas de superioridade e pureza, conforme as teorias em voga proclamavam na Europa. Contudo, construiu-se um discurso oficial segundo o qual, se a nação tropical exaltava a originalidade de sua natureza e paisagem nativas, seria o aprimoramento da raça (a branca), por meio da supressão dos traços de inferioridade daqueles destinados a serem dominados, que garantiria o sucesso daquele projeto modernizador de país. Dessa forma, a mistura de raças, tratada pelas teorias racistas tradicionais como um sinal de degeneração e necessário fracasso civilizatório, seria lida como um exemplo de experimentação e prova de que o aprimoramento civilizatório, tese do evolucionismo cultural, tanto era possível quanto deveria se tornar um impulso obrigatório.

> Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das "diferenças" transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. "Naturalizar as diferenças" significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-lo na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. […] É possível dizer, no entanto, que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial, no Brasil. Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça (Schwarcz, 1993, p. 85).

O racismo científico foi, assim, uma das construções modernas mais eficientes, mesmo que seus fundamentos tenham se sustentado em bases muito pouco rigorosas, de vieses político-ideológicos, largamente refutados na atualidade. Porém, como a justificação do racismo se apoiava em construções arraigadas ao pensamento vigente e ao imaginário do sujeito moderno universal - homem, branco e europeu - ele conseguiu forjar identidades que prevaleceram à derrubada de suas bases científicas. Além disso, o racismo permaneceu incidindo como uma ordem estruturante global, concretamente implicada à organização dos sistemas sociais de controle da vida e dos corpos, produção econômica e distribuição de riquezas, dentro e entre nações de todo o mundo.

O CONTRATO RACIAL E O INDIGENISMO: A DESUMANIZAÇÃO PELO DIREITO

O racismo científico do século XIX desde cedo se associou a uma construção mítica e ideológica sobre a superioridade europeia - que justificasse a expansão imperialista dos Estados europeus e seus aparatos coloniais -, mas requereu ainda um constructo mais sutil, para a manutenção de sociedades extremamente desiguais, formadas por cidadãos plenos de um lado e, de outro, *subpessoas*. Trata-se do pacto, continuamente reformulado pelas democracias ocidentais "descolonizadas", que Charles Mills (2022) denomina "contrato racial", o sistema político *real* vigente nas sociedades modernas:

> O que é necessário, em outras palavras, é um reconhecimento de que o racismo (ou, como argumentarei, a supremacia branca global) é *em si* um sistema político, uma estrutura particular de poder para um governo formal ou informal, para o privilégio socioeconômico e para as normas de distribuição diferenciada de riquezas materiais e oportunidades, benefícios e responsabilidades, direitos e deveres. […]. Mas o contrato peculiar a que estou me referindo, embora baseado na tradição de contrato social que tem sido central para a teoria política ocidental, não é um contrato entre todos ("nós, o povo"), mas apenas entre as pessoas que realmente são pessoas ("nós, os brancos"). Portanto, é um contrato racial. […] Desde o início, então, raça não é de forma alguma uma "reflexão tardia", um "desvio" dos ideais ocidentais ostensivamente não racializados, mas sim um constituinte central da formação desses ideais (Mills, 2022, p. 29-41, grifo do autor).

O contrato racial funciona, assim, como princípio implícito para os acordos sociais que mantêm as populações racializadas "naturalmente" subjugadas, mesmo que não se sustente mais uma justificação biológica para tanto. Ele garante o silêncio acerca das bases materiais com que a riqueza dos Estados foi e é construída; sobre as diferenças entre países ricos, cujo domínio econômico e cultural foi consolidado pela exploração contínua especialmente das ex-colônias; sobre a verdadeira história do progresso, dos genocídios e epistemicídios que ele gerou e de como essa história colonial/imperial se repete, sobre os regimes democráticos hoje vigentes, a partir de novos conceitos, mas conforme uma mesma narrativa.

> Pode-se dizer, então, como regra geral, que o mal-entendido, a deturpação, a evasão e o autoengano brancos em questões relacionadas a raça estão entre os fenômenos mentais mais difundidos das últimas centenas de anos, uma economia cognitiva e moral psiquicamente necessária para a conquista, colonização e escravização. E esses fenômenos não são de forma alguma acidentais, mas prescritos pelos termos do contrato racial, que exige um certo esquema de cegueiras e opacidades estruturadas para estabelecer e manter o regime político branco (Mills, 2022, p. 46).

As opacidades de um regime político racial foram impostas às sociedades indígenas brasileiras, por meio da construção de uma modalidade de poder que funcionava tanto para gerir, catalogar e controlar pessoas, quanto para submetê-las a uma guerra permanente de conquista, o que foi denominado *poder tutelar* (Lima, 1995; Rocha, 2021). O ímpeto imperialista das antigas nações metropolitanas era ali reconfigurado como um aparato interno de poder, orientado pelo avanço e consolidação de fronteiras territoriais e econômicas e, consequentemente, pela remoção de qualquer empecilho a este projeto. Não por outra razão, o trato com as populações nativas foi se transformando, na passagem do Brasil colônia para república, de um objeto de missão religiosa (um fardo moral civilizatório), para um problema de gestão militar. É exatamente quando os corpos indígenas já não são tão úteis como mão de obra, escravizada ou servil, que o interesse nacional recai sobre a terra e recursos naturais sob domínio indígena (Cunha, 1994).

Conquistar os povos considerados hostis e bravios era assim o lema do primeiro órgão administrativo oficialmente incumbido desta função, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, sob a direção de Marechal Cândido Rondon, militar mestiço, experiente no desbravamento das fronteiras nacionais, que propunha então uma forma de dominação "não violenta" dos nativos, conhecida por *pacificação* (Ribeiro, 1986). O SPI e, décadas depois, a Fundação Nacional do Índio (a Funai, instituída em 1967), consolidavam um conjunto de técnicas, saberes e valores - o *indigenismo* - cujo objetivo central era integrar os indígenas à sociedade nacional, vencendo-lhes a resistência cultural, para que pudessem se tornar cidadãos brasileiros, na medida em que alcançassem uma suposta "maturidade civilizatória", que significava abandonar definitivamente suas raízes e "deixarem de ser índios".

> O não reconhecimento das características dessas outras sociedades como produto de suas próprias *histórias*, e não de uma *natureza* selvagem e primitiva, é, portanto, um constructo ideológico eurocêntrico. Não se trata de uma ignorância inocente, senão de uma produção deliberada da diferença cultural como algo a ser suprimido, superado, sacrificado. A partir dela, quando se produz a diferença como falta, ausência e inferioridade, justifica-se a violência do extermínio dentro de parâmetros de racionalidade supostamente neutros e inclusive redentores (Rocha, 2021, p. 1252, grifo do autor).

Mesmo quando os agentes do indigenismo, ao longo das sucessivas décadas do século XX, passaram a adotar uma postura mais protecionista e preservacionista (no interesse de preservar a "indianidade" dos povos que "ainda existem" e protegê-los do inevitável avanço do progresso sobre suas terras e recursos), a ideia de que a integração total seria o futuro natural e necessário dos povos indígenas brasileiros nunca foi afastada (Cunha, 1994; Oliveira, 2016; Ribeiro, 1986). Isso porque, assim como no contrato social do liberalismo clássico, conforme explica Mills, as diferenças naturalizadas pelo contrato racial jamais são tematizadas - o que garante a inalterabilidade de ambos e a convivência de um regime político oficial e o outro

implícito - o indigenismo funciona pela mesma lógica. Afinal, ele investe em padrões racionais de convivência pacífica entre um projeto nacional branco (mas tido como universal e unívoco) e as diferenças étnico-culturais como partes compreendidas neste todo, desde que estas possam ser acomodadas e não afetem as regras estabelecidas pelo corpo político hegemônico.

Além disso, como descrito por Alcida Ramos, o indigenismo não se esgota em um aparato de regras de conduta e princípios, pois detém um componente central ideológico de supremacia racial, segundo o qual a figura do indígena está necessariamente associada a representações estereotípicas, vindas daquele imaginário colonial nunca superado - tais como os estereótipos da *criança*, do *pagão*, do *nômade*, do *primitivo*, do *selvagem*, além de outros (Ramos, 1998, p. 13-59). Todos eles encerram representações que remetem ao contrato racial e à sub-humanidade que lhe dá substância, fazendo com que a cidadania atribuída ao indígena seja esvaziada, submetida ao instituto da tutela do Estado e à decisão deste acerca da condição de cada indivíduo sobre sua integração à sociedade nacional.

De acordo com essa lógica, múltiplas etnias foram declaradas extintas até meados do século XX (Oliveira, 1998), especialmente nas regiões dos primeiros contatos, e a ocupação indígena do território brasileiro foi tratada como um problema do passado, cujos resquícios estariam parados no tempo, a serem preservados em suas reservas, longe das vistas e das preocupações de uma sociedade que subitamente se urbanizava e modernizava.

A imagem do indígena nacional se consolidava como objeto de homenagens e da curiosidade folclórica dentro da narrativa histórica oficial. Se havia conflitos, na época da colonização e formação do Estado-nação brasileiro, eles já se encontravam pacificados, por meio do aparato da proteção e integração dos indivíduos. Alguém que tivesse raízes indígenas mas já não vivesse em comunidade com o seu povo, provavelmente iria negá-las, pelo estigma que carregavam, ou simplesmente tratá-las como traços culturais vestigiosos de menor relevância, marcas de um passado longínquo nunca registrado, anônimo, e de uma violência banalizada pelo heroísmo branco.

Assim, no campo dos direitos e políticas públicas, até a Constituição de 1988, apelidada Constituição cidadã, a cidadania indígena jamais existiu propriamente. Afinal, "ser índio" era sinônimo de uma condição provisória de incapacidade e dependência em relação ao Estado, enquanto a emancipação dessa condição significava "deixar de ser índio".

O indigenismo se transformou de lá para cá, especialmente em decorrência dos processos políticos que antecederam a constituinte, como a formação de coletivos e representantes indígenas, ao nível regional, nacional e internacional, que passaram a vocalizar os projetos e interesses indígenas numa linguagem compreensível aos brancos, ocupando e instrumentalizando suas instituições (Baniwa, 2006; Lacerda, 2008; Ramos, 1998).

Os próprios indígenas reconfiguraram o indigenismo, com o apoio de parcela da sociedade

civil não indígena, assumindo um lugar de protagonismo até então nunca visto. Contudo, trata-se de um processo em andamento, aberto a disputas e retrocessos, que tem como contexto e elemento fundamental a construção de outros imaginários, narrativas e pactos sociais, em contraponto a todas as formas de desumanização que o ocidente promoveu. O que os povos indígenas têm construído ao longo dos séculos e nas últimas décadas em especial, vai além da resistência à violência cotidiana, ao desaparecimento, ao estigma e aos estereótipos coloniais, pois oferece uma perspectiva sobre as outras faces da modernidade, para as quais não estamos acostumados a olhar.

AS RETOMADAS INDÍGENAS E A POTÊNCIA DO SEU SIGNIFICADO

As reconfigurações do pacto político nacional que tiveram o seu momento fundamental na organização indígena em coletivos e o reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988 são tratadas em outros trabalhos (Baniwa, 2006; Oliveira, 2016; Ramos, 1998; Rocha, 2021), que vão resgatar as conquistas importantes das últimas décadas, bem como as contradições, os retrocessos e impasses para a efetivação desse arcabouço de direitos.

Aqui, quero concentrar a atenção no fato de que o direito e a política ocidentais - apesar de sua matriz colonial e racista - passam a ser instrumentalizados pelos indígenas em nome de uma luta permanente pela existência. Não se trata de existir apenas no sentido de sobreviver "por enquanto", da maneira como a sociedade branca permitir, mas exigir uma existência coletiva, na medida em que a cidadania indígena se torna parte de um repertório de direitos de natureza coletivista; e uma existência contemporânea, que demanda que os povos indígenas sejam tratados como sociedades múltiplas e cambiantes, não mais resquícios do passado.

No cerne dessa luta pela existência se encontra a noção de *retomada*, um movimento de resgate amplo, que abrange: a reocupação dos territórios originários, vastas regiões onde viviam as sociedades indígenas, terras invadidas e espoliadas ao longo dos séculos de colonização e extermínio; o resgate das tradições, práticas, cosmologias e rituais que haviam sido perdidos ou silenciados, em virtude das perseguições e estigmas, especialmente em regiões consideradas "desindianizadas" pela mistura racial; o resgate das línguas indígenas, que passam por verdadeiras reinvenções, a partir das tradições orais transmitidas de geração a geração, adaptadas às necessidades e linguagens da atualidade; a reescrita da história, tanto de origem e resistência de cada povo quanto daquela que foi contada ao longo dos séculos nos livros de história, segundo os quais os índios foram condenados a não existirem no presente, tampouco

no futuro. As retomadas se tornaram parte dos devires coletivos dos povos, que se concretizam através do trabalho organizativo de figuras como o Cacique Babau, liderança indígena do povo Tupinambá, que mobilizou retomadas nas últimas décadas em seu território no sul da Bahia:

> O certo é que, de 2005 em diante, já não tínhamos mais desnutridos. Ninguém mais passava fome. Não havia mortalidade infantil na nossa aldeia. Todos estavam gordinhos e a natureza estava se recompondo. Tudo voltava ao normal. Em 2018, já era possível ir à Serra do Padeiro tranquilamente e encontrar uma mata, uma floresta intacta. Há áreas que nunca foram mexidas e as áreas mexidas se recuperaram e estão belíssimas! Os rios voltaram, os riachos se recompuseram, a natureza se refez e os índios antes desnutridos têm hoje automóveis e motos na garagem e internet via satélite em casa. A terra nos deu tudo porque tivemos coragem de enfrentar quem a violava. […] Chegamos a um patamar a que nenhum povo indígena conseguiu chegar. Conseguimos garantir o território sem a terra estar demarcada, sem ela estar homologada. O governo não cumpriu uma reintegração de posse sequer na Serra do Padeiro. Conseguimos nos manter no território porque temos autonomia espiritual, financeira e coletiva. Coletiva para enfrentar a guerra, espiritual para não tremer diante do inimigo e financeira para nos mantermos abastecidos. No tripé da guerra tupinambá, há elementos prioritários. Primeiro, estudar o inimigo. Em segundo lugar, armazenar bastante alimento. Procurar as principais nascentes de água e ocupar a terra, e em seguida criar uma barreira para impedir o inimigo de chegar até o alimento e a água. De sede ele se renderá, e não será preciso matar ninguém (Cacique Babau, 2023, p. 34-41).

Importante destacar que as retomadas não podem ser pensadas como uma simples reprodução do que existiu um dia, como se fosse possível retornar a um estado original, puro e intocado, como se a colonização jamais tivesse existido. Elas são movimentos que se estendem para além do território da aldeia ou reserva, elas alcançam as cidades, as florestas, as mídias, os palanques políticos, os espaços de poder em geral, as universidades, os campos artístico e científico, e qualquer outro lugar em que o indígena possa existir. As retomadas convidam a um processo de "reindianização", tanto daqueles que se identificam com suas raízes ancestrais, quanto daqueles cujas identidades foram forjadas por uma ideia de nação baseada no extermínio das diferenças e na dominação racial. Elas oferecem um novo pacto político, portanto, que não cabe nos limites jurídico-políticos da cidadania liberal, por isso os instrumentalizam, os forçam a irem além, transbordam os seus significados e, especialmente, a sua perspectiva.

As retomadas são, enfim, processos complexos, que envolvem dimensões materiais específicas para cada caso, mas também simbólicas. O que há de comum em todas elas é que quase sempre envolvem reações violentas da sociedade branca, a qual se julga a única detentora de tudo aquilo que seja considerado autêntico e originário. Tal violência pode ser explicada de diversas maneiras, mas fundamentalmente pela incapacidade da visão ocidental de reconhecer os povos indígenas como protagonistas de suas histórias, nomes, narrativas e destinos. Enquanto a retomada promove o resgate permanente de todas as formas de existência, a violência quer reinstaurar a "normalidade" da desumanização. Por essa razão, os setores mais conservadores

da sociedade brasileira, antes escravistas e hoje representantes dos latifúndios e do modelo econômico das monoculturas e commodities, tentam interromper os processos de retomada indígena por meio da alegada tese jurídica do marco temporal.[2]

Enquanto buscam deslegitimar os processos demarcatórios por meio do legalismo privatista, dentro dos próprios territórios retomados, assassinatos, estupros, torturas e crueldades são praticados impunemente, com a omissão ou participação de setores do próprio Estado, como tem acontecido com os povos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, há décadas, em situações parecidas a este relato da década de 80, narrado por Tonico Benites, que corresponde a uma violência ainda bastante presente:

> Entre 1985 e 1988 teve início a expulsão violenta das famílias extensas Vargas-Ximenes e Benites-Romero da área de Jaguapiré. Testemunhei essa violência contra as minhas famílias promovida pelos fazendeiros. Esse período foi marcado por intensos conflitos com os fazendeiros do atual município de Tacuru. As famílias demonstraram posição firme na defesa de seu *tekoha* e mais indígenas se juntaram no *tekoha* Jaguapiré. Foi no dia 2 de março de 1985, ao meio-dia, que pela primeira vez as famílias indígenas foram atacadas e despejadas violentamente por trinta prepostos do fazendeiro José Fuentes Romero, como lembra o idoso kaiowá Silvio Benites, torturado a ponto de ter uma perna fraturada durante o despejo. Ele nunca mais se recuperou da violência sofrida: "O fazendeiro José Fuente veio até a casa do Moreno. Ele ficou muito bravo com o avô (*ñamoi*) Moreno por ter articulado o retorno de nossos parentes ao *tekoha* Jaguapiré. Fuente falou diretamente para nós que não vai aceitar a moradia de vários índios da reserva Sassoró na sua propriedade. Ele ordenou para todas as famílias sair e ir embora imediatamente da fazenda dele, mas nós respondemos a ele que a nossa decisão era não sairmos de nossas casas e nem íamos abandonar nosso lugar. Diante disso, ele ameaçou que ele ia mandar queimar todas as nossas casas, que logo ia mandar polícia e caminhão para nos expulsar e transferir para a reserva Sassoró. Em menos de uma semana, chegaram ao pátio de nossas casas dois caminhões, tratores e vários homens e policiais armados. Ao cercar as nossas casas, ordenaram para nós subir imediatamente na carroceria do caminhão. Os policiais já dominaram e amarraram as crianças, mulheres, homens e carregaram na carroceria do caminhão. Além disso, começaram a lançar tiros sobre nós, chutaram nas pernas dos homens. Eles amarraram os nossos braços e pernas, nos carregaram na carroceria do caminhão. A minha perna foi fraturada pelos jagunços e assim fui jogado na carroceria. Enquanto isso, os dois tratores já começaram a destruir as nossas casas e nossas roças. Os não indígenas (*karai*) já queimaram as nossas coisas. Assim, nos carregaram amontoados na carroceria do caminhão e nos deixaram perto da Missão Evangélica Kaiowá, na entrada da reserva Sassoró" (Benites, 2023, p. 46-48).

Adiciona-se que nos processos de resgate de línguas e identidades que a história oficial

2 Segundo a tese jurídica do chamado "marco temporal", os povos indígenas somente teriam legitimidade para reivindicar terras que fossem ocupadas à época da promulgação da Constituição de 1988, o que excluiria daí as áreas retomadas após essa data, além daquelas que seguem sendo invadidas por não indígenas e espoliadas de seus legítimos detentores. Tal leitura esvazia o conteúdo do direito originário do qual os indígenas são titulares, que estabelece de maneira inequívoca a importância central dos territórios ancestrais para o exercício da autodeterminação e para a reprodução física, social e cultural dos povos.

decretou como extintas, setores internos ao próprio indigenismo questionam a autenticidade daqueles que procuram se reintegrar às suas raízes indígenas, como se fosse preciso reforçar ainda o papel paternalista do Estado, o defensor do indígena puro, autêntico e incapaz.

As situações são múltiplas e configuram um cenário de injustiças seculares, mas que desperta pouca atenção e indignação por parte da sociedade não indígena, revelando ainda a manutenção das raízes coloniais e racistas que sustentam o nosso imaginário e instituições. É muito mais cômodo observar tudo em comiseração, como se a desumanização de sociedades inteiras fosse um problema apenas do outro. Enxergar a realidade dos povos indígenas como eixo fundamental para a compreensão da nossa realidade, bem como de suas catástrofes e crises - climática, política, epistêmica e ontológica - parece ser uma tarefa tanto mais urgente quanto negligenciada.

CONTRA A DESUMANIZAÇÃO E PARA ALÉM DO HUMANO: NARRATIVAS INDÍGENAS E PACTOS SOCIAIS ALTERNATIVOS

Se os povos indígenas foram homogeneizados e objetificados ao longo de toda a modernidade, transfigurados em uma alteridade ambígua — ao mesmo tempo, objeto de fascínio e curiosidade, e de outro lado, figura ameaçadora, que converge diversos perigos ao pacto social vigente —, eles foram também, e continuam sendo, agentes históricos do mundo que conhecemos.

A narrativa moderna tradicional oferece poucos elementos para compreender o impacto das diferentes civilizações chamadas "pré-colombianas", tampouco a contribuição do legado que elas deixaram na configuração de nossos modos de vida e territórios, além de rejeitar o que as sociedades indígenas atuais sustentam e representam. Até mesmo na esteira das contra-modernidades, dos movimentos críticos internos às ciências, à cultura e à política, é difícil encontrar um espaço em que o indígena possa se "encaixar" numa condição de reciprocidade em relação ao "sujeito moderno universal". Em regra, o lugar onde o indígena está autorizado a transitar se refere ao campo do específico em relação ao geral, do mítico em relação ao histórico, do artefato em relação à arte, dos saberes em relação ao conhecimento.

Contudo, em meio a essas relações muito pouco simétricas, o espírito de resistência e retomada conferiu aos povos a capacidade de se articularem enquanto parentes, produzirem memória, especialmente a partir da oralidade e das relações intra e intercomunitárias, e traduzirem a partir de suas próprias perspectivas o que esse mundo moderno significa para

eles - tanto sobre o que foi e é constantemente destruído, quanto sobre as condições para sua reconstrução. Parte essencial desta tradução que chega a nós, não indígenas, por meio de palavras escritas, faladas, imagens e sons, fala sobre a nossa incapacidade de nos engajarmos a um pacto social que seja radicalmente democrático, que inclua tanto os seres desumanizados quanto não humanos. A dicotomia moderna hierarquizante entre cultura e natureza, humano e não humano, que cristaliza a dominação do segundo pelo primeiro, nunca foi incorporada pelas culturas indígenas, e aí reside uma diferença fundamental entre nós e eles.

> É verdade que em determinados aspectos a sociedade brasileira ou ocidental é mais evoluída do que a indígena. Basta pensar na indústria tecnológica com todo o seu desenvolvimento, nas máquinas complexas, nos meios de transportes e de comunicação. E a razão desse desenvolvimento é muito simples: acredita-se que seja importante valorizar esse tipo de conhecimento, por isso investe-se pesado nele. Nisso está, também, a busca da felicidade, do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas e o domínio da natureza. Ao dominar a natureza, o homem ocidental pensa que pode chegar à felicidade. No contexto da sociedade indígena, no entanto, a felicidade é posta em outro lugar e os esforços são investidos em outros campos. A natureza não é objeto para ser simplesmente explorado. Nessa atitude de respeito, as sociedades indígenas chegaram a um equilíbrio perfeito, utilizando uma tecnologia que, comparativamente à do Ocidente, é muito simples. Por outro lado, se considerarmos a qualidade de vida alcançada por essas sociedades — em que ninguém tem mais do que o outro e há abundância e menos violência —, notaremos que elas são mais desenvolvidas que a não indígena (Munduruku, 2013, p. 52).

Tal como afirma Daniel Munduruku, educador e filósofo, diante das vantagens e desvantagens de ser moderno, a tecnologia é apresentada como um ideal indiscutível pelo ocidente, mas ela funciona a serviço de uma lógica unicamente instrumental e exploratória da natureza. Assim, não é que a tecnologia seja um mal ou um valor a ser rejeitado pelas sociedades indígenas, pelo contrário. Conforme o autor, pelo próprio ponto de vista utilitário — bem conhecido entre filósofos ocidentais — consegue-se concluir pela inviabilidade de um mundo centrado unicamente nesse ideal absoluto de progresso técnico, que desconsidera valores como a felicidade, qualidade de vida, abundância e não violência. Assim, a relação não utilitária que os povos indígenas estabelecem com a natureza é justamente o que comprova a sua "utilidade", ao contrário do que o ocidente parece ser capaz de reconhecer.

Munduruku (2013, p. 60-61) ainda continua, a respeito da educação indígena:

> Educação para nós se dava no silêncio. Nossos pais nos ensinavam a sonhar com aquilo que desejávamos. Compreendi, então, que educar é fazer sonhar. Aprendi a ser índio, pois aprendi a sonhar. Ia para outras paragens. Passeava nelas, aprendia com elas. Percebi que na sociedade indígena educar é arrancar de dentro para fora, fazer brotar os sonhos e, às vezes, rir do mistério da vida. Descobri depois que, na sociedade pós-moderna ocidental, educação significa a mesma coisa: tirar de dentro, jogar para fora. Decepcionei-me ao ver que os professores agiam ao contrário. Colocavam de fora para dentro. Os sonhos ficavam entalados dentro das crianças e jovens. Aprender,

> para o ocidental, é ficar inerte ouvindo uma multidão e bobagens desnecessárias. As crianças não têm tempo para sonhar, por isso consideram a escola uma grande chantagem dos adultos para tirá-las de dentro de casa. Não escolhi ser índio, essa é uma condição que me foi imposta pela divina mão que rege o Universo, mas escolhi ser professor, ou melhor, confessor dos meus sonhos. Desejo narrá-los para inspirar outras pessoas a narrarem os seus, a fim de que o aprendizado ocorra pela palavra e pelo silêncio. É assim que dou aula, com esperanças e com sonhos.

Pelo pensamento e prática educativa indígena, o sonho se encontra em um patamar completamente diverso ao que a cultura ocidental lhe relegou. O sonho não é um conjunto de conexões cerebrais aleatórias, que concernem unicamente à experiência do indivíduo, mas uma dimensão essencial da vida coletiva e cosmológica, em que são estabelecidas conexões imateriais e simbólicas, fundamentais à formação de um povo e sua continuidade. Uma experiência de educação que integra os sonhos a seu imaginário e universo de sentidos produz indivíduos que não são meramente reprodutores de uma existência padronizada, mas singularidades diante de um mundo aberto a múltiplas perspectivas. Assim, ao contrário do que aprendemos, que a modernidade é responsável pela diversidade do mundo, diante da educação indígena ela é uma máquina de corpos inertes, passivos e indiferenciados.

Na mesma direção vai o pensamento do filósofo e ambientalista Ailton Krenak (2022, p. 19-20):

> […] não podemos nos render à narrativa de fim de mundo que tem nos assombrado, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais. Estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis. Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria "espiritar", suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa a nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido. Para mim, isso chega a ser uma ofensa. Os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a Terra. Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência. O capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs, e não podemos aceitar isso.

O mundo moderno ocidental é extremamente pobre, segundo Krenak, apesar de sua aparente abundância material. A razão disso reside tanto no desprezo pela natureza e pelos sonhos quanto na incapacidade desses humanos de estabelecerem alianças produtivas com as outras "presenças" e suas agencialidades. Embora as religiões ocupem um lugar importante na vida do sujeito ocidental, ele se acostumou a estabelecer com elas um vínculo baseado no poder de poucos determinarem a vida de muitos, além de serem elas o veículo histórico do regime político racial. Não por outra razão, as religiões cristãs são ainda uma ferramenta importante

de dominação e etnocídio contra sociedades indígenas em todo o mundo. Os modos de vida cristão, embora tenham sido por séculos incorporados pelos indígenas, sem que necessariamente renunciassem a suas cosmologias e práticas rituais, trazem como consequência o silenciamento dos "encantados", reduzindo a relação com a transcendência a uma domestição dos corpos e espíritos, algo completamente avesso à corporalidade/espiritualidade indígenas. A relação com as outras presenças e agencialidades é também o que garante aos povos indígenas uma dimensão de vida coletiva suprimida na modernidade:

> A cidade foi invadida pela indústria e pela produção e transformou a lógica da vida coletiva em vida privada. É precioso observar que os registros sobre os maias e os astecas falam de uma cultura com muita urbanidade, mas em um sentido expandido. Não evocam propriamente a cidade, mas um modo de ser e pertencer a uma dinâmica coletiva. Nesse sentido, os xinguanos, em suas cidades-jardim, também têm muita urbanidade. Quando Davi Kopenawa narra as alianças entre os humanos e os *xapiri*, os espíritos da floresta, está falando da mesma coisa. Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e romanos. Vamos erguer um bosque jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades (Krenak, 2022, p. 34-35).

A relação da modernidade com as cidades é fundamental, como as próprias narrativas hegemônicas registram. Considerando, por exemplo, o contexto brasileiro, o processo de urbanização, que se intensificou em meados do século XX e nunca se interrompeu, tem contornos bastante violentos e estabelece uma relação de continuidade com os processos de colonização territorial que mataram, expulsaram e desmembraram sociedades indígenas inteiras desde o século XVI. Assim, as fronteiras entre floresta e cidade guardam essa violência colonial em sua origem e a estendem sobre outros corpos e coletividades, como os quilombos e outras comunidades negras recém-libertas da escravidão. O indivíduo, que está no centro da vida urbana, só tem valor na medida em que se torna uma peça na máquina produtiva, posteriormente apenas consumidor de mercadorias.

Contudo, mais uma vez, assim como em relação à tecnologia, a cidade não é rejeitada como um valor em si pelo indígena, desde que nela também caibam outras possibilidades de vida e sociabilidade, ou seja, que seja a continuidade de uma existência floresta, de uma existência em conexão com a terra, as águas e a natureza. "Reflorestar o imaginário" e resgatar uma "poética de urbanidade" é restaurar também a pluralidade da pólis e da política, terreno que cidade moderna cada dia foi esvaziando mais. Referenciando Davi Kopenawa, em *A queda do céu* (2015), os povos indígenas resistem à modernidade ao reforçar as alianças cósmicas que permitem a suspensão do céu, a sobrevivência de um mundo marcado pelas diferentes perspectivas agenciadoras:

> Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe uma também por consumir subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente, não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma mesma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 17).

Para finalizar os exemplos de tradução das contra-modernidades indígenas, trago a referência de João Paulo Barreto, indígena Tukano, filósofo e antropólogo, cuja obra *O mundo em mim: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro* (2022), produto de sua pesquisa de doutorado, solidifica os seus aprendizados ancestrais sobre o seu povo e os demais povos daquela região, a respeito das relações entre corpo e território, bem como as tensões entre a medicina ocidental e a medicina tradicional indígena. Segundo Barreto, a respeito da epistemologia e da ciência dos povos do Alto Rio Negro:

> As formas de relações com o mundo, como território, são de relação social, pois, para que não haja desequilíbrio, tudo deve estar conectado e cada parte cumprindo sua função, vida/floresta, vida/animal, vida/água, vida/luz, vida/ar, vida/terra, vida/nome/humana. […] Dessa maneira, o grupo social e o corpo são conectados diretamente com o território de pertencimento e de ocupação. Caso algum membro do grupo se desvincule dessa conexão com o território, a pessoa fica sujeita aos riscos de desorganização de sua vida social, territorial e ao desequilíbrio de sua *força vital*. O pertencimento ao território é fundamental para o equilíbrio social, emocional e afetivo de uma pessoa. […] Isso significa que não basta ocupar o território, é preciso, antes de tudo, negociar, ordenar o novo espaço, conhecer os *waimahsã* habitantes dos lugares/ambientes para poder interagir, comunicar e conviver de modo equilibrado. A tradução do termo *bahsese* com a palavra cristã "benzimento" não dá conta de expressar o sentido epistemológico do termo, como é compreendido pelos *Yepamahsã* (Barreto, 2022, p. 101-111, grifo do autor).

O autor critica as traduções que o ocidente sempre fez das concepções indígenas sobre vida, corpo, cura e doença, como se elas se reduzissem a um conjunto de misticismos religiosos, associados a uma percepção demasiadamente "encantada" do mundo, em nenhuma medida objetiva ou racional. O autor demonstra que esses "equívocos" tradutórios não são nada inocentes, pois se baseiam numa hierarquização entre o moderno e o tradicional, que acaba por corroborar as formas de dominação e violência epistêmica que as populações indígenas sofrem, impedindo muitas vezes a reprodução dos seus modos de vida e a transmissão intergeracional de

conhecimentos, que dependem sobremaneira dessa relação equilibrada entre corpo individual e social, entre o bem-estar físico e a saúde do território.

Além disso, a dimensão do corpo, para os povos amazônicos, segundo Barreto, desafia radicalmente a epistemologia moderna, sobretudo a compreensão dos limites ontológicos da vida humana na relação com seu entorno, de como ela se produz e reproduz:

> Em conclusão, posso dizer que o corpo, tal como concebido por nós indígenas, tem um agenciamento, a capacidade de se transformar em fumaça, onça, cutia, cobra, vegetal. Ou seja, uma concepção de corpo como algo dinâmico, que está em constante transformação, seja pela qualificação, seja pelo uso do *sutiro*, seja pela transformação de animal em outro animal. Os corpos e as coisas do mundo não *são*, mas *estão* em constante transformação. A transformação dos seres não é algo apenas de um passado, do tempo das narrativas míticas, do tempo primordial. Vimos aqui exemplos de transformações dos seres em cada ciclo de fecundação do mundo terrestre. A fecundidade da terra é que possibilita a constante transformação dos corpos. […] O corpo não é apenas um agrupamento de elementos e portador de padrões concretos de costumes e hábitos, mas um conjunto de *kahtise* (vidas) extraenergéticos; um corpo que se transforma, encerra um ciclo de *kahtiro* (vida) e começa outro ciclo de *kahtiro*. O corpo, então, é a arena de expressão de uma filosofia ameríndia, e esses exemplos mostram um aspecto importante dessa filosofia indígena do Alto Rio Negro, para a qual um corpo é uma agência dinâmica e não algo acabado, encerrado em si, individualizado e biológico. Mas não é qualquer corpo. Estamos falando do corpo humano agentivo e especial, que pode ser água, onça, fumaça. Em outros termos, a noção dos indígenas sobre o corpo é algo não acabado, é manipulável, transformável, sujeito a infinitas possibilidades (Barreto, 2022, p. 198-199).

Conforme essa concepção filosófica do corpo, a força vital que anima a vida, nas suas mais variadas manifestações (a vida presente na água, no fogo, nas plantas, animais, no humano), está integrada em cada corpo/território de maneira concreta e dinâmica. Assim, os processos de adoecimento e de cura são aqui abordados a partir das dimensões sociais que a medicina moderna ensinou a negligenciar, ao isolar o corpo doente do indivíduo, como uma unidade estática, dissociada do seu entorno vivo, a ser tratada por meio de intervenções muitas vezes ainda mais violentas do que a própria doença.

Neste contraponto entre a filosofia, epistemologia e ontologia indígenas e as ocidentais, esses pensadores nos convidam a confrontar o lado mais obscuro de nossa identidade moderna, ao identificar de maneira profunda as raízes das nossas maiores mazelas e porque não há possibilidade de futuro neste pacto social que o capitalismo racial nos impõe. Uma sociedade profundamente adoecida, violenta, individualista, que não consegue suplantar o vazio onde foram depositados os valores mais caros que estabeleceu para si, como a democracia, liberdade, igualdade e solidariedade. Nesse sentido, as retomadas indígenas são também um movimento radical de resgate de possíveis futuros, a partir de novas perspectivas, equilíbrios, agenciamentos e, sobretudo, de sonhos — algo que nós ocidentais desistimos de tentar colocar em prática e jamais poderemos promover sozinhos.

POR QUE NÃO OLHAMOS PARA NÓS MESMOS?: UMA AGENDA PARA PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO

Para finalizar este texto, retomo as reflexões de Linda Tuhiwai Smith (2018), para quem esta indagação foi dirigida, por uma interlocutora indígena: por que eles não olham para si mesmos? Reagindo a ela, indago ainda — como olharmos para nós mesmos fora das molduras desse espelho enviesado que nos captura?

A tendência de reproduzirmos os imaginários e narrativas modernas, que confirmam o padrão de desumanização da alteridade, é sempre muito cômoda e recorrente. Afinal, se está "na moda" ser inclusivo e abraçar a diversidade, muito mais difícil é reconhecer as nossas contradições e cedermos espaço para sermos escrutinados pelo outro. O "outro", esta figura ontologicamente imbricada às nossas concepções mais arraigadas do "eu moderno", sempre esteve aqui, a nos confrontar e interpelar.

Smith destaca, em sua obra, os diferentes projetos que resumem uma agenda de descolonização de metodologias e da pesquisa, por parte de pesquisadoras e pesquisadores indígenas em todo o mundo, atuando dentro de suas comunidades ou em instituições externas, em colaboração entre si e entre aliados não indígenas. São eles: reivindicar, testemunhar, contar histórias, celebrar a sobrevivência, relembrar, indigenizar, intervir, revitalizar, conectar, ler, escrever, representar, debater gênero, imaginar o futuro, reestruturar, restaurar, devolver, democratizar, formar uma rede de contatos, nomear, proteger, criar, negociar, descobrir e compartilhar (Smith, 2018). Trata-se de uma agenda abrangente e atual, que reflete a complexidade das demandas que afetam comunidades múltiplas e bastante diversas, cujas alianças se aprofundam com tempo, esforço e resistência, numa dinâmica que integra pensamento e prática política.

O objetivo deste texto foi iluminar alguns pontos de convergência entre esses projetos e a radicalidade do pensamento e da prática política dos povos indígenas brasileiros na atualidade. Os movimentos de retomada que se multiplicam em todo o território; a tradução cosmo-ontológica que Krenak e Kopenawa fazem sobre o mundo dos brancos; as reflexões de Daniel Munduruku e João Paulo Barreto sobre os processos de adoecimento da modernidade, confrontados pelos modelos indígenas de educação e promoção da saúde são apenas alguns exemplos, pois há vários outros a serem explorados, oferecidos pela atuação de indígenas em outros campos científicos e artísticos, como no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na música. Os coletivos indígenas não necessitam de tradutores externos, não demandam entidades paternalistas que lhes provenham a prometida inclusão a um pacto social intrinsecamente excludente. A resistência contra as diferentes formas de desumanização, exploradas brevemente neste artigo, demonstra, portanto,

a potência das contra-modernidades indígenas para a descolonização da vida.

Enfim, ampliar a agenda de transformações de nossas metodologias e práticas, fazer com que ela ganhe visibilidade e força política depende também de esforços contínuos por parte dos não indígenas, não apenas para colocarem à disposição seus privilégios e recursos, mas para radicalizarem a crítica a si mesmos, ao racismo arraigado às suas instituições e às contradições profundas que a modernidade nos legou.

REFERÊNCIAS

1. BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Brasileiro***:* o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Edições MEC/Unesco, 2006.

2. BARRETO, João Paulo Lima. **O mundo em mim**: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto do Rio Negro. Brasília, DF: Mil Folhas, 2022.

3. BENITES, Tonico. Roje-Roky Ina Ha Roike Jevy Tekohape. *In*: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Piseagrama: Ubu, 2023. p. 42-55.

4. CACIQUE BABAU. Retomada. *In*: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Piseagrama: Ubu, 2023. p. 29-41.

5. CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

6. CUNHA, Mauela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

7. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu***:* palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

8. KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

9. KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

10. LACERDA, Rosane. **Os povos indígenas e a Constituinte**: 1987-1988. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2008.

11. LIMA, Antônio Carlos Souza. **Um grande cerco de paz***.* Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petópolis: Vozes, 1995.

12. MILLS, Charles. **O contrato racial**. Edição comemorativa de 25 anos. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

13. MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. Conversa sobre a origem e a cultura brasileira. São Paulo: Global, 2013.

14. OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 47-77, 1998.

15. OLIVEIRA, João Pacheco de. Sem tutela, uma nova moldura de nação. O pós Constituição de 1988 e os povos indígenas. **Brasiliana**. Journal for Brazilian Studies, [*s*. *l*.], v. 5, n. 1, p. 200-229, 2016. Disponível em: https://tidsskrift.dk/bras/article/view/23353. Acesso em: 28 fev. 2025.

16. PIQUEIRA, Gustavo. **Primeiras impressões**. O nascimento da cultura impressa e sua influência na criação da imagem do Brasil. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

17. RAMOS, Alcida Rita. **Indigenism**: ethnic politics in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

18. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986.

19. ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo A construção da cidadania indígena no Brasil e suas contribuições à Teoria Crítica Racial. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1242-1269, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/qjw8c7yvWRnBYKcMxxZ39GS/. Acesso em: 28 fev. 2025.

20. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

21. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

22. SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha
Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutora em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6480-3863. E-mail. gafrochamg@gmail.com

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

Marina de Vasconcellos, pioneira da antropologia brasileira[1]

Marina de Vasconcellos, Pioneer of Brazilian Anthropology

Amurabi Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

O artigo explora a trajetória de Marina de Vasconcellos, considerada a primeira antropóloga profissional do Brasil, destacando-se pelo pioneirismo em uma época em que a Antropologia ainda se consolidava como disciplina no país. O reconhecimento de Vasconcellos como primeira antropóloga profissional considera principalmente dois aspectos principais: a) sua formação acadêmica estrita na área de Antropologia; e b) sua atuação como docente de Antropologia no ensino superior. O estudo foca no desenvolvimento de sua carreira e no impacto que ela exerceu no campo da Antropologia brasileira, especialmente através de sua estreita colaboração com Arthur Ramos, uma figura central na Antropologia da época, com quem trabalhou como professora assistente por quase uma década. Além de sua atuação acadêmica, Vasconcellos desempenhou um papel significativo na institucionalização da Antropologia no Brasil. Ela não só lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia, onde formou e influenciou uma nova geração de estudiosos da área, como também contribuiu ativamente em sociedades científicas. Sua participação em organizações como a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e a Associação Brasileira de Antropologia foi essencial para a criação de espaços de diálogo e cooperação entre antropólogos, promovendo o desenvolvimento e a consolidação da disciplina. Em suma, o artigo destaca como Marina de Vasconcellos foi uma figura central na profissionalização e institucionalização da Antropologia no Brasil, pavimentando o caminho para futuras gerações de antropólogos.

Palavras-chaves: Marina de Vasconcellos, História da Antropologia, Mulheres, Ensino de Antropologia, Antropologia brasileira.

1 Gostaria de agradecer a Adélia Miglievich, autora pioneira de um trabalho sobre Marina de Vasconcellos pela generosidade de sua partilha e diálogo. Também gostaria de agradecer aos amigos com os quais tenho dialogado sobre a expansão dos cânones nas ciências sociais, especialmente Fernanda Alcântara, Miriam Grossi e Celso Castro.

Recebido em 4 de novembro de 2024.
Aceito em 9 de abril de 2025.

CC BY

ABSTRACT

The article explores the trajectory of Marina de Vasconcellos, considered Brazil's first professional anthropologist, noted for her pioneering role during a period when anthropology was still being established as a discipline in the country. Vasconcellos's recognition as the first professional anthropologist is primarily based on two key aspects: a) her rigorous academic training in anthropology and b) her role as an anthropology instructor in higher education. The study focuses on the development of her career and the impact she had on Brazilian anthropology, particularly through her close collaboration with Arthur Ramos, a central figure in the anthropology of the time, with whom she worked as an assistant professor for nearly a decade. Beyond her academic role, Vasconcellos played a significant part in the institutionalization of anthropology in Brazil. Not only did she teach at the National Faculty of Philosophy, where she mentored and influenced a new generation of scholars in the field, but she also actively contributed to scientific societies. Her involvement in organizations such as the Brazilian Society of Anthropology and Ethnology and the Brazilian Association of Anthropology was essential in creating spaces for dialogue and cooperation among anthropologists, promoting the development and consolidation of the discipline. In summary, the article highlights Marina de Vasconcellos's central role in the professionalization and institutionalization of anthropology in Brazil, paving the way for future generations of anthropologists.

Keywords: Marina de Vasconcellos, History of Anthropology, Women, Teaching Anthropology, Brazilian Anthropology.

INTRODUÇÃO

Pensar a história de uma ciência é recorrentemente pensar a história dos homens envoltos nessa ciência, uma vez que amiúde as mulheres são secundarizadas nesse processo, o que não é diferente no caso da Antropologia. Como Connell (2012) chama a atenção, o que nós denominamos teoria social normalmente é o que homens, brancos, de origem burguesa produzem no Norte Global.

Notadamente, tem havido um esforço em subverter essa tendência, buscando-se visibilizar a pluralidade de agentes envolvidos na constituição do campo antropológico. Nesse sentido, a revisão da história das mulheres na Antropologia constitui um esforço fundamental para repensarmos como essa ciência foi se configurando e reconfigurando ao longo do tempo.

Cardoso de Oliveira (1988) em seu célebre texto "O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?" faz referências aos "heróis civilizadores" que estariam no "Olimpo da Antropologia Brasileira", dentre eles Curt Nimuendajú, (1883-1945) e Gilberto Freyre

(1900-1945), Herbert Baldus (1899-1970), Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Arthur Ramos (1903-1949), Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946) e Estevão Pinto (1895-1968).Observa-se, assim, que se faz referência apenas a uma "heroína civilizadora", ainda que tenha havido outras antropólogas que contribuíram para a formação da Antropologia brasileira.

Esse processo de marginalização das mulheres na história da Antropologia brasileira pode ser melhor compreendida a partir de algumas questões que nos coloca Souza (2016, p. 500-501):

> De modo geral, olhar a história da Antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar o modo usual de construção do cânone disciplinar ou acrescentar retratos na parede onde estão penduradas apenas as "figuras icônicas" das tradições nacionais de Antropologia, como propõe Louise Lamphere (2004) enquanto presidente da American Anthropological Association em seu centésimo aniversário. Justifica-se, assim, falar em processos de marginalização e subalternização do trabalho, da memória, da ação criadora e formadora, de inúmeras mulheres que pontuam nas Antropologias centrais e periféricas (internacionais e intranacionais). Temos por certo que não apenas a condição de gênero importa para se entender a produção da marginalidade (SOUZA, 2006; PINA-CABRAL, 2008). As dinâmicas dos mundos intelectuais produzem exclusão e esquecimento também de homens situados em posições minoritárias (por razões de classe social, raça, sexualidade, formação intelectual) ou de mulheres situadas em posições privilegiadas do ponto de vista econômico.

Esse é o pano de fundo do debate que me proponho neste texto, na medida em que nos interessa revisitar a trajetória de Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos (1912-1973), destacando seu papel como pioneira na Antropologia brasileira. De forma mais enfática, coloco no centro do debate o fato de que Marina de Vasconcellos foi a primeira antropóloga brasileira profissional, considerando dois aspectos centrais: formação e atuação.

GÊNERO E ANTROPOLOGIA NA HISTÓRIA DA ACADEMIA

Ao pensar o lugar das mulheres na história da Antropologia brasileira, Côrrea (1995) enfatiza como recorrentemente muitas delas apareciam apenas como "esposas", pesquisadoras que acompanharam seus maridos no trabalho de campo. Todavia, a presença das mulheres na história antropológica brasileira não se resume a isso, e mesmo aquelas que eram "esposas" de antropólogos também deixaram seu legado próprio nesse campo. Em alguns casos, como no de Frances Shapiro Herskovits (1897-1975), havia mesmo uma profunda dificuldade de separar sua obra de seu marido, Melville Jean Herskovits (1895-1963), ainda que ela tenha continuado a realizar trabalho de campo após a morte de seu companheiro, tendo inclusive retornado ao

Brasil (Sansone, 2023).

Um caso bastante conhecido e bem documentado de uma antropóloga que veio ao Brasil não como uma esposa foi o de Ruth Landes (1908-1991), que realizou pesquisas nos candomblés da Bahia. Ela é considerada por muitos uma pioneira nos estudos que envolvem gênero, sexualidade, raça e religião ao enfatizar o papel das mulheres e dos homossexuais no candomblé (Birman, 2005; Fry, 2015), ainda que sua interpretação tenha sido contestada por outros antropólogos, o que recorrentemente era feito atrelado a ataques sexistas (Oliveira, 2019c).

Esse dado – acerca da invisibilidade das mulheres na história da Antropologia brasileira – parece contradizer o fato de que entre os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil as mulheres constituíam parte significativa do corpo discente (Miceli, 1989), algo que não ocorria na mesma proporção entre as faculdades mais tradicionais, como Medicina ou Direito. Temos assim um cenário no qual as mulheres estavam presentes já nas primeiras turmas de graduação em Ciências Sociais no Brasil, mas ao mesmo tempo possuíam uma presença menor no corpo docente dessas mesmas faculdades. Em alguns casos, como no de Gioconda Mussolini (1913-1969), e em alguma medida no de Marina de Vasconcellos, as mulheres que chegavam a atingir o *status* de professora na Faculdade limitavam-se à posição de assistente de um homem. Como bem destaca Pinheiro (2016) ao analisar o caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP):

> A conquista oficial da cátedra por mulheres até 1969 – ano em que a reforma universitária põe fim ao sistema – foi avis rara. Elas marcaram presença, todavia, como assistentes e auxiliares de ensino. Seguindo a lógica tradicional, o regime de cátedras alocava as mulheres em situação de desvantagem, associando-as às posições subalternas e de maior insegurança na hierarquia da carreira. Nessas posições, as possibilidades de progressão dependiam dos homens, que, com pouquíssimas exceções, ocupavam os cargos superiores. A socialização em um mundo patriarcal os levava a transferir as lógicas subjacentes a esse sistema de dominação para o interior de relações profissionais modernas, nas quais, ao menos em princípio, maior equilíbrio era postulado (Pinheiro, 2016, p. 169).

Argumento similar é apresentado por Chaguri e Pires (2024) ao pensarem sobre a carreira acadêmica de mulheres na FFLCH. As autoras apresentam a seguinte hipótese: "[…] certa divisão sexual do trabalho intelectual se desenhou no interior da nascente cultura institucional da ffcl e marcou as possibilidades de acesso – e de reivindicação – da parcela de mulheres que procuravam ingressar no universo profissional que então se constituía na Faculdade." Apesar do caso da USP ser um dos mais emblemáticos, dada a estrutura hierárquica existente naquele momento e que em certa medida persiste[2], esse não foi e não é um fenômeno exclusivo dessa

2 Um exemplo significativo disso é a existência do concurso para livre-docência nas universidades estaduais pau-

instituição. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB) também possuía uma rígida hierarquia, que assumia contornos ainda mais singulares considerando a proximidade com o Governo Federal.

Penso que a categoria de interseccionalidade nos é útil para pensarmos o apagamento dessas mulheres na história da Antropologia (e também de outras ciências), na medida em que ocorre em minha interpretação o que tenho chamado de apagamento interseccional. Marcadores de classe, raça e gênero são articulados na manutenção ou apagamento de determinado agente na história de uma ciência, de tal modo que as mulheres recorrentemente são ocultadas, o que é aprofundado no caso de mulheres não brancas e originárias das classes populares. Um exemplo significativo dessa operação é o caso de Virgínia Bicudo (1910-2003), socióloga negra que também concluiu o mestrado em 1945 na mesma turma que Oracy Nogueira (1917-1996) e Gioconda Mussolini, mas que não conseguiu se inserir academicamente no campo das Ciências Sociais, tendo seguido carreira na Psicanálise (Gomes, 2013).

Temos assim um jogo no qual se observa, por um lado, uma dificuldade institucional enfrentada por muitas mulheres no processo de sua inserção no corpo docente das Faculdades na primeira metade do século XX, principalmente no contexto de universidades profundamente hierarquizadas, nas quais, mesmo quando se inseriam, encontravam outros obstáculos para chegar ao topo dessa posição (professora titular). Por outro, há um apagamento de sua presença na história das Ciências Sociais, o que não configura em absoluto um fenômeno exclusivo do Brasil. Quanto ao último ponto, é importante mencionar que essas questões também ganham materialidade na dificuldade de acessar os acervos referentes às obras dessas mulheres. No caso de Marina de Vasconcellos, especialmente em relação a seus anos formativos e primeiros anos de atuação profissional, o acervo do Arthur Ramos (1903-1949) acaba sendo a principal fonte documental disponível[3].

O fato de o principal acervo utilizado para esse trabalho ser o do Arthur Ramos, de quem Marina de Vasconcellos foi professora assistente, visibiliza os tensionamentos existentes ao discutirmos gênero e arquivo, revelando hierarquias simbólicas e materiais no campo da memória. Deve-se reconhecer, no entanto, que tem havido nos últimos anos esforços para viabilizar as trajetórias de mulheres na história das Ciências Sociais, bem como o acesso e reordenamento de seus acervos particulares. Para esta pesquisa, me valho, além do arquivo de Arthur Ramos, também dos trabalhos que estão disponíveis na biblioteca que leva o nome da antropóloga no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio

listas, requisito necessário para se chegar ao cargo de professor titular, mas inexistente nas universidades federais.

3 O arquivo Arthur Ramos encontra-se disponível para consulta pública na Biblioteca Nacional, parte dele disponível digitalmente.

de Janeiro (UFRJ)[45].

De forma recorrente, o nome de Marina de Vasconcellos é vinculado ao de Arthur Ramos, cuja vida e obra é amplamente conhecida e tem sido objeto de um contínuo reexame (Campos, 2004; Barros, 2005; Gitman, 2007; Oliveira, 2021, 2023a). Essa vinculação não ocorreu por acaso, afinal, ele foi seu mentor, a introduziu no mundo da Antropologia, supervisionou sua tese, e ela se tornou sua assistente, posteriormente substituindo-o. Não seria preciso dizer que Marina de Vasconcellos foi herdeira intelectual de Ramos, pois suas agendas de pesquisa não necessariamente apontam para uma continuidade, todavia, ela foi sua herdeira institucional.

PIONEIRA NA ANTROPOLOGIA

Marina Vasconcelos, também conhecida por seus alunos e colegas de trabalho como Dona Marina, foi uma pioneira da Antropologia brasileira, todavia, esse *status* não se reverbera, necessariamente, em uma ampla difusão de sua obra. Seria possível dizer que mesmo entre os estudantes de Ciências Sociais da UFRJ, cuja biblioteca no IFCS leva seu nome, possivelmente ela continua a ser uma ilustre desconhecida, um nome familiar, mas que não necessariamente remete a alguma obra ou legado em particular. Nessa biblioteca, encontramos apenas dois trabalhos seus: a) sua tese de livre-docência *Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste* (1949); e b) o artigo "Mudanças sócio-culturais em Arraial do Cabo" (1962).

Como indicado anteriormente, reivindico aqui seu lugar como a primeira antropóloga profissional no Brasil, ao lado de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), que atuou principalmente no Museu Nacional, e de Gioconda Mussolini (1913-1969), docente da Universidade de São Paulo. Ciacchi (2007) tem reivindicado esse *status* para Mussolini, argumentando da seguinte forma:

> A trajetória de Heloisa Alberto Torres na antropologia brasileira começa antes da de Gioconda: ela ingressou no Museu Nacional, como auxiliar de Roquette-Pinto em 1918, aos 23 anos. Em seguida, foi eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia e chefe efetiva desde 1931. De 1935 a 1937 foi vice-diretora do Museu, e diretora de 1938 a 1955. Entretanto, ela não se dedicou sistematicamente ao ensino superior, até pela oposição, à época, de Arthur Ramos na Faculdade Nacional de Filosofia. Uma assistente de Ramos, Marina Vasconcelos, vinha lecionando antropologia desde 1941 nessa instituição (Ciacchi, 2007, p. 217).

4 Agradeço imensamente a disponibilidade e o auxílio dos técnicos da biblioteca Marina de Vasconcellos.

5 Pesquisa realizada com financiamento da FAPESC e do CNPq.

Em texto posterior, Ciacchi (2015) destaca como a ausência do título de doutorado impediu que Gioconda Mussolini se tornasse titular da cátedra de Antropologia, ainda que tenha chegado a escrever sua tese, porém sem a ter defendido. Algo semelhante ocorreu também com outra pioneira da antropologia, Heloísa Alberto Torres, que devido à ausência de títulos acadêmicos não pôde se inscrever no concurso para professora na Universidade do Brasil para a vaga que fora aberta com a morte prematura de Arthur Ramos, tendo sido aprovada em seu lugar Marina de Vasconcellos.

No entanto, utilizo-me aqui de dois critérios principais para pensar o *status* de antropóloga profissional: a) formação acadêmica; e b) atuação institucional. Mussolini atuava como assistente da cátedra de Sociologia desde 1938, porém foi apenas em 1944 que passou a ser assistente na cátedra de Antropologia, criada em 1941 por Emílio Willems (1905-1997), e, em termos de titulação, foi em 1945 que finalizou seu mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política. Por outro lado, Marina de Vasconcellos havia realizado sua formação em Antropologia no curso de aperfeiçoamento da Faculdade Nacional de Filosofia, tendo finalizado sua tese sob a orientação de Arthur Ramos, o que lhe conferiu um título acadêmico estrito em Antropologia ainda em 1941, mesmo ano que passou a atuar oficialmente como assistente do antropólogo, a quem veio a substituir definitivamente na cátedra de Antropologia e Etnografia após sua morte.

Considerando tais elementos, afirmo aqui o lugar da Marina de Vasconcellos como pioneira na Antropologia brasileira. Como veremos mais adiante, Marina de Vasconcellos exerceu um relevante papel institucional nas Ciências Sociais, estando presente em momentos chave para a construção desse campo no Brasil, especialmente na Antropologia.

MARINA DE VASCONCELLOS, PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA

Um dos mais sólidos trabalhos sobre a trajetória de Marina de Vasconcellos foi feito por Miglievich-Ribeiro (2015), que analisa seu percurso e o de Heloísa Alberto Torres. Nesse trabalho, a autora destaca a formação familiar e acadêmica de Marina de Vasconcellos, que era filha de Aleixo de Vasconcellos (1884-1961), doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e livre-docente em Microbiologia pela Faculdade Nacional de Medicina. Sua mãe morreu ainda em sua infância, tendo sido educada pelos avós paternos. Seu pai contraiu um novo casamento que resultou em dois filhos, tendo Carlos de Vasconcellos se tornado médico e também professor na Faculdade Nacional de Medicina, e Sylvia Vasconcellos de Carvalho se graduado pela Faculdade Nacional de Música, mas ao final se dedicado aos afazeres domésticos.

Pode-se observar que Marina de Vasconcellos nasceu em meio a um ambiente estimulante intelectualmente, mesmo seus avós paternos que ficaram responsáveis pela sua educação eram um "engenheiro geógrafo" e uma professora primária. O acesso ao capital cultural, bem como o fato de ter nascido em uma família que valorizava uma escolarização prolongada, viabilizou o destino acadêmico de Vasconcellos. Ela realizou primeiramente a graduação em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, depois, em 1936, ingressou na Universidade do Distrito Federal (UDF), que fora incorporada à Faculdade Nacional de Filosofia.

O fato de ter realizado a graduação em História e Geografia e não em Ciências Sociais é um dado relevante para sua formação antropológica, pois essa primeira opção contava com uma presença mais significativa da Antropologia em seu currículo. Ambos os cursos tinham em seus currículos as disciplinas de Antropologia e Etnografia, no entanto, Etnografia do Brasil estava presente apenas no curso de História e Geografia. Esse dado nos possibilita pensar que a concepção de que a formação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia ocorre exclusivamente nos cursos de Ciências Sociais é recente, consolidando-se principalmente a partir da década de 1970, quando surgem os primeiros programas de pós-graduação na área, bem como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Oliveira, 2023b).

No momento em que Vasconcellos realiza sua formação na então UDF, Arthur Ramos ainda atuava na área de Psicologia Social, passando paulatinamente a atuar na cátedra de Antropologia (Oliveira, 2021). A partir de 1939, Ramos começou a atuar exclusivamente na cátedra de Antropologia e passou a se empenhar de forma incisiva no processo de institucionalização da Antropologia em sua faculdade, o que o levou a propor um curso de aperfeiçoamento.

> Usando da prerrogativa de que de no documento que designa a finalidade da FNF (Decreto Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939) indica que esta deveria oferecer cursos ordinários e também cursos extraordinários, podendo ser esses cursos de aperfeiçoamento ou cursos avulsos, Ramos escreve ao reitor solicitando a criação do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia e Etnografia, além de apresentar esta demanda como algo que se origina na procura dos próprios alunos, e na necessidade de desenvolvimento da vida científica nacional, ele reforça a necessidade de realização de pesquisas originais, o que garantiria a autonomia didática da cadeira, caso contrário ela seria relegada apenas à condição de cadeira assessória nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História (Oliveira, 2019b, p. 667).

Deve-se ainda destacar o fato de que o mesmo decreto indicava no parágrafo único do artigo 48 a indicação de que "Será conferido o diploma de doutor ao bacharel que defender tese original de notável valor; depois de dois anos pelo menos de estudos, sob a orientação do professor catedrático da disciplina sobre que versar o trabalho" (Brasil, 1939). Nesse caso, o curso de aperfeiçoamento possibilitava também a formação de uma primeira geração de doutores em Antropologia formados pela UB.

Arthur Ramos, ao apresentar o programa do curso de aperfeiçoamento para os anos de 1940 e 1941, deixa claro que o curso requer certos conhecimentos prévios, na medida em que se destina aos bacharéis em Ciências Sociais e História e Geografia. Alguns tópicos se destacam em seu programa: a questão da migração e colonização, as raças e os tipos étnicos, e o que ele denominou de "problema da assimilação e aculturação no Brasil". Esse foi o foco da formação do curso que Marina de Vasconcellos recebeu e que a permitiu obter um título estrito em Antropologia ainda em 1941.

Também nos arquivos de Ramos encontramos os memorandos que ele escrevia para os estudantes que estava supervisionando. Naquele referente dirigido à Marina de Vasconcellos, ele indica que o tema da tese escolhido foi "A revolta dos Malês na Bahia, e sua interpretação contra aculturativa". Há ainda a indicação no memorando de cursos sugeridos, indicando-se os seguintes: a) seminário de aculturação do curso de doutorado de Antropologia da FNF; b) parte dos cursos de etnografia do Brasil, da FNF, referente ao negro; e c) cursos de árabe, para a compreensão e interpretação das insurreições muçulmanas na África e no Brasil. A pesquisa seria realizada principalmente em arquivos e museus, com destaque para o Arquivo Público de São Paulo e de Salvador. A questão da aculturação e contra aculturação estará presente em outros trabalhos ao longo da vida acadêmica de Vasconcellos, como observaremos mais adiante. Não à toa Ramos também teria enviado em anexo o programa do seminário de aculturação, por compreender essa categoria como central para a elaboração da tese de Vasconcellos.

Marina de Vasconcellos ingressou na primeira turma desse curso em 1940, tendo concluído em 1941. A primeira correspondência de Marina de Vasconcellos a Ramos que encontramos data de 6 de janeiro de 1940, tratando justamente do curso de aperfeiçoamento, indicando que entregou o trabalho referente ao curso na secretaria da Faculdade (Vasconcellos, 1940a). Apesar de normalmente se indicar que ela começou a lecionar como assistente de Ramos em 1941, aparentemente ela iniciou suas atividades um pouco antes, ainda em 1940, durante a realização de seu curso de aperfeiçoamento, pois ao menos em duas cartas entre outubro e novembro de 1940 ela escreve para Ramos relatando suas atividades acadêmicas e informando-o que seu contrato ainda não havia saído, pedindo para que ele intercedesse junto ao ministro Gustavo Capanema (Vasconcellos, 1940b, 1940c).

Na carta de 20 de outubro de 2020, ela chega a nos dar algumas pistas de como funcionam os exames na Faculdade:

> Nesta semana serão feitos os estágios para a admissão às segundas provas parciais e o Ilm. Reitor pediu-me que fizesse o estágio em aula como se fosse uma sabatina, tendo sido previamente quatro ou cinco pontos será sorteado na hora um dos pontos e os alunos farão uma dissertação (Vasconcellos, 1940b).

A partir de 1941, Marina de Vasconcellos torna-se oficialmente professora assistente de Arthur Ramos, de modo que ela é a primeira mulher a assumir essa posição, ao mesmo tempo em que se titula em Antropologia e Etnografia. Sua função de assistente era especialmente necessária nos casos em que Ramos precisava se ausentar por períodos mais longos, sendo emblemáticos dois momentos: a) quando Ramos em 1941 assumiu a função de *special lecture* na *Louisiana State University*, onde lecionou um curso sobre raças e culturas no Brasil; e b) quando foi convidado a se tornar chefe do Departamento de Ciências Sociais na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1949, pouco antes de sua morte (Oliveira, 2019a; 2023a).

Ao analisarmos as correspondências trocadas entre ela e Ramos, percebe-se que ela seguia o programa do professor, bem como os apontamentos específicos realizados por ele. Em carta datada de 12 de março de 1941, ela indica:

> As aulas reabrem-se no dia 15 de março e eu desejava saber o que quer o Prof. que faça. Tenho o seu programa, as indicações bibliográficas e todos os apontamentos dos seus cursos. Gostaria, contudo, que me orientasse mais amplamente no caso de eu ter que substituí-lo no início do ano letivo.
> Os trabalhos dos alunos do curso de aperfeiçoamento sobre colonização e imigração estrangeira no Brasil, estão na secretaria da Faculdade, aguardando seu julgamento (Vasconcellos, 1941, p. 1).

Como se pode observar, apesar de substituí-lo nas aulas, cabia a Arthur Ramos realizar a avaliação final sobre os trabalhos dos estudantes, o que reforça a hierarquia simbólica entre o professor catedrático e sua assistente.

A cátedra de Antropologia e Etnografia da FNFi era objeto de disputa, na medida em que se consagrava como espaço de legitimação institucional. Um dos momentos no qual essa questão fica mais evidente é quando Ramos se preparava para assumir a posição de chefe de Departamento de Ciências Sociais na UNESCO. Em carta datada de 3 de agosto de 1949, Heloísa Alberto Torres escreve o seguinte:

> Quando tive conhecimento de sua próxima partida para a UNESCO e pensei em pleitear a regência interina da cadeira da Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, durante o seu afastamento, fui informada que era intenção sua amparar pretensão idêntica de seu assistente (Torres, 1949, p. 1).

Apesar do tom cordial da carta, Heloísa Alberto Torres deixa claro que respeita a posição de Ramos, mas que pretende pleitear o cago, o que é respondido prontamente por ele em uma carta datada de 4 de agosto de 1949, na qual ele pontua:

> Meu assistente nada pleiteou. A sua indicação para me substituir no meu impedimento foi feita pelo catedrático, ao diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, tudo em

> concordância com o artigo 110 do Regulamento. E mesmo que minha ausência temporária possa ser interpretada como vacância, há normas éticas, sempre respeitadas por aqueles que se dedicam à vida universitária, visto que a cátedra é um patrimônio que o professor transmite, nos seus impedimentos, aos seus assistentes, que outra coisa não visam que a carreira universitária, para o acesso àquelas posições que os conduzirão aos postos de professorado. O contrário disso seria a subversão completa dessas normas, e um desestímulo à carreira de professor. No caso especial, o meu assistente é a professora Marina de Vasconcellos, com 9 anos de profícua atividade nesta Faculdade, já tendo me substituído em outros impedimentos análogos, nunca ninguém tendo posto qualquer dúvida em que pudesse ser de outro modo. […] Por maiores que sejam os seus títulos, e por maior que seja o apreço em que tenho a sua pessoa, não é V.S. membro do corpo docente da Universidade, não sendo livre docente, nem estando sequer ligada à cátedra, que conquistei tão arduamente, pela porta larga do concurso de títulos e provas. V.S. é diretor técnico-administrativo de um museu, que requer de sua capacidade as suas melhores energias, o seu maior devotamente, e até, por lei, o seu tempo integral (Ramos, 1949, p. 1).

Heloísa Alberto Torres não recuou em relação a suas pretensões para a cátedra, tendo solicitado em 10 de agosto de 1949 ao conselho departamental da FNFi a equivalência de seus títulos ao de livre-docente na cadeira de Antropologia, o que lhe foi negado (Azeredo, 1986). Apesar de serem aliados em diferentes projetos intelectuais, o que era reforçado pelo fato de a comunidade de antropólogos ainda ser bastante incipiente nesse momento no Brasil, Ramos claramente defendia a manutenção de Marina de Vasconcellos frente à cátedra. Com a morte de Ramos em 1949, a disputa em torno da referida cátedra aprofundou-se ainda mais, o que fora resolvido por meio de concurso público realizado em 1950. Alguns dos pleiteantes à vaga eram Edison Carneiro, Maria Alice Moura Pessoa, além de Heloísa Alberto Torres, porém, eles não possuíam curso superior, tendo requerido a concessão do título de "notório saber", o que foi negado pela FNFi, de modo que não conseguiram efetuar a inscrição (Barros, 2005). Marina de Vasconcellos foi aprovada nesse concurso, tendo apresentado a tese de livre-docência *Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste*, tornando-se assim doutora em Ciências Sociais e assumindo em agosto de 1950 a posição de professora interina.

Desde a introdução de sua tese de livre-docência, Vasconcellos faz menção tanto ao trabalho de Ramos quanto ao de Nina Rodrigues, reivindicando assim um lugar de herdeira acadêmica dessa escola. Como bem nos indica Corrêa (2013), ainda que haja mais rupturas que continuidades entre a obra de Nina Rodrigues e Ramos, este reivindica seu lugar como continuador da "Escola Nina Rodrigues", à qual ele atribui o pioneirismo na pesquisa antropológica no Brasil. Sobre o conceito de contra aculturação, ela define como:

> […] um capítulo, onde as sobrevivências de outras culturas vêm à tona na mentalidade do grupo e, lutando contra os padrões de cultura estabelecidos, querem sobrepujar, ocasionando reações específicas, desde às simplesmente individuais, até às coletivas. Os resultados absolutamente imprevistos podem, aparentemente, ser considerados ilógicos, se a observação for superficial, sem preocupar as origens dos fatos (Vasconcellos, 1949, p. 3).

Novamente, Vasconcellos se voltou para o Nordeste, mas dessa vez para os movimentos de Canudos, Pedra Bonita e Juazeiro do Norte. Para esse trabalho, como podemos observar nas referências bibliográficas, o autor mais citado é o próprio Arthur Ramos, ainda que dialogue também com outros que também eram utilizados pelo seu mestre, como Herskovits, além do próprio Nina Rodrigues. Ademais, também figuravam como referências autores já canonizados na ciência antropológica, como Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942). Curiosamente, apesar do diálogo com autores brasileiros como Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986), Josué de Castro (1908-1973), entre outros, pode-se perceber a ausência de qualquer referência ao trabalho de Gilberto Freyre, o que pode deixar transparecer as próprias disputas existentes no campo da Antropologia brasileira.

É importante mencionar que apesar de ter sido aprovada por concurso público, Marina de Vasconcellos assumiu de forma interina a cátedra de Antropologia e Etnografia, tendo permanecido por quase 30 anos nessa posição e nunca sido efetivada como titular, o que nos leva a retomar a análise de Pinheiro (2016) acerca das dificuldades das mulheres em se tornarem titulares de cátedras. Esse sistema perdurou até 1968, quando foi extinto pela Reforma Universitária, e era marcado pela rígida hierarquia de como se organizava a estrutura acadêmica, aprofundando desigualdades de gênero e raça nesse espaço.

Apesar dessa situação, é importante demarcar que Marina de Vasconcellos foi uma das poucas mulheres a estarem à frente de cátedras na FNFi. Segundo Miglievich-Ribeiro (2015, p.175), "Marina São Paulo de Vasconcellos foi a primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais da FNFi e a única a ocupar nele uma cátedra. Ao longo da história da FNFi, poucas mulheres fizeram parte de seu corpo docente, sobretudo à medida que progredia a hierarquia da carreira universitária".

Em 1952, Lydnéa Gasmann, então aluna do curso de Geografia, tornou-se auxiliar de ensino de Marina de Vasconcellos, permanecendo na função até 1960; depois dela, Hortência de Magalhães Caminha tornou-se sua nova auxiliar, e em 1962 Wilson Ferreira Hargreaves também passou a ocupar a mesma posição. Essa situação me parece demasiadamente singular: Marina de Vasconcellos foi uma catedrática auxiliada por outras mulheres, criando uma verdadeira "linhagem feminina" na Antropologia, nos termos de Corrêa (2003).

Além de ter exercido esse lugar central na rotinização da Antropologia por meio da docência, é importante ressaltar que ela também esteve engajada no processo de institucionalização dessa ciência em outras frentes, como por meio das sociedades científicas. Vasconcellos esteve presente e atuante na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) desde sua fundação em 1941, tendo sido secretária-geral durante a existência dessa sociedade. Em 12 agosto de 1942, ela chegou a realizar uma conferência junto à Sociedade intitulada "Movimentos Contra Aculturativos no Brasil: Palmares". Azeredo (1986) traz a

síntese das discussões promovidas nessa conferência:

> A conferência iniciou sua exposição explicando os modernos conceitos dos contatos de cultura (aculturação) e os três aspectos daí advindos: a aceitação, a adaptação e a reação. a seguir fez um rápido retrospecto histórico sobre o Quilombo dos Palmares, detendo-se na explicação das causas que determinaram a formação desse quilombo. Procurando fazer um cotejo entre a cultura desses quilombolas (negros bantos) na África e as manifestações culturais desenvolvidas no Brasil, referiu-se a expositora à cultura material (habitação, vestuário, alimentação, armas, utensílios e comércio) e à cultura espiritual (estrutura familiar, organização social, religião e língua).
> Foi essa palestra comentada pelo professor Hélio Vianna, que acrescentou ao tema algumas contribuições históricas. Luiz Aguiar da Costa Pinto, Mário Barata e Arthur Ramos solicitaram da expositora informações complementares sobre questões de ordem social e econômica relativas aqueles quilombolas (Azeredo, 1986, p.149).

Vasconcellos foi uma das poucas mulheres a proferir conferência na SBAE e a única que realizou mais de uma, tendo realizado uma segunda em 14 de agosto de 1946 intitulada "A Etnia Alemã no Brasil". Além de sua atuação na SBAE, Vasconcellos também esteve presente durante a I Reunião Brasileira de Antropologia, tendo integrado a comissão organizadora da reunião. Além de Vasconcellos, havia outras duas mulheres: Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, e Maria Júlia Pourchet, do Instituto de Pesquisas Educacionais. Junto a Antonio Rubbo Muller, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Egon Schaden, da USP, Vasconcellos foi relatora dos tópicos relacionados a problemas de ensino de Antropologia. Também integrou com Fróes da Fonseca, Bastos de Avila, Castro Faria, Edison Carneiro e René Ribeiro a comissão especial para estudar a questão da terminologia e especificação dos tipos étnicos brasileiros (Pourchet, 1953).

Como podemos observar, Marina de Vasconcellos foi uma figura central em momentos chave do processo de institucionalização da Antropologia brasileira. Longe de ser uma figura menor, ela produziu esforços para que o campo antropológico pudesse se consolidar no Brasil, assumindo os atuais contornos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento interseccional de agentes na história da Antropologia levou ao esquecimento do legado de Marina de Vasconcellos, ao lugar que ela ocupou como primeira antropóloga profissional do Brasil. Não quero com este texto, no entanto, também invisibilizar outras antropólogas que atuaram em distintos momentos nesse campo, sendo emblemático o caso de Heloísa Alberto Torres, que atuava na divisão de Antropologia e Etnografia do

Museu Nacional desde a década de 1920, mas que, à medida que o campo acadêmico foi se profissionalizando, deixou de atender aos requisitos formais que era de se esperar de um(a) antropólogo(a) profissional.

Tanto no caso de Marina quanto de Heloísa é evidente que o fato de provirem de famílias bem estabelecidas econômica e culturalmente viabilizou suas carreiras acadêmicas. Ambas conseguiram ser "exceções à regra" em meio a uma academia profundamente sexista, pois encontraram também condições objetivas que tornavam isso possível, ainda que não tenham atingido a mesma posição que outros colegas homens do mesmo período, como professores titulares e presidentes de sociedades científicas.

Acerca da relação entre Marina de Vasconcellos e Arthur Ramos, certamente era uma relação na qual havia afeto, mas também hierarquia. Em parte, seria possível inferir que o cargo de assistente de Ramos trouxe possibilidades e limites para a atuação de Marina, pois, nos momentos em que Ramos se ausentava para conferências, pesquisa de campo ou ainda em atividades no exterior, Marina dava continuidade às atividades da docência, replicando certa divisão do trabalho intelectual. Ademais, o fato de o principal arquivo consultado para a escrita deste trabalho ter sido o de Arthur Ramos diz muito acerca das relações assimétricas de gênero na academia e nos arquivos.

É necessário frisar ainda que os trabalhos desenvolvidos por Marina de Vasconcellos recorrentemente tinham uma ênfase profundamente sócio-histórica, algo que também foi perdendo espaço na Antropologia brasileira, que passou a se orientar cada vez mais a partir da Antropologia social. Em parte, isso poderia explicar o esquecimento de sua figura e de seu legado, por se distanciar do que passou a se fazer predominantemente na Antropologia brasileira.

Uma memória mais recorrente e difundida de Marina de Vasconcellos refere-se à sua atuação na UFRJ durante a ditadura militar, especialmente quando em 1967 a FNFi foi desmembrada em faculdades, institutos e escolas, tendo se tornado chefe do Departamento de Ciências Sociais e posteriormente diretora do recém-fundado IFCS. O recrudescimento do regimento militar levou à sua prisão e cassação do cargo em 1969, tornando-se símbolo de resistência e resiliência nesse cenário. A biblioteca do IFCS que leva seu nome é uma lembrança do papel que Dona Marina exerceu, uma lembrança daquela que fora pioneira na Antropologia brasileira.

REFERÊNCIAS

1. AZEREDO, Paulo Roberto. **Antropólogos e Pioneiros**: a história da sociedade brasileira

de antropologia e etnologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

2. BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo**. Maceió: Ufal, 2005.

3. BIRMAN, Patricia. Transas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevôo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, p. 403-414, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vCG4hq9qVzjwFc97gg8nTrz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2024.

4. BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7929, 6 abr. 1939. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html. Acesso em: 22 jan. 2025.

5. CAMPOS, Maria J. **Luz e sombra na antropologia brasileira**: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

6. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

7. CHAGURI, Mariana Miggiolaro; PIRES, Bárbara Luisa. A carreira acadêmica como profissão de mulheres: algumas histórias a partir da FFCL-USP. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 111-131, 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/article/view/220230. Acesso em: 2 nov. 2024.

8. CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, p. 181-223, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27260/29032. Acesso em: 4 nov. 2024.

9. CIACCHI, Andrea. Mestrança: Gioconda Mussolini e a antropologia em São Paulo (1938–1969). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 1, p. 153-186, 2015. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11829. Acesso em: 2 nov. 2024.

10. CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, p. 9-20, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 nov. 2024.

11. CORRÊA, Mariza. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 109-130, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1776. Acesso em: 4 nov. 2024.

12. CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

13. CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

14. FRY, Peter. Bacamarte em Pernambuco? René Ribeiro entre 60 xangozeiros de Recife. **Bagoas** – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades, Natal, v. 9, n. 12, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/8142. Acesso em: 4 nov. 2024.

15. GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-14032014-103244. Acesso em: 21 jan. 2025.

16. GUTMAN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, p. 711-728, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/395rCsW4SVxNBpdsYnQNbhB/. Acesso em: 4 nov. 2024.

17. MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil Vol. 1**. São Paulo: Idesp: 1989.

18. MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos**: Pioneiras na Formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

19. OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos (1903-1949): chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. **Antropolítica:** revista contemporânea de antropologia, Niterói, n. 47, p. 1-20, 2019a. Disponível: https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42068. Acesso em: 14 abr. 2025.

20. OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos e a rotinização da Antropologia através de seu ensino. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.19, p. 659-674, 2019b. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/28480. Acesso em: 4 nov. 2024.

21. OLIVEIRA, Amurabi. Ruth Landes (1908-1991) and her understanding of Brazil in the City of Women. **Asian Journal of Latin American Studies**, Seul, v. 32, n. 3, p. 29-41, 2019c. Disponível em: https://doi.org/10.22945/ajlas.2019.32.3.29. Acesso em: 14 abr. 2025.

22. OLIVEIRA, Amurabi. Afro-Brazilian Studies from Psychoanalysis to Cultural Anthropology: An Intellectual Portrait of Arthur Ramos, In: **Bérose**: Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris. 2021. Disponível em: https://www.berose.fr/article2327.html?lang=fr. Acesso em: 14 abr. 2025.

23. OLIVEIRA, Amurabi. Um antropólogo brasileiro nos Estados Unidos: Arthur Ramos e o curso sobre Raças e Culturas no Brasil. **Antropolítica:** revista contemporânea de antropologia, Niterói, v. 55, p. 1-26, 2023a. Disponivel em: https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a53957. Acesso em: 14 abr. 2025.

24. OLIVEIRA, Amurabi. Social Sciences in Brazil: From a Broad Interdisciplinarity to a

Restricted Interdisciplinarity. **Global Perspectives**, Oakland, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2023b. Disponível em: https://doi.org/10.1525/gp.2023.87794. Acesso em: 14 abr. 2025.

25. PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 165-196, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/x78LDJKdhGVZQbHvsgzj3rc/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 jan. 2025.

26. POURCHET, Maria Julia. Brasil. Primeira reunião Brasileira de Antropologia. **Boletín de Antropología Americana**, Cidade do México, v. 15, n. 1, p. 74, 1952. Disponível em: https://www.jstor.org/journal/boleantramer. Acesso em: 4 nov. 2024.

27. RAMOS, Arthur. [**Correspondência**]. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro, 4 ago. 1949.

28. SANSONE, Lívio. **Estação etnográfica Bahia**: a construção transnacional dos estudos afro-brasileiros (1935-1967). Campinas: Unicamp, 2023.

29. SOUZA, Candice Vidal. Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem**. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, p. 499-520, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44598. Acesso em: 4 nov. 2024.

30. TORRES, Heloísa Alberto. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 3 ago. 1949.

31. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 6 jan. 1940a.

32. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 20 out. 1940b.

33. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 21 nov. 1940c.

34. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 12 mar. 1941.

35. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste**. 1949. Tese (Concurso à livre-docência da cadeira de Antropologia e Etnografia) – Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1949.

Amurabi Oliveira
Livre-Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7856-1196. E-mail: amurabi.oliveira@ufsc.br

A educação superior da mulher, do livro *A Voice from the South: By a Black Woman of the South* (1982) de Anna Julia Cooper

The higher education of woman, of the book *A Voice from the South: By a Black Woman of the South* (1982) by Anna Julia Cooper

Anna Julia Cooper
Frelinghuysen University, Washington, Estados Unidos da América

Ingrid de Aquino Godinho (tradutora)
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Juliana Vinuto (tradutora)
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O texto "A educação superior da mulher", de Anna Julia Cooper, publicado originalmente no livro *A Voice from the South: By a Black Woman of the South* (1892), apresenta uma defesa contundente da importância do acesso das mulheres, especialmente mulheres negras, ao ensino superior. Cooper, a partir de uma análise crítica das limitações históricas impostas às mulheres na educação, argumenta que o avanço intelectual, moral e espiritual das mulheres contribui diretamente para o progresso da sociedade como um todo. A autora contesta discursos patriarcais e racistas que legitimaram a exclusão feminina da vida intelectual, com o resgate de experiências históricas de mulheres instruídas desde a Antiguidade até o século XIX. O texto também denuncia a desigualdade de oportunidades vivida por mulheres negras nas instituições de ensino e conclama à ação efetiva para ampliar o acesso e permanência dessas mulheres nas universidades. Embora escrito no século XIX, o ensaio permanece atual ao problematizar a intersecção entre raça, gênero e educação, sendo pioneiro na formulação de ideias que mais tarde fundamentaram os estudos da interseccionalidade. Neste texto, traduzido pela primeira vez para o português, é possível perceber as potencialidades, os limites e as idiossincrasias do argumento de Cooper, o que nos ajuda a compreender os embates intelectuais de sua época.

Palavras-chave: Anna Julia Cooper, Ensino Superior, Feminismo Negro, Interseccionalidade, Sociologia Clássica.

Recebido em 20 de fevereiro de 2025.
Aceito em 14 de julho de 2025.

CC BY

ABSTRACT

Anna Julia Cooper's text "The Higher Education of Woman," originally published in the book A Voice from the South: By a Black Woman of the South (1892), presents a compelling defense of the importance of women's access, especially black women, to higher education. Cooper, through a critical analysis of the historical limitations imposed on women in education, argues that the intellectual, moral, and spiritual advancement of women directly contributes to the overall progress of society. The author challenges patriarchal and racist discourses that legitimized the exclusion of women from intellectual life, while recovering historical experiences of educated women from Antiquity to the 19th century. The text also denounces the inequality of opportunities faced by Black women in educational institutions and calls for effective action to expand their access and permanence in universities. Although written in the 19th century, the essay remains relevant for its engagement with the intersections of race, gender, and education, and stands as a pioneering work in the formulation of ideas that would later shape intersectionality studies. In this text, translated for the first time into Portuguese, one can observe the potentials, limitations, and idiosyncrasies of Cooper's arguments, which help illuminate the intellectual debates of her time.

Keywords: Higher education; Anna Julia Cooper; Black feminism; Women's education; Intersectionality.

O ENSINO SUPERIOR DAS MULHERES

No primeiro ano do nosso século, o ano de 1801, apareceu em Paris um livro de Sylvain Marechal, intitulado *A mulher deve aprender o alfabeto?*. O livro propõe uma lei que proíba o ensino do alfabeto às mulheres, e cita autoridades variadas e de peso para provar que a mulher que conhece o alfabeto já perdeu parte de sua feminilidade. O autor declara que a mulher só poderia usar o alfabeto como Molière previu como ela faria, ao soletrar o verbo *amo;* para que não tenha a ocasião de ler o Ars Amoris de Ovídio, uma vez que este já é o fundamento e o limite do seu fornecimento intuitivo; que Madame Guion teria sido muito mais adorável se tivesse permanecido uma bela ignorante como a natureza a fez; que Rute, Noemi, a mulher espartana, as Amazonas, Penélope, Andrómaca, Lucrécia, Joana d'Arc, Laura de Petrarca, as filhas de Carlos Magno, não sabiam soletrar seus nomes; enquanto Safo, Aspásia, Madame de Maintenon e Madame de Stael sabiam ler demasiado bem para o seu próprio bem; finalmente que, se as mulheres pudessem ler Sófocles e trabalhar com logaritmos, ou mordiscar qualquer lado da mação do conhecimento, haveria um fim eterno na costura de botões e o bordado de

chinelos. Por favor, lembrem-se que este livro foi publicado no início do século XIX. No final do seu primeiro terço (no ano de 1833), uma solitária faculdade na América decidiu admitir mulheres no seu recinto sagrado e organizou o que foi chamado de "Curso para Senhoras", além do curso regular de B. A.[1] ou curso de Cavalheiros.

Foi sentido como um experimento – um experimento bastante perigoso – e foi adotado com medo e tremor pelos bons pais, que pareciam ter sido apanhados misturando secretamente compostos explosivos e esperavam, com culpa, ver a cada momento as fundações sob eles abaladas e rasgadas e sua bela superestrutura despedaçada em fragmentos.

Mas as garotas vieram e não houve qualquer perturbação. Desempenharam suas tarefas com modéstia e inteligência. De vez em quando, uma ou duas escolhiam o curso dos cavalheiros. Ainda não houve colapso, e os queridos, cuidadosos, escrupulosos e assustados professores estavam apenas tirando seus corações da garganta e preparando-se para respirar livremente, quando descobriram que teriam que mudar os nomes desses cursos, pois havia tantas mulheres no curso de cavalheiros como no de senhoras, e um curso distinto de senhoras, inferior em âmbito e objetivo ao curso clássico regular, não existia e nem podia existir.

Outras faculdades gradualmente se alinharam e hoje existem 198 faculdades para mulheres, e 207 faculdades e universidades coeducacionais nos Estados Unidos que oferecem o grau de B. A. para mulheres, enviando anualmente para as artérias desta nação um fluxo quente e rico de mulheres fortes, corajosas, ativas, enérgicas, bem equipadas e atenciosas – mulheres rápidas em ver e ansiosas para ajudar esse mundo necessitado, mulheres que pensam e sentem e que não sentem menos porque pensam, mulheres que não são menos ternas e verdadeiras pelo pergaminho que trazem nas mãos, mulheres que deram um mais rico, mais nobre e mais grandioso significado à palavra "mulher" do que qualquer definição masculina unilateral jamais poderia ter sugerido ou inspirado, mulheres que o mundo esperou durante muito tempo, com dor e angústia, até que finalmente se acrescentasse às suas forças e se permitisse permear o seu pensamento como complemento a influência masculina que dominou durante catorze séculos.

Desde que a ideia de ordem e subordinação sucumbiu à força e brutalidade bárbaras no século V, o mundo civilizado tem sido como uma criança educada pelo pai. Precisou do grande coração materno para o ensinar a ser piedoso, amar a misericórdia, socorrer os fracos e cuidar dos humildes.

De onde veio essa apoteose de ganância e crueldade? De onde vem essa sorrateira admiração que todos nós temos pelos valentões e pelos competidores? De onde vem a autocongratulação das raças "dominantes", como se "dominante" significasse "justo" e

1 Nota de Tradução (N. T.): O curso de B.A. (Bachelor of Arts) é uma graduação universitária em áreas como artes, humanidades ou ciências sociais.

trouxesse consigo um título para herdar a terra? De onde vem o desprezo das chamadas raças e indivíduos ditos fracos ou não guerreiros, e a certeza muito confortável de que o seu destino manifesto é serem exterminados como vermes perante esta civilização que avança? Como se a posse das graças cristãs da mansidão, da não-resistência e do perdão fossem incompatíveis com uma civilização que se professa baseada no cristianismo, a religião do amor! Escutem um pouco deste orgulho bárbaro:

> Quanto aos Extremo-Orientais, não estão entre os que sobreviverão. Artísticos e atraentes que são, sua civilização é como a sua própria flores de árvore, belas flores destinadas a nunca dar frutos. Se esse povo continuar no seu antigo rumo, a sua carreira terrena estará encerrada. Tão certo como a manhã passa para a tarde, também estas raças do Extremo Oriente, se não mudarem, estão destinadas a desaparecer diante do avanço das nações do Ocidente. Desaparecerão da face da terra, e deixarão o nosso planeta a posse final dos habitantes de onde o dia declina. A menos que as suas ideias recém-importadas se enraízem de fato, é deste mundo inteiro que os japoneses e os coreanos, assim como os chineses, serão inevitavelmente excluídos. O seu Nirvana já sendo realizado; já envolveu a Ásia do Extremo Oriente no seu lençol sinuoso. *Soul of the Far East – P. Lowell.*

Deliciosa reflexão para "os habitantes onde o dia declina". Um espetáculo para fazer rir os deuses, ver o descendente de uma raça emergente a sua caneta generalizadora, a aniquilar um terço dos habitantes do globo terrestre – um povo cuja civilização já era antiga antes que os elementos que geraram a sua raça tivessem avançado para além da nebulosidade.

Como nós, ocidentais, somos parecidos com o Tiago de Longfellow[2]! Nas poucas centenas de anos que tivemos para percorrer o território que nos foi atribuído e aproveitar o sol da tarde, imaginamos ter esgotado as possibilidades da humanidade. Na verdade, nós somos o povo, e depois de nós não há outro. O nosso Deus é o poder, a força, nosso padrão de excelência, herdado dos antepassados bárbaros através de uma longa linhagem de progenitores masculinos, a Lei Sálica que não permite modificações femininas.

Diz um deles: "O chinês[3] não é popular entre nós, e não gostamos do negro. Não é que os olhos de um sejam oblíquos, e o outro seja de pele escura; mas o chinês, o negro é fraco – e os anglo-saxões não gostam de fraqueza".

O mundo do pensamento, sob a influência predominante do homem, não é amolecido e não é controlado por sua força complementar, se tornaria como a quarta besta de Daniel: "assustador e terrível, e muito forte"; "tinha grandes dentes de ferro; devorava e fazia em pedaços, e pisava nos restos com os seus pés" e os mais independentes de nós acha-se, porvezes,

2 N.T: Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882) foi um poeta estadunidense.

3 N.T: No texto, Cooper usa o termo "Chinaman", que atualmente é definido como pejorativo ao rotular qualquer pessoa nativa ou descendente da Ásia Oriental, homogeneizando diversas nacionalidades.

prontos para cair e adorar esta encarnação do poder.

A Sra. Mary A. Livermore[4], uma mulher que só posso mencionar para a admirar, há algumas semanas, quase abalou a minha fé na minha teoria da missão da mulher pensante de colocar o acorde terno e simpático na grandiosa sinfonia da natureza e contrariar, ou melhor, harmonizar o diapasão da mera força e poder. Ela falava do gênio anglo-saxônico para o poder e do seu desprezo pela fraqueza, e descrevia uma cena em São Francisco em que foi testemunha.

O animal incorrigível, conhecido como o rapazinho americano, tinha atacado um chinês simples e inofensivo, que levava seu trabalho para casa e esvaziara na vala o conteúdo bem lavado do seu cesto. "E", disse ela, "quando aquele grande homem se levantou e chorou perante aquela multidão de marginais sem lei, a qualquer um dos quais podia ter dado uma lição com os seus dois punhos, *não me importei muito*".

Isto é dito como um homem! É muito duro. Cheira a adoração da besta. É o desprezo pela fraqueza e, fora do seu contexto, parece contradizer a minha teoria. Ou mostra que um dos maiores expoentes do ensino superior pode, por vezes, não ser fiel aos instintos que atribui à mulher pensante e à contribuição que ela deve dar ao mundo civilizado, ou então a influência que ela exerce sobre a nossa civilização pode ser potente sem ser necessariamente sempre direta e consciente. Este último é o caso. Sua voz pode tocar uma nota falsa, mas todo o seu ser é musical com as vibrações do sofrimento humano. Sua língua pode papaguear os conceitos frios que algum homem lhe ensinou, mas o seu coração brilha de simpatia e bondade amorosa, e ela não pode ser fiel ao seu verdadeiro ser sem entregar esses elementos para as forças do mundo.

Ninguém corre o risco de imaginar Marco Antônio como "um homem simples e sem rodeios" nem Cássio um homem sincero – sejam quais forem os discursos que possam fazer.

Como indivíduos, estamos constantemente e inevitavelmente, quer estejamos conscientes disso ou não, a dar nosso verdadeiro eu nos nossos vários pequenos mundos, acrescentando inexoravelmente o nosso verdadeiro raio ao fluxo de luz das estrelas, independentemente das nossas profissões e dos nossos disfarces; e assim, no mundo do pensamento, a influência da mulher pensante transcende de longe a sua fraca declamação e pode parecer, por vezes, até oposta a ela.

Uma vez, um visitante em Oberlin disse à diretora: "Não há ralé em Oberlin? Como é que eu não vejo polícia aqui e, no entanto, as ruas são tão calmas e ordenadas como se houvesse um agente da lei em cada esquina?". A Sra. Johnston respondeu: "Oh, sim; há pessoas perversas em Oberlin, tal como noutras cidades. – Mas as nossas garotas são a nossa polícia".

Com quinhentas a dez centenas de jovens de espírito puro a percorrer as ruas da aldeia

4 N.T: Mary A. Livermore (1820-1905) foi uma jornalista estadunidense, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres.

sem vigilância todas as noites, o vício deve desaparecer como a geada diante do sol nascente: e ainda assim, arrisco-me a dizer que não havia uma em cem dessas garotas que não teria fugido de uma briga de rua como fugiria de um rato, e que não declarasse que nunca poderia suportar a visão de sangue e pistolas.

Há, portanto, uma influência real e especial da mulher. Uma influência sutil e muitas vezes involuntária, uma influência tão intimamente entrelaçada, tão intrincadamente interpenetrada pela influência masculina da época, que muitas vezes é difícil desemaranhar as delicadas malhas, analisar e identificar as fibras. E, no entanto, sem essa influência – enquanto a mulher se sentar com os olhos enfaixados e mãos algemadas, presas nas garras da ignorância e da inação, o mundo do pensamento movia-se na sua órbita como as revoluções da lua; com uma face (a do homem) sempre para fora, de modo que o espectador não podia distinguir se era disco ou esfera.

Agora afirmo que é a prevalência do Ensino Superior entre as mulheres, o fato de tornar comum no quotidiano das mulheres o raciocínio, o pensar e exprimir seu pensamento, a formação e o estímulo que permitem e encorajam as mulheres a administrar ao mundo o pão de que ele precisa, bem como o açúcar que ele pede; em suma, é a transmissão das forças potenciais da sua alma em fatores dinâmicos que deram simetria e completude aos organismos do mundo. Só assim se poderia consumar que a Misericórdia, a lição que ela ensina, e a Verdade, a tarefa que o homem se propôs, deveriam encontrar-se: que a justiça, ou *retidão*, o ideal do homem, e a paz, sua necessária 'outra metade', se beijassem.

Devemos agradecer ao esclarecimento geral e à independência da mulher (que podemos agora considerar como um fato consumado) que essas duas forças estão atualmente em ação no mundo, e é justo exigir delas para o século XX um tipo de civilização mais elevada do que o alcançado no século XIX. A religião, a ciência, a arte, a economia, todas elas precisam do sabor feminino; a literatura, a expressão do que é permanente e melhor em todas elas, pode ser medida a qualquer momento para medir a força do ingrediente feminino. Não encontrarão a teologia a entregar as crianças a lagos de fogo inextinguível, muito depois de as mulheres terem tido a oportunidade de apreender, dominar e manejar os seus dogmas. Não encontrará a ciência aniquilando a personalidade do governo do universo e fazendo de Deus uma força física ingovernável, ininteligível, cega e muitas vezes destrutiva; você não encontrará jurisprudência formulando como um axioma o absurdo de que o homem e a mulher são um, e que um é o homem – que a mulher casada não pode possuir ou legar sua própria propriedade exceto se sob a direção do marido; não encontrarão economistas políticos declarando que o único ajuste possível entre trabalhadores e capitalistas é o do egoísmo e da audácia – que cada um deve obter tudo o que pode e ficar com tudo o que obtém, enquanto o mundo grita laissez faire e os advogados explicam: "é o belo funcionamento da lei da oferta e da procura"; em suma, não encontrareis a lei do amor excluída dos assuntos dos homens depois que a metade feminina da

verdade do mundo estiver concluída.

Não, ponha agora seu ouvido perto do pulso do tempo. Qual é a nota chave da literatura destes dias? Qual é o grito de guerra de todas as atividades da última meia década? Qual é a sétima dominante que vai dar riqueza e o tom às cadências finais deste século e conduzir, por uma grande modulação, às harmonias triunfantes do próximo? Não será a compaixão pelos pobres e infelizes e, como Bellamy expressou, "clamor indignado contra o fracasso da máquina social como ela é, para melhorar as misérias dos homens!". Até mesmo o cristianismo está sendo levado ao tribunal da humanidade e julgado pelo padrão de sua capacidade de aliviar o sofrimento do mundo e clarear e iluminar sua miséria. Que outro significado pode ter o triste protesto de Matthew Arnold[5]: "Não podemos viver sem o cristianismo", gritou ele, "e não o podemos suportar tal como está".

Quando houve uma época em que tanto tempo e tanto pensamento, tanto dinheiro e trabalho foram dados aos pobres de Deus e aos inválidos de Deus, aos humildes e os não amáveis, os pecadores e os sofredores – lares para embriagados e para lunáticos, abrigo para idosos e abrigo para bebês, hospitais para doentes, escoras para os que caem, prisões reformatórias e reformatórios prisionais, tudo mostra que uma influência "maternal" de alguma fonte está fermentando a nação.

Agora, por favor, entendam-me. Não peço que vocês admitam que esses benefícios e virtudes são posse exclusiva de mulheres, ou mesmo que as mulheres sejam suas principais e únicas defensoras. Pode ser um homem que as formula e as torna públicas. Pode ser, e muitas vezes é, um homem que chora pelos erros e luta para os melhorar, mas esse homem absorveu esses impulsos de uma mãe e não de um pai e está simplesmente materializando e devolvendo ao mundo, de forma tangível, o amor e a ternura ideais, devoção e cuidado que acarinharam e nutriram o período indefeso da sua própria existência.

Tudo o que afirmo é que existe um lado feminino e um lado masculino da verdade; que estes estão relacionados não como inferior e superior, não como melhor e pior, não como mais fracos e mais fortes, mas como complementos num todo necessário e simétrico. Que assim como o homem é mais nobre na razão, a mulher é mais rápida na simpatia. Que assim como ele é incansável na busca da verdade abstrata, ela é incansável no cuidado dos interesses do caminho, esforçando-se com ternura e amorosamente para que nenhum dos menores desses 'pequeninos' pereça. Que, embora não raro vejamos mulheres que raciocinem, dizemos, com a frieza e precisão de um homem, e homens tão atentos ao desamparo quanto uma mulher, ainda há um consenso geral da humanidade de que uma característica é essencialmente masculina e a outra é peculiarmente feminina. Que ambos são necessários para a formação das crianças,

5 N.T: Matthew Arnold (1822-1888) foi um poeta e crítico britânico defensor da democratização da educação.

para que nossos rapazes possam complementar a sua virilidade com ternura e sensibilidade e as garotas possam completar a sua delicadeza com força e autoconfiança. Que, como ambos são igualmente necessários para dar simetria ao indivíduo, assim uma nação ou uma raça degenerará em emocionalismo, por um lado, ou na intimidação, por outro, se for dominada exclusivamente por um deles; por último, e mais enfaticamente, que o fator feminino só pode ter seu efeito adequado por meio do desenvolvimento e da educação da mulher para que ela possa, de forma adequada e inteligente, imprimir a sua força nas forças do seu tempo, e adicionar sua modéstia às riquezas do pensamento do mundo.

> Porque a causa da mulher é a do homem: eles sobem ou afundam Juntos, anões ou divinos, unidos ou livres:
> Pois ela que do Lete[6] escala com o homem
> Os passos brilhantes da natureza, partilha com o homem Suas noites, seus dias, caminha com ele para uma meta. Se ela for pequena, de natureza leve, miserável,
> Como é que os homens podem crescer?
> *** Deixa-a fazer-se ela própria
> Para dar ou guardar, para viver, aprender e ser Tudo o que não prejudique a distinta feminilidade. Pois a mulher não é um homem não desenvolvido Mas diversa: nós podemos fazê-la como o homem
> O doce amor seria morto; seu vínculo mais querido é este, Não é igual para igual, mas igual na diferença.
> Mas, com o passar dos anos, mais parecidos devem ficar; O homem será mais mulher, ela mais homem;
> Ele ganha em doçura e em altura moral,
> e não perderá a força de luta que lança o mundo;
> Ela a amplitude mental, nem falhar no cuidado infantil, Nem perde a infantilidade na mente maior;
> Até que, por fim, ela se colocou ao serviço do homem, como música perfeita para palavras nobres.

Argumentarão, talvez, e com razão, que o ensino superior para as mulheres não é uma ideia moderna e que, se esse é o meio de libertar e revigorar a força feminina há muito desejada no mundo, já teve e deveria, no passado, ter produzido alguns desses efeitos brilhantes. Safo, a brilhante e doce cantora de Lesbos, "a Safo de coroa violeta, pura, docemente sorridente", como lhe chama Alceu, cantava suas letras e derramou a sua alma quase seis séculos antes de Cristo, em notas tão cheias e livres, tão apaixonadas e eloquentes como fizeram Arquíloco ou Anacreonte.

Aspásia, a mais antiga rainha da sala de visitas, um século mais tarde, serviu para o entretenimento intelectual de Sócrates e dos principais filósofos do seu tempo. De fato, a ela é atribuída, pelos melhores críticos, a autoria de um dos mais notáveis discursos proferidos por

6 N.T: Na mitologia Grega, Lete era considerado o rio do esquecimento de Hades, onde a água era bebida pelos mortos para esquecerem suas experiências na terra.

Péricles.

Mais tarde, durante o período Renascentista, as mulheres eram professoras de matemática, física, metafísica e línguas clássicas em Bolonha, Pavia, Pádua e Brescia. Olympia Fulvia Morata, de Ferrara, uma personagem muito interessante, cuja magnífica biblioteca foi destruída em 1553 na invasão de Schweinfurt por Alberto de Brandeburgo, tinha adquirido uma educação muito vasta. Dizem que esta maravilhosa garota deu conferências sobre temas clássicos no seu décimo sexto ano de vida, e já antes disso tinha escrito vários poemas gregos e latinos muito notáveis e, o que também é pertinente, ela se casou com um professor de Heidelberg, tornando-se sua ajudante.

É verdade, portanto, que o ensino superior para as mulheres – de fato, a mais elevada a que o mundo alguma vez assistiu – pertence ao passado, mas devemos lembrar que só era possível, até meados do nosso século, apenas para algumas selecionadas e que , antes disso, as modas e tradições da época eram todas contra. Não só não havia estímulos para encorajar as mulheres a tirar o máximo partido dos seus poderes e a acolher o seu desenvolvimento como uma agência útil no progresso da civilização, mas as suas pequenas aspirações, quando as tinham, eram arrefecidas e desprezadas em embrião, e qualquer tentativa de pensamento era recebida como uma monstruosa usurpação da prerrogativa do homem.

Lessing[7] declarou que "a mulher que pensa é como o homem que se veste de vermelho, ridículo". E Voltaire, em sua maneira grosseira e irreverente, costumava dizer: "As ideias são como as barbas – as mulheres e os meninos não têm nenhuma". Dr. Maginn observou: "Gostamos de ouvir algumas palavras de bom senso de uma mulher, às vezes, como de um papagaio – são tão inesperadas!". E até o piedoso Fenelon ensinava que a delicadeza das virgens é quase tão incompatível com o saber quanto com o vício.

O fato de a mulher comum se ter retirado perante estes eixos de sagacidade e ridículo e até se glorificasse em sua ignorância, não é surpreendente. O Abade Choisi, é dito, elogiava a Duquesa de Fontanges como sendo bonita como um anjo e tola como um ganso, e todas as jovens da corte se esforçaram por compensar em loucura o que lhes faltava em encantos. O ideal da época era que "as mulheres devem ser bonitas, vestir-se bem, flertar bem e não estar bem informada", que era o *summum bonum* das suas esperanças terrenas ter, como diz Thackeray, "todos os companheiros a lutar para dançar com ela", que ela não tinha um destino dado por Deus, nenhuma alma com anseios insaciáveis e possibilidades inesgotáveis, nenhuma obra sua para fazer e dar ao mundo – nenhum valor absoluto e inerente, nenhum dever para consigo mesma, transcendendo todo o prazer que possa ser exigido de um mero brinquedo. Seu valor

7 N.T: Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781) foi um poeta, dramaturgo e filósofo alemão, conhecido por sua crítica ao antissemitismo e sua defesa da tolerância religiosa.

era puramente relativo e devia ser estimado, como o são as artes plásticas, pelo prazer que dão. "A mulher, o vinho e a canção", como "as melhores dádivas do mundo para o homem", eram unidos em louvor com tão pouco pensamento do primeiro dizendo "O que você faz?", como se o vinho e as canções devessem declarar: 'Precisamos cuidar dos negócios de nosso Pai'.

Os homens acreditavam, ou fingiam acreditar, que a grande lei do desenvolvimento próprio era obrigatória apenas para a sua metade da família humana; que, embora fosse o fim principal do homem glorificar a Deus e pôr seus cinco talentos à disposição dos cambistas ganhando com isso outros cinco, era, ou deveria ser, o único fim da mulher glorificar o homem e embrulhar decentemente o seu eu em um guardanapo, sendo uma "senhora de Hezekiah Smith[8] durante a sua vida natural e uma relíquia de Hezekiah Smith na sua lápide"; que a educação superior era incompatível com a forma do cérebro feminino e que, mesmo que pudesse ser adquirida deveria inevitavelmente dessexuar a mulher, destruindo as criaturas balbuciantes, pegajosas, ternamente indefesas e ternamente dependentes, pelas quais os homens pensariam tão heroicamente e tão galantemente lutar por elas, e dando em seu lugar uma formidável raça de meias azuis com anéis de saca-rolhas e outras propensões de solteirona.

Mas estas são ideias do século XVIII. Vimos como o pêndulo oscilou no nosso século atual. Os homens do nosso tempo pediram, com Emerson, "que a mulher apenas nos mostrasse como pode ser melhor servida"; e a mulher respondeu: a chance da semente e do animal é tudo o que peço – a oportunidade de crescimento e desenvolvimento, a permissão para ser fiel às aspirações da minha alma sem incorrer no flagelo da sua censura e ridículo.

"*Audetque viris concurrere virgo*"[9]. Na cultura da alma, a mulher atreve-se finalmente a competir com os homens, e podemos citar Grant Allen[10] (que certamente não pode ser suspeito de defender a dessexualização da mulher) como exemplo do efeito alargado desta competição nas ideias, pelo menos, dos homens da época. Ele diz em seu *Plain Words on the Woman*

8 N.T: Hezekiah Bradley Smith (1816-1887) foi membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, além de uma figura importante para a indústria estadunidense. A referência à sua "senhora", Eveline Smith, ocorre porque, apesar de terem se casado em uma cerimônia civil, Smith se separou unilateralmente de sua esposa. Em 1847 Eveline Smith se mudou com sua filha devido a uma epidemia de escarlatina. Ainda distantes, em 1854, Hezekiah Smith conheceu Agnes Mitilda Gilkerson, com quem teve posteriormente um relacionamento extraconjugal. Alguns anos depois, em 1861, Hezekiah pediu o divórcio, mas Eveline recusou-se a concedê-lo, o que não significou nada para seu então esposo: este transferiu a propriedade da casa para o nome de solteira de sua esposa, além de abrir uma conta bancária para ela, também com seu nome de solteira. A lápida mencionada por Cooper não faz menção a Eveline Smith ou a Agnes Mitilda Gilkerson. Para mais informações, ver: https://pt.findagrave.com/memorial/6938462/hezekiah-bradley-smith. Acesso em: 2 fev. 2025.

9 N.T: Este é um trecho original do livro "*Eneida*" de Virgílio. Essa frase faz referência à personagem Pentesileia, rainha amazona que mesmo em aparente igualdade com o gênero masculino, estaria um grau abaixo de um homem apenas por ser mulher.

10 Charles Grant Blairfindie Allen (1848-1899) foi um romancista canadense. Era agnóstico e socialista e foi apoiador da teoria da evolução.

Question, publicado recentemente:

> A posição da mulher não era [no passado] uma posição que pudesse suportar o teste do escrutínio do século XIX. A sua educação era inadequada, o seu estatuto social era humilhante, o seu poder político era nulo, as suas queixas práticas e pessoais eram inumeráveis; acima de tudo, as suas relações com a família – com os seus maridos, os seus filhos, os seus amigos, a sua propriedade – eram simplesmente insuportáveis.

E ainda:

> Como um corpo, nós "homens avançados" estamos, penso eu, preparados para reconsiderar, e reconsiderar fundamentalmente, sem preconceitos ou equívocos, toda a questão da relação entre os sexos. Estamos prontos para fazer quaisquer modificações nessas relações que satisfaçam a justa aspiração da mulher à independência pessoal, ao desenvolvimento intelectual e moral, à cultura física, à atividade política e a uma voz na organização dos seus próprios assuntos, tanto domésticos como nacionais.

Isto é suficientemente magnânimo, certamente; é um grande passo em relação à pregação do século XVIII, não é? A educação superior da mulher certamente desenvolveu os homens; vejamos o que fez pelas mulheres.

Matthew Arnold[11], durante sua última visita à América, em 1982 ou 1983, deu uma conferência em uma certa faculdade mista do Oeste. Depois da conferência ele comentou, com alguma surpresa, a uma professora, que as jovens da sua audiência, como reparou, "prestaram tanta atenção como os homens, durante todo o tempo". Isto levou, claro , a uma discussão animada sobre o ensino superior para mulheres, durante a qual ele disse à sua interlocutora entusiasta, olhando-a filosoficamente através dos seus óculos ingleses: "Mas-eh-você não acha que isso-eh-estraga as chances delas, sabe!"

Agora, quanto ao resultado para as mulheres, este é o argumento mais sério já utilizado contra o ensino superior. Se interfere no casamento, a formação clássica tem uma grave objeção a pesar e a responder. Pois eu concordo com o Sr. Allen pelo menos neste ponto, que deve haver casamento e doação no casamento até o fim dos tempos.

Lhe asseguro que o desenvolvimento intelectual, com a autossuficiência e a capacidade de ganhar a vida que ele proporciona, torna a mulher menos dependente da relação matrimonial para apoio físico (que, aliás, nem sempre a acompanha). Ela também não é obrigada a olhar para o amor sexual como a única sensação capaz de dar tom e prazer, movimento e vigor à vida que leva. O seu horizonte alarga-se. As suas simpatias alargam-se, aprofundam-se e multiplicam-se. Ela está mais em contato com a natureza. Nem um botão que se abre, nem uma gota de orvalho, nem um raio de luz, nem uma explosão de nuvens ou um relâmpago, mas aumenta a expansão e

11 N.T: Ver nota de rodapé 5.

o entusiasmo da sua alma. E se o sol de uma paixão absorvente se põe, ainda assim é a noite que traz as estrelas. Ela tem permanecido na luz suave, menos intrusiva, mas nem por isso menos encantadora e inspiradora da amizade, e no seu círculo encantado ela pode reunir o melhor que o mundo conheceu. Ela pode comungar com Sócrates sobre o daimon que ele conheceu e do qual ela também pode dar testemunho; ela pode deleitar-se com a majestade de Dante, a doçura de Virgílio, a simplicidade de Homero, a força de Milton. Ela pode ouvir pulsações do coração pulsante da alma enclausurada da apaixonada Safo, enquanto ela bate as suas asas feridas contra as grades da prisão e luta para voar para o éter do Céu, e os fogos da sua própria alma grita enquanto ela ouve. "Sim; Safo, eu sei tudo; eu sei tudo." Aqui, finalmente, pode haver comunhão sem suspeitas; amizade sem mal-entendidos; amor sem ciúmes.

Temos de admitir então que o quadro de Byron, quer seja uma coisa bela ou não, desvaneceu-se da tela dos nossos dias.

> "O amor do homem", escreveu ele, "é uma coisa à parte da vida do homem, É toda a existência da mulher.
> O homem pode ir à corte, ao campo, à igreja, ao navio e ao mercado, Espada, vestido, ganho, glória oferecem em troca.
> O orgulho, a fama, a ambição, para encher o seu coração – E poucos são os que não podem afastá-los.
> Os homens têm todos esses recursos, nós apenas *um – amar de novo e ser novamente desfeito."*

Isso pode ter sido verdade quando foi escrito. *Não é verdade hoje em dia*. A vida antiga, subjetiva, estagnada, indolente e miserável da mulher se foi. Ela tem tantos recursos como os homens, tantas atividades que lhe chamam a atenção. À medida que grandes possibilidades crescem e inspiram seu coração. Agora, então, isso destrói ou diminui a sua capacidade de amar?

Seus padrões subiram, sem dúvida. A necessidade de especular em "chances" provavelmente mudou. A questão agora não é com a mulher: "Como é que eu vou me restringir, atrofiar, simplificar e anular de modo a me tornar elegível para a honra de ser engolida por um homenzinho qualquer?", mas o problema, penso eu, agora está com o homem, na forma como ele pode desenvolver os seus poderes dados por Deus de modo a atingir o ideal de uma geração de mulheres que exigem as mais nobres, grandiosas e melhores realizações de que ele é capaz; e este é certamente o único ajuste justo e natural das oportunidades. A natureza nunca quis que os ideais e padrões do mundo fossem anões e minimizadores, e os homens devem nos agradecer por exigirmos deles os frutos mais ricos que podem cultivar. Se isso os faz trabalhar, tanto melhor para eles.

Quanto à adaptabilidade da mulher instruída à relação matrimonial, citarei simplesmente aquele excelente simpósio de mulheres instruídas que apareceu recentemente sob a assinatura

da Sra. Armstrong em resposta às "*Plain Words*" do Sr. Allen, já referidas. "Não admitindo mais qualquer questão quanto à sua igualdade intelectual com os homens que encontram, com a simplicidade da força consciente, elas tomam o seu lugar ao lado dos homens que as desafiam, e enfrentam destemidamente o resultado das suas ações. Negam que a sua educação as incapacite de alguma forma para o dever da esposa e da maternidade, ou que torne estas condições menos atrativas para elas do que para o tipo de mulher doméstica. Pelo contrário, defendem que o seu conhecimento de fisiologia as torna melhores mães e donas de casa; o seu conhecimento de química torna-as melhores cozinheiras; enquanto que seu treinamento em outras ciências naturais e em matemática, obtêm uma exatidão e imparcialidade que lhes é de grande valor quando lidam com os seus filhos ou empregados".

Tanto para a vontade deles. Ora, a maçã pode ser boa para comer e agradável aos olhos, e um fruto a ser desejado para nos tornar sábios. Não, pode até lhes garantir que não tem qualquer aversão a ser provada. No entanto, se não gostarmos do sabor, todas essas recomendações não são nada. A mulher intelectual é desejável no mercado matrimonial?

Isto eu não posso responder. Confesso minha ignorância. Não sou um juiz dessas coisas. Disseram-me que as mulheres de espírito forte podem ser, quando acham que vale a pena, bastante suportáveis e, a julgar pelo número de nomes femininos que encontro nos catálogos das universidades entre as ex-alunas com duplo patronímico, suponho que um bom número de homens está dispostos a suportá-las.

Agora, gostaria que a minha tarefa terminasse aqui. Depois de ter demonstrado que uma grande carência do mundo no passado foi uma força feminina; que essa força só pode ter o seu efeito pleno através do desenvolvimento sem entraves da mulher; que esse desenvolvimento, embora a entregue ao mundo e à civilização, não a retira necessariamente do lar e da lareira; finalmente, que embora os últimos séculos tenham testemunhado exemplos esporádicos deste crescimento superior, foi ainda reservada para a segunda metade do século XIX a tarefa de o tornar suficientemente comum e geral para ser eficaz; Eu poderia terminar com uma previsão brilhante do que o século XX pode esperar desta herança de forças gémeas – o masculino, desgastado e cansado como um veterano sombrio após séculos de guerra, mas ainda forte, ativo e vigoroso, pronto a ajudar com a sua experiência duramente conquistada, a jovem recruta, regozijando-se com a sua liberdade recém-encontrada, que tão confiantemente coloca a sua mão na dele com promessas mútuas de redimir as eras.

> "E assim os dois sobre as saias do Tempo,
> sentam-se lado a lado, plenos de todos os seus poderes, distribuindo a colheita, semeando o vir a ser,
> auto reverentes cada um e reverenciando cada um."

Gostaria de segui-los, mas o dever está mais perto de casa. O alto nível das generalidades

é sedutor, mas a minha pena está dedicada a uma causa especial – com uma visão de maiores esclarecimentos sobre as realizações do século para a educação superior das mulheres de cor, escrevi há alguns dias às faculdades que admitem mulheres e perguntei quantas mulheres de cor tinham completado o curso B. A. em cada uma delas durante toda a sua história. Estes são os números que recebi: Fisk lidera com doze; Oberlin vem em seguida com cinco; Wilberforce, quatro; Ann Arbor e Wellesley três cada, Livingstone duas, Atlanta uma, Howard, até agora, nenhuma.

Perguntei então ao diretor da Washington High School quantas, de um grande número de formadas da sua escola, tinham optado por seguir em frente e fazer um curso universitário. Ele respondeu que apenas uma o tinha feito, e ela estava na Cornell[12].

Por vezes, os outros também fazem perguntas e, há alguns anos, um amigo branco perguntou-me: "Como é que os homens da tua raça parecem ultrapassar as mulheres em termos de realização mental?". "Oh", disse eu, "na medida em que é verdade, os homens, suponho, pela vida que levam, ganham mais com o contato; e na medida em que é apenas aparente, penso que as mulheres são mais calmas. Não se sentem obrigadas a subir a um barril e a discursar a toda a hora sempre que imaginam ter produzido uma ideia".

Mas tenho a certeza de que há outra razão que não achei adequado dar naquela época.. A atmosfera, os padrões, as exigências do nosso pequeno mundo não proporcionam qualquer estímulo especial ao desenvolvimento feminino.

Não é ser uma coisa graciosa de se dizer, mas parece-me verdade que, embora os nossos homens parecem estar completamente a par dos tempos em quase todos os outros assuntos, quando abordam a questão da mulher recuam para a lógica do século XVI. Eles não deixam nada a desejar em geral no que diz respeito à galanteria e ao cavalheirismo mas, na verdade, por vezes, não parecem ter ultrapassado aquele velho contemporâneo do cavalheirismo – a ideia de que as mulheres podem ficar em pedestais ou viver em casas de bonecas (se por acaso as tiverem), mas não devem franzir as sobrancelhas com o pensamento ou tentar ajudar os homens a resolver as grandes questões do mundo. Receio que a maioria dos homens de cor ainda não ache que valha a pena que as mulheres aspirem ao ensino superior. Não são muitos os que subscrevem as ideias "avançadas" de Grant Allen já citadas. Os três R's, um pouco de música e uma boa dose de dança, uma costureira de primeira e um frasco de bálsamo de magnólia, são geralmente suficientes para tornar encantadora qualquer mulher que possua tato e a capacidade de adorar a masculinidade.

Meus leitores me perdoarão por ilustrar o meu ponto de vista e também por dar um razão para o medo que há em mim, através de um pouco de experiência pessoal. Quando era

12 Formou-se no Curso Científico em junho de 1890, a primeira mulher negra a se formar em Cornell.

criança, fui colocada numa escola perto de casa que professava ser normal e universitária, ou seja, preparar professores para jovens de cor, fornecer candidatos para o ministério e oferecer formação universitária para aqueles que estivessem prontos para isso. Bem, passado algum tempo, descobri que tinha muito tempo livre. Tinha devorado o que me era apresentado e, tal como Oliver Twist, estava olhando ao redor para pedir mais. Sentia constantemente (como suponho que muitas garotas ambiciosas já sentiram) um bater interior que não era respondido por qualquer aceno exterior. Aulas atrás de aulas foram organizadas para estes candidatos a ministros (muitos deles homens que já pregavam antes de eu nascer). Esperava-se que eu entrasse em cada uma dessas turmas, com a única intenção, pensava eu na época, de permitir que o velho e querido diretor, enquanto olhava os semblantes vazios da sua velha e sonolenta turma para onde eu estava sentada, fizesse o seu trocadilho solitário – o seu gracejo infalível, especialmente em clima quente – que era, quando ele gritava "Qualquer um!", que "*qualquer* um" significava então "*Annie* um".

Por fim, uma turma de grego seria formada. Meu inspirador preceptor informou-me que grego nunca tinha sido ensinado na escola, mas que iria formar uma turma para os candidatos ao ministério e que, se eu quisesse, poderia juntar-me a ela. Respondi – humildemente, espero, como se torna uma mulher da espécie humana – que gostaria muito de estudar grego e que estava grata pela oportunidade, e assim foi. Um rapaz, por mais escasso que fosse seu equipamento e superficiais que fossem as suas pretensões, bastava declarar uma intenção flutuante de estudar teologia e podia obter todo o apoio, encorajamento e estímulo de que necessitasse, ser dispensado do trabalho e investido de antemão de toda a dignidade do seu distante cargo. Enquanto uma garota autossuficiente tinha de lutar dando aulas no verão e trabalhando depois do horário escolar para poder pagar as contas da casa e, na verdade, lutar contra os desincentivos positivos ao ensino superior; até que um dia uma dessas garotas se exaltou e disse ao diretor que "a única missão que se abria a uma garota da sua escola era casar com um desses candidatos". Ele disse que não sabia, mas era. E quando, finalmente, essa mesma garota anunciou o seu desejo e intenção de ir para a universidade, foi recebida com a mesma incredulidade e consternação como se um botão de latão no casaco de um desses candidatos tivesse proposto um novo método para a quadratura do círculo ou a trissecção do arco.

Não se trata de uma imaginação. É uma fotografia simples e sem verniz, e o que eu acredito não era, naquele tempo, excepcional nas escolas de cor, e peço aos homens e mulheres que são professores e colaboradores para os mais altos interesses da raça, que dêem uma oportunidade às garotas! Poderíamos muito bem esperar cultivar árvores a partir de folhas, como esperar construir uma civilização ou uma masculinidade sem ter em consideração as nossas mulheres e a vida doméstica feita por elas, que deve ser a raiz e o fundamento de toda a questão. Vamos insistir, pois, num incentivo especial à educação das nossas mulheres e um

cuidado especial em sua formação. Façamos com que as nossas garotas sintam que esperamos delas algo mais do que apenas serem bonitas e aparecerem bem na sociedade. Ensinem-lhes que há uma raça com necessidades especiais que elas e somente elas podem ajudar; que o mundo precisa e já está pedindo por suas forças treinadas e eficientes. Por fim, se houver uma garota ambiciosa, com coragem e cérebro, que queira seguir um curso superior, encorajem-na a aproveitá-la ao máximo. Que se ouça o mesmo som de trombetas e palmas que se ouve quando um rapaz anuncia a sua determinação de entrar nas listas; e depois, como vocês sabem que ela é fisicamente a mais fraca dos dois, não se afaste e a deixe bater nas ondas sozinha. Deixe-a saber que teu coração a acompanha, que a tua mão, embora ela não o veja, está pronta a apoiá-la. Para ser clara, quero dizer que dinheiro seja levantado e bolsas de estudo sejam fundadas em nossas faculdades e universidades para jovens mulheres dignas e auto suficientes, para compensar e equilibrar a ajuda que pode sempre ser encontrada para os rapazes que estudarão teologia.

A jovem cristã sincera e bem treinada, como professora, como dona de casa, como esposa, mãe ou até mesmo como influência silenciosa, é uma agência missionária tão potente entre nosso povo quanto o teólogo; e eu afirmo que, no estágio atual de nosso desenvolvimento no Sul, ela é ainda mais importante e necessária.

Vamos então, aqui e agora, reconhecer esta força e aproveitá-la ao máximo – não menos os rapazes, mas mais as garotas.

Anna Julia Cooper
Anna Julia Cooper (1858–1964) foi uma educadora, escritora e ativista norte-americana. Nascida escravizada nos Estados Unidos, formou-se em Matemática e tornou-se uma das primeiras mulheres negras a obter um doutorado. Presidiu a Universidade Frelinghuysen, voltada ao ensino de estudantes afro-americanos, e destacou-se como pensadora pioneira do feminismo negro. Seu livro A Voice from the South (1892) é considerado um marco na teoria da interseccionalidade.

Ingrid de Aquino Godinho (tradutora)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0005-6847-4194). E-mail: iaquino@uff.br Colaboração: Redação, revisão, tradução e revisão da tradução.

Juliana Vinuto (tradutora)
Professora do departamento de sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0002-6035-4463. E-mail: julianavinuto@id.uff.br. Colaboração: Redação, revisão, tradução e revisão da tradução.


RESENHA

TILLIER, Bertrand. *La Disgrâce des statues*. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter. Paris: Payot, 2022.

Memórias conflitivas e espaço público: o que contam as estátuas?

Conflicting memories and public space: what do statues tell us?

Laurine Sézérat
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este resumo apresenta o livro *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter*, do historiador francês Bertrand Tillier, voltado à análise do fenômeno da "estatuoclastia". Apoiando-se em rico corpus teórico e numerosos exemplos transnacionais, o autor descreve como as sociedades atacaram constantemente as estátuas, ressaltando assim o processo de sua presença no espaço público. Os exemplos de estatuoclastia citados podem ser ações isoladas ou estarem diretamente ligados a movimentos sociais (movimento contra a monarquia na França, movimentos contra ditaduras comunistas na Europa de Leste, Primaveras árabes, movimentos de denúncia dos apoiantes da escravatura ou colonialismo, Black Lives Matter, Gilets jaunes etc.). A diversidade das ações perpetradas contra as estátuas pode ser distinguida pela sua temporalidade, meios e motivos. A análise põe em evidência o significado político e simbólico das ações, bem como os conflitos de memória e imagens que elas suscitam. Para concluir, o historiador questiona o futuro patrimonial das estátuas e as possibilidades para levar tanto em conta a complexidade da história como as reivindicações memoriais. O estudo do fenômeno da estatuoclastia mostra a importância de contextualizar as estátuas para compreender o seu significado no presente e, de forma mais geral, realça a dimensão memorial do espaço urbano.

Palavras-chave: Estátua, Memória, Espaço público, Conflito, Estatuoclastia.

Recebido em 16 de novembro de 2024.
Aceito em 17 de janeiro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This summary presents the essay *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter* by the French historian Bertrand Tillier which analyzes the phenomenon of "statuoclasty". Drawing on a rich theoretical corpus and numerous transnational examples, the author describes how societies have continued to attack statues, thereby questioning their construction process in public space. The examples of statuoclasty cited can be isolated actions or be directly linked to social movements (movement against the monarchy in France, movements against the communist dictatorships of Eastern Europe, the Arab springs, movements which denounce the supporters of slavery or colonialism, Black Lives Matter, Gilets jaunes, etc.). The diversity of actions perpetrated against statues are distinguished by their temporality, means and motives. The analysis highlights the political and symbolic significance of the actions, as well as the conflicts of memory and the images that they generate. In conclusion, the historian questions the heritage future of statues and the possibilities for taking into account both the complexity of history and memorial claims. The study of the phenomenon of statuoclasty shows the importance of contextualizing statues to understand their meaning in the present and, in general, highlights the memorial dimension of urban space.

Keywords: Statue, Memory, Public space, Conflict, Statuoclasty.

Em *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter*, Bertrand Tillier, historiador francês, propõe estudar de um ponto de vista antropológico o lugar das estátuas no espaço público, as razões da sua veneração e rejeição, os conflitos de memória que geram, bem como os diversos ataques contra elas (grafites, embalagem, desfiguração, desparafusamento, destruição, deslocamento etc.). Seu estudo baseia-se em uma abundante bibliografia francesa e estrangeira e em exemplos de diferentes locais do mundo, ilustrados por cerca de trinta fotografias.

O autor inicia sua análise com o evento histórico da Revolução Francesa em 1789. Essa escolha é, em parte, justificada pelas reações suscitadas pela destruição de vários emblemas da monarquia francesa, ou seja, o surgimento de um movimento de proteção dos monumentos que deu origem à noção de patrimônio nacional. Todos os exemplos citados no livro são acontecimentos ocorridos durante os séculos XIX e XX, e ações mais recentes, como as do movimento Black Lives Matter e outros protestos impulsionados por movimentos sociais.

Embora esses fenômenos de ataque a estátuas sejam comumente descritos como "vandalismo" ou "iconoclastia", o autor prefere utilizar um termo que não seja associado a conotações negativas ou a um imaginário religioso. Por isso sua escolha do neologismo "estatuoclastia". Segundo Bertrand Tillier, a estatuoclastia é a outra face da estatuomania

(Agulhon, 1978), que seria a multiplicação de estátuas comemorativas nos espaços públicos. A estatuoclastia seria "uma iconoclastia exclusivamente contra a estatuária pública" (Tillier, 2022, p. 28).

A partir dessa definição, Bertrand Tillier examina os discursos, ações e imaginários que questionam a presença de estátuas nos espaços públicos. O autor mostra que uma estátua pública é um "monumento falante", portador de valores que devem ser compatíveis com as diferentes concepções de direito, ética, política, cultura e estética das autoridades públicas, mas também dos cidadãos. Caso contrário, podem surgir verdadeiros debates, conflitos e protestos. Essas cisões são principalmente relacionadas: à legitimidade da personalidade para receber uma homenagem monumental e seu direito de entrar na história; à iconografia, forma e dimensão do monumento dedicado à personalidade e sua localização; e à escolha do escultor e das modalidades e custo econômico da encomenda. Pela multiplicidade desses fatores, entendemos que raramente existe um "consenso memorial" imediato quando uma estátua é erguida no espaço público e que "guerras de memória" podem surgir antes mesmo da inauguração da estátua. Nesse sentido, o autor descreve a história de duas estátuas em Paris: a de Balzac feita por Rodin, que teve que esperar 40 anos antes de sua inauguração definitiva (1939)[1], e a do Capitão Dreyfus[2] que, apesar de múltiplas releituras da obra ao longo dos anos, sempre originou fortes divergências.

Assim, como verdadeiros "dispositivos de memória", as estátuas podem ser vetores de identidade comum por meio da materialização no espaço público de um acontecimento ou de uma história do passado. Por um lado, elas são percebidas como duplos e substitutos das pessoas físicas que representam e, por outro, seus agressores as extraem da "indiferença social" ao reativar sua carga simbólica e política por meio dos seus gestos contestatórios. Isso explica a existência dessa ideia recorrente de fetichismo invertido dos estatuoclastas, para quem a estátua pública se tornaria um "objeto mágico". Explica também as práticas que podem ser associadas a expressões emocionais, como as carícias que ao longo dos anos poliram a perna da estátua de Victor Noir[3] no cemitério do Père-Lachaise em Paris, associadas ao aumento da fertilidade e virilidade.

Esses rituais de apropriação podem mesmo promover a reinterpretação de uma estátua:

1 Honoré de Balzac foi um grande escritor francês da primeira metade do século XIX. Em 1888, pouco depois da sua morte, a Société des gens de lettres decidiu erguer um monumento em sua homenagem. O escultor Auguste Rodin foi escolhido para realizar o projeto, mas seu trabalho causou polêmica por romper com a tradição e os códigos usuais dos monumentos comemorativos.

2 O caso Dreyfus foi um escândalo que dividiu a França nos finais do século XIX, envolvendo a acusação e condenação de um jovem capitão do exército, de fé e origem judaica, Alfred Dreyfus, por traição.

3 Victor Noir era um jornalista que trabalhava em um dos jornais mais radicais de Paris na época do Segundo Império. Em 1870, seu assassinato por Pierre Bonaparte (o primo do imperador) provocou uma grande comoção, simbolizando a luta contra a repressão do Império.

em Paris, o caso mais famoso é o da *Flamme de la Liberté*, oferecida pelos Estados Unidos à França por ocasião do centenário da estátua de Bartholdi[4]. Instalado acima do túnel de Alma, mudou de significado após a morte acidental da Princesa Diana nesse mesmo túnel[5]. Os rituais dos admiradores da princesa transformaram o monumento em "estela comemorativa" e levaram a Prefeitura de Paris a chamar o local de *Place Diana*.

Entretanto, seja a estátua um monumento venerado ou odiado, qualquer ação contra ela pode ser associada a uma performance, e quanto mais espetacular for o ato, mais a ideologia ou a causa que defende ficará gravada nos imaginários. Em 1993, por exemplo, ativistas de Act Up, com o apoio da marca United Colors of Benetton, enrolaram um preservativo rosa gigante de 30 metros ao redor do obelisco na *place de la Concorde*, em Paris, para denunciar as consequências da epidemia de AIDS e a falta de acesso ao tratamento. O ato, realizado no meio da noite, criou um efeito de surpresa extremamente eficaz quando os parisienses acordaram no dia seguinte. O monumento não foi vandalizado, nem foi escolhido pelas "feridas simbólicas" que representa. O obelisco da *place de la Concorde* foi escolhido para se tornar o suporte de uma mensagem, um tipo de "plataforma para espetacularização e midiatização" de uma reivindicação.

Portanto, há maneiras muito diferentes de se apropriar de uma estátua no espaço público. Entretanto, qualquer seja a natureza dessa apropriação (afetiva, identitária, fetichista, comunitária, política etc.), ela dirige certa atenção às estátuas no espaço público. Apesar da "coabitação quotidiana", as estátuas não são simplesmente parte da paisagem da rua. Embora os pedestres nem sempre estejam cientes de seu significado e simbolismo, as estátuas exercem poder por meio de sua presença: na memória, porque todas as estátuas públicas fazem parte de um tributo a uma figura ilustre, e na escrita da história, que nunca é neutra.

Nesse sentido, as estátuas no espaço público são "imagens em ação" (Lefebvre, 1958). De acordo com as teorias de Bredekamp (2015) sobre a imagem, as estátuas devem ser vistas como obras de arte com o poder de agir, por meio do efeito que produzem, e de transmitir valores e memórias. Dessa forma, as estátuas públicas podem ser vistas não apenas como imagens sociais ativas, mas também como "catalisadores de ação crítica" para grupos ou movimentos sociais. Criticar a presença de certas estátuas no espaço público permite que esses grupos ou movimentos, por um lado, apontem que o espaço público deve ser "pensado como um bem comum que é experimentado e não exclusivo" (Tillier, 2022, p. 87). Por outro lado, permite que eles afirmem suas lutas e valores e denunciem situações de injustiça.

Nessa perspectiva, Bertrand Tillier descreve os episódios revolucionários como os

4 Auguste Bartholdi foi um escultor francês, principalmente conhecido por ter projetado a Estátua da Liberdade, situada na entrada do Porto de Nova Iorque.

5 No dia 31 de agosto de 1997, perseguida por paparazzi, a princesa britânica Lady Diana foi vítima de um terrível acidente de carro no túnel de Alma (8º arrondissement) em Paris.

períodos mais intensos da estatuoclastia, com críticas à monarquia durante a Revolução Francesa e Comuna na França, aos regimes comunistas na URSS e na Europa, às ditaduras no Egipto, Líbia e Tunísia com as Primaveras Árabes e ao colonialismo nos Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, França, Espanha e vários países latino-americanos. Mais precisamente, o autor define como "crítica democrática das estátuas" as ações que afetam personificações do colonialismo e da opressão branca (Cecil J. Rhodes na África do Sul, generais sulistas nos Estados Unidos), traficantes de escravos na Europa (Léopold II em Bruxelas, Colston em Bristol) e vários outras figuras recentemente atacadas pela ambivalência de suas ações (Victor Schoelcher, Winston Churchill, Gandhi). Compreendemos, por meio de todos esses exemplos e da diversidade da sua localização geográfica, que a reivindicação por meio da estatuoclastia se tornou um fenômeno globalizado.

Desde 2015, várias estátuas que eram quase invisíveis no espaço público se tornaram alvo de diferentes movimentos sociais (movimentos antirracistas e anticolonialistas inspirados por Rhodes Must Fall ou Black Lives Matter, movimento social dos Gilets jaunes). Por um lado, as estátuas serviram de suporte de expressão e protesto no espaço público e permitiram desafiar a ordem gráfica do espaço urbano. Por outro lado, as estátuas foram desfiguradas, decapitadas, desparafusadas para que os valores portados e a dominação encarnada virassem contra as pessoalidades das estátuas. Todas essas ações mostram que as estátuas podem ser dessacralizadas e "des-tombadas", ou até mesmo gerar novas imagens.

Para concluir, o historiador questiona o futuro patrimonial das estátuas. Desde a década de 1990, muitas estátuas controversas foram deslocadas para museus (Museu de Spandau em Berlin) ou parques (Muzeon Art Park em Moscou, Gruto Parken na Lituânia). Isso permitiu tirar o poder de expressão das estátuas no espaço público, preservando ao mesmo tempo sua carga patrimonial. Contudo, nesses museus ou parques, a "vida social" (Appadurai, 1986) das estátuas não acabou, na medida em que esses locais não podem ser considerados espaços pacificados. É ilusório acreditar que os conflitos memoriais e tentativas de reescrever a história, por mais legítimos e bem fundamentados que sejam, possam ser resolvidos por uma única política de remoção (radical ou negociada) de estátuas dos espaços públicos. As estátuas não são mais visíveis na teatralidade simbólica do espaço social, mas permanecem na sua materialidade.

Trata-se, portanto, de questionar as alternativas possíveis "que permitiriam tanto levar em conta a complexidade da história como o reequilíbrio das reivindicações memoriais, respeitando ao mesmo tempo a polissemia das estátuas contestadas que tecem dimensões históricas, artísticas e patrimoniais" (Tillier, 2022, p. 341). Entre as soluções consideradas, o autor descreve a possibilidade de colocar as estátuas em diálogo com o espaço cidadão para fins educativos, ou seja, politizar as estátuas ao colocar notas explicativas ao lado delas, não para evitar a estatuoclastia, mas para contar a sua história. Não para negar o passado, mas para

assumir o patrimônio histórico e respeitar as vítimas de sua violência.

De um modo geral, o livro permite entender o fenômeno da estatuoclastia e como suas ações possibilitam que o espaço público se torne um espaço de disputa memorial. Mais do que materializar memórias ambíguas, a presença de estátuas no espaço público questiona o que é concretamente herdado no espaço urbano – sejam monumentos, paisagem ou arquitetura das nossas cidades – e como esse patrimônio participa da construção da nossa relação com o passado, o presente e o futuro desejado na construção de uma memória coletiva.

REFERÊNCIAS

1. AGULHON, Maurice. La “statuomanie” et l’histoire. **Ethnologie française**, [*s. l.*], v. 8, n. 2–3, p. 145–172, 1978.
2. APPADURAI, Arjun. **The Social Life of Things**: Commodities in Cultural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
3. BREDEKAMP, Horst. **Théorie de l’acte d’image**. Paris: La Découverte, 2015.
4. LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L’Arche, 1958. v. 2
5. TILLIER, Bertrand. **La Disgrâce des statues**: Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter. Paris: Payot, 2022.

Laurine Sézérat
Pós-doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em cotutela com a Université Paris 8. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1554-7725. E-mail: sezerat.laurine@gmail.com